

**UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ENTRE O TURÍBULO E O PUNHAL, O VERBO DA  
UTOPIA  
A trajetória sinuosa de José do Patrocínio, do Império à  
República**

**IRAM RUBEM PEREIRA BRANDÃO**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Regina Andrade dos Santos**

**Vassouras  
Janeiro de 2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Iram Rubem Pereira Brandão

**Entre o Turíbulo e o Punhal, o Verbo da Utopia  
A trajetória sinuosa de José do Patrocínio, do Império à  
República**

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
História Social da Universidade  
Severino Sombra, como parte dos  
requisitos necessários à obtenção do  
título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Cláudia Regina Andrade dos Santos

Vassouras  
2009

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Iram Rubem Pereira Brandão

**Entre o Turíbulo e o Punhal, o verbo da utopia  
A trajetória sinuosa de José do Patrocínio do Império à República**

Vassouras, ..... de ..... de 2009

Aprovado por:

---

Prof.<sup>a</sup> Cláudia Regina Andrade dos Santos, doutora em História Moderna e Contemporânea pela Université de Paris IV

---

Prof.<sup>a</sup> Maria Helena Pereira Toledo Machado, doutora em História Social pela USP

---

Prof. Ricardo Henrique Salles , doutor em História Social pela UFF

## **Dedicatória**

**A tudo e a todos que,  
direta ou indiretamente, cruzaram ou  
cruzarão meu caminho, com a certeza de  
que todos estaremos modificados.**

*Pasmo sempre quando acabo qualquer coisa. Pasmo e desolo-me. O meu instinto de perfeição deveria inibir-me de acabar; deveria inibir-me até de dar começo. Mas distraio-me e faço. O que consigo é um produto, em mim, não de uma aplicação de vontade, mas de uma cedência dela. Começo porque não tenho força para pensar; acabo porque não tenho alma para suspender. Este livro é a minha cobardia.*

(Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*)

*“Que belo dia para morreres, Patrocínio! Nunca mais encontrarás outro igual. Morrerias em plena apoteose e tua morte abalaria o Brasil e ribombaria por todo o mundo. Talvez até fosses para o céu, meu velho, porque Deus deve estar muito contente contigo (...) Teu enterro seria um triunfo maior do que os triunfos romanos e teu túmulo seria outro Santo Sepulcro. Tuas estátuas ornarão as praças públicas e teu nome ficará como um símbolo. Vais viver, meu velho e vais para a política... e aquilo emporcalha, meu amigo”*

(João Marques, amigo de Patrocínio, no dia 13 de maio de 1888)

*“O dia de amanhã é da República, e não como nos dias da abolição, temos certeza de que o povo nos reconhecerá como um dos filhos que mais tem procurado contribuir para a sua liberdade e para o seu progresso”.*

(José do Patrocínio, setembro de 1889)

*“Pela mais dura experiência, temos plena certeza de que não nos está reservado futuro político. Habitamo-nos a nem sequer aspirá-lo, por que nunca vimos apreciado com justiça nosso esforço. Várias vezes, pedimos ao povo os seus sufrágios e ele no-los negou”.*

(José do Patrocínio, agosto de 1898)

## AGRADECIMENTOS

Tudo que parecia difícil nesta dissertação acabou por mostrar-se simples diante do compromisso do agradecimento. Preocupam-me os pecados mortais da injustiça e da omissão. Seria tão mais simples um agradecimento geral, mas também nada mais indesculpável. Como deixar de apontar as pessoas e as instituições que tanto colaboraram na consecução desta pesquisa? Mas como fazê-lo de forma justa e equilibrada?

Como a criança que, por vezes, se alegra mais com a embalagem do que com o presente, julgo que as ajudas se contam, não se pesam. E esse será o meu compromisso.

De início, agradeço a meu pai pela obstinação com que jurava que me inculcaria o “vício do estudo”, diante de minha marcada preferência pela prancha e pelas ondas no mar de bandeira vermelha. Acho que acabou conseguindo, a despeito do equilíbrio carinhoso de minha mãe. Depois, quero ressaltar a importância, não apenas pelos aspectos formais, mas principalmente pelo preparo para a vida, no insuperável Colégio Pedro II, que trago marcado na memória e de que não consigo falar sem emoção.

Da UERJ, vêm-me as lembranças do convívio com os colegas, que ia das salas de aula e das práticas profissionais até o grito conjunto das palavras de ordem, com as quais buscávamos tenazmente a *liberdade*, uma atitude que acabou por modular-se hoje em uma busca de liberdades.

No aprendizado da história, resalto a importância dos mestres do Instituto de Humanidades, da UCAM, que me abriram perspectivas, refizeram conceitos, estimularam a curiosidade. Mas, principalmente, por terem mostrado a importância para o ofício do historiador da crítica intelectual permanente e da interdisciplinaridade, capazes de viabilizar novas perguntas e as necessárias provocações.

À minha orientadora, professora Cláudia Regina, o meu silêncio reverencial, porque tudo seria muito pouco. A ela agradeço a iluminação.

Aos professores Cláudio Monteiro e Carlos Engemann, da banca de qualificação, o penhor pela paciência da leitura, a tolerância e as sugestões tão oportunas. Da mesma forma, ao professor Ricardo Sales pela generosidade com que me distinguiu com suas opiniões e sugestões.



Aos demais professores do mestrado, Ana Moura, Surama Maia, Eduardo Scheidt, Fábio Lopes, Rosângela Oliveira e Miridan Britto o meu carinho e gratidão, extensivo ao pessoal de apoio, que viabilizou meu sonho.

A meus filhos, Cristiane, Luciane, Mariane, Guilherme e Ana Luiza, obrigado pelo muito que me ensinam, seja pelas discussões infundáveis ou pelo silêncio generoso com que toleram nossas não conformidades. Entre eles, um agradecimento especial à Luciane, jornalista, mestre em Comunicação Social, que não foi apenas minha interlocutora, mas ajudou-me a caminhar na complexidade da imprensa, que ousei penetrar.

A meus netos, agradeço a experiência de ser pai sem compromisso, ou seja, de voltar à infância sem responsabilidades.

À minha mulher, dona das minhas horas, obrigado pela atitude piedosa com que se deixava roubar diuturnamente. Só o mistério das paixões explica e só os envolvidos entendem.

Agradeço também ao pessoal do arquivo de periódicos da Biblioteca Nacional, da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Fundação Casa Rui Barbosa, do Arquivo Imperial de Petrópolis, da Biblioteca Nacional, do Instituto de Humanidades da UCAM e do Centro Cultural do Banco do Brasil.

Aos colegas do mestrado, Alcemar, Carlos Alberto, Arão e Fabiana, minha alegria pelo convívio, marcado pelo diálogo franco, acrescido com a paciência das inúmeras releituras e dos seminários. Entre eles, distingo Maria Luiza, que me acompanha desde a graduação. Leitora crítica intransigente, comprometida com a qualidade, mas acima de tudo a amiga, que me ajudou em momentos que excederam em muito o compromisso meramente acadêmico. A ela devo não só ter-me disponibilizado o arquivo de Nabuco, conseguido na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, mas também o “kit” de sobrevivência nas idas e vindas para o mestrado.

Quero deixar também minha palavra comovida aos meus anjos do Serviço de Hematologia do Hospital de Força Aérea do Galeão, que detém o meu passe e, com profissionalismo e carinho, têm-me permitido continuar jogando no time daqui de baixo. À Ten.-Cel. Carla e às Tenentes Kellen, Margarida e Luciana, a admiração do colega e o agradecimento do paciente, com a torcida e reza forte para que tudo continue dando certo.

A propósito, Maria Amélia, filha da minha orientadora, professora Cláudia Regina, ao ler a Introdução desta dissertação, insurgiu-se com o que vira na primeira linha. O texto dizia que Patrocínio morrera, “era o fim!”. Como pode? Pondera ela, do alto de sua sapiência de oito anos de idade. Se foi o fim, por que o texto continua? Pois é, minha criança linda, às vezes o que parece ser o fim é apenas um começo...Que bom!

Finalmente, aos meus amigos, todos, que não precisam de alarde e, por isso, são amigos, também o silêncio reverencial.

Ainda durante minha atividade profissional, quando tinha o encargo de orientar os que se iniciavam na especialidade, costumava dizer-lhes que minha participação lhes seria importante, porque, embora não soubesse muito, conhecia quem sabia. Continuo afirmando isso, meu orgulho é poder conviver com todos vocês, que tanto sabem.

## ENTRE O TURÍBULO E O PUNHAL, O VERBO DA UTOPIA

A trajetória sinuosa de José do Patrocínio, do Império à República

Iram Rubem Pereira Brandão

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Regina Andrade dos Santos

Resumo da Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Severino Sombra, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Este trabalho tem por finalidade principal traçar a trajetória do jornalista e tribuno José do Patrocínio, privilegiando o período vivido entre as últimas décadas do século XIX e a primeira do XX, a que correspondem o sucesso da abolição, a posterior decadência do Império e a fase de consolidação do regime republicano. Da mesma forma, a ela também correspondem o sucesso e a decadência da personagem. A partir, principalmente, de sua participação na imprensa, buscam-se elementos que caracterizem sua atuação como mediador junto à opinião pública, utilizando-se dos repertórios disponíveis a cada momento. A personagem é olhada como um ator político combativo, dotado da plasticidade necessária para adaptar-se às circunstâncias de cada momento histórico e portador de um projeto de ascensão política majoritariamente liberal e republicano. Pretende-se dialogar com a memória construída sobre Patrocínio, que, ao mesmo tempo, que o mitifica como um herói abolicionista, explica a sinuosidade de sua trajetória como a expressão de uma personalidade extravagante e um caráter duvidoso. Pretende-se, pois, demonstrar que Patrocínio era um homem de seu tempo e uma testemunha de um “nó histórico” representado pelas contradições de uma época geradora de novas racionalidades e de seus discursos, que se digladiam no campo do político.

Palavras-chaves: Patrocínio- monarquia - abolicionismo - república – imprensa – espaço público - modernização

### **ABSTRACTS**

This paper aims to trace the trajectory of the journalist and tribune José do Patrocínio, particularly at the time over the last decades of the XIX century and the first of the XX, that corresponds to the successful abolition time, the subsequent decline of empire and the consolidation phase of the Republic. Similarly, it is also the time of outcome and decline of the personage. On the basis of his participation in the press, the aim is to find up elements that characterize his performance acting as a mediator, using the repertoires available at each time. Patrocínio is seen as a combative political actor, with the plasticity required to adapt himself to the circumstances of each historical moment. Besides, he had a personal political project. The purpose is to dialogue with Patrocínio's constructed memory, that treats him as an abolitionist hero and, at the same time, explains the sinuosity of his life as an expression of an aberrant personality and a dubious character. It is, therefore, demonstrate that Patrocínio was a man of his time and a witness of a "historical node" around which new politics rationalities and their corresponding discourses appears.

Keywords: José do Patrocínio - monarchy - abolitionism - republic - press - public space - modernization

## SUMÁRIO

	<b>Introdução</b>	<b>15</b>
<b>1</b>	<b>Uma Trajetória sinuosa</b>	<b>24</b>
1.1	Ganhou mas não levou	27
1.2	O “processo maquiavélico” continua	38
1.3	O Campo de luta e sua interpretação	44
<b>2</b>	<b>Retratos, palavras e vozes</b>	<b>50</b>
2.1	A Palavra de si	52
2.2	A Palavra escrita e a voz pública	56
2.2.1	A Voz do dono	68
2.2.2	O Dono da voz	74
2.3	A Voz do outro ou de como Patrocínio caiu para cima	81
2.4	A Palavra contagiante	97
2.5	Ser ou não ser um Intelectual	109
2.6	Mediador ou mentor?	114
<b>3</b>	<b>De Zeca a Tigre da Abolição</b>	<b>119</b>
3.1	Do abolicionismo de Zeca a uma liderança abolicionista	119
3.2	O Abolicionismo como um fio condutor	128
3.3	A urbanização e o abolicionismo	137
3.4	Partidos políticos e representação	142
3.5	Partido Republicano e abolicionismo	146
3.6	Cotegipe, a ruptura e a alvorada abolicionista	151
3.7	O Partido Abolicionista	155
3.8	João Alfredo, o abolicionismo e Patrocínio tudo a ver	163

<b>4</b>	<b>O Holocausto de um projeto e o anjo revelador</b>	<b>175</b>
4.1	O ouro da lei tem garantia?	175
4.2	Indenização ou república, a questão da terra	182
4.3	O pacto e o isabelismo	197
4.4	Pedro II não morreu. E agora?	201
4.5	Patrocínio e os positivismos	207
4.6	Os inevitáveis conflitos, a Guarda Negra ou uma guarda de negros?	215
4.7	Os algozes das reformas	224
4.8	João Alfredo se despede do gabinete e Patrocínio da monarquia	229
4.9	Por que João Alfredo ?	236
4.10	A busca de novos pousos	239
<b>5</b>	<b>Um Republicano diante da república</b>	<b>246</b>
5.1	Do barrete frígio à Proclamação	246
5.2	Do quepe à cartola	254
5.3	Precisa-se de um consolidador	264
5.3.1	O Barrete frígio contra o chapéu de palha	276
5.3.2	A Cartola imaculada	294
5.3.3	O Chapéu na mão	303
5.3.4	A Cartola salvadora	322
<b>6</b>	<b>Conclusão</b>	<b>346</b>
<b>7</b>	<b>Fontes e Referências Bibliográficas</b>	<b>350</b>

## INTRODUÇÃO

“Um quadro de Klee chamado *Angelus Novus* mostra um anjo que parece estar prestes a fugir de algo, que contempla fixamente. Seus olhos estão fixos, sua boca aberta, suas asas estendidas. É assim que imaginamos o anjo da história. Seu rosto está voltado para o passado. Onde vemos uma série de eventos, ele vê uma única catástrofe, que vai amontoando sem parar, escombros em cima de escombros, e os atira diante de seus pés. O anjo gostaria de ficar, acordar os mortos e reconstruir o que foi esvaçado. Mas sopra uma tempestade, vinda do Paraíso; ela atingiu suas asas com tanta violência, que o anjo não consegue mais fechá-las. Essa tempestade o empurra irresistivelmente para o futuro, para o qual suas costas estão voltadas enquanto a pilha de ruínas diante dele cresce em direção ao céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso”.<sup>1</sup>

O olhar apavorado de Benjamin, diante do horror a que a civilização ocidental levava a idéia de progresso e da civilização continuadas, mostra o desencanto de seu tempo, que vivera o holocausto do sonho do telos da história. Mas o que se quer tratar aqui é exatamente de um outro tempo, que antecede essa desilusão, uma idade da crença na libertação das luzes, nas máquinas, na ciência, na técnica; e em seus produtos, a inovação, a igualdade e a felicidade geral. Não se poderia imaginar que das luzes, sobraria a luz elétrica, da máquina a vapor, que se propunha à redenção do homem, restaria o vapor, que, ao invés de afastar as nuvens, enfumaçava os horizontes da exploração humana. O que se quer aqui é exatamente falar de um tempo de rápidas transformações, de uma aceleração das coisas e, principalmente, das idéias, que, muito antes de estarem fora de lugar, estavam em todos os lugares, rapidamente consumidas e digeridas, adaptadas às circunstâncias.

Maria Helena Machado disse de forma espirituosa que àquela época, no Brasil, vivia-se um “porre ideológico”<sup>2</sup>. Mas a bebedeira não era apenas nossa, era geral, variava apenas o gosto da bebida. Aqui, apesar dos gostos europeus, bebia-se a cachaça, a moeda de troca para que braços negros fossem trazidos da África, com a finalidade de reproduzir o escravismo mercantil e garantir o poder das elites.

Nessa efervescência de interesses e de indefinição sobre o futuro da Nação, construída sobre um paradigma senhorial, escravista e excludente, garantido por um

<sup>1</sup> BENJAMIN, Walter. Teses sobre a Filosofia da História. Apud: BERMAN, Marshall. *Walter Benjamin, um anjo na cidade*. In: \_\_\_\_\_. *Aventuras no Marxismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p.262

<sup>2</sup> MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico: os momentos sociais das últimas décadas da escravidão na Corte*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.



poder monárquico, forças se levantam em nome do progresso, que necessariamente deveria compreender mudanças, desde que não se alterasse a ordem estabelecida. A discussão sobre a escravidão faz parte desse ideário. Um grupo entende que ela tinha uma natureza “elástica”, porque envolvia e contaminava todos os segmentos da sociedade e sua extinção seria uma exigência para o ingresso do país no mundo civilizado. A ousadia chegaria ao limite, quando propôs a quebra da propriedade do braço e da terra.

A discussão iria se expandir, acentuando-se ao final dos oitocentos, no momento em que haverá uma ampliação do espaço público, marcada por significativa ação da imprensa, dos espaços de sociabilidade e da participação popular, facilitada pelo movimento abolicionista e pela necessidade de representação dos segmentos sociais emergentes.

Nesse período, confrontam-se diferentes discursos reformistas, apropriando-se dos conceitos de *modernização*, *democracia* e *liberdade*, polarizados – em maior ou menor grau - na oposição monarquia/ república, mas que pertencem a uma mesma formação discursiva.

É nesse cenário que surge a personagem desta pesquisa, o jornalista e tribuno José do Patrocínio, um intelectual que mesmo ausente do panteão dos ideólogos, cumpriu importante papel, de caráter eminentemente pragmático, na ação política, como mediador junto à opinião pública.

Observando-se sua trajetória, percebem-se oscilações e aparentes contradições, que não podem ser explicadas apenas como produtos de um comportamento desviante, condicionado por traços personalógicos. Ao contrário, ele parece ter encarnado as subjetividades necessárias para resistir às circunstâncias de diferentes momentos.

Embora haja uma tendência de interpretá-la por uma psicologização, essa via é fruto de uma confusão de olhares sobre sua vida pessoal e sua conduta pública. .

Patrocínio possuía um projeto de ascensão política, fundamentado em idéias liberais e republicanas, caracteristicamente suprapartidário, sustentado inicialmente pelo abolicionismo reformista, que é colocado como um ideal.

Seu discurso, aparentemente enviesado, refletia o uso dos repertórios disponíveis, dirigidos a seus objetivos.

Apesar das críticas contumazes quanto à sua participação na Proclamação da República, ela representou uma mediação importante, que, inclusive, repercutiu internacionalmente.

Aos poucos, em confronto com as propostas políticas do novo regime, mostrou-se um defensor árduo de um projeto centralizador, presidencialista forte, mas - acima de tudo- civilista.

Sua memória, antes objeto de disputa entre a visão do mito abolicionista e do anti-herói arrivista, repleto de artimanhas, hoje vem sendo enquadrada como símbolo contra a discriminação racial.

A partir daí, estabeleci como objetivos gerais,

- Analisar sucintamente a evolução do republicanismo no Brasil dos primeiros períodos do século XIX até a proclamação da República.
- Analisar a importância de uma ressignificação do espaço público e de sua posse como elementos estratégicos para os discursos políticos concorrentes no final do oitocentos.

E especificamente,

- Analisar a construção da memória sobre Patrocínio a partir dos diferentes discursos que se fizeram à sua época e na contemporaneidade.
- Analisar , a partir dos conteúdos discursivos de Patrocínio, a evolução de suas idéias a respeito do binômio Monarquia-República .
- Analisar no discurso de Patrocínio as referências a temas como *abolição, imprensa, partidos políticos, representação, reforma, revolução, democracia, povo e federalismo, comparando-as, na medida do possível, com outros discursos coetâneos*, inclusive de sua própria imprensa.
- A partir de todos esses elementos, analisar a participação de Patrocínio como um ator político, sua relação com as idéias políticas e os demais atores, principalmente a imprensa e os partidos, na conturbada transição império/ república.

A este trabalho interessa exatamente essa trajetória polêmica, que experimentou o êxito durante a campanha abolicionista, mas que passada a glória viu-se envolta progressivamente no esquecimento. Segui o caminho da personagem, privilegiando sua atuação na imprensa, expressão maior de sua ação, conforme será explicado oportunamente, no decurso do texto, quando trato das fontes. O propósito não foi o de fazer uma cronologia, seguindo acriticamente uma cadeia de eventos, mas tratar de temas, centrados na ótica de Patrocínio, que, por vezes, exigiram idas e vindas no tempo e no espaço. Temas que representam escolhas priorizadas de acordo com a lógica da própria personagem. Reconheço que, apesar disso, omiti algumas discussões

importantes como, por exemplo, o aprofundamento das relações da personagem com outros *ismos* de sua época, tais como o liberalismo e o socialismo. Também não aprofundei a atuação da personagem nas complexas relações da política municipal. Estas foram intencionais, porque, a meu juízo, exigiriam pesquisas mais profundas e uma dedicação exclusiva. Pelas outras, desde já, peço desculpas.

O objetivo foi de problematizar as circunstâncias havidas no período recortado, refletindo sobre os fenômenos políticos, relacionando-os às redes de poder na sociedade.

O que pretendo é ajudar a entender a personagem em suas circunstâncias e as próprias circunstâncias sobre ela: seu conteúdo discursivo e relacional. Se o literato veste a personagem, cabe ao historiador desnudá-la. Não se quer apenas contar sobre o Patrocínio abolicionista e republicano ou sobre o político sinuoso, mas iluminar as estratégias que tornaram possíveis os discursos sobre cada um deles. Procurei fugir da psicologização essencialista, mas também dos reducionismos estruturalistas. Não o funcionalismo das determinações conjunturais sobre ele, mas suas próprias contradições, escolhas e equívocos possíveis. Para isso, parti do entendimento das ações humanas como sendo escolhas balizadas por um leque de oportunidades e constrangimentos de natureza múltipla, ou seja, de um conjunto de representações comuns. Outro ponto de reflexão foi o de seu papel como intelectual, entendido como instrumento de criação e mediação, suas redes relacionais e estratégias.

Busquei indícios que sustentassem as hipóteses, na perspectiva de uma história política ampliada, contemplando os aspectos sócio-culturais, políticos e econômicos, que envolviam o final do Império, a transição e a aurora da República.

A divisão dos capítulos procura seguir a lógica do trabalho, que é a de usar a trajetória de José do Patrocínio como um instrumento de iluminação das relações do entorno. Se a fiz do fim para o começo, foi para que se permitisse, *ab initio*, perceber a importância da personagem como um ator político.

O capítulo I, *Uma Trajetória Sinuosa*, representa uma síntese cronológica desse caminho, começando pelo seu ingresso na imprensa, até despedir-se melancolicamente dela e da vida, fatos absolutamente coincidentes. Trato de sua inserção no projeto abolicionista da Corte e das conseqüências imediatas da Abolição para o grupo. No sub-capítulo 1.1, *Ganhou, mas não levou*, aprofundo essa discussão sobre a derrota do projeto abolicionista, descrevendo a reação de seus quadros diante da impossibilidade. E, no sub-capítulo 1.2, *O processo maquiavélico continua*, mostro a pertinácia de

Patrocínio em manter-se na defesa de um projeto emancipador. Finalmente, no sub-capítulo 1.3, *O campo de luta e sua interpretação*, procurei fazer uma análise das circunstâncias, dirigindo o trabalho para o campo da história política, que é dissecada em sua própria história, apontando para a escolha de uma linha centrada em Pierre Rosanvallon.

No capítulo II, *Retratos, Palavras e Vozes*, estabeleci a metodologia da construção biográfica. A biografia é discutida não como uma história menor a ser diluída em outra “história mais forte”, como disse Levy Strauss,<sup>3</sup> mas na sua importância e autonomia na historiografia contemporânea. No sub-capítulo 2.1, *A Palavra de Si*, dei voz à própria personagem, aproveitando os discursos sobre si. Naturalmente, isso se acompanha do cotejo de interpretações outras de coevos ou não. No sub-capítulo 2.2, *A palavra escrita e a voz pública*, faço uma discussão alentada sobre a importância da imprensa como ator político e na mediação entre a sociedade e o Estado, principalmente na transição do Império para a República, culminando com a discussão sobre seu emprego como fonte. A linha de questionamento se assenta na interpretação da imprensa como um ator político, capaz de produzir discursos e estratégias. Dividindo o sub-capítulo em dois itens, 2.2.1. *A voz do dono* e 2.2.2. *O dono da voz*, particularizo a questão em José do Patrocínio e seus jornais, ilustrando essa relação à luz da proposição de que existe um nexo direto entre o texto publicado e a propriedade da folha.

Continuando o capítulo II, em 2.3, *A voz do outro ou de como Patrocínio caiu para cima*, coloco um dos elementos que julgo mais importantes nesta pesquisa, a construção e a disputa pela memória de Patrocínio. Adiante, no 2.4, *A palavra contagiante*, utilizo-me de discursos da personagem, para colocar em discussão dois aspectos relevantes nas referências que se fazem sobre ela, seria um revolucionário? E mais, seria uma liderança negra? Esses questionamentos se fizeram à época e se mantêm atuais. No sub-capítulos 2.5, *Ser ou não ser um intelectual*, e 2.6, *Mediador ou mentor?*, baseado nas idéias de autores franceses, como Winock e Foucault e na concepção atual da antropologia social, discuto a natureza do intelectual, não como ser autônomo, acima das consciências, mas pensado em igualdade com seus pares, em suas redes relacionais, assim como suas possibilidades de mediação.

---

<sup>3</sup> STRAUSS, Levy. *La Pensée Sauvage*. Plon, 1962, pp. 340-348. Apud: VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História e Foucault Revolucionou a História* (4ª ed.). Brasília: UnB, 1998, p.26

No sub-capítulo III, *De Zeca a Tigre da Abolição*, inicio a discussão sobre a opção política de Patrocínio, quando abre mão da matéria médica, pela política. Começo, pelo sub-capítulo 3.1, *Do abolicionismo de Zeca a uma liderança abolicionista*, procurando revisitar a ambiência universitária e jornalística dos primórdios da formação do jornalista negro, na tentativa de afastar as inevitáveis naturalizações atribuídas aos mitos. No sub-capítulo seguinte, 3.2, *O Abolicionismo como um fio condutor*, a proposta foi de mostrar a importância do abolicionismo para aquela geração de atores, que postulava chegar ou manter-se na política, a despeito de suas ligações partidárias ou não, de contra ou a favor. Contesta-se a idéia de que o abolicionismo tivesse um caráter evolutivo, passando a tornar-se político apenas quando passou a ser discutido no Parlamento. No sub-capítulo 3.3, *A urbanização e o abolicionismo*, o mote passa a ser as relações entre o movimento e os segmentos urbanos, o espaço público. E, ainda, como o abolicionismo avança como uma bandeira no plano político formal. No sub-capítulo 3.4, *Partidos políticos e representação*, procurei introduzir a situação dos partidos e suas relações com o poder central, para no sub-capítulo 3.5, *Partido Republicano e abolicionismo*, tratar especificamente do partido Republicano, e no 3.5, *O partido Abolicionista*, das possibilidades de um partido abolicionista.

Continuando a historiar as relações de Patrocínio, olhadas por sua participação no abolicionismo, no sub-capítulo 3.6, *Cotegipe, a ruptura e a alvorada abolicionista*, discuto o momento importante, que foi a manifestação explícita da Regente favorável à abolição, com a deposição de Cotegipe e a ascensão do gabinete João Alfredo. No sub-capítulo 3.7, *João Alfredo, o abolicionismo e Patrocínio tudo a ver*, mais uma vez, a questão é particularizada em Patrocínio, nas suas ligações com o novo gabinete: uma relação de fidelidade, que como será visto no decorrer do trabalho, acompanhará para sempre a personagem. E, mais importante, é o momento da adesão de Patrocínio, um republicano declarado, a um projeto de terceiro reinado, sob a alegação da precedência da abolição sobre a república.

O capítulo IV, *O Holocausto de um Projeto e o Anjo Revelador*, começa a anunciar a derrota do projeto abolicionista da Corte e a volta de Patrocínio à lide republicana. De início, coloco em discussão, no sub-capítulo 4.1, *O ouro da lei tem garantia?*, as ameaças à própria abolição; a presença dos libertos, vista como ameaçadora, fosse no campo ou na cidade e as medidas consideradas saneadoras, para a garantia da ordem. Em seguida, no sub-capítulo 4.2, *Indenização ou república, a*

*questão da terra*, apresenta-se a nova disputa, as disputas pela indenização do braço escravo libertado, assim como pela garantia da indivisibilidade da terra. Mais do que opiniões, agora eram pressões vindas de um republicanismo oportunista dos proprietários. As relações entre a lavoura e o Estado, na luta por auxílios, são revistas, procurando esvaziar o reducionismo de considerar o Estado Imperial como um agente do interesse da classe senhorial.

Na continuidade do capítulo, temas mais focais, relacionados especificamente com Patrocínio, são analisados. No sub-capítulo 4.3, *O pacto e o isabelismo*, discuto as relações entre Isabel e Patrocínio, que evoluíram da perseguição aberta do jornalista à figura imperial, até seu endeusamento, na criação do ícone da Redentora, passando por dissensão importante, quando da queda do gabinete João Alfredo. Além disso, cogito, as possíveis relações da Princesa com o projeto abolicionista da Corte. No sub-capítulo 4.4, *Mas Pedro II não morreu. E agora?*, trato do marco relevante para o esfriamento do projeto: o retorno de Pedro II e a retomada das ações dilatórias para a abolição. Utilizo-me de um longo editorial de Patrocínio, onde ele faz o diagnóstico da situação do país e propõe medidas corretivas, que passavam pelo modelo alemão.

Como instrumento de reflexão para o pensamento político de Patrocínio, no sub-capítulo seguinte, 4.5, *Patrocínio e os positivismos*, introduzo uma análise sobre a relação dele com os positivismos, que revolucionavam as idéias da época. Pela importância do tema, a discussão se estende pela república, mostrando diferentes momentos dessa trama de permanências e rupturas. No sub-capítulo 4.6, *Os inevitáveis conflitos, a Guarda Negra ou uma guarda de negros?*, trago o tema palpitante, quando se fala de Patrocínio, sobre suas relações com a Guarda Negra e desta para com o poder, procurando situá-las na percepção de um estranhamento em meio a diversas experiências libertárias.

Já antecipando o fim das relações entre Patrocínio e o Império, no sub-capítulo 4.7, *Os algozes das reformas*, procurei identificar, na visão dele, quais seriam os algozes do projeto reformista. Para, em seguida, selar definitivamente o fim de suas relações com a Corte, no sub-capítulo 4.8, *João Alfredo se despede do gabinete e Patrocínio da monarquia*. Com o propósito de ajudar a lançar alguma luz sobre a polêmica que gira em torno das relações entre o jornalista negro e o Conselheiro João Alfredo, introduzi alguns elementos no sub-capítulo 4.9, *Por que João Alfredo?* Encerrando o capítulo, procurei no 4.10, *A busca de novos pousos*, mostrar as opções de Patrocínio, agora desembaraçado do compromisso monárquico. É exatamente aí, que ele

procura surgir como o anjo revelador de uma boa nova, mas que nunca lhe será alvissareira.

No capítulo V, *Um Republicano diante da República*, ocupei-me em mostrar as relações da personagem com o novo regime, o entusiasmo inicial, a oposição franca, as adesões episódicas e o ostracismo. No sub-capítulo 5.1, *Do barrete frígio à Proclamação*, alicerçado numa revisão historiográfica, quero mostrar a importância do espaço público e da ação coletiva na proclamação da República, dialogando com o mito da bestialização e da naturalização do republicanismo. Ainda neste item, procurei oferecer uma visão alternativa à idéia hegemônica da inconsistência e do triunfalismo de Patrocínio em colocar-se como o proclamador civil da República. No sub-capítulo 5.2, *Do quepe à cartola*, trato das manifestações do jornalista sobre a classe militar, olhando-as em diversos momentos, ilustrando uma relação cerimoniosa, que, apesar de seguir a corrente geral do apelo ao salvacionismo, mostrava uma opção franca pelo civilismo.

Antes de continuar a descrição do capítulo, julgo oportuno explicar que para o apoio teórico usei autores, como Belo, Boherer, Oliveira Viana, Sodré e outros, que são alinhados como pertencentes a correntes historiográficas consideradas fatuais e descritivas. Consciente de que não há história sem fatos, eles foram, para mim, as balizas do ocorrido, marcando os eventos para a discussão. Apesar dessa utilização, procurei fugir do modelo clássico da República distinguida pelos períodos presidenciais. Procurei dar uma continuidade que possibilitasse colocar em evidência exatamente as descontinuidades, traduzidas no discurso de Patrocínio. Uma delas, é a idéia da busca da consolidação do processo republicano, que entre nós se fizera com prejuízo da institucionalização. Nessa linha historiográfica, procurei valer-me da obra de Renato Lessa, de contribuições diversas como José Murilo de Carvalho, Lucila de Almeida Neves Delgado, Marieta Ferreira e outros. Assim, estabeleci como sub-capítulo 5.3, *Precisa-se de um consolidador*, a preocupação de Patrocínio em consolidar a República, defendendo para isso um projeto presidencialista forte, porém civil. O difícil equilíbrio da personagem em colocar-se num ponto equidistante da restauração monárquica e do jacobinismo, porém declarando-se republicano.

Outro tema contemplado foi, no item 5.3.1, *O barrete frígio contra o chapéu de palha*, as relações tumultuadas da República emergente com o messianismo conselheirista, considerado como manifestação revolucionária monarquista. A preocupação em trazer o tema é porque ele coloca ambigüidades importantes no

discurso de Patrocínio, que são discutidas. Outro marco relevante na trajetória de Patrocínio virá no item 5.3.2, *A cartola imaculada*. Finalmente, assumia um presidente civil e dele dependia a consolidação da República, o que se passara antes seria apenas um amontoado amorfo, um ensaio de regime. Apesar dos percalços iniciais e da idolatria que seguiria em relação ao novo Presidente, por parte do jornalista, eram reconhecíveis as dificuldades institucionais e econômicas, que desembocariam numa crise, que será discutida no item seguinte, 5.3.3, *o chapéu na mão*, onde será analisada a filosofia ortodoxa de Patrocínio sobre políticas financeiras, especialmente sua visão crítica em relação ao modelo implantado no país, que irá da negação à louvação, que será mostrada no item 5.3.4, *a cartola salvadora*. É o período de decadência do jornal frente à oposição majoritária, afinal Patrocínio comprara a causa inglória de defesa do governo Campos Sales. Mas é também o período de sua dedicação máxima ao projeto de construção de um dirigível, que seria, para ele, um resgate da honra do povo brasileiro.

Se fosse resumir esse trabalho, diria que andei talvez na contra-mão de uma tendência da biografia contemporânea, que é de dar voz aos anônimos. Patrocínio é um homem renomado. Mas pergunto, quem são os renomados? Por que são renomados? Seriam assim tão renomados, exatamente porque anônimos? No aquário da exposição pública, não estariam flutuando bem abaixo do sobrenadante dos rótulos e enquadramentos a que foram submetidos? Esta foi minha tentativa.

Finalmente, durante as exéquias de Patrocínio, em meio às louvações que se faziam pelas ruas e pela imprensa, alguém, cujo nome se perdeu, escreveu “na sua mão, a pena transformava-se conforme sua opinião, ora em turíbulo, ora em punhal envenenado”.<sup>4</sup>

Concluí que ambos, o turíbulo e o punhal, serviram em suas mãos à tentativa pertinaz de escrever o verbo da utopia.

***“Volta à minha mão grossa de combatente, ó pena amiga, martírio e consolo, taça inesgotável de fel e aurora perpétua do futuro, antítese magnética que és o meu deleite e o meu tormento”***

***José do Patrocínio, 1884***

---

<sup>4</sup> CUNHA, Ciro Vieira da. *No Tempo de Patrocínio*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1960, p.166



## CAPÍTULO 1 UMA TRAJETÓRIA SINUOSA

*(...) o cadáver, vestindo terno de casaca preta e gravata branca está encerrado num caixão de vinhático envernizado de preto, tendo as argolas de metal branco e meia tampa de vidro de cristal, e, retirado da urna em que repousava, foi depositado no jazigo número vinte e oito A, de propriedade da família do mesmo finado, tendo mais a declarar que em cima do caixão estava gravada uma placa de bronze, com a seguinte inscrição: “Encerra este caixão, mandado construir pela Confederação Abolicionista, o cadáver do grande libertador José do Patrocínio(...), tabelião Andrônico Tupinambá.”<sup>5</sup>*

Urgia terminar os artigos, para ainda entregá-los em *A Notícia*, conforme fizera na véspera para *O País*. Pega da pena, escreveria sobre a criação de uma sociedade protetora dos animais,

Fala-se na organização definitiva de uma Sociedade Protetora dos Animais. Eu tenho pelos animais um respeito egípcio. Penso que eles têm alma, ainda que rudimentar e que eles sentem conscientemente revoltas contra a injustiça humana (...).<sup>6</sup>

O texto continua, mas não vai longe. A pena do articulista se queda, enquanto hemoptises incoercíveis se sucedem. É o fim. Em 30 de janeiro de 1905, numa humilde casa de subúrbio, morria José Carlos do Patrocínio, jornalista e tribuno negro que empolgara a campanha abolicionista e depois fortalecera a resistência ao jacobinismo e ao despotismo dos primeiros governos republicanos. Seu enterro foi apoteótico, três cortejos fúnebres, prestigiados por dezenas de milhares de pessoas, autoridades da República, jornalistas, intelectuais, companheiros da Academia Brasileira de Letras e muita gente do povo. Como numa via sacra, muitas paradas, onde se ouviam discursos laudatórios; e junto ao túmulo, flores e banda de música. “Parecia que o féretro ia boiando sobre as palpitações de um imenso oceano”, escreveu Bilac.<sup>7</sup> O Congresso Nacional dedicou-lhe homenagens especiais. Sugeriram erigir-lhe um monumento com recursos de todos os locais onde houvesse existido escravos.<sup>8</sup> Uma celebridade? Sem dúvida. Uma trajetória de sucesso? Nem tanto. Morria, escrevendo para jornais alheios, com algumas poucas moedas no bolso e muitas dívidas, o homem considerado um

<sup>5</sup> *A Notícia*, 12/02/1905. Auto de Cerimônia de Enterramento, cemitério de São Francisco Xavier, 12/02/1905. Tabelião convidado pela Irmandade de N.S<sup>a</sup>. do Rosário e São Benedito. O corpo foi encomendado pelo padre Ricardo Seve.

<sup>6</sup> SENNA, Ernesto. *Rascunhos e Perfis*. Brasília: UnB, 1983 ( Coleção Temas Brasileiros, n.49), p.307-9

<sup>7</sup> KOSMOS, Rio de Janeiro, vol.II, fevereiro de 1905. “Crônica”

<sup>8</sup> MAGALHÃES JR, Raimundo. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. São Paulo: LISA; Rio de Janeiro: INL, 1972, p. 408-12

exponente da causa abolicionista, que ainda perseverara na luta política, mas sucumbira diante do esquecimento.

Filho de uma escrava e de um padre, seu senhor, Patrocínio, nasceu em Campos a 8 de outubro de 1854 e, após tentativas frustradas em sua cidade natal, decide vir para a Corte em 1868. Com poucos recursos, começou trabalhando num laboratório da Santa Casa, por intermédio de um amigo médico. Também através de amizades, conseguiu moradia e estudos que o levaram a graduar-se como farmacêutico. Mas seu destino seria a política.

Chegara ao Rio de Janeiro num período especialmente conturbado em que o imperador, usando do poder Moderador, a um só tempo, derrubara o gabinete liberal de Zacarias de Góis e abrira uma grave crise de legitimidade para o novo gabinete conservador, do visconde de Itaboraí, que ficara colocado frente a um parlamento majoritariamente liberal. Uma crise institucional, que começava a colocar em xeque as estruturas monárquicas. A isso, aos poucos, foram se ajuntando os anseios crescentes de representação política das classes urbanas emergentes, dos militares vitoriosos na guerra do Paraguai; e a influência das idéias ilustradas. Apesar da diversidade, o consenso é da necessidade de reformar o Brasil, para colocá-lo em meio às nações desenvolvidas.

Os países anteriormente colonizados, ao se tornarem independentes, defrontam-se com questões comuns. O que somos? O que queremos ser? E como fazê-lo? Ou seja, como organizar o Estado, construir a Nação, estabelecer um regime e um poder legítimos? Diferentes escolhas, que refletem diferentes poderes, se digladiam na tentativa de imposição de sua vontade. No Brasil, venceu um projeto de inspiração liberal, mas que manteve a ordem senhorial e escravista<sup>9</sup>, cabendo à Monarquia, com seu simbolismo, ser o elemento cêntrico, o eixo aglutinador, capaz de produzir a necessária força centrípeta e disciplinar as centrífugas.<sup>10</sup>

No entanto, restaria criar o *brasileiro*. Deveria agora a Monarquia instituir a Nação, construindo para ela um passado glorioso, um presente exultante e fazendo acreditar num futuro próspero. Os mitos de origem falavam de uma natureza luxuriosa,

---

<sup>9</sup> PRADO, Maria Emília. *Memorial das Desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil 1870-1902*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p.20. Hebe Mattos chama a atenção para a similitude da situação nos Estados Unidos e em toda a Afro-América. Nos Estados Unidos, as lideranças revolucionárias eram escravistas. *Apud MATTOS, Hebe Maria Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, pp 7-10

<sup>10</sup> A discussão entre a existência ou não de um poder concreto nas mãos da Coroa, ou seja, se a monarquia tem apenas caráter simbólico ou exerce poder de fato pode ser vista no debate entre Graham e Schwarcz in: *Diálogo: Universidade Estadual de Maringá*, v.5. n1, 2001

do indígena audaz, de uma concepção paradisíaca, onde as três raças teriam sido capazes de fundar uma Nação, mantida e garantida pelo estado monárquico. Às artes, especialmente a literatura, caberia dar conta dessa narrativa edificante, cujo modelo seria buscado no ocidente europeu. Um discurso que, se por um lado incensava os valores civilizados da nobreza, pelo outro tinha que compor com a mancha da escravidão.<sup>11</sup> Na segunda metade do século XIX, por influência da mentalidade ilustrada européia, o simbolismo do exuberante cede o lugar a atitudes cidadãos : a pompa e o luxo abdicam diante das exigências de uma monarquia moderna, de uma democracia coroada.<sup>12</sup> Essa nova representação se traduzirá em novos valores sociais, que atingirão o imaginário intelectual.<sup>13</sup> O imperador, pela via da ilustração, colocava o saber no poder e a atividade intelectual tornava-se um instrumento político. O bacharelismo inicial seria secundado pelo intelectual científico, engajado num projeto reformista, de inspiração européia, ainda que dentro dos limites da moderação.

Simultaneamente, convivia-se com um americanismo, que influenciava, de forma ambivalente, setores importantes das elites. Falava-se, ao mesmo tempo, na superação da herança do territorialismo português e nas ideologias escravistas oriundas do sul dos Estados Unidos. Os americanos do norte eram uma alternativa à Inglaterra, antecipando uma nova ordem internacional.<sup>14</sup>

Novos atores políticos urbanos ascendem no espaço público que se reforma, trazendo novas representações e práticas conflitantes. Exploram-se as contradições da fase final do Império, ditadas inclusive pela colocação pública das dissensões intra-elites. Configura-se um imaginário reformista, regenerador e civilizador, cujas palavras de ordem passariam a ser abolição, república e democracia. O Estado imperial perdera a capacidade de gerir o progresso numa perspectiva continuista. Era necessário um salto qualitativo.

A monarquia, que até então cumpria seu papel de elemento cêntrico, torna-se incapaz de disciplinar as forças centrífugas, e - como observa com muita propriedade Ricardo Salles - alguns membros da elite e intelectuais, que deveriam responder pela

---

<sup>11</sup> **SCHWARCZ**, Lílían Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.82

<sup>12</sup> *Idem*, p.321

<sup>13</sup> **HERSCHAMNN**, Micael M. & **PEREIRA**, *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.14

<sup>14</sup> **CARVALHO**, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 1998, p.94

continuidade do império, acabam por levantar questões que ajudam a desgastar a instituição.<sup>15</sup>

Há, pois, um movimento em curso, que envolverá principalmente os segmentos urbanos, com militâncias que operarão de acordo com estratégias diversas, alguns priorizando a república, outros a abolição. Patrocínio adere a ele, unindo-se a uma elite intelectual que envolvia abolicionistas monarquistas liberais, como Joaquim Nabuco, André Rebouças e Taunay; mas também republicanos que, como ele, tinham priorizado a abolição, João Clapp, Ennes de Souza e Vicente de Souza. Um projeto que, como será visto, não deveria terminar apenas com a libertação dos escravos, porque propunha questões mais amplas, como sejam a república, as novas relações de produção e a questão da inclusão do liberto. Um projeto liberal, em certa medida apoiado no Estado, a quem caberia remover os obstáculos ao livre desenvolvimento.

### 1.1 – Ganhou, mas não levou

A escravidão no Brasil, conforme Salles, era o “principal instituto social”, produto da imposição de características regionais particulares, seria como uma marca identitária, que diferenciaria uma natureza americana, mas que simultaneamente permitiria o ingresso das *luzes*. Essa cultura política tornava impossível uma compreensão universalizada da liberdade humana.<sup>16</sup>

Alguns dos projetos civilizadores passavam necessariamente pela questão étnica, fosse o racialismo civilizador, favorável ao branqueamento; fosse o da louvação do mestiço como elemento simbólico da Nação<sup>17</sup>. Nestes, a questão se situava entre apagar o passado africano ou resgatar a raça negra.<sup>18</sup>

Contrariamente ao discurso corrente ao final da década de 80, que atribuía ao negro as mazelas do país, para o projeto abolicionista da Corte, liderado principalmente por Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio, a grande questão nacional estava na escravidão e nas suas conseqüências, afinal ela teria moldado o país no político e no mental.<sup>19</sup> A solução proposta era ousada, excedia a libertação formal, lutava também para inserir o liberto, algo que acreditavam pudesse ser a verdadeira

<sup>15</sup> SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: Um Pensador do Império*. Rio de Janeiro: Top Books, 2002, p.107

<sup>16</sup> *Idem*, pp. 49-51

<sup>17</sup> *Idem*, pp. 112-113

<sup>18</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 1989, p.170.

<sup>19</sup> SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 112

redenção da nação brasileira, ou seja, transbordava de uma proposta restrita de emancipação cidadã, para o ideal de emancipar o país. Não se desejava acabar com a escravidão apenas por sua ilegitimidade ante as idéias morais, mas por suas conseqüências objetivas sobre a economia e a política.<sup>20</sup> E, ainda mais radical, propunha que a liberdade fosse imediata e sem indenização dos proprietários, o que fez da abolição um divisor de águas político.

Tratava-se – na voz de seus defensores - de um projeto suprapartidário, porque os partidos existentes estavam comprometidos com a situação gerada pelo escravismo. O abolicionismo, dizia Nabuco, deveria constituir a chave de cada partido, e, não sendo, gerara o anacronismo de existir um partido republicano antes que se fizesse a abolição.<sup>21</sup> Não bastava contudo eliminar apenas o suporte legal da escravidão, para garantir a liberdade era necessária uma reforma social, que eliminasse os dois pilares de sua sustentação: o latifúndio e a monocultura.<sup>22</sup>

Conforme Nabuco,

Desta vez não mais contra os interesses de sua expansão [do escravismo] (...) ou das suas esperanças [o produto do ventre escravo], mas diretamente contra suas posses, contra a legalidade e legitimidade de seu direito (...)<sup>23</sup>

No cerne, além da proposta de abolição imediata sem indenização, estava a *democracia rural*, de André Rebouças, uma reforma fundiária capaz de inserir o liberto pela propriedade da terra.<sup>24</sup> Embora a inspiração original fosse o modelo americano da pequena propriedade, marcado pela iniciativa individual e de rápida transformação, tivera que ceder à imposição de um gradualismo político-institucional, sob a égide da monarquia, conforme o modelo de Nabuco.<sup>25</sup>

Ambos, embora monarquistas, admitiam para o futuro a possibilidade de uma república idealizada, fruto de uma evolução natural, mas que só seria possível após a inclusão cidadã e a reforma fundiária. Conforme Rebouças,

<sup>20</sup> NABUCO, Joaquim. *O Abolicionista*. Londres: Typographia de Abraham Kingdom e Cia, 1883, p.4

<sup>21</sup> *Idem*, p.13

<sup>22</sup> JUCÁ, Joselice. A Questão Abolicionista na Visão de André Rebouças. In: *Cadernos de Estudos Sociais*, v.4, jul /dez, 1998, p.208

<sup>23</sup> NABUCO, Joaquim. *Op.Cit.*, p 4

<sup>24</sup> *Cidade do Rio*, 22/06/1888, “*Republicanas IV*”: André Rebouças escrevia: “Não adianta lutar contra o progresso (...) Não há mais lugar para patriarcas nem para barões feudais. A aristocracia territorial já é impossível no Velho Mundo, quanto mais na jovem e ardente América, o futuro pertence à democracia rural”. Rebouças defendia também a imigração, mas com a garantia de que os colonos também se transformassem em pequenos proprietários.

<sup>25</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Op.Cit.*, pp.122- 158

A nossa república, a república ideal virá em devido tempo, quando não houver mais “landlords”, quando tiverem desaparecido os monopolizadores de terra, quando tiverem acabado os exploradores de seus semelhantes, quando for impossível a impunidade feudal, o tripúdio dos assassinos confessos, comprando advogados, juizes e jurados, bailando sobre [ilegível] de polícia (...).<sup>26</sup>

José do Patrocínio, jornalista, tribuno e liderança popular abolicionista, também defendia a cessão de terras aos libertos, transformando-os em pequenos proprietários. Num “meeting” abolicionista, em 1885, dissera, “(...) o país que não regateia proteger o europeu que nada vem fazer na lavoura, não pode negar-se a proteger o ex-escravo que tudo tem feito(...)”.<sup>27</sup>

Ele era um republicano exaltado que, em 1886, insuflava uma platéia paulista contra a monarquia,

A escravidão é uma grave questão em que se deve dar responsabilidade a quem tem. Não foram os abolicionistas e os republicanos que fizeram este estado de coisas, mas sim o malfadado sistema de governo que nos rege. Nós, os republicanos, nas três revoluções, deste país, em 1789, 1817 e 1835 tratamos da resolução do problema da escravidão. A monarquia, recebendo de José Bonifácio uma constituinte onde se tratava da extinção gradual da escravatura, não a adotou e se adotou a supressão do tráfico. Foi forçada pelos ingleses (...) Quando um governo não cuida dos interesses do país, ou é inepto e não deve ser tolerado ou é um traidor e deve ser banido (...) A monarquia é um abscesso no corpo humano, que é preciso rasgar para não danificar o organismo pela infecção purulenta. Cada dia de vida que concedemos a esta forma de governo é um dia de morte para a dignidade da pátria.<sup>28</sup>

No entanto, para defender a primazia da abolição sobre a República, abre uma polémica com o partido Republicano, denunciando o republicanismo oportunista das oligarquias de São Paulo. Passa a defender abertamente a Monarquia, por perceber as mudanças havidas na terceira Regência, quando Isabel demite Cotegipe e determina ao gabinete de 10 de março, do conservador João Alfredo, que obtenha uma solução para a questão servil. Ele explicará

O abolicionismo sempre teve um programa mesmo se ele nunca abriu um debate sobre as melhores formas de governo; o abolicionismo criticou a monarquia e o fará todas as vezes que ela impedir a realização das reformas sociais iniciadas no dia 13 de maio de 1888. (...) Na verdade, eu sou inteiramente coerente com a Ciência Política quando, em nome do meu amor pela liberdade, eu apóio a monarquia. Eu a apóio porque ela nos promete a integridade e o progresso realizado através da democracia rural; e eu me oponho a essa república porque ela nos levará à aristocracia rural, a mais audaciosa e mais bestial.<sup>29</sup>

<sup>26</sup> *Cidade do Rio*, 19/06/1888. “*Republiquistas II*”

<sup>27</sup> Conferência na Sessão da Confederação Abolicionista de 17/05/1885. Patrocínio falava após a queda de Dantas, que apresentara um projeto de reforma do trabalho servil, que pela primeira vez, trazia a proposta de cessão de terras para a pequena propriedade. *Apud SANTOS*, Cláudia Regina Andrade dos. *Abolicionismo e Visões de Liberdade*. In: RIHGB, Rio de Janeiro, 168:437, out-dez 2007, p. 328

<sup>28</sup> *A Província de São Paulo: “Os Republicanos e a Abolição”*, transcrito pela *Cidade do Rio* em 11/05/1888

<sup>29</sup> *Cidade do Rio*, 18/05/1888, artigo de Patrocínio esclarecendo sua posição em defesa da Monarquia. O conteúdo deste artigo será revisto no subcapítulo 4.2, “*Indenização ou República, a questão da terra*”

No parlamento, a bancada abolicionista avulta; na sociedade, o círculo intelectual se entusiasma, as novas camadas urbanas apóiam e a monarquia adere. Ameaçados em sua autoridade e sob o risco da perda de braços, em virtude da crescente resistência escrava também no eito, grande número de proprietários se alinha com a necessidade de emancipação. Já não há saída. A abolição se faz pela via legal, e acabaria passando à história como um voluntarismo de abolicionistas e da Princesa Regente – a Redentora. Apesar de toda a ousadia, o insucesso, porque no 13 de maio passaria apenas a libertação formal dos escravos, o grande projeto social do abolicionismo resvalara nas traves dos interesses proprietários.

Patrocínio alertava,

Os que salvaram o homem do cativeiro, não o devem esquecer agora na miséria. Já que a vingança dos senhores é essa, ao governo cumpre dividir a terra, estabelecer colônias para os que não têm cabana, recolher os que caminham sem destino pelos desvios das matas (...) dormindo nas grutas, morando nas tocas (...). A divisão de terras é uma necessidade palpitante.<sup>30</sup>

Ainda que preservados esses interesses, tratava-se de uma situação disruptiva, o partido Republicano, que perdera terreno para a Abolição, ganharia agora a adesão maciça dos descontentes, da aristocracia rural, os *quatorzistas*,<sup>31</sup> que, usando a república como ameaça, lutariam pela indenização de suas perdas em braços, já que conseguira garantir a posse de seus domínios. A luta agora passará a se fazer contra ou a favor do *indenizismo*.

A partir daí, o Império será confrontado com a exacerbação da propaganda republicana e a crescente adesão ao republicanismo, o que impunha a adoção de estratégias de resistência. Era necessário aplinar as apregoadas contradições entre a monarquia e a república, que faziam parte da estratégia da propaganda republicana, que para isso, se aproveitava também do descrédito em que caíam as razões monárquicas. Já se questionavam a tradição, alardeada como uma defesa do país frente ao risco do caudilhismo latino-americano; a representação centrada na figura do Imperador e as promessas de reformas, que se arrastavam desde 1871. O alvo maior da contestação era o centralismo monárquico, haja vista, que, no Manifesto Republicano de 1870, o federalismo já constava como uma exigência natural: a autonomia provincial é “um princípio cardeal e solene exigência da própria natureza que inscrevemos na nossa bandeira”.<sup>32</sup>

<sup>30</sup> *Idem*, 26/05/1888. “Interior”

<sup>31</sup> Patrocínio chamou-os “republicanos de quatorze de maio”, daí cunhou-se o epíteto de quatorzistas.

<sup>32</sup> Manifesto do Partido Republicano, 1870, *Apud* BOEHERER, George C.A. *Da Monarquia à República: história do partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: MEC, s/d, p.72. p.

Rui Barbosa propunha “americanizar a monarquia, republicando-a”<sup>33</sup>, e esclarecia que “(...) no mundo contemporâneo, a distinção entre monarquia e república é **apenas incidental** (Grifo no original).<sup>34</sup> Alertava para a importância do que chamava de “pacto federal paulista”, que propunha a federação “com a Coroa, sem ela ou a despeito dela”.<sup>35</sup>

Joaquim Nabuco também defende a descentralização, “a minha eleição foi feita sob o compromisso da Abolição e da **Federação**. Servi-me o meu mandato para desempenhar-me do primeiro, agora resta o segundo (...)”. (Grifo meu)<sup>36</sup>. Mas o processo exigiria a manutenção do regime monárquico, uma monarquia federativa e, por extensão, democrática, porque a república, unitária e centralizadora, não garantiria o federalismo.

Se a monarquia rejeitar essa reforma salvadora [o federalismo] o país a condene e no seu enorme entusiasmo pela idéia federal tudo espere da Republica. De qualquer modo o sentimento da federação há de irromper, há de vencer. O orador é monarquista, mas se a monarquia se incompatibilizar com a federação está morta.<sup>37</sup>

Rebouças afirmava,

O grande e perpétuo inimigo da democracia é a Aristocracia Territorial. Para vencê-la nós necessitamos do concurso da monarquia. O momento pertence pois à Monarquia Popular e Democrática, de Joaquim Nabuco.<sup>38</sup>

José do Patrocínio e Pardal Mallet, acompanhando a proposta ortodoxa do Apostolado Positivista, pregavam uma “ditadura”, que se faria com Isabel à frente.<sup>39</sup> O primeiro com forte inspiração bismarquista e o segundo fazendo alusão às transformações que se faziam na Rússia.

**Com a Regência ou mesmo com o reinado da Princesa Redentora** era possível constituir-se, apesar das dificuldades do parlamentarismo, uma ditadura de fato, progressiva e patriótica **limitada à vida do imperante** e capaz de encaminhar os verdadeiros elementos republicanos do país a uma orientação real e científica.<sup>40</sup>

214

<sup>33</sup> *Diário de Notícias*, 29/03/1889. “*O príncipe Consorte*”

<sup>34</sup> *Idem*, 05/04/1889. “*Nossa Democracia*”

<sup>35</sup> *Idem*, 02/05/1889. “*E se a monarquia não quiser?*”

<sup>36</sup> *Cidade do Rio*, 17/05/1889: Nabuco expõe suas divergências com os liberais, defende aliança com João Alfredo e defende o federalismo. Diz que a ele interessa a obra e não quem a fez.

<sup>37</sup> Conferência de Joaquim Nabuco, em Recife, em 22/10/1889. Para Nabuco, além da Abolição, a outra reforma urgente era a da autonomia provincial, porém mantida sob regime monárquico, porque a república, unitária e centralizadora, não garantiria o federalismo. *Apud NOGUEIRA*, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.154

<sup>38</sup> *Cidade do Rio*, 23/06/1888, “*Republicanos VT*”.

<sup>39</sup> A “*ditadura republicana*” era a bandeira dos positivistas ortodoxos, proposta que promovera uma cisão entre eles e os republicanos do manifesto de 1870

<sup>40</sup> *Cidade do Rio*, 27/08/1888. “*Semana Política*”. Neste artigo, entre diversas discussões, Patrocínio faz a defesa do bismarquismo: “(...) A ditadura de Bismarck tem aproveitado mais à Alemanha do que o



(...) aos homens bem intencionados, não presos nas malhas convencionalistas e partidos sem crenças vem instintivamente a reclamação de uma ditadura (...) A hora em que principia para o Brasil o problema franco do **proletariado**, coincide com os primeiros triunfos da Rússia no mundo do pensar (...) **Em qualquer dos casos (...) é de urgência pregar um cartaz em cima das instituições [ilegível] o cartaz onde se leia: Pede-se um ditador.** <sup>41</sup> (Grifos meus)

Por fim, uma tentativa reformista *in extremis* com o Gabinete Ouro Preto, que contemplaria todas as antigas pretensões liberais, porém excluía a federação e a democracia rural. Todas seriam em poucos meses atropelada pela República.

A proposta de Patrocínio da *ditadura republicana* apareceu num longo editorial, em agosto de 1888, quando da volta do Imperador e a conseqüente dissolução da Regência. A partir daquele momento, pairava a ameaça de que o grande projeto reformista começasse a sofrer ações dilatórias. Mesmo havendo uma coincidência de interesses entre os abolicionistas e o governo, a questão era de ritmo. Para o abolicionismo radical, as medidas urgiam.

Preocupado com a possibilidade do retorno da política imprimida pelo monarca durante quarenta e oito anos, o que colocaria em risco a necessária intervenção do executivo para o sucesso do projeto, interroga:

o Imperador entenderá, como nós, que a situação do país é esta e não outra? O seu estado de saúde permitir-lhe-á transformar a sua influência pessoal de outrora em ditadura e desinteressada? Entenderá ele que não terá no parlamento quem mereça mais a sua confiança do que o gabinete atual?

Pouco depois, cai o gabinete conservador e esgotam-se definitivamente as possibilidades. A reação de Patrocínio foi desfazer-se imediatamente das ligações políticas da campanha abolicionista.

Diante de minha consciência, justifico-me de haver defendido lealmente com todas as minhas fracas forças o ministério que dotou a pátria com a lei matriz da sua liberdade, mas só porque uma vez cometi o pecado de aproximar-me dos gastos partidos políticos desta terra, quer você, minha pena, que eu continue a tomar a sério a mais ridícula das comédias? <sup>42</sup>

---

parlamentarismo republicano à França e das mãos do grande chanceler há de sair para a humanidade, apenas com o defeito do militarismo, que é redutível, uma nação sociologicamente modelada”.

<sup>41</sup> *Cidade do Rio*, 29/08/1888, “*Autoritarismo*”. Artigo assinado por Pardal Mallet em que ele faz uma análise da conjuntura política. Procura, no terreno das idéias, promover uma síntese entre e o positivismo e as idéias socialistas, defendendo a direção tomada pela Rússia. Após sua saída da *Cidade do Rio* e seu ingresso no jornal *A Rua*, torna-se bastante explícita sua defesa do socialismo. Carvalho faz uma interessante comparação do positivismo ortodoxo com o que chama de “bolchevismo de classe média”, mostrando pontos comuns, como sejam o determinismo histórico, a negação da democracia representativa e o vanguardismo. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Ortodoxia Positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média*. In: *Pontos e Bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1988, p.189-201.

<sup>42</sup> *Cidade do Rio*, 04/06/1889. “*Conversemos*”: neste artigo, Patrocínio, após fazer considerações sobre o risco de ruptura da coligação liberal-conservadora, que se deveria seguir ao Gabinete 10 de março, faz um desabafo sobre sua relação com a política, reajuzando também suas relações com a casa imperial, através de um diálogo com sua “pena amiga”. É o início do retorno de Patrocínio à lide republicana.

Acusa o Imperador de cupidez pelo poder:

(...) Irrefletidos que fomos! Pensávamos que sua Majestade (...) se quisesse recolher sob o olhar meigo e bom de sua filha e pelo menos quisesse coroar a última da sabedoria da sua política com a mais sincera dedicação paternal. Enganaram-nos! Sua Majestade não mudou (...)

E também de ter frustrado os libertos “(...) de todos os crimes praticados pelo Império, este é o maior, porque é mais desumano (...)”.<sup>43</sup>

Isabel também teria sido desleal, por ter “cruzado os braços” diante da deposição do gabinete 10 de março.

(...) Se a Princesa tivesse o direito de se considerar inviolável, porque não reconheceu o Gabinete de 10 de março (...) Na nossa cartilha moral, a lealdade é recíproca (...)

Finaliza,

No meio dos perigos que nos cercam, apelamos serenamente para a história. Diz-nos a consciência que cumprimos nosso dever, não admitindo nem do lado da lavoura a revolução contra os escravos nem do lado do trono a conspiração contra a liberdade do povo. As contradições que nos exprobram são a mais retilínea coerência. Evoluímos com os acontecimentos para salvar a democracia real.<sup>45</sup>

Finalmente, por ocasião do aniversário da Revolução Francesa, da mesma forma bombástica com que defendia a Monarquia, publica um artigo explosivo em favor da República, que mobiliza o povo.<sup>46</sup>

Antes mesmo do advento do novo regime, a evolução dos acontecimentos leva a uma tensão no grupo abolicionista. A proposta de João Alfredo de criar bancos de emissão para fazer auxílios à lavoura sofreu restrições de Rebouças e Nabuco. O engenheiro negro assim se referiu em seu diário, no dia 26/06/1888,

Na Câmara dos Deputados com José do Patrocínio assistindo à apresentação pelo João Alfredo do desgraçado Projeto de lei de Auxílios à Lavoura, inspirado pelo Ramalho Ortigão e outros plutocratas desta praça; assistindo o discurso de Joaquim Nabuco reprovando-o *in limine*; exprimindo aos Ministros Ferreira Vianna e João Alfredo nossa oposição a essa esmola dos Landlords.

Em 24 de julho a questão entornou,

Na Câmara dos Deputados com o amigo Joaquim Nabuco discutindo com o presidente do Conselho João Alfredo os seus auxílios ao Landlordismo e seu abandono dos Libertos e da Democracia Rural (...)

Há uma anotação no final da página, provavelmente feita posteriormente:

<sup>43</sup> *Idem*, 06/06/1889

<sup>44</sup> *Idem*, 17/06/1889, “*Semana Política*”

<sup>45</sup> *Idem*, 11/06/1889, “*Notícias de Isabel, a Redentora*”. Esse apelo à história como tribunal da verdade é recorrente em Patrocínio, traduzindo a visão historicista do século XIX

<sup>46</sup> *Idem*, 13/07/1889, “*À Santa Revolução*”. Patrocínio publica junto com o artigo um retrato de Camille Desmoulin e a carta deste ao pai, onde conta as agruras da revolução.

(...) A Joaquim Nabuco pertence a glória de haver impedido João Alfredo e Andrade Figueira de realizarem o plano de conceder 300.000 contos de letras hipotecárias aos Landlords e aos Comissários do Café, seus credores. Depois dessa discussão com João Alfredo, nunca mais procurei falar-lhe.<sup>47</sup>

Nabuco afirma que apoiara João Alfredo em prol da abolição, mas que com o projeto dos bancos de emissão sentia-se obrigado a recuar. No entanto, é contrário às manobras pra derrubar o gabinete, porque a falta de unidade dos liberais acabaria ensejando a ascensão de Paulino, representante da lavoura e líder da oposição a João Alfredo dentro do próprio partido Conservador.<sup>48</sup> Patrocínio, ao contrário adere à proposta. Num jogo de palavras, diz que não se trata de indenização, o que repudiaria porque interessava aos intermediários, mas de um financiamento. É preciso lembrar, no entanto, que se tratava, na verdade, de um financiamento a fundo perdido. O jornalista, em defesa do financiamento, escreve uma matéria extensa onde denuncia a existência de uma aliança entre abolicionistas e escravistas que obstruía a ação do gabinete. Nesse artigo também defende a intervenção do Estado no auxílio à iniciativa privada, tomando a Alemanha como referência.<sup>49</sup>

Rebouças continua sua atuação nos bastidores e, apesar de algumas dissensões, permaneceu próximo de Patrocínio, conforme registrou em seu diário.<sup>50</sup> Aproximou-se também da família imperial, empenhado em convencê-los a apoiar o projeto abolicionista. Feita a República, acompanhou-os no exílio.

Nabuco permanece na atividade parlamentar, defendendo seu projeto federalista, mas, aos poucos, cede. A coesão que se mantivera na luta contra a indenização fragmentava-se ante a outra proposta de favorecimento da lavoura. Aos poucos, faz-se

<sup>47</sup> Conforme anotações em seu diário, Rebouças, após a Abolição, manteve durante certo período ligações estreitas com Patrocínio. Como exemplo, uma referência ao dia 1º/06/1888, quando ele, Patrocínio, Nabuco e J.C. Rodrigues estariam conferenciando a criação do *Partido Popular*. Cf. (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) IHGB. DL 464 Diário de André Rebouças, 1888

<sup>48</sup> Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo Joaquim Nabuco. Cap 5, doc 100 . Carta de Nabuco ao liberal Costa Ribeiro, 17/07/1888

<sup>49</sup> *Cidade do Rio*, 30/07/1888. “*Semana Política*”: Patrocínio faz um longo editorial defendendo o financiamento da lavoura. Nele, além de acusar o que chama de aliança abolicionistas-negreiros que se opunham ao projeto, faz uma extensa defesa da intervenção do Estado, tomando a Alemanha como referência. Esta questão será aprofundada no sub-capítulo 4.2

<sup>50</sup> Fundação Joaquim Nabuco, AAR, Diário de André Rebouças de 1889, anotação de 24/03/1889, quando defende Patrocínio das acusações de Rui Barbosa pelo *Diário de Notícias*. 31/03/89, quando junto ao jornalista discutia um projeto de dar nova orientação à Confederação Abolicionista, além da Democracia Rural, Imposto Territorial, Liberdade de Consciência, Casamento Civil, Imigrante Proprietário.; 02/04/1889, novamente tratando dos rumos da Confederação: “Trabalhando na conversão da Confederação Abolicionista em Confederação Democrática ou em Confederação Propagandista, Confederação Evolucionista, Confederação Democrática de Propaganda Evolucionista, conforme resolve o Conselho Diretor.” ; e 03/04/1889, quando entrega cópia do Projeto de Conversão da Confederação Abolicionista para comunicar ao amigo João Clapp e aos outros Diretores”.

um silêncio sobre esses líderes, que sinaliza para o fim de uma era de êxito, a do abolicionismo radical da Corte e de suas propostas. É o ostracismo.

Ao abandonar a cena, Rebouças e Nabuco passam a se dedicar à troca de correspondências pessoais ou à produção de artigos esparsos para a imprensa, nos quais, cada um a seu modo, criticam os novos rumos, culpando o escravismo renitente e a especulação financeira, pelo advento da República.<sup>51</sup>

Rebouças desabafará em carta a Nabuco, em 1890, “nada de ilusões, o militarismo foi a arma, mas o braço foi o escravagismo...”<sup>52</sup>

Nabuco escreverá:

Com que gente andamos metidos! Hoje, estou convencido de que não havia uma parcela de amor do escravo, de desinteresse, de abnegação em três quartas partes dos que se diziam abolicionistas. Foi uma especulação a mais! A prova é que fizeram esta República e depois dela só advogaram a causa dos bolsistas, dos ladrões de finanças (...) estávamos metidos com financeiros e não com puritanos, com fâmulos de banqueiros falidos, mercenários de agiotas, etc; tínhamos de tudo, menos sinceridade e amor pelo oprimido. A transformação do abolicionismo em **republicanismo bolsista** é tão vergonhosa pelo menos como a do escravagismo. Basta de torpezas.<sup>53</sup> (Grifo meu)

Para ele, na interpretação de Maria Alice Carvalho, a vitória do argumento liberal-utilitário sobre o moral, era a responsável pela queda do ciclo liberal-monárquico.<sup>54</sup>

Mais tarde, porém, ao descrever a participação de Patrocínio no abolicionismo, dizendo-o ser a “própria revolução”, responsabiliza o “espírito revolucionário” que se instaurara com a campanha, pela dispersão do movimento e pela derrubada da monarquia.

Patrocínio é a própria revolução. **Se o abolicionismo no dia seguinte ao seu triunfo dispersou-se e logo depois uma parte dele aliou-se à grande propriedade contra a dinastia que ele tinha induzido ao sacrifício** é que o espírito que mais profundamente o agitou e revolveu foi o espírito revolucionário que a sociedade abalada tinha deixado escapar pela primeira fenda dos seus alicerces...<sup>55</sup> (Grifos meus)

Ou seja, a República seria um produto das contradições criadas pelo próprio abolicionismo.

Patrocínio, como veremos no decorrer deste trabalho, não aderiu a esse liberalismo utilitário, mas permanecerá na luta para sobreviver ao alijamento. Cláudia Santos chama a atenção para o fato de que outros abolicionistas, não tão notáveis,

<sup>51</sup> Sobre essa produção intelectual, Cf **SALLES**, Ricardo. Op.Cit, pp. 137-146

<sup>52</sup> Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo Joaquim Nabuco. CP p 25 doc a4, g4. Carta de Rebouças a Joaquim Nabuco, 07/01/1890

<sup>53</sup> **NABUCO**, Joaquim. *Cartas a Amigos, coligidas por Carolina Nabuco*. São Paulo: IPE,Obras Completas de Joaquim Nabuco, v.13,s/d,p.220.

<sup>54</sup> **CARVALHO**, Maria Alice Rezende de. *Op. Cit.*, p.45

<sup>55</sup> **NABUCO**, Joaquim. *Minha Formação*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p.153

também se mantiveram ligados, empenhados na discussão do projeto de reforma fundiária,<sup>56</sup> mas a república nascente acabou por dissolver essas ligações.

Patrocínio, com sua ação voltada mais objetivamente para uma prática, continua a perseguir seus ideais libertários e populares, agora criticando o novo gabinete, de Ouro Preto, e fazendo do republicanismo o seu objetivo.

Coelho Neto, no romance *A Conquista*, aponta uma razão mais prosaica para a continuidade, ao mesmo tempo em que procura dar um ar *blasé* a Patrocínio. Anselmo, o assessor de redação da *Cidade do Rio*, que na verdade seria o próprio Coelho Neto, se perguntava, após oito dias de festividades pela Abolição:

“ - E agora, seu Anselmo? A campanha está vencida... Quererá ainda o Patrocínio continuar com a Cidade do Rio? Com que programa?

Ao encontrar-se com o patrão,

- Então José... Que vamos fazer agora? Qual é o teu programa?

- Que programa? Pergunta Patrocínio.

- Sim conquistastes teu ideal e agora?

- Agora? Patrocínio rindo, ao ouvido de Anselmo:

- Agora, vou ali ao banco com esta letra arranjar dinheiro. Os rapazes estão lá embaixo, trabalhando e... Já almoçaste?(...)”<sup>57</sup>

O que importa é que, independente de suas motivações, a República está à porta e, por este, aquele ou todos os motivos, a adesão de Patrocínio é total, seja no jornal ou nas ruas. Ele estará presente nas primeiras horas. Embora não participe diretamente dos eventos de 15 de novembro, por estar fora do Rio, no dia seguinte, para obter respaldo popular ao novo regime, promove na Câmara Municipal - engalanada com o novo modelo da bandeira nacional republicana -<sup>58</sup> a assinatura de uma moção popular, que foi entregue aos líderes do movimento, sob candentes discursos e aplausos. Dela,

<sup>56</sup> SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. Projetos Sociais Abolicionistas: ruptura ou continuísmo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Intelectuais, História e Política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p.65. A autora cita João Clapp, Ennes de Souza, Cardoso de Menezes, Belmiro Silva. A existência de clubes de libertos, de escolas noturnas e, mesmo de clubes de dança, mantinha uma rede de sociabilidades importante para a causa.

<sup>57</sup> NETTO, Coelho. *A Conquista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, pp.280-82. A transcrição que apresento se restringe apenas ao diálogo.

<sup>58</sup> “No Rio de Janeiro, ao proclamar-se a República, foi arvorada, **primeiro na redação da Cidade do Rio e depois na Câmara Municipal, pelo vereador José do Patrocínio**, uma bandeira de treze listas horizontais, alternadamente verdes e amarelas, tendo no canto superior junto à tralha vinte e uma estrelas de prata em campo azul. Esta bandeira foi adotada pelo governo provisório, durante alguns dias, e está assim descrita no dicionário Larousse como bandeira nacional do Brasil: "Brésil, vert et jaune. Le pavillon de la République est: treize bandes horizontales, alternativement vertes et jaunes: l'angle supérieur, près de la hampe, est bleu semé de vingt étoiles blanches" Ver em : Projeto para a primeira bandeira republicana, <http://www.novomilenio.inf.br/festas/brasil25.htm>

constava o compromisso de manter a liberdade, a paz, o direito e fazer respeitar as obrigações da Nação, quer interna ou externamente.<sup>59</sup> Com isso, ele se auto atribui a condição de “proclamador civil da República”. Na realidade, uma república na qual jamais haveria um lugar para ele.

Luiz Murat, em 1890, ao relembrar a atuação pertinaz de Patrocínio no pós Abolição, qualifica sua estratégia ao dizer que “pelo **processo maquiavélico**, [Patrocínio] procurava conciliar elementos monárquicos indispensáveis à emancipação política do país, após a gloriosa revolução pacífica de 13 de maio (...)” (Grifo meu).<sup>60</sup> Como Murat não explicita sua intenção, a sugestão é de que esteja falando de uma estratégia em que os fins justificariam os meios. Na verdade, da mesma forma que o pensador veneziano, Patrocínio objetivava não qualquer fim, mas o “bom fim”. Também, concebia a política apenas no nível concreto e não como especulação e, em função disso, valorizava a ação humana, que estaria decisivamente ligada à percepção da oportunidade, da *occasione*. Relativizava também uma possível antinomia entre o bem e o mal e valorizava o saber das massas. Diante disso, parece bastante adequada a caracterização que lhe atribuiu Murat.<sup>61</sup>

Em 1889, quando acusado de ter-se bandeado para o republicanismo, Patrocínio firmou sua posição, “**somos antes de tudo, partidários do oportunismo revolucionário**, desse sistema de combate político que arma com o braço as consciências e que dispensa quase sempre os primeiros, porque a vitória é ganha pela segunda.” (Grifo meu).<sup>62</sup>

## 1.2 – O “*Processo Maquiavélico*” continua

<sup>59</sup> MORAIS, Evaristo de. *Da Monarquia para a República*. Rio de Janeiro, 1939, p.72. *Apud* CALMON, Pedro. *História do Brasil - vol 1: A República*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956, p.13. Em 15 de novembro, o jornalista republicano José do Patrocínio, então presidente da Câmara Municipal, percebendo o momento de indefinição, fez ler em plenário um documento, redigido por Pardal Mallet, instaurando a República, que foi assinado pelos presentes, incluindo Benjamin Constant e Wandenkolk. Pelo ato, Patrocínio se auto intitulou o Proclamador Civil da República.

<sup>60</sup> *Cidade do Rio*, 03/09/1890. Luiz Murat, quando de sua candidatura à Constituinte, escreve para Patrocínio, para defender-se da pecha de Isabelista, que lhe estava sendo atribuída por seus adversários. Pede a ele que testemunhe que sua participação se restringiu a acompanhá-lo em conferências.

<sup>61</sup> Sobre o pensamento político de Maquiavel. *Cf.* MOREIRA, Marcílio Marques. O Pensamento Político de Maquiavel. In: MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Brasília: UnB, 1984, pp. 5. e O'DAY, Rosemary. Guia de Estudo para o Príncipe. Idem, p.42. Taine, no século XIX, ao falar dos elementos deterministas que regulam as questões humanas, cita três elementos, raça, meio e momento. Este representaria o conjunto de circunstâncias que desencadeariam a ação humana. Ver em CHÂTELET, François, DUHAMEL, Olivier & PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p.100

<sup>62</sup> *Cidade do Rio*, 28/09/1889. Editorial por ocasião do aniversário da folha

Os tempos iniciais de instauração do novo regime foram marcados por intenso adesismo, louvação e tolerância com os desencontros. Passado, porém, o entusiasmo inicial, a instituição, fundamentada na *manu militari* e organizada com base na necessidade de negociação política, começara a frustrar os que haviam defendido projetos alternativos. Instaurara-se uma ditadura, ainda que a título precário, que “não tinha a unidade de uma doutrina, mas a debilidade de uma aliança”.<sup>63</sup>

Durante a instalação do governo provisório, Patrocínio está entusiasmado com as mudanças, que relacionou à libertação nacional, e aposta no seu futuro político pessoal,

O dia de amanhã é da República, e não como nos dias da abolição, temos certeza de que o povo nos reconhecerá como um dos filhos que mais tem procurado contribuir para a sua liberdade e para o seu progresso.<sup>64</sup>

Chega mesmo a compor com medidas de exceção. Para demonstrar o acerto do fechamento das Assembléias Provinciais, renuncia publicamente a seu mandato de vereador.<sup>65</sup> É preciso ponderar que a essa época, a Câmara Municipal estava na mira de investigações, comandadas por Aristides Lobo, a respeito de supostas prevaricações, conforme Patrocínio comentaria em 1901.<sup>66</sup> Critica o jornal *O País*, que denunciara algumas medidas tomadas pelo governo como restritivas à liberdade de imprensa. Entendia que agora caberia a ela um novo papel,

(...) querem esconder-se atrás da espada virtuosa do chefe do governo (...) Insensatez, a espada que acaba de rasgar no sombrio horizonte do Império a aurora da reabilitação brasileira, há de afiar-se dia a dia nos conselhos da imprensa, porque só esta pode impedir que ela se embote, tendo de cortar os abusos do regime decaído e de cavar alicerces para o regime novo.<sup>67</sup>

Mas, apesar de todo o empenho, percebe sua marginalização. As figuras de destaque no novo regime são exatamente os seus algozes da campanha abolicionista, os quadros do partido Republicano da Corte, com os quais polemizava desde os anos 70,

<sup>63</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil - vol 1: A República*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956, p.24

<sup>64</sup> *Cidade do Rio*, 28/09/1889: “*Cidade do Rio*”

<sup>65</sup> *Idem*, 25/11/1889, “*Solidariedade*”. Acusa a *Tribuna Liberal* de fazer oposição sistemática ao governo, enquanto o *Jornal* e o *Diário do Comércio* faziam, de fato, uma discussão.

<sup>66</sup> *Idem*, 05/02/1901. “*O Sr. Rui Barbosa*”. Neste artigo, ele fala da perseguição de Aristides Lobo aos vereadores, acusando-os de prevaricação. Diz que a Câmara saiu de cabeça erguida, mas lamenta, “pagavam-me assim três anos de luta na tribuna municipal: o exemplo dado por mim e de que me orgulho de representar ali a Abolição e a República e de ter praticado atos que inspiram a confiança na inteireza republicana, já impedindo a derrocada dos empregados, já forçando a tomar-se a sério a administração do Matadouro e a fiscalização das rendas”.

A extinção da Câmara Municipal, feita pelo decreto 50 A de 07/12/1889, era considerada pelo governo provisório como condição essencial para as reformas que se fariam adiante, aumentando sua representatividade e autonomia. Com sua dissolução, foi criada uma Câmara de Intendentes, que seriam indicados pelo governo do estado. Cf FREIRE, Américo. *República, Cidade e Capital: o poder federal e as forças políticas no Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Rio de Janeiro, uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.16

<sup>67</sup> *Idem*, 26/11/1889, “*A Imprensa*”

em relação ao projeto abolicionista. Em 1901, ao rememorar a época, diz que logo percebeu a animosidade crescente contra ele. Seus inimigos aproveitavam-se de seus cargos para persegui-lo.

Aristides Lobo não dissimulava seu ódio, Quintino Bocaiúva, embora não tomasse a iniciativa de uma difamação, deixava-a circular. Rui Barbosa, porém, intrigante e mexeriqueiro, como uma solteirona feia; e ingrato, como uma víbora, fazia o trabalho de promover a desconfiança do Governo provisório contra mim.<sup>68</sup>

Voltando ao panorama político, o republicanismo, por ser destituído de uma unidade nacional, falava linguagens regionais díspares, o que reduzia a sua capacidade de obter ganhos eleitorais significativos.<sup>69</sup> Desta forma, ao buscar adesões, precisou conciliar os interesses de seus quadros, obrigando-se a passar ao largo de questões sociais relevantes, como foi a abolição.

O republicano Aristides Lobo reconhecia:

É triste ver a atitude indiferente, quase nula, em que se acha o partido Republicano da Corte, perante os fatos eloquentíssimos que se desdobram aos olhos do país (...) Ele espera, ele – republicano fluminense – uma nova **feira do vintém**, para aproveitar a onda do povo e a emoção dos capoeiras no sentido de abater o trono.<sup>70</sup> (Grifo meu)

Ao rejeitar apoio à lei emancipadora de 1871, sob a alegação de respeito ao federalismo e ao direito de propriedade, o partido Republicano do Rio de Janeiro assumira uma atitude escapista: a questão não seria política e sim social. Apelava para um truísmo, se ela viesse antes da república, eles auscultariam a vontade nacional para decidir; se depois, o problema não lhes pertencia.<sup>71</sup> No entanto, em seguida, fizeram propostas, que incluíam a emancipação regionalizada, de acordo com o interesse das províncias; a garantia de indenização aos proprietários, se a emancipação fosse por lei geral; ou a manumissão por entidades filantrópicas.<sup>72</sup>

Essas relações entre abolicionismo e republicanismo serão mais bem avaliadas no terceiro capítulo, mas importa é reconhecer que Patrocínio se tornara um adversário

<sup>68</sup> *Idem*, 05/02/1901. “O Sr. Rui Barbosa”.

<sup>69</sup> Conforme Boeherer, embora o partido Republicano de São Paulo tivesse maior coesão e expressão política que os demais, de uma forma geral, o republicanismo só passou a ter consistência representativa após a aliança com os conservadores em 1888. E mesmo alcançando mais de ¼ do eleitorado, só atingiria uma “posição proeminente” depois de 15 de novembro de 1889. **BOEHRER**, George C.A. *Op.Cit.* p.72.

<sup>70</sup> *O Diário Popular*, 05/06/1888. Matéria assinada por Aristides Lobo para a imprensa paulista.

<sup>71</sup> **BOEHRER**, George C.A. *Op.Cit.* pp. 265 -6.

<sup>72</sup> *Idem*, pp.264-5. Em 1873, no 1º Congresso do Partido, eles publicam: “a questão não nos pertence exclusivamente porque é social e não política (...)”. No Manifesto Paulista, de 1872, o Partido Republicano Paulista se exime de responsabilidades, ao afirmar que não executará reformas que não fossem inspiradas pela própria nação e por isso não aplaudiria medidas que representassem confronto dos “princípios econômicos com as circunstâncias do país”. E acrescenta que o partido não tem nem terá a responsabilidade da solução, “porque antes de ser governo, estará ela definida por um dos partidos monárquicos”. Oliveira Vianna reputa isso de “obra prima do gênero lusco-fusco”. **OLIVEIRA VIANNA**. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p.75



implacável do partido Republicano. E se, antes um vencedor, o *Messias da raça negra*, o *Proclamador Civil da República*: o homem de tantos epítetos e reconhecimento reduzira-se agora a um desprestigiado inimigo do poder,

Era propósito meu deixar triunfar o silêncio sistemático feito derredor do meu nome. Considero o preço da altivez com que sempre atravessei a vida sem reparar nos meus êmulos e adversários, desde que se trate de salvar um princípio (...) Não reclamei quanto o esquecimento forçado a que meu nome foi condenado na deficiente narração dos acontecimentos de 15 de novembro. Podia aparecer que eu visava aquinhoar-me com vitória, quando, em verdade, não pretendia senão um lugar na luta.<sup>73</sup>

Se este poderia ter sido seu propósito inicial, com efeito, não o cumpriu. Ao contrário, partiu para o confronto.

Naturalmente, os tempos serão outros, mas o tal “processo maquiavélico” iria continuar, sob roupagens republicanas, ainda que dissidentes do modelo institucional.

Para Lessa, a república emergente não tinha uma direção, derivara de uma coalizão errática, que incluía um federalismo, destinado a domesticar o separatismo; a ética positivista; o ressentimento militar e o enfado com a monarquia. A negação desta não teria correspondido à afirmação do novo regime.<sup>74</sup> O autor sintetiza: o novo regime não conseguiu construir uma nova ordem, “o que se seguiu (...) foi uma completa desrotinização da política, o mergulho no caos (...)”.<sup>75</sup>

Apesar da preocupação, ainda que errática, para organizar o Estado e a economia, nada se fez para atender às demandas sociais e à necessidade de representação política dos segmentos em ascensão<sup>76</sup>.

Ainda na opinião de Lessa, a desorganização da forma monárquica de ritualizar a ligação entre *polis*, *demos* e *governo*, teria criado uma acentuada incerteza. A república que se instalara não podia ser considerada como a materialização de projetos anteriores.<sup>77</sup>

O momento é de intensas confrontações. Surgem dissidências e para ela convergem republicanos descontentes e restauradores, optando por caminhos diversos e conflitantes para fazer oposição aos que estão no poder. Patrocínio se engaja na luta e seu jornal, *Cidade do Rio*, é um bastião. Fala a respeito de tudo e de todos, desde as

<sup>73</sup> *Cidade do Rio*, 14/12/1889, “*Algumas Palavras*”.

<sup>74</sup> LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 66

<sup>75</sup> *Idem*

<sup>76</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O Processo Político na Primeira República e o Liberalismo Oligárquico. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.99

<sup>77</sup> LESSA, Renato. *Op. Cit*, p.74-75

grandes questões nacionais, como foram a Revolução Federalista e a campanha de anistia para os revoltosos; a questão do Amapá; a da ilha de Trindade; às municipais, como denunciar o monopólio dos bondes, da carne verde e a sucessão política.

Candidata-se à Constituinte de 1890, mas não consegue eleger-se.

Apesar dos reveses, procura preservar Deodoro, dirigindo o foco para o ministério, onde estavam alguns de seus algozes políticos: Rui, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo. Esses nomes, dizia ele, não teriam sido uma escolha pessoal do generalíssimo, mas sim forçadas por “circunstâncias revolucionárias”.

(...) Era preciso que figurassem no Governo os homens que mais haviam agitado revolucionariamente a opinião e por isso foram escolhidos alguns jornalistas de reconhecido merecimento **como órgãos de destruição, mas que já era notório, não tinham capacidade para governar, visto como não se haviam dedicado a nenhuma especialidade política ou administrativa** (...) <sup>78</sup> (Grifo meu)

A tentativa de blindar o generalíssimo fica evidente em outro artigo, onde, de forma enfiada, procurava atingir Rui, levantando a suspeita de sua responsabilidade por uma inconfidência intra-ministerial que prejudicava Wandenkolk. Dizia Patrocínio com aparente otimismo,

governa e com raro patriotismo e com reconhecida probidade e com a confiança e o reconhecimento do povo, o generalíssimo fundador da República; até que se organize o governo constitucional [ilegível] que repartirá a responsabilidade e tornará legítimas então estas coisas de solidariedade, de ministerialismo, de..., de ... (...) <sup>79</sup>

A partir daí, abre luta franca, marcada por contumazes ataques pelo jornal, contra a política externa, de Quintino, e a financeira, de Rui. Patrocínio se insurgia contra a heterodoxia do projeto econômico.

Em outubro de 1890, passados onze meses desde a derrubada da Monarquia, o novo governo ainda não teria mostrado a que viera,

Há uma ilusão de calma, porém o que existe é a desilusão do povo. O país está parado (...) submetidos a uma oligarquia de ambiciosos (...) reduzido a um feudo de ministros (...) não se respeitam o direito e a liberdade (...). <sup>80</sup>

E pergunta,

(...) como há de vir a ser a República, a futura república, o refúgio de todos nós, a esperança próxima, o pensamento mais acariciado de todos os bons cidadãos?

Ao voltar da França em 1892, no governo de Floriano, diante da efervescência da disputa entre florianistas e opositores, escreveu:

<sup>78</sup> *Cidade do Rio*, 07/07/1890, “*Semana Política*”.

<sup>79</sup> *Idem*, 13/09/1890. “... e loisas”

<sup>80</sup> *Idem*, 17/10/1890. “*É tempo*”

Sangue, mais sangue. É preciso que o Sr. Floriano beba. Os anêmicos se dão bem na atmosfera dos matadouros e o Brasil é um boi manso que tanto serve para tirar a zorra do trabalho, como para nutrir os tiranos.

Na franca oposição ao governo, alinhou-se com a facção que questionava a constitucionalidade da permanência do marechal como vice-presidente, após a renúncia de Deodoro. Mas a questão acabaria dirimida pelo Congresso a favor de Floriano.<sup>81</sup>

Em 10 de abril de 1892, grupos opositores, formados por políticos, militares, jornalistas – aí incluídos Patrocínio e uma grande massa - iniciaram uma manifestação a favor de Deodoro, que acabou por desviar-se, sob o peso de discursos inflamados, tomando o rumo do palácio do Itamarati, onde pretendiam demitir Floriano. No caminho, foram presos. Após a decretação de estado de sítio, alguns foram extraditados, sendo Patrocínio mandado para Cucuí, no Amazonas, juntamente com militares e civis de projeção. Conforme Tobias Monteiro, Patrocínio, enquanto ainda aguardava destino, no Arsenal de Guerra, sem intimidar-se, proferiu um discurso eloqüente contra os executores das medidas.<sup>82</sup>

Em 1893, continuava sua crítica exacerbada às atitudes do governo, “esmagando à coronha d’armas a Constituição (...) recorrendo às fortalezas e ao desterro, para obter silêncio (...)”.<sup>83</sup> Abre crítica mordaz ao jacobinismo,

(...) o jacobinismo ainda não envenenou tão profundamente o sangue republicano de nossa terra: o nosso jacobinismo é modesto, contenta-se com hecatombes de placas e tabuletas (...).<sup>84</sup>

Ainda em 1893, mais uma tentativa frustrada de eleger-se deputado federal. No manifesto ao eleitorado dizia:

(...) O poder presidencial se empossou da mais franca ditadura, apagando-se proporcionalmente o capítulo constitucional dos direitos e garantias dos cidadãos e reduzindo os poderes legislativo e judiciário ao triste papel de satélites de sua órbita discricionária (...).<sup>85</sup>

No início do período Prudente de Moraes, Patrocínio reabre o jornal, fechado em outubro de 1893. No Parlamento, Francisco Glicério negociava para a manutenção das ações militares no sul, além de mostrar desinteresse em apurar os crimes cometidos em nome do legalismo. A *Cidade do Rio* já assumia haver perdido as esperanças no

<sup>81</sup> Tratava-se apenas de uma questão de interpretação da redação do texto constitucional. Para Calmon, “o problema jurídico não oferecia maior complexidade se não o envenenasse a paixão política”. Ver em CALMON, Pedro. *Op.Cit*, p.64

<sup>82</sup> MONTEIRO, Tobias do Rego. *O Presidente Campos Sales na Europa*. Brasília: Senado Federal, 2005, p.33

<sup>83</sup> *Cidade do Rio*, 18/02/1893, “A Política”; “Concórdia”

<sup>84</sup> *Idem*, 10/03/1893, “A Política”

<sup>85</sup> *Idem*, 14/03/1893, “Manifesto de José do Patrocínio ao eleitorado da capital”

“governo civil [que] fizera sua entrada solene na comunhão da República Brasileira”.<sup>86</sup> Mais tarde, porém, ao reconhecer uma posição pacificadora no presidente, começa uma exaltação apaixonada, chegando a referir-se a ele como o *santo varão*. A ascensão do governo civil marcaria para Patrocínio o início da República, o que a antecederia era simplesmente uma ditadura.<sup>87</sup> Essa solidariedade vai causar-lhe problemas no ano vindouro, quando da exacerbação das ações jacobinistas, inclusive sobre o próprio presidente.

Em 1895, a propósito de divulgar sua candidatura, Patrocínio escreve um artigo, fazendo um apanhado de sua vida e também uma defesa do socialismo. Procura acalmar os leitores, para recebê-lo como uma parte do processo civilizatório:

(...) o socialismo é uma doutrina absolutamente humana, e não te julgues ameaçado por ela, porque não lucras nada com isso... Resigna-te a receber o hóspede que aí vem e que se há de sentar contigo à mesa, quer queiras quer não. Tu tens medo dele, como das tuas próprias superstições, mas repara bem que, a pesar teu, já o tens no teu espírito, nos teus sentimentos, nas tuas aspirações. É o ambiente moral da civilização; tu o aspiras porque é essencial à tua vida; é ele que faz a queima do trabalho, este sangue essencial à circulação no organismo social.<sup>88</sup>

Mais uma vez não se elege, embora prometa persistir no seu objetivo. Num artigo, após agradecer os votos recebidos, comenta, “(...) Seria um crime deixar esparsos tantos elementos, com que o ideal republicano pode contar. Longe de entibiar-me, o pleito deu-me o ensejo de sonhar ainda uma vez o espírito público.”<sup>89</sup>

Após o atentado jacobinista a Prudente de Moraes, em novembro de 1897, o governo decretou medidas de exceção, que incluíram prisões e estado de sítio. Patrocínio contemporizou com as iniciativas, alegando a necessidade de reprimir parlamentares agitadores. Isso lhe valeria uma polêmica com Rui Barbosa.<sup>90</sup>

Finalmente, no governo Campos Salles, abriu, desde logo, uma questão polêmica ao insurgir-se contra as diretrizes financeiras e as manobras de exclusão

<sup>86</sup> *Idem*, 17/05/1895

<sup>87</sup> *Idem*, 13/01/1896. “*Semana Política*”. Neste artigo, Patrocínio comenta o manifesto “*À Nação Brasileira*”, publicado pelo Centro Monárquico, no *Jornal do Comércio*, de 12/01/1896. Lastima que os monarquistas creditem à República os seis anos de ditadura, que antecederam ao governo de Prudente de Moraes.

<sup>88</sup> *Idem*, 04/08/1895. Adalmir Leonídio, defendendo uma relação naturalizada entre o republicanismo, o positivismo e o socialismo, que teria como pano de fundo a “questão social”, fala da possibilidade de Patrocínio ter colaborado com o jornal *O Socialista*, que aparecera ao final da década de 1870, juntamente com Lopes Trovão, Vicente de Souza, Bento Cortez e Júlio Gama, Não encontrei qualquer alusão ao fato. Sobre a referência, Cf. **LEONÍDIO**, Adalmir. O Republicanismo Social no Brasil na Passagem do Império à República. In: Diálogos. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, v.11, 2007, pp23-47. Disponível em [www.dialogos.uem.br/viewarticle.php?id=401](http://www.dialogos.uem.br/viewarticle.php?id=401)

<sup>89</sup> *Idem*, 14 /10/1895

<sup>90</sup> *Idem*, 02/08/1898

política do governo. Quando seu jornal deixou de ser convidado para uma missão presidencial, que se acompanharia da imprensa, reagiu dizendo,

A Cidade do Rio sabe o que vale e não considera uma honra acompanhar o Sr. Campos Salles. O redator-chefe da Cidade do Rio é, quer o Sr. Campos Salles queira, quer não, muito superior a S. Ex<sup>a</sup>. em talento, em saber e em serviços à pátria (...)

Da mesma forma como fizera com Prudente de Moraes, depois passaria a apoiar o governo, desculpando-se por ter sido envolvido, em razão de sua proposta de oposição ao programa financeiro, por um grupo de conspiradores republicanos e monarquistas, que intentava derrubar Campos Salles,

(...) o que se dá agora com o Senhor Campos Salles é o mesmo. Combati-o sim, com toda a virulência, sendo apenas calunioso que eu, nem por equívoco deixasse pairar uma sombra sobre a honorabilidade do seu lar (...)

E continua num tom laudatório sobre as virtudes morais do presidente até confessar, no final do artigo, que só depois percebera a trama.<sup>91</sup>

Ao final de sua vida, por necessidades financeiras, escrevia para *O País* e *A Notícia*. Nesta não lhe permitiam o comentário político, mas em *O País* permaneceu em sua luta contra as oligarquias, pela reforma constitucional e contra o despotismo. Quando do massacre dos trabalhadores, em São Petersburgo, na Rússia, escreveu:

(...) As revoluções justas são a escola intuitiva do direito humano (...) A morte em massa é um apostolado: o cristianismo venceu por elas. O czarismo há de ser vencido. A treva só impera enquanto não chega a luz e esta começa a fazer-se pela pertinácia dos que preferem o martírio à escravidão. E há de irradiar, quer pela ação do livro, quer pelo exterior da agonia das vítimas do dever (...) Rússia! Ave, mártir desolada! Bem cego é o que não vê que debruçada sobre ti, recolhendo os teus gemidos e pensando as tuas feridas, está a consciência revoltada da Humanidade.<sup>92</sup>

Foi seu último artigo.

### 1.3 – O campo de luta e sua interpretação

Pelo exposto, percebe-se o final dos oitocentos como um cenário de conflitos econômicos, sociais e políticos a requerer medidas modernizadoras, principalmente em relação ao destino da mão de obra. Nele, concorreram discursos diversos, conservadores ou liberais, sendo estes mais ou menos radicais; discursos envolvendo estratégias políticas, apoiadas nos repertórios disponíveis.<sup>93</sup> Essas práticas políticas derivam das representações feitas pelos diversos grupos e segmentos sociais sobre a realidade, que

<sup>91</sup> *Idem*, 18/10/1901

<sup>92</sup> *O País*, 29/01/1905. “Ave, Rússia”.

<sup>93</sup> O conceito de repertório, que será discutido mais à frente, significa um conjunto de recursos intelectuais, não necessariamente coerentes entre si, mas que tem uma função instrumental, estratégica.

partilhadas entre os membros, criam o imaginário social, servindo à compreensão das relações de poder.<sup>94</sup>

Baczo, ao tratar do funcionamento dos imaginários sociais como campo de expressão das representações, aponta o fato de elas se intensificarem nas conjunturas de crise.<sup>95</sup> Pierre Rosanvallon, na sua *História Conceitual do Político*, fundamenta-se na mesma idéia ao falar em “nó histórico”, como será discutido adiante.

De início, é importante traçar uma linha evolutiva da história política, de modo a explicar a opção que se faz neste trabalho por uma história política ampliada, capaz de contemplar os aspectos sócio-culturais, políticos e econômicos, e suas relações de reciprocidade com os atores políticos, num momento que pode ser caracterizado como um “nó histórico”, a transição do império para a República.

Burke, ao comentar as oposições da Nova História aos paradigmas clássicos, começa por atribuir à tradição o paradigma da história como possuidora uma natureza essencialmente política. E cita Seeley, “História é política passada e política é história presente”.<sup>96</sup> Estaria resolvido, de forma bastante simples, se não fosse necessário entender o que este autor entende por política, por história e, principalmente por história política. Abstraindo-se dos conceitos de política e de história, quer-se discutir é a história política, o que é e a que se propõe esse campo, antes considerado como a própria história, sob uma perspectiva totalizante do político. E, mesmo após perder o prestígio ao ser desmistificada em sua concepção original, agora retorna triunfante.

Embora não se possam isolar os fatos na sociedade como sociais, econômicos ou políticos, para fins didáticos, podem-se selecionar diferentes dimensões dentro da história, definidas pela presença de uma “noção marcante”, que as atravessam. No caso da história política, o poder.<sup>97</sup>

E é exatamente a concepção de poder que marcará a evolução da história política. Antes referido como algo substancial, capaz de ser detido com exclusividade por determinados atores políticos, ele era entendido como um apanágio institucional. No

<sup>94</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim & DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. O Reconhecimento de um Conceito na Historiografia Brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (org). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papyrus, s/d, p.229

<sup>95</sup> BACZO, Bronislaw. *A Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994, Vol.5, p.310

<sup>96</sup> BURKE, Peter. A Nova História, seu Passado e seu Futuro. In: \_\_\_\_\_, Peter (org). *Abertura: A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p.14

<sup>97</sup> BARROS, José D'Assumpção. *O Campo da História: especialidades e abordagens* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes, 2004, pp. 15-20. Para o autor a dimensão é uma construção do historiador, mas corresponde a instâncias da realidade social, sendo um produto histórico.

século XIX, a influência hegeliana tomava a história como possuidora de um “telos”, capaz de colimar o futuro da realização humana num estado perfeito. A historiografia voltava-se ao propósito de suportar o projeto contemporâneo de construção do Estado, da Nação e de uma identidade articulada. Era a história da criação dos mitos, dos notáveis e de seus grandes feitos, das batalhas e da diplomacia. Uma história essencialmente política, porque a noção de política estava atrelada a esses acontecimentos.

A problematização do poder como categoria e sua concepção como algo disseminado nas diversas relações existentes na sociedade muda o sentido da história política, e conseqüentemente seus objetos. Abrem-se interfaces com outros campos do conhecimento. Privilegiam-se relações e atores até então impensáveis, como são as relações na família, nas instituições, na imprensa ou dela com a opinião pública; e as relações de mediação e sociabilidade.

Se o esvaziamento da preeminência do Estado, tal como era vista no historicismo, mudou a perspectiva da história política, uma outra refutação, agora em relação aos Anales, contribuiu para a sua vivificação, o privilegiamento das ações humanas em detrimento dos determinismos estruturais. Mas só será possível compreendê-la se percebermos que, por maior que seja a assimetria entre os indivíduos, todos possuem um *quantum* de poder, capaz de ser exercido.

Rémond alerta para o espaço de autonomia incontestável do campo político, não há setor ou atividade que em algum momento não tenha uma relação com ele. Uma relação de presença e não de sujeição, porque não existe uma hegemonia do político.<sup>98</sup> Julliard fala em autonomia da própria história política, que teria revigorado “na medida em que nossos contemporâneos tomam consciência de sua importância e de sua autonomia”.<sup>99</sup>

Por outro lado, a constatação da importância e da pluralidade das ações humanas veio mostrar que o campo do político não é um simples reflexo das estruturas. Múltiplas relações se fazem sobre e a partir dele. E isso abre para algumas discussões sobre as relações entre o indivíduo e o social, afinal se não existe sobredeterminação e as reações humanas não obedecem necessariamente a uma lógica, cairíamos na indeterminação. Na tentativa de explicá-las, surgiram correntes que privilegiariam alguns enfoques

---

<sup>98</sup> RÉMOND, René. Do Político. In: \_\_\_\_\_. *Por uma História Política* (2ª ed.). Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.444-447

<sup>99</sup> JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques (org). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.180

específicos, como, por exemplo, a Cultura Política, a História Social do Político e a História Conceitual do Político, de Pierre Rosanvallon. Esta última é uma história intelectual que privilegia os conceitos, não com a preocupação de traçar-lhes uma genealogia, mas de tratá-los como produto das idéias e dos acontecimentos que lhe deram origem. Não a *idéia* de livre curso, com inspiração hegeliana, nem a sobredeterminada pela estrutura. Não é o conceito descarnado, e sim articulado a seu entorno, como mote para entender-se a sociedade. Se, conforme Rémond, “o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social”,<sup>100</sup> ele é uma área de fronteiras, mas também representa uma centralidade, o *locus* para onde são trazidas as discussões da sociedade. O local da articulação.<sup>101</sup>

A História Conceitual do Político tem por objeto a compreensão das racionalidades políticas historicamente constituídas, ou seja, as representações que se fizeram num determinado período, ensejando práticas para o enfrentamento de situações reconhecidas como problema. É o binômio realidade-representação definindo os campos problemáticos, diante do que ele chama de “nós históricos”.<sup>102</sup> Estes representam momentos críticos, geradores de novas racionalidades e de seus discursos, que se digladiam no campo do político que, repetimos, será tomado “não como instância ou domínio entre outros da realidade”. Mas “o lugar onde se articulam o social e suas representações, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete”. Poder-se-ia falar de uma (re)visão do social a partir do político.

O emprego da História Conceitual do Político impõe um método interativo e compreensivo, na dimensão da Sociologia Compreensiva de Weber, ou seja, cabe ao pesquisador entrar na percepção dos atores naquele momento e de suas circunstâncias, é uma história do momento e não uma retrospectiva.

Rosanvallon exemplifica com a questão do sufrágio universal, que, por articular-se às noções de individuação e de igualdade, coloca-se no cerne das sociedades modernas, sendo tratado como pertencendo ao campo da história social. O autor mostra a necessidade de distinguir o que é um processo do que seria um direito; o sufrágio vem sendo admitido como um fim em si, um *telos*, o que representaria uma história escrita para trás. E explicita,

---

<sup>100</sup> *Idem*, p.447

<sup>101</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.15, n.30, 1995, p.12

<sup>102</sup> *Idem*, p.15-16



La méthod que nous voulons suivre, à la invers, n'a pás d'autre visée que de comprendre de **l'intérieur** les certitudes, les tâtonnements ou les aveuglements qui gouvernent l'action et la imagination des hommes. La histoire intellectuelle du politique trouve la sa especificité par rapport à la histoire politique traditionnelle, à la histoire des idéas ou à la histoire des représentations. Êst-ce à dire que nous repoussons la démarche de l'histoire sociale, préférant le commerce des grandes auteurs ou des orateurs parlementaires à celui de peuple silencieux et souffrant? Certe pás. Mais le donné de l'histoire sociale n'ont de sens que resituées, inserées dans une histoire plus conceptuelle, que ne se réduit pás de son côté à la analyse des grandes auters, même si ceux-ci constituent souvent une voie d'acess privilegie à la culture politique de leur temps (...) L'histoire intellectuelle du politique se propose **de tenir les deux bouts de la chaîne**. Em cherchant em permanence à saisir le point d'intersection de la lutte des hommes avec leur representation du monde, elle invite à comprendre la politique comme le lieu du travail de la société sur elle-même. <sup>103</sup> (Grifos no original)

Cefaï, ao correlacionar a historiografia contemporânea às ciências sociais, entende que elas se ligam por certos trajetos metodológicos, dotados de pontos comuns de análise. Como exemplos, cita a lógica de ação e situação dos atores; as estruturas de temporalidade, interação e pertinência, que enquadram as culturas políticas; a constituição de universos políticos; e os usos pragmático e estratégicos das culturas de ação: os *repertórios*.<sup>104</sup> E é exatamente esse conceito que quero retomar.

Os repertórios, conforme a definição de Swindler, representam um conjunto de recursos intelectuais disponíveis em uma sociedade, num determinado período histórico. Formados por arranjos de padrões analíticos, noções, argumentos, figuras de linguagem, não importando uma necessária consistência teórica, são como uma caixa de ferramentas (*kit tool*) que se destina a municiar a ação.<sup>105</sup> Conforme Tilly, eles não se originam de abstrações filosóficas ou resultam de propaganda política, ao contrário, emergem da luta e representam escolhas.<sup>106</sup> Está aí o cerne da questão, há o pressuposto

<sup>103</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Le Sacre du Citoyen: histoire du suffrage universel em France*. Paris: Gallimard, pp. 22-23. "O método que nós queremos seguir, ao contrário, não tem outra finalidade que não seja a de compreender o interior das certezas, as buscas ou as cegueiras que governam a ação e o imaginário dos homens. A história intelectual da política encontra sua especificidade em relação à história política tradicional, à história das idéias ou à história das representações. Quer dizer que nós repelimos a maneira de pensar da história social, preferindo o convívio com os grandes autores ou oradores parlamentares do que o povo silencioso e sofredor? Certamente não. Mas os dados da história social só fazem sentido quando resgatados, inseridos numa história mais conceitual, que não se reduz também à análise dos grandes autores, mesmo quando eles constituem uma privilegiada via de acesso à cultura política de seu tempo (...) A história intelectual da política se propõe **a segurar as duas pontas da corrente**. Procurando permanentemente segurar o local da intersecção da luta dos homens com sua representação no mundo, ela convida a compreender o lugar onde a sociedade trabalha sobre si mesma." Tradução livre.

<sup>104</sup> CEFAL, Daniel. Experience, Culture et Politique. In: \_\_\_\_ (org) *Culture Politique*. Paris: PUF, 2001, p. 97 *Apud*: DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Cultura Política: definições, usos, genealogia. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, dezembro de 2002, p.19. Cefaï recusa as idéias de um primado do culturalismo ou do funcionalismo. Entende que é a **experiência** que qualifica de modo inovador as relações entre a cultura e a política. Seria no espaço de experiência e de atividade que os atores políticos dão sentido ao que vêem, ao que fazem, entram em relações de reciprocidade, criando novas formas de representação.

<sup>105</sup> SWINDLER, Ann. Culture in Action: symbols and strategies. In: *American Sociological Review*, 1986, vol. 51, abril, 1986, pp.273-286.

<sup>106</sup> *Idem*

de que a cultura não define a ação, mas empresta-lhe um instrumental para a construção da estratégia, uma construção sociocultural.

Dutra chama a atenção para a diversificação no enfoque do conceito de repertório por sociólogos e historiadores. Enquanto os primeiros se preocupam em categorizá-lo, criando uma tipologia: simbólicos, materiais, etc.; os historiadores têm que se preocupar com a historicidade das formas de ação decorrentes. Cita como exemplo Thompson, Agulhon, com a introdução dos símbolos republicanos na França, que viria a ser cotejada com o caso brasileiro por Carvalho.<sup>107</sup>

A compreensão dos repertórios pode ajudar a explicar a profusão e aparente “confusão” dos discursos políticos em determinados períodos. Gomes, ao tratar dos intelectuais, no Brasil do final do XIX, mostra que os textos produzidos são “exercícios produção do eu e de persuasão política dos outros e de si mesmo”.<sup>108</sup> E, em Patrocínio, a persuasão era um ministério, exercido pela palavra escrita ou falada.

## CAPÍTULO 2

### RETRATOS, PALAVRAS E VOZES

**Voici un homme. Je possède sur lui un certain nombre de documents et de témoignages. Je vais essayer de dessiner un portrait vrai. Que sera ce portrait? Je nen sais rien.**<sup>109</sup>

O gênero biográfico fez uma evolução acidentada, com idas e vindas de maior ou menor prestígio, conforme as circunstâncias históricas. Já foi separado da história,

<sup>107</sup> DUTRA, Eliana R. de Freitas. *Op.Cit.*, pp.20-23

<sup>108</sup> GOMES, Ângela de Castro. Rascunhos de História Imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas. Remate de Males. Campinas: Unicamp, dez.2004. *Apud* GONTIJO, Rebeca. História, Cultura Política e Sociabilidade Intelectual. In: SOHIET, Rachel et alii (org) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad., 2006. p.263

<sup>109</sup> *Apud* ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ INL-MEC, 1977, p.14. “Eis aqui um homem. Tenho a respeito dele certo número de documentos e de testemunhos. Vou tentar desenhar um retrato verdadeiro. Que será esse retrato? Eu nem sei.” (tradução livre). Não há, no texto original, menção à autoria da frase.

aceito apenas como um instrumento secundário; depois, exaltado, pela possibilidade de depurar os heróis, mas, em seguida, negado por sua singularidade diante do coletivo. E agora retorna festejado pela percepção de suas grandes possibilidades.<sup>110</sup> De fato, mesmo considerados os desafios, a confecção da biografia de atores políticos reassume uma posição de destaque na historiografia, o que parece estar relacionado a um retorno à valorização da ação humana, afastando-se progressivamente das explicações estruturalistas. O momento, no entanto, é diferente daquele do historicismo, quando também se valorizava a ação humana, só que restrita a personalidades notáveis. Buscavam-se, na pretensa essencialidade de seus valores, modelos para uma cultura social. Era *o herói da raça, de caráter sem jaça!* Mais do que construir a personagem, necessitava-se de criar o mito, visando à elaboração de uma memória nacional, sustentando o *telos* da história.

Levy, ao questionar a possibilidade de escrever a vida de um indivíduo, faz de sua reflexão uma síntese admirável, a questão não se esgotaria nas dificuldades práticas para sua realização, mas no fato de tentar-se impor à personagem uma racionalidade limitante, “(...) contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incerteza.”<sup>111</sup> Bourdieu, ao falar da “ilusão biográfica”, mostra a necessidade de o historiador contrapor a essa personagem previsível, o “sujeito fracionado, múltiplo” do cotidiano.<sup>112</sup> É exatamente esse indivíduo que insere na metodologia da construção biográfica uma falta de linearidade aparentemente desconcertante. Certeau entende cada homem como um *locus* onde age a pluralidade de suas relações.<sup>113</sup>

Chartier, invocando Bourdieu, fala da importância de entender-se a ação dos indivíduos na origem das mudanças: “ele muda conforme sua trajetória social, a sua condição, o seu estado, a sua profissão, as suas produções durante a vida”. Não se pode pensá-lo fora de seu espaço e de suas relações. Uma biografia é necessariamente relacional, implica em coletividade.<sup>114</sup>

<sup>110</sup> Para aprofundar a questão da evolução do gênero biográfico na história. Cf. **LORIGA**, Sabina. A Biografia como Problema. In: **REVEL**, Jacques (org). *Jogos de Escala, a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, passim.

<sup>111</sup> **LEVI**, Giovanni. Usos da Biografia. In: **AMADO**, Janaina & **FERREIRA**, Marieta de Moraes (org). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.169

<sup>112</sup> **BOURDIEU**, Pierre. L’Illusion Biographique. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, jun 1986, p.70. Apud **SCHIMDT**, Benício Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. In: Estudos Históricos, 1997-19, p.17

<sup>113</sup> **DE CERTEAU**, Michel. *The Practice of Everyday Life*. Berkeley, Londres, Califórnia: Universidade da Califórnia, 1984, XI. Apud **SCHIMDT**, Benício Bisso. Op.Cit. p.17

<sup>114</sup> **CHARTIER**, Roger. Pierre Bourdieu e a História: debate com José Sérgio Lopes. In: Topoi, Rio de Janeiro, março de 2003, pp.174 -175

Loriga valoriza no retorno da biografia a importância de poder trazer à luz os “esquecidos da memória”<sup>115</sup>. Vejo, contudo, a importância também de dissecar essa memória, procurando analisá-la na intimidade de sua construção, dos enquadramentos.

Quanto à personagem, não basta apenas perguntar quem é, mas quem pensa que é, como lê o seu entorno; como é lido por ele.

Michel Foucault desenvolveu a noção de subjetivação, que seriam formas,

através das quais os próprios sujeitos participariam de sua construção como sujeitos morais, aceitando, recusando, incorporando, apropriando-se diferenciadamente das linguagens existentes num determinado momento histórico para construir suas identidades pessoais, sociais e sexuais.<sup>116</sup>

Conforme Cardoso Jr., a ideia de subjetivação aparece na fase final de Foucault, quando ele trata da construção do sujeito. Seriam práticas históricas de si mesmo, inscritas nas relações de poder-saber como elemento de resistência. Ela está, portanto, articulada ao tempo e ao corpo, este tomado não apenas em seu aspecto orgânico, mas como algo construído pelas relações com as coisas que encontra durante a existência.<sup>117</sup>

Existiria, pois, uma descontinuidade na construção dos indivíduos, um processo balizado por circunstâncias históricas. Conforme Foucault, hoje, ao fazer-se história, aponta-se para o sujeito do conhecimento, não como o núcleo do conhecimento, mas como o ponto de origem que torna o conhecimento possível e possibilita o aparecimento da verdade.

It would be interesting to try to see how a subject came to be constituted that is not definitively given, that is not the thing on basis of which truth happens to history- rather, a subject that constitutes itself within history and is constantly established and reestablished by history. It is toward that radical critique of human subject by history that we should direct our efforts (...) In my view, what we should do is show the historical construction of a subject through a discourse understood as consisting of a set of strategies which are part of social practices.<sup>118</sup>

Patrocínio, para mim, é exemplar nisso. Conforme foi dado a observar apenas pelas notas introdutórias, ele fez uma trajetória sinuosa, tradicionalmente interpretada como errática e inconstante, originada de determinismos psicológicos, ou seja, de

<sup>115</sup> LORIGA, Sabina. *Op. Cit.* p.225

<sup>116</sup> RAGO, Margareth. Pensar Diferentemente a História. In: *Foucault, História e Anarquismo*. São Paulo: Achiamé, 2005, p.65

<sup>117</sup> CARDOSO JR., Hélio Rebelo. Para que Serve uma Subjetividade? Foucault, Tempo e Corpo. In: *Psicologia, Reflexão e Crítica*. Campinas, 18 (3), 2005, pp. 343-49.

<sup>118</sup> FOUCAULT, Michel. Truth and Juridical Forms. In: *Michel Foucault the essential works 3. Power*. London: Allen Lane The Penguin Press, 1994, p.3

“Seria interessante procurar ver como o sujeito vem a se constituir, o que não é definitivamente dado a priori, que não é a coisa em cujas bases a verdade aparece para a história, mais do que isso o indivíduo se constitui com a história e é constantemente fundado e refundado por ela. É na direção dessa crítica radical do sujeito pela história que devemos dirigir nossos esforços (...) na minha opinião, o que deveríamos fazer é mostrar a construção histórica do sujeito através um discurso entendido como consistindo de um grupo de estratégias que são parte das práticas sociais.” Tradução livre

características naturalizadas. A meu juízo, ao contrário, suas oscilações refletem exatamente instâncias de resistência, ações estratégicas, nas relações com seu entorno político e social.

## 2.1 – A palavra de si

**Escutemos suas palavras ou pelo menos essas cuja memória mais tarde se preservou, após sua morte, na casa de seus herdeiros, essas que eles julgaram dignas de sua glória (...).**<sup>119</sup>

A maioria dos documentos disponíveis para estudar José do Patrocínio é representada por sua produção jornalística ou como tribuno. De seus biógrafos, somente Oswaldo Orico teve acesso a entrevistas com a viúva e a cunhada do jornalista.<sup>120</sup> Excetuando-se o acervo jornalístico, a maioria dos relatos foi produzida por seus coevos, com uma particularidade, quase todos plenos de paixão, fosse positiva ou negativamente. Patrocínio parecia não suscitar indiferenças, distanciamentos e isenção. Amava-se ou detestava-se. Possuía um temperamento passional, capaz de gestos, os mais desabridos de reverência, podendo beirar o ridículo, ou de máxima intolerância, limítrofes à violência.

Em 1884, o jornalista José Carlos do Patrocínio é acusado de apropriar-se sem escrúpulos de recursos obtidos pela propaganda abolicionista. Proprietário da *Gazeta da Tarde*, para onde fora em 1880, depois de rápidas passagens em outros periódicos, sentiu o dever de justificar-se publicamente. E, em 29 de maio, escreveu um artigo extenso onde relatava os momentos mais importantes de sua vida.<sup>121</sup> Nada melhor, para ilustrar uma biografia, do que quando se dispõe de um relato da própria personagem, com o qual se podem confrontar opiniões de hoje e da época. Naturalmente, o relato possui intenções, a primeira, explícita, de um desagravo e outra, entrelinhada, de reforçar sua imagem apostolar pela liberdade. Esta viria a marcar definitivamente a memória que se construiria sobre ele.

Começa, acusando seus detratores de não lhes perdoarem o sucesso, atitude que lhe tem servido para açular a vaidade: maiores as calúnias, maior seria a “estima pública

<sup>119</sup> DUBY, George. *Guilherme Marechal*. Apud SCHMIDT, Benito Bisso. *Op. Cit.*, p.5

<sup>120</sup> ORICO, Oswaldo. *Op. Cit.* p.12.

<sup>121</sup> *13 de maio*, 13/05/1915, edição especial comemorativa realizada pela Confederação Abolicionista. Artigo transcrito da *Gazeta da Tarde* de 29 /05/ 1884. As citações que se seguem até à referência 14 pertencem a este artigo.

e fortalecer-se a dedicação de meus amigos”. Fala coletivamente ao “povo brasileiro”, sobre o “desinteresse com que tenho servido à causa da abolição, que eu entendo ser a da reorganização moral e econômica da minha pátria”. Patrocínio se mostra, pois, imbuído dos ideais político-reformistas do projeto abolicionista.

Ironiza, “Quem sabe que sou filho de uma quitandeira de Campos deve admirar-se de me ver hoje proprietário de um jornal e de que eu pudesse fazer uma viagem à Europa”. O destino, diria mais tarde Bilac, não havia contemplado o Libertador com um ventre feliz. E acrescenta uma torrente de desventuras que lhes teriam acompanhado a origem: a cor das trevas, o berço cercado de infelicidades, a ausência do reconhecimento paterno e os sofrimentos da gente cativa. Mesmo aceitando os outros, como hipérboles poéticas, os sofrimentos dos cativos ele não viveu. Patrocínio recebia um tratamento de filho, mesmo não reconhecido. Logicamente, haveria um limite, afinal, na adolescência, ele seria encaminhado para trabalhar no comércio, o que não teria dado certo. Historiando sua vida pessoal, ele conta seu começo, na Corte, para onde viera em 1868: um garoto de quinze anos trabalhando como servente-aprendiz de farmácia na Santa Casa de Misericórdia. O Diretor o empregara, por tê-lo achado “original”, mas tendo a farmácia, mais tarde, passado ao controle das freiras, ele saiu. Sua sorte, agora sem casa e sem emprego foi a ajuda providencial de um conterrâneo, Vice-diretor da Faculdade de Medicina, que o empregou numa clínica privada de propriedade do barão de Ibituruna, transformado agora em seu “novo protetor”. Para sobreviver, além do dinheiro dos “ganchos”, recebia 16\$ mensais, “vindos do vigário de Campos, que não me perfilhou, mas todo mundo sabe que era meu pai”.<sup>122</sup> Com poucos recursos, recebeu gratuitamente a educação, através de um amigo, dono do colégio, e a moradia, por intermédio de outros. Finalmente, em 1871, quando entra para a faculdade de farmácia, porque fora reprovado em filosofia para o ingresso no curso médico, recebe uma bolsa de 20\$000, da “sociedade beneficente”. A essa época já recebia moradia e comida de um outro colega, Catão Callado, que o acolhera. Alternativamente, ministrava aulas para as primeiras letras.

Terminado o curso, com o diploma nas mãos e sem condições de estabelecer-se, restava a possibilidade de alugá-lo por 30\$ ou 40\$. Vivendo este drama, que mais tarde, diria “ter gosto de fel”, aparece-lhe a mão amiga de um colega de externato, João

---

<sup>122</sup> Conforme seu próprio relato, “ganchos” eram chamadas as substituições dos plantonistas de fim de semana.

Villanova, convidando-o a passar um dia em sua casa: “fui e aqui começa a segunda parte da minha vida”.

O padrasto de João era o capitão Emiliano Rosa de Sena, reconhecido republicano e abolicionista, que, junto com sua esposa, haviam trazido para casa os móveis de Patrocínio sem que ele soubesse.

(...) pediram-me como um favor que eu ficasse residindo ali. Para mascarar a esmola que me faziam, convidaram-me para ser professor de seus filhos. Destas relações nasceu a estima entre mim e minha mulher, filha dos dois honrados velhos.

Entre seus alunos, estava Bibi, filha mais nova do casal, com a qual Patrocínio se casaria, após um namoro um tanto rocambolesco, não muito a gosto dos pais dela, porém rendendo lucros à imprensa pasquinesca e desabrida. Patrocínio, a essa altura, já era jornalista e aparecia no meio. Apulco de Castro, à frente de *O Corsário*, famoso por sua irreverência grosseira, dizia que o *Preto Cínico*, por esperteza, renegara uma “pretinha (...) de polpa planturosa e catinguenta a valer”, para casar-se com “moça dengosa, bonita (...) e branca (...)” A escolha tinha por objetivo “fruir as delícias da Corte”.<sup>123</sup> Patrocínio nunca respondeu a isso, nem a outros achincalhes partidos de Apulco.<sup>124</sup>

A partir daí, ele passa o relato para o ano de 1881, quando adquiriu, com recursos oferecidos por seu sogro, a *Gazeta da Tarde*. Um de seus proprietários, o brilhante jornalista e abolicionista Ferreira de Araújo, havia morrido. Segundo ele, aí teria começado a terceira fase da sua vida.

Havia, contudo, muito a fazer porque o jornal editava apenas 1.900 exemplares, o que não lhe permitiria sobreviver. Pouco depois, a *Gazeta* já tiraria, segundo ele, 4 mil exemplares. As dívidas pessoais e as do passivo da empresa também foram pagas pelo sogro.

Para justificar a origem dos recursos, faz questão de dar os nomes de todas as pessoas com quem se envolveu financeiramente, incluindo Rebouças, a diretoria do banco Comercial e alguns “comendadores”. A empresa ia bem, e já tirava 12 mil exemplares: “ganhava em crédito o que ganhava em circulação”.

<sup>123</sup> *O Corsário*, 09/02/1881. Apud **MAGALHÃES JR.**, Raimundo. *Op. Cit.* p.88. O texto satírico procura esvaziar o status adquirido pelo negro Patrocínio, procurando reconduzi-lo ao que deveria ser a sua realidade.

<sup>124</sup> À exceção desse artigo, esse apelido não aparece em qualquer manifestação sobre Patrocínio. Mas, num depoimento de um coevo, Ulisses Xavier de Souza, antigo balconista de uma loja na rua do Ouvidor quase em frente à *Cidade do Rio*, ele relata ao escritor paulista Silva Barreto, que o jornalista costumava ser chamado de *preto cínico* por seus detratores. Cf. **BARRETO**, Silva. *Patrocínio, o Espártaco de Bronze*. São Paulo: Scortecci, 1995, p.25.

Para explicar os recursos gastos com sua viagem à Europa, aponta, além de um crédito bancário, um contrato com um anunciante francês, a casa Galliën et Prince, que lhe teria avançado os recursos para pagar o banquete em Paris.

Acusavam-no de ir à França passear, utilizando-se do dinheiro obtido nas “quermesses” organizadas pela Confederação Abolicionista. Defende-se, fora tratar da saúde. Na *Gazeta*, dá outra justificativa, precisava de dados para escrever seu último romance, *Pedro, o espanhol*, publicado como folhetim na *Gazeta da Tarde*, em 1884.

Daí pra frente, reitera sua honradez e a transparência na obtenção dos recursos e ameaça seus detratores com a justiça.

Como visto, o artigo é de 1884 e deixa de fora os anos restantes de sua vida, cheia de sucessos e fracassos, mas da mesma forma, sempre polêmica. Patrocínio mostra ter percorrido o caminho ascensional possível aos despossuídos de bens reais ou simbólicos, embora não se possa entendê-lo como um produto necessário dessas relações. Importa é buscar nessas balizas os espaços de suas escolhas pessoais. Ele valeu-se de uma rede de apadrinhamentos e de relações informais, trilhadas com desembaraço, incluindo um casamento que o favoreceria, mesmo considerando a existência de um sentimento verdadeiro em relação a sua mulher. Da mesma forma que outros coevos, pelo casamento, transferiu para si o poder da família. Manteve ligações políticas importantes aqui e no exterior. Falava e escrevia em francês com desenvoltura, e tinha especial predileção pela história da França, à qual vivia recorrendo em seus artigos. Gilberto Amado chama a atenção para a ascensão, na segunda metade do XIX, do que chamou de “fulgurante plebe intelectual dos doutores pobres, jornalistas, oradores que (...) compareciam com a pena, a palavra e a ação, em nome do pensamento liberal para dominar a opinião”.<sup>125</sup>

O relato finaliza em 1884, mas muito ainda haveria de acontecer.

## 2.2 – A palavra escrita e a voz pública

---

<sup>125</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p.585. Freyre não cita a obra de origem. Nas citações imediatamente anteriores de Amado, ele faz referência ao livro *Grão de Areia*, edição original de 1919 e *A Chave de Salomão e Outros Escritos*. Nas duas edições de *Grão de Areia* a que tive acesso (1948, na Biblioteca Nacional e 1963, na coleção José Guilherme Merquior, da biblioteca do Centro Cultural do Banco do Brasil e no IHGB) não encontrei o período citado. Na edição de 1963, o livro faz parte de uma coletânea, onde também está a *Chave de Salomão*. Nesta edição, *Grão de Areia*. In: \_\_\_\_\_. *Três Livros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, às páginas 244-5, encontra-se um texto com o mesmo sentido. Optei pela manter a formulação original de Freyre.



Dentre os atores políticos, a imprensa, principalmente com o abolicionismo chamado popular, avulta no dimensionamento de um novo espaço público. A discussão das matérias jornalísticas era multiplicada em função das redes de informação geradas pelas associações, clubes, livrarias, cafés e as próprias redações dos jornais, onde era comum a frequência popular. Veloso atribui às ruas um papel maior do aquele tradicionalmente consagrado pela idéia de modernização, ou seja, de tratar-se meramente de um lugar de passagem. Seria, na verdade, um espaço de preservação da cultura para as classes populares, naturalmente em franca circularidade com as idéias trazidas por alguns intelectuais, em trânsito pelos mesmos espaços.<sup>126</sup> A autora cita uma prática surgida no final do XIX e continuada na República, a do “jornal falado”, cuja iniciativa atribui ao jornalista Paula Nei. Consistia na divulgação nos cafés e nas calçadas das notícias e matérias jornalísticas, de forma satírica, teatralizada, numa discussão com ampla participação popular.<sup>127</sup> A presença popular também era maciça nos comícios abolicionistas e, mais tarde, nos republicanos.

Em Santos, os *meetings*, as ações insurgentes e a imprensa engajada do abolicionismo, absorvidas em notável extensão pelas camadas populares, iriam criar espaços nos movimentos sociais do porto.<sup>128</sup> No Rio, ferroviários, doqueiros, marítimos e tipógrafos iriam aprender com o abolicionismo a sua participação na república.<sup>129</sup>

Por outro lado, o enfrentamento conflituoso nas ruas por ocasião de comícios e manifestações mostra uma evidente participação popular num espaço onde a discussão *monarquia-república* obviamente também não poderia estar ausente. Estes fatos reforçam as críticas ao mito do povo ausente, *bestializado* ou, na máxima tolerância, de sua atitude *bilontra* em relação a uma política *tribofe* instituída pelo novo regime. Em ambos, persiste a noção da ausência de cidadania como marca.<sup>130</sup>

<sup>126</sup> VELOSO, Mônica Pimenta. Os Cafés Como Espaço da Moderna Sociabilidade. In: LOPES, Antônio Herculano (org). *Entre Europa e África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: FCRB/Topbooks, 2000, p.235

<sup>127</sup> *Idem*, p. 236-7

<sup>128</sup> GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do Mar: Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: UNESP/ Prefeitura Municipal de Santos, 1992, p.72. *Apud* MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994, p.168

<sup>129</sup> MACHADO, Maria Helena. *Op.Cit.*, p.163

<sup>130</sup> Carvalho entende que na implantação da república, havia uma dissociação entre as instâncias políticas institucionais autoritárias e o povo no Rio de Janeiro. O resultado foi uma política tutelada de baixo nível, e uma reação popular de malandragem, de esperteza, diante da exclusão: o binômio **política tribofe/povo bilontra**. Cf CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras. 1987. Críticas a essa visão podem ser encontradas em: ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *Op.Cit.*, p.225-27; FREIRE, Américo Oscar Guichard & SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *Três Faces da Cidade: um Estudo sobre a Institucionalização e a*

Vivia-se um progressivo deslocamento do universo simbólico do Império, para uma nova visão de mundo, compatível com o progresso e a modernidade. Uma revolução simbólica operada principalmente no espaço público <sup>131</sup>. O esgotamento de um modelo abria espaço à aceitação de outro, principalmente porque este conseguira associar-se às idéias de liberdade e democracia, dissociadas do modelo de liberalismo que lhe dera origem. <sup>132</sup>

Se a discussão sobre República ficava restrita às camadas médias intelectualizadas e à classe política, a noção de *res publica* perpassava todo o cenário discursivo, onde novas representações se faziam e se colocavam no campo do político, como visto, considerado por Rosanvallon como o local das discussões que se fazem na sociedade. <sup>133</sup>

O Império perdia legitimidade. No plano da idéias, ficara diante de um cenário de reivindicações modernizadoras, imbuídas do mito do progresso e da civilização. No econômico, a ascensão de novas potências européias e dos Estados Unidos alargava a influência sobre a periferia, para onde se exportavam bens, saberes e capitais. “O capitalismo financeiro complementa as conquistas dos países industrializados (...)”. <sup>134</sup> No campo político, convergiram diversos fatores: a crise da representação, a intervenção no processo eleitoral via Poder Moderador, as acusações de clientelismo, favoritismo e de corrupção. Fragmentara-se também o apoio das classes proprietária e militar e do poder eclesiástico à monarquia. Simultaneamente, pairava a ameaça de um terceiro reinado, a ser protagonizado por uma mulher, denunciada pela propaganda republicana como inepta intelectual e até moralmente, fanática religiosa e guiada por um nobre europeu, seu marido. Tudo isso tornava a idéia de República irresistível. É importante lembrar o compromisso assumido pelo partido Republicano de São Paulo, no Manifesto, de maio de 1888, de “combater o terceiro reinado em todos os territórios em que as circunstâncias o coloquem”. <sup>135</sup> O discurso da inaptidão de Isabel, embora no geral reproduzisse o ideário da época, aparecia reforçado na estratégia republicana. A

---

Dinâmica do Campo Político Carioca (1889-1969). In: *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n: 24, 1992 /2; e **MAGALHÃES**, Marcelo de Souza. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? In: **SOHIET**, Rachel et alii (org) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005, p.295

<sup>131</sup> **MELLO**, Maria Tereza Chaves de. *A república Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p.11

<sup>132</sup> *Idem*, p. 141

<sup>133</sup> **ROSANVALLON**, Pierre. *Por Hist. Conc. Pol.*, p.16

<sup>134</sup> **NEVES**, Margarida. Os Cenários da República. O Brasil na Virada do Século XIX para o Século XX. In: **FERREIRA**, Jorge & **DELGADO**, Lucila de Almeida Neves (org). *Op. Cit.*, p.20

<sup>135</sup> **BOHERER**, George C.A. *Op. Cit.*, p. 114

Princesa, contrariamente ao alardeado, possuía uma condição especialíssima e formação esmerada <sup>136</sup>, fazia parte de uma elite de mulheres intelectualizadas, distinguidas por experiências sociais diversificadas e enriquecedoras. <sup>137</sup>

Finalmente, o novo regime surge na esteira de uma sedição militar contra o Gabinete Ouro Preto, e será *batizado* de República, na Câmara Municipal, entre os vereadores e lideranças militares. <sup>138</sup> Surge em meio às contradições que lhe deram origem e, em consequência, levará tempo para consolidar-se.

Não há, pois, como negar a importância do espaço público, das redes relacionais e da imprensa no trânsito das idéias ao final do XIX.

A escolha da trajetória de um jornalista e tribuno como objeto, naturalmente já exigiria priorizar a utilização da imprensa como fonte. No caso de Patrocínio, especialmente, por não ter deixado uma obra doutrinária no sentido formalmente aceito, o jornal é a via de eleição para buscar, mesmo fragmentados, suas idéias, o discurso que faz de si, assim como a memória construída a seu respeito. Importante lembrar que nenhuma obra deve ser considerada como uma unidade homogênea, como uma continuidade. <sup>139</sup>

Anteriormente, dúvidas sobre a “independência e exatidão” da imprensa impediram sua aceitação como fonte<sup>140</sup>. E mesmo considerando seu emprego disseminado atual, ainda subsistem preocupações. Glénisson atribui aos jornais uma

complexidade desanimadora. Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo <sup>141</sup>

<sup>136</sup> **MESQUITA**, Maria Luiza de Carvalho. Quem Tem Medo do Terceiro Reinado ou Por Que Não Isabel? .In: **SANTOS**, Cláudia Regina Andrade dos (org). *Estudos*, vol.1. Curitiba: LEHP- USS, 2006, p.9

<sup>137</sup> **COSTA**, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos* (8ª ed.). São Paulo: UNESP, 2007, p. 496 -7

<sup>138</sup> Refiro-me ao episódio, citado anteriormente, da leitura na Câmara Municipal, por iniciativa de José do Patrocínio, de um documento, que – na realidade – funcionou como uma certidão de batismo da República. Pelo ato, Patrocínio se auto intitulou o Proclamador Civil da República. A questão será aprofundada no capítulo V, sub-capítulo 5.1.

<sup>139</sup> **FOUCAULT**, Michel. *A Arqueologia do Saber* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.27. O autor mostra a necessidade de afastar a tendência das *continuidades* na análise histórica, que funcionariam como sínteses explicativas vazias.

<sup>140</sup> **RODRIGUES**, José Honório. Teoria da História do Brasil: introdução metodológica (3ª ed.). São Paulo: Cia.Editora Nacional 1968, p. 198-200. *Apud* **LUCA**, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: **PINSKY**,Carla Bassanezi (org).Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p.115

<sup>141</sup> **GLÉNISON**, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. São Paulo: Bertrand, 1986, pp177-178. *Apud* **LUCA**, Tânia Regina de. Op. Cit, p.116

As incertezas reforçariam a necessidade de o pesquisador ficar atento às “características da publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros (...)”<sup>142</sup>.

Jeanneney relativiza a capacidade de o Estado influenciar a opinião pública pela cooptação da mídia, ela estaria sendo superestimada. Diz ser preciso analisar as duas dimensões do poder envolvidas, a primeira “do dinheiro mais ou menos oculto que a irriga” e a outra, das instâncias decisórias da própria instituição jornalística.<sup>143</sup>

Para a solução do impasse, é necessário entender-se a imprensa não como a memória isenta do acontecimento, mas como parte dele; percebe-la como um ator político. Um agente igual aos demais, produtor de diferentes discursos sobre os fatos, encerrando estratégias capazes de mobilizar interesses e estabelecer possibilidades, na medida em que criam outros fatos e constroem novas realidades. É preciso desvendar a ordem desse discurso. Quais as circunstâncias que os fazem surgir? Quais as fronteiras entre o dizível e o indizível, ou seja, quais os limites estabelecidos pelas relações de poder?<sup>144</sup> O discurso da imprensa cria novas capacidades de percepção num “sistema de referências”.<sup>145</sup> O propósito, portanto, não é comentar a imprensa como fonte, mas dialogar com ela, buscando as redes relacionais subjacentes. Como diz ainda Jeanneney, a história política não pode renunciar ao estudo do poder dentro da imprensa.<sup>146</sup> A partir disso, já não mais se sustentam as críticas à sua utilização como fonte, seja em relação à objetividade ou à isenção.

É importante assinalar que na transição Império-República, está-se vivendo o surgimento de uma imprensa profissionalizada, a *imprensa empresa* na qual a notícia virá a ser a mercadoria. Mas a tentativa já remontava ao Império. São exemplos de maior sucesso, *O País*, o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*. Conforme observado por Max Leclerc em 1889:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma

<sup>142</sup> *Idem*

<sup>143</sup> JEANENNEY, Jean-Noël. A Mídia. In: REMOND, Pierre. *Por uma História Política* (2ª ed.). Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.220. Leitura interessante é também MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003

<sup>144</sup> Bourdieu fala da existência de um mercado político, onde os representados são os consumidores dos bens simbólicos produzidos pelos representantes. Assim, as fronteiras entre o que pode ser dito ou não, o que pode ser pensado ou não, é dada pelo embate entre os interesses desses segmentos. Ver em: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico* (10ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.165

<sup>145</sup> SILVA, Wlamir. A Imprensa e a Pedagogia Liberal na Província de Minas Gerais (1825- 1835). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. Ferreira (org) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006, pp. 35-36

<sup>146</sup> *Idem*, p.224.

organização material poderosa (...) tais jornais ostentam uma certa independência, um certo ceticismo zombeteiro, à maneira do nosso Figaro, ou se mostram imparciais até a impossibilidade. (...)

E continua comentando:

Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de serem bons negócios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apóia está em evidência ou é temível. Nos jornais mais lidos, os anúncios invadem até a primeira página: transbordam de todos os lados, o espaço deixado à redação é muito reduzido e nesse campo já diminuto, se esparramam diminutas notícias pessoais, disques-disques e fatos insignificantes.<sup>147</sup>

A imprensa francesa era tomada como referência.<sup>148</sup> Lá, a partir de 1860, já surgiam os jornais mais populares, procurava-se abandonar a primazia do político, dando novas opções ao leitor. A nova indústria perdia em importância apenas para os alimentos e os têxteis.<sup>149</sup> No Brasil, apesar da modernização propalada, ainda há muitas permanências da tradição jornalística, como sejam a linguagem inflamada, a descontinuidade dos periódicos, mesmo que já atenuadas; e o oficialismo.

Mas o jornal precisa sobreviver. Carl Von Koseritz, proprietário de periódicos no Rio Grande do Sul, em visita ao Rio, em 1883, observou: “O pessoal quer somente ganhar público e vender *muitos* exemplares (...) todos os esforços das folhas se orientam exclusivamente para o ganho (...)”.<sup>150</sup> Há, pois, uma dificuldade comum aos órgãos de imprensa para sobreviver, acirrando disputas e acusações mútuas de estar a serviço de clientelas, inclusive sob patrocínio oficial.<sup>151</sup>

Para o jornal *Novidades*, opositor de Patrocínio, a *Cidade do Rio* seria a “favorita do Tesouro (...) as verrinas que ela escreve são os recibos do dinheiro que recebe”.<sup>152</sup>

Patrocínio arremataria ainda em 1889,

<sup>147</sup> LECLERC, Max. Cartas do Brasil. In: SODRÉ, Néelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. (4ªed.). Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 288. O jornalista francês esteve no Brasil cobrindo os eventos da proclamação da República.

<sup>148</sup> José do Patrocínio escreve sobre a necessária emulação do *Le Monde* e do *Matin*. Ver em: *Cidade do Rio*, 27 de julho de 1889

<sup>149</sup> CHARLE, Christophe. *Le Siècle de la Presse 1830-1939*. Paris: Ed. du Seuil, 2004, pp.11-15. Essa mudança constituiria o terceiro evento fundador: a criação dos jornais populares. O autor trata também da questão da mercadorização da informação.

Embora em outro contexto, Roche, ao estudar a instituição da censura na França, mostra que num determinado momento começa a haver uma confrontação entre o *dever* de censura e a necessidade de prestígio da indústria literária, aí incluída a imprensa. Cf. ROCHE, Daniel. A Censura e a Indústria Editorial. In: DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (orgs). *Revolução Impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: EDUSP. 1996

<sup>150</sup> Apud SODRÉ, Néelson Werneck. *Op. Cit.* pp 266.

<sup>151</sup> MORAIS Evaristo de. *Op. Cit.* p.292.

<sup>152</sup> *Novidades*, 16/03/1889. Desde meados de 1888, o redator-chefe da folha era Alcindo Guanabara

de feito, não possuímos uma unidade moral chamada imprensa. Temos várias empresas jornalísticas e nada mais. O jornalismo no Brasil não é um sacerdócio, é uma indústria e, encarada sob este ponto de vista, ela faz muito bem em catar fregueses.”<sup>153</sup>

Obviamente, as relações da imprensa com o poder ou com as correntes postulantes não se distanciavam de uma prática corrente no Império, a necessidade permanente de acordos verticais e horizontais. Deles dependia a rede de favores capaz de garantir a manutenção do poder.<sup>154</sup>

Na segunda metade do século XIX, a posse dos jornais por capitalistas estranhos à imprensa, em grande parte portugueses, ajudaria a criar um clima de desconfiança. Luis Edmundo chamou-os de “um bando unido de negociantes mais ou menos analfabetos, mais ou menos comendadores (...)”<sup>155</sup>; gente que desconhece o jornalismo, mas conhece muito bem a força que o mesmo representa para seus interesses lídimos ou escusos”.<sup>156</sup>

Eles detinham a posse das máquinas e dos imóveis; e, praticamente, o monopólio do crédito para a aquisição da tinta e do papel, imprescindíveis à feitura dos jornais. Vê-se, por aí, uma parceria de interesses entre o poder concessor e os comerciantes. A concessão dos créditos era estratégica. Finaliza, explicitando a existência de uma rede de patronagem e de clientela: “Sempre atrás está o comendador grau trinta e tantos da maçonaria, irmão benfeitor da Ordem Terceira da Penitência, do Carmo ou de São Francisco”.<sup>157</sup>

Em 1881, ainda na Gazeta de Notícias, Patrocínio, na sua Semana Política, faz uma crítica contundente ao constrangimento que sofria a formação da opinião pública, em decorrência da posse dos jornais por estrangeiros. Essa atitude viria a precipitar sua saída.

A fonte viva da política de um povo é a imprensa. É ela quem agremia as opiniões em partidos; que disciplina estes para o governo; a que fortalece ou enfraquece os governos para sustentá-los ou derrubá-los em nome de todo o país. Pois bem, a capital do Império, o grande laboratório da opinião nacional não tem uma imprensa política. A imprensa em massa declarou-se neutra. Significa isso abstenção inteira no povo quanto à marcha de seus governos? Não, porque nos *A Pedidos* dos jornais a discussão continua porque nas conversações particulares a política toma o primeiro lugar. Qual a explicação do fato? É que a imprensa da Corte vive no

<sup>153</sup> *Cidade do Rio*, 21/08/1889

<sup>154</sup> **URICOECHEA**, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978, p.112

<sup>155</sup> **LUIS EDMUNDO**. *O Rio de Janeiro do meu Tempo* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Conquista, v. 5, 1957, p.275

<sup>156</sup> *Idem*, p.1025. Para Carvalho, a xenofobia em relação aos empresários da imprensa também estará presente na República com a exacerbação do nacionalismo e do jacobinismo. Cf. **CARVALHO**, José Murilo de. *Brasil: nações imaginadas*. In: \_\_\_\_\_. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 249

<sup>157</sup> *Idem*, p.1027

meio de uma sociedade em que a propriedade poderosa, a propriedade que faz opinião é, na sua maioria, estrangeira. A parte da sociedade a quem a política interessa não tem força para sustentar uma imprensa no grau de perfeição da imprensa moderna. Esta neutralidade anti-patriótica basta para demonstrar que a imprensa da capital é estrangeira, o que importa dizer que está desviada aqui a fonte da soberania nacional”<sup>158</sup>.

O oficialismo não se resumia a essas relações, os periódicos acusavam-se mutuamente de receber *verbas secretas* e de manter ligações privilegiadas com o Estado.<sup>159</sup> Luiz Edmundo denuncia alguns deles. Cita Antônio Azeredo, conhecido político, ele adquirira o *Novidades* e, mesmo sem experiência o transforma num jornal de sucesso. Seu segredo foi colocar toda a redação a soldo do governo, usando do apadrinhamento para empregá-los no Estado.<sup>160</sup> Em *O País*, onde brilharam Quintino Bocaiúva e Nabuco, estava o Senhor de Matosinhos, capitalista que mantinha relações próximas com o Império. E a *Gazeta de Notícias*, jornal de elite, vivia a soldo de comerciantes portugueses.<sup>161</sup> A patronagem sobre o *Jornal do Comércio* era denunciada no Parlamento, porque estaria recebendo verbas públicas para fazer a impressão dos relatórios dos ministros estrangeiros, enquanto os dos nacionais eram feitos pela tipografia nacional.<sup>162</sup>

Acusado pelos republicanos de usufruir o mecenato oficial, Patrocínio admite-o, alegando ser seu jornal uma empresa que recebe pagamentos pela propaganda oficial; sendo bastante justo o governo escolher um veículo para ser seu porta-voz.

A construção moral da opinião, (...) é o maior elemento de segurança, de ordem e de progresso (...)” se o governo despende com jornais que, de acordo com ele, podem explicar seus atos, não pratica uma imoralidade, nem comete um crime subvencionando-os (...) não é vergonhoso receber remuneração por essa obra maior (...)<sup>163</sup>

Evaristo de Moraes, mesmo admitindo a prodigalidade de Patrocínio no âmbito pessoal, defende sua honestidade profissional, porque

por outro lado, naquela época, ainda não entrara nos costumes governamentais pagar, com centenas de contos, as dedicações políticas ou pessoais da imprensa; **os auxílios eram parcursos, discretos** e não revestiam a forma de escandalosa comanditação do tesouro nas empresas jornalísticas.<sup>164</sup> (Grifo meu)

<sup>158</sup> *Gazeta de Notícias*, “Semana Política”. 27/06/1881

<sup>159</sup> A questão das *verbas secretas* é recorrente na imprensa imperial. Os periódicos acusavam-se mutuamente de recebê-las. Ver em: RUY BARBOSA. *A Imprensa e o Dever da Verdade*. São Paulo: Papagaio, 2004.

<sup>160</sup> EDMUNDO, Luís. *Op. Cit.*, p.975

<sup>161</sup> *Idem*, p.920

<sup>162</sup> Acusação feita em plenário pelo deputado Moura Magalhães na sessão de 3 de julho de 1847. Cf SILVA, José Maurício da & GONÇALVES, Alex Guerson. Um Ensaio Sobre a Consolidação do Estado Nacional no Brasil e o Papel da Imprensa. In: *Revista Virtual de História*. Disponível em [www.klepsidra.com](http://www.klepsidra.com). Consultado em abril de 2005

<sup>163</sup> *Cidade do Rio*, 7/02/1889.

<sup>164</sup> MORAIS, Evaristo de. *Op. Cit.* p.292. O grifo é meu.

A discussão de Morais já não é mais sobre a existência ou não do clientelismo, ela é apenas sobre o *valor* do compromisso.

Outra questão, agora já na República, é a da liberdade de imprensa. Quando da polêmica sobre o monopólio do serviço de bondes, a *Cidade do Rio* se justificava, “Que pode a imprensa na triste posição a que foi reduzida pelo decreto que a obrigou a submeter-se ao silêncio ou ao papel vil de tributária do poder; que pode a imprensa agora a favor do povo? Nada, absolutamente nada (...)”.

Naquelas circunstâncias, os jornalistas ainda deveriam agradecer a sorte de poder “(...) beijar os filhos e a esposa, a liberdade de andar por estas ruas e de poder ganhar o pão de sua família (...) Como pleitear a causa do povo, quando isto só podemos conseguir, prejudicando a nós e a ele?”.<sup>165</sup>

A invasão do jornal *A Tribuna*, em 1890, com danos patrimoniais e pessoais, leva à exacerbação. O editorial da *Cidade do Rio*, embora reconheça a “parcialidade exagerada” da folha monarquista, defende a livre expressão da imprensa, relacionando-a à soberania do povo. “A opinião pública julga em última instância, tem caráter para avaliar de tudo. Não consta que jamais se tenha levantado para restringir a liberdade da imprensa, que em um país livre é a correlação da soberania do povo”.<sup>166</sup>

Logo em seguida, escreveria de forma polêmica que no Império, apesar de tratar-se de um regime pessoal e despótico, a imprensa gozava de maior liberdade, chegando a se exceder nos caminhos tortuosos da injúria e da calúnia.<sup>167</sup>

A matéria permanece em disputa ao longo do tempo, inclusive porque enquanto parte da imprensa denunciava as restrições impostas, outra se beneficiava de certo espaço de autonomia. A *Cidade do Rio* denuncia o fato de os jornais situacionistas, como *O País* e o *Tempo*, continuarem a publicar notícias relativas à revolta da Armada, matérias consideradas proibidas pelo governo. E se assim permanecessem, ela também o faria; afinal “o decreto de estado de sítio é para todos”.<sup>168</sup>

Outros órgãos da imprensa, independente de apoiar ou não o poder, somam-se no questionamento às medidas restritivas.<sup>169</sup>

<sup>165</sup> *Cidade do Rio*, 02/09/1890

<sup>166</sup> *Idem*, 1º/12/1890

<sup>167</sup> *Idem*, 11/12/1890. “Pela liberdade de imprensa”

<sup>168</sup> *Idem*, 16/09/1893, “O dia”

<sup>169</sup> *Idem*, 03/12/1890: “Pela liberdade de imprensa”: notícia reunião na véspera de representantes da imprensa, quando foi redigida moção ao governo em que se repudiava a declaração publicada no *DO*, por ser “dúbia e frouxa”. Esperam que haja punição e, caso isto não ocorra, será suspensa a publicação dos jornais. Assinam: *J. do Comércio*, *G. de Notícias*, *Diário do Comércio*, *Cidade do Rio*, *Novidades*, *Correio do Povo*, *Democracia*, *Revista dos Estados Unidos*, *La Voce de Popolo*, *Mequetrefe*, *La Patrie*.



Em 1893, Patrocínio volta à questão: “não tem moral o governo que precisa viver do silêncio da imprensa (...)”. E cita o exemplo da França, onde o *Intransigent*, a *Libre Parole* e o *Soleil*, representantes do boulangismo, do anti-semitismo e do orleanismo não teriam sido “suspensos nem coartados na liberdade”. Os republicanos e o governo tinham sido obrigados a ceder diante da Alta Corte da Justiça.<sup>170</sup>

Ainda interessante é o questionamento sobre a chamada *imprensa isenta*, que viria a se acentuar no século XX, como será visto adiante.

Campos Salles confessaria publicamente ter subsidiado jornais com verbas extraordinárias, não apenas continuando uma tradição, mas também pelas dificuldades circunstanciais de seu governo.

Creio, não o afirmo, que o presidente Deodoro da Fonseca, nos meses do governo constitucional que exerceu, não chegou a subvencionar a imprensa. (...) O seu sucessor, porém, deixou na opinião pública arraigada a crença de que aplicara, em larga escala, esse recurso. (...) O meu antecessor, o Sr. Prudente de Moraes, entregou a defesa de seu governo à imprensa subvencionada, desde que começou a sentir os efeitos da agressão encarniçada dos seus implacáveis adversários. (...) Com tais precedentes, e dada a situação excepcionalmente difícil em que se encontrava o meu governo, não duvidei em enveredar por este caminho francamente aberto e trilhado pelos que me antecederam.<sup>171</sup>

Esse oficialismo será frontalmente questionado no editorial de inauguração do *Correio da Manhã*, em 1901. O proprietário, Edmundo Bittencourt, estabelecia como objetivo angular negar-se a qualquer tipo de mecenato, embora não aceitasse a idéia de uma imprensa isenta. As folhas deveriam estar engajadas politicamente, mas sem cor partidária. O jornal viveria apenas dos ingressos dos anúncios e da venda ao público. Inaugura-se, a meu juízo, uma nova etapa de sofisticação dos negócios e da própria proposta liberal.<sup>172</sup>

As circunstâncias econômicas não são as únicas responsáveis pelo reordenamento dos jornais. No plano social e político, as contradições vividas pelos anseios reformistas, acentuavam o papel da imprensa na formação de um novo espaço público. Embora já engatinhasse na profissionalização, ela ainda se caracterizava pela opinião, estava longe do perfil noticioso que assumiria no futuro. Os periódicos permaneciam como órgãos manifestamente políticos, garantindo projeção e tribuna para

<sup>170</sup> *Idem*, 22/02/1893: “A Política”:

<sup>171</sup> CAMPOS SALLES. *Da Propaganda à Presidência*. Brasília: UnB, 1983, p.178-179. Conforme Lima Sobrinho, Campo Sales está apenas protestando que, na realidade, os gastos teriam sido de apenas 1.000.000\$000 e não de 7 ou 8 como denunciado. Cf. LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O Problema da Imprensa* (3ª ed.) São Paulo: EDUSP, p.111

<sup>172</sup> RUBEM, Iram. O *Correio da Manhã*, a verdade como missão. In: Candelária. Revista do Instituto de Humanidades da UCAM. Rio de Janeiro, ano IV, jul-dez 2007, p.30 e 35. O editorial de inauguração da folha contém estes e alguns outros princípios norteadores do jornal. Em suma, a linha editorial deveria atender a dois pressupostos básicos, a invenção e a liberdade.

os candidatos à carreira política.<sup>173</sup> “Era pelo jornal que se iniciava ou se fortalecia a carreira política e raros foram os homens públicos que conseguiram subtrair-se à sedução do jornalismo”.<sup>174</sup> Numa sociedade sem força partidária, podiam representar um papel semelhante ao dos partidos e até sobrepujá-los.<sup>175</sup>

Nas redações, juntavam-se jornalistas e literatos necessitados de um veículo e políticos aspirantes ou já consagrados, como eram Nabuco, Ruy Barbosa e Quintino Bocaiúva e Bilac. Outros, como Luis Murat, Raul Pompéia e Coelho Neto, circularam por diversos veículos da imprensa e pelas rodas de boemia, inspirando a pena. “Bebe-se a valer e escreve-se o jornal”.<sup>176</sup>

As redes de sociabilidade transbordavam das redações para os cafés e outros espaços, principalmente, para as ruas. A imprensa abria um espaço de discussão, ajudava a construir a opinião pública e, ao mesmo tempo, se reconstruía a partir dela.<sup>177</sup>

Em grande número, as folhas eram episódicas e polêmicas, atendiam a necessidades imediatas, lutavam pela preferência dos leitores e faziam concessões. Seus poucos colaboradores mudavam freqüentemente de jornais, escreviam sob pseudônimo e, pelo jeito, não possuíam uma ortodoxia. Seguindo uma tradição, os jornais permaneciam como a voz de seus donos, patrocinadores ou patronos<sup>178</sup>, mudando com as circunstâncias exigidas pelas redes de clientelagem e de patronato onde se inseriam. Patrocínio propunha inovar, quando anunciou um novo modelo para a *Cidade do Rio*, em meados de 1889:

<sup>173</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p.22

<sup>174</sup> AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 4a. ed., Brasília, Ed. UnB, 1963. *Apud RIBEIRO*, Lavina Madeira. *Imprensa e Esfera Pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Tese de doutoramento para a Universidade de Campinas.

<sup>175</sup> *Idem*

<sup>176</sup> EDMUNDO, Luis. *Op. Cit.* p.983. O memorialista diz que a redação da *Cidade do Rio* funcionava nos bares Pascoal e Caliteau, num devaneio entre copos e frases de efeito. Naturalmente, há exagero na observação. Mas a geração de intelectuais vivia pelos bares. Vivaldo Coaracy testemunha: “eu freqüentava ainda tímido e canhestro as rodas literárias da rua do Ouvidor, andavam elas sempre em íntimo contato com gente da imprensa, havendo muitos casos de estreita simbiose”. Ver em COARACY, Vivaldo. *Todos Contam sua Vida: memórias de infância e adolescência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p.213

<sup>177</sup> Para uma leitura da relação entre imprensa e opinião pública, ver BECKER, Jean-Jacques. *Op.Cit.*, p.220

<sup>178</sup> LUCA, Tânia Regina de. *Op.Cit.* p. 132. A autora advoga essa idéia de que os jornais do final do século XIX representavam a voz de seus donos, que investiam pesadamente para poder dispor de um instrumento de debate. Também sobre essa relação entre o jornal e a voz do dono, no Império, ver o exemplo da própria *Cidade do Rio*, em IRAM RUBEM, *A Voz do Dono e o Dono da Voz: a trajetória sinuosa de ambos, da Abolição à República*. In: SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos (org). *Estudos*, p.77-96.

Contemporaneamente, Luiz Gutemberg comentou, “o Correio da Manhã era a voz do dono, o ímpeto do dono, ele é quem mandava e suas opiniões é que faziam a verdade do Correio e a marca de suas causas.”. Programa Observatório da Imprensa, Rádio MEC AM e FM, 04 /11/ 2003.

Nossos colaboradores assinarão seus artigos, ou com seu próprio nome ou com um pseudônimo, e assumem a responsabilidade moral (...) Isto quer dizer que eles têm a mais ampla liberdade de opiniões. Não lhes perguntamos a que partido pertencem nem que forma de governo sustentam (...)<sup>179</sup>

Ocorre que no ano anterior, para salvar a publicação, ameaçada por grave crise financeira, apelara para um capitalista, que exigiu a contratação de Coelho Neto, Luis Murat, Raul Pompéia e Pardal Mallet. Este último assumiria a redação, tentando habilmente compor com a norma editorial, apesar de ser um republicano entusiasmado. A matéria transcrita abaixo, escrita por ele, após a Abolição, é expressiva de sua habilidade jornalística, do emprego estratégico das palavras e do discurso estético-literário da imprensa do XIX. Ao fazer referência a uma peça de Coelho Neto e Emílio Rouède, *Indenização ou República*, diz Mallet:

É preciso salientar que indenização ou república não é absolutamente obra de propaganda monárquica, como de propaganda monárquica não tem sido a feita nesta folha. Simplesmente, no atual momento da vida brasileira, em que se rasgaram os programas de todos os partidos, em que os rótulos políticos ficaram dilacerados por sobre umas garrafas vazias, é preciso não deixar que essa gente, cuja Marselhesa vai tão bem com a área dos gatunos da Grand Via se aproveite da balbúrdia de agora, para roubar a liberdade (...).

Continua,

(...) Essa religião isabelista que nós todos heróis ou soldados obscuros da campanha da Abolição, juramos no dia glorioso de 13 de maio, não veio absolutamente prejudicar os nossos credos políticos, nem fez-nos esquecer o amor sublime da república. Ela há de vir, mas há de vir pura, santa e imaculada, como os ideais de um povo que sabe conquistar com música e flores a maior de todas as vitórias deste século, a liberdade de uma raça. Mas o seu advento não pode ser a história da ingratidão, nem o código das futuras liberdades pode ser escrito pelos feitores das fazendas. Republicana, como sempre, a Cidade do Rio tem para desfraldar no dia de festividades a bandeira que há de ser o símbolo da pátria futura- aquele glorioso pendão auriverde batizado pelos heroísmos nos pampas do Prata e limpo da Coroa, que foi entretecida de espinhos a magoar a frente do país, limpa do ramo de café, cujos frutos rubros foram feitos com o sangue cristalizado do escravo(...).<sup>180</sup>

De uma só penada, Mallet tirou do foco o partido Republicano, guardou Isabel e salvou a república. E, ainda por cima, afiançou a unidade política do jornal.

Num determinado momento, o equilíbrio rompeu-se. O jornalista, num arroubo, escreveu ter chegado ao limite de sua capacidade de investir no gabinete e de permanecer polindo bronzes dinásticos. De concreto, limitara-se a enviar um telegrama lacônico a Patrocínio, “rompi em oposição”. No dia seguinte, estava demitido. Mais surpreendente foi a tautologia de que se valeu Patrocínio. Disse não obrigar ninguém a seguir sua linha, mas também não estaria obrigado a seguir a linha de ninguém! E mais, publica com absoluta transparência a existência de um trato entre eles de nunca falar

<sup>179</sup> *Cidade do Rio*, 27/09/1889

<sup>180</sup> *Idem*, 11/08/1888.

mal do gabinete João Alfredo; no máximo, em caso extremo, calar-se. E conclui, dizendo-se desobrigado:

Assim como nunca pretendi fazer do talento do meu companheiro portador das minhas opiniões, não quis também fazer do meu nome portador das suas (...) O Dr. Pardal Mallet tinha sempre o direito de substituir-me, eu, porém, não estava obrigado a perder a minha individualidade (...) E termino este artigo com um dístico que mandei pregar sobre a estante do meu gabinete (...) Deus me livre dos meus amigos, porque sei defender-me dos meus inimigos.  
181

Se não todos os jornais, a *Cidade do Rio*, pelo menos, falava pelo dono e a favor dos seus interesses circunstanciais. Em 1900, lia-se na folha,

a coluna política da Cidade do Rio é como sempre tem sido, o veículo da opinião de José do Patrocínio, que mantém, da mesma maneira que até agora, irredutível a sua independência individual no modo de encarar os acontecimentos, no de pensar, no de exprimir-se.<sup>182</sup>

A matéria, embora publicada em outro contexto histórico, com o objetivo de eximir seus auxiliares de responsabilidade, serve para esclarecer a quem pertencia a palavra.

### 2.2.1 - A voz do dono

A escolha da *Cidade do Rio* como fonte principal atendeu ao período recortado para a pesquisa. Os periódicos de que Patrocínio participou anteriormente serão utilizados para ilustrar o texto, quando se fizer necessário. Da mesma forma, outros jornais e documentos, coevos ou atuais, que lhes façam referência.

A *Cidade do Rio*, fundada por Patrocínio em 1887, após desligar-se da *Gazeta da Tarde*, se notabilizara no Império por seu abolicionismo radical, razão de desviar-se episodicamente de sua declarada opção republicana, para apoiar um possível terceiro reinado. Em 1889, no entanto, retornara a seu republicanismo independente, mantido até seu fechamento em 1902. Conforme expresso por sua editoria,

A Cidade do Rio continuará a ser o que tem sido. Folha republicana, [que] não obedece sem exame a direção dada à propaganda republicana (...). **É republicana da República e não dos republicanos.** Advoga idéias e não personalidades (...) somos hoje folha republicana insubordinada, trabalhando pela República e não pelos interesses dos republicanos.<sup>183</sup> (Grifo meu)

Na véspera publicara,

<sup>181</sup> *Idem*, 13/ 03/1889.

<sup>182</sup> *Idem*, 03/04/1900. “*Expediente*”

<sup>183</sup> *Idem*, 27/ 09/ 1889.

A Cidade do Rio batalhou pela liberdade do povo e pelo progresso da pátria. Iniciou-o no regime da Monarquia e termina-o no regime da ditadura, reinando no absolutismo do governo provisório.<sup>184</sup>

A folha assume importante papel na resistência ao modelo republicano que se impunha.

Apesar de suas próprias críticas ao sentimento de cobiça e também das críticas contumazes sobre a sua prodigalidade e amorismo administrativo, Patrocínio guardava um sonho de prestígio e de fortuna. Seu descortino gerencial, embora tenha se mostrado ineficaz, era ousado. Ainda na fase de êxito do período abolicionista, para garantir conforto e um ganho indireto para o pessoal do jornal, instalou, junto às máquinas, uma sala de refeições, onde era servido almoço. O local passou a ser um centro de peregrinação de jornalistas. Na inauguração, ele dizia ter começado pela cozinha, mas que em breve todos teriam carro e palacete, seria bastante ajudá-lo, “porque a glória e o conforto que procuro não são pra mim somente, todos terão sua parte”.<sup>185</sup>

A questão da prodigalidade de Patrocínio é anedótica e beirava a irresponsabilidade, sendo interpretada grosso modo como uma distorção de caráter. É possível, contudo, fazer-se uma leitura adjacente. O desregramento de Patrocínio com as finanças pode ser visto também como demonstração de poder num sistema de trocas simbólicas, dentro de uma rede de relações de apadrinhamentos. Além do investimento material, o jornalista investia em liderança.

Do ponto de vista da política, a folha insistia tenazmente em considerar-se política, porém descomprometido com os partidos, “provou de todas as glórias e de todas as ameaças (...) conservou-se calma (...) não deixando desvairar pelo triunfo, nem abater pela adversidade (...) Emancipando-se dos partidos e das cotérias (...)”.<sup>186</sup> Seu compromisso é com a história, “(...) ela há de viver na memória das gerações livres do Brasil e os historiadores hão de fazê-la depor no processo histórico de nossa pátria, na primeira fila das testemunhas honestas e altivas do nosso tempo (...)”.<sup>187</sup>

Essa referência à história como árbitro de suas ações é recorrente em Patrocínio.

Mais tarde, acompanhando a tendência geral da imprensa, tenta tornar-se uma publicação mais plural, introduzindo artigos sobre modas, sociedade e crítica literária. E assim permanecerá, sem perder seu caráter opinativo, mantendo o tom polêmico,

<sup>184</sup> *Cidade do Rio*, 26/09/1893

<sup>185</sup> **COELHO NETO**, Henrique Maximiliano. *Op.Cit.*,p.247

<sup>186</sup> *Cidade do Rio*, 28/09/1889: “*Cidade do Rio*”:

<sup>187</sup> *Idem*, 28/09/1889: “*Cidade do Rio*”:

voltado a um propósito pragmático, direto, de falar ao povo, mas dizer aos outros poderes. A análise de suas diferentes linhas editoriais permite a identificação de diferentes conjunturas e dos discursos políticos que se faziam.

No plano econômico, a *Cidade do Rio* não repetia o sucesso editorial que a tornara um dos jornais mais vendidos do Rio de Janeiro. Claudicava, em grande parte pelas reconhecidas prodigalidade e incompetência administrativa de seu proprietário, já transformadas em peças do folclore da imprensa brasileira. Patrocínio é tido por todos como um pródigo e desqualificado para o exercício de negócios e também um boêmio inveterado, com gosto especial pelas *francesas*. Predileções, na verdade, idênticas às de seus contemporâneos. São comuns as acusações de o jornal ter-se transformado progressivamente num balcão de negócios e Patrocínio numa pena de aluguel. Envoltas em dívidas, finalmente, a folha cerra as portas ao final de 1902.

Ela, naturalmente, pagava por sua combatividade. Em 1893, nos pródromos da revolta da Armada, foi fechada, sob alegação de ter publicado matéria interdita, a carta manifesto de Wandenkolk, em oposição ao florianismo. Na ocasião, Bilac, redator-chefe, foi preso. A folha proclamava então seu compromisso com os “fracos, desamparados, perseguidos”. E assegurava: “Mesmo se presos, continuaremos”.<sup>188</sup>

Na evolução dos acontecimentos, decretado o estado de sítio, Patrocínio viu-se obrigado a fugir para um abrigo seguro, deixando a direção do jornal com Luis Murat. O importante era manter a folha aberta, mesmo obedecendo as restrições impostas pela censura. Murat excedeu as expectativas, publicou um manifesto dos revoltosos da Armada. O jornal foi fechado, só reabrindo em 1895.

Ainda nesse ano, quando da morte de Floriano, foi apedrejado por jacobinos, sob a acusação de ter-se omitido das comemorações. Na ocasião, Patrocínio teria escapado de um atentado à bala.<sup>189</sup> Um grande número de órgãos de imprensa, mesmo de fora do Rio de Janeiro, se manifesta em apoio à *Cidade do Rio*.

No editorial de 1º de julho, sob o título de *Requerendo*, pede ao “partido jacobino” que permita à imprensa pensar e externar suas opiniões. Aproveitando-se do momento para fazer críticas ao legalismo, diz pedir essa concessão,

“porque se vive no país das concessões. No norte concedera-se o Amapá à França; em Pernambuco, concedeu-se a um capitão o direito de matar adversários; em São Paulo, o secretário de justiça recebe o direito de ir à rua e perturbar a ordem pública. Na Capital Federal, onde a justiça só prende gente pobre e os inquiridos fazem cortesia aos milionários, concede-se aos amotinados carta branca e até vermelha, para organizarem motins”.

<sup>188</sup> *Idem*, 18/09/1893: “*Profissão de fé*”:

<sup>189</sup> *Idem*, 30/06/1895.

No dia seguinte, defende sua marca de “órgão criado para a libertação de uma nação”, não era um panfleto que, num momento, produz e, no outro, destrói. E por isso teria enfrentado muitas vicissitudes, servindo às grandes causas nacionais: “conquistamos o nosso direito de viver, arrostando os maiores perigos e enfrentando resignados os maiores sacrifícios”. Essa seria a sua garantia à livre expressão.<sup>190</sup>

Diferentemente do artigo publicado, em 1890, por ocasião de seu terceiro aniversário, quando se assumia como republicana insubordinada, em 1893, a folha se diria republicana e conservadora, não tendo ligação com qualquer grupo ou partido e vivendo dos ingressos do público e dos recursos de seus proprietários.<sup>191</sup> Para a editoria, a restrição à liberdade da imprensa estaria na contramão da política de todos os governos regulares. Estes respeitavam os jornais como uma “necessidade imprescindível da administração e **válvula de segurança das explosões populares**, o exame público, largo e franco dos atos [do governo]”.<sup>192</sup> (Grifos meus)

Em 1889, também a propósito da comemoração de aniversário, rememora sua história de lutas, fazendo questão de dizer-se republicana e revolucionária, porém comedida. Essa postura adotada desde o 13 de maio teria ajudado a impedir um caos social. “Se (...) a Cidade do Rio tivesse querido especular com a vitória, ela que teria perturbado de tal modo esta sociedade (...) talvez estivéssemos chorando conseqüências de tremenda anarquia. (...)” O jornal teria concorrido para que

se mantivesse a paz pública (...) que não se deliberasse tumultuariamente no meio da efervescência das paixões (...) Cooperou para impedir uma revoltação, que para arrebatara uma Coroa, que está caindo aos pedaços e desaparecerá por si mesma, nos condenaria a uma crise econômica e financeira das mais temerosas (...) o preço de nosso crime eles receberam (...).<sup>193</sup>

Essas citações sugerem à idéia de atribuir-se à imprensa dois papéis relevantes, primeiro a responsabilidade pública de colocar o limite de ação na ordem; depois, funcionar pedagogicamente, controlando o ímpeto popular. Para isso, deveria divulgar e examinar com transparência os atos do governo. Povo informado, povo contido. Cumpriria um papel civilizador, bem ao gosto da época.

Durante a revolução Federalista, a folha procurou firmar sua posição de ser “republicana de fato e de repudiar regime de terror”<sup>194</sup>. Defendia-se da pecha de monarquista, atribuída em virtude da defesa que fizera dos revoltosos. Eles haviam sido

<sup>190</sup> *Idem*, 02/07/1895. “*Coação e Ameaça*”

<sup>191</sup> *Idem*, 25/03/1893. “*Explicação*”

<sup>192</sup> *Idem*, 11/03/1893: “*Política de Sansão*”

<sup>193</sup> *Idem*, 28/09/1889: “*Cidade do Rio*”:

<sup>194</sup> *Idem*, 1º/03/1893: “*O Alarma*”.

acusados por *O País* de se utilizarem da bandeira imperial, quando em combate. A denúncia, depois reconhecida como infundada, chagara a ser repetida por Floriano, num discurso. Reconhecida pela situação como simpática à causa federalista, a *Cidade do Rio* afirmou não apenas ser republicana como disposta a morrer pela República, caso ela sofresse ameaças. Em relação às escaramuças no sul, a folha procura produzir um discurso isento e conciliador, mas empenha-se sistematicamente na divulgação dos fatos relacionados às hostes revolucionárias. Ao mesmo tempo insistia em negar qualquer insinuação de uma motivação restauradora para o movimento. As acusações de sebastianismo no sul seriam manobras para justificar o morticínio:

Existe uma calúnia agachada debaixo da cadeira presidencial que quer transformar um ventecello em um tufão (...) para concluir que há no Rio Grande do Sul uma revolução sebastianista, é preciso admitir que a república desceu tão baixo, que repugna aos melhores republicanos.<sup>195</sup>

Nessa linha, publica entrevistas com Demétrio Ribeiro e o próprio General Silva Tavares, que desfilam suas razões e negam qualquer sebastianismo.<sup>196</sup>

Em 1896, a propósito de criticar as opiniões de Felisbello Freire, publicadas em seu livro sobre a Revolução Federalista, a *Cidade do Rio* fala do movimento “como uma reivindicação gloriosa e apaixonada dos nossos direitos constitucionais, valente e corajosamente empreendida por uma coorte de bravos”.<sup>197</sup>

Na realidade, o jornal se coloca em sistemática oposição a Floriano, Júlio de Castilhos e à imprensa situacionista, leia-se *O País*, que “teria ateadado fogo ao jacobinismo”. Diz denunciar a repressão aos federalistas, porque desejar uma divisão entre vencedores e vencidos e sim uma intervenção humanitária para acabar com o caudilhismo.<sup>198</sup> Daí pra frente, uma outra questão se transformaria numa bandeira, o jornal dizia haver vencido “duas heróicas campanhas a da Abolição e a da Paz” e agora “trava-se a da anistia”<sup>199</sup>. Ela passará a ocupar páginas intermináveis, conclamando o governo e a opinião pública, enquanto denuncia a resistência militar e os descaminhos do projeto no Parlamento.

Essas questões são interessantes e serão reforçadas, quando for discutido o caráter revolucionário de Patrocínio.

<sup>195</sup> *Idem*, 19/02/1893. Política: “Sebastianismo”

<sup>196</sup> A entrevista com Demétrio Ribeiro foi publicada na edição de 09/03/1893 e a do general Silva Tavares, na de 05/04/1893,

<sup>197</sup> *Idem*, 25/04/1896. “O Sr. Felisbello Freire e sua obra História da Revolta de 06/09/1893”.

<sup>198</sup> *Idem*, 11/05/1893. “Política de Sansão”

<sup>199</sup> *Idem*, 28/09/1893. “Cidade do Rio”



Nos anos seguintes, as possibilidades combativas da folha foram progressivamente esvaziando. As causas do arrefecimento estavam na estabilidade política decorrente da anistia dos federalistas do sul; no controle do jacobinismo, a despeito do atentado a Prudente de Moraes; e na transição pacífica para o governo Campos Salles. Não se devendo esquecer também da capacidade dissuasória dos *incentivos* governamentais à imprensa.

Apesar disso, permanecem escaramuças de conteúdo exaltado. Em 1898, reabre outra questão contra Rui Barbosa, começando pela crítica à sua política financeira. A discussão durou cinco meses e acabou enxertada de muitas outras, tais como o estado de sítio no governo de Prudente de Moraes; a questão da concessão de voto aos estrangeiros, mesmo não naturalizados; a atitude desdenhosa de Rui em relação à homenagem recebida por Prudente: um busto seu fora colocado no palácio do Catete; e a permanente referência à empáfia de Rui. O político baiano respondia pelo seu jornal, *A Imprensa*. A polêmica gerou artigos que se transformaram em autênticos petardos.

Também contra Campos Salles, regurgitava a questão das emissões financeiras. O novo presidente e o seu ministro da fazenda, Joaquim Murinho, tornaram-se alvos da virulência da *Cidade do Rio*, embora a situação viesse depois a se abrandar.

Em 1901, o nome de Rui volta à baila. Durante a discussão sobre o monopólio da carne no Rio de Janeiro, ele, apesar de advogado de uma das empresas, teria sorrateiramente defendido o interesse de um concorrente. A coisa tornou-se pública e a *Cidade do Rio* passou a mover-lhe uma campanha pertinaz, que não se limitaria à questão ético-profissional. À mesma época, também se tornara pública a ata de uma reunião reservada ocorrida ao tempo do governo provisório de Deodoro, na qual se comentavam as críticas feitas pela imprensa à política econômica. Deodoro na ocasião falara das inconveniências de alguns jornais, apontando a *Cidade do Rio* e a *Gazeta de Notícias*. Para Rui, na *Gazeta* a motivação estaria no interesse de dez mil acionistas do Banco Nacional, desejosos de manter o curso forçado da moeda, enquanto no outro jornal “toda gente sabe quanto valem os escrúpulos da consciência de seu diretor”.<sup>200</sup> Patrocínio diz-se surpreso com a manifestação de Deodoro em relação a seu jornal, afinal entre eles sempre houvera um relacionamento amistoso. A culpa obviamente seria de Rui, que teria conseguido irritar mesmo a “alma magnânima de Deodoro”.<sup>201</sup> A nova polêmica iria ocupar a primeira página da *Cidade do Rio* durante dez dias.

---

<sup>200</sup> *Cidade do Rio*, 05/02/1901. “O Sr. Rui Barbosa”

<sup>201</sup> *Idem*

Os anos seguintes são de uma progressiva degradação financeira do jornal. Patrocínio, além do desregramento pessoal, também desviava recursos para a construção de seu dirigível, o Santa Cruz. Imperava o patrimonialismo, não se conseguiam separar o espaço da casa daquele do jornal. A crise apenas se agudizara, já havia se tornado tradição na folha a ida e vinda de diversos gerentes, que acabavam desistindo. A empresa era inadministrável e a saída foi lançar mão de uma solução caseira. D.Bibi, esposa de Patrocínio, assumiu a gerência, usando a lógica doméstica, enérgica e autoritária, no dizer de Coaracy.<sup>202</sup> Naturalmente, a coisa já não tinha retorno; a folha saiu da rua do Ouvidor, para a rua do Sacramento e daí para gráficas emprestadas. Não resistiu. Ao final de 1902, parou sua publicação.

### 2.2.2 - O dono da voz

Especialmente para Patrocínio, a imprensa foi a grande opção, porque através dela pode polemizar a serviço de suas verdades e também de um projeto político. Afirmava:

Só compreendo a imprensa com idéias e com intensa liberdade. A imprensa que olha para os lados para não pisar nos calos dos poderosos e não encontrar com os preconceitos dos que empalmaram a opinião, pode servir para afagar os sonhos vespasianos dos aspirantes ao milhão, mas não se coaduna com os sentimentos de quem entende que os compromissos com os princípios exige uma probidade tão perfeita como as que reclamam as relações comerciais.<sup>203</sup>

Sua concepção de imprensa será matizada pelas circunstâncias,

(...) a opinião da imprensa no nosso país nada vale politicamente porque ela não obedece a nenhum princípio superior, mas unicamente às suas paixões “(...) é verdade que certa parte do povo ainda acredita mais ou menos na palavra dos jornalistas, mas não lhes podem dar valor quem acompanhar as imitações dos vários órgãos (...) o jornal é o escoadouro do ódio, das vinganças, dos despeitos dos redatores, dos amigos e dos conhecidos (...).

Prossegue falando do desvirtuamento da imprensa em busca dos escândalos e da calúnia, da falta de preparo dos jornalistas e da ditadura da opinião,

(...) ora, numa certa sociedade em que os **jornais são neutros**, porque os partidos não sustentam a imprensa, ou por outra, porque a convicção não é o seu elemento de vida, mas unicamente a curiosidade, é claro que **a exploração do escândalo é a mais forte fonte de venda** (...) ela atira-se com sofreguidão aos ministros (...) **sem parecer que está tiranizando a opinião**. Este fato provem da organização viciosa da

<sup>202</sup> COARACY, Vivaldo. *Op. Cit.*, 242-247. O memorialista chegou à folha já na fase decadente e, por conta disso, afirma que a melhor fonte para conhecer o jornal em sua fase áurea seria o romance *O Combate*, de Coelho Neto. Coaracy relata com detalhes a intimidade da redação, as dificuldades financeiras, a visão triunfalista de Patrocínio e de como se estabeleciam as relações entre ele, sua mulher e os jornalistas. À prodigalidade do proprietário, que em diversas situações, distribuía dinheiro para os funcionários, correspondia uma vigilância pertinaz de D. Bibi, que vinha, por trás, com os vales escritos. Essa maneira doméstica e autoritária criou atritos com alguns deles, incluindo Coaracy, que abandonou o jornal.

<sup>203</sup> *Gazeta da Tarde*, julho de 1881. O autor justificava sua saída da *Gazeta de Notícias*.

imprensa, que se presume com **direito à ditadura da opinião**, mas que não [lacerado] o seu pessoal de maneira a dar-lhe todos os requisitos de idoneidade moral e intelectual. Todo sujeito que escreve mais ou menos corretamente e tem um pouco de talento ou muita audácia serve para o jornalismo (...) Entretanto quando escondido por detrás dos tipos, o indivíduo toma as proporções de um sábio e de um grande moralista (...). É que a calúnia da imprensa pesa com a tinta de impressão e deixa mancha que só por longo processo se dissipa.<sup>204</sup> (Grifos meus)

Apesar do tom moralista, era criticado, “molhada em lama, sua pena resplandece. Cultua a técnica do desaforo, abusa da chalaça e do calão”.<sup>205</sup>

Em 1896, Eduardo Prado, defendendo a monarquia, lembrou-o da liberdade de expressão de que gozara no Império. Patrocínio diz reconhecer o fato e, no momento, já se “autopenitenciava publica e sinceramente das demasias das minhas palavras de propagandista apaixonado contra alguns de meus adversários (...)”<sup>206</sup>

Ele era capaz de *falar* ao povo, mas *dizer* ao poder. Foi também um publicista e como tal se valeu de retóricas de ocasião, da estratégia da palavra, quando abusava da emoção, do discurso mobilizador, variando da passividade à ação, da ternura ao ódio, da sujeição à ameaça. É típico um artigo seu, publicado em 1887 sobre a resignação dos abolicionistas.

Côncios da grande responsabilidade que temos perante a história (...) temos querido somente caminhar dentro da legalidade, quando já devíamos ter empregado os meios de que se servem os nossos inimigos e poderíamos tê-lo feito se, antes de tudo, não fosse nosso intuito salvar a honra de nossa pátria sem recorrer a meios revolucionários.

Estão aí os ingredientes discursivos necessários, a grandiloquência retórica da missão salvacionista perante a história, a construção implacável do *outro*, não como adversário, mas como inimigo e a generosidade em não responder ao uso da violência. Dando um ressignificado às suas palavras, está-se diante de representante de uma elite intelectual que se percebia salvacionista, responsável e generosa.

Era de fato um crítico mordaz e contundente, usava da denúncia pertinaz, mas também da referência elogiosa e apaixonada. Associava sua participação na imprensa com a atuação nas ruas. É famoso o episódio das meninas escravas Eduarda e Joana, em 1887, encaminhadas à redação da *Cidade do Rio*, após terem sido espancadas por sua senhora, pessoa influente na sociedade. Patrocínio, vendo a importância estratégica do fato, transformou-o em notícia viva. Junto com João Clapp e outros, levou-as a um périplo pelas redações, conclamando também o povo, que saiu à rua a protestar e gritar vivas à abolição. O caso teve a repercussão necessária. A exibição ostensiva do feito, acompanhada dos reclamos da massa - inclusive porque uma das meninas morreu -

<sup>204</sup> *Cidade do Rio*, 26/03/1889: “Ao correr da pena”.

<sup>205</sup> EDMUNDO, Luiz. *Op. Cit.*, p.983. O memorialista, apesar de reconhecer o talento de Patrocínio, tem-no como desaforado, brutal e insolente.

<sup>206</sup> *Cidade do Rio*, 17/01/1896. “Eduardo Prado”.

obrigou os jornais, mesmo os que não envolvidos com a campanha abolicionista, a publicar um protesto. Patrocínio conseguira um êxito político, o Gabinete, obrigado a manifestar-se, o fez de forma imprudente. Para desviar o foco, acusou-o de corrupção. Com isso, incendiou a questão.<sup>207</sup> Nada poderia ser melhor para a militância, seria o povo contra o gabinete.

Também fora importante protagonista na Revolta do Vintém, em 1880, quando conseguira, juntamente com Lopes Trovão, arrastar uma multidão considerável pelas ruas da cidade. A manifestação, inicialmente pacífica, acabou transformando-se em grande celeuma, o povo enfrentou a polícia, arrancou trilhos e virou bondes. Patrocínio acaba ferido. Mas o episódio inaugurara um novo paradigma de participação popular.<sup>208</sup> Sandra Graham diria a propósito, “doravante, os abolicionistas adotariam uma nova orientação para o movimento, ao levar justamente em conta o ambiente político que se criara, e ao saber utilizá-lo em favor de sua causa, recorrendo a uma platéia mais ampla”.<sup>209</sup> Patrocínio estréia como um tribuno e ganha dois prêmios, torna-se notícia em todos os jornais e transforma-se numa liderança.<sup>210</sup>

A *Cidade do Rio* trazia, pois, claras marcas de seu proprietário. Quando ainda comentarista político na *Gazeta da Tarde*, ele já fora acusado por um jornalista estrangeiro de ser “desmedidamente insolente” para com Imperador. Tal atitude poderia trazer-lhe problemas numa república.<sup>211</sup> Em 1881, ainda militante da propaganda republicana, foi acusado por Quintino Bocaiúva, num debate público, de ser mais abolicionista do que republicano. A resposta veio intransigente: se o partido

<sup>207</sup> A situação está descrita em MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, Imagem e Poder*. Rio de Janeiro: DP & A, p. 86

<sup>208</sup> Em 1880, as dificuldades do Tesouro levaram o gabinete a criar uma taxa de um vintém a ser cobrada junto ao preço das passagens dos bondes. A medida gerou descontentamento popular José Murilo de Carvalho falava da originalidade do fato, “a capital do império viu algo inédito desde 1863, quando o Brasil rompeu relações com a Inglaterra por conta da Questão Christie: a multidão protestando na rua”. Cf CARVALHO, José Murilo de. Revista de História da Biblioteca Nacional. Versão eletrônica: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810>. Para uma discussão alentada sobre o episódio, ver REZENDE, Gustavo Monteiro de. *Abolicionismo Popular na Corte do Rio de Janeiro (1879-1888)*. Dissertação de Mestrado, apresentada ao PPGHIS-UERJ, jan.2009. Orientadora, prof. Cláudia Santos. O autor, a partir de uma análise da cultura política da época, analisa as redes relacionais existentes, incluindo as disputas na própria imprensa. Procura dialogar com a concepção de alguns autores, incluindo José Murilo de Carvalho, de que o motim teria sido uma manifestação promovida por lideranças republicanistas, minimizando a importância da participação popular. O autor advoga as opiniões de Sandra Graham, que também não aceita a explicação do evento como uma ação antimonárquica, assim como percebe a necessidade de criticar as informações institucionais disponíveis.

<sup>209</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. O Motim do Vintém e a Cultura Política no Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Volume. 10, número 20, mar-ago 1991, p. 230

<sup>210</sup> MAGALHÃES JR. Raimundo. *Op. Cit.*, p.83

<sup>211</sup> KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: 1943 p. 83. Apud SODRÉ, Néelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil (4ª ed.)*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 237. Koseritz era um jornalista alemão, radicado no sul do Brasil, que viera ao Rio de Janeiro, em 1883, para tratar de assuntos concernentes à imigração estrangeira e à instituição da pequena propriedade.

Republicano fizesse aliança com os senhores de escravos, ele (pela Abolição) a faria até com o Imperador <sup>212</sup>. E fez, não exatamente com S. Majestade, mas com a Princesa Regente, com o gabinete conservador do conselheiro João Alfredo, com Nabuco e Rebouças em nome de um projeto liberal reformista que passava pela Abolição e por um possível terceiro reinado.

O problema servil não se resolve simplesmente com o decreto de extinção da escravatura: este é apenas o grande entrave da grande máquina econômica que temos que funcionar no futuro. Para que a Abolição seja trabalho sério, sob um ponto de vista social, é preciso que ela seja seguida imediatamente pela reconstrução financeira e agrícola do país. <sup>213</sup>

Em 1877, inspirado em Proudhon, adotou o pseudônimo de Proudhomme. O socialista francês cunhara uma frase que se tornara famosa, “A propriedade é um roubo”. Patrocínio adapta-a “A escravidão é um roubo”. Apesar de não ter repercutido a ponto de transformar-se num slogan de campanha, como alardeia a memória construída a respeito, a divisa revela uma estratégia discursiva, a de criminalizar a escravidão, marcá-la como uma relação de propriedade espúria, ajudando a desqualificar o direito dos proprietários à indenização. <sup>214</sup>

Sobre Patrocínio muito se disse e mais ainda se escreveu com cores incendiárias, de ódio ou de paixão; mas, a despeito disso, seus críticos reconheciam nele o homem de gênio, comprometido com grandes causas. Falar dele não admitia tibieza. Bilac, seu companheiro na imprensa e no abolicionismo, apesar de algumas rugas, dizia-o ser do “bronze imorredouro (...) o profeta esperado, o Messias anunciado (...)”, para a raça negra. <sup>215</sup>

Vivaldo Coaracy, famoso memorialista do Rio de Janeiro, começara sua carreira jornalística aos dezessete anos, na *Cidade do Rio*. Mais tarde, diria num livro,

A Cidade do Rio era uma escola. E era um prazer trabalhar com ele [Patrocínio] (...) De sua sinceridade dizem horrores. Os homens que hoje engrandece, ataca-os amanhã. E vice-versa. Usa as opiniões como as gravatas. <sup>216</sup>

<sup>212</sup> O diálogo, publicado no Globo de 11/09/1881, aconteceu por ocasião do Congresso Republicano do Rio. Apud : **BOHERER**, George C.A. *Op. Cit.*, p. 270. Nabuco, em 1880, no parlamento, ao apresentar seu projeto de libertação prevista para 1890, já se expressara de forma bastante parecida: “Na questão da emancipação, eu me separaria não só do gabinete, não só do partido Liberal, não só da opinião pública e da conspiração geral do país, mas de tudo e de todos! Neste ponto faço uma aliança com o futuro.” Ver em **VIANA FILHO**, Luis. *A Vida de Joaquim Nabuco*. Porto: Lello & irmãos, 1985, p.89

<sup>213</sup> *Cidade do Rio*, 16/01/1888

<sup>214</sup> *Gazeta da Tarde*, 25/03/1885. “*Semana Política*”

<sup>215</sup> **GUILHON**, Orlando J.F. *José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Ed.Três, 1974, p. 159

<sup>216</sup> **COARACY**, Vivaldo. *Op.Cit.*, p.235

Em outubro de 1890, sentindo-se ameaçado, Patrocínio viajou para a Europa, com o propósito de lá permanecer por um ano. Vários periódicos fizeram-lhe elogios; a *Gazeta de Notícias* publicava:

(...): “individualidade que sofre o marulho constante das críticas, as mais violentas e mais desencontradas, ele é como esse navio a cujo bordo vai partir e que parecendo insignificante e fraco na imensidão das planícies atlânticas, sabe, entretanto, vencer essa imensidão e ancorar no porto do seu destino. Nome intimamente ligado à história de nossa política e do nosso jornalismo, JP é um desses vultos que dispensam prolongados comentários. Sobre ele e sua vida tem-se concentrado constantemente a opinião pública. E não há um só brasileiro que não o conheça e não lhe tenha admirado, pelo menos, a pujança do talento, nunca desmentido. Assim ele é, assim o têm compreendido todos os seus verdadeiros amigos (...) que aguardam sua volta para vê-lo outra vez no mais forte dos combates, a batalha pela grandeza da pátria brasileira”.<sup>217</sup>

Dezenas de depoimentos semelhantes poderiam ser trazidos, mas estes são suficientemente emblemáticos para revelar a ambigüidade entre o seu talento e uma reconhecível inconstância, principalmente quanto à sua posição política.

Inegavelmente, existe uma trajetória sinuosa em Patrocínio, iniciada na década de 1870, conhecendo seu apogeu durante a abolição e se deteriorando na República. A *questão* que nos move é a razão desse comportamento. Conforme já comentado, ele vem sendo explicado, grosso modo, por uma naturalização, por um psicologismo, por uma daquelas marcas de continuidade. Seria uma personalidade contraditória, formada a partir de suas origens limites, negro, filho de uma escrava e de um padre, seu senhor.

Oswaldo Orico, seu biógrafo, responsabilizava suas origens, ressaltando, contudo, a capacidade de superação,

A predestinação de Patrocínio compôs-lhe o berço obscuro, oferecendo-lhe o natalício inglório, deu-lhe o convívio da miséria para que ele pudesse um dia compreender a divina paciência de sua raça (...)<sup>218</sup>

Invocando também as origens, Lima Sobrinho diz que ao contrário de Nabuco, aristocrata,

Patrocínio surgia da turba, animado pelas mesmas paixões populares (...) A imaginação tropical lhe fornecia em catadupas os tropos sensacionais com que fascinava os auditórios.<sup>219</sup>

Ainda apelando para a marca de origem, José Murilo faz uma síntese explicativa interessante ao dizer que “foi um homem complexo que viveu na fronteira de mundos distintos, senão conflitivos”.<sup>220</sup>

<sup>217</sup> *Gazeta de Notícias*, 10/10/1890. Transcrito no *Cidade do Rio* da mesma data.

<sup>218</sup> **ORICO**, Oswaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: MEC, 1977, p.192

<sup>219</sup> **LIMA SOBRINHO**, Barbosa. *Op. Cit.*, p.98

<sup>220</sup> **PATROCÍNIO**, José. *Campanha abolicionista, coletânea de artigos*. Organizado por José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996, p.9

Mário de Alencar, ao assumir a cadeira 21, da Academia Brasileira de Letras, cujo fundador fora o próprio Patrocínio, procurou fugir das marcas de origem, negando-se a perseguir a “regra usada na biografia dos notáveis”, de procurar a personagem na suas origens,

se fosse infalível este princípio de psicologia aplicada, ver-me-ia agora em grandes dificuldades para explicar-vos os indícios da formação do jornalista e do orador no obscuro comércio de uma quitanda e na tranqüilidade beata de uma igreja de uma igreja de província.<sup>221</sup>

O talento de Patrocínio, para ele, seria inato.

Evaristo de Moraes, ao contrário, defendia a presença de uma marca de talento em suas origens. O pai, que se formara em Coimbra, seria reconhecido como intelectual, orador e político. Mas, simultaneamente, atribuía a Patrocínio “os sintomas característicos do fanatismo, no que ele tem de mais desconcertante (...)”.<sup>222</sup> Orico, que também lhe atribuía o talento inato da superação, entendia seu comportamento como sendo guiado pela emoção e temperado pelo fanatismo, voltado apenas ao objetivo, sem medir as circunstâncias: “Sua alma só conhecia a dedicação incondicional ou a repulsa intransigente (...)”.<sup>223</sup>

Para o escopo deste trabalho, independente de algumas diferenças interpretativas sobre a origem do talento de Patrocínio, importa é que a sua conduta foi entendida como produto de uma cabeça vulcânica, que seria (ir) responsável pelas escolhas claudicantes, pela fluidez nas relações e pela volição inconsistente.

Em 1901, seguindo nessa esteira psicologizante, o jornalista Pedro Moacyr absolvía-o das acusações de desvio, atribuindo-lhe uma excepcionalidade:

se o desequilíbrio é a condição essencial das naturezas excepcionais, fadados a constituírem a **providência da espécie** e a empurrarem as massas, de si, inertes para as veredas sem fim do progresso, bendito seja algum desequilíbrio na curiosa psicologia de nosso maior mulato(...) <sup>224</sup>  
(Grifo no original)

Numa mesma ótica psicologizante, duas visões convivem em antagonismo. A idealização romântica e a visão injuriosa. Seria uma personalidade genial, indômita e determinada por um ideal ou um caráter deformado, venal, oportunista, *picareta* - como se diria atualmente. Para seus algozes, estava obrigado a viver de expedientes e de algumas transigências, porque adotara um estilo de vida incompatível com seus ganhos.

Quem conheceu o Patrocínio como eu o conheci, lacaio de todos os patoteiros, alugado a todas as patifarias, sem uma forte linha de conduta nos seus atos e nos seus pensamentos, não

<sup>221</sup> ALENCAR, Mário. *Discurso de Recepção na ABL*. In: *Discursos Acadêmicos (1879-1906)*. Rio de Janeiro: ABL, Coleção Brasileira, 1934, p.221.

<sup>222</sup> MORAIS, Evaristo de. *Op. Cit.*, p. 285

<sup>223</sup> ORICO, Oswaldo. *Op. Cit.* p.148

<sup>224</sup> *Cidade do Rio*, 12/05/1900. *O Herói do Dia*

acredita que pudesse ter sido, como dizem, o apóstolo da Abolição (...) um meio de arranjar facilmente dinheiro, explorou-a em seu proveito, na parte pecuniária e na parte gloriosa (...) com o máximo interesse e a máxima baixeza”.<sup>225</sup>

“Este preto não se vende, aluga-se”, disse Murtinho, repetindo uma frase já dita em relação a outro tribuno.<sup>226</sup> Patrocínio é retratado de forma ambivalente, o estilo jornalístico genial, combativo e cheio de estilo, porém uma pena de aluguel a serviço de quem a remunerasse.

Gilberto Freire, ao tratar do mestiço, denuncia o psicologismo fundamentado num caráter étnico e apela para o hiperdimensionamento da mestiçagem e para um culturalismo. Fala do mulato não como uma interface entre raças, mas um amalgamador, um mediador entre culturas, conferindo-lhe uma notória posição, haja vista, não haver para ele as pechas atribuídas aos negros. Ele seria um dos elementos poderosos da intercomunicação entre os extremos da cultura, ingrediente importante para a intensa mobilidade social, vertical e horizontal na sociedade brasileira.<sup>227</sup>

Coaracy parecia resumir as opiniões divergentes:

Misto de luz radiante e de sombras trevosas, como o seu sangue era misto de branco e negro, sua personalidade se caracterizava pelos contrastes surpreendentes que oferecia (...) Capaz de atos de nobreza e de atitudes de raro desprendimento e dedicação, incidia por outro em fraquezas morais e erros de julgamento quase incompreensíveis. Expliquem os que quiserem a instabilidade de caráter pela sua condição de mestiço; o fato é que diante de Patrocínio não era possível uma atitude de indiferença. Havíamos de admirá-lo ou verberar-lhe a conduta. **E muitas vezes as duas atitudes se confundiam e misturavam no espírito dos que vivemos na sua proximidade imediata, deixando-nos perplexos para formular um juízo (...)**

E apelando também para o caráter, finaliza:

(...) Só ele Patrocínio se mantinha indiferente em meio ao torvelinho de sentimentos que provocava. Mas no fundo com seus erros e fraquezas tão humanas (...) **era um bom**. Alma generosa e sentimental (...) E era um fulgurante e raro talento que honrou a sua geração e a sua raça.<sup>228</sup> (Grifos meus)

A opinião de Tobias Monteiro é especialmente interessante para sintetizar a visão centrada no determinismo personalógico. Da pena de Patrocínio teriam saído

todas as notas de uma sinfonia terrífica, em que subiam as mais altas aspirações espirituais, gemiam as mais angustiosas lamentações da raça desgraçada e reboavam as mais pungentes imprecizações. A liberdade, o trabalho, a dignidade da espécie, a resignação, a piedade, o perdão, a caridade, a submissão, a lisonja, a mentira, a calúnia, a confissão da falta cometida, o arrependimento, a fadiga, a dor, a revolta, o crime – tudo passara num turbilhão, ferindo todas as gamas, levando a cada ouvido a impressão que o devia fazer brilhar.<sup>229</sup>

<sup>225</sup> LIMA BARRETO. Diário Íntimo. Disponível em [www2.uol.com.br/cultvox/livros\\_gratis/diario\\_intimo.pdf](http://www2.uol.com.br/cultvox/livros_gratis/diario_intimo.pdf), consultado em julho de 2005

<sup>226</sup> COARACY, Vivaldo. *Op. Cit.*, pp 232. Joaquim Murtinho era ministro da Fazenda de Campos Salles.

<sup>227</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p.659

<sup>228</sup> COARACY, Vivaldo. *Op. Cit.*, p.327.



O texto é emblemático não apenas quanto ao personalismo, à liderança e à verve do jornalista negro, mas também na atribuição de ambigüidades ao seu comportamento. Ele é quase todo construído com termos em oposição.

Na verdade, Patrocínio é instigante. Ricardo Salles, tratando dos monarquistas reformadores afirma:

(...) Outro personagem desse momento revelador **a demandar estudos** é José do Patrocínio (...) Sua atividade jornalística e política comportou um abolicionismo radical, referências a um socialismo genérico e confuso, republicanismo (foi o “proclamador civil” do novo regime), devoção à Princesa Redentora e oposição ao governo de Floriano Peixoto, para citar algumas de suas ambigüidades <sup>230</sup> (Grifos meus)

Ana Carolina Silva, a meu juízo, sintetizou com perfeição, “Patrocínio é a chave de acesso à problematização e compreensão de algumas circunstâncias históricas do período (...) a experiência pessoal de Patrocínio torna-se o próprio foco de análise”. <sup>231</sup>

Na verdade, o que se percebe é que o comportamento de Patrocínio excede os determinismos. Ele deve ser olhado como um homem de seu tempo, um *constructo* de si, de seus contemporâneos e desse legado para a atualidade. Em suas circunstâncias, ainda que peculiares, ele não é único. Ajudar a compreendê-lo é um exercício para a compreensão de uma época.

### 2.3 - A voz do outro ou de como Patrocínio caiu para cima

No glorioso 13 de maio, após rodar todo o dia pelas ruas da cidade, fazendo discursos e recebendo aclamações emocionadas, que em tal número e efusividade, obrigaram-no a fugir para casa, Patrocínio ouviu do amigo João Marques,

Que belo dia para morreres, Patrocínio! Nunca mais encontrarás outro igual. Morrerias em plena apoteose e tua morte abalaria o Brasil e ribombaria por todo o mundo. Talvez até fosses para o céu, meu velho, porque Deus deve estar muito contente contigo (...) Teu enterro seria um triunfo maior do que os triunfos romanos e teu túmulo seria outro Santo Sepulcro. Tuas estátuas ornarão as praças públicas e teu nome ficará como um símbolo. Vais viver, meu velho, e vais para a política... e aquilo emporcalha, meu amigo”. <sup>232</sup>

Já na República, em 1896, Lúcio Mendonça, ao traçar-lhe um perfil, o faria de forma satírica e ambivalente, chamando-o de “filho do povo, um homem da rua, que só

<sup>229</sup> MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e Depoimentos para a História*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1982 Coleção Reconquista do Brasil, v.60, p.36. O autor também não foge dos determinismos étnicos. Para ele, conforme cita à página 35, Patrocínio seria um “mameluco, que se porventura, tinha todos os defeitos daquela origem próxima, possuía, entretanto, em alto grau grandes qualidades da inteligência humana”.

<sup>230</sup> SALLES, Ricardo. *Op.Cit.* p. 27

<sup>231</sup> SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De Papa-Pecúlios a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese de doutoramento apresentada à UNICAMP em 23/02/2006, Resumo, p.III

<sup>232</sup> ORICO, Osvaldo. *Op.Cit.*, p.174

está em seu elemento no seio da multidão agitada. Pode dizer como Gravoche, ao sair de casa: - entremos para a rua!”.

Segue, exaltando seu talento e “seu temperamento vermelho”,

não havia outro sentimento, outro critério, outra lei moral, que não fosse libertar o escravo a todo transe, custasse-lhe, embora, a dignidade ou a vida, o melhor de sua alma, de seu nome e de seu sangue. Sacrificou tudo o que precisava sacrificar (...) bajulou a princesa imperial, ele, um republicano de sempre(...)

Aciona a memória da abolição,

Naquele momento histórico [a campanha abolicionista], foi o maior homem desta terra, o mais conhecido, o mais falado, o mais evidente, o mais querido, o mais seguido e o mais injuriado. Não houve ofensa que não lhe atirassem: “foi o último negro que se vendeu no Brasil, disseram dele”. Também, pelo seu lado, era formidável – mordida na face o adversário, deixando-lhe um estigma. Esquadrinhava os espíritos para os conquistar à grande causa e, ou os deificava, se o seguiam, e os beijava com todas as blandícias da lisonja, ou se lhe resistiam, tisonava-os medonhamente com o negro do insulto e da calúnia (...)

Ressalvia, contudo,

Depois da Abolição tem decrescido sempre. O cronista petroleiro, desde a Semana Política, de Proudhomme, nesta folha, o jornalista feroso, o tribuno destemperado, mostra na estatura minguada, quanto devia pelo lado à antiga paixão que o incendiava. Os grandes ideais têm, para os sacrifícios que impõem, essa compensação suprema: eleva à própria altura os que o servem. **A sua irremediável decadência procede de se lhe haver acabado a tarefa. Devia ser um aposentado na glória.** Quis ainda continuar na arena, e quem o vê tem saudades do lutador do outro tempo e tem pena do de agora, já sem as cores da liberdade, que era a sua dama e a vulgarizar-se tristemente em amores equívocos e mesquinhos torneios. Ah! Que é doloroso ver o antigo paladino dos negros feito na imprensa um advogado administrativo como qualquer por aí. E envolvido em novas lutas políticas que são menos revoluções do que intriga (...)

Conclui,

O caricaturado tem, sim, grandes culpas, mas também grandes serviços à própria causa da república. Injustiça grave foi ele não ter uma cadeira na Constituinte de 1890. E chega a ser escandaloso que não a tenha no congresso republicano (...)

Seria, pois, uma paixão à procura de um objeto e, não o encontrando, dedicara-se a “um grupo de demolidores, sem ideal ou ordem social”. Desperdiça seu talento e vontade em “questões de interesse particular e alheio, fazendo feia concorrência à advocacia dos *A Pedido* dos jornais”. Diz haver ainda grandes causas para tratar e cita a independência de Cuba e a defesa do Brasil contra os estrangeiros.<sup>233</sup>

Lúcio traça o retrato do herói decaído, ambivalente entre um passado generoso e um presente mesquinho.

<sup>233</sup> *Gazeta de Notícias*, 13/09/1896. Lúcio de Mendonça, sob o pseudônimo de Juvenal Garvarni, criara uma galeria de caricaturas satíricas das personalidades políticas, *Caricaturas Instantâneas*. A quarta foi de Patrocínio, a que foi dado o título de *Gaiamu*.

Quando se esperava uma resposta candente da *Cidade do Rio*, um artigo limitou-se a falar em injustiça e a dizer que Patrocínio perseverava nos mesmo ideais.<sup>234</sup>

Ao assumir a cadeira número 21, na Academia Brasileira de Letras, Mário de Alencar, discursou:

Depois de feita a abolição, Patrocínio podia morrer e morreria feliz; mas a sorte fez com que ele vivesse ainda para sofrer a sua glória. Sofreu-a, lutando. Conheceram-no todas as causas generosas que nos últimos anos se agitaram neste país. Continuou combatendo sob insultos, sem esmorecer (...)<sup>235</sup>

Coelho Neto, em seu romance “A Conquista”, apesar do entusiasmo ao tratar da memória não só de Patrocínio, mas do próprio entorno de suas relações com a chamada “boêmia literária”, também coloca o limite das ações na abolição. Conforme visto em capítulo anterior, há um diálogo do proprietário da *Cidade do Rio* com um redator, que lhe pergunta como seria o futuro, afinal a bandeira da abolição havia sido vencida. Patrocínio teria respondido, aparentemente sem grandes expectativas: agora é trabalhar para garantir a sobrevivência da folha.

Essas manifestações, mesmo distantes temporalmente, expressam um discurso comum, Patrocínio deveria ficar marcado como um líder abolicionista, para o bem ou para o mal. Este seria o seu tempo, um tempo por vezes confundido com a própria monarquia. Seria o herói ou o vilão, dependendo das circunstâncias. Em algumas situações, a figura do abolicionista é confrontada com a do republicano adesista, que se juntara à monarquia e ao isabelismo. Congelou-se uma imagem e a memória construída a respeito da personagem parece sinalizar um limite temporal. Na verdade, o próprio Patrocínio contribuiu bastante para essa construção, ao projetar essa auto-imagem.<sup>236</sup>

Memórias, contudo, são construções históricas, envolvendo simultaneamente movimentos de lembrança e esquecimento, de ditos e não ditos, onde a preocupação retrospectiva fica subsumida à prescritiva. A memória, mesmo circunstanciada, visa à construção do futuro. Bourdieu chama a atenção sobre a importância do trabalho da política para a construção daquilo que Henry Rousso chamou de “memória enquadrada”.<sup>237</sup>

Bonafé, ao estudar a construção da memória de Joaquim Nabuco, ilustra bem a situação, ou seja, como a opção por uma das “faces” da personagem, entre o político, o

<sup>234</sup> *Cidade do Rio*, 14/09/1896

<sup>235</sup> **ORICO**, Oswaldo. *Op. Cit.*, p.212

<sup>236</sup> **SILVA**, Ana Carolina Feracin da. *Op.Cit.*, p.46

<sup>237</sup> **BOURDIEU**, Pierre. La Representation politique. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 36/37, 1981, pp.3-4; **ROUSSO**, Henry. Vichy, Le Grand Fossée. In: Vingtième Siècle, n.5, 1985, p.73. *Apud* **POLLACK**, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v2, n.3, ,1989, p.4

embaixador, o abolicionista, é um produto histórico da ação de outros atores envolvidos, que disputam interesses, marcando dois tempos diferentes.<sup>238</sup>

Nos discursos sobre Patrocínio, percebem-se também dois momentos bem distintos, a polêmica durante sua fase de êxito, marcada simultaneamente por elogios candentes e também por críticas acerbas; e um certo ar reverencial, saudosista, inosso, durante seus últimos tempos. Embora não se possam desconsiderar as transformações da própria imprensa, que a essa época já adotara uma linguagem mais contida, há uma fase ascensional, limitada no sucesso abolicionista e um progressivo descenso ao esquecimento. Da primeira, embora já tenha sido ilustrada nas páginas anteriores, onde se cruzaram opiniões favoráveis e desfavoráveis, permito-me citar ainda alguns momentos emblemáticos. O primeiro, em 1881, quando novamente o *Corsário*, chamou-o Preto Cínico. O articulista comparava-o a um escravo fugido, a quem ele vai tirar as “fuligens e a picumã da cabeça”. Chamando-o pelos seus pseudônimos mais conhecidos, Proudhomme e Zé do Pato, fala do “moleque comprado aos ingleses, que fugira há dois meses”. E continua,

“Vive como cão com gato  
mordendo no rodapé,  
o moleque de que trato  
é meu crioulo José

Tem sinais particulares,  
o meu crioulo fujão,  
desde a cara aos calcanhares  
tem sinais particulares!

Tem do macaco os esgares  
e a vilania do cão

.....<sup>239</sup>

As ofensas têm um propósito, desqualificar Patrocínio. Acionando o preconceito, procura retirar dele uma *falsa identidade* que lhe afiançara um prestígio indevido. Seria necessário recolocá-lo no *devido lugar* numa sociedade altamente hierarquizada.

<sup>238</sup> **BONAFÉ**, Luigi. Um Herói em Dois Tempos: apontamentos para uma história da memória de Joaquim Nabuco. In: **ABREU**, Martha et alii (org). *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2007, p.333. O autor trabalha com a noção de enquadramento de memória e tem por objeto os atores que, a cada momento histórico, intervieram na construção dessa memória. Introduce o conceito de “faces”, ou seja, das expressões diferenciadas que, a cada momento, caracterizaram a personagem.

<sup>239</sup> *O Corsário*, 11/05/1881.

Outro artigo exemplar, ainda em 1881, quando o *Mequetrefe*, jornal também satírico e republicano, dizia da personagem,

José do Patrocínio é um nome e apelido que parecem talhados para um votante da freguesia de Sant'Anna, um sujeito cabuloso, de chapéu à banda, botas a permanente e charuto de vintém no canto da boca. É uma ilusão.

Toda a gente sabe que, quem traz esse nome é um moço de muito talento, um jornalista valente, um estilista, um poeta, um republicano sans peur et sans reproche.

No entanto ninguém será capaz de contestar que José do Patrocínio é um verdadeiro nome eleitoral e que melhor ficaria num sujeito que anda sempre arrimado a um Petrópolis, casquete de palha no alto da cuia e soltando de quando em vez frases de uma gíria muito pitoresca (...)

Como as aparências enganam!

José do Patrocínio, o único talvez desse nome, é o batalhador corajoso da imprensa fluminense. Não traz Petrópolis, nem com chapéu à banda nem no alto da cuia. Anda com toda a gente séria e pacata.

Quando passa na rua do Ouvidor, com o seu andar apressado, dizem os ociosos, uns para os outros, parados à porta das confeitarias:

- Lá vai o Zé do Patrocínio.

O José do Pato que não vê, ou finge não ver que é apontado, segue o seu caminho, preocupado pela semana política.

Os nomes quase nunca dizem com as pessoas que os trazem (...) <sup>240</sup>

Para o jornal republicano, Patrocínio era considerado um emblema, um ator político, uma liderança. A essa época, ele ainda não fizera sua opção isabelista.

Novamente, agora em maio de 1888, com a Abolição já manifesta, o jornal republicano "*Província de São Paulo*", publicou um vasto artigo, "*Os Republicanos e a Abolição*", com a manifestação do partido Republicano de São Paulo sobre o polêmico editorial "*Desencargo de Consciência*", publicado por José do Patrocínio um mês antes, na *Cidade do Rio*. O partido firmava sua disposição abolicionista, inclusive "estava à vanguarda dos combatentes". Dizia: só podemos explicar a crueza do ódio que nos votou [Patrocínio] pela necessidade de justificar o seu ministerialismo e monarquismo atual. A perseguição seria "para poder servir aos interesses de todos os governos". Conclui, exortando "os leitores honestos e criteriosos" a meditar e ver

o quanto é necessário ser louco ou vil para, em nome da própria esposa e filhos, vir levantar apóstrofes odiosas contra o republicanismo patriota (...) Dispa-se a retórica dos artigos do ex-demagogo, atrabiliário e vejam se no que resta existe mais do que o descarnado esqueleto de miseranda protervia. Esta é a bandeira em que se enrolam todos os trãsfugas para passarem por sérios. O Sr. Patrocínio não quis desmentir tal regra, esperneia na lama para esconder a figura. <sup>241</sup>

O republicanismo paulista se defendia das acusações de escapismo em relação à campanha, e, simultaneamente, procurava atingir Patrocínio pelo lado moral.

E, finalmente, em 1888, quando o jornalista abolicionista Gusmão Lobo, que Nabuco dissera pertencer à sua "igreja", escrevia ao barão de Rio Branco :

<sup>240</sup> *O Mequetrefe*, 14/10/1881. "Nomes e apelidos". Artigo assinado por Tom Bull

<sup>241</sup> *Cidade do Rio*, 11/05/1888. Transcrição de matéria publicada na *Província de São Paulo*.

(...) Patrocínio: – um recém-chegado ao partido da abolição pelo qual já eu me batia ao lado de Nabuco, Rebouças e Serra quando o negro hesitava e queria transigir com os pacatos do Centro da Lavoura. Foi depois disso um herói da pena e da palavra, mas sempre especulando, ele, Clapp e outros, com os pecúlios, com os serviços dos negros fugidos etc. Esta é a história verdadeira. Cândido, leal e sincero foi Rebouças, um agitado sublime. Admirável foi Nabuco: a alma da abolição. Trabalhador persistente, infatigável e inteiramente desinteressado, fui eu. Além do mais é incontestável que o Jornal teve grande papel na propaganda e isso só a mim foi devido. Por isso lutei com todos os maiores do Jornal; vi rejeitados muitos artigos; ouvi queixumes; e nunca desanimei.

No entanto, se o meu nome fica nos alicerces da história da abolição, a quem o devo se não a V.?  
242

A par das inevitáveis querelas sobre a precedência no movimento, as palavras de Gusmão mostram que a respeito de Patrocínio não havia unanimidade, nem mesmo entre os abolicionistas.

Na República, aos poucos, escasseiam as polêmicas e mesmo os elogios. Ele começa ser tratado como um herói do passado.

Quando de sua viagem, em 1890, para a França, onde pretendia fixar residência por, pelo menos, um ano, visando à sua segurança e de sua família, alguns jornais publicaram extensos textos laudatórios a seu respeito. Na *Folha Popular*, é considerado “a figura talvez mais discutida e acidentada destes últimos tempos (...), o caluniado, o amado, o pérfido e o puro, o esquecido e o apoteotizado, mas sempre o vencedor e imortal (...)”. Parafraseando o que Moisés dissera a respeito de outra personagem: “É um destes homens que trazem nos ombros o peso da humanidade e que são por assim dizer esponjas que se embebem em todas as amarguras de seu tempo”. E conclui:

O nome de José do Patrocínio é a ponte cristalina e casta por onde há de passar para a história os legionários da liberdade da Pátria (...) Ainda é cedo demais para na balança severa do raciocínio pesar com justeza o valor moral (...) mas a julgar pelo que nos ensinam os mártires do pensamento, que como um turbilhão, irrompem do ventre fecundo dos tempos, pode-se desde já assinalar a culminância gloriosa de seu nome entre os nomes gloriosos destes tempos (...).<sup>243</sup>

A *Tribuna* compara-o a um soldado espartano ferido “nos seus brios e no seu pundonor, depois do combate, para o qual tanto contribuiu com a pena, com a palavra e com a modesta bolsa de que dispunha (...)”. Fala de um possível desalento de Patrocínio, habituado à luta de vanguarda “(...) desejoso de não assistir ao descalabro das instituições que defendera”.

E a *Gazeta de Notícias* celebra-o como um

<sup>242</sup> Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática, ano 3, nº 5, Brasília, DF: A Fundação, 2004. Carta do jornalista Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo ao barão do Rio Branco, em 07/09/1888

<sup>243</sup> *Cidade do Rio*, 10/10/1890. Matérias transcritas da imprensa. As citações constantes do texto até o item 134 pertencem à esta matéria.

nome intimamente ligado à história de nossa política e do nosso jornalismo; é um desses vultos que dispensam prolongados comentários. Sobre ele e sua vida tem-se concentrado constantemente a opinião pública. E não há um só brasileiro que não o conheça e não lhe tenha admirado, pelo menos, a pujança do talento, nunca desmentido. Assim ele é, assim o têm compreendido todos os seus verdadeiros amigos a quem ele habituou a nunca duvidar de sua estrela e que aguardam sua volta para vê-lo outra vez no mais forte dos combates, a batalha pela grandeza da pátria brasileira..

À exceção da *Tribuna*, os demais fazem alusões à opinião pública, à sua maneira polêmica e a certeza de sua permanência na memória pública. De forma indireta, ou diretamente, como no artigo da *Folha Popular*, também hesitam quanto ao “valor moral”. Mas é importante observar, já em 1890, que apenas um dos artigos, o da *Gazeta de Notícias*, fala na importância da continuidade de sua ação política na “batalha pela grandeza da pátria brasileira”. A *Tribuna*, folha monarquista, chega a considerá-lo desalentado diante da frustração a que se submetera.

Francisco Vasquez, famoso homem do teatro, trabalhara com Patrocínio na *Gazeta da Tarde*, escrevendo uma crônica “*Cenas Cômicas*”, na qual, além de tratar de assuntos teatrais, fazia incursões políticas. Quando da prisão e extradição de Patrocínio, em 1892, ele publicou na imprensa uma carta dirigida a Floriano, pedindo a libertação dos prisioneiros políticos. Não permita que a “República devore os próprios filhos”, rogava. Como justificativa, o ator estabeleceu uma associação Patrocínio-abolição-república.

A Abolição não foi só a remissão dos cativos, foi mais alguma coisa e a princesa o pressentiu, e quando José do Patrocínio, o chefe de todos na grande batalha, se ajoelhou a seus pés para agradecer-lhe em nome de uma raça oprimida, viu perfeitamente sobre a cabeça imperial o barrete frígio: ela era no momento não a Isabel, a Redentora, mas Isabel, a republicana (...)<sup>244</sup>

Algumas citações, apesar da marcada referência ao passado abolicionista glorioso, falam da incompletude da obra de Patrocínio. São exemplos algumas mensagens de apoio à sua candidatura à deputação em 1895. Os textos, grosso modo, sempre fazem referências ao sucesso abolicionista. Este seria, por assim dizer, o seu fiador para uma continuidade política. Um editorial assinado por D. da F., na *Cidade do Rio*, faz uma clara alusão a isso, “Patrocínio está vivo (...) agora luta pela verdade do sistema republicano mal estabelecido na Constituição de 24 de fevereiro e torpemente desfigurado por aqueles que têm sido encarregados de pô-los em prática”. Conclui que ninguém poderia negar a ele ter sido “o operário que dirigiu o núcleo de trabalhadores

<sup>244</sup> *Cidade do Rio*, 30/04/1892. A carta também foi publicada no *Jornal do Brasil* 1º/05/1892. *Apud. MARZANO, Andréa. Cidade em Cena: o ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892)*. Rio de Janeiro: Folha Seca/FAPERJ, 2008, p.212.

que abriram o grande túnel que veio a ter à claridade de 13 de maio e núcleo glorioso (...).<sup>245</sup>

O jornalista e político paulista Domingos Jaguaribe, em carta à *Cidade do Rio*, também parece estabelecer um limite incoercível. Diz que Patrocínio deveria ser imortalizado “por ter proclamado a República”, mas sua obra não estaria finda quanto à liberdade. Em seguida, fecha a questão, apelando para uma razão de preconceito. Os abolicionistas não eram bem vistos pelos republicanos: “daí esse desprezo por José do Patrocínio, que não é capaz de abraçar o republicano, porque é branco”. Patrocínio seria desprezado porque é preto ou porque “ficou sendo preto porque é abolicionista”.<sup>246</sup>

O deputado Gonçalves Maia concita Patrocínio a lutar contra o jacobinismo, mas também se utiliza do abolicionismo como referência: “os desgraçados da escravidão devem-te a liberdade; de ti também é lícito os desgraçados da República esperar (sic) alguma coisa”.<sup>247</sup> O *Correio da Tarde* fala no abolicionismo como “pórtico da república”.<sup>248</sup> Outra matéria, na *Gazeta de Notícias*, sintetiza a questão, “Apesar dos esforços de todos, só ele é herói, porque só ele teve a coragem de todas as incoerências, para manter a coerência única do seu ideal(...)”. Conclui que tê-lo no Parlamento poderia não ser a solução, mas, pelo menos, colocaria lá “uma sentinela para dar o grito de alarme em certas ocasiões, isto sem contar com o aspecto pitoresco que os seus arrebatamentos hão de dar às discussões”.

Patrocínio é tratado como um herói picaresco, marcado por um êxito que parece sinalizar um limite, mesmo admitindo que ainda haja muito por fazer.

Durante o período de Prudente de Moraes, sua visão triunfalista do governo lhe valerá alguns ataques e conseqüentemente alguns apoios. Bilac, na mesma linha da apoteose e da imortalidade na Abolição, dirá dele ,

“quando ao braço o broquel combatias sozinho  
 .....  
 foi de dentro de ti que, para o cativo,  
 saiu como um dourado e alegre passarinho  
 num gorjeio de luz, o consolo primeiro.  
 Hoje, do mar da inveja, em vão para o teu rosto  
 sobe o lodo...  
 .....  
 E eterno, à eterna luz dos séculos exposto,  
 ficas –tu, que ao nascer, na pele já trazia, a  
 a imorredoura cor do bronze imorredouro”<sup>249</sup>

<sup>245</sup> *Idem*, 13/05/1895: “*Treze de maio*”:

<sup>246</sup> *Idem*, 12/07/1895. Jaguaribe era jornalista e político abolicionista em São Paulo.

<sup>247</sup> *Idem*, 15/07/1895. “*Carta aberta*”

<sup>248</sup> *Idem*, 27/07/1895



Patrocínio seria o herói injustiçado pelo “mar de inveja”, mas teria seu lugar assegurado, por natureza, já que trazia inscrita no próprio corpo a marca da imortalidade.

Em 1901, o monarquista Carlos de Laet, em franca polêmica com o novo regime, faz a defesa do jornalista negro como um herói esquecido também pela República. Culpa as circunstâncias históricas: “as revoluções mais do que aqueles que as combatem, perseguem e vitimam os seus propagandistas e sequazes”.<sup>250</sup>

Já ao final da carreira de Patrocínio, observa-se a prevalência de discursos desqualificantes sobre ele. Existe uma memória de degradação, em grande parte centrada na representação da existência de uma conduta volúvel, que seria imanente à sua dissipação e prodigalidade.

Conforme Coaracy,

Patrocínio, nos tempos em que o conheci, já na fase final de sua existência, **sob a premência das necessidades da vida tumultuada e desordenada que levava**, comparava-se sem rodeios a um advogado com banca aberta para contratar defesas e acusações, mediante alta tarifa de serviços. A sua tribuna era o jornal.

Coaracy continua:

Era pelo artigo de fundo que Patrocínio exercia sua advocacia da causa, qualquer que fosse a que, na ocasião tivesse alugado a sua pena de mestre. O artigo sustentava a casa de Patrocínio e suas extravagâncias (...) A Cidade do Rio entrava na decadência fatal, tanto pelos desmandos econômicos, como o descrédito a que a arrastava na opinião pública, a versatilidade com que Patrocínio punha o jornal sucessivamente a serviço de causas ingratas e antagônicas.

Após comentar sobre o juízo que faziam dele, conclui:

**Esse juízo é generalizado**, José do Patrocínio, que se engrandecera na campanha abolicionista – seu instante de glória – passaria os anos seguintes a deteriorar-se em público, **num espetáculo grotesco, tolerado pelo seu talento, usado como instrumento e, em seu exemplo eloqüente, representando afinal um libelo contra a sociedade que condicionava a existência de figuras dessas características** (...) Não podendo vencê-lo, nem perdoar-lhe a cor e a origem e o abolicionismo, os afortunados enxovalharam-no, usando-o..<sup>251</sup> (Grifos meus)

Como visto anteriormente, Lúcio de Mendonça também o compara a um advogado envolvido em causas irrelevantes. É um olhar sobre a decadência.

As memórias de Coaracy foram escritas no final da década de 1950. O autor além de repetir a visão da decadência, aciona também elementos do grotesco. Patrocínio é olhado como o fruto contraditório, gerado igual a outros tantos numa sociedade degradada; onde é digerido e eliminado. Seria o bufão desregrado e indecente, o

<sup>249</sup> **KOSMOS**, fevereiro de 1905. “Crônica”. Bilac explica que esta poesia teria sido escrita em 1888, após a abolição, quando “já as injúrias e os doestos choviam sobre Patrocínio”.

<sup>250</sup> *Correio da Manhã*, 21/06/1901

<sup>251</sup> **COARACY**, Vivaldo. *Op. Cit.*, pp 231-239.

instrumento do ridículo e do grotesco, que, nos limites de sua aceitação, eviscera as contradições do seu entorno. Por isso, ao contrário de Mendonça, não atribui culpa à personagem. Como veremos em outra fala sua, Coaracy trata Patrocínio como alguém fragilizado e vitimado pela estrutura.<sup>252</sup>

Rui Barbosa em um dos artigos publicados durante suas polêmicas com Patrocínio, além de acusá-lo de chantagem, denuncia sua inocuidade e o anacronismo em temê-lo,

Cuidas roubar o nome das tuas vítimas e não roubas senão o dinheiro dos que te pagam. (...) Anda. Já não és “o flagelo dos príncipes”. Serás, quando muito, a delícia dos escravos. O medo às tuas façanhas, presentemente, seria o mais fútil dos anacronismos.<sup>253</sup>

O acusador, assumidamente abolicionista e republicano, faria, em 1900, uma aliança com Andrade Figueira, escravista e monarquista. A manobra, conforme Fleiuss, deveu-se à situação financeira de *A Imprensa*, jornal pertencente ao próprio Rui.<sup>254</sup> A folha acabaria por tornar-se insolúvel, sendo suas instalações vendidas para o *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt.

Carlos de Laet acusava Prudente de Moraes de ter sido leniente com o massacre ao jornal *A Tribuna*, e por extensão repudiava seus correligionários. Já na República, quando convidado por Patrocínio para voltar à imprensa, faz um comentário desairoso, procurando desqualificá-lo. Acusa-o, inicialmente, de “prudentista da gema”, para depois, atribuir-lhe uma conduta volúvel, “do mais, aquele Patrocínio, com todo o seu talento e vivacidade é um companheiro perigoso (...)”. Comenta que, a cada vez, que lê a Cidade do Rio se surpreende com suas ligações políticas. Interessante é que Laet acabará entrando para o *Correio da Manhã*, uma folha republicana e liberal, justificando que este jornal “não está livre, mas fui para lá, porque não houve laços de simpatia pessoal”.<sup>255</sup>

Antes de concluir a matéria sobre o enquadramento da memória em Patrocínio, é interessante abordar a interpretação da mestiçagem na transição entre os séculos XIX e XX, que pode fornecer elementos para ajudar a iluminar a questão. A discussão parece polarizar-se entre vê-la como possibilitadora ou impossibilitadora da construção

<sup>252</sup> O autor tinha uma visão carinhosa em relação a Patrocínio, acostumado que fora com sua presença desde a infância. A mãe de Vivaldo, C. Cy, além de abolicionista, participara do corpo redacional da *Cidade do Rio*. As críticas do memorialista possuem um olhar humanizado, caritativo, nas quais a personagem é tratada como uma vítima da própria imperfeição humana. Na orelha de suas memórias, faz-se citação à sua visão humanizada, que seria inspirada em Thoreau, escritor americano, anarquista, que defendia a desobediência civil e clamava pelas liberdades individuais.

<sup>253</sup> *A Imprensa*, 13/12/1898

<sup>254</sup> FLEIUSS, Max. Recordando. Vol.3, p.91. Apud: MAGALHÃES Jr. *Op. Cit.*, p.354

<sup>255</sup> *Correio da Manhã*, 16/06/1901. “Verdades”.

nacional.<sup>256</sup> Freyre, idealizador do mestiço como o elemento propulsor da integração social, opondo-se às teorias do determinismo étnico, fala do mulato como “especialização sobretudo social, com defeitos aparentemente mentais e de temperamentos que, vistos de perto, se revelam principalmente sociais”<sup>257</sup> Atribui a ele algumas características adquiridas socialmente, a cordialidade, o sorriso permanente, o gesto desabrido, instrumentos necessários para a competição com o branco; e, mais importante, fala do arrivismo de alguns, a que chama de “brancos-novos”.<sup>258</sup> Alguns teriam fugido a esse perfil, como Machado de Assis, Gonçalves Dias, Juliano Moreira e Cotegipe. Tobias Barreto, esmerado no germanismo, seria o exemplo típico do arrivista. José Veríssimo, ao referir-se a Machado de Assis, classifica-o como mulato, mas diz ser ele possuidor de uma sensibilidade estética grega, incomum nos nossos mestiços.<sup>259</sup> Nabuco, em carta a Veríssimo, critica-o por ter mencionado a condição de mestiço de Machado. “Esta síntese” lhe causara “arrepios”. “O Machado para mim era um branco e creio que como tal se tomava (...) Eu só vi nele o grego (...)”<sup>260</sup>

Freyre coloca Patrocínio, juntamente com outros mestiços, como gente capaz de restituir à massa o orgulho roubado. Seria o “agrado do gato”, ou seja, ao roçar o dono, na verdade, estaria roçando seu próprio pelo. Compara a liderança política de brancos e mestiços sobre a massa, que considera mestiça por definição. Ela teria dificuldade para compreender a argumentação dos “ingleses”, mas seria sensível a atitudes revolucionárias de mestiços como Patrocínio.<sup>261</sup>

Nestas proposições de Freyre, são interessantes, primeiro a tentativa de explicação da repercussão de Patrocínio na massa pela identidade mestiça e, também, levantar uma questão que exigiria pesquisas mais alentadas, a idéia do arrivismo no mestiço. Seria essa a compreensão das camadas intelectualizadas no XIX a respeito dos mestiços? De fato, muitas das críticas a Patrocínio se fazem em cima de sua sinuosidade, que ocultaria estratégias de ascensão, chegando ao limite do ridículo.

<sup>256</sup> Sobre essa discussão, incluindo a questão do mulato. Cf. VIANA, Larissa. *O Idioma da Mestiçagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, Introdução.

<sup>257</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p.657

<sup>258</sup> *Idem. Op. Cit.* p.643/647

<sup>259</sup> *Jornal do Comércio*, 29/10/1908. “Machado de Assis”. O artigo é uma homenagem póstuma ao escritor, que morrera um mês antes.

<sup>260</sup> Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo Joaquim Nabuco. CAp 62 doc. 1226, a4, g3. Carta de Joaquim Nabuco a José Veríssimo, 25/11/1908, de Washington

<sup>261</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p.662. Os ingleses a que ele se refere são os intelectuais que, a exemplo de Nabuco, na defesa de Dantas, manifestavam-se pela imprensa, adotando pseudônimos ingleses. Nabuco era Garrison; Rui, Gray; Sancho, John Bull; e G. Lobo, Clarkson. *Apud. ALENCAR, José Almino de & PESSOA, Ana. Joaquim Nabuco, o Dever da Política*. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2002, p.26

Gilberto Amado fala genericamente da figura do “mulato sacudido”, que seria uma preferência nacional, por ser amável e portador de um “caráter obsequioso e prestativo”, fruto da experiência escrava. No entanto, em virtude de sua própria sensualidade, seria incapaz de “renunciar aos ostracismos ou de concentrar esforços com fins imediatos”.<sup>262</sup> Numa outra passagem, ao comentar a pretensão do brasileiro em dizer-se também latino, nega ao mulato qualquer possibilidade de expansão. Para ele, “esses disparates” deveriam ser deixados apenas para os “mulatos pernósticos, que com seu nariz esborrachado, os beiços grossos e a cabeça cheia de maxixes e de intrigas, se acreditam, só pela coincidência de falar português, tão latinos quanto Anatole France”.<sup>263</sup> Pedro Moacir, no entanto, referiu-se a Patrocínio como o “nosso maior mulato”.<sup>264</sup>

Voltando à questão do enquadramento da memória em Patrocínio, embora haja concorrência entre as memórias construídas em momentos diferentes, existe uma permanência: a construção do herói abolicionista. Um traço que parece funcionar como uma licença poética na construção do grotesco. A desigualdade entre as diversas *faces*, exigiria uma que pudesse ser permanentemente exposta, disponível e suficientemente forte para identificar o herói diante da possibilidade do anti-herói.

Interessante para reforçar essa idealização é a repercussão de seu nome na França. Cláudio Monteiro, ao estudar as representações que se faziam naquele país sobre as relações da monarquia brasileira com a abolição, reproduz o debate provocado em 1890, quando da morte de Pedro II. O jornal *Le Rappel*, para contestar a idéia corrente de uma relação estreita entre a monarquia e o processo da abolição, utiliza-se de correspondência trocada com Patrocínio. Os conteúdos serão vistos e discutidos oportunamente, mas interessa para este propósito imediato a maneira como o jornalista brasileiro é tratado pela folha francesa,

C’Est lui qui a été le chef du mouvement anti-esclavagiste. A lui seul il a créé, au milieu de mille difficultés, au milieu de mille périls, ce courant d’opinion qui a abouti à l’émancipation de la race noire dans son pays. Il est bon que cela soit dire, car en Europe, et notamment en France, où l’on ignore l’histoire du Brésil, on attribue cet honneur à d’autres que non son pas dignes”.<sup>265</sup>

<sup>262</sup> **AMADO**, Gilberto. *Grão de Areia*. In: *Três Livros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p.292

<sup>263</sup> *Idem*, p.247. O artigo, de 1917, durante a 1ª Guerra, seria uma carta a um brasileiro, nordestino, que vive na Europa e se identifica com a França, advogando um sentimento de latinidade comum. Amado diz que o Brasil deve reconhecer-se como uma *República Mestiça* e não *Latina*. Mas, como visto, os mulatos não estariam bem integrados nessa república. Amado luta contra o bacharelismo, a teorização excessiva. Pede a substituição da filigrana jurídica pela objetividade política. Teríamos muitos homens públicos, mas poucos políticos de verdade (p. 242). Parece associar o mulato a um segmento desprovido de objetividade para levar esse projeto.

<sup>264</sup> *Cidade do Rio*, 12/05/1900. “*O Herói do Dia*”.

<sup>265</sup> *Le Rappel*, 07/12/1891. *Apud* **MONTEIRO**, Cláudio Antônio Santos. *France et Brésil: de l’empire à la republique (1850-1894)*. Tese de doutoramento apresentado à Université Robert Schuman. Strasbourg,

A imagem não se esgota nessa participação, Monteiro fala da existência, na imprensa francesa, de uma imagem de Patrocínio, não apenas como um “*agitador*”, mas como um dos proclamadores da República brasileira, cuja participação política não teria recebido a devida importância nos “estudos brasileiros”.<sup>266</sup>

As contradições revelam uma disputa pela memória de Patrocínio, que traduzem circunstâncias históricas, ou seja, os diversos enquadramentos políticos da memória de que falava Bourdieu. O exemplo francês é nítido, o trabalho de construção republicana colidia com a representação libertária de uma monarquia. No Brasil, a intenção de alguns intelectuais republicanos, nas primeiras décadas do século XX, de criar uma imagem do novo regime como uma continuidade, incluiu a representação da abolição como um estágio para a República. Associavam a República a um ideal libertário e procuravam exaltar o sucesso da mestiçagem. Com isso, Patrocínio, declarado algoz da maioria republicana, acaba indo para o altar. Duque Estrada é um exemplo; ao construir o que chama de Panteão Abolicionista, fala de um triângulo formado por Patrocínio, Nabuco e Rui Barbosa, destacando a figura do jornalista negro.<sup>267</sup> Outros exemplos estão presentes nas muitas das homenagens que lhes foram dedicadas após sua morte, registradas por seus biógrafos. De acordo com Ciro Cunha, Bilac escreveria em *A Notícia*, que a reunião dos escritos de Patrocínio contra a escravidão, seria a bíblia da vingança e da misericórdia e eterna glorificação do martírio.<sup>268</sup> Lopes Trovão, parceiro na aventura da revolta do Vintém, afirma a eternidade de Patrocínio apesar de todas as injúrias que sofreu. “Não te compreenderam”.<sup>269</sup> Sampaio Ferraz abre alas à passagem do féretro: “(...) ei-lo que passa, o novo Nazareno!”<sup>270</sup>. Orico, que deu à sua obra, de 1931, o título de “*O Tigre da Abolição*”, não por acaso, registra duas falas de Nabuco. Na primeira, em 23 de julho de 1906, num banquete, quando diz de sua obrigação de “mandar uma saudade a Patrocínio, àquele que foi a alma desse movimento - naquilo que ele teve de revolucionário, pois não há que nos iludir: a Abolição foi a Revolução”. O segundo, em 13 de outubro do mesmo ano, em Belo Horizonte, falando a estudantes:

---

2005, cópia. Original disponível na Biblioteca do Mestrado da USS.

“É ele que foi o chefe do movimento antiescravagista. Ele, só ele, criou, em meio a mil dificuldades, em meio a mil perigos, esta corrente de opinião que levou a emancipação da raça negra em seu país. É bom que seja dito, porque na Europa, e notadamente na França, onde se ignora a história do Brasil, atribui-se essa honra a outros que não são dignos”. Tradução livre.

<sup>266</sup> *Idem*, p.438

<sup>267</sup> **DUQUE ESTRADA**, Osório. *Abolição*. Brasília: Senado Federal, vol.39, 2005, p.208

<sup>268</sup> **CUNHA**, Ciro Vieira da. *No Tempo de Patrocínio*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1960, v.2, p.165

<sup>269</sup> *Idem*, p.167

<sup>270</sup> *Idem*, p.172

“O grande rio da Abolição desaguará na posteridade por duas grandes bocas, das quais uma – a democrática – será chamada José do Patrocínio, e a outra - a dinástica – princesa Isabel”.<sup>271</sup> Orico viu nisso a modéstia de Nabuco. Ignorou o momento da fala, Nabuco agora servia à República, com a qual mantivera relações ambivalentes. Agora estava consagrado, estabilizado, conduzido à embaixada brasileira nos Estados Unidos. Talvez guardasse ainda a noção de república como um sistema idealizado. Sua adesão ao novo regime fora marcada pelos valores tradicionais com os quais se armara na defesa da construção de uma nova nação, principalmente a necessidade da extinção do trabalho escravo e na inserção do liberto. O abolicionismo já era história, mas guardaria uma memória revolucionária, a revolução necessária, mas que não se fizera. Naquele momento, ele evocava essa memória, exaltando o “*fatum*” revolucionário.

Ambos, Orico e Ciro, citam Félix da Cunha, que também em 1906, escrevera no conservador *Jornal do Comércio*, um artigo “*Robles e Cogumelos*”, onde compara Patrocínio a uma árvore alta e frondosa, cuja grandeza só era perceptível quando de sua queda. Ele rompia a terra, numa “*redenção magnífica*”, para retomar seu lugar na história. Num arroubo do racismo científico de que é contemporâneo, afirma que ele seria “negro pela cor, mas ariano pelo espírito, esta contradição fundamental entre um fútil acidente da natureza transitória e a manifestação superior da eterna luz”. E prossegue falando da sinuosidade de sua emoção. Interessante, porém, é quando diz que “a história repete de longe em longe o estranho fenômeno de épocas intensas, precipitando-se na cabeça de um só indivíduo. José do Patrocínio representou exatamente isso”. Atribui-lhe a vingança da angústia milenar do negro.<sup>272</sup>

Estão dados os elementos da construção do herói, a eternidade no panteão avalizada pelas luzes da história. Ciro chega a comparar Patrocínio com a figura legendária de *El Cid*, ele também trouxera o povo à luta pela liberdade e agora poderia vestir sua armadura, para sepultar-se.

Silva Barreto, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, compara-o a Espártacus, o gladiador, na sua cruzada contra a escravidão. O herói, mesmo derrotado no campo de batalha, fizera germinar sua indignação. O escritor, inclusive, o indicaria como patrono de sua cadeira no referido Instituto.<sup>273</sup>

<sup>271</sup> **ORICO**, Osvaldo. *Op. Cit.*, p.275. Agradeço a inspiração de Ricardo Salles para a composição desse Nabuco já distante da abolição.

<sup>272</sup> *Idem. Op. Cit.*, p.275-6

<sup>273</sup> **BARRETO**, Silva. *Op. Cit.*, p.17

Coaracy, em suas memórias, denuncia a glorificação feita após a morte, da qual obviamente participa,

É sempre assim. Deixam que expirem um homem praticamente à mingua, com a lenta agonia de muitos meses amargurada pela maledicência, pela inveja, pelo ódio, pelo abandono, para no momento em que fecha os olhos, proclamar seu mérito, o seu valor, a sua glória. Porque não fará mais sombra a ninguém. <sup>274</sup>

Há, nas circunstâncias da perda, o objetivo de resgate do herói.

Já distante do episódio, após três décadas, Medeiros e Albuquerque, opositor de Patrocínio e de Prudente de Moraes, situação que lhe impusera pedir asilo no Chile, escreveria em suas memórias,

Patrocínio, que era precisamente um dos centros de agrupamento da rapaziada da época, sempre me causou grande nojo, mesmo físico. Aquele negrão gordo, com uma cara empapuçada de alcoólico, um modo de andar gíngado acanalhadamente, nunca me agradou (...) Foi um homem de grande talento, mas torpe e venal. <sup>275</sup>

Biografias de José do Patrocínio são escassas, a de Ciro e de Orico têm ambas a marca narrativa literária, apologética, enquanto a de Magalhães Júnior, de 1971, possui um perfil jornalístico, recheada de acontecimentos e referências, mas não escapa também de uma narrativa memorialista, embora mais crítica. <sup>276</sup> A de Orlando Guilhon, datada de 1974, faz parte de uma coleção, “*A vida dos grandes brasileiros*”, supervisionada por Afonso Arinos e Américo Lacombe, tomando o número 17. O próprio título da coleção divisa o conteúdo apologético da obra.

Em 2002, Paulo Coelho, também ao assumir a cadeira fundada por Patrocínio, na Academia Brasileira de Letras, inspirado no perfil de seu fundador, disse ser aquela a cadeira da utopia. Em 2004, Ruy Castro publicou um romance satírico, “*Bilac vê estrelas*”, onde os heróis Bilac e Patrocínio lutavam contra um grupo estrangeiro desejoso de roubar o segredo do balão de Patrocínio. A narrativa cômica envolve Isabel, seu marido e outras personagens do império. Atualmente, no Rio de Janeiro, o Instituto D. Isabel I, uma organização monarquista, com objetivo declarado de fazer, através da educação, “o resgate de nossa História e a valorização da Civilização Brasileira”, vem prestigiando um retorno a Patrocínio, marcado pelo ideário da chamada Abolição incompleta. Sua proposta, intitulada Neo-abolicionismo, se define como sendo o

<sup>274</sup> COARACY, Vivaldo. *Op. Cit.*, p.251

<sup>275</sup> CUNHA, Ciro Vieira da. *Op. Cit.*, p. 172

<sup>276</sup> Orico, quando de sua oração durante o traslado do corpo do casal, fez menção de desagrado ao título da biografia de Patrocínio, escrita por Magalhães Jr. Diz que o vocábulo turbulento era pejorativo. Patrocínio era um “turbilhão” e não um “turbulento”. Cf ORICO, Osvaldo. *Op. Cit.*, p. 302

“resgate histórico do abolicionismo (...) e sua retomada”. É a memória lançada para o futuro.<sup>277</sup>

Eu mesmo já tive oportunidade de participar de um seminário daquela Organização, proferindo uma palestra, cujo título recebi pronto: “*José do Patrocínio, o apóstolo da abolição*”. Também em maio de 2008, por ocasião do aniversário da Abolição, o Instituto, junto com a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, dedicou ao jornalista negro o título *pos-mortem* de Cidadão Benemérito do Rio de Janeiro.

Atuais ou coevos aos fatos, grande número dos discursos denuncia uma trajetória pessoal conturbada, no limite entre o heroísmo e o anti-heroísmo, trajetória que – a rigor - não difere muito daquela dos próprios denunciantes, afinal são homens de um mesmo tempo. “Muito jornalista fez o mesmo antes dele; muitos continuam a fazê-lo depois. Com menos talento e brilho”, concluiria Coaracy.<sup>278</sup> Nesse equilíbrio instável entre a fama e o esquecimento, Lúcio de Mendonça sintetiza: “Se a própria história se recusar a glorificá-lo (e não se recusará, por certo) dava-lhe uma rasteira, punha-le rabos de papel, assobiava-lhe, apupava-o, chamava-lhe nomes: Carcaça! Caixa d’óculos! Bisbilhoteiro! Intrujão! Engrossadora!”<sup>279</sup>

Por trás há um cenário conturbado por grandes questionamentos políticos, envolvendo a própria imprensa, onde a maioria milita. Ela é um ator político se aventurando como empresa, sob novas roupagens liberais, mas ainda guardando permanências do império. E, a meu juízo, a emergência desse novo discurso liberal, que passava pela imprensa empresa e pela mercadorização da notícia, exigia negar toda ação reconhecível como pertencendo à tradição do mecenato e do oficialismo.<sup>280</sup> Era preciso criar uma clientela para os valores liberais, encarnados na nova imprensa.<sup>281</sup>

<sup>277</sup> *Apud.* Instituto D. Isabel I, [www.idisabel.org.br](http://www.idisabel.org.br). Consultado em maio de 2008. A explicação para o termo neo-abolicionismo mistura referências diversas, constituindo um repertório de cunho monarquista, ilustrado, evocando as tradições do império e encimado pelo movimento abolicionista. Fala do resgate da memória dos abolicionistas monarquistas; da própria monarquia, cuja memória teria sido enquadrada negativamente pela República Velha e, obviamente, sobre um projeto futuro que, à semelhança daquele dos oitocentos, seria civilizacional. “O III Reinado que não veio e o exílio de D. Isabel voltarão como uma das mais poderosas seivas histórico-culturais do Brasil do século XXI (...) Afinal, num BRASIL cada vez mais assolado pela ausência de lideranças políticas comprometidas com as causas populares genuínas e ancestrais, cabe-nos indicar a exemplaridade nabuquiana, rebouciana e taunaysiana a todo momento. Cabe-nos rememorá-los, bem como em nada contrapor-se e até endossar o culto cívico-religioso de D. Isabel”.

<sup>278</sup> COARACY, Vivaldo. *Op. Cit.*, p.232

<sup>279</sup> *Gazeta de Notícias*, 13/09/1896. *Caricaturas Instantâneas (IV): Guaiamu*

<sup>280</sup> Evaristo de Moraes relativiza as acusações contumazes sobre os benefícios das chamadas *verbas secretas* para a *Cidade do Rio*; afirma que àquela época, os auxílios eram poucos, discretos, ainda não havia o que depois viria a se constituir na “escandalosa comanditação do Tesouro nas empresas jornalísticas”. Cf MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Brasília: UnB, p.292

<sup>281</sup> O entorno político do surgimento dessa imprensa pode ser visto em SODRÉ, Néelson Werneck. *Op. Cit.* p.275; RUBEM, Iram. *O Corr. da Man*, p.33 - 35.



Construía-se uma memória nacional, articulada à outra, republicana, sendo esta tomada como uma aspiração natural do povo brasileiro, fluindo como uma continuidade desde as primeiras manifestações do republicanismo, ainda no século XVIII. Patrocínio, embora participasse desse ideário, inclusive utilizando-o em seu repertório republicanista, não encontrou guarida. Ao contrário, criou-se para ele um espaço de exclusão, marcado por identidades antagônicas. Para os republicanos da primeira hora, um monarquista-isabelista, comprometido eternamente com um terceiro reinado; para os jacobinos, um sebastianista; e, finalmente, um vilão grotesco, para a imprensa empresa que se assumia cirúrgica, lógica e asséptica. Mas, apesar de tudo, um herói, que

ficou como exemplo vivo dentro do coração dos brasileiros (...) que o tomam a cada momento como exemplo de persistência, paciência e ideal. Dentro de cada um está acesa a chama do ideal (...) que Patrocínio ousou levantar (...) <sup>282</sup>

(...)a dívida continua em aberto. Para os homens que tenha nas veias qualquer mescla do generoso sangue negro e mesmo para os que não a tenham. Porque o Brasil teve nele um dos momentos mais fulgurantes de sua inteligência e de sua nobre coragem de lutar pelo ideal da liberdade. <sup>283</sup>

Para o herói que se construía, faltava somente a imortalização no bronze, conforme era proposta do próprio Congresso Nacional e Bilac cobrava na imprensa. <sup>284</sup> Numa cerimônia solene, seu corpo e de sua esposa foram trasladados para Campos, que os guardaria em monumento. Osvaldo Orico diria na ocasião, “é essa urna que comporta o eco da voz mais vibrante e viva no combate às grilhetas do Brasil escravo, que se despede de nós em sua última viagem para o panteão da cidade natal”. <sup>285</sup>

Institucionalizava-se o herói da liberdade, *comme il faut*.

Lúcio de Mendonça, no Guaiamu, para ilustrar o comportamento salvacionista de Patrocínio, recordou uma frase que Danton teria dito a Marat, quando este o acusou de se haver prostituído: “Sim, sou uma barregã, vendo meu ventre, mas salvei o mundo!” <sup>286</sup>

## 2. 4 – A palavra contagiante

Uma questão é sempre trazida à discussão, quando se fala de Patrocínio, seria ele de fato um revolucionário? O próprio abolicionismo seria revolucionário? Sérgio Buarque chamou-o “nossa revolução”, “(...) não é um fato que se registrasse em um

<sup>282</sup> GUILHON, Orlando J.F. *Op. Cit*, p.146

<sup>283</sup> MAGALHÃES JR, Raimundo. *Op. Cit.*, p.412

<sup>284</sup> KOSMOS, fevereiro de 1905. “*Crônica*”

<sup>285</sup> ORICO, Osvaldo. *Op. Cit*, p.240

<sup>286</sup> *Gazeta de Notícias*, 13/09/1896. *Caricaturas Instantâneas (IV): Guaiamu*

instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando, pelo menos há três quartos de século”.<sup>287</sup> Para ele, seria o marco inicial da destruição do arcaísmo a partir de uma urbanização modernizadora. Ricardo Salles faz uma discussão alentada, contrapondo opiniões e concluindo que o abolicionismo seria um rasgo democratizante radical, mais social do que político.<sup>288</sup> Cláudia Santos lança luz sobre a questão ao mostrar a existência de uma historiografia crítica sobre a ação efetiva dos abolicionistas, principalmente construída com uma visão totalizante sobre as diversas práticas, “amalgamando as diversas correntes”. A corrente acabou por criar a idéia de um “abolicionismo pelego”, “conciliador”, “comprometido” e “racista”, desqualificando seu conteúdo revolucionário.<sup>289</sup> A autora coloca em oposição reforma-revolução, com o propósito explícito de desmontar a apreensão do termo revolucionário por uma determinada historiografia. Em outro artigo, a mesma autora mostra a importância do projeto abolicionista, de que Patrocínio fazia parte, como impactante do modelo econômico da grande propriedade exportadora e importante projeto social, contrariando essa historiografia.<sup>290</sup>

Na verdade, a discussão é ociosa, fruto de uma herança historiográfica surgida do marxismo, quando, numa visão determinista, tética, se questionava o caráter revolucionário de determinadas práticas ou de seus atores. O processo revolucionário seria a única possibilidade viável de transformação. E gostaria de deixar claro que a utilização do conceito de reformismo neste trabalho não foi com o propósito de contrapô-lo ao de revolucionário, como um par antagônico. É necessário remeter-se a questão ao contexto em que os fatos se deram. Nabuco, por exemplo, comparou Patrocínio a um misto de Spartaco e Camille Desmoulins; ele seria a “própria revolução”.<sup>291</sup>

Conforme Osvaldo Orico, Nabuco seria o “intelecto que seduz e une as inteligências e Patrocínio [estaria] no comando das hostes populares, dando-lhes vibração e tonalidade, diretrizes e imagens, ritmo e espanto”.<sup>292</sup> Haveria uma oposição

<sup>287</sup> **HOLANDA**, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (15ª ed.) Rio de Janeiro: José Olympio, 1982, p.126

<sup>288</sup> **SALLES**, Ricardo. *Nostalgia Imperial, a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 p.187. As discussões se fazem da página 177 a 193

<sup>289</sup> **SANTOS**, Cláudia Regina Andrade dos. Proj. Soc. Abol.. In: **REIS FILHO**, Daniel Aarão (org). *Intelectuais, História e Política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 letras, s/d, p.59.

<sup>290</sup> Idem. *Abol. Vis. Lib.*, pp. 324-330

<sup>291</sup> **NABUCO**, Joaquim. *Min. Form.*, p.153

<sup>292</sup> **ORICO**, Osvaldo. *Op.Cit.*,p.95

entre a virulência de sua pena e a oratória ática de Nabuco.<sup>293</sup> Nabuco pensaria, Patrocínio agiria.

Ainda é Orico a afirmar: Patrocínio “é desde a primeira hora um radical sem concessões”<sup>294</sup>.

Na verdade, leituras pessoais à parte, ambos os abolicionistas são ambientados no balizamento da sua geração e têm uma concepção de mudanças que esbarrava nos limites da quebra da ordem.

São exemplos, entre muitos, a própria escolha de um pseudônimo – Proudhomme – baseado num socialista resistente ao emprego da violência revolucionária. Márcia Amantino fez uma análise comparativa entre a atuação dele e a de um contemporâneo, também campista, o magistrado e jornalista Carlos de Lacerda, que aderira explicitamente à radicalização dos incêndios e das fugas em massa. O estudo é bastante ilustrativo da postura de Patrocínio.<sup>295</sup> Outra análise comparativa, muito interessante, agora em relação ao jornalista Serpa Jr, foi realizada por um coevo, Adelino Magalhães, também membro da Confederação Abolicionista, como Patrocínio e Serpa Jr. O autor exalta os aspectos heterodoxos na atuação de Serpa Jr.

Ele foi maior do que Patrocínio, (...) foi mais povo do que Patrocínio (...). Patrocínio teve o jornal, alguma coisa cheirando a letras e a gabinete. Serpa Jr. teve a rua, onde o cheiro era de suor e da ignorância generosa do povo. Um dia, com uma bomba na mão erguida ele (...) ordena [à autoridade policial] que retirasse à força da praça, sob pena de uma hecatombe (...)

E conclui, dizendo que enquanto nas redações e no parlamento, “alguns choravam a sorte dos escravos (... )Serpa Jr. não chorava a morte de ninguém, porque para ele o que havia era um desaforo, que se deveria escorraçar a cacete, à bala, à metralha...à custa do que fosse, enfim!”<sup>296</sup>

Embora objeto de discussões atuais, essa questão do limites das ações já era tratada à época. A atuação dos abolicionistas da Corte era considerada radical, sendo acusados de subversivos, comunistas, petroleiros, incendiários.<sup>297</sup> Maria Helena

<sup>293</sup> CUNHA, Ciro Vieira da. *Op. Cit.* p.77

<sup>294</sup> ORICO, Osvaldo. *Op.Cit.* p.74

<sup>295</sup> AMANTINO, Márcia. Os diferentes lados de uma mesma moeda: o abolicionismo de Patrocínio e de Lacerda. In: Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, vol.3, jan - jun 1999, pp 19-35. Disponível em <http://www.coc.fiocruz.br/observatoriohistoria/verbetes/socfarbr.pdf>.

<sup>296</sup> *Treze de Maio*, número especial de 13 de maio de 1915, dedicado aos “campeões da abolição”. Serpa Jr. tinha uma limitação física, caíra de um cavalo, numa dessas missões, e fraturara uma perna. O jornal foi editado pelos remanescentes da Confederação Abolicionista, para comemorar os feitos da organização.

<sup>297</sup> O termo *petroleiro* é comum nas matérias jornalísticas da época, principalmente em referência a Patrocínio. É sinônimo de carbonário, terrorista, comunista. No *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antônio Morais da Silva, edição de 1945, o termo é referido como “gente que nunca foi à missa; que mata os padres e rouba os banqueiros. Revolucionário que procura escândalos com seu inconformismo”

Machado cita intervenções de Nabuco e Rebouças defendendo-se da acusação de comunistas. Para o primeiro, os abolicionistas não poderiam ser chamados comunistas, porque “defendiam o princípio da inviolabilidade humana”; para Rebouças, os socialistas erravam ao se dirigirem às vítimas, ao invés de aos algozes.<sup>298</sup>

Pareciam perceber a questão como sendo política e como tal deveria ser solucionada.

Patrocínio, apesar de uma proposta disruptiva, observava os limites da violência. Para ele, “o caminho único para chegar à liberdade é o respeito ao direito de todos, a subordinação à lei”.<sup>299</sup> Em 1884, proclama em Paris, “os abolicionistas jamais saíram da legalidade. Eles não esperavam mais do que ver o governo do país se manter, fazendo respeitar as leis, que depois de trinta anos, aboliram a escravidão entre nós”.<sup>300</sup>

Graham faz uma leitura inclusiva que vê no projeto abolicionista um *ideal revolucionário*, porque, muito mais do que uma emancipação do trabalhador, propunha a reforma do sistema de trabalho e do próprio poder dos proprietários.<sup>301</sup>

A idéia é defendida por Cláudia Santos, com argumentação muito lógica, ao dizer que não se tratava de um negócio de brancos ou uma simples disputa entre elites, já que contemplava a quebra do monopólio e o acesso de negros e de mestiços à propriedade.<sup>302</sup>

Em grande número de intervenções de Patrocínio observa-se uma ambigüidade entre a proposta de ações comedidas e disruptivas. Existe sempre a estratégia de uma ameaça revolucionária permeando seus discursos.

Outra questão a enfrentar numa biografia de Patrocínio, também observando o risco do anacronismo, é a discussão sobre sua atuação como uma liderança negra. A par das inevitáveis estratégias discursivas, ele se identificava com os negros e falava em nome deles. Saudando Nabuco, que chegava vitorioso de Pernambuco, em meio à manifestação da massa, ele gritou da sacada da *Gazeta da Tarde* “Joaquim Nabuco! O representante de um milhão e meio de escravos ajoelha-se neste momento aos pés do redentor da sua raça!”<sup>303</sup>

<sup>298</sup> MACHADO, Maria Helena. *Op.Cit.* p.164-165

<sup>299</sup> *Cidade do Rio*, 16 de julho de 1889

<sup>300</sup> Treze de Maio, número especial de 13 de maio de 1915, dedicado aos “campeões da abolição”. O artigo “*L’Affranchissement des Eclaves de la Province du Ceara, au Bresil*”, é a transcrição de um discurso feito por Patrocínio em Paris, num banquete organizado por Victor Hugo, cujo mote seria a emancipação no Ceará.

<sup>301</sup> GRAHAM, Richard. *Op.Cit.*, p.161-167. *Apud* SANTOS, Cláudia Andrade dos. *Proj. Soc.Abol.* In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Op.Cit.*, p.57

<sup>302</sup> SANTOS, Cláudia Andrade dos. *Proj. Soc.Abol.* p.67

<sup>303</sup> DUQUE ESTRADA, Osório. *Op. Cit.*, p.124.

Mais do que uma liderança negra, Patrocínio parecia reconhecer-se como um negro na liderança, numa época em que a superioridade branca tradicional começava a receber o aval da ciência e a racialização invadia o discurso científico. Em 1896, Eduardo Prado publica um artigo sobre o dever dos negros de agradecer a tolerância racial vivida Império. Na resposta de Patrocínio a cor negra é colocada como um elemento de resistência contra o uma visão branca estreita: “tenho por mais de uma vez declarado que não me ofendem alusões à minha cor. Considero-a mesmo uma arma contra os que se presumem brancos ou de fato o são (...)”. Uma leitura mais atenta do texto, porém, sugere estar Patrocínio falando de si, do “negro Patrocínio” como um paradigma: “**Posso** confundir-lhes a tola vaidade e a fofa presunção com que se julgam os únicos amesquinhaados com a luz do espírito e o perfume do coração, a inteligência e o afeto<sup>304</sup>”. (Grifo meu)

Ainda em 1896, o jornal monarquista *Liberdades*, em resposta a uma crítica de Patrocínio ao gabinete Ouro Preto, feita àquela mesma época, relacionava a intolerância do jornalista com o fato de o gabinete não ter apoiado “certa candidatura fusca”. A resposta, imediata, falava de sua indisposição com os liberais que tramavam a saída de João Alfredo, “Patrocínio fusco como é, ou mesmo branco como os filhotes da situação liberal, não poderia ser candidato do gabinete (...)”. Para ele, os fuscos já estavam representados por fidalgos mestiços, criados pela monarquia para mostrar-se piedosa. Na continuidade, fala de si como uma individualidade acima dos interesses pessoais e alerta,

o *Liberdades* deve estar certo de que não me ofendem injúrias que não passam da pele. Sei que sou negro desde quando tive a noção de cor (...) Devo porém lembrar aos estadistas do *Liberdades* que é de má política levantar questões de raça quando um dos desideratos de sua propaganda é convencer o negro de que ele deve amar a monarquia, porque foi ela quem o redimiu.

Usando o exemplo de Rebouças, aconselha-os a não cometer mais “indiscrições anti-políticas como essa de selecionar homens pela cor”.<sup>305</sup>

Em 1898, o jornal paulista *A Nação*, resolveu desagrar Francisco Glicério, das acusações feitas por Patrocínio de conivência no atentado contra Prudente de Moraes e de irregularidades no aval fornecido para a construção de navios na Europa. Na primeira parte, o artigo acusa Patrocínio de ser um especulador contumaz, afinal “se está para descobrir com que o Sr. Patrocínio não especula”. Mas na conclusão, é racista, ao acusar

<sup>304</sup> *Cidade do Rio*, 17/01/1896. “Eduardo Prado. A matéria é uma resposta a um artigo de Eduardo Prado, que criticando os comentários que Patrocínio fizera ao manifesto do Centro Republicano, dissera que os negros deviam agradecer ao Império a tolerância racial.

<sup>305</sup> *Cidade do Rio*, 25/05/1896. “*Candidaturas Fuscas*”

os “artigos campanudos” de Patrocínio de serem produto de um “preto pernóstico” e convidando-o a “deixar a pena e pegar na enxada, que assim seria mais útil”. A resposta, na *Cidade do Rio*, vem assinada por Pax Vobis, na coluna *Pombos Correios*. De início, procura desqualificar o jornalista de São Paulo, mas ao tratar da questão racial, é pitoresco e mais preconceituoso, porque procura devolver no mesmo jargão racista. O “cabelo de pimenta do reino” de Glicério não seria uma conseqüência de “ter o cabelo cortado por um barbeiro preto”, ele “coça a orelha com o pé”. Pergunta se ele pensa que dentro dos seus filhos, “a negra velha de Angola não cachimba melancolicamente saudades da África, vitimada pelos preconceitos (...)”.<sup>306</sup>

Em suas falas, Patrocínio é mimético e adota a cor da necessidade. Pode ser negro, mulato ou cor “de tijolo queimado”.<sup>307</sup> Da mesma forma, pode dizer-se filho da quitandeira escrava e do padre senhor, que consegue tornar-se famoso, ou declarar-se um produto de si mesmo. Também pode ser didático, como nas duas últimas intervenções. Escreve, usando ironicamente uma agressão feita por Martinho de Campos, após a abolição: “não podem os Rangéis e Quintinos negar que eu sou um negro de talento (...) já no dia imediato da abolição (...) eu era já o último negro que se vendera”.<sup>308</sup>

Em 1901, Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*, chamou-o de “negro de ganho”. Respondeu, “sim, sou negro de ganho. Trabalho desde menino, fiz-me à custa de minha perseverança, porque antes de tudo quis honrar os negros de que tenho orgulho de descender”.<sup>309</sup>

Como alguns outros negros, ascendera socialmente pelas relações de clientelismo, articulações de interdependência que mascaravam as tensões raciais.<sup>310</sup> A concepção de uma hierarquia social naturalizada, vivida no Império, também impregnara sua visão de mundo e, talvez por isso, possuísse uma visão distanciada do negro não instruído. Fala de um *outro* que, apesar de inegavelmente *parecido*, se apressa em diferenciar pela intelectualidade. Essa sensação de desigualdade e de uma

<sup>306</sup> Idem, 26/01/1898. “*Pombos correios*”. O articulista é o próprio Patrocínio.

<sup>307</sup> *Gazeta da Tarde*, 27/06/1881. “*Semana Política*”. Patrocínio escreve à Lavoura e faz considerações sobre uma suposta intolerância dela em relação à figura dele. “*Eu sei que V.Ex<sup>a</sup> não pode me ver nem pintado (...) antipatiza com minha cor de mestiço, de tijolo queimado (...)*”

<sup>308</sup> *Cidade do Rio*, 04/01/1889. “*À ponta de pena*”. Patrocínio defende-se de matéria publicada no jornal republicano *Província de São Paulo*, onde é acusado de ter-se vendido ao Gabinete de 10 de março. Acusa Rangel Pestana e Quintino Bocaiúva de estarem por trás do artigo.

<sup>309</sup> Idem, 15/07/1901

<sup>310</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1998, p.12-13

tutela pela intelectualidade aparece também no discurso dos libertos, como o do representante da Sociedade Particular de Danças Paraíso dos Cozinheiros,

(...) É bem por isso, senhores, que esta sociedade, composta de **homens, cujo talento, se bem fraco, indica um amor sincero** (...) Saudemos pois José do Patrocínio, o homem que luta pelo progresso de sua pátria merece palmas de coevos e aclamações de posteridade.(...) <sup>311</sup>  
(Grifo meu)

Sua intervenção foi sensível quando o ministro da Justiça, de comum acordo com os abolicionistas, apresentou ao Imperador um projeto anistiando os ex-escravos apenados em decorrência da lei de 10 de junho de 1835. O diploma legal instituiu penas especialmente duras para escravos que agissem contra a integridade de seus proprietários, os familiares destes e a capatazia. Rui Barbosa, seguindo uma tradição processualística, numa série de artigos pelo *Diário de Notícias*, chamados de *Clemência Imperial*, insurgiu-se contra a medida, aproveitando-se do momento político, para combater o Presidente do Conselho, João Alfredo. Falava no risco de perda de credibilidade na Justiça como instituição.

Patrocínio percebendo não apenas o formalismo jurídico de Rui, mas sua intenção de destruir João Alfredo, a quem já vinha acusando de prevaricação em razão do caso Loyo, partiu para o ataque. Num artigo, *Ódio Togado*, tratou a questão inicialmente no nível jurídico. Constitucionalmente, um “júri para escravos” seria uma excrescência. Para ele, as circunstâncias da escravidão haviam levado os escravos ao delito, “em todos os códigos, se distinguem os criminosos forçados dos voluntários”. A partir daí, entorna o fel, a palavra de Rui só seria justificável em virtude de sua “doença mental”, seus artigos eram próprios de um inquisidor e um torturador. <sup>312</sup> A polêmica permaneceria, com trocas de acusações, mas o importante é salientar a disposição e as estratégias de Patrocínio para enfrentar tudo o que identificasse como resistência à liberdade dos negros.

Quando Rui Barbosa acusa formalmente a Guarda Negra de ser uma horda de capoeiras, Patrocínio num editorial, *Homens de Cor*, pede tolerância em relação à “raça negra”, porque “[ela] não teve ainda o quinhão da educação”. E, por isso, era fácil

desnaturar-lhe os nobres empreendimentos (...) e fazer dela instrumentos de todas as especulações políticas (...) a maioria fica à mercê das conspirações dos interesses de indivíduos que se dizem amigos dos negros (...) Reconheço aos homens de cor o direito de pensar como lhes aprouver politicamente(...) não reconheço é o direito que certas influências, que dirigem a Guarda Negra, se arrogam de sacrificar o futuro de uma raça aos seus interesses individuais(...)

<sup>313</sup>

<sup>311</sup> *Cidade do Rio*, 09/07/1888. “*Ao Nosso Chefe*”. Discurso de Anacleto Alves de Freitas.

<sup>312</sup> *Idem*, 29/04/1889

Conclama os negros numa cruzada contra ações capazes de criar ódio racial: “É necessário em nome de nossa pátria e do próprio futuro de **nossos filhos** que terão que pagar o ódio da raça (...)” (Grifo meu). Faz um apelo: “Homens de cor, apelo para aqueles a quem dei minha dedicação, toda a minha mocidade e todo o meu coração”. Os filhos são nossos, mas “eles” são os “outros”, que dependerão de uma ação tutelar emancipadora e socializante a partir dos homens de cor instruídos:

É necessário que todos os homens de cor mais instruídos se consagrem à propaganda humanitária de esclarecer a seus irmãos, a quem o cativo roubou a noção de vida social (...) Urge convencer aos nossos desditosos irmãos que eles vão ser (...) condenados a um cativo ainda pior do que o de ontem, o ódio público (...) Homens de cor, unamo-nos todos para provar que os filhos do cativo só sabem amar a liberdade

A finalidade da Guarda Negra seria “aprimorar o coração da raça redimida, colocando-a acima das paixões políticas (...)”<sup>314</sup>

Patrocínio parecia assumir-se um novo Kipling, numa versão alternativa, a do *fardo do homem de cor*.<sup>315</sup>

Ao final de 1889, a *Cidade do Rio*, em franca oposição ao gabinete Ouro Preto, utiliza-se da acusação de racismo para agravá-lo. Acontecera em Pernambuco o caso de um jovem negro - o jóquei Crispim - que raptara a namorada branca. Embora fosse um rapto consensual, o pai da moça, português, não aceitou o casamento, apelou para suas relações e o rapaz foi recrutado pelo Exército, sendo enviado para Fernando de Noronha. O episódio gerou a explosão dos ódios etnocêntricos latentes, portugueses foram espancados e a coisa saiu do controle. O jornal de Patrocínio denuncia o fato como racismo, mas responsabiliza as estruturas do império, formadas na cultura da escravidão. Diz ser a farda a “penitência portátil”; para os “homens de cor” estão reservados os “lugares degradados”;

o homem de cor precisa saber que trabalha para enriquecer algumas famílias, de que o império recruta os ministros, senadores, deputados, os grandes; e que o soldado é para guardar a fortuna deles e a pátria deles.<sup>316</sup>

Quando parece sacudir o negro para a consciência de sua realidade, o artigo retoma a lógica corrente: “A questão do Recife **não deve, pois, ser convertida em questão de raça, mas em questão de instituições** (...)”.<sup>317</sup> (Grifo meu)

<sup>313</sup> *Cidade do Rio*, 15/07/1889. As citações até o item 201 pertencem a esta matéria. A questão da resistência negra e da Guarda Negra serão analisados especificamente no sub-capítulo 4.7

<sup>314</sup> *Idem*, 20/07/1889

<sup>315</sup> *The white man burden* é um poema de forte inspiração imperialista, escrito em 1889, pelo inglês Rudyard Kipling. Fala da missão indelegável do homem branco ocidental de civilizar o mundo bárbaro.

<sup>316</sup> *Cidade do Rio*, 20/09/1889

<sup>317</sup> *Idem*.



Volta a culpar o império por opor nobres e plebeus, brancos e negros e conclui de forma pedagógica, “homens de cor não devem fazer questão nem de raça nem de nacionalidade, mas de instituições”.<sup>318</sup>

Mais uma vez, percebe-se uma preocupação política, compatível com a noção de poder existente à época, marcado pelas relações centralizadas nas instituições. A questão estrutural subsumia quaisquer outras demandas e sua solução dependeria da reforma das estruturas.

Em se tratando da questão racial, importante em Patrocínio era sua compreensão da questão social, da desigualdade que seria superável pela inclusão. Nabuco, mesmo declarando a escravidão como gênese de todos os problemas da nação brasileira, admite, por vezes, outras razões ligadas ao caráter do povo.<sup>319</sup> Outro exemplo com o qual se pode confrontar é o de Pardal Mallet, abolicionista republicano, colaborador na *Cidade do Rio*, que ao opinar sobre o risco da importação de *chins*, declarou-a como uma antítese entre a “colaboração civilizatória ariana e a letargia das múmias, a vitalidade contra a estabilidade dos minerais”<sup>320</sup>.

Também a Sociedade Central de Imigração, da qual faziam parte Taunay e Rebouças, falava da necessidade de emigração européia, menos como força de trabalho do que como força civilizatória. Os chineses seriam uma raça depravada.<sup>321</sup>

Ao contrário, em Patrocínio, a visão de inferioridade é intelectual e histórica.

A questão da cor assume aspectos pitorescos. É uma fantasia de tons e indefinições. Para um contemporâneo campista, a mãe de Patrocínio,

não era negra retinta, era preto-avermelhada, cor de lombo assado, como se diz aqui. Patrocínio não era negro, nem, tampouco, mulato. Era um tipo aperfeiçoado de cafuzo, tinha a pele cor de charuto colorado maduro, de Havana..<sup>322</sup>

Voltando às estratégias de Patrocínio relacionadas à cor, em seus discursos encontram-se outros elementos recorrentes, o denunciamento, a indignação e a exploração do medo. A ameaça de ações de revanchismo por parte dos negros, por exemplo, serve

<sup>318</sup> *Idem*. Conforme Hebe Mattos, ao tratar do contexto imperial, “a progressiva aceitação do conceito de raça e das teorias de superioridade e inferioridades raciais no pensamento social brasileiro dificultariam especialmente que homens como André Rebouças e José do Patrocínio pudessem encarar de frente a questão da discriminação racial”. Cf. **MATTOS**, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p.60

<sup>319</sup> **SALLES**, Ricardo. *Op. Cit.*, p.267

<sup>320</sup> *Cidade do Rio*, 08 /03/ 1889

<sup>321</sup> **LIMA**, Silvio Cezar de Souza. Os Filhos do Império Celeste: a imigração chinesa e sua incorporação à nacionalidade brasileira..In: Biblioteca Nacional. Rede de Memória Virtual Brasileira. <http://catalogos.bn.br/redememoria/chineses.html>

<sup>322</sup> Múcio da Paixão, escritor campista, contemporâneo de Patrocínio. Citado por **MORAIS**, Evaristo de Moraes. *Op.Cit.*,p.303.

como um instrumento de pressão sobre as consciências, cuja intensidade variará na dependência das necessidades. Parece ter percebido com clareza o caráter mais potencial do que concreto dela.<sup>323</sup> E soube usá-la retoricamente, auxiliando a estratégia da Confederação Abolicionista de incentivar fugas isoladas e algumas resistências. Além dos resultados imediatos, servia para manter acesa a chama potencial. Tudo gerava ganhos e emulação. A Confederação agia dentro e fora dos limites da lei, mas de forma tutelar sobre os escravos, limitando as ações.<sup>324</sup> Ela era a tropa de choque, o braço armado, mas -conforme eles - de “ramalhetes de flores naturais”.

São esclarecedores alguns exemplos. Nas fases iniciais da campanha, quando ainda o movimento se ressentia de um apoio explícito da Coroa, ele ameaçava incentivar “os infelizes escravizados a procurarem reconquistar a sua liberdade por todos os meios”.<sup>325</sup> Mais tarde, já num contexto mais favorável, garantia que os escravos não “(...) irão recorrer ao crime, quando legal e pacificamente se buscam os meios de extinguir seu cativeiro (...)”.<sup>326</sup> Em outra ocasião, regozijando a abolição próxima, iguala senhores e escravos numa cruzada cidadã, “fazendeiros pródigos (...) que precedem a lei para afirmar que nunca em nossa pátria o interesse se colocará diante da justiça, a rebeldia diante da razão”. A eles

correspondem os libertos, que tendo parecido acumular o ódio de três séculos, demonstram que nunca souberam senão sofrer resignados, que não viram no seu martírio um crime de opressores, mas uma tremenda e inexplicável fatalidade. Os libertos que devendo ter aprendido na escravidão a anarquia, provam, ao contrário, que lá mesmo conservaram intactos o patriotismo e o amor à ordem e saem do cativeiro para cooperar na obra do bem estar geral (...) Em vez de guerra fratricida, paz patriarcal (...) aumento de riqueza e progresso (...)<sup>327</sup>

O conteúdo discursivo é rico, estende aos negros sua ideologia legalista: os escravos-cidadãos patriotas e amantes da ordem.

Humberto Machado faz uma leitura de Patrocínio acentuadamente centrada no seu “*sentimentalismo*”, acusando-o de escamotear um caráter contemporizador. A

<sup>323</sup> **NOGUEIRA**, Marco Aurélio. O Abolicionismo pragmático de Joaquim Nabuco. In: Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 116:7, 1966, p.28

<sup>324</sup> Na Confederação estavam intelectuais, jornalistas, empresários. Seu presidente era João Clapp, empresário do ramo financeiro e do comércio de louças. Além de *meetings* abolicionistas e da publicação de matérias de propaganda na imprensa, a organização influenciava politicamente, indicando e apoiando políticos. Paralelamente, possuía também um braço, que poderíamos chamar de operacional, ou seja, agia diretamente, facilitando fugas, comprando alforrias e também as falsificando. Após a abolição no Ceará, usava do expediente de encaminhar escravos para lá, através de arranjos sigilosos. Algumas dessas atividades estão descritas em **DUQUE ESTRADA**, Osório. *Abolição*. Brasília: Senado Federal, vol.39, 2005, pp. 85-95

<sup>325</sup> *Gazeta da Tarde*, 30/07/1887.

<sup>326</sup> *Cidade do Rio*, 13/12/1887

<sup>327</sup> *Idem*, abril de 1888.

impressão é de inatismo, de uma psicologização.<sup>328</sup> Para justificar, cita a visão dadivosa das manumissões, as festividades e a tolerância. Esses juízos devem ser repensados. Primeiro, não é uma particularidade de Patrocínio, representa a expressão de uma cultura intelectual centrada em valores morais idealizados; depois, Patrocínio não é homem de parlamento, ao contrário, trabalha para formar opinião; e o apelo ao sentimento é um recurso propagandístico espontâneo. Conforme diversos exemplos mostrados, no seu discurso caudaloso, prolixo e, por vezes, enviesado, as ambigüidades estão mais relacionadas às circunstâncias do que aos sentimentos.

É interessante uma matéria publicada em 1899, a propósito de um expediente do Chefe do Estado-Maior da Armada, sobre a equipagem a ser colocada na galeota disponibilizada para o desembarque do Presidente da República Argentina, em visita ao Brasil. Deveriam ser escolhidas 60 praças fortes, de cor branca ou cabocla. Patrocínio se insurge contra a medida, ela lhe causara espanto,

um afronto à Nação brasileira, que até então se distinguira pela sua despreocupação de raças, limitando-se a só fazer distinção de merecimento (...) É uma provocação essa revivescência do preconceito, que faz acreditar que a República não é senão um fruto venenoso do escravismo e contra ela se deve levantar todo o homem de brio, que não se envergonha de descender da raça sofredora e que, desde o primeiro cruzamento demonstra que é capaz de assimilar todas as facilidades que se atribuem às raças privilegiadas (...)<sup>329</sup>

Após fazer considerações especificamente sobre a importância dos mulatos na história brasileira, volta à questão do preconceito:

(...) Procurou-se desde o início da vida nacional combater o preconceito de cor (...) dando posições aos mestiços de real merecimento e já adiantando a emancipação dos que tinham sangue cruzado. A escravidão, apesar de todo o seu horror, distinguia a cria da casa, tratando-a com uma consideração, que não era partilha comum dos desgraçados que ela explorava (...)

Compara-se com Luiz Gama e Ferreira de Araújo na luta pela abolição, e diz-se “mulato e de primeiro cruzamento de negro”. Fala da falta de coerência dos que se querem branquear, culpando-os pela situação enfrentada,

se não tivéssemos receio de ferir a susceptibilidade de mulatos disfarçados, que são traidores à sua raça, a causa dos vexames póstumos, porque estamos passando depois da lei de 13 de maio, poderíamos dizer que até a República, em cujo nome hoje somos insultados é obra do mesmo sangue que se pretende converter em estigma, última audácia dos miseráveis, que viveram de sugar o trabalho dos escravizados (...) **Quererá o governo fazer acreditar que a raça negra e o seu cruzamento desapareceu todo sob o arrozague dos senhores de escravos e que dela não restou senão o sangue convertido em homens do território nacional ocupado pelos grandes proprietários de latifúndios?(...) Não seriam os argentinos que nos exigiram essa seleção de raça, é a tolice dos mulatos envergonhados, que se presumem de raça pura (...)** Nós, negros e mulatos, não podemos representar o papel ridículo de eleger presidentes, que em seguida demonstram asco de uma parte do eleitorado (...).(Grifos meus)

Conclui, falando de si e do momento político,

<sup>328</sup> MACHADO, Humberto. *Op. Cit.*, p.16

<sup>329</sup> *Cidade do Rio*, 31/07/1899. “*Branços e Caboclos*”

quem escreve estas linhas não tem felizmente nenhum vexame nem constrangimentos por ser mulato e descender de negros-mina. Sente somente que os brancos se tivessem intrometido no sangue de sua mãe para mesclá-lo dos vícios atávicos, que o enfraquecem moralmente e, por isso mesmo, há de fazer a cruzada contra a República dos brancos e dos caboclos se ela se permitir insultar os mulatos e os negros, **para criar assim o cativoiro do preconceito como sucedâneo do escravismo amaldiçoado e extinto.** (Grifo meu)

O artigo traz um fato novo, Patrocínio não apenas faz aquela defesa habitual da *raça*, mas agora se insurge declaradamente contra o preconceito racial, que dizia ser inusitado no país. É notável ao perceber o risco do surgimento do que chama de “cativoiro do preconceito”. Pode-se perguntar se de fato ele possuía a percepção desse preconceito como fato novo ou se apenas explorava o momento político. Por que, em circunstâncias discriminatórias anteriores, ele não se levantara com tamanha indignação? Sua resposta veio rápido em comentário à matéria do *Jornal do Comércio* também sobre a mesma equipagem, na qual se reportava o brilho do treinamento e, no final, fazia a observação irônica de que a maioria dos remadores era de cor. Patrocínio sente a provocação, a situação havia mudado a partir de sua denúncia. E, se anteriormente não se insurgira também contra discriminações no Corpo de Bombeiros, na Guarda Nacional e na composição da criadagem do palácio das Laranjeiras, fora porque não havia como provar. Agora, ele estava munido de um documento oficial.<sup>330</sup>

O período também não lhe era especialmente favorável, antes prestigiado por Prudente de Moraes, no momento, queixava-se de isolamento, perseguição, incompreensão e traições.<sup>331</sup>

Em 1900, a Marinha voltava a selecionar uma equipagem branca para o navio destinado a transportar o Presidente à Argentina. Patrocínio reage com irreverência: se fosse para mostrar à nação platina a inexistência de negros entre nós, a primeira medida deveria ser o próprio Campos Sales não ir. Ele seria apenas um renegado da cor, traído por “suas pálpebras empapuçadas, seu nariz carnudo, seus beiços abringelados e grossos, a sua cor de prato de pó de pedra e, sobretudo, a sua pêra característica, saudade involuntária de sua raça (...)”.<sup>332</sup> Se aqui se enxovalhava “gente não genuinamente branca” para exercer função pública, mesmo as mais humildes, como poderia “ocupar a presidência um indivíduo que não passa do sepulcro caiado de raças tidas por inferiores (...) Deu-se no Sr. Campos Sales o processo de refinação do açúcar mascavo. S.Ex<sup>a</sup> é branco de segunda, como de segunda é essa qualidade de açúcar”. No

<sup>330</sup> *Cidade do Rio*, 02/08/1899. “*Branços e Caboclos*”

<sup>331</sup> *Idem*, 28/09/1899. “*28 de setembro*”

<sup>332</sup> *Idem*, 12/10/1900. “*Renegado*”. As citações encontradas no texto até o item 222 pertencem a esta matéria.

dia seguinte, continua sua cruzada. Denuncia a transferência de um tenente de infantaria negro, supostamente por discriminação racial. Do gabinete do ministro teria partido um comentário, acusando o militar de ser um “negro atrevido”; e seria importante “limpar de negros a guarnição desta capital”.<sup>333</sup> Em seguida, o alvo passaria a ser a Escola Militar. Um aluno negro teria sido substituído, numa missão de representação, por outro de “estampa oficial”, louro, alto e “com olhos da cor do uniforme do Reno”. Também na fotografia oficial da Escola não se viam “alunos de cor”. Revoltado, fala da participação dos negros na guerra do Paraguai e dos Guararapes, invocando o mito das três raças, aproveitando para hostilizar Campos Sales.

Apesar da dificuldade em definir-se com clareza o móvel da ação de Patrocínio na denúncia do preconceito racial nesse período, parece haver uma coincidência de motivos. Ele se utiliza de fatos discriminatórios para reforçar as denúncias sobre a política de Campos Sales. As situações se repetiam. Hebe Matos fala num novo paradigma da ideologia racial na República. A situação de pardos e negros serem tomados permanentemente como “libertos” e não como livres, conforme ocorria no Império, era substituída pela “dicotomia nacionais x imigrantes (...) Aos nacionais, à exceção das elites, caberia a marca da inferioridade racial e do cativo”. Caberia ao emigrante, construir o povo que faltava à República.<sup>334</sup>

## 2.5 – Ser ou não ser um intelectual

Sirinelli relata, em tom anedótico, a conclusão tirada por quinze professores que se haviam reunido, na *Maison des Syndicats de Bourges*, com o propósito de criar um comitê de ação anti-fascista. A discussão se fazia sobre quem poderia ser considerado intelectual e a conclusão final apontou para uma essencialidade. A intelectualidade corresponderia a uma “qualidade humana”. A conclusão é risível, mas, para o autor, a questão permanece; qual a *compreensão* e *extensão* do conceito de intelectual? Ainda mais se lembramos que as respostas se produzem no próprio meio.<sup>335</sup>

Para o encaminhamento desta discussão, é necessário conhecer a origem do conceito e suas implicações. O termo surge na França, ao final dos oitocentos, com a divulgação do *Manifeste des Intellectuels*, quando da efervescência dos debates sobre o caso Dreyfus. Teria sido cunhado por Clemenceau e denominava um grupo de

<sup>333</sup> *Idem*, 13/10/1900. “*Ainda o Renegado*” As citações encontradas no texto até o item 223 pertencem a esta matéria.

<sup>334</sup> MATOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil-séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 363

<sup>335</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. *Op.Cit.*, p. 241-2

escritores, críticos e pensadores, que exigiram a revisão do caso, enfrentando a oposição do nacionalismo e do anti-semitismo.<sup>336</sup>

Apesar de inicialmente possuir uma conotação depreciativa, o intelectual passa a ser visto como uma figura progressista, uma vanguarda burguesa, colocando-se, a partir daí, uma discussão permanente sobre sua origem, autonomia, afinidade de interesses e possibilidades de ligação com as classes subalternas.<sup>337</sup>

Alonso, apontando para o exemplo europeu, mostra no Brasil, do final do XIX, a mesma impossibilidade de separar políticos de intelectuais. Diz “não haver um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual”.<sup>338</sup>

A autora, ainda se referindo à simultaneidade da atividade intelectual com a política,

(...) Se ainda quiser falar de duas esferas, seria preciso incluir em ambas as mesmas pessoas. Tanto os autores de “obras filosóficas” desenvolveram atividade política contínua quanto os políticos escreveram interpretações com bases em recursos doutrinários. Não tomar isso em conta significa decepar parte do objeto: a atividade política dos “intelectuais” ou a atividade intelectual dos “políticos”. A agravante da separação em campos é que o critério requer das obras uma consistência teórica e supõe dos autores uma dedicação prioritária à atividade intelectual que simplesmente não visavam.<sup>339</sup>

Ela não explicita qual o seu conceito de *político*, mas importa é perceber a simultaneidade das ações. No entanto, ao fazer um recorte, para elencar e qualificar a chamada geração de intelectuais de 1870, excluiu quem não possuía curso superior ou não havia publicado notas. Comenta especificamente sobre o grupo de Patrocínio, rotulado por ela de “aboliconista popular”,

(...) **aboliconismo popular sem produção doutrinária significativa.** O grupo de José do Patrocínio (...) comparece neste estudo apenas como contraponto. **Meu critério foi selecionar os grupos que deliberadamente se identificavam com bases nas doutrinas ou recorreram a argumentos doutrinários para justificação de suas posições** e também os que constituíram as associações mais persistentes e, **creio, mais representativas do movimento intelectual.**<sup>340</sup> (Grifos meus)

Patrocínio, a despeito de possuir uma erudição razoável, velocidade e fluidez nas suas idéias, na verdade, jamais produziu um texto doutrinário. O fato ajudou a marcá-lo com certa subalternidade em relação a seus pares, por alguns comentaristas. Nabuco, ao

<sup>336</sup> MARLETI, Carlo. Verbete: *Intelectual*. In: BOBBIO, Norberto & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política* (5ª ed.). Brasília: Edunb, 1993, p. 637. Entre os signatários do manifesto estavam Proust, Zola e Blum.. Sobre as opiniões de Patrocínio a respeito do caso Dreifus, consultar o Capítulo V.

<sup>337</sup> Idem. O autor discute historicamente as diversas posições a respeito da participação dos intelectuais, notadamente Tocqueville, Hegel, Marx e Gramsci.

<sup>338</sup> ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.30

<sup>339</sup> Idem, p.31. A autora cita Rosanvallon e Hale, que defendem a necessária compreensão da superposição entre cultura e política.

<sup>340</sup> ALONSO, Ângela. *Id. Mov. a ger. 1870*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.48

falar dos pais fundadores do abolicionismo, fez uma distinção que seria repetida *ad nauseam*, a da existência de duas “igrejas”, a dele, incluindo Rebouças, Joaquim Serra e Gusmão Lobo; e a outra, de José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, João Clapp e a Confederação Abolicionista. Mesmo admitindo mais tarde a irrelevância dessa distinção, ela marcará ideologicamente o movimento <sup>341</sup>. Seguindo essa linha, teriam existido dois núcleos, um parlamentar e intelectual; o outro, publicista, popular, como se diria hoje, de choque.

Conforme Jucá, a construção apologética da imagem de Nabuco acabou por ofuscar outros abolicionistas com destacada participação, Joaquim Serra, André Rebouças, Wenceslau Guimarães e José do Patrocínio, que

não receberam a devida atenção dos historiadores, no sentido da identificação de seus papéis no contexto da Abolição (...) **suas contribuições individuais como pensadores sociais não têm sido esclarecidas pelos historiadores**, e as suas atividades, diluídas no todo, indistintamente, algumas vezes confundidas com o próprio pensamento de Nabuco <sup>342</sup> (Grifo meu)

Mas é o próprio Nabuco que admitirá mais tarde: “foi o movimento popular, talvez, que mais tarde incubou o germe parlamentar, não o deixando morrer nas sessões seguintes (...)” <sup>343</sup>. E segue, “Ninguém afinal sabe quem fez mais pela abolição; se a propaganda, se a resistência, se os que queriam tudo, se os que não queriam nada... Nada há mais ilusório que as distribuições de glória (...)” <sup>344</sup>.

Lima Sobrinho ao elogiar a participação de Patrocínio, além de apontar para sua origem na turba, como visto anteriormente, completa: “os conhecimentos nada profundos e a inteligência lhe facilitavam a missão (...)” <sup>345</sup>. Essa dicotomia entre intelectualidade e inteligência é uma das marcas. A inteligência é tomada como uma essencialidade, um dote inquestionável, que independeria do aperfeiçoamento pelo desenvolvimento do intelecto. A visão pretensamente dadivosa encerra óbvio preconceito. Enquanto isso, ao falar de ação, Patrocínio foi claro: “Nada de ideologia, política prática” <sup>346</sup>.

<sup>341</sup> NABUCO, Joaquim. *M. Form.* São Paulo: Martin Claret, 2004, p.153

<sup>342</sup> JUCÁ, Joselice. *André Rebouças, Reforma e Utopia no Contexto do Segundo Império: quem possui a terra, possui o homem.* Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, p.59-60

<sup>343</sup> NABUCO, Joaquim. *M. Form.* São Paulo: Martin Claret, 2004, p.46

<sup>344</sup> *Idem*

<sup>345</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Op. Cit.* p.98

<sup>346</sup> *Cidade do Rio*, 07/03/1889: “*Ao correr da pena*”. Patrocínio faz um longo editorial, no qual ao discutir monarquia e república, faz críticas ao *liberalismo*, que defendia o que ele considerava panacéias, *a eleição direta e o federalismo*. Critica ambos, mostrando a importância de um liberalismo não ideológico, mas centrado na prática, dependente da intervenção do Estado, seguindo o modelo de Bismarck.

Em, 1893, na comemoração do 13 de maio, a *Cidade do Rio* publicou um editorial, “*Subsídios para a História*”, no qual valorizava o papel dos publicistas nos movimentos Abolicionistas do Rio e de São Paulo. Citava os *meetings* domingueiros de Patrocínio, os escritos de Rebouças e de Vicente de Souza. O abolicionismo parlamentar teria sido caudatário do movimento das ruas. “A propaganda passa da praça pública para o Parlamento e para o jornal (...) Nunca houve neste país propaganda tão bem dirigida, nunca a opinião pública foi tão bem orientada (...)”.<sup>347</sup>

Relativizando o comentário de Alonso sobre Patrocínio, é importante lembrar a preocupação freqüente nele de recorrer a argumentos doutrinários e filosóficos para fundamentar sua práxis, mesmo colocando a ação à frente da idéia. Citemos alguns poucos, mas ilustrativos, “É, pois, dever afirmar que o jornalista de ontem é o mesmo de hoje e que ele não faz agora senão dizer **compendiado** o que sempre disse nos seus muitos arquivos(...)”<sup>348</sup>

Num vezo cientificista, pontifica a necessidade de uma formação intelectual para o dirigente,

Quem estuda os sociologistas vê que toda preocupação humana atual é poder operar pela ascendência espiritual de um chefe eleito pelos capazes, porque há uma ciência para governar, como há para construir estradas de ferro ou observar astros, um governo apto para conciliar os interesses anárquicos que serviram à sociedade. A ciência social, considerando no funcionamento governamental dos caracteres dos povos, não se preocupa só com a forma aparente do governo que domina, mas com a ação que ela exerce realmente. Todos nós sabemos que dos instrumentos, os mais liberais, se podem servir as tiranias, as mais ferrenhas (...).

Refere-se ao sufrágio universal, que, julga, ter servido “para sustentar Gambetta e Napoleão III”.<sup>349</sup> Ou ainda,

(...) porque política para mim ou é negócio de bugigangas, que nos deve dar lucros vantajosos ou é uma ciência séria, que deve ser tratada por quem tenha feito estudo prévio dela e de sua parente próxima, que é quase sua xará, a economia política (...)<sup>350</sup>

Contemporaneamente, a dificuldade de conceituar o intelectual, inclusive pela própria historicidade do termo, fez abrir um verdadeiro *guarda-chuva*, abrangendo inúmeras possibilidades, respeitadas certas condições consideradas necessárias. Sirinelli estabelece duas categorias, uma ampla, incluindo escritores, jornalistas e eruditos – os criadores e mediadores sócio-culturais; e outra, mais estreita, relacionada à noção de engajamento. No patamar do primeiro grupo, estariam os criadores e mediadores em

<sup>347</sup> *Idem*, 13/05/1893: “*Treze de maio*”:

<sup>348</sup> *Idem*, 27/08/1888: “*Semana Política*” (grifo meu)

<sup>349</sup> *Idem*, 28/08/1888

<sup>350</sup> *Idem*, 30/09/1890: “... e loisas”. Essa preocupação doutrinária é comum e pode ser vista em grande número de intervenções de Patrocínio citadas neste trabalho.



potencial, além dos *receptores* da cultura <sup>351</sup> Winock, ao discorrer sobre a evolução da historiografia das *idéias políticas*, também iguala em importância *pensadores* e *mediadores*. <sup>352</sup> Valoriza a participação dos pensadores ditos secundários, ausentes do panteão, mas dotados do essencial - a representatividade. Para o autor, no campo da política dos Estados contemporâneos, ao discutir-se a importância das idéias, duas correntes fundacionais se confrontam: a da *ilustração*, valorizando as idéias de forma autônoma, capazes de, pela educação continuada, dar um sentido às sociedades humanas e uma outra, vinda do *marxismo*, que lhes negava importância, centrando a gênese das idéias na atividade produtiva humana e não ao contrário. Na França, pós-revolucionária, acreditava-se na necessidade da construção de uma visão comum de mundo, para estabelecer um regime estável. Melhor explicado, voltar-se-ia às idéias como uma forma de consolidação. As idéias políticas deveriam ser estudadas e ensinadas para a formação de uma bagagem cultural acadêmica. Não passava, contudo, de uma visão pedagógica, privilegiando os clássicos: uma história de “faróis”.

A partir de 1980, ainda debaixo do domínio dessas leituras, começou-se a tentar contextualizá-las em seu tempo, restringindo o seu caráter universalizante. Percebeu-se a necessidade de pluralizar esse conhecimento, de dar-se assento a outras fontes, antes impensáveis, vindas de pessoas comuns, de gente situada fora do *panteão*. Aos trabalhos teóricos de grande monta, ajuntaram-se almanaques, vulgatas, obras pedagógicas, panfletos, discursos, obras literárias e, principalmente, a imprensa. Jornais e jornalistas adquiriram importância considerável, não só como divulgadores, mas – e principalmente - como formadores das idéias. Os homens de imprensa passaram a ser vistos como importantes produtores e mediadores das idéias políticas, ou seja, como relevantes atores políticos.

Conforme já comentado anteriormente, Mônica Veloso, valorizando a presença dos intelectuais na redefinição do espaço público, durante a transição do XIX para o XX, rememora a presença de uma dissidência, que procurava inserir-se fora dos limites acadêmicos, buscando as ruas, os cafés, estabelecendo redes com as classes populares. Funcionariam como formadores de opinião. Os cafés seriam uma paródia à academia. Cita, na década de 1910, a existência de um grupo do qual faziam parte Bastos Tigre, Emílio Menezes, Kalixto e outros, incluindo José do Patrocínio Filho. Eles freqüentariam os espaços da música popular de Donga, Pixinguinha e Heitor dos

<sup>351</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. *Op.Cit.*, p. 242

<sup>352</sup> WINOCK, Michel. As Idéias Políticas. In: RÉMOND, René. *Op.Cit.* p.279

Prazeres, estabelecendo redes de circularidade.<sup>353</sup> A presença do filho de Patrocínio nesse grupo remete a uma tradição, o pai também já participava de encontros desse gênero. Sua casa estava aberta a músicos populares como Catulo da Paixão Cearense, a quem, inclusive, prometeu fazer o prefácio de seu livro *Evangelho das Almas*, o que acabou sendo feito por seu filho Zeca. E, ao final de sua vida, na modesta casa do Engenho de Dentro, recebia seresteiros, que se acompanhavam do amigo Catulo.<sup>354</sup>

Patrocínio situava-se nessa boemia literária, chegando mesmo a liderá-la. Após a proclamação, ainda acreditando na República, solicitou formalmente ao governo provisório uma necessária aliança entre os homens de letra e o povo. Por isso, seus pares o consideravam o “o pai da família boêmia”.<sup>355</sup>

## 2. 6 - Mediador ou mentor?

Até os anos 60-70, do século XX, subsistia a idéia de caber aos intelectuais “dizer o verdadeiro àqueles que não o viam ainda, e em nome dos que não podiam dizê-lo: consciência e eloquência.”<sup>356</sup> A partir daí, a discussão sobre o poder assume destaque no plano intelectual, político e social. É quando Foucault nega ao poder a condição de ser uma substância capaz de ser detida por qualquer agente, entendendo-o como algo disperso na sociedade. Para o filósofo francês, a pretendida inação das massas não se deveria ao desconhecimento, mas sim a um sistema de poder instituído empenhado em desqualificar seus discursos e saberes, na tentativa de retirar-lhes o poder. O intelectual, portanto, não necessariamente deverá estar “um pouco à frente e um pouco ao lado, para dizer a verdade muda de todos.”

Para Deleuze, o intelectual deixou de ser uma “*consciência representante ou representativa*”. Esvaziava-se sua organicidade e conseqüentemente sua função mentora, abrindo-se para o entendimento de uma participação ampla. O intelectual não corresponde a uma categoria, não é uma realidade objetiva e sim uma construção sociocultural.

<sup>353</sup> VELOSO, Mônica Pimenta. *Op. Cit.*, p.235

<sup>354</sup> ORICO, Osvaldo. *Op. Cit.* pp.277-281

<sup>355</sup> VELOSO, Mônica Pimenta. *Op. Cit.*,p.231

<sup>356</sup> FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-Saber*. Coleção Ditos e Escritos, vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.39. Numa entrevista com Giles Deleuze, ambos discutem uma visão renovada sobre a atuação dos intelectuais, tirando dela a conotação de ser um guia condutor, valorizando a ação da própria massa. As citações até o item 249 pertencem a este texto.

Na circulação dos saberes dentro da sociedade, há agentes que, conforme Velho, transitam entre os diversos segmentos, por entre “códigos e mundos distintos”.<sup>357</sup> São os *mediadores*, ou seja, aqueles capazes de facilitar a criação de canais de comunicação entre esses segmentos, estabelecendo redes relacionais, por onde transitam idéias, concepções e valores, o que possibilita estratégias de ação. São, pois, agentes importantes para a consecução dos diversos projetos da sociedade.<sup>358</sup>

Emergem daí duas instâncias necessariamente acopladas, a mediação e a associação em redes relacionais. Mas, ao contrário da abordagem comum às ciências sociais, elas não podem ser tomadas como categorias e sim como elementos circunstanciados em cada momento histórico.<sup>359</sup>

Conforme Castro, não se trata necessariamente de voluntarismo ou de imposição estrutural, não há uma “predestinação”, nem uma “determinação”, “em alguma medida esses indivíduos querem agir como mediadores e seguem um projeto individual”. E acrescenta que em muitos casos a vontade é escamoteada em nome do sacrifício devotado a outro fator, circunstância ou grupo (partido, comunidade, base política).<sup>360</sup>

Winock comenta,

(...) dedicar-se às mediações e aos mediadores tanto quanto aos pensadores, resulta da necessidade metodológica, quando o historiador quer avaliar o trabalho das idéias tanto quanto o reflexo dos problemas sociais do momento na expressão jornalística (...)

E conclui, após mostrar o deslocamento crescente na produção acadêmica francesa do estudo dos grandes autores para o dos “fabricantes do pensamento cotidiano ou semanal”,

(...) o público dito culto, assim como os eleitores sem-bagagem, são submetidos sem cessar aos discursos infra e meta-político e esse contato é muito maior do que seu acesso à obra dos teóricos.”<sup>361</sup>

Patrocínio parece enquadrar-se confortavelmente e sem quaisquer favorecimentos aos critérios que definem um intelectual, e mais, um importante mediador na formação da opinião pública.

<sup>357</sup> VELHO, Gilberto. Biografia, Trajetória e Mediação. In: VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina. *Mediação e Cultura Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p.21

<sup>358</sup> *Idem*. p.26. Velho diz que a esfera do poder tem papel proeminente nas sociedades complexas moderno-contemporâneas, e que isso exige a mobilização de todos os recursos para a realização de projetos individuais e grupais. Diz que “os políticos são políticos porque são mediadores e são mediadores porque são políticos”. Não há no texto referência à imprensa.

<sup>359</sup> RIOUX, Jean – Pierre. *A Associação em Política*. In: RÉMOND, René. *Op. Cit.*, pp. 112- 113

<sup>360</sup> CASTRO, Celso. Comentários. In: VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina. *Op. Cit.*, pp. 211-12

<sup>361</sup> WINOCK, Michel. *Op. Cit.*, p.282

Dono de uma palavra fácil, bem articulada, fosse escrita ou falada, tinha a eloquência que encantou a tantos, incluindo a visão mítica de seu maior admirador, Coelho Neto. Intelectual pertencente à nova geração de bacharéis científicos, além dos discursos e da palavra nos jornais, legou-nos uma obra poética razoável, além de três novelas, das quais duas repercutiram. A primeira, de maior expressão, foi *Mota Coqueiro ou A Pena de Morte*, sobre um questionável erro judiciário acontecido em Macabu, em 1855. O fazendeiro Francisco da Mota Coqueiro fora punido com enforcamento, acusado de ter mandado chacinar oito membros de uma família de meeiros, após ter sido espancado pelo chefe da família. Ele o teria procurado com a finalidade de obter vantagens abusivas em virtude de o patrão, e compadre, haver engravidado sua filha mais velha. O assassino passou a ser conhecido como *a fera de Macabu*. A questão judicial era controvertida, em virtude de possíveis erros processuais. O réu era considerado arrogante, prepotente, com dificuldades de relacionamento, cheio de inimizades e, mesmo assim, seus algozes foram arrolados entre as testemunhas; também o foram seus escravos, o que não era permitido pela lei vigente. Por falta de provas conclusivas, o julgamento fez-se por indícios. Condenado Mota Coqueiro, levantaram-se suspeitas de que sua mulher fosse a verdadeira responsável. Um artigo da *Aurora Macaense*, em 1877, reabriu a questão. A ele seguiu-se uma carta de um magistrado, publicada na *Gazeta de Notícias*, procurando provar o acerto judiciário. Estava mobilizada a opinião pública.

Sobre a obra, Mário de Alencar, ao assumir a cadeira 21, de Patrocínio, na Academia Brasileira de Letras explicou, o texto teria sido encomendado, pelo próprio jornal, a um grupo de colaboradores, incluindo Patrocínio. Estes, ao lerem os escritos de Patrocínio teriam aberto mão de suas participações.<sup>362</sup> O móvel do autor era a denúncia da pena de morte, que só seria abolida para crimes civis com a constituição de 1891. O romance foi matéria de folhetim na *Gazeta de Notícias*, em 1878, ao mesmo tempo em que o livro era vendido.

A segunda foi *Os Retirantes*, com fatos baseados na sua visita ao Ceará, durante a seca, em 1878, que será abordada no capítulo V. E, finalmente, *Pedro, o espanhol*, publicado, como folhetim, na *Gazeta da Tarde*, em 1884; um romance histórico a respeito de um criminoso que fugira durante o terremoto de Lisboa, vindo a tornar-se famoso no Brasil. Traduziu *As Meninas de Godin*, peça em três atos, de Maurice

<sup>362</sup> MAGALHÃES JR. Raimundo de. *Op. Cit.*, p.47

Ordenneaux e deixou inacabados um romance, *Dendem* e uma tradução de *Guerra e Paz*, de Tolstoi.<sup>363</sup>

Evaristo de Moraes, apesar de não poupar críticas à obra literária de Patrocínio, admite ser ele um “prodígio de imaginação criadora”, um pólo de atração para “a fina flor de nossa boemia literária”. Luis Murat, citado por Evaristo, antevê a História Literária como sendo o ponto onde se encontrarão os admiradores de Patrocínio.<sup>364</sup>

Para a finalidade deste trabalho, não interessa o aspecto estético de sua obra, tomado como uma referência universal, mas pensá-la de forma relacional. Sentir o momento de sua criação, as afinidades e oposições, olhados numa cultura política reformadora. É oportuno relembrar a observação de Febvre sobre Visagier, literato contemporâneo de Rabelais, “(...) era um desses poetas de segunda linha cuja vida reproduz traço a traço a de cem letrados seus contemporâneos”.<sup>365</sup> Patrocínio, da mesma forma, foi uma testemunha de seu tempo. Não era necessariamente um teorizador, colocava sua erudição a serviço de uma *praxis*, e assim foi capaz de trazer o abolicionismo para as ruas.

O propósito deste capítulo foi falar da personagem, deixá-la falar de si e de seu ofício. Procurar as marcas de sua singularidade, dar conta de suas contradições, da construção de suas subjetividades em resistência às circunstâncias do poder; analisar as memórias construídas a seu respeito, os espaços de inclusão e de exclusão a que foi submetida e a construção do herói precário.

A partir daqui, mais do que às características da personagem, procurarei dirigir o foco às circunstâncias envolvidas na sua opção de trocar a Matéria Médica pela *matéria política*<sup>366</sup>. Acompanhar suas idéias e contradições, a luta pela ocupação dos interstícios de poder; os conteúdos discursivos e as conseqüentes estratégias de um importante jornalista e tribuno, sua marcada intervenção na esfera pública, o espaço de convivência exigível para a ação política. Conforme sua própria palavra, “A política é o forte da nossa população e, na heróica cidade do Rio de Janeiro, não há quem não se ocupe um pouco com a deusa que tanto favorece uns e tanto maltrata outros”.<sup>367</sup>

<sup>363</sup> SENNA, Ernesto. *Op. Cit.*, p.309

<sup>364</sup> MORAIS, Evaristo. *Op.Cit.*, p.294

<sup>365</sup> FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no Século XVI, a religião de Rabelais*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p.55

<sup>366</sup> Àquela época, a Farmacologia ainda era chamada de Matéria Médica.

<sup>367</sup> *Vida Fluminense*, 07/08/1875. “Crônica”

### CAPÍTULO 3

#### DE ZECA A TIGRE DA ABOLIÇÃO

Qualquer homem que se entrega à política aspira ao poder, seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o *poder pelo poder*, para gozar um sentimento de prestígio que só o poder confere <sup>368</sup>

#### 3.1 - Do abolicionismo de Zeca a uma liderança abolicionista

Nas alusões a Patrocínio é comum encontrar-se uma referência a um episódio de sua infância, quando o menino Zeca, impaciente com a demora de um escravo da casa

---

<sup>368</sup> WEBER, Max. *Ciência e Política, duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002, p.61. Grifo no original

em atendê-lo, agrediu-o com ferocidade. Conforme ele viria a relatar anos depois, a repreensão veemente do pai e o arrependimento teriam marcado a sua personalidade, o comprometendo-o definitivamente com a causa abolicionista, tornada uma missão.<sup>369</sup> Da mesma forma, suas relações familiares e o sofrimento da mãe escrava, depois preterida pelo pai, são usados para explicar o seu abolicionismo.<sup>370</sup> Essas alusões a vocações inatas ou muito precoces, embora sejam vistas atualmente com reservas, foram comuns nas narrativas laudatórias, que visavam à construção dos mitos. Silva, comparando esse “chamamento” de Zeca, com algo semelhante descrito em Nabuco, chama essas inflexões agudas de “momentos de revelação”. Elas caracterizariam um estilo biográfico encontrável entre as décadas de 1920 a 1960.<sup>371</sup>

Mesmo que se queiram acentuar os particularismos de Patrocínio, não se pode omitir a ambiência intelectual e política da Corte, na qual a preocupação em definir-se a Nação e, mais, em dar-lhe um rumo ao progresso, oferecia o leque de oportunidades.

Patrocínio, em 1872, ingressa na faculdade de Farmácia, uma atividade profissional cuja expressão social se tornara objeto de discussão por suas próprias lideranças. Em 1851 decidiram criar a Sociedade Farmacêutica, visando a regulamentar a profissão, com base nos princípios da ciência positiva e no sentido do progresso. Além disso, preocupava-se também em criar espaços de autonomia. Por ocasião da inauguração, o presidente da Sociedade, Ezequiel Correa dos Santos, disse

(...) esperançados no governo ilustrado e patriótico do país (...) que salve o país da cratera do vulcão vomitado pela garganta imunda e sedenta do charlatanismo, já finalmente por outras medidas que reclama em benefício da saúde dos brasileiros, renasceu nos farmacêuticos a esperança (...) com o fim de igualar os foros da farmácia brasileira aos foros que lhes são conferidos em todas as nações ilustradas (...) luta de onde esperam sair triunfantes e vitoriosos, porque contam com a vossa proteção e com a proteção do governo do estado.<sup>372</sup>

Patrocínio surge para a vida pública nesse ambiente acadêmico e, mais tarde no convívio doméstico, levado a freqüentar círculos políticos. Aderia aos espaços que se abriam, o *republicanismo*, a *imprensa* e o *abolicionismo*. Não coincidentemente, sua vida jornalística regular começa durante o curso de Farmácia, no *Lábaro Acadêmico*,

<sup>369</sup> SENNA, Ernesto. *Op. Cit.*, p.300.

<sup>370</sup> MAGALHÃES JR, Raimundo de. *Op.Cit.*, p.7

<sup>371</sup> SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Op.Cit* p.40. A autora se baseia em RODRIGUES, João Paulo C.S.Rodrigues. A Geração Boêmia: vida literária em romances memória e biografias. In: CHALOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo. *A História Contada, capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro:Nova Fronteira, 1998, p.234

<sup>372</sup> *Apud* CARMO, José. In (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil) RIHGB, v2, 1984, p. 358. Sobre Ezequiel e sua importância no cenário político do primeiro reinado, ver BASILE, Marcelo Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2001.

um jornal interno, onde publicou versos republicanos e abolicionistas.<sup>373</sup> Para Oliveira Vianna, a abolição teria começado na academia, por emulação do pensamento estrangeiro: “Dali é que saiam para o jornalismo, para o Parlamento e para os comícios os apóstolos, os cavaleiros andantes da abolição”.<sup>374</sup>

É interessante que, apesar de não ter seguido a carreira para a qual se diplomara, ele irá emprestar seu jornal, em 1888, para a publicação de uma série de dez extensos artigos, patrocinados pelo Congresso Farmacêutico, onde os representantes da categoria pretendem “reconquistar o lugar de honra a que têm incontestável direito”. O articulista pergunta “o que teria sido de Patrocínio se tivesse se dedicado à profissão farmacêutica?” E defendem-na dizendo ser ela “**mais científica do que a dos bacharéis de direito, que é ainda por infelicidade nossa, a classe que governa esse país de bacharéis (...)**”.<sup>375</sup> (Grifo meu) Os médicos, pelo emprego político da “higiene” e os engenheiros, tomando-se como agentes da “racionalidade” apareciam também como atores<sup>376</sup>. Outras categorias estão lutando por um lugar no poder. Patrocínio escreverá mais tarde:

Quanto às academias, é sabido que nelas se formam, na sua maioria, os **filhos da burguesia** e produzem classes como os bacharéis em direito e os médicos, que vivem imediatamente do **parasitismo da burguesia** (...) e aí está a história (...) para demonstrar durante a propaganda abolicionista o que podemos esperar deles (...)<sup>377</sup> (Grifo meu)

E Rebouças confirma,

As fazendas adquiridas por doações matrimoniais, geridas por bacharéis em direito, sem a menor noção de física, nem de química nem de agronomia nem de economia rural; em poucos anos ficaram crivadas de dívidas, hipotecadas aos bancos e às comissarias de café (...).<sup>378</sup>

A propósito do aniversário de Ferreira de Araújo, em agosto de 1888, Patrocínio historiou brevemente o seu ingresso no jornalismo, em 1875, nos *Ferrões*.

(...) Durante mais de sete anos não ouvi falar mais do interno da enfermaria, Ferreira de Araújo”. Eu por minha vez tinha feito o périplo do basilicão e do iodofórmio e amodorrava para um canto de nossa sociedade, com a alma cheia de tristeza e o coração embebido em fel.

<sup>373</sup> A produção poética de Patrocínio desta época, incluindo algumas das publicadas no *Lábaro Acadêmico* pode ser encontrada no arquivo da Academia Brasileira de Letras, numa coletânea a que o autor deu o nome de *Ritmos Selvagens*.

<sup>374</sup> OLIVEIRA VIANNA. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p.63.

<sup>375</sup> *Cidade do Rio*, 12/07/ 1888. A emergência do naturalismo e do cientificismo iria favorecer o aparecimento de uma nova intelectualidade, inicialmente em oposição aos bacharéis da tradição. Progressivamente, esses grupos vão-se assimilando, e acabam por legitimar a intervenção autoritária sobre a sociedade. Cf. HERSCHAMNN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.20-21

<sup>376</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p.28

<sup>377</sup> *Cidade do Rio*, 27 /08/ 1888. “Semana Política”.

<sup>378</sup> *Idem*, 22/06/ 1888. “Republiquistas (IV)”



O Demerval, o meu irmão de sofrimento e de triunfo veio convidar-me para vestir esta fatalíssima túnica de Nessus da imprensa, que já lhe havia queimado as carnes. Eu cedi, vaidoso. Havia alguém que pensava que eu podia prestar para mais do que testa de ferro de botica.

Dos Ferrões, Demerval levou-me para a *Gazeta de Notícias*, como seu companheiro de revisão, em 1875. Eu confesso que nunca dei para revisor e que não me prestaria a ser modesta palmatória da redação, nem que me canonizassem.<sup>379</sup>

É clara a indisposição com a atividade farmacêutica e, ao mesmo tempo, sua inclinação para o jornalismo, não para a burocracia das redações, mas para os vãos mais altos da polêmica política.

*Os Ferrões*, na esteira de publicações européias contemporâneas, era uma folha satírica, de cunho abolicionista e republicano, onde Patrocínio utilizava o pseudônimo de Notus Ferrão, enquanto Demerval o de Eurus Ferrão. Sua crítica contundente não poupava ninguém. Ao mesmo tempo em que colocava notas abolicionistas, também investia contra personalidades do Império. Caxias foi um alvo, devido à situação dos soldados brasileiros; Rio Branco, por sua conduta boêmia; e Salvador de Mendonça, por aceitar o cargo de cônsul nos Estados Unidos, apesar de ter colaborado na redação do Manifesto Republicano. Isabel também não foi poupada, em virtude de ter exigido um médico francês, Dr. De Paul, para a condução de seu parto. Por quê? Aqui havia médicos melhores do que o francês. Advertia para o risco de, no futuro, quando ela viesse a ser a Imperatriz, fossem franceses os serviçais da Corte, senadores, ministros e conselheiros de Estado.<sup>380</sup> O jornal fechou no mesmo ano.

Apesar de Patrocínio referir seu início na imprensa em *Os Ferrões*, a estréia, de fato, se deu no *Republicano*. Em 1871, um ano após a inauguração, publicaria nele uma única poesia, “*A Memória de Tiradentes*”. Participava da construção da imagem do inconfidente como o símbolo maior para a memória que se construía do republicanismo. Nos versos, além de referências críticas a D. Pedro I, cujo valor se abateria diante do inconfidente, uma estrofe se repetiria como um refrão “*Ódio às algemas dos escravos*”.<sup>381</sup> Vinte e oito anos depois, rememorando, ele dirá que eram “uns versos tão detestáveis quanto sinceros”.<sup>382</sup>

Ainda em 75, a ida para a *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Menezes, viria a consolidar a sua participação jornalística. O jornal começara com a proposta inovadora de fazer uma imprensa popular, diversificada, um jornal barato, cujos exemplares eram

<sup>379</sup> *Idem*, 02/08/1888: “*A Ferreira de Araújo, grande jornalista*”. Demerval da Fonseca fora seu contemporâneo na faculdade. Aluno do curso médico, acabou também por dedicar-se ao jornalismo.

<sup>380</sup> MAGALHÃES JR., Raimundo. *Op. Cit.*, p.27-29

<sup>381</sup> GUILHON, Orlando J.F. *José do Patrocínio*. São Paulo: Ed. Três, 1974, p.29-30

<sup>382</sup> *Cidade do Rio*, 23/11/1899. “*Será Verdade?*”

vendidos pelas ruas. Representava um novo marco na imprensa da Corte, e para ele debandou um contingente importante de jornalistas e literatos.<sup>383</sup> É na *Gazeta* que Patrocínio, depois de responder por colunas diversas, indo da poesia às ocorrências policiais, assume, em abril de 1878, a *Semana Política*, uma coluna, saída às segundas-feiras, onde, durante três anos, sob o pseudônimo de Proudhomme, comentou o cotidiano da política e o expediente das Câmaras. Ao mesmo tempo, publicava poesias, colocadas em páginas de destaque.

Também na companhia de Demerval da Fonseca, escrevia para uma revista satírica, *O Besouro*, do grande caricaturista português Francisco Bordalo Pinheiro, para o qual reportou, inclusive com fotografias, a terrível seca havida no Ceará em 1878. Outra participação de Patrocínio era na revista *Vida Fluminense*.

Desde seu início na *Gazeta de Notícias*, Patrocínio ressaltava a relação da imprensa com o espaço público; a responsabilidade dos jornais era de levar aos leitores “a idéia de que eles são uma força, para que possam participar (...) **Não há uma verdadeira imprensa porque não existe espírito público**, não há instrução (...). (Grifo meu). Ao mesmo tempo, criticava a adesão ao oposicionismo sistemático: “a imprensa política em seu propósito de guerra sistemática louvaminha, não influi sobre a opinião”. E pergunta: “Quem há de então encaminhar a opinião? Quem a dirige? Ninguém! E a prova é de que ela não tem um alvo, vai para onde a querem levar”. A culpa não seria do sistema político, embora o reconhecesse como péssimo, mas do “espírito público, que é nulo”. Conclui falando sobre as possibilidades de ascensão restrita à troca de favores:

E assim vamos, e assim iremos, tendo ao invés do servidor da nação, o títere dos mandões; ao invés do juiz, o compadre, ao invés do deputado, o credor (...) O deputado não representa o povo, representa ora uns tantos comerciantes, que influem sobre uns tantos lavradores; ora um ministro que influi sobre um exército de empregados e outro exército ainda maior de pretendentes”. O povo não tendo representação nem influência, não poderia fazer valer seus direitos.<sup>384</sup>

Vê-se a preocupação do articulista em relação a alguns tópicos que se entrelaçam, o primeiro deles é a necessidade de acesso das camadas populares à representação política, depois, a participação no espaço público; e, finalmente, a importância da imprensa nessa construção. Patrocínio participava do contexto reformista, já discutido anteriormente, no qual se percebia a importância da imprensa na construção do espaço público. Pelos jornais, discutia-se desde a questão servil até a

<sup>383</sup> MAGALHÃES JR., Raimundo. *Op. Cit.*, p.32

<sup>384</sup> *Gazeta de Notícias*, 13/05/1878. “*Semana Política*”.

natureza do regime, passando pelo debate sobre a necessidade de aumentar o nível de participação política das classes emergentes, pela expansão da base eleitoral.

Algumas lideranças republicanas, depois notabilizadas no abolicionismo ao lado de Patrocínio, se lançam na cena política, para as eleições municipais.

Quando em 5 de agosto de 1878, eu e alguns republicanos nos apresentamos às urnas eleitorais deste mesmo estado, subscrevi o manifesto em que dizíamos que o símbolo de nossa bandeira é a imagem de uma nacionalidade organizada sem ódios nem rancores. E que abra espaços largos à atividade e às aspirações de todos os cidadãos (...).<sup>385</sup>

O novo contexto social e econômico, surgido com a crescente polarização entre os interesses das classes urbanas emergentes e os dos proprietários rurais, tornava necessário reformar o processo eleitoral. Para os segmentos urbanos, urgia criar as possibilidades de participar do processo e, ao mesmo tempo, distinguir-se das massas. Para a lavoura, era preciso controlar a possibilidade de acesso dos libertos ao processo. Apesar da diversidade de objetivos, eles se aproximavam na defesa do voto direto e na exclusão dos analfabetos. Nos partidos, independente de sua extração, liberais e conservadores defendiam as medidas. Belisário, conservador, e Tavares Bastos, liberal, concordavam na ameaça representada pelo voto universal.<sup>386</sup> Nabuco, um moderado, mas, ao mesmo tempo, reformista, também contrário ao censo alto dizia no Parlamento, em 79, “Não estamos hoje no terreno do sufrágio universal”.<sup>387</sup> Os liberais, por sua vez, não se satisfaziam com a Lei Eleitoral de 1875, queriam uma garantia para a representação das minorias e a competição eleitoral transparente. A idéia do voto direto e não extensível ao analfabeto visava a impedir a fraude eleitoral e o voto de cabresto. Mas, embutia também a idéia da seleção do eleitorado e conseqüentemente do Parlamento.<sup>388</sup>

Em 1880, a *Gazeta* defendia de forma enfática a necessidade de aprovação do projeto de Reforma Eleitoral, ainda em tramitação na Câmara. Tratava-a como uma reforma magna, de interesse de todo o país, para a qual o legislativo deveria estar alerta. Criticava, no entanto, a idéia de tomar-se o voto direto como panacéia para resolver todos os problemas. Patrocínio participava dessa crítica, o voto direto seria como um circo montado pelo Imperador, para conseguir atrações de impacto.<sup>389</sup> A prioridade, para ele, seria uma reforma dos costumes, a ser obtida por um ensino verdadeiramente

<sup>385</sup> *Cidade do Rio*, 09/09/1890: “Manifesto de João Clapp ao eleitorado do Rio de Janeiro”

<sup>386</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p.246-249

<sup>387</sup> ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p.91-94

<sup>388</sup> PRADO, Maria Emília. *Op. Cit.*, p.48

<sup>389</sup> *Gazeta de Notícias*, 29/03/1880. “Semana Política”

científico. Na verdade, conforme citado por Carvalho, o Imperador manifestaria as mesmas idéias numa carta dirigida à condessa de Barral, a questão seria cultural.<sup>390</sup> As verdadeiras questões, conforme editorial da *Gazeta de Notícias*, estavam na excessiva concentração de poder nas mãos do governo e na irresponsabilidade ministerial, provida pelo poder Moderador.<sup>391</sup> A folha, em outra matéria, fez também uma longa crítica aos partidos, pela falta de conteúdo programático.<sup>392</sup> Percebe-se, portanto, uma dissensão entre os liberais reformistas e o radicalismo republicano: a questão não era de meios e sim de princípios.

O projeto proposto pelo governo às Câmaras contemplaria:

- eleição direta para deputado geral e provincial
- seriam eleitores todos os brasileiros natos ou naturalizados, os libertos, os não católicos, maiores de vinte e um anos, com 200\$ de renda anual.

O valor exigido pelo censo duplicara.

Para provar a renda serviriam as certidões de impostos, recibos de apólices e outros. Os bacharéis e doutores formados pelas escolas do Império, professores públicos e particulares, oficiais, jornalistas e autores de obras impressas, religiosas e seculares estariam dispensados de provar renda. E seguem-se mais instruções, acompanhadas da relação dos inelegíveis.<sup>393</sup>

Patrocínio se alinha nessa corrente de exaltação da Reforma, e, apesar de elogiar a supressão da necessidade de alfabetização, denuncia o censo, porque, a seu juízo, esse critério não conseguiria atestar a competência moral que seria exigível. “Se algo está provado entre nós, e na maioria do mundo, é que as classes ilustradas e ricas são as mais anárquicas, as mais egoístas e as que menos tem desenvolvido o sentimento de pátria”.

<sup>394</sup> Concorda, no entanto, com a precariedade da solução, ela não seria “a cura de todos os males (...) **a soberania vem do povo**”. (Grifo meu). Em relação aos partidos, atribui-lhes o centro dos interesses, “as paixões são aparentemente opostas, mas são irmãs, no fundo”. Ataca o processo político, tanto em seu aspecto moral, quanto em sua eficácia, dizendo-o, “em geral, um negócio baixo e torpe, explorado pela falta de caráter e pela carência absoluta de competência”. Finaliza, denunciando o aulicismo de Caxias, Rio

<sup>390</sup> Carta de Pedro II à condessa de Barral. Apud: CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p.184

<sup>391</sup> *Gazeta de Notícias*, 03/04/1880. “Reforma Eleitoral”

<sup>392</sup> *Idem*, 12/04/1880. “Reforma Eleitoral”.

<sup>393</sup> *Idem*, 05/04/1880. “Semana Política”

<sup>394</sup> *Idem*, 19/04/1880. “Semana Política”

Branco e Sinimbu, neles o Imperador é que fora a “senha”.<sup>395</sup> Importante reter destas falas é a idéia da soberania popular, contra um governo centralizador, interessado em cooptar as correntes partidárias e eliminar o debate. Esse discurso, conforme Morel, tornara-se hegemônico na década de 1830: a vontade da maioria é a vontade legítima. A idéia de soberania popular se contrapunha à concepção de uma opinião pública letrada, apoiada na razão.<sup>396</sup>

Em 1895, Patrocínio escreveria sobre aquele momento, num artigo cujo título é sugestivo, *Chez Maman*,

A Gazeta era um grande laboratório de opinião, uma retorta dentro da qual se combinavam os ácidos, os mais fortes da inteligência com as tradições, os preconceitos, as aspirações e os interesses dessa fase. Ninguém pode contestar que a opinião pública fundiu-se na Gazeta.<sup>397</sup>

Na sua *Semana Política*, de 26 de abril, comenta a fala de Nabuco, na Câmara, em defesa de um projeto de abolição a se fazer em quinze anos. Patrocínio elogia, mas coloca-o em igualdade de importância com a proposta de Reforma Eleitoral.

Nas colunas semanais, que se seguirão, manterá o tom de defesa do povo votante:

A massa popular não pode permitir que lhe arranquem o direito do voto (...) quem tem condições de julgar a competência popular para o voto? (...) A única verdade neste país é esta, o povo pobre é o votante mais coerente e mais moralizado. As suas escolhas recaem sempre nos homens com os quais convive e mais solidários se mostram com sua sorte(...).<sup>398</sup>

Quanto ao eleitor mostra-se cético: “O eleitor, que é em geral um fazendeiro, o vigário, o médico, o professor, o boticário é que tem sido o desmoralizador da eleição. A troca de um baronato, de uma comenda da rosa, de uma patente de tenente-coronel (...)”.

A competência a ser exigida deveria ser a moral. Finaliza:

Em uma palavra: em nome da moralidade eleitoral ofendida, as classes ricas não deveriam votar (...) O meio único de fazer do voto uma igualdade é, pois, franquear a todas as classes os meios de regenerarem os costumes políticos. A urna livre é uma escola (...).

Propõe um entendimento social da Constituição, discutindo os limites entre o texto constitucional e a utilidade pública, no que se refere à extensão dos votos aos libertos e aos naturalizados. Olhando por uma visão fiscal, coloca o Império na mesma situação de qualquer outra organização, obrigada a zelar pelos interesses dos seus

<sup>395</sup> *Idem*, 12/04/1880. “*Semana Política*”.

<sup>396</sup> MOREL, Marcos & BARROS, Mariana Monteiro de. *Op. Cit.*, p.22

<sup>397</sup> *Cidade do Rio*, 07/08/1895

<sup>398</sup> *Gazeta de Notícias*, 17/05/1880. “*Semana Política*”. As demais citações, até o item 32, pertencem a esta matéria.

contribuintes. Exemplifica, “ao povo excluído das urnas caberia também o direito de não ser soldado”.<sup>399</sup>

Patrocínio, contudo, é inimigo do “censo alto” e passa a repetir em suas matérias a idéia de povo contribuinte explorado em deveres e sem direitos:

Quem paga a soma colossal dos impostos indiretos não é suficientemente probo. Para este ministério, que conta os eleitores da capital pelos prédios, está provado que os autores do escrutínio prévio são os trabalhadores rurais, os empregados de categoria inferior, os pequenos proprietários e os industriais. Por isso, lançou à excomunhão universal o povo pobre. A urna é o tabernáculo só acessível aos sumos sacerdotes do fisco!

E prossegue num tom ameaçador, “Esquecem de que a urna é o caminho legal do povo ao direito, e quando lhe fecham, ele abre outro, mais direto e curto”.<sup>400</sup>

O censo alto, defendido por Rui Barbosa como corretivo, na verdade, serviria apenas para a manutenção do poder nas mãos das elites. Mas, importa é que, com a redação de Rui, a lei 3.029 é aprovada em 9 de janeiro de 1881. O voto direto estava garantido, mas permaneciam a não obrigatoriedade do comparecimento às urnas e o censo alto, de 200\$. Por outro lado, negava o voto ao analfabeto, embora incluísse os não-católicos, os brasileiros naturalizados e os libertos. Extinguia a lista de nomeação dos "votantes" confeccionada pela junta de qualificação, caberia agora ao próprio indivíduo requerer seu alistamento eleitoral, ganhando a posse do Título de Eleitor. Eliminava a distinção entre votante e eleitor.

Para o acesso ao voto, era considerado analfabeto o indivíduo incapaz de escrever o próprio nome. Apesar disso, os números falam em aproximadamente 80% da população adulta.

Com as restrições, reverteu-se a expectativa liberal de expansão da base eleitoral, o eleitorado reduziu-se de 1.114.066 de votantes, para 145.296, menos de 1,5% da população brasileira, piorando ainda mais, se considerada a abstenção. Motta exemplifica com cifras expressivas, 11% da população havia votado nas eleições de 1872, contra apenas 0,88%, em 1886. Mas o autor adiciona outro complicador, mais importante do que o próprio censo, o nível de exigências burocráticas introduzidas para o alistamento eleitoral.<sup>401</sup> Nicolau cita como índices de comparecimento 1%, em 1881 e 1885, caindo para 0,9%, em 1885.<sup>402</sup>

<sup>399</sup> *Gazeta de Notícias*, 07/06/1880. “Semana Política”

<sup>400</sup> *Idem*, 14/06/1880. “Semana Política”

<sup>401</sup> **MOTTA**, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999, p.55 e 148

<sup>402</sup> **NICOLAU**, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro:Zahar, 2004, p.24

Na *Semana Política*, Patrocínio comentaria a aprovação da Reforma, mostrando certo comedimento. Diz-se

adepto sincero do sufrágio universal como instituição transitória, termo necessário de que depende o país para efetuar sua reorganização cientificamente, sem Deus nem rei, o folhetinista não considera a reforma como o Talmud eleitoral. Aceito-o como progresso revolucionário

Entende a Reforma como meio e não como fim em si própria. Ela não teria “pujança” para sacudir a inércia. Mas poderia ser o ponto de partida da

enorme incorporação social que será feita nas instituições políticas pelas três classes ultimamente chamadas à autonomia representativa. No momento fisiológico da **crise representativa**, que modificaria radicalmente o país, a urna poderia dar uma solução que, sem a lei eleitoral, teria que efetuar-se por meio das armas. <sup>403</sup> (Grifo meu)

No tom ameaçador com que modula suas falas nesse período, aponta para os riscos de uma revolta popular, tendo em vista a ameaça de um terceiro reinado, dominado pela Igreja, e pela questão servil, que envolveria interesses conflitantes. Fala da importância da ascensão de novos atores políticos: “A intervenção dos libertos como classe política, a solidariedade deles com seus companheiros (...) modificarão o caminho que parecia fatalmente traçado à questão desde que o Parlamento trancou suas portas ao debate e à legislação a respeito (...)”. <sup>404</sup>

Apesar dessa defesa do sufrágio universal como uma necessidade transitória, a extensão do voto popular e a necessidade de conter a abstenção serão recorrentes em Patrocínio ao longo dos anos.

Em fevereiro de 1893, a *Cidade do Rio* era tácita, “**O ideal da democracia é o sufrágio universal**”. E, com isso, pedia que se destinassem maiores recursos para a instrução primária, afinal

que os estatutos da República condenem os analfabetos como incapazes para os efeitos da representação federal é razoável, mas que os poderes da União sejam estranhos à defesa da instrução primária, não é perdoável(...) **Uma coisa é consequência da outra**(...). <sup>405</sup> (Grifo no original)

Até 1884, sua preocupação com o processo eleitoral poderia ser vista apenas como conceitual, porém, a partir daí, sua opção por uma carreira política torna-se evidente, ao ser apoiado pela Confederação Abolicionista na disputa de uma cadeira na Câmara dos Deputados.

<sup>403</sup> *Gazeta de Notícias*, 03/01/1881. “*Semana Política*”

<sup>404</sup> *Idem*, 03/01/1881. “*Semana Política*”

<sup>405</sup> *Cidade do Rio*, 09/02/1893. “*Instrução Pública*”.

Antes de tratar diretamente das pretensões políticas de Patrocínio, é preciso considerar a importância do movimento abolicionista, em seu clímax, na década de 80, para as possibilidades políticas dos quadros reformistas surgidos no cenário do país.

### 3.2 - O Abolicionismo como um fio condutor

Um movimento feito com biografias e trajetórias díspares jamais poderia ser homogêneo em sua militância. No entanto, a despeito de suas contradições internas, na década de 80, já se torna um “guarda-chuva, agasalhando diferentes tendências e matizes (...)”.<sup>406</sup>

Maior ou menor o peso decisório para a abolição, interessa neste trabalho é apontar o abolicionismo como uma via política, capaz de capilarizar adesões em vários segmentos da sociedade, ao mesmo tempo em que possibilita a formação de oposições organizadas. Ele romperia com o tradicionalismo das disputas ruidosas, porém anêmicas entre as elites.

O Abolicionismo se reveste da mesma complexidade de seu objeto, a escravidão, instituição que em trezentos anos marcou profundamente a cena brasileira, econômica, social, politicamente, no campo das mentalidades, das próprias práticas abolicionistas modificadas na proporção das adesões recebidas; das influências internas e externas; da participação da massa escrava e da ação dos governos do Império<sup>407</sup>. Sua interpretação vem gerando discussões caudalosas, até hoje não apaziguadas na historiografia.

Em sua diversidade, possuía uma idéia comum, ser um projeto reformista, civilizador, progressista e apoiado no Estado. A dimensão desse apoio dependia do perfil ideológico dos atores. De unívoco, possuía a perspectiva de mais do que libertar os escravos, libertar a Nação, dar-lhe uma identidade consentânea com as exigências da modernidade.

Os envolvidos na luta pela extinção do trabalho escravo tinham sobre suas cabeças duas espadas, a do risco de desorganizar a produção e a de guardar respeito à propriedade. Essas balizas circunstanciaram o movimento a um empreendimento de cunho emancipacionista, de longo prazo, que se faria através do controle do tráfico e pelo controle da reprodução. Naturalmente, os efeitos não apareceram, a despeito do diplomas legais. A lei de 1831 foi inócua, a questão econômica transcendia o

<sup>406</sup> MACHADO, Maria Helena. *Op.Cit.* p.156

<sup>407</sup> Para Emília Viotti, a liquidação do trabalho servil transcendia aspectos regionais, era internacional, repercutindo em todos os setores das sociedades, desde o século XVIII. Cf. VIOTTI, Emília. *Da Colônia à Senzala*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 389



componente agro-exportador, haveria uma convergência de interesses mercantis, agrários e do tráfico interno, conferindo certa complexidade à economia e alguma autonomia<sup>408</sup>. O tráfico externo só será extinto em 1850, porém acentua-se o interno e a pirataria.

O outro marco no processo é 1871, quando a exemplo de outros países, concede-se – por diploma legal – a liberdade do ventre escravo. A questão é polêmica e, da mesma forma, que uma lei de sexagenários de 1885, também será inócua, porque ficara na dependência dos “fundos de emancipação” e da boa vontade dos senhores. São ainda ações tímidas, conservadoras, destituídas de alcance, na esteira da política imperial de *controlar por reclamação*<sup>409</sup>.

Esses períodos se acompanharam de intensos debates, onde a estratégia da reação não era negar a importância da abolição ou defender a manutenção do regime escravista. A escravidão seria um mal necessário para a sobrevivência da economia e exigiria tempo para as adaptações necessárias, incluindo a substituição pela mão de obra imigrada. No entanto, há uma questão crucial rondando o cenário, o direito do senhor à posse do escravo, como outra propriedade qualquer, conforme expresso no direito de romano. Essa é uma discussão que se prolonga e avulta no parlamento, onde provoca cisões; e no final da década, estará polarizada.<sup>410</sup>

O abolicionismo só começaria a explodir ao final da década de 70. Um deputado pela Bahia, Jerônimo Sodré, em março de 79, defendeu no Parlamento, pela primeira vez, a extinção imediata da escravidão. Haveria dois motivos, a ameaça da manutenção do regime escravista e o exemplo de uma prometida libertação que se faria em Cuba no ano seguinte. Até então, as discussões nas Câmaras se faziam em torno de uma emancipação gradual. O próprio Nabuco defendia o respeito à propriedade escrava, admitia o gradualismo, a indenização e falava em instituir-se a servidão da gleba. Havia, no entanto, outra ameaça no ar, os proprietários rurais vendo a iminência da perda do braço escravo, propunham a importação de chineses, os *coolies* ou *chins*. A medida recebeu apoio de Sinimbu, então Presidente do Conselho, e de Salvador de Mendonça,

<sup>408</sup> **CARDOSO**, Ciro Flamarion (org). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p.39

<sup>409</sup> Rebouças denuncia que, por contingências burocráticas, um grande montante de recursos, destinado às emancipações, ficara no Tesouro. Também havia resistência dos senhores e, no parlamento, os liberais se negavam a controlar uma medida vinda dos conservadores. Cf. **MORAIS**, Evaristo de. A Campanha Emancipadora, cap.I de A Escravidão, da supressão do tráfico à lei áurea. In: **RIHGB**, Tomo Especial, Congresso Internacional de História da América, v.3, 1922, p.271

<sup>410</sup> *Idem*, p. 266-7

cônsul nos Estados Unidos. Os abolicionistas reagiram, a escravidão negra seria trocada pela amarela.

Criavam-se sociedades abolicionistas: em 1880, a *Associação Central Emancipadora*, fundada por Rebouças e Vicente de Souza. O engenheiro apresenta a proposição do Imposto Territorial e passa a defender uma reforma fundiária, nomeada de *democracia rural*, ou seja, o acesso dos futuros libertos à pequena propriedade rural. O projeto se inspirava numa proposta feita por Tavares Bastos, com as diferenças de que a iniciativa do político liberal objetivava a questão da imigração, aceitando inclusive a manutenção do trabalho servil e propunha a venda de terras.

Rebouças, durante a década de 70, vivera a fase da influência americana, denunciando a inércia das instituições monárquicas e mostrando o seu desprezo pelo formalismo. Mas agora aderira a Nabuco, passando progressivamente a comungar da idéia de que sem a ajuda da própria monarquia, seria impossível extinguir, o que apontava como o cerne da questão, a aristocracia territorial, o “landlordismo” feudalizante e imobilista. No pós-abolição imediato, em um de seus artigos da série *Republicuistas*, publicados na *Cidade do Rio*, já em luta contra o republicanismo oportunista dos proprietários, definiria os antagonistas, os “politicantes”:

(...) Piores do que todos são os políticos fazendeiros e senhores de engenho que se constituíram imoral e injuridicamente, juizes e partes ao mesmo tempo. Possuidores de escravos, escravizadores e reescravizadores, eles tiveram e ainda têm a inconsciência de legislar e de julgar sobre a escravidão!(...)”

Diz não haver apoio na moral nem no direito natural,

o ardil pelo qual os políticos fizeram-se fazendeiros e senhores de engenho. Foi pelo parasitismo total. Receberam simultaneamente uma virgem, um enxoval, uma fazenda ou um engenho, um latifúndio de légua quadrada, uma centena de negros do eito, meia dúzia de mucamas e uma dezena de moleques! [ilegível] tempos do patriarcado feudal, a moral era inteiramente outra (...) Não adianta lutar contra o progresso. Estamos no século dos novos Gracchos, de Richard Golden, de George Henry. Não há mais lugar para patriarcas nem para barões feudais. A aristocracia territorial já é impossível no Velho mundo, quanto mais na jovem e ardente América, o futuro pertence à **democracia rural**.<sup>411</sup>

Em *Republicuistas VI* dirá: “é mais fácil democratizar um rei ou rainha do que uma assembléia de opulentos proprietários territoriais ciosos de seus pretensos direitos feudais (...)”<sup>412</sup>

Ele acabaria por tornar-se íntimo da dinastia, funcionando como um articulador político junto a ela.

<sup>411</sup> *Cidade do Rio*, 22/06/1888: “*Republicuistas IV*”:

<sup>412</sup> *Idem*, 23/06/1888: “*Republicuistas VI*”:

Um biógrafo seu, Luis Veríssimo, fala sobre a existência de um projeto do engenheiro para após a Abolição, o “*Programa de Evolução para Depois de 13 de maio*”, reunindo idéias já divulgadas anteriormente. Dele constavam: o direito a mais ampla liberdade de consciência, ou seja, as matérias concernentes à religião estariam à frente de quaisquer poderes humanos, não podendo ser objeto de discussão por nenhuma das Câmaras; a garantia da educação e da possibilidade de acesso à posse de terra; e a nacionalização do solo pelo imposto territorial e pelo comércio da terra,

(...) facilitar a todos os nacionais e imigrantes e imigrantes a aquisição de um lote de terra com propriedade garantida pelo sistema Torrens; com apólice transmissível por endosso e livre de litígios, demandas e complicações judiciais pela segurança do Registro do Cadastro Nacional.

Previa também a garantia da autonomia municipal, assegurando todos os serviços sociais necessários à população; a autonomia provincial; a democratização dos impostos, abolindo os impostos diretos sobre a venda e sobre a superfície de terra ocupada; a liberdade de comércio e extinção dos protecionismos à indústria, bancos e ao trabalho mental; e a decisão por arbitragem para todos os conflitos internacionais.<sup>413</sup>

Quanto a Joaquim Nabuco, também no ano de 1880, imitando os abolicionistas ingleses, criou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, que não só se pretendia mais cosmopolita, como também capaz de fazer a mediação entre povo e parlamento. Ele, a par de suas convicções, percebeu no abolicionismo o gatilho necessário para fazer explodir sua carreira política, lançando-se à imprensa, ao Parlamento e mesmo à atividade nas ruas.<sup>414</sup> O caminho exigia a adesão ao reformismo mais agressivo, Nabuco e Rebouças equalizavam o “Moderatismo” e o “Yankismo” de origem.<sup>415</sup> Nabuco passaria a ser como uma representação pública de Rebouças, sua voz e seu braço político. Para o pernambucano, o engenheiro negro havia encarnado, “como nenhum outro de nós, o espírito antiesclavagista (...)”, porém “ele não tinha para o público nem a palavra nem o estilo nem a ação”; e isso o impedia de destacar-se num “movimento dirigido por oradores, jornalistas, agitadores populares”. Representava, apesar disso, “o motor da inspiração que se repartia por todos (...) só ele entrava na sarça ardente e via o eterno face a face”.<sup>416</sup>

<sup>413</sup> VERÍSSIMO, Ignácio José. *André Rebouças através de sua autobiografia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939, p.214-215

<sup>414</sup> ALONSO, Ângela. *Joaq. Nab.*, p.119

<sup>415</sup> Os conceitos de *Yankismo* e *Moderatismo* são discutidos por Maria Alice Carvalho. Cf. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Op. Cit.*, p.122-158

<sup>416</sup> NABUCO, Joaquim. *Min. Form*, p.147

Ainda nessa memória, Nabuco expõe idéias que repercutirão na historiografia. De início, atribui duas fases ao movimento abolicionista: uma “puramente abolicionista”, de 1879 – quando do discurso inaugural de Jerônimo Sodré – até 1884, e outra, “política”, marcada pela adesão progressiva dos partidos, o liberal em 84 e o conservador, em 88. Em seguida, situa na ação parlamentar o ponto de origem da ordenação do movimento.<sup>417</sup> Haveria como que um “proto-abolicionismo”, voluntarista, depois modulado pela ação parlamentar. Ele teria “seu eixo próprio, sua formação distinta, cujo princípio, marcha e velocidade são fáceis de verificar (...)”. Enquanto na fase parlamentar, já seria perceptível “um sistema fluvial do qual se conhecem as nascentes, o volume de água e o valor de cada tributário, as quedas, os rápidos, o estuário (...)” E conclui, “(...) esse movimento começa, fora de dúvida com o pronunciamento de Jerônimo Sodré (...)”<sup>418</sup>

Nabuco, neste tempo, está reagindo àquilo que percebe como sendo uma tentativa de dar-se preeminência ao *elemento popular republicano* sobre a iniciativa parlamentar. Valoriza a prioridade de seus escritos abolicionistas, oriundos dos tempos de academia, mas – em contrapartida – admite que o movimento popular

mais tarde incubou o germe parlamentar, não o deixando morrer (...) O movimento começou na Câmara e não como se tem dito, na *Gazeta da Tarde*, de Ferreira de Menezes, que é de 1880, nem na *Gazeta de Notícias*, onde então José do Patrocínio, escrevendo a *Semana Política*, não fazia senão nos apoiar e ainda não adivinhava sua missão.”<sup>419</sup>

Se por um lado, admitia a dificuldade para estabelecer-se uma hierarquia de importância entre os envolvidos no início da campanha, pelo outro, fazia questão de advertir, “(...) mas a linha divisória era sensível: um representava a ação política, o outro a revolucionária”.<sup>420</sup>

Propositalmente, deixei para o final a apreciação de Nabuco sobre os quadros envolvidos no movimento. Haveria, para ele, uma “pequena igreja”, composta pelos que lhes eram próximos, Rebouças, Gusmão Lobo e Joaquim Serra. Na outra, que chamou de “igreja fronteira”, ficavam José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, Vicente de Souza, Nicolau Moreira e depois João Clapp com a Confederação Abolicionista.<sup>421</sup> Essa imagem ajudou também a marcar a historiografia do movimento, Nabuco, tomado como

---

<sup>417</sup> *Idem*, p.147

<sup>418</sup> *Idem*, p.145

<sup>419</sup> *Idem*. A afirmação tem que ser tomada com reservas, a participação de Patrocínio em manifestações populares já se fazia desde essa época.

<sup>420</sup> *Idem*, p.147

<sup>421</sup> *Idem*, p.145

a palavra e a ação lógica, política, enquanto Patrocínio seria uma liderança popular virulenta e impulsiva, como refere Alonso.<sup>422</sup>

Gusmão Lobo, conforme visto no capítulo II, repete Nabuco,

(...) Patrocínio: – um recém-chegado ao partido da abolição pelo qual já eu me batia ao lado de Nabuco, Rebouças e Serra quando o negro hesitava e queria transigir com os pecados do Centro da Lavoura. Foi depois disso um herói da pena e da palavra, mas sempre especulando, ele, Clapp e outros, com os pecúlios, com os serviços dos negros fugidos etc. Esta é a história verdadeira. Cândido, leal e sincero foi Rebouças, um agitado sublime. Admirável foi Nabuco: a alma da abolição.<sup>423</sup>

Essas idéias serviram para criar a memória de Patrocínio como emocional, impulsivo, carbonário, carente de uma ação moduladora. Sua atitude representaria a voz da rua; a de Rebouças, transcendente, seria a voz da casa; e a de Nabuco como a alma, o fio condutor, o líder, a voz do parlamento, ou seja, a da ordem sobre a casa e sobre a rua. Por fim, elas se prestam para reforçar a concepção de um movimento abolicionista dependente de lideranças pessoais, de voluntarismo de seus quadros, sem valorizar o contexto sócio-político cultural e a esfera pública.

Comentando a evolução do movimento, Maria Alice Carvalho repete Nabuco,

O processo da crítica abolicionista conviveu, por muito tempo, com a impossibilidade de tornar-se política, concentrando-se, então em espaços como de clubes, associações, cafés e jornais, onde viria a consagrar uma nova autoridade moral – o público<sup>424</sup>

Mais adiante, ao falar dos “pioneiros”, Patrocínio, Clapp, Vicente de Souza, Ferreira de Menezes e Nicolau Moreira - coincidentemente os mesmos da outra “igreja” de Nabuco - toma-os como “os mais eloqüentes e emocionais publicistas que o abolicionismo conheceria”. Porém “a luta se restringia à eliminação das condições legais que garantiram a escravidão, sem avançar qualquer programa de reforma ou mesmo sem considerar explicitamente a superação dos efeitos sociais do escravismo no país”.<sup>425</sup>

Conclui, afirmando que foi a entrada do partido Liberal no debate público que pode prover uma “agenda reformadora da institucionalidade política”. De fato, em 68, a proposta liberal radical, vai falar na substituição do trabalho servil pelo trabalho livre.

<sup>426</sup> Com a queda do gabinete liberal, os membros do partido fundam o Clube da Reforma e, no ano seguinte, publicam um manifesto, contendo um programa de reformas, que

<sup>422</sup> ALONSO, Ângela. *Joaq. Nab.*, p.112-3

<sup>423</sup> Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano 3, n.5. – Brasília, DF : A Fundação, 2004. Carta do jornalista Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo ao barão do Rio Branco, em 07/09/1888

<sup>424</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Op. Cit.*, p.217

<sup>425</sup> *Idem*, p.218-19

<sup>426</sup> BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal / Fundação Casa Rui Barbosa, 1979, p.33

incluía a emancipação dos escravos. Essa meta, conforme Américo Brasiliense, “não tem íntima relação com o objetivo principal do programa (...) é, porém, uma grande questão da atualidade, uma exigência imperiosa e urgente da civilização (...)”<sup>427</sup>

Da mesma forma que em relação à Reforma Eleitoral, os liberais também se dividiam quanto ao abolicionismo. A resistência ostensiva da lavoura às propostas apresentadas na Câmara ajudava a limitar uma possível ação radical. Embora a questão agora já se insinuasse na discussão parlamentar, eram consensuais a necessidade do gradualismo e a garantia da indenização dos proprietários. Preocupavam-se com o problema social, produto possível do afluxo repentino de uma massa considerável de libertos despreparados; e com o econômico, a necessidade da suplência de braços. A proposta inicial de Nabuco, com apoio dos “pioneiros”, era de a abolição se completar em 1890. O projeto previa a indenização dos proprietários e a introdução de mudanças fiscais, incluindo o imposto territorial. A reação parlamentar foi ostensiva, havia o risco da quebra da ordem, da intromissão do Estado e o projeto foi rejeitado. Mas a questão estava colocada.

Derrotado nas eleições de 1881, Nabuco viajou para a Inglaterra, onde elaborou o que viria a ser a bíblia do movimento para essa geração de abolicionistas, sua obra *O Abolicionista*, na qual introduzia a idéia totalizadora da “elasticidade da escravidão”. A instituição teria atingido a sociedade brasileira nos níveis social, econômico e mental. Vencer a escravidão seria superar o óbice à construção da Nação e à colocação do país no concerto da modernidade e do progresso. Estaria, por isso, à frente de quaisquer outras propostas, inclusive a da república.

Conforme Alonso, Nabuco, ao ver seu projeto derrotado na Câmara, teria percebido, de forma idêntica ao acontecido anteriormente com seu pai e outros, os limites do liberalismo à brasileira. Além disso, entendeu também a necessidade de “um povo” e da modernização da economia. O mais importante, no entanto, teria sido o destino dado a essa descoberta, sua colocação como uma bandeira.<sup>428</sup> A libertação da nação passaria pela libertação do trabalho escravo e mais do que isso sua inclusão, pela instrução ampla e pela posse da terra. Omitia-se ainda a questão da indenização.

Voltando às memórias de Nabuco, “*Minha Formação*”, escrita na década de 1890, é uma obra ainda marcada pela frustração diante do cataclisma representado pela República. A preocupação do autor, conforme já discutido, parece ser a de contestar a

<sup>427</sup> Idem, p.49

<sup>428</sup> ALONSO, Ângela. *Joaq.Nab.*, p. 109

precedência do elemento popular republicano sobre as ações parlamentares, estas sim entendidas como políticas. A divisão que faz do abolicionismo em etapas, mesmo visando a estabelecer uma hierarquia entre elas, ilustra sua percepção da historicidade do movimento; as ações teriam se adequado às diversas circunstâncias.

A rigor, dada a diversidade do movimento de libertação nas diversas conjunturas têmporo-espaciais, poder-se-ia falar em abolicionismos, aos quais não se podem atribuir proeminências. Mesmo incipientes, as discussões sobre o trabalho servil se faziam na sociedade brasileira, pelo menos desde a independência, embora em circunstâncias diferentes. José Bonifácio, dialogando com o emancipacionismo humanitário de Maciel da Costa, já apontava *razões nacionais* para sua extinção.<sup>429</sup> A escolha de um modelo liberal, tarjado pela escravidão, passaria a ser objeto de discussão permanente.

Da mesma forma, atribuir, para o abolicionismo, uma fase *política*, a iniciar-se somente após sua discussão parlamentar e o conseqüente acréscimo de uma agenda partidária é compreensível somente se tomarmos a política como restrita a ações institucionais. Independente, se de cunho evidentemente emancipacionista, também foram políticas as discussões de 1831, 1850 e, mais ainda, 1871. E, mesmo se consideradas apenas as relações institucionais, na fala do trono de 1867, o imperador já expunha ao legislativo que “o elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração”, ressalvados o respeito à propriedade e os possíveis riscos à agricultura.<sup>430</sup> Para Weber, uma questão seria política ou influenciada politicamente, quando os interesses de divisão, conservação ou transferência de poder fossem fatores essenciais, para esclarecê-la.<sup>431</sup> Conforme Schmitter, o ato social será considerado político quando satisfizer a duas condições: uma necessária, a de possuir uma natureza conflitiva; e outra, suficiente, os atores envolvidos devem encontrar nela a sua realidade. Existiria então uma moeda de dupla face: conflito e integração.<sup>432</sup>

O campo do político, conforme já discutido, no capítulo II, não possui limites definidos e mantém relações diretas ou indiretas com diversos segmentos. Conforme Rémond, o político não podendo ser definido por uma coleção de objetos ou por um espaço, pode-se defini-lo por um atributo, o poder.<sup>433</sup> Essa é, pois, a referência para se

<sup>429</sup> PRADO, Maria Emília. *Op. Cit.*, p.122

<sup>430</sup> Fala do Trono, de 1867. *Apud* LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro, 1822-1890*. São Paulo:Cia. Melhoramentos, 1927, p.120

<sup>431</sup> WEBER, Max. *Op. Cit.*, p.60

<sup>432</sup> SCHMITTER, Philippe. Reflexões sobre o Conceito de Política. In: UnB, Curso de Introdução à Ciência Política, Política e Ciência Política, unidade I, 1985, p.36

<sup>433</sup> RÉMOND, René. *Do Pol.*, p. 443

caracterizar o político, a preocupação com as estratégias e ações relacionadas ao acesso, à disputa ou à manutenção do poder. Rémond, no entanto, não foge da concepção clássica do poder substantivo, só aceitando como políticas as relações de poder na sociedade global, ou seja, em relação à nação e ao Estado. Ele é incisivo na crítica ao que chama de “abuso, a partir de 1968 da noção de poder e a extensão de sua aplicação”.<sup>434</sup>

O autor está se contrapondo à concepção foucaultiana do poder como algo não substantivo, disseminado na sociedade por uma rede de relações, da qual todos participam, ainda que com maior ou menor assimetria. Assim, o poder não estaria necessariamente atrelado ao Estado, suas redes não necessariamente passariam por ele e nem mesmo seriam uma extensão dele. Para Machado, a idéia básica do filósofo francês é mostrar que as relações de poder não se passam “fundamentalmente nem ao nível do direito nem da violência; nem são basicamente contratuais nem unicamente repressivas”.<sup>435</sup>

Essa contribuição permitiu ao historiador do político o entendimento das relações mais íntimas da sociedade, percebendo os interstícios onde surgem os discursos. Para Foucault, o poder não é fonte do discurso, mas opera através dele e ambos operam para uma estratégia de relações de poder.<sup>436</sup>

### 3.3 - A urbanização e o abolicionismo

O processo de urbanização, progressivamente, fazia da Corte um espaço diferenciado daquele da lavoura, provendo também um distanciamento entre seus interesses. Na Corte, a convivência de indivíduos de diferentes extrações mantinha a circularidade de diferentes culturas. Os atores estavam em proximidade física, ainda que se guardassem as diferenças sociais, percebidas de forma naturalizada. Uma geração de intelectuais começava a repensar o país, combatendo a mentalidade imperial e suas instituições, voltavam-se para os ideais de progresso e civilização. Diversos segmentos aparecem no cenário em busca de representação política. Libertos e a camada mais pobre da população disputavam posições no mundo do trabalho. O convívio dos escravos no espaço urbano, entre si, com seus senhores ou com os libertos instituiu novas redes de sociabilidade, gerava diferentes representações, produzia ações ativas ou

<sup>434</sup> *Idem*, p.444.

<sup>435</sup> MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder* (23ª ed.). Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.XV

<sup>436</sup> FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o Poder. In: MOTTA, Manoel Barros da. *Michel Foucault: estratégia poder-saber*, Ditos e Escritos IV, Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 253



resistentes e a ocupação dos interstícios de poder. “A côté de la sphère publique hégémonique et entrelacée à elle, une sphère publique plébéienne se forme”.<sup>437</sup>

Para Morel, os diferentes momentos da repercussão nos jornais dos movimentos emancipatórios do trabalho servil espelhavam as fases de apoio das elites políticas e culturais diante do tema. De 1808 ao final da década de 70, haveria majoritariamente ou o apoio ou um silêncio, apesar da presença de “algumas vozes a favor do emancipacionismo teórico com críticas morais ou **políticas** à escravidão”<sup>438</sup>. Não haveria grandes conseqüências práticas ou a amplitude de um movimento. “A participação da imprensa se restringiria à participação no debate geral sobre o reformismo gradual da escravidão, implementado pela legislação”<sup>439</sup>. Se olhada pela participação de Patrocínio é a fase em que ele começara produzindo textos em prosa e verso, denunciando a escravidão. Terminaria na *Gazeta de Notícias*, defendendo a soberania popular e maldizendo as instituições imperiais, aí incluídos os partidos.

Só a partir de 1880, surgiria uma imprensa abolicionista.<sup>440</sup> O abolicionismo passa a ganhar dimensão, está nos jornais, nas ruas, nos comícios, nas redes relacionais, nas associações e na resistência escrava, que se exacerba, como são exemplos São Paulo e Campos. Ele incorpora um progressivo radicalismo, acompanhado de maciça resposta da população escrava. Conforme Andrew, ela já se comportava de forma bastante sensível às mudanças nas políticas públicas relacionadas com a escravidão, e, mais importante, demonstrava capacidade para explorá-las.<sup>441</sup> São exemplos os inúmeros apelos formulados por escravos, que foram reconhecidos pelos tribunais.

Também em 1880, como visto no capítulo anterior, a Revolta do Vintém faria de Patrocínio uma prestigiada liderança popular. Mas, em 1881, sua pena começa a enfrentar restrições na *Gazeta de Notícias*. Com a ida de Ferreira de Araújo para a Europa, uma maioria de portugueses ocupou a direção, gente que se agastou com a posição do articulista a respeito da proposta de nacionalização do comércio. Para Patrocínio, o comércio, sendo responsável por recursos para alavancar a produção da lavoura, não podia estar em mãos estrangeiras.

<sup>437</sup> HABERMAS, Jürgen. *L'espace publique: archeologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1990, prefácio, VI. “Ao lado da esfera pública hegemônica e entrelaçada a ela, forma-se uma esfera pública popular”. Tradução livre.

<sup>438</sup> MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, pp.210-18

<sup>439</sup> Idem

<sup>440</sup> MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro. *Pal. Imag. e Pod.*, p.98

<sup>441</sup> ANDREW, George Reid. O Protesto Político Negro em São Paulo – 1888-1988. In: Estudos Afro-Asiáticos (21): 27:48, dez.91

Para complicar, na *Semana Política*, de 27 de junho, ele se dirige à “S.Ex<sup>a</sup> Sra. Lavoura”, aconselhando-a sobre o pacote a ser solicitado ao governo. Entre outras ironias, pede-lhe cuidado quanto a reivindicar imigrantes europeus, porque a imigração poderia constituir-se em retrocesso político. É incisivo na crítica à imigração portuguesa,

uniu à mesma religião [católica] a influência política; a consequência de nossa independência foi continuar a soberania da metrópole (...) Na política, onde está a riqueza está a influência. A fonte de todos os nossos males foi justamente esta fatal organização. A fraqueza do nosso parlamento, a monomia do funcionalismo, um certo pendor para o militarismo, sobretudo a desmesurada inclinação à vadiagem prende-se a estas origens.<sup>442</sup>

Patrocínio, mais uma vez, deixa clara sua indisposição com a imigração.

Dias após, ao criticar a pretensão dos militares de apresentar candidatos a cargos eletivos, acusa-os de corporativismo. Diz haver uma incompatibilidade entre o militarismo e a ação parlamentar, porque se a classe advoga os interesses da nação, prejudica os seus interesses, se, ao contrário, prejudica os interesses da nação. Mais importante é a crítica à falta de definição da categoria para uma questão considerada básica, o escravismo. A ela se juntariam outras tais como a opção pela monarquia ou pela república, o livre cambismo, o ensino público ou privado e a nacionalização do comércio. Pergunta se “o governo de um país novo tem ou não o direito de ser industrial, quando os capitais se retraem egoisticamente e escolhem como função social figurar como parcela da dívida pública?” Por fim, pede que se definam se a agricultura deveria priorizar a exportação ou o mercado interno, para competir com os importados. Ou seja, coloca em discussão a política da monocultura cafeeira.<sup>443</sup> Existe uma ansiedade reformista a exigir definições de todos os segmentos. Uma polêmica constrangedora para os portugueses da *Gazeta de Notícias*.

Em relação à campanha, a derrota de Nabuco, em 1881 para a deputação geral e seu conseqüente afastamento para a Inglaterra, trouxe Rebouças e Patrocínio para a liderança do movimento. Enquanto o primeiro costurava as alianças, o outro trazia as ações para a as ruas.

Quando de seu retorno, em 82, Nabuco tentará reconduzir o movimento para a via formal do parlamento, usando para isso, toda sua influência política e prestígio internacional. Mas mesmo o abolicionismo parlamentar, agora se desdobrava no espaço público. A luta libertária de Patrocínio, antes restrita a intervenções esporádicas na

<sup>442</sup> *Gazeta de Notícias*, 27/06/1881. “*Semana Política*”.

<sup>443</sup> *Idem*, 30/06/1881.

imprensa, agora se consolidava. Ele sairá dos limites impostos pela *Gazeta de Notícias*, fundando sua própria folha, a *Gazeta da Tarde*, que viria a ser a voz abolicionista da imprensa da Corte até 1887, quando da fundação da *Cidade do Rio*.

Ainda em 1882, volta ao Ceará, agora com o propósito declarado de divulgar o seu jornal. A província já se destacava por ações abolicionistas partidas das elites, mas também a dos negros e de jangadeiros, que se recusavam a transportar escravos. Em 1881, um desses jangadeiros, Chico da Matilde, interditara o porto, ali não mais se embarcariam cativos. Havia, contudo, tentativa entre as elites políticas de tutelar as ações. Em carta, datada de 31 de dezembro de 1882, dirigida ao marquês de Paraná, o barão de Guajará, falava sobre os riscos representados pela Associação Libertadora do Ceará, cuja existência seria ilegal, apenas tolerada pelos agentes do poder. Recomendava cautela no enfrentamento da população. Para isso, haviam criado outra, “no terreno legal”, o Centro Abolicionista. Acrescenta que a primeira não se recomendava, inclusive, pela presença de “indivíduos que não merecem muito”, e cita Patrocínio.<sup>444</sup>

Na época, após alguns anos de devastadora seca, o valor do escravo caíra<sup>445</sup>, enquanto no sudeste, a explosão cafeeira demandava braços, e, com isso, uma intensa migração norte – sul. A decadência daquelas áreas diminuía o interesse pelo trabalho escravo, reduziam-se os plantéis. Patrocínio, contudo, percebe a oportunidade. Acompanhado de outros jornalistas, segue desde a Bahia, incentivando uma reação em cadeia de libertação em massa. Escravos são liberados sem indenização ou por alforria, com recursos obtidos em festas e subscrições populares.<sup>446</sup>

A viagem fora um êxito.

Em 1884, a escravidão seria definitivamente abolida em todo o Ceará. Embora o fato seja desvalorizado pela historiografia, pelo pequeno número de escravos libertados e pela reduzida importância econômica, ele teve repercussões simbólicas significativas. Na realidade, havia diferenças entre os estados do norte-nordeste, Conrad cita que

<sup>444</sup> (Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis) AHMIP, I- DPP -Raí e PP CE .Carta do barão de Guajará ao marquês de Paraná, em 31 /12/ 1882

<sup>445</sup> Nas relações econômicas envolvidas com o trabalho escravo, a variável preço permaneceu baixa durante a maior parte do tempo, devido ao reduzido custo na origem e à grande elasticidade da oferta. Variações ocorreram quando da inflação européia de 1550 a 1625, na inflação mineira do século XVIII, e notadamente quando da exacerbação da demanda com a eminência do fim do tráfico. *Apud BUESCU, Mircea. Aspectos Econômicos do Processo Abolicionista. In Rev. Inf. Legisl. Brasília, nº 98 abril/junho de 1988, p.75. A partir daí, apesar de os preços permanecerem num patamar mais elevado, eles começam a variar muito de acordo com o nível de demanda por áreas.*

<sup>446</sup> **CONRAD, Robert. Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil: 1850-1888.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.226

enquanto em Sergipe, pedia-se a emancipação, no Maranhão lutava-se pela manutenção da escravidão.<sup>447</sup> O Ceará fora pioneiro, já em 1879, criara-se lá a Sociedade Emancipadora do Ceará, funcionando como um centro irradiador e, como visto acima, provocador de cisão nas elites.<sup>448</sup>

Sucesso lá, sucesso maior aqui. A abolição é comemorada efusivamente pelas ruas do Rio de Janeiro, foram três dias de intensos festejos, incluindo um desfile do qual dez mil pessoas teriam participado.<sup>449</sup> Patrocínio assume um lugar no panteão da abolição no nordeste e o fato seria emblemático para a causa abolicionista. Mas, no momento faustoso da abolição, ele estava longe, em Paris, num banquete, exaltando o acontecimento à intelectualidade francesa.

A viagem à França, ocorreu numa fase de grande êxito para Patrocínio. A emancipação no Ceará seria bastante explorada pela campanha abolicionista junto à opinião pública nacional e internacional. Acompanhado de Santana Nery, ele é apresentado ao meio intelectual francês, então capitaneado por Victor Hugo, com quem estabeleceu um bom relacionamento. Aliás, além do famoso escritor, os intelectuais franceses devem ter adorado ouvir dele, ao agradecer a hospitalidade, que “o meu país é uma projeção de vossa literatura e de vossa ciência. Se ali há, politicamente, franceses, há também, intelectualmente, franceses”.<sup>450</sup> A essa altura já é tratado como igual e convidado para presidir o banquete de 10 de março, quando dará à França a notícia da abolição no Ceará. Ele lerá seu famoso artigo *L’Affranchissement des Esclaves de la Province du Ceará au Brésil*.<sup>451</sup> O jantar rendeu aos abolicionistas brasileiros uma famosa mensagem escrita por Victor Hugo, que terminava assim: “A liberdade é a lei humana. Sintetizemos numa palavra a situação do progresso: a barbárie recua, a civilização avança”.<sup>452</sup>

Está-se diante de um fato novo. Aumentava a audiência aos comícios, festas, quermesses e outras atividades abolicionistas. O movimento, além de incorporar as novas camadas médias, excluídas da representação, passava também a incluir as frações excluídas socialmente pela urbanização. Tornara-se uma via de expressão do

<sup>447</sup> CONRAD, Robert. *Op. Cit.* p.151

<sup>448</sup> Idem, p.153. Outro fato relevante foi a participação de jangadeiros, negando-se a embarcar escravos. Há uma historiografia atual que procura analisar a questão da participação popular, até então omitida, na abolição do Ceará.

<sup>449</sup> *Gazeta da Tarde*, 25-26 /03/ 1884

<sup>450</sup> MAGALHÃES JR., Raimundo. *Op. Cit.* p.136

<sup>451</sup> *13 de maio*, edição de 13/05/1915, especial, comemorativa, realizada pela Confederação Abolicionista.p.5 .Original no IHGB. O governo brasileiro editou o panfleto, o que mostra a repercussão do fato.

<sup>452</sup> MAGALHÃES JR., Raimundo. *Op. Cit.* p.145

“populacho”, das redes de solidariedade entre escravos urbanos, fugidos e libertos, empregados, operários, imigrantes e outros desclassificados. Embora tivesse se pluralizado, estabelecia limites para as ações populares, não se admitiam excessos, violência; as camadas subalternas eram aceitas, desde que passíveis de controle e disciplina.

Em 1883, haviam se fundido dezessete clubes abolicionistas, duas associações abolicionistas de escolas militares e outra da escola de medicina, uma organização gráfica, uma associação comercial; e ainda a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, dando origem à *Confederação Abolicionista*. Seu manifesto, redigido por Patrocínio, Rebouças e Aristides Lobo foi apresentado na Câmara dos Deputados e mandado publicar no diário oficial. Em seu início, diz ser o abolicionismo filho legítimo da lei, tendo o direito de transpor os umbrais do parlamento e, dentro dos limites constitucionais, ser ouvido pelos delegados do povo. História as ações abolicionistas e conclui tratar-se de uma questão moral e econômica. Utilizando-se de dados financeiros do Banco do Brasil, atribui à própria lavoura a responsabilidade pela crise que alega estar vivendo. Ela seria produto de uma economia fictícia criada pela grande propriedade e o trabalho escravo. Propõe a abolição imediata e defende a pequena propriedade. Por fim, pede aos “Digníssimos Representantes da Nação Brasileira” a transformação da abolição em lei.<sup>453</sup>

O abolicionismo ganharia novas estratégias, passando a penetrar o sistema político formal, como uma bandeira. Há, contudo, uma questão importante, o que representavam os partidos e qual a sua relação com o abolicionismo?

### 3.4 - Partidos políticos e representação:

O deputado Cezar Zama, em junho de 1888, discursava na Câmara, **“os nobres deputados podem dizer-me onde está o meu partido? E podem dar-me notícias do programa liberal? Eu venho aqui com vontade de batalhar e não encontro inimigos.”**<sup>454</sup> (Grifos meus)

No Império, o sistema representativo era formado por agremiações políticas ainda incipientes, a que se chamavam partidos, embora se tratasse de organizações bastante diferentes dos atuais partidos políticos. Por isso, muitas das críticas feitas aos

<sup>453</sup> *Diário Oficial*, 1º/09/1883. O periódico pode ser encontrado na biblioteca do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro.

<sup>454</sup> Discurso do deputado liberal baiano, Cezar Zama, proferido a 13/06/1888 na Câmara dos Deputados, e publicado na *Cidade do Rio*, em 14/06/1888

partidos imperiais são anacrônicas<sup>455</sup>. Motta explica, os partidos políticos são organizações recentes, nascidas na esteira das revoluções liberais no século XVIII, quando a divinização das dinastias entrou em crise, evoluindo também com a divisão dos poderes dentro do estado. Agora, ao poder legislativo caberia também a questão da representação do povo. A própria complexificação da sociedade e, conseqüentemente, do processo político levou à necessidade de instâncias mais aperfeiçoadas de representação. <sup>456</sup> Possuem, pois, uma historicidade. Hoje, podem ser definidos como vias para o acesso ao poder e não apenas para influenciá-lo, como os grupos de interesse e de pressão, e, normalmente, representam o meio de expressão dos interesses, do recrutamento de lideranças e formação de opinião pública. <sup>457</sup> Em virtude de a liberdade não ser ainda tomada como um bem individual, esses partidos de origem, não abrigavam reivindicações populares. Só no século XX aparecerá o partido de massa. <sup>458</sup>

No início do XIX, o regime fechado não ensejava uma participação, as liberdades individuais só eram reconhecidas como devidas às elites. E, com isso, as agremiações partidárias só vão aparecer após a abdicação de D.Pedro I, embora ainda não tivessem existência legal. <sup>459</sup>

O período regencial, que se segue à abdicação, foi um tempo de fortes demandas liberais e, na esteira dos grupos de interesses já existentes, polarizaram-se duas agremiações, os Liberais, que haviam participado da queda do Imperador e os Conservadores. Enquanto aqueles defendiam a descentralização e a garantia das liberdades individuais, estes lutavam pela manutenção da unidade, visando a evitar os riscos da pulverização do poder. É difícil separar com clareza os interesses ideológicos das agremiações partidárias, sejam conservadores, liberais, progressistas ou republicanos. A opção pela ordem era mais forte em aproximá-los, do que quaisquer dissidências pudessem afastá-los. Manter a ordem significava manter a hierarquia, a propriedade e os privilégios.

Partidos e eleições eram – em grande medida – teatros, onde se operam as pantomimas da cidadania formal. Em carta a Jules Gauthier, o conde d’Eu falava do sistema eleitoral brasileiro: “No Brasil, as eleições se fazem de um modo muito diverso

---

<sup>455</sup> MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Op. Cit.*, p.36

<sup>456</sup> *Idem*, p.13

<sup>457</sup> MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Movimentos Partidários no Brasil: a estratégia da elite e dos militares*. Rio de Janeiro: FGV, 1971, p.VII e VIII

<sup>458</sup> MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Int.à Hist..P. P..Bras.*, p.17

<sup>459</sup> *Idem*, p.35

do que na França, ou melhor, constituem simples mascarada que já não ilude ninguém”.<sup>460</sup> Apesar de algumas possíveis divergências ideológicas, os partidos eram a via para as escolhas necessárias que reproduziam o sistema político imperial. A existência ou não de divergências é objeto de discussão historiográfica, embora se reconheça um ponto de clivagem, mesmo superficial, na questão federalismo x centralismo. Em termos de conteúdo, o par *centralização-descentralização* ocupou sempre o ideário político do império, só sendo substituído pelo *abolição-república* no final da década de 1880.

No Império, os partidos são espaços permitidos pelo Estado e mantidos através de um sistema de lealdades recíprocas. Vítor Nunes Leal dá o sentido do movimento: “não é o sistema partidário que modela o Estado, mas o Estado que modela o sistema partidário”.<sup>461</sup> Na verdade, a lógica dos partidos era a lógica das eleições e o voto a moeda de troca: o instrumento de aferição das lealdades clientelistas. Para José Murilo de Carvalho, num estudo sobre a constituição dos partidos no Império e a origem de seus membros, a maioria da classe ligada ao componente agro-exportador pertenceria ao Partido Conservador; os produtores para o mercado interno, ao Liberal; e os segmentos médios, formados por profissionais liberais, estavam ligados ao núcleo do partido Republicano do Rio de Janeiro e à ala ideológica do Liberal, em oposição aos fazendeiros do Partido Republicano de São Paulo.<sup>462</sup> Graham, no entanto, via no projeto político apenas como um projeto dos políticos.<sup>463</sup>

Mas qual teria sido a relação dos partidos com o movimento abolicionista?

Não havia uma definição. Apresentavam-se abolicionistas em todos os partidos, eram opções individuais não chanceladas pelas organizações e não necessariamente representavam votos. O deputado seria um mediador entre os interesses da patronagem que o elegera e o governo. A campanha abolicionista vai explorar exatamente a fragilidade partidária, para colocar-se como questão suprapartidária, nacional. Antônio Bento dissera em 1885:

<sup>460</sup> **HOLANDA**, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. In: *História Geral da Civilização Brasil*. t2, v5, 1995, p. 189

<sup>461</sup> Vicente Leal chama a isso de *papel condicionante do Estado em relação ao sistema partidário brasileiro*. *Apud SOUZA*, Maria do Carmo Campello de. *Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*, Introdução. Citado por Washington Luis Neto, na Introdução a **BRASILIENSE**, Américo. *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979, p.13

<sup>462</sup> **CARVALHO**, José Murilo de. *A Construção da Ordem e o Teatro de Sombras* (4ªed.). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p, 225

<sup>463</sup> Conforme visto, para Graham, a rede de clientelismo servia mais aos propósitos pessoais dos políticos.

A emancipação dos escravos, senhor Presidente, nunca foi, não é, nem pode ser uma questão partidária (...) está ligada à causa nacional, que nenhum partido pode pretender resolver exclusivamente do melhor modo possível, isto é, conciliando as exigências do direito com os interesses da comunhão <sup>464</sup>

Nabuco, na sessão de 07 de maio, na Câmara dos Deputados, fala da precedência da Abolição sobre as lides partidárias e faz críticas frontais a uma possível inércia do partido Liberal. “A nação neste momento não faz distinção entre partidos, ela está toda entregue à emoção de ficar livre (...) ela não pergunta se quem vai fazer a Abolição é liberal ou conservador”. Compara com o êxito da guerra do Paraguai, onde a origem partidária de Caxias e Osório não teve importância. “Quando a Abolição estiver feita, Sr. Presidente, então sim podem recomeçar essas nossas lutas partidárias, que se travam em torno das comarcas, para juízes de direito e das patentes da Guarda Nacional (risos)”. Segue, discutindo as questões entre liberais e conservadores, culpando os dissidentes liberais de 1884, eles “impediram o Gabinete Dantas de se eleger, de arrastar todo o eleitorado do país, por fazer com que a emancipação seja feita por conservadores. Critica também os liberais por terem impedido Antônio Carlos de fazer o que fez Eusébio, também Zacarias de fazer o que fez Rio Branco e impedir o que vai fazer João Alfredo”.

Admite que os liberais estejam sofrendo constrangimentos em todo o país, porém sofrem

em suas garantias constitucionais apenas, ao passo que os escravos estão sofrendo em (...) seus corpos (...) os escravos são vítimas da política estreita até hoje de ambos os partidos(...) Por ventura os escravos são liberais? Fazem eles questão de serem salvos por este ou aquele partido?

Aproveitando o momento, apela para a ação conjunta, fazendo uma distinção entre o conservadorismo político e o doutrinário. Em seguida, provoca a audiência com uma proposição reformista liberal, ao comparar os escravos com príncipes africanos que, ao morrer, eram enterrados com seus pertences: “também a escravidão deverá levar com ela alguma coisa, por exemplo, a vitaliciedade do Senado”.

Conclui, “considero que o partido Liberal estaria eclipsado neste momento apoteótico por culpa própria, por não ter acreditado que a emancipação era factível” <sup>465</sup>. Nabuco procura minimizar a importância das posições partidárias em prol de um projeto suprapartidário para a Abolição. Para isso, desqualifica, de forma irônica, a importância

<sup>464</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. Os Partidos Políticos e a Abolição. In: WHELIG, Arno. *Abolição e Cativo: os grupos dominantes, pensamento e ação*. (org) In: RIHGB. Rio de Janeiro, Edição especial comemorativa do centenário da abolição, 1988, p.65

<sup>465</sup> *Cidade do Rio*, 10/05/1888



das discussões partidárias, relegando-as a questões consideradas menores, tais como indicar magistrados e atribuir patentes na Guarda Nacional. Da mesma forma, atribui-se a posição de fazer uma autocrítica em nome dos liberais, acusando-os de uma inércia, que privilegiou os conservadores na execução dos projetos reformistas. Ainda assim, alfineta o Parlamento com outra proposta liberal, apontando a oportunidade de extinguir-se a vitaliciedade do Senado.

Rebouças negava qualquer envolvimento partidário e Patrocínio, embora eleito vereador pelo partido Republicano, era taxativo “Não pertencço a qualquer partido”.<sup>466</sup> E acrescentaria, um pouco adiante, o abolicionismo sempre cindirá os partidos, como já o fizera em 1871, “é indébita a intervenção da política abstrata”.<sup>467</sup> Patrocínio reproduz a idéia vigente de o partido representar tão somente uma instância de política abstrata.

### 3.5 - Partido Republicano e abolicionismo

Em 1871, os republicanos instados a se definir em relação ao trabalho escravo, apresentam, no Rio de Janeiro, um projeto de solução no qual exigiam respeito à independência das províncias na escolha das medidas que lhes fossem adequadas e só admitia a dispensa de indenizar-se o proprietário, se a emancipação fosse gradual.<sup>468</sup> No ano seguinte, reúnem-se no Rio de Janeiro para organizar o partido Republicano e, procuram manter-se equilibrados em cima de uma atitude de indefinição a respeito da abolição.<sup>469</sup> No plano geral, o partido segue, evoluindo por avanços e recuos, acompanhados sempre do lançamento de grande número de periódicos de curta duração. Não havia, no entanto, um grande movimento ascensional, porque a monarquia foi capaz de abrigar as dissidências até os anos 80.<sup>470</sup> Só a partir daí começaria a crescer de fato o proselitismo republicano, que, a essa altura, terá no abolicionismo uma sombra considerável. De fato, o prestígio do partido é ondular e, coincidentemente, quando da proclamação, iria começar uma fase de descenso, causada pelas disputas internas entre os seguidores dos princípios de 1870 e grupos radicais.<sup>471</sup>

<sup>466</sup> *Idem*, 14 /01/1888

<sup>467</sup> *Idem*, 23/04/1888. “*Semana Política*”

<sup>468</sup> **BOEHRER**, George C.A. *Op. Cit.*, p. 265

<sup>469</sup> *Idem*, p.266. Ver **VIANNA**, Oliveira, *Op.Cit.*, p.75. Em 1873, no 1º Congresso do Partido, eles publicam: “a questão não nos pertence exclusivamente porque é social e não política (...)” Ver **BOEHRER**, George C.A. *Op.Cit.* p.267

<sup>470</sup> **WEHLING**, Arno. *A Idéia de República e suas Manifestações até 1870: análise de três textos constitucionais*. In: CHNR, Rio de Janeiro, v.2, 1989, p.281. IHGB

<sup>471</sup> **GERSON**, Brasil. *O Sistema Político do Império*. Salvador: Progresso, 1970, p.28 . A questão do “racha” no partido pode ser vista em **BOEHRER**, George C.A. *Op.Cit.* p.62-72

Ainda em 1877, preocupado com as crescentes defecções no partido, Quintino Bocaiúva, promove dois *termos de compromisso e adesão*, para serem assinados pelos correligionários. Entre os signatários, estão João Clapp e Patrocínio, tornados, com isso, simultaneamente, chefes abolicionistas e republicanos.<sup>472</sup>

Nesse ano, o partido não elegeu ninguém. E, em 1878, com a volta dos liberais ao poder, retornam ao partido muitos de seus quadros saídos em 1868. O partido Republicano passa, então, a necessitar de uma singularidade, de mostrar-se diferente dos Conservadores e também dos Liberais. Seguem-se, contudo, mais derrotas eleitorais. Em 1881, com a finalidade de conseguir quadros, abre para o ingresso de proprietários de escravos. Diante disso, Patrocínio ameaça promover uma coligação até com o Imperador.<sup>473</sup> Suas relações com o partido começam a ficar abaladas, embora ainda se manifeste de forma contida. Num artigo, na *Gazeta da Tarde*, reconhece uma evolução favorável do partido, mas deixa clara sua indisposição quanto à questão capital: a defesa da abolição. Para ele, a revolução de 1817, que seria o marco republicano, já “preconizava a abolição”.<sup>474</sup>

Entre idas e vindas, em agosto de 84, Patrocínio participa do diretório provincial, junto com Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo. Boehrer chama a atenção para o alto nível de divergência nessa coligação.<sup>475</sup> E, em 1886, Patrocínio, Ubaldino Amaral e Quintino candidatam-se à Câmara dos Deputados, e não obtendo sucesso, voltam-se para as eleições municipais, onde somente Patrocínio vence. Mas ele também era candidato da Confederação Abolicionista. A situação ilustra a dificuldade em avaliar-se a verdadeira força eleitoral da agremiação republicana.<sup>476</sup> Eleito, permanecerá na vereança até à República, quando entregou seu mandato, nas circunstâncias vistas anteriormente. Sua atuação foi marcada pela defesa de projetos criados por Rebouças, embora tenha recebido críticas de um de seus mais fiéis escudeiros. Em carta a Nabuco, de 1887, João Clapp apontava o desinteresse de Patrocínio para a causa municipal, denunciava a crise econômica da *Cidade do Rio* e, ao mesmo tempo, louvava a liderança de seu destinatário.<sup>477</sup>

Embora Patrocínio e João Clapp pertençam ao partido, juntamente com outros abolicionistas, a organização não se envolveu com a abolição. Ela não lhes diria

<sup>472</sup> BOEHRER, George C.A, *Op. Cit.* p.49

<sup>473</sup> *O Globo*, 11 /09/ 1881, citado por BOEHRER, George C.A . *Op .Cit.*p.270

<sup>474</sup> *Gazeta da Tarde*, 04/10/1881. “*Disciplina Republicana*”

<sup>475</sup> BOEHRER, George C.A, *Op. Cit.* p.59

<sup>476</sup> *Idem*. A candidatura de Patrocínio à vereança será discutida no sub-capítulo 3.6 , deste capítulo.

<sup>477</sup> Fundação Joaquim Nabuco - CPp337, doc.6854, carta de João Clapp a Joaquim Nabuco, 13/12/1887

respeito. A bem da verdade, o próprio Patrocínio assim se expressou à época em que ainda pregava publicamente pela causa republicana.

A escravidão é uma grave questão em que se deve dar a responsabilidade a quem tem. Não foram os abolicionistas e os republicanos que fizeram este estado de coisas, mas sim o malfadado sistema de governo que nos rege (...) <sup>478</sup>

Em 1884, num dos momentos mais expressivos da campanha abolicionista, na sua fase de radicalização, o Clube Republicano Tiradentes decidiu abandonar a Confederação Abolicionista, não queriam ser cooptados pela campanha abolicionista, abolição e república seriam coisas diversas. Patrocínio denunciou publicamente o fato. Para ele, o abolicionismo começara republicano, mas o partido não o apoiara, excomungava os correligionários que faziam dele “o caminho para a realização prática do sistema republicano no Brasil (...)”. Afinal,

se a república que se quer fundar no Brasil pretende se limitar a escrever um programa e a deixar perdurar todos os erros sociais, contra os quais ela se insurge, melhor é deixar-nos ficar como estamos, porque, ao menos, a monarquia vai procurando mascarar diante da América e do mundo a nossa vergonha”. <sup>479</sup>

Na *Gazeta da Tarde*, de 3 de setembro de 1884, a publicação de uma carta de Saldanha Marinho a Aristides Lobo serviria, na opinião da folha, para ilustrar a forma descomprometida do partido Republicano em relação ao abolicionismo. O missivista, assumidamente republicano, afirmava que o partido não poderia se envolver na disputa. Ela se desenrola “somente entre os monarquistas e no campo da emancipação pronta ou moderada dos escravos (...) sem que isto obste a que os que professam a idéia se pronunciem individualmente na questão e no campo isolado social”. Se a emancipação dependesse somente da ação do partido Republicano, ele, com todos os correligionários, estaria à frente do movimento, “na certeza de fazermos efetiva essa aspiração dos brasileiros, dirigindo-se à ação e tomando a nós as glórias ou os revezes (...)”.

A lógica é a mesma do manifesto, a abolição não é uma questão política. Se ela viesse a sê-lo, no futuro, tornando-se a forma de governo, o “ponto questionável”, aí sim o partido deveria intervir, expurgando dele “os que se abraçaram à sua bandeira apenas para a satisfação de especial intento”. A seu juízo, os republicanos deveriam adotar uma conduta expectante. Por fim, reafirma a precedência dos ideais republicanos, ao dizer que se o Imperador deseja a emancipação, estaria prestando um serviço

<sup>478</sup> Discurso proferido por Patrocínio, em São Paulo, em 1886, num comício republicano. Ver em *Cidade do Rio*, 11/05/1888.

<sup>479</sup> *Gazeta da Tarde*, 27/08/1884

prestado à humanidade, mas que o partido não pode depor seus princípios “nesse altar de sua vontade”.<sup>480</sup>

A relação entre Patrocínio e o partido continua se desgastando até o rompimento definitivo, quando das eleições da Corte, de 1888. Enquanto a agremiação lançava a candidatura de Quintino Bocaiúva, Patrocínio e outros republicanos da Confederação Abolicionista, em nome da estratégia de priorizar o abolicionismo, apóiam Ferreira Vianna. Abre-se uma polêmica que se vai estender também ao Partido Liberal, teimoso em não apresentar candidato. As críticas das hostes partidárias vieram candentes, alegando traição, e a elas segue-se um cortejo de injúrias. O apoio a Ferreira Vianna é o estopim de sua saída. Patrocínio é um alvo, porque mesmo republicano, aderira à estratégia de priorizar o abolicionismo e de liderar um movimento pró-Isabel. Essa polêmica, por seus desdobramentos, será apreciada adiante.

Em 24 de maio de 1888, sai o célebre manifesto no qual o partido Republicano Paulista firmava o propósito de “Combater o terceiro reinado em todos os terrenos em que as circunstâncias o coloquem”.<sup>481</sup> A rigor, mesmo entrelinhado como discurso, não há no documento qualquer alusão formal ao emprego de meios violentos; mas, na mão de Patrocínio foi um achado. Começa a exploração do perigo republicano.

O partido no Rio de Janeiro, ao contrário do paulista, que desde o início conseguira uma unidade, é disperso. Novamente Saldanha Marinho, em correspondência pessoal, agora se solidariza com um correligionário de Minas Gerais, quando este diz –mineiramente – “que a propaganda deve ser pacífica e sensata; deve atrair a confiança das classes conservadoras (...) querer chegar depressa demais é comprometer a própria chegada” O alvo das críticas é Silva Jardim, intempestivo demais. Mas o interessante é Saldanha admitir a fragilidade do partido.

ficou no espírito de todos que o partido republicano do município neutro só poderia ser continuado com todos os seus vícios de origem, sendo o primeiro deles a falta de coesão e de unidade de vista<sup>482</sup>

Com isso, não surpreende o resultado obtido, apenas 1/7 do eleitorado ao final de 89, contra 1/4 em São Paulo.

Em abril de 1888, às vésperas da abolição, Patrocínio instigava:

Este partido [republicano] que acaba de formar caixa para comprar armas e subvencionar jornais que combatam o terceiro reinado, nunca se cotizou com um real para

<sup>480</sup> *Idem*, 03/09/1884

<sup>481</sup> **BOEHRER**, George. Op. Cit. p.114

<sup>482</sup> Correspondência de Saldanha Marinho, 17/02/1889, carta do Partido Republicano de Minas Gerais, assinada por João Pinheiro. In: RIHGB, 263:236-246, abr-jun, 1964

amparar a propaganda abolicionista (...) Os republicanos (...) contentavam-se em adular a imprensa e, nos comícios, os seus correligionários ricos.<sup>483</sup>

Próximo à proclamação, faz questão de manter-se longe dos círculos partidários.

“Para muita gente, ser republicano”, dizia ele,

é como ser capitão da Guarda Nacional (...) um meio de vestir uma farda bonita (...) também, para muito moço que tem a subsistência garantida, ser republicano é um meio de a gente se destacar do comum dos cidadãos, passeando pela rua do Ouvidor com grande espalhafato de gestos, de barrete frígido na cabeça e colete vermelho(...) Que tem feito o partido republicano? Onde está a imprensa, onde está a tribuna da república? O partido republicano mirra-se na sua idéia como os que mirram na prática dos prazeres solitários, faquiriza-se na contemplação de seus métodos, como o outros na contemplação de sua virilidade; torna-se inútil para sua propaganda, como os outros para sua reprodução (...)<sup>484</sup>

Nos tempos que se seguiram à abolição, quando do apoio do partido aos interesses indenizistas da lavoura, Patrocínio e sua folha formalizaram a ruptura com a agremiação republicana. Rouède lembra outro artigo seu de junho do ano anterior, onde falava dos riscos do republicanismo de quatorze de maio. Agora, com o apoio dos republicanos aos quatorzistas, já não seria mais possível militar no mesmo partido. Teriam sido abertos dois caminhos, tendo ele optado por “seguir as vítimas, que apontaram o caminho da defesa da princesa”.<sup>485</sup>

No seu manifesto, de 1890, ao eleitorado do Rio de Janeiro, Patrocínio resume o que seria sua questão capital com o partido republicano, mesmo após a abolição.

A obstinação com que [o partido Republicano] se negava a fazer sua campanha pelos escravos cegou tanto o partido, que ele acreditou vencido o Império, depois de 13 de maio, e que, para destruí-lo, cumpria-lhe prosseguir na antiga política tortuosa com relação ao abolicionismo. Calo aqui vários incidentes que demonstram essa proposição e entro no episódio capital. A escravatura estava extinta pela grande lei, mas o escravismo continuava de pé, intacto, sinistro, ominoso. **Desapropriado da raça negra, o escravismo pediu indenização ou reparação. Queriam-na em dinheiro ou politicamente pela queda do trono.** Semelhante atitude de pretoriano que julgava da idoneidade das instituições para a derrama do ouro corruptor, não podia, de certo, atrair republicanos abolicionistas. Para acabar com a escravidão, era necessário acabar com o escravismo, que era tudo, porque era a oligarquia, a corrupção política, a prodigalidade administrativa em favor de castas e privilégios.<sup>486</sup> (Grifos meus)

A disputa com o partido Republicano marcará toda a trajetória de Patrocínio, mesmo após a República. Como será visto oportunamente, ele assumirá uma forte oposição ao partido Republicano Federal.

Em síntese, nenhum dos partidos conseguia congregiar inteiramente em torno do abolicionismo. Todos eles continham elementos interessados direta ou indiretamente no

<sup>483</sup> *Cidade do Rio*, abril de 1888.

<sup>484</sup> *Idem*, 14/11/1889

<sup>485</sup> *Idem*, 26/04/1889. “*Os Libertos*”

<sup>486</sup> *Cidade do Rio*, 09/09/1890, “*Manifesto ao Eleitorado Fluminense*”. O manifesto mostra a permanência à época de aspirações políticas em Patrocínio

trabalho servil. No Republicano, foram os ex-senhores da província do Rio e de São Paulo que, após a abolição, engrossaram suas fileiras. E, tanto na província do Rio, como em São Paulo, garantiram algumas cadeiras, graças a pragmáticas alianças com Conservadores. Por exemplo, em 1893, quando da fundação do Partido Republicano Nacional, embora tivesse havido um adesismo em massa, os Conservadores representaram 22% das adesões, contra 13 % de Liberais.<sup>487</sup>

O abolicionismo tinha cindido os partidos e Nabuco percebia o ideal de identificar e unir as forças abolicionistas debaixo de uma mesma bandeira.

### 3.6 - O partido Abolicionista

Em *O Abolicionista*, Nabuco explicita

“Não há dúvidas de que já existe um núcleo de pessoas identificadas com o movimento abolicionista, que sentem dificuldades em continuar filiadas nos partidos existentes, por causa de suas idéias. Sob a bandeira da abolição, combatem hoje liberais, conservadores, republicanos sem outro compromisso, e este tácito e por assim dizer de honra política, senão a de subordinar a vontade partidária a outra maior, à consciência humana”.<sup>488</sup>

Os partidos estavam rachados em relação à abolição, “sustentados e bafejados pela escravidão”.<sup>489</sup> O abolicionismo é uma “corrente de opinião”, não é um partido, que influencie todos os partidos. A rigor, ele deveria constituir a chave de cada partido.

490

Nabuco, em princípio, se restringe ao emprego do termo “partido” como uma organização ideológica, porém, adiante, aventando a possibilidade futura da ocorrência de um Gabinete abolicionista, fala de uma estrutura para o acesso ao poder, exatamente como as demais.

Se o que constitui um partido são pretendentes a posições ou honras políticas, aspirantes a lugares remunerados, clientes de ministros, caudatários do governo, aquele núcleo sólido teria uma cauda adventícia tão grande pelo menos como a dos partidos oficiais.<sup>491</sup>

Em continuação faz uma crítica sobre a cupidez pelo poder existente no sistema político brasileiro. Ele estaria apoiado num sistema clientelista herdado da escravidão.

Ao colocar o abolicionismo acima dos partidos existentes, Nabuco rompia com seu partido Liberal e, ao mesmo tempo, percebia a impossibilidade de tocar um projeto amplo e audacioso sem uma estrutura de suporte, fosse ideológica ou organizacional. O

<sup>487</sup> WITTER, José Sebastião. *Partido Político, Federalismo, República*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1994, p.91

<sup>488</sup> NABUCO, Joaquim. *O Abol*, p 9

<sup>489</sup> *Idem*

<sup>490</sup> *Idem*, p.13

<sup>491</sup> *Idem*, p.15

aboliconismo demandava a captação, controle e execução de recursos de toda natureza; campanhas públicas; trânsito em diversas vias, institucionais ou não; imprensa, mobilização, além da coordenação das ações. Em carta ao político paulista Domingos Jaguaribe, ele é objetivo,

Falta ao partido abolicionista infelizmente uma só coisa, mas essa é o nervo das propagandas pela imprensa: dinheiro. Talento, coração, coragem, abnegação, independência temos; o que não temos é dinheiro. Se fôssemos um partido rico podíamos encarregá-lo de publicar obras abolicionistas, tradução de livros (...) Infelizmente, como podemos fazer tudo isso?<sup>492</sup>

No Rio de Janeiro, a Confederação Abolicionista parece ter fornecido, em grande extensão, o apoio logístico necessário. Auxiliada por associações menores ou por ações individuais, financiou e organizou a propaganda, além de incentivar, no seu nível, as ações de resistência dos próprios escravos. Um artigo do *Novidades* parece corroborar isso, quando diz, “a Confederação corporifica o partido abolicionista”.<sup>493</sup>

Em 1887, em carta a Nabuco, João Clapp, presidente da Confederação, pedia-lhe, o favor de conseguir algumas “consignações comerciais para a nossa caixa”.<sup>494</sup>

Apesar do apoio prestado, nenhuma das associações poderia ser uma instância para o acesso direto ao poder. Tratava-se apenas de grupos de pressão. Conforme Alonso, a pluralidade de correntes dentro da Confederação não teria permitido a constituição de um partido nos moldes idealizados por Nabuco.<sup>495</sup>

As eleições de 1884 ofereceriam a oportunidade de explorar a via representativa. Diante dos riscos enfrentados pelo gabinete Dantas e o projeto de lei de emancipação dos sexagenários, decidiu-se apresentar candidaturas de apoio. Apesar das óbvias contradições e do pouco alcance prático do projeto emancipacionista, sua aprovação representaria um ganho para o abolicionismo, à liberdade dos sexagenários não corresponderia indenização. Além disso, entre outras medidas, ela previa o aumento de taxas para a propriedade escrava, com a finalidade de aumentar a poupança dos fundos de emancipação. Patrocínio radicalizava, denunciava a tibieza do projeto e sua inocuidade. Reagia às propostas de conchavo político, “Não faremos parte da conciliação que pretende deixar o espoliado à mercê do espoliador”. E falava da

<sup>492</sup> Biblioteca Nacional. I-S, 1,73. Carta de Joaquim Nabuco, de Londres, ao Dr. Domingos Jaguaribe, 16/11/1882.

<sup>493</sup> *Novidades*, 05/10/1888. “O Abolicionismo”

<sup>494</sup> Fundação Joaquim Nabuco - Cpp337, doc.6854, carta de João Clapp a Joaquim Nabuco, 13/12/1887

<sup>495</sup> ALONSO, Ângela. *Id. em Movim.*, p.266

importância do trabalho dos abolicionistas, contra os oportunistas que “buscavam prestígio”.<sup>496</sup>

A Confederação Abolicionista anuncia não possuir um candidato próprio, mas oportunamente, apontaria opções ao eleitorado.<sup>497</sup> A *Gazeta da Tarde*, no entanto, começa a publicar matérias fazendo alusão à importância das eleições para a causa e buscando incentivar a participação. Fala em inércia do povo<sup>498</sup> e adverte, “num eleitorado, então restrito como o nosso, em que cada eleitor vai representar a opinião de mais de cem mil habitantes, um critério e um escrúpulo imenso devem guiar o veredicto de cada um”.<sup>499</sup> Volta-se a levantar o problema da restrição da base eleitoral. Finalmente, em 25 de novembro, a *Gazeta* publica o manifesto da Confederação, reportando a reunião da véspera na qual se homologara por unanimidade o apoio à candidatura de Patrocínio. Justifica-se, “ainda que não presuma forças para vencer nas urnas, a Confederação não hesitou em travar luta”.<sup>500</sup> Se o abolicionismo, como já disseram, tinha a cara de Patrocínio, ele agora usaria essa cara para aventurar-se pela carreira política.

Sua plataforma majoritariamente abolicionista, não deixava de contemplar propostas para as questões nacionais, embora entendidas como decorrentes da escravidão. “A escravidão tornou a degradação irmã gêmea de nossa existência política (...)”.<sup>501</sup>

Em sua pregação, denuncia os diplomas legais, mais severo com quem promovesse revolta de escravos do que para quem fomentasse revoluções: agir contra os senhores é mais grave do que contra o Soberano. Dirigindo-se à classe agrícola, procura convencê-la das vantagens da abolição, A escravidão teria sido uma praga econômica para a lavoura. Arremata, “a lavoura da escravidão cansa a terra, enquanto que a da liberdade a refocila e vivifica (...)”. Promete adotar medidas para, em cinco anos, resolver a situação,

salvo nos cinco anos de transformações o capital bancário confiado à agricultura, organizada a lavoura intensiva na pequena propriedade pela divisão das terras à margem das estradas de ferro e rios navegáveis, convertidos os principais [lancerado] libertada a lavoura da classe parasitária, restituída ao trabalho, à sua dignidade por uma lei natural de locação, que regularize a vida rural e faça entrar no regime geral da indústria (...)

<sup>496</sup> *Gazeta da Tarde*, 12/05/1884

<sup>497</sup> *Idem*, 06/08/1884

<sup>498</sup> *Idem*, 18/10/1884

<sup>499</sup> *Idem*, 21/11/1884

<sup>500</sup> *Idem*, 25/11/1884

<sup>501</sup> *Idem*. OBS.: todas as citações encontradas no texto até o item 135 pertencem a esta matéria.



Firma aqui uma posição, que defenderá permanentemente ao longo da vida, certo liberalismo apoiado e garantido pelo Estado. “Entendo que em países novos, o Estado deve iniciar o movimento industrial, não para a concorrência ao particular, mas para ensiná-lo a empreender. A um por missão criar; a outro, desenvolver”.

Critica as estratégias financeiras do legislativo, limitadas à economia de recursos, ao invés de criar novas fontes de ingressos. A economia atingiria o funcionalismo, “única profissão que resta ao brasileiro” e “concorre para anarquizar a administração e aumentar a penúria pública”.

Apona medidas objetivas para obtenção de recursos, como sejam a exploração de minas e os arsenais. Promete discutir orçamento por orçamento, formulando projetos sobre polícia, saúde pública, dívida pública, sistemas de garantia para as empresas, corpo consular diplomático, funcionalismo civil e militar. E finalmente, duas grandes propostas a da instrução pública e a eleitoral. A de ensino deveria começar a partir do professor primário. “Não me prometo a nenhum partido, mas à Pátria”, diria por fim.

Conforme já supunha, não foi eleito. Apesar disso, mostrou-se otimista com o resultado das urnas, dizendo-se surpreso com o número de eleitores que teriam sufragado o seu nome.<sup>502</sup>

Patrocínio continua a campanha pela imprensa, apoiando ações abolicionistas, inclusive as mais ousadas, como as do magistrado e jornalista Carlos de Lacerda, seu amigo de infância, que incentivava fugas de escravos, mas também os incêndios contra as fazendas de Campos. O jornalista negro se dirige para lá, revivendo o êxito da viagem ao Ceará. Na cidade, ainda morava sua mãe, agora comprometida por uma neoplasia maligna; ela viria para a Corte com o filho, onde morreria logo depois. O enterro foi também um momento importante, acompanhado por gente como Dantas, Rui Barbosa, Campos Sales, Nabuco, João Clapp, representantes da imprensa e da maçonaria.

A partir de 1884, Nabuco conseguirá trazer para si a liderança do movimento. Para isso, muito contribuiriam não só suas ligações amplas, como também as concepções sobre a escravidão e o movimento abolicionista colocadas em *O Abolicionista*. Seriam situações que excediam o moral, envolviam o social, o econômico e o político. Responsabilizava o poder pessoal do Imperador. Falava dos riscos de adiar-se a solução: estabelecia a precedência da abolição sobre quaisquer outras reformas: “Supondo que a República seja a forma natural da democracia, ainda assim o dever de

<sup>502</sup> *Gazeta da Tarde*, 02/12/1884

e levar os escravos a homens precede toda a arquitetura democrática”.<sup>503</sup> Pretendia uma idéia de unidade: “unindo [este livro] em uma só legião os abolicionistas brasileiros”.<sup>504</sup> Havia agora como que uma fundamentação intelectual para uma atuação política, “**No Brasil, porém, o abolicionismo é antes de tudo um movimento político (...)**”. (grifo meu)<sup>505</sup>

Já no pós-abolição, o jornal *A Federação* começa uma campanha sistemática contra os abolicionistas, envolvendo o próprio partido abolicionista. Acusa-o de ser uma criação de Patrocínio, apoiada por Nabuco, só existindo na cabeça dele, e feita com a finalidade de que se “perpetuassem na glória” Atribui-lhes uma “neurose de notoriedade”.<sup>506</sup>

Em outubro, o próprio *Novidades*, fala do abolicionismo e de seu partido, comparando-o à Guarda Nacional, cheia de chefes e sem soldados.<sup>507</sup> Em seguida, publicará:

O abolicionismo, percebendo que não podia fazer aqui o que o boulangismo fez na França, isto é, ser um partido de idéias indefinidas e vagas, cujas opiniões dificilmente se apreendiam, desencapotou-se para patentear-se como inimigo do capital da propriedade, e, por conseguinte, inimigo da lavoura, que mais diretamente o representa.<sup>508</sup>

Em 1889, o jornal *A Federação* acusava o abolicionismo de um objetivo republicano escondido por trás de uma proposta humanitária e de os quadros do partido Abolicionista, “à exceção dos românticos, os sonhadores e os venais” estarem trabalhando pela república.<sup>509</sup> João Clapp escreve um desagravo e Nabuco o apóia, cogitando de um projeto futuro para o grupo, “fiquemos unidos, o partido abolicionista de ontem será o grande partido nacional de amanhã”.<sup>510</sup>

### 3.7 - Cotegipe, a ruptura e a alvorada abolicionista

Após a sucessão dos liberais Sinimbu, Dantas e Saraiva, em 20 de agosto de 1885, assume o gabinete do barão de Cotegipe, um conservador ligado à lavoura,

<sup>503</sup> NABUCO, Joaquim. *O Abol.*, p.11

<sup>504</sup> *Idem*, p. IX

<sup>505</sup> *Idem*, p. 19

<sup>506</sup> Artigo de *A Federação* transcrito no *A Pedidos*, do *Novidades*, 01/08/1888

<sup>507</sup> *Novidades*, 05/10/1888. “*O Abolicionismo*”

<sup>508</sup> *Idem*, 08/10/ 1888. “*Notas Políticas*”.

<sup>509</sup> O artigo, “*Bizantices Monárquicas*”, transcrito no *Novidades* de 22/03/1888, faz alusão a uma discussão considerada estéril sobre a origem do abolicionismo dos proprietários. Diz que encontrar sua causa não resolve a questão. “A agitação republicana é corolário fatal da agitação abolicionista (...) crer com sinceridade que ao abolicionismo queria somente a abolição era uma simplicidade que não era lícita a nenhum homem de Estado. Atrás dele viria o radicalismo. Eis aí o processo por meio do qual o partido Abolicionista, posto de parte os românticos, os sonhadores e os venais, está hoje combatendo pela República”.

<sup>510</sup> *Cidade do Rio*, 26/03/1889. “*Solidariedade Abolicionista*”.

defensor intransigente do escravismo. Mas Cotegipe estava contingenciado pelo êxito crescente do abolicionismo. No parlamento, surgiam simultaneamente projetos, que estabeleciam prazos limites para a escravidão, embora admitissem a obrigação do liberto em continuar servindo a seus senhores por um tempo determinado. Ao mesmo tempo, aumentava a insurgência escrava na lavoura, representada pelas fugas em massa e as conseqüentes violências perpetradas em diversos locais, com ampla repercussão na imprensa. Outros elementos presentes eram a propaganda abolicionista avassaladora e a simpatia com que parte significativa da Justiça examinava os pleitos de escravos.

João Alfredo, que se notabilizara em 1871 como articulador no Parlamento para a aprovação da Lei do Ventre Livre, volta a fazer carga contra o imobilismo do partido Conservador, afinal a discussão sobre o fim da escravidão já penetrara toda a sociedade. Cotegipe vê-se compelido a sair da atitude simplista de, como apregoava, apenas defender a aplicação da lei de 1885 e compromete-se a desenvolver um projeto para contemplar os interesses em litígio. Em uma correspondência, endereçada ao ministro das Relações Exteriores da França, Amelot, ministro francês no Brasil, repassa uma informação de Cotegipe de que iria tomar uma atitude mais radical, para atender às exigências crescentes.<sup>511</sup> Ele, se negara a participar do gabinete Rio Branco, exatamente pelos rumos que a emancipação tomava, e só passaria a exaltar a lei de 71, quando esclarecido, em carta, pelo próprio Rio Branco sobre a exigência de manutenção do gradualismo.<sup>512</sup>

---

<sup>511</sup> Archives Historiques de Quai D'Orsay, carta de Amelot para Florens, de 05/02/1888. Apud: **GEBARA**, Ademir. Evolução da Legislação Civil e o Problema da Indenização. In: **SZMRECSANYI**, Tamás & **LAPA**, José Roberto Amaral (org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2002, p.93. O autor atribui a descoberta da carta a José Murilo de Carvalho, sem referência de origem. Para Gebara, a lei de 85 nada mais era de que a continuidade de uma estratégia derogatória, que vinha desde o reformismo de 1871, que visava a garantir a conservação da mão de obra e o controle dos libertos. Contrariamente, Chaloub vê 1871 como um momento de inflexão para o poder das elites proprietárias, que teriam encontrado o limite do controle sobre os escravos, ou seja, o diploma legal teria sido “arrancado pelos escravos às classes proprietárias”. Cf. **CHALOUB**, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, p.27. Ainda discutindo 1871, Ricardo Salles contesta essas posições, historicizando as circunstâncias que envolveram sua feitura. Valoriza o cenário internacional, que colocava em risco a própria continuidade do Império. A resistência escrava à essa época ainda era bastante incipiente. A preocupação dos estadistas seria com o isolamento do país e com os riscos futuros de desordem interna. Cf. **SALLES**, Ricardo. *E o Vale era O Escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e Escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.129. O autor fala da importância das pressões internacionais, da própria guerra do Paraguai. Do fato de o Brasil e a Espanha, à época, serem os únicos remanescentes do escravismo. A propósito de analisar a lei de 1871, o autor faz uma discussão alentada com as idéias de Chaloub, José Murilo de Carvalho e das correntes que priorizam uma compreensão sobre o papel das redes de sociabilidade e parentesco, no tocante ao comportamento dos membros do Conselho de Estado.

<sup>1</sup> **GEBARA**, Ademir. *Op. Cit.* p.84

<sup>512</sup> *Idem*

A lei Saraiva-Cotegipe serviu para radicalizar a posição dos abolicionistas, indignados com seu conteúdo. Patrocínio escrevia,

Foi hoje publicado o Decreto nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, pelo qual S. M. o Imperador manda cumprir, como lei, o projeto Saraiva-Cotegipe, que prolonga até o fim do século a escravidão, punindo com as penas do crime de roubo todos aqueles que tenham a ousadia de protestar contra mais esse triunfo revoltante da pirataria (...) Seremos como Jesus diante do Pretório, e, altivos como ele, encaramos, hoje como ontem, o Imperador e os executores dos seus caprichos, para repetir-lhes que não tememos a perseguição, que prosseguiremos na propaganda, como a temos feito, protestando contra todos os atos que emanem do poder, não pela força do direito, mas pelo direito da força (...).<sup>513</sup>

Além das questões diretamente relacionadas ao movimento abolicionista, a nova lei introduzia dispositivos que contrariavam o regime especial do Município Neutro. Por exemplo, retirava o dispositivo legal anterior proibindo o tráfico negreiro interprovincial e colocava o Município Neutro como ligado à província do Rio de Janeiro apenas no que se relacionasse ao tráfico. Percebendo a necessidade de uma resistência na Câmara Municipal, o movimento abolicionista indicou a candidatura de Patrocínio à vereança, tendo sido eleito com larga margem.<sup>514</sup>

No mesmo ano, o Presidente do Conselho dissolve a Câmara majoritariamente liberal e, nas eleições de 86, consegue expressiva maioria conservadora. Diante das ações abolicionistas, instiga o Imperador a autorizar ações repressivas. Nomeia o desembargador Coelho Bastos, reconhecidamente intransigente, para a chefia de polícia, desencadeando um forte esquema repressor, marcado pela violência contra a propaganda abolicionista e os escravos insurretos. Apoiava-se numa radical alteração do Código Criminal, que – inclusive – penalizava com rigor quem acolitasse escravos. As retaliações não demorariam.

Na esteira dessas medidas, o gabinete decide proibir os militares de se utilizarem da imprensa para criticar atitudes das autoridades constituídas. Alguns oficiais de expressão são punidos, destacando-se o Ten.-Cel. Sena Madureira, que recepcionara, em sua unidade, o jangadeiro Chico da Matilde. Instaurara-se novo conflito, a *questão militar* agudiza, desgastando ainda mais a imagem do Império.

<sup>513</sup> *Gazeta da Tarde*, 02/10/1885

<sup>514</sup> Em 29 de junho de 1886, realizou-se, por iniciativa da Confederação Abolicionista, um *meeting* no Polytheama, apresentando a candidatura de Patrocínio. Ao final, publicou-se um manifesto: “Este meeting, composto de mais de dois mil cidadãos residentes nesta cidade, protesta, cheio de indignação e vergonha, contra o ato do governo que restabeleceu o comércio de escravos entre a capital do Império e a província do Rio de Janeiro, e igualmente contra o ato do mesmo governo elevando de 13 anos para 14 ½ o prazo da escravidão, segundo a lei Saraiva. Este meeting apela para os sentimentos de humanidade do povo brasileiro, para que esse duplo e infame atentado contra a honra nacional não se torne um fato consumado.” *Apud*. DUQUE ESTRADA, Osório. Op. Cit., pp.61-62

Cresce a oposição de Patrocínio ao gabinete. Os artigos na *Cidade do Rio* são cada vez mais contundentes, “quiséramos somente provar que essa geringonça que aí está como gabinete é a humilhação forrada da ilegalidade (...)”.<sup>515</sup> Depois diria, “o orleanismo inevitável encontrou em Cotegipe um ministro com todas as pertenças para a empresa”. Reforça a presunção de existir uma cumplicidade suspeita entre a dinastia e Cotegipe; acusa o barão de repassar recursos para o duque de Saxe.<sup>516</sup>

Diante das ações violentas da polícia contra os comícios abolicionistas, tomadas ao arrepio das determinações da Regente, Patrocínio decidiu enviar um telegrama ao senador Victor Schoelcher. Ele, que o apoiara na França em 1884, seria agora o veículo para divulgar na imprensa francesa a situação enfrentada pelo movimento abolicionista no Brasil.<sup>517</sup>

Na imprensa, Alcindo Guanabara, atilado jornalista, que começara pelas mãos de Patrocínio, assumia *O Novidades*. O jornal, polêmico, defendia ostensivamente os interesses escravistas da lavoura e, conseqüentemente, o gabinete, denunciando o que chamava de “abolicionismo vermelho”.<sup>518</sup>

Patrocínio, agora, por desinteligências com o sócio comanditário da *Gazeta da Tarde*, decide vender sua parte e, mais uma vez, com recursos do sogro, inaugura a *Cidade do Rio*, que passaria a circular a partir de 28 de setembro de 1887.

Ainda em 87, Nabuco é reeleito por Pernambuco. Somava-se mais um quadro de oposição, para acirrar e polarizar a discussão no Parlamento e, ainda repercuti-la na opinião pública. Nesse cenário, um fato relevante, o recém criado Clube Militar, envia à Regente um documento no qual repudiava o emprego dos militares na repressão à fuga de escravos, não seria esse o papel do Exército. O texto marcado num registro emocional, tergiversava com as fugas, apelando para que se considerasse a liberdade como o bem maior da humanidade, capaz de resistir a quaisquer obstáculos. Na ocasião, Patrocínio exultava com a posição dos militares, dizia ser o Clube Militar “um reduto sagrado do pundonor de honra do povo (...)”. E aproveita o episódio para um exercício de retórica. Se o ministro tivesse encontrado no Exército um limite, sua autoridade se perdera frente às armas. Mas, se o limite fosse a oposição da Regente, o poder Moderador é que sairia depreciado. Não havia alternativa para Cotegipe, só a renúncia.

<sup>515</sup> *Cidade do Rio*, 03/10/1887. “*Semana Política*”

<sup>516</sup> *Idem*, 17/10/1887. “*Semana Política*”

<sup>517</sup> **MAGALHÃES JR.** Raimundo. *Op. Cit.*, p.213

<sup>518</sup> A ida de Alcindo Guanabara para o *Novidades* foi uma das situações de maior polêmica para Patrocínio. Houve trocas de insultos e de ironias, afinal Guanabara fora uma cria de Patrocínio e agora não só se aventurava “solo”, mas, principalmente, açulava seu criador. Para Patrocínio, era imperdoável.

Está provado que o Sr. barão de Cotegipe não se demitirá (...) mas o país é que não pode ser condenado a submeter-se ao capricho e à vaidade senil do Sr. presidente do Conselho (...) Coloque-se S. Alteza heroicamente na posição de Regente e demita a bem do serviço público a facção fria, esses foragidos da simpatia, da aspiração popular, que se foram acoitar debaixo do palácio do poder executivo.<sup>519</sup>

Quatro anos mais tarde, Patrocínio comentando a questão militar e a posição do Clube Militar, fala de uma continuidade estratégica entre os acontecimentos:

(...) Estávamos nessa situação, quando se travou a primeira questão militar, e entre os principais diretores desta e a propaganda abolicionista celebrou-se tal aliança que o presidente da Confederação Abolicionista, o imortal João Clapp, foi convidado a organizar popularmente a revolução que devia então derrubar o Império. Descoberto assim o enorme prestígio conquistado pelo partido abolicionista, verificado que a chefia do partido republicano revolucionário passava às mãos do chefe abolicionista, que foi pelo agora reconhecido, pelo próprio exército supremo, diretor da opinião nacional; quer os chefes escravistas, quer os escravistas entenderam que o primeiro passo a dar era desprestigiar os homens que, se triunfassem em, condenariam no mais ridículo malogro os mútuos interesses. Felizmente, para eles, a revolução planejada pelo grande Sena Madureira não vingou, mas para acentuar a aliança com o abolicionismo, o Exército praticou um ato que servia ao penhor da sua lealdade: negou-se a capturar escravos fugidos. Ficou assim patente que a revolução abolicionista era apenas questão de oportunidade. Ninguém pode negar que neste período da propaganda abolicionista, ela desarraigou completamente as instituições monárquicas. O historiador reconhecerá que o Império não podia mais resistir depois do embate violento contra a vontade da tropa, que não só o obrigava a capitular, quando a questão militar ainda lhe rasgava à ponta de baioneta um dos artigos do estatuto negro de 1885. Desde então, o Império não era senão a sombra de si mesmo e só do seu antigo poder guardava as insígnias (...)<sup>520</sup>

Cotegipe perdia força, os escravos ganhavam ousadia, as fugas eram incentivadas em São Paulo e em Campos. A própria princesa Isabel desenvolvia ações emancipacionistas em Petrópolis, enquanto seus filhos editavam uma folha simpática à abolição, o *Correio Imperial*. Fechava-se, cada vez mais, o cerco ao escravismo e a Cotegipe.

No início do ano de 1888, o ministro ainda tentava equilibrar a questão militar recente e, ao mesmo tempo, dificultar a abolição iminente. Enquanto isso, Patrocínio mantinha uma oposição sistemática. Numa série, chamada de “*Ardis de Cotegipe*”, denuncia as manobras do Gabinete. Ele “(...) continua a ser o ditador em nome da Regência.”<sup>521</sup>

Mas sua verve não se restringe ao barão. Em junho de 1887, o Imperador viajara à Europa para tratamento de saúde. Diabético grave, numa época ainda sem recursos terapêuticos para compensar a doença, suas possibilidades de estabilizar o quadro ou mesmo de sobreviver eram bastante remotas. Diziam-no caduco. Em seu lugar, Isabel assume pela terceira vez a regência do trono e começam as especulações mais concretas

<sup>519</sup> *Cidade do Rio*, 24/11/1888

<sup>520</sup> *Idem*, 09/09/1890. “*Manifesto ao Eleitorado do Rio de Janeiro*”

<sup>521</sup> *Idem*, 23/01/1888. “*Semana Política*”

sobre um terceiro reinado. Naturalmente as críticas republicanas se exacerbaram. Silva Jardim e Rui Barbosa se esmeram no palavrório.

Patrocínio já há muito fazia críticas à Isabel. Em 1881, por exemplo, atribuíam-lhe um clericalismo, capaz de reacender a importância da igreja, num possível terceiro reinado.<sup>522</sup> Em 87, já na *Cidade do Rio*, acusava-a de “desconhecimento político e inconsciência econômica”, por, entre outras coisas, ter permitido a Cotegipe vender a estrada de ferro de Cantagalo à da Leopoldina. A transação vinha sendo evitada pelo Imperador, por ser lesiva aos cofres públicos.<sup>523</sup> Procurava atingi-la, colocando-a numa posição subalterna à de Cotegipe, ela anuiria com o absolutismo do governo. Adverte, “a Regência precisa de um governo que mereça o respeito de seus adversários e o ministério atual não é responsável nem por si próprio”.<sup>524</sup> Ao mesmo tempo, quando do episódio de Itu, no qual a Regente impedira uma ação contundente do gabinete, ele a elogiava e procurava separar a sua imagem da de Cotegipe.<sup>525</sup>

Em 1888, acirra as críticas e as intrigas. Acusa a Regente de tibieza diante dos “ardis” de Cotegipe, que teriam por objetivo promover a intervenção de D. Pedro Augusto na sucessão do trono. O terceiro reinado estaria ameaçado. Depois, afirma: “(...) quando é regra que tem raríssimas exceções, que não há um reinado de senhora que não seja desastrado”<sup>526</sup>. Isabel acusava os golpes. Numa carta à condessa de Barral, ao referir-se a um ataque que sofrera, diz, “Que demônio pode, pois, vir te contar todas as coisas, minha querida? Eu vos asseguro: isto tem todo o ar dos grosseiros artigos da *Cidade do Rio*, do Patrocínio.”<sup>527</sup>

Diante da incerteza da recuperação do Imperador, a Câmara Municipal de São Borja propõe uma moção provocativa que atingia a Regente, a feitura de um plebiscito para definir-se quem seria o seu sucessor dinástico, caso ele morresse. O fato gerou fortes medidas repressivas por parte do governo do Império. A *Cidade do Rio* inicia uma campanha de apoio à Câmara sulista, porque “a monarquia vive somente de nossa condescendência. Não tem hoje qualquer título pelo qual se recomende. Não é um fator

<sup>522</sup> *Gazeta de Notícias*, 03/01/1881. “*Semana Política*”. Nesse exemplo, ao tratar da reforma eleitoral, Patrocínio aproveita para criticar Isabel pelo seu clericalismo, apontando o risco de um terceiro reinado trazer a Igreja para frente da cena política. A religião católica, que já estaria morta no povo, tentaria reviver.

<sup>523</sup> *Cidade do Rio*, 03/10/1887. “*Semana Política*”

<sup>524</sup> *Idem* 24/11/1887. “*Semana Política*”

<sup>525</sup> O episódio de Itu se refere a um conflito havido entre abolicionistas e policiais, em Itu, São Paulo, estes agindo por ordem do gabinete Cotegipe. Isabel, sabedora do fato, determinou a suspensão das ações repressivas.

<sup>526</sup> *Cidade do Rio*, 14/01/1888

<sup>527</sup> AHMIP-AGP-XLI (5). Carta de Isabel à condessa de Barral, 11/01/1888

de ordem, mas de anarquia (...)”<sup>528</sup> Outros apoios aparecem, como o da Câmara de Santos, recebido com entusiasmo por Patrocínio. Ele agora denuncia as frivolidades da Regente e adverte: “a abolição é a porta única pela qual o terceiro reinado pode entrar em nossa história”<sup>529</sup>. O jornalista fala claramente da abolição como um projeto político.

Paralelamente, lança desconfianças no ar, tais como dizer que o Gabinete vai proibir a propaganda abolicionista, porque está prejudicando a lavoura.<sup>530</sup> Ameaça o conde d’Eu em suas possíveis pretensões, alertando para a “onda popular (...) que de repente sobe e aniquila tudo”. E, ao comentar um discurso de Silva Jardim em Santos, enfatiza,

Nós somos republicanos, aderimos às manifestações das Câmaras Municipais e ao “meeting” de Santos, pensamos que o Terceiro Reinado há de ser uma calamidade nacional, porque será o governo dos favoritos e dos desabusados da superstição e da usura (...) desde a Regência, o Terceiro Reinado está julgado (...) não precisará muito esforço para convencer o país de que a monarquia é tão aviltante quanto a escravidão.<sup>531</sup>

Declara-se explicitamente inimigo do terceiro reinado.

Em março de 1888, ocorrem fatos limites; o capitão-tenente reformado Leite Lobo é interpelado pela autoridade policial, porque, embriagado, comportava-se inadequadamente na via pública. O oficial resiste à prisão, obrigando ao uso da força. Da mesma forma, em outro episódio, marinheiros promoviam arruaças na rua, causando também altercações com a polícia. Foi o que bastou, o sentimento corporativo militar é explorado em artigos repetidos no jornal, onde o jornalista tenta e consegue trazer de volta à cena a Questão Militar, fazendo a defesa apaixonada dos militares. Exige-se a punição do chefe da guarda, o alferes Batista, pelo uso de violência abusiva; explora-se a reconhecida virulência do chefe de polícia; jogam-se as autoridades umas contra as outras. A situação se torna aguda, transpira para a opinião pública, ocorrem agitações populares por quatro dias. Mais adiante, explora a contenda entre Cotegipe e os marechais visconde Pelotas e Deodoro. Critica a ordem-do-dia do Ajudante-General da Armada que proíbe representações de militares ao governo imperial revivendo os conflitos.<sup>532</sup> Um fato policial se transformara num fato político. A Regente intervem e determina a demissão dos envolvidos, Cotegipe se nega e sua permanência no cargo

<sup>528</sup> *Cidade do Rio*, 14/01/1888

<sup>529</sup> *Idem*, 30/01/1888

<sup>530</sup> *Idem*, 16/01/1888

<sup>531</sup> *Idem*, 10/02/1888

<sup>532</sup> *Idem*, 08/03/1888:



torna-se insustentável.<sup>533</sup> Patrocínio, com maestria, conseguira entrar na corrente do bota-fora de um gabinete conservador escravista, que será substituído por outro conservador, de melhor trânsito com a Regente e mais desenvoltura na circulação pelos meandros do poder. Em carta à Isabel, a condessa de Barral, elogia a deposição do Presidente do Conselho, comentando já estar cansada de ver “caricaturas de Cotegipe com a coroa na cabeça, mais soberano do que os soberanos do Brasil”.<sup>534</sup>

Isabel iria rememorar o fato na sua autobiografia, de 1908. Conta que, quando da viagem de Pedro II, em 87, Cotegipe pedira-lhe demissão, “não aceitei, julgando-o capaz de sustentar a situação política e militar, bastante tensa. Seus sólidos sentimentos religiosos eram razões bastantes para conservá-lo no poder (...)”.<sup>535</sup> Mas o momento apontava para a abolição, porque “não havia publicações ou artigos de jornais que eu não lesse, convencendo-me, cada vez mais ser necessário andar nesse sentido”. Comentando com Cotegipe, este lhe dissera nada poder fazer contra a lei de 1885, mas prometeu estudar a questão, quando se encerrassem as Câmaras. “Mas senti que a idéia não progredia em seu espírito, nem quando lhe falava em particular nem quando o fazia em Conselho de Ministros. E o ideal tomava sempre mais impulso graças ao conselheiro João Alfredo, no norte, e ao conselheiro Antônio Prado, no sul”.

Fala também dos riscos envolvidos nas freqüentes fugas de escravos, o governo estava obrigado a tomar a dianteira dos acontecimentos. A própria escravidão “me repugnava”, o papa “a condenava”. “Quanto aos proprietários dos escravos, não tinham já fruído bastante o trabalho dos pobres negros? Que se devia fazer? Indenização?”.

Ainda em 87, no mês de novembro, fazendeiros residentes na cidade de São Paulo se reuniram para constituir uma sociedade à qual caberia elaborar um projeto de emancipação com prazo certo, porque “não há hoje energia física ou moral capaz de conter a corrente emancipatória (...)”.<sup>536</sup> Suas lideranças pregavam em nome do espírito de iniciativa da lavoura e da necessidade da paz, preocupadas em se antecipar à libertação iminente, “(...) é preciso preparar o leito, para não ser arrastado”. O projeto incluía a criação de um partido provincial.<sup>537</sup>

<sup>533</sup> *Idem*, 01 e 02/03 /1888

<sup>534</sup> (Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis – Arquivo do Grão Pará) AHMIP, AGP -XLI (5), carta de da condessa de Barral à Isabel, 17 de março de 1888

<sup>535</sup> (Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis – Arquivo Público) AHMIP, POB -M 207, doc.9413. Autobiografia de Isabel, condessa D’Eu. As citações até o item 163 pertencem a esse documento.

<sup>536</sup> *Cidade do Rio*, 16/11/1887. “*Causa Victrix*”, transcrição de matéria publicada no *Correio Paulistano*.

<sup>537</sup> *Idem*

Em 10 de março de 1888, assume João Alfredo, cuja opção pessoal, inicialmente, não era da abolição imediata, mas de um processo para cinco anos, podendo ser reduzidos para dois ou três. A proposta incluía um tempo de aprendizado a que o liberto deveria obedecer, ficando à disposição de seu ex-senhor, trabalhando em colônias agrícolas.<sup>538</sup>

Em 1884, diante da instabilidade do partido Liberal, Pedro II o havia chamado, para saber da possibilidade de o partido Conservador assumir o gabinete. O propósito era dar seqüência ao projeto de reforma do elemento servil. João Alfredo teria proposto uma composição com Cotegipe à frente, enquanto ele e Paulino ocupariam pastas no ministério. Mas, aos poucos percebia-se que o excessivo conservadorismo de Cotegipe inviabilizaria o projeto. O barão assumira o gabinete, determinado a conter a ameaça da abolição imediata e sem indenização, defendida pela imprensa, pelo povo e já presente nos círculos eleitorais. Diante disso, João Alfredo, teria aberto mão de participar, aceitando apenas a presidência da província de São Paulo, onde aproximou-se bastante de Antônio Prado, também gradualista.<sup>539</sup> Agora, no entanto, compelido pela Regente, ele assume a causa. Isabel, na sua autobiografia, diz que entre as primeiras palavras trocadas com ele estava a abolição. Teria, inclusive, aproveitado a situação para transmitir-lhe, com clareza, seu modo de pensar.<sup>540</sup> Em 9 de maio, João Alfredo muda o discurso, agora o seu desejo é de que a reforma servil seja feita no menor tempo possível e nos termos desejados pela vontade nacional.

### 3.8 - João Alfredo, o abolicionismo e Patrocínio tudo a ver

Daí, pra frente, a *Cidade do Rio* inicia uma campanha de louvação sistemática do novo gabinete. Na edição de 8 de março, republica um editorial de 1887, onde enaltecia João Alfredo. Passados poucos dias, elogia a independência das ações tomadas pelo Gabinete, ao arrepio do clientelismo, “a primeira face do atual ministério é ser composta de ministros sem clientela forçada, sem parasitas de seus nomes, sem sanguessugas obrigatórias do prestígio deles.” Ainda nesta edição, alardeia as condições obtidas para o empréstimo de £ 6000000, conseguido junto ao Banco Rotschilde, logo

<sup>538</sup> O conselheiro Paulino, ao relatar a reunião com Antônio Prado, soube, por intermédio dele, que João Alfredo propunha abolição imediata, com três anos de prestação de serviços pelos libertos. “*Notas do Conselheiro Paulino José Soares de Souza sobre a Organização do Ministério de 10 de março de 1888*”. IHGB. Arquivo Wanderley de Pinho.

<sup>539</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. *João Alfredo, o Estadista da Abolição*. Recife: F.J.Nabuco/Massangana, 1988, p. 159

<sup>540</sup> AHMIP, Arquivo Isabel M 207, doc.9413.

no início da administração João Alfredo. Ele teria agido com liberdade, “não havia que salvar amigos que se afogavam”. Os banqueiros teriam cedido, viram que “o sistema atual já não é o do governo para alguns, mas do governo para todos”.<sup>541</sup> Manoel Antônio da Rocha Faria, visconde de Nioac, primo de João Alfredo, que intermediou a transação na Europa, considerava-a como a maior prova de confiança dos capitalistas ingleses e dos europeus no governo e no futuro do Brasil.<sup>542</sup>

Patrocínio exalta a restauração da ordem promovida por João Alfredo, o novo ministro da Guerra já teria conseguido levantar “a excomunhão lançada contra o brio militar. Os primeiros atos de S. Ex<sup>a</sup> foram de reparação oficial em relação às afrontas feitas aos caracteres que servem de modelo à dignidade do nosso exército”. E anuncia a posse do Ten. - Cel. Senna Madureira na direção da Fábrica de Pólvora de Estrella, elogiando-o por ter-se negado servir às ordens do ministério anterior.<sup>543</sup> Teria havido uma reconciliação entre povo e forças armadas:

Os oficiais protagonistas da questão militar, que tanto agitou os ânimos da população, foram restituídos à confiança do governo, de qual nunca desmereceriam se houvesse sinceridade e critério da parte do Gabinete transacto (...) levantando-se a excomunhão maior que lhes havia lançado o atual provedor da Santa Casa de Misericórdia e ex-presidente do gabinete negro.<sup>544</sup>

Patrocínio, reconhecendo a disposição abolicionista da princesa regente, começa a sua adesão ao projeto do terceiro reinado. Juntamente com a Confederação Abolicionista, aproveita o 5º aniversário da emancipação no Ceará, para fazer uma cerimônia pública – o Festival Abolicionista – do qual sairá uma comissão para ir ao Paço agradecer à Princesa a libertação dos cativos do Ceará e apelar para a abolição total. Na *Cidade do Rio*, o editorial “25 de março” dizia: “O Ceará hoje não tem déficit, as suas rendas crescem e se multiplicam (...) ouviu-se o grito animador de mil novas indústrias”.<sup>545</sup>

Ao denunciismo e agitação, Patrocínio ajuntava agradecimentos, festividades e honrarias, para corporificar o movimento. Utiliza-se da condição de vereador, para liderar um movimento na Câmara Municipal, com a finalidade de emancipar todos os escravos do município neutro. Seria uma homenagem ao aniversário de S. M. Imperatriz. O anúncio do edital sai em diversos números do jornal, e, em abril, a Câmara confirmaria a liberdade, “não pode ficar na retaguarda do momento civilizador

<sup>541</sup> *Cidade do Rio*, 10/04/1888

<sup>542</sup> Carta do visconde de Nioac a João Alfredo, de Milão, datada de 17/05/1888. In: RIHGB, Rio de Janeiro, v.258, p.258,1963

<sup>543</sup> *Cidade do Rio*, 16/04/1888

<sup>544</sup> *Idem*, 18/04/1888

<sup>545</sup> *Idem*, 24/03/1888. “25 de março”

o município onde reside a família imperial e cujos sentimentos abolicionistas são notórios (...).<sup>546</sup>

A ambiência agora é quase que totalmente voltada à abolição.

À mesma época, Ennes de Souza, professor da Escola Politécnica e membro da Confederação Abolicionista publica uma série de oito artigos pela *Cidade do Rio*, sob o título de *Abolição e República*, defendendo a preeminência e urgência da abolição sobre a república. Ele se define “social como abolicionista e político como republicano”.

É categórico,

Na atualidade, trata-se, com efeito, de, antes de tudo, de fazer-se a Abolição já e já. É o momento psicológico da Abolição, não é ainda o da República (...) o advento da República virá a seu tempo e a seu turno (...) Seja a República o maior bem do mundo, ao bem deve proceder a cessação do mal que é a escravidão, pois não podemos, em nome da liberdade cívica, condenar por mais uma hora, por um instante que seja, criaturas humanas às torturas morais e carnisais da escravidão(...)

Dirigindo-se aos proprietários de escravos: “o negreiro que quiser vir para a República, faça antes um mea-culpa (...) República e pirataria são coisas que se excluem.”.

Em seguida, cita a Confederação do Equador como abolicionista e republicana.<sup>547</sup>

Em outro artigo, levanta outra questão polêmica, a adesão, considerada oportunista, dos fazendeiros de São Paulo ao republicanismo.<sup>548</sup> As publicações refletem o momento de intensas discussões entre abolicionistas e republicanos sobre suas prioridades, matéria que se constituirá no assunto político primordial do biênio 88/89.

Ferreira Viana, indicado ministro da Justiça do gabinete 10 de março, necessitava de confirmação pelo voto. Não era, contudo, uma figura simpática a S. Majestade. No passado, havia sido um crítico agudo da monarquia, chegando a escrever um opúsculo, *A Conferência dos Divinos*, onde tratava o Imperador de forma satírica. Pedro II, conforme relato de João Alfredo, insistia em chamá-lo de “meu irmão em Cristo”, apesar dos apelos para que visse nele uma figura importante para o governo e não criasse obstáculos. Mais tarde, o Imperador teria se afeiçoado a Ferreira Viana, solicitando sua transferência da pasta da Justiça para a do Império.<sup>549</sup>

<sup>546</sup> *Idem*, 13/04/1888

<sup>547</sup> *Cidade do Rio*, 27/03/1888. “*Abolição e República*”

<sup>548</sup> *Idem*, 03/04/1888

<sup>549</sup> IHGB. Arquivo Wanderley de Pinho DL 1593.02 “*Abdicação do Imperador Preparada por João Alfredo*”. Original no arquivo Tobias Monteiro, na Biblioteca Nacional

O partido Republicano começa uma intensa mobilização, questionando o apoio da Confederação Abolicionista a Ferreira Viana, afinal o candidato republicano era Quintino Bocaiúva. Em resposta, Ennes de Souza, dizia não aceitar que a militância pró-Ferreira Viana pudesse dividir as forças do partido Republicano,

será de efeito salutar para a causa da Abolição, que deve ter o seu desfecho triunfal já e sem demora, como para a República, que dentro em pouco se há de impor como solução inadiável na reconstrução do nosso país sobre alicerces democráticos e com materiais americanos (...)<sup>550</sup>

Logo depois, arremata, “um republicano votar num monarquista, pensando na causa abolicionista, não prejudica a causa da República”.<sup>551</sup>

O partido Liberal negando-se a apresentar candidato, acaba envolvido na polêmica. No editorial da *Cidade do Rio*, de 20 de março 1888, fala-se de uma questão levantada “por todos os nossos partidos políticos”. A quem atribuir a solução do “magno problema da Abolição”? O articulista elogia Salles Torres Homem por ter-se manifestado, colocando a questão como suprapartidária. A militância abolicionista procura de todo modo descaracterizar Viana como um candidato conservador. Associa sua eleição à abolição, uma questão suprapartidária. Ennes de Souza critica o partido Liberal pela opção absenteísta.<sup>552</sup> Também o senador Otaviano, em carta ao líder liberal Bezerra de Menezes, aponta o “o erro do partido Liberal em tentar impedir a realização pronta e imediata da grande idéia pela qual no temos sacrificado.”<sup>553</sup>

Em 13 de abril, uma manifestação do partido Liberal do Espírito Santo é publicada na *Cidade do Rio*:

Há momentos em que os grandes interesses nacionais impõem que as questões de partido sejam postas de lado (...) nos casos de guerra, de conflagração pública e de reformas como a da extinção do cativo e outras, os partidos políticos nada têm que explorar. Antes de tudo, os que compõem (...) devem sacrificar ainda que momentaneamente as suas crenças partidárias. Passado o momento, cada um retomar o seu lugar (...).

O articulista diz que é a “generosidade dos fortes” e conclui:

o abolicionismo (...) não podia ser reclamado por nenhum partido como dogma, nunca negado de sua fé política. O abolicionismo não pode perguntar ao estadista o que ele foi ontem, mas meramente o que é realmente hoje. (...) No eleitorado, existe ainda uma porção de usurários da escravidão, que resgatariam os últimos juros da hipoteca da pátria à barbárie (...) não devendo os abolicionistas republicanos trair os afiliados monarquistas da véspera, na hora da vitória da causa (...) Sob o ponto de vista histórico e social, que há de responder o republicanismo quando apresenta para receber sufrágios de escravistas em favor da República, ao passo que a monarquia sujeita-se à ameaça de condenação perpétua em nome e em serviço da liberdade.<sup>554</sup>

<sup>550</sup> *Cidade do Rio*, 27/03/1888. “Abolição e República”

<sup>551</sup> *Idem*

<sup>552</sup> *Idem*, 04/04/1888, “Abolição e República”

<sup>553</sup> *Idem*, 06/04/1888: “A Nova Política”

<sup>554</sup> *Idem*, 13/04/1888

A questão do partido Liberal irá se resolver em maio, quando , numa reunião no dia 4, no Grande Hotel, o partido Liberal da Corte apóia o projeto de Abolição imediata e incondicional, convidando o governo a não demorar a sua apresentação sob pena de censura.<sup>555</sup> Em 7 de maio, Nabuco discursa na Câmara, defendendo a precedência da abolição sobre as lides partidárias e criticando a inércia do partido Liberal. “A nação neste momento não faz distinção entre partidos, ela está toda entregue à emoção de ficar livre (...) ela não pergunta se quem vai fazer a Abolição é liberal ou conservador”. Segue, discutindo as questões entre liberais e conservadores, culpando os dissidentes liberais de 1884, que “impediram o Gabinete Dantas de se eleger, de arrastar todo o eleitorado do país, por fazer com que a emancipação seja feita por conservadores”. Critica também os liberais por “terem impedido Antônio Carlos de fazer o que fez Eusébio, também Zacarias de fazer o que fez Rio Branco e impedir o que vai fazer João Alfredo”.<sup>556</sup>

Voltando à questão da candidatura de Ferreira Viana, em abril de 88, a Confederação Abolicionista publica um manifesto de apoio. Reitera a idéia de o abolicionismo estar descolado “das preocupações partidárias do sistema de governo e das escolas políticas” e conclama os estadistas a sacrificar temporariamente seus “sentimentos pessoais”. O Império e o Parlamento teriam que se sacrificar à vontade do eleitorado. “A eleição do dia 19 de abril é a primeira sanção que o povo vai dar à queda do gabinete Cotegipe e à ascensão do de 10 de março”. Em seguida, faz uma crítica direta a Quintino Bocaiúva, ele teria participado muito ativamente da abolição, mas agora se opunha à sua continuidade.<sup>557</sup>

Dias após, a *Cidade do Rio* defende o voto útil para Ferreira Vianna, em prol da abolição imediata:

se o Abolicionismo tivesse que iniciar neste momento a sua vida parlamentar , de assentar o seu ponto de partida governamental, acentuando sua filiação genuinamente democrática e historicamente republicana, está claro que o nosso candidato seria o mestre da imprensa contemporânea [ Quintino Bocaiúva ] (...) Neste momento porém não se trata mais de iniciar , mas de ultimar: não se trata de propagar, mas de decretar a Abolição (...) o país compreendeu que a Abolição era um problema essencialmente social e abstraindo-se de opiniões políticas, preparou-se moralmente e governamentalmente para resolve-lo (...) O que se deseja não são deputados que vão formar no parlamento uma opinião abolicionista , mas de um ministério que , saturando-se da essência de democracia, execute a reforma inspirada pela própria nação (...)

<sup>555</sup> *Idem*, 05/05/1888. “Reunião Liberal”:

<sup>556</sup> *Idem*, 10/05/1888

<sup>557</sup> *Idem*, 13/04/1888. “Manifesto da Confederação Abolicionista, para as eleições de 19 de abril”.

Patrocínio utiliza-se da própria argumentação do partido Republicano de que a questão servil não seria política, mas social. “Exalto o candidato republicano [Quintino Bocaiúva] a nos mostrar que a questão não é pessoal e sim de uma reforma social, de uma lei [abolição] que há de totalmente revolver as entranhas da sociedade, como um drástico poderoso”. Apela para o relativismo. A solução abolicionista,

ponto de alcance coletivo para todas as opiniões e para todos os homens, antecede a república (...) o grande dogma da ciência moderna é o de que tudo é relativo. O absoluto foi exilado do espírito humano como pais do absurdo (...) e esta lei é tão exata como a de Lineu, reconhecendo que a natureza não dá saltos (...) Tudo quanto não for a extinção imediata da escravidão deve ser posto de lado, por inoportuno”.<sup>558</sup>

Ferreira Viana que, em 1885, contra o próprio Quintino Bocaiúva, obtivera em torno de 70% dos votos, agora fizera mais de 90%.<sup>559</sup> Patrocínio dirá “está ganha a primeira batalha abolicionista (...). O eleitorado declarou-se francamente abolicionista”. Neste artigo, após fazer uma longa citação de *O Abolicionista*, de Nabuco, fala da importância da ação política concreta, “Considerou-se, como nós também consideramos indébita a intervenção da política abstrata nesta hora em que o governo se apresentava às urnas, para robustecer-se com a opinião, para decretar o primeiro direito do homem – a sua liberdade pessoal”.<sup>560</sup>

Também à mesma época, o jornal explora um fato havido quando Ferreira Viana, confirmado ministro da justiça, visita a Casa de Detenção. Lá, além dos maus tratos aos presos, na maioria escravos, a autoridade vê as *masmorras* construídas na administração de Coelho Bastos, ao custo de 4.000\$000. “Tudo isso se fazia na capital de um país que quer ter os foros de civilizado, e sob um regime de uma constituição a que chamam libérrima e irrisória”.<sup>561</sup> Patrocínio identifica mais um *inimigo* da causa abolicionista, que “governava a sabre e à navalha (...)”; e Coelho Bastos acaba sendo contra indicado pela Princesa para assumir o Tribunal da Relação.<sup>562</sup> Essa questão das *masmorras* foi muito explorada, suscitando até parecer da Imperial Academia de Medicina, que as considerou incompatíveis com a vida humana.<sup>563</sup> Percebe-se, com

<sup>558</sup> *Idem*, 18/04/1888, “A Eleição”

<sup>559</sup> *Idem*, 19/04/1888

<sup>560</sup> *Idem*, 23/04/1888. “Abolicionistas a Postos”.

<sup>561</sup> *Idem*, 10/04/1888

<sup>562</sup> *Idem*, 11/04/1888. Coelho Bastos será um alvo permanente de Patrocínio

<sup>563</sup> *Idem*, 13/04/1888. Interessante é que o parecer da Academia se fez no maior rigor *científico experimental*; os médicos foram convocados a ficar presos nas *masmorras*, durante certo tempo, para que pudessem sentir os efeitos do ambiente. Era a busca da legitimidade médica para uma questão evidentemente política. À essa época, a Academia Nacional de Medicina, além dos encargos científicos, tinha atribuições institucionais, que hoje são cometidas ao Ministério da Saúde.

clareza, a estratégia de criar para o público um panteão de heróis e, ao mesmo tempo, uma galeria de bandidos.

A polêmica de Patrocínio com os republicanos do partido fervilha. Em resposta às críticas recebidas pelo apoio a Ferreira Viana, ele publicará o célebre artigo “*Desencargo de Consciência*”, de 28 de abril, que marcará a ruptura definitiva com “republicanos que se julgam donos das consciências alheias com os mesmos direitos alegados por muitos deles à posse de seus irmãos escravizados”.

Diz que deve uma satisfação a seus contemporâneos, porque os

que não me conhecem bem, os que acreditam que eu sacrifico facilmente ao coração o que pertence à calma e à lucidez da razão, os homens de boa fé que, em geral, juram no prestígio de alguns outros, vendo neles a pureza das idéias que os republicanos de todos os tempos fingem propagar, vão por este artigo ter conhecimento imediato **das razões que me separam do partido republicano, apesar de minha crença na República.** (Grifo meu)<sup>564</sup>

Para justificar, transcreve, na matéria, parte de artigo publicado em 25 de abril, na *Gazeta Mercantil*, com o título de *Meios de Repressão*, onde há uma proposta de construção de colônias correcionais, com núcleos de população em fronteiras desertas, para onde seriam mandados os libertos, com o fito de garantir a posse do território. Queriam salvaguardar “a pessoa e os interesses sobretudo dos habitantes do interior”. Isso viria “acalmar os temores e sobressaltos muito naturais em uma quadra de próximos e iminentes distúrbios”. Em nome da segurança,

independente da ação do governo, uma polícia especial incumbida de reprimir a vagabundagem e a mendicância (...) o emprego de meios coercitivos que levem os indivíduos a localizar-se em alguma parte e abraçar qualquer carreira donde tirem os recursos de subsistência (...).

O articulista atribui aos republicanos o desejo de exilar os libertos “para o deserto: o prolongamento do cativeiro através da liberdade (...) os negreiros da pior espécie podiam subscrever sem nenhum escrúpulo esse artigo indecente”. O partido não teria ofertado qualquer ajuda moral ou material, para a campanha abolicionista. Ele não poderia, nem queria assumir a responsabilidade por essa propaganda, conforme lhe confessara “um dos chefes republicanos mais eminentes”. “Se eu [Patrocínio] insistisse, cairia num abismo de cabeça para baixo. É a queda de Lúcifer, chefe, respondi-lhe eu. Porém, como o arcanjo rebelado, apto. Antes livre no inferno do que escravo no céu”.

Reafirma a crença na abolição sem compromissos partidários, “nunca prometi a ninguém sacrificar minhas convicções abolicionistas a conveniências partidárias, ao

---

<sup>564</sup> *Idem*, 28/04/1888. “*Desencargo de Consciência*”. Todas as citações até o item 198 pertencem a esta matéria



contrário, desde o início da propaganda, prometi o meu apoio sincero e leal a quem quer se propusesse a resolver a questão servil (...)”. Cita trecho de uma carta escrita por ele ao Imperador, publicada na *Gazeta de Notícias*, de 29 de novembro de 1879, onde diz “na questão da Abolição [o folhetinista] bater-se-á pelo chefe dos combatentes, seja ele quem for”. Continua afirmando: “A propaganda em prol dos cativos faz-se intensamente fora do partido Republicano, como de todos os outros”.

A partir daí, parte para a denúncia dos membros do partido. Tomando como exemplos Luiz Gama e Ferreira de Menezes, afirma que não é o primeiro que tentam expelir

desse partido composto pela maior parte de bacharéis vadios e de gente que ou deveria ir para as galés cumprir as penas da lei de 1831 ou para as colônias correccionais que seriam criadas pelo governo da Gazeta Nacional (...) os aristocratas despeitados que não podem, por medíocres, aparecer no partido (ilegível), chamam-se republicanos, para serem carregados pelos patriotas ingênuos e pela gente de bom coração. Os hipócritas da fraternidade humana”.

Não confiava no partido atual, não se subordinava à sua orientação, nem aceitava qualquer solidariedade dele, “(...) me servirei de todas as armas para combatê-lo, enquanto ele entender que a liberdade, a igualdade e a fraternidade, para com a raça negra, devem ser entendidas como preceituam o Congresso Republicano de São Paulo e a Gazeta Nacional, órgãos republicanos (...)”.

O partido Republicano, a exemplo de 1871, “(...) espera recolher a escória do escravismo, o rebotalho da consciência humana, para dominar (...) Essa República, pelo molde de Jefferson Dawis, não há de vingar, há de morrer esmagada pelos tacões das botas abolicionistas”.

A resposta republicana não se fez esperar, o jornal “*Província de São Paulo*” publica uma extensa contestação às acusações de Patrocínio sobre a leniência do partido em relação à questão servil, como às próprias convicções do líder abolicionista.

Baldado o intento do Sr. Patrocínio de ferir a conduta republicana, respeito ao problema da Abolição, temos à exuberância provado, desde 1873, que nos manifestamos e fazemos empenho em solver a questão e cada vez que mais intensamente ela se agitou, a nossa voz tem-se achado à vanguarda dos combatentes; enquanto até ontem, pode-se dizer assim, os ministros da idolatria do Sr. Patrocínio combatiam ferozmente o abolicionismo e as reformas que o concretizavam. Não nos acertam pois os tiros do campeão ministerialista, que quando relatasse fatos verdadeiros, em épocas passadas, não podiam anular a nossa posição presente, radical em face da Abolição. Mas nem ao menos as suas argüições são verdadeiras, quanto ao procedimento do partido em dias já longínquos. Procedimentos que, caso real, não poderá merecer a sua censura, porque S.S. defende e aplaude os atuais ministros do rei, que nele já incorreram com tenacidade. Mas, então, de que inculpa ao partido republicano o diretor da Confederação Abolicionista? Eis o que ninguém sabe. “S.S. acumula frases de admirável estilo, imagens dignas de palmas num salão de eloquência, prorrompe em objurgatórias ao republicanismo, chamando-lhe negro e escravocrata, e quejandas apóstrofes; mas não diz porque somos negreiros e

porque somos escravocratas. Negreiros, nós já o demonstramos, abrindo as páginas da história republicana na província, nunca fomos. Aristocratas, por quê?

Para nos chamar de negreiros, o Sr. Patrocínio cita o manifesto de 1873, em que nós já apresentávamos um sistema de libertação, e por esse manifesto, nos move guerra de morte, para defender o Sr. Prado, Rodrigo Silva, Ferreira Vianna e João Alfredo, que combateram o Sr. Dantas e, até ontem, sustentavam o Sr. Cotegipe, na sua reação desenfreada. Provamo-lo, porém, jamais fomos negreiros, sempre nos manifestamos no sentido de abolir a escravidão, nunca no de conservá-la (...) <sup>565</sup>

### Questiona também a própria posição do líder abolicionista

(...) O Sr. Patrocínio, se for capaz, que dispa os seus incongruentes artigos das roupagens farfalhudas do seu estilo retórico, que nada prova à razão e só explora os sentimentos das mulheres românticas ou dos homens incautos. E venha mostrar os atestados do escravismo republicano. Queremos ver que lógica será capaz de destruir a inconcussa verdade do que tem sido afirmado por nós. Não nos pode atacar pelo passado o neo-imperialista, talvez a esta hora já cônsul ou comendador da [ilegível]; e que pudesse! O golpe que nos vibrara iria ferir os ídolos atuais de S.S.

Pelo nosso procedimento de hoje em que nos pode atacar o irriquieto escritor?

Que mais inequívocas provas podem ser dadas em abono do nosso radicalismo abolicionista, do que o procedimento dos republicanos, iniciando a propaganda da libertação imediata e incondicional, contra a opinião do Sr. Prado; do congresso de fazendeiros e tornando-se fato na prática da libertação em massa. Que mais pode ser feito no terreno prático do que isso e a consecução da lei, que impunha 400\$ sobre cada escravo da província, lei que já teria libertado São Paulo, se não lhe fora negada sanção pelo delegado do Gabinete atual, com aplauso do Sr. Prado, segundo declarou o Correio Paulistano?

Mais provas do que essas, do que a conduta da imprensa republicana em todas as províncias cremos ser impossível reclamar. E, no entanto, o Sr. Patrocínio alagarta o seu jornal de tropos ousados, chamando-nos os últimos escravistas republicanos negreiros. Isso não passa de exagero de imaginação, próprio dos temperamentos iguais ao do escritor abolicionista, capazes de verem gigantes em moinhos de vento. Não há motivo algum para a guerra que nos move o Sr. Patrocínio. É o que temos provado. Agora, só podemos explicar a crueza do ódio que nos votou, pela necessidade de justificar o seu ministerialismo e monarquismo atual. Talvez não tarde muito e S.S. pertencerá à aristocracia dos comendadores da Rosa. O Novidades já o disse. Será, porventura, esse motivo que o leva a nos chamar desde já de aristocratas também? Não queremos porém, simplesmente por nós, destruir os argumentos velhacos e infantis de que se serviu o poeta da redenção. Queremos avivar a memória aos que nos chamam de mercadores do templo sagrado da República, para mais facilmente acolitarem os governos que se sucedem e dispõem dos cofres públicos. Ao redator da Cidade do Rio, que hoje com gáudio transcreve as notícias de certa imprensa, respeito a seu artigo, fazemos notar que essa mesma imprensa defendia na província o ministério Prado, quando este publicava o Regulamento Negro. Não são pois as adesões calculadas, como as que teve o nosso destruidor, que hão de nos assustar. Nós temos adesões mais valiosas, entre as quais está a do próprio Sr. Patrocínio, no tempo em que se orgulhava de vir comungar com seus correligionários da província de São Paulo.

A partir daí, o editorial reporta as palavras de Patrocínio num comício em São Paulo, em 1886, quando declarara, conforme já visto anteriormente, que a culpa da escravidão era da Monarquia, sendo que se o regime, não atendia os anseios populares, deveria ser banido.

<sup>565</sup> *Cidade do Rio*, 11/05/1888. Transcrição de matéria publicada na “*Província de São Paulo*”. A despeito da denúncia de Patrocínio, de que os republicanos queriam tutelar os libertos, em nome da ordem e da segurança coletiva, a própria Coroa preocupava-se com a questão da vadiagem. Na Fala do Trono, da 20ª legislatura, em 3 de maio de 1888, o assunto é ventilado. Todas as citações até o item 199 pertencem a esta matéria.

A polêmica continua na imprensa republicana paulista. Ainda na *Província de São Paulo*, a Confederação é acusada de “ter sempre marchado atada à cauda dos cavalos da vitória do Imperador, do Sr. Dantas e agora do Sr. João Alfredo”. Em resposta, a *Cidade do Rio* lembra que a idéia de abolição imediata já fazia parte do manifesto de 1883, “muito antes do Gabinete Dantas e de qualquer manifestação política e de politicantes em favor dos infelizes (...)”. Não se admitem “repúblicas aristocráticas, repúblicas de Veneza, repúblicas dominadas por antigos senhores de escravos, impelidos pelo ódio, pela raiva pelo despeito”.<sup>566</sup>

A *Província*, que viria a ser no futuro, o *Estado de São Paulo*, atendia à necessidade do republicanismo paulista de possuir uma folha, conforme declarado na Convenção de Itu. Seus sócios comanditários eram Américo de Campos e Rangel Pestana. Em seu número inicial admitia ser financiado pela lavoura, além de outras categorias, em prol de “satisfazer as mais legítimas aspirações da rica e briosa província (...)”. Apesar de declarar-se isenta, seguia as orientações do partido republicano.<sup>567</sup>

Contrariamente, o *Diário Mercantil*, de São Paulo solidarizou-se com Patrocínio a respeito de seu editorial “*Desencargos de Consciência*”. Ele agradece,

felizmente, há vozes que fazem coro conosco, consciências puras que não se deixaram iludir pelos manifestos democráticos **dos futuros governadores da pátria**(...) enquanto nosso braço puder erguer-se sacudindo o anátema sobre os mercadores do tempo sagrado da república, creia a turba da democracia que não lhe daremos trégua, nem quartéis.<sup>568</sup> (Grifos meus)

Nesse cenário polêmico, o Clube Republicano Riograndense expulsa João Clapp de seus quadros, por ter apoiado a candidatura de Ferreira Vianna. O republicano Pardal Mallet, em carta, denuncia a atitude considerada autocrática. “(...) resta-me a esperança de que a República no Brasil nem será feita nem será governada pelos autocratas do barrete frígio (...)”.<sup>569</sup>

A essa altura, com a abolição à porta, Patrocínio ficaria indiferente. Para ele, já se vivia a alvorada de uma nova história do Brasil, fechando o ciclo da barbárie. Anunciava a aurora e, triunfalista, valorizava a imprensa, “A nossa revolução está sendo feita entre bênçãos e flores, nada mais extraordinário, bastaram o atrito da imprensa e o calor da palavra para limar e fundir os grilhões de três séculos de cativo”.<sup>570</sup>

<sup>566</sup> *Cidade do Rio*, 30/04/1888 . “*Abolicionistas em seus postos*”. O artigo fora publicado na “*Província de São Paulo*”

<sup>567</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, pp. 77/80

<sup>568</sup> *Cidade do Rio*, 02/05/1888

<sup>569</sup> *Idem*, 04/05/1888

<sup>570</sup> *Idem*, 30/04/1888.

A partir daí, começa a predizer para o país uma evolução linear e ordeira, inclusive, as autoridades já teriam retornado às suas atividades normais. Pergunta retoricamente: “O que será deste país amanhã, quando o que hoje surpreende for a norma do procedimento do governo e do povo?”<sup>571</sup>

Em 1º de maio, estava na *Cidade do Rio*, “Hoje começa maio, o mês das flores e aquele em que os primeiros albos do novo dia iluminam já os horizontes da pátria (...)”. Os opositores podem tranquilizar-se, porque “o dia da liberdade será o dia do perdão”. A nação apóia francamente a “política inauguradora de uma nova era – a era da luz e liberdade (...)”. Uma eloqüente confirmação de que “possuímos afinal, traduzido em fato, o pensamento de sábio legislador da Constituição do Império, isto é: o governo da nação pela nação”.<sup>572</sup>

A edição do dia seguinte é exultante, “(...) não tarda a hora do supremo combate. Vão descer o grande Cristo escravizado da cruz maldita, plantada nos eitos, entre os falsos republicanos e entre exploradores (...)”<sup>573</sup>

A abolição está formalmente feita, mas, a liberdade está em risco. Nas cidades, as experiências de liberdade de ex-cativos, em convívio com outras categorias subalternas, eram vistas como potencialmente perigosas para a ordem, exigindo repressão. No campo, a questão da terra impactava o projeto abolicionista. Não havia como modificar as relações fundiárias, para integrar o liberto. A lavoura, antes um esteio do Império, diante da perda do braço escravo e da ameaça de uma reforma fundiária, exigia indenização e aderiu a um republicanismo de última hora. Finalmente, contingenciado por todas as suas contradições, o Império desmorona.

Na imprensa ligada à lavoura a denúncia de, não havendo mais o negro, o abolicionismo mostraria sua verdadeira orientação, “desorganizar o país, atacando insistentemente a propriedade”.<sup>574</sup> Ele permaneceria

pregando ódio ao lavrador, vilipendiando-o, atribuindo-lhe sentimentos ignóbeis e procurando convencer de que a salvação do país está no roubo da propriedade territorial para distribuí-la pelos que nada têm. O Abolicionismo está, pois, como sinônimo de comunismo.

Propõe para a república uma posição equidistante dos extremos, “a república se quiser ser viável, nem será instrumento de uma pretensa oligarquia nem tão pouco se deixará arrastar pelo desvario de um proletariado”. Seria necessário harmonizar os

---

<sup>571</sup> *Idem*

<sup>572</sup> *Idem*, 04/05/1888. “*Interior*”

<sup>573</sup> *Idem*, 05/05/1888

<sup>574</sup> *Novidades*, 05/10/1888. “*O Abolicionismo*”. Todas as citações constantes do texto até o capítulo IV pertencem à esta matéria.

interesses. Mas “o abolicionismo tem ódio à propriedade, deseja é que todos desta terra estivessem pedindo um lugar nos asilos do Sr. Ferreira Viana”.

Procura igualar os segmentos sociais, “esta nação não tem privilégios de classe, nem de castas: todos somos povo”. Mas se contradiz,

o **povo** do abolicionismo (...) esta legião de pé-rapados que se quer contrapor à lavoura, esse sim, não existe senão na fantasia dos inimigos da propriedade (...) o que existe aqui é um confronto entre interesses estáveis, sólidos, que são a garantia do crédito público, representados na indústria e especialmente na indústria agrícola e interesses instáveis que só se afirmam pela subversão da propriedade e da ordem subsistentes que se chamam na Europa de socialismo e comunismo e que aqui se adornam com o nome de abolicionismo (...) o trono tornou-se um perigo social(...)essa aliança apressa a queda da coroa. (Grifo no original)

Esse cortejo conflitivo é que será discutido no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 4**

### **O HOLOCAUSTO DE UM PROJETO E O ANJO REVELADOR**

#### 4.1 - O ouro da lei tem garantia?

Assinada a lei Áurea, formalizada a abolição imediata e sem indenização, a *Cidade do Rio*, na esteira das comemorações exalta o papel do governo, ou mais precisamente, do gabinete João Alfredo. Ao mesmo tempo, historia o movimento, analisando cada etapa.

Uma revolução enorme acaba de ser operada no país; a libertação imediata e incondicional dos cativos. Quem a realizou? O governo. Com essa nobre audácia de Turgot, abolindo o pacto da fome e as jurandes, o ministério 10 de março; secundado pelo desinteresse e coragem da Princesa Imperial, ouvindo a aspiração e o clamor público redigiu o decreto lei que estava escrito na consciência popular. Raciocinemos com justiça. Abolindo a escravidão, o que fez o governo? Opôs-se à vontade do povo ou obedeceu às suas inspirações? Estamos cansados de ouvir a inveja de uns e a injustiça de outros dizerem que o ministério 10 de março nada fez; que ele veio apenas curvar-se com os louros ceifados pelo sacrifício e pelo trabalho dos abolicionistas (...) Ora, nunca, em tempo nenhum, um governo foi condenado por decretar as leis que estavam em germe na alma nacional (...) Quando se nega a grande e inestimável cooperação do governo à redenção dos escravizados, pretende-se dizer que o povo por si só bastava para levar a cabo essa belíssima revolução. Dá-se tudo ao povo com o fim de tomar-lhe tudo o que ele ganhou nessa maravilhosa revolução de flores (...) <sup>575</sup>

Segue, falando do Gabinete Dantas, quando os abolicionistas já teriam tido força para dissolver a Câmara e pleitear uma eleição, “em que se não teve maioria, foi simplesmente porque o ministério não teve a força governamental precisa para fazer sentir nos comícios a influência patriótica da idéia abolicionista (...)”

Em seguida, denuncia o Gabinete Saraiva, ele teria vendido aos conservadores a primogenitura abolicionista dos liberais.

(...) No momento em que foi apresentado ao Parlamento esse projeto imoral e desumano, redigido por instintos de [ilegível], que convertia o escravo em Ashaverus <sup>576</sup> e não contente com isso, ainda ia fuçar as sepulturas para devorar-lhe o cadáver; em vão a imprensa abolicionista e a tribuna popular fizeram apelo à revolução. O povo não se prestou a pegar em armas e os próprios escravos se negaram, por ignorância, a revoltar-se. O Parlamento bandeou-se a pretexto de que o Sr. Saraiva era mais adiantado que o Sr. Dantas. A nova lei era uma infâmia parlamentar e governamental; uma traficância miserável e apesar disso, ainda foi tornada mais infame pelos regulamentos e pelos executivos. Julgaram que ela não havia reescravizado bastante, impedindo o arbitramento, considerando roubo a obra de misericórdia de asilo ao foragido, marcando uma tarifa para a liberdade, condenando o aleijado à escravidão perpétua, exigindo da velhice trabalho até à decrepitude.

Cotegipe:

O que foi o ministério Cotegipe todos sabem (...) O ministério não caiu num conflito abolicionista, caiu numa questão naval (...) Se o governo quisesse, teria obtido em 1888 o mesmo que obteve em 1885, a continuação da propaganda platônica da república e a continuação do martírio abolicionista. Por quê? Porque o povo não podia de pronto resistir à ação combinada da pressão governamental e social, coligados para manter a escravidão (...)

<sup>575</sup> *Cidade do Rio*, 08/06/1888. As citações encontradas até o item 3 pertencem a essa matéria.

<sup>576</sup> Ashaverus é uma personagem lendária, o judeu errante, que teria sido maldito e castigado com a imortalidade por ter tentado obstacular o caminho de Jesus até o monte Calvário. Por isso, foi condenado a vagar pelo mundo até a volta do Cristo.

### Fala da importância do gabinete na prevenção da desordem,

(...) Não há dúvida que o povo acabaria por vencer revolucionariamente, mas o que é fora de dúvidas também é que o governo bem merece da pátria, quando interpretando os sentimentos nacionais, previne as revoluções. Foi o que fez o governo brasileiro de 10 de março. Assumi a grande responsabilidade de se declarar beligerante contra esses interesses que se opunham à Abolição (...) Se fora da proteção oficial, o escravismo tem ainda forças para reter os ingênuos e ameaçar a Coroa, que faria ele se entrasse na luta, dispondo da ação do governo? Se o governo nada fez, se nada devemos ao Gabinete 10 de março e à Regência, por que começou a conspiração contra as instituições depois do ato de 13 de maio? Pois não houve sentimento republicano para associar-se aos abolicionistas para proclamar a revolução contra o Sr. Cotegipe e a Regência então contra esse Governo que assassinava a sangue frio mulheres e velhos (...).

Conclui, “essas classes querem reaver o governo para continuar a suprimir da vida nacional a vontade do povo (...)”

O que estava recalcado por trás da empolgação desses festejos pode ser avaliado numa carta do conde D’Eu ao próprio Imperador, em 14 de abril, um mês antes da assinatura da lei, “anuncia-se que o projeto será acompanhado de medidas rigorosas destinadas a satisfazer a lavoura, obrigando os libertos à residência fixa e a procurar ocupação”. E mais importante, ele julgava que se tratava de um “passo precipitado”.<sup>577</sup>

As ameaças estão no ar, Rui, no dia 16 escrevia no *Diário de Notícias*, levantando questão sobre o destino dos libertos, mostrava-se preocupado com os riscos da não aceitação da lei de fixação de residência e do trabalho forçado. “Eles adquiriram o direito de transitar por onde lhes aprouver. A lei de localização já é inconstitucional, assim como a lei do trabalho obrigatório (...) Haverá mudanças no regime eleitoral que abrange novas classes sociais?”<sup>578</sup>

O *Novidades* critica a insistência do governo em afirmar que não ocorriam alterações na ordem pública, depois do 13 de maio. Ao contrário, havia sim uma onda crescente de desprestígio da autoridade, até estudantes já se levantavam contra professores.<sup>579</sup>

Na *Gazeta da Tarde* de 22/05/1888, comentam-se os riscos de o governo, comprometido com o apoio popular à causa da Abolição, ficar impossibilitado de conter os excessos praticados pelos libertos. Seria uma ameaça ao Gabinete 10 de março e ao terceiro reinado. Primeiro, o gabinete, “formado debaixo dos aplausos populares, acha-se tão identificado com o povo (...) que não tem energia necessária para a prática de atos que possam desgastar o grande sustentáculo”.<sup>580</sup> Segundo, a solidariedade crescente do povo com os libertos aumentava a tolerância com os excessos. O governo estaria diante

<sup>577</sup> AHMIP.AGP, XLII (1) Carta do conde D’Eu a Pedro II, 14/04/1888

<sup>578</sup> *Diário de Notícias*, 16/05/1888

<sup>579</sup> *Novidades*, 23/11/1888. “*Ordem Pública*”

de um dilema, ou tolerar a desordem, “acarretando sobre si a odiosidade pública” ou “sair do governo maior do que quando entrou”. Haveria, para o articulista, quem vaticinasse a paz das reformas liberais e quem ouvisse o rugir da tempestade. E “quando lhe apontamos o delírio do povo pela Augusta Regente do Trono, nos apontam a história da França revolucionária, onde os vitoriosos de hoje eram os expatriados de amanhã, quando não decapitados!!!”.

Conforme já visto, o nível de percepção de ameaças com a presença dos libertos aumentava. A busca pelos libertos de novas experiências de autonomia, como parte de uma resistência ao projeto disciplinador, criava inevitáveis conflitos.<sup>581</sup>

A questão já de há muito não passava despercebida ao Estado. Conforme mostra Salles, ela estivera sempre presente nas discussões que se fizeram no Conselho de Estado, em 1867, reunido em resposta ao interesse manifestado pelo Imperador em dar solução à questão servil.<sup>582</sup> Também preocupada com a disciplinarização da liberdade, Isabel, na abertura da 3ª sessão, da 20ª legislatura, entre diversos temas, prioriza o controle da ociosidade, propondo uma legislação repressiva. A finalidade seria de promover pelo trabalho a educação moral. A *Cidade do Rio* se solidariza,

Isabel solicita medidas complementares que acautelem a ordem na transformação do trabalho, apressem pela imigração o povoamento do país, facilitem as comunicações, utilizem as terras devolutas, desenvolvam o crédito agrícola e aviventem a indústria nacional, pode-se asseverar que a produção sempre crescente tomaria forte impulso (...).<sup>583</sup>

A folha admitia os riscos, mas – contrariamente à opinião dos republicanos – responsabilizava os ex-senhores pelo abandono dos libertos. Num hábil jogo de palavras, atribui a atitude a uma vingança e caberia ao governo reagir, distribuindo terras.<sup>584</sup> As retaliações permanecem.

Está claro que à abolição, tão festejada, não corresponderia a liberdade. Uma cultura escravista atingia todo o arco da sociedade, principalmente nas relações de trabalho na lavoura. São exemplos as tentativas dos ex-senhores para reter os libertos, em desrespeito à lei. Ainda em maio, a folha de Patrocínio denuncia manobras de reescravização promovidas por alguns fazendeiros com a cumplicidade das autoridades.

<sup>580</sup> *Gazeta da Tarde*, 22/05/1888. Artigo assinado por Threseas. As citações até o item 5 pertencem a esta matéria.

<sup>581</sup> **GOMES**, Flávio dos Santos. No Meio das Águas Turvas: racismo e cidadania no alvorecer da República, a Guarda Negra na Corte 1888-1889. In: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos / UCAM, n.21, dez.1991, p.77

<sup>582</sup> **SALLES**, Ricardo. *E o Vale era O Escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e Escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, cap.2 “O Partido da Coroa”.

<sup>583</sup> *Cidade do Rio*, 03/05/1888. “Sessão Imperial”

<sup>584</sup> *Idem*, 26/05/1888



“Tínhamos certeza de que apesar da positiva declaração da lei, o cativo extinto não desapareceu de fato. Era natural que a pretexto de caridade, os exploradores do trabalho alheio continuassem a praticar o hediondo (...)”. Pede vigilância, porque “a intenção de desobedecer a lei, especulando com a ignorância dos novos cidadãos é clara e manifesta”. Ex-proprietários, ajudados por membros do poder judiciário local, aproveitavam-se da falta de registros dos filhos dos ex-cativos, para solicitarem sua adoção. Os menores, por serem filhos naturais, eram tomados como órfãos. A folha acusa o senador Nunes Gonçalves de estar à frente dessa “cruzada de exploração de todas as mães recentemente livres”. Outra manobra é acautelar a liberdade dos escravos, alegando a necessidade de aguardar as cartas de liberdade que viriam de S. Alteza Imperial.<sup>585</sup>

Cláudia Santos chama a atenção para a historicidade desta idéia de liberdade ligada à ociosidade, a exigir medidas repressivas e garantidoras do trabalho. Ela começara após a crise de mão de obra resultante da lei de 1850, que extinguiu o tráfico. Até então, os proprietários investiam na concessão de alforrias e na cessão de pequenos lotes de terra aos libertos, como estratégia de fixação da mão de obra.<sup>586</sup> Mas já em 13 de maio de 1888, *O Vassourense*, noticiava uma reunião de lavradores da freguesia de Ferreiros, na qual o Dr. Cristóvão de Castro, uma liderança da lavoura, propunha a divisão da região em áreas de controle, com a criação de uma milícia de moradores, a ser gerida pelo Clube Agrícola, cuja finalidade seria de controlar os libertos.<sup>587</sup> A situação se invertera.

No dia 2 de maio, a *Cidade do Rio* publica trechos de um panfleto escrito por Beaurepaire Rohan, também preocupado com os riscos de reescravização dos libertos. O autor propõe a transformação das fazendas em colônias agrícolas e a matrícula dos filhos dos libertos em escolas agrícolas; eles “volverão à casa paterna com idéias mais adiantadas em agronomia (...)”.<sup>588</sup>

Outra ameaça é o avanço da campanha republicana, agora com a adesão da lavoura.

<sup>585</sup> *Idem*, 23/05/1888. “*Cativeiro Dissimulado*”

<sup>586</sup> SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. Abolicionismo e Visões de Liberdade. In: RIHGB, 168: 437, out-dez 2007, p.320. Roselene Martins, a partir de um documento gerado por uma comissão de fazendeiros de Vassouras, em 1854, mostra que essa estratégia de acesso à terra foi utilizada como um elemento apaziguador, destinado a estabelecer diretrizes para a contenção da violência, após a revolta de Manuel Congo, em 1838. Os proprietários propõem que os escravos se liguem à terra por um sentimento de propriedade. Cf MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. *Colonização e Política: debates no final da escravidão*. Rio de Janeiro: Ateliê, 2007, p.65

<sup>587</sup> *O Vassourense*, 13/05/1888. Jornal dominical publicado em Vassouras, Rio de Janeiro.

<sup>588</sup> *Cidade do Rio*, 02/05/1889. Panfleto de Beaurepaire Rohan .

Rouède escreveu, “apesar de os republicanos daqui se regozijarem, lá do lado de São Paulo, ouvia-se um grasnido que chamando às armas, gritava “guerra em todos os terrenos do terceiro reinado (...)”<sup>589</sup> O momento seria, pois, de garantir a abolição, combatendo o republicanismo e amparando o liberto.

O entusiasmo que Patrocínio demonstrara à Regente, agradecendo a abolição não passou despercebido. Seu gesto exagerado, ajoelhando-se diante de Isabel, foi motivo de chacotas no jornal *A Rua*. Sua resposta foi “(...) Descanse A Rua, não fui vender-me à Isabel (...), fui apenas reiterar o protesto abolicionista de fidelidade e solidariedade sobre um ideal tão grande, que ter-se-ia em estatuação (sic) se o quisesse comprimir”. No mesmo artigo, acusa o jornal de ter usado, de forma descontextuada, uma frase sua proferida durante o festival da Confederação Abolicionista, de que enquanto houvesse honra e sangue, ninguém tocaria no trono da Princesa. O intuito teria sido de exaltar a magnanimidade do imperador e da princesa e não de fazer ameaças,

Partiam dessas premissas governamentais a nossa veneração e a nossa esperança por Isabel, a Redentora. Confiávamos que seu futuro seria a confirmação de seu passado; que ela seria a imperatriz-opinião, a rainha-fraternidade; exortávamo-la a perseverar neste sistema de governar, porque enquanto houvesse sangue e honra abolicionista o seu trono seria sagrado (...)

Colocava o abolicionismo como um fiel da balança,

(...) O abolicionismo sempre teve um programa, não discutir coletivamente a forma de governo; ameaçou o trono ontem, como o condenará amanhã, se ele for um obstáculo; ultimação da reforma social iniciada em 13 de maio (...).<sup>590</sup>

Em seguida, o jornal *A Federação* também o acusa de ter recebido a abolição de joelhos, porque seria de sua natureza.<sup>591</sup> Justifica-se, “(...) declarada de direito a abolição, entendeu que devia ficar ao lado do governo para vê-la realizada de fato, o que ainda não se deu por culpa do republicanismo de relho e indenização (...)”. Diz que honrará a Princesa agradecer-lhe, como ao governo, por ter decretado a Abolição.<sup>592</sup>

O risco de uma possível reforma fundiária atormentava ainda mais os fazendeiros e aumentava a radicalização republicana, inclusive com aquela ameaça de combater o terceiro reinado por todos os meios. Comentando a intolerância dos republicanos, Patrocínio fala sobre possibilidade de um terceiro reinado, prenunciado por duas leis, a do amor e da fraternidade. Usa uma comparação com Isabel para desqualificar o republicanismo,

<sup>589</sup> *Idem*, 26/04/1889. “*Os Libertos*”

<sup>590</sup> *Idem*, 18/05/1889. “*O Isabelismo*”

<sup>591</sup> O artigo viria a ser transcrito no *Novidades*, de 01/08/1888

<sup>592</sup> *Cidade do Rio*, 31/07/1888. “*À Federação*”

os republicanos de São Paulo entendem que não podem contemporizar com esta meiga e caridosa senhora, que limpou como a samaritana, a face de Jesus.(...) O Brasil não se presta a pagar com subsídios de Presidente da República, de representante da nação, a virtude cívica de matar negros e calotear brancos (...) Para matar essa República, basta dizer de onde ela vem. Para salvar a princesa, basta lembrar o que ela fez (...) <sup>593</sup>

Procura mostrar a diferença entre o formalismo e a aplicação concreta do regime republicano,

(...) A República é a forma de governo pela qual mais facilmente o povo se empossa de sua legítima soberania (...) É o sinônimo do governo do povo pelo povo. Desde que o elemento popular não tem força para dominar, isto é, para equiparar a sua influência à influência governamental, à das classes egoísticas e parasitárias do país, a forma de governo pode ser nominalmente republicana, mas na essência não passa de uma oligarquia ou de governo de algumas famílias, de ditadura ou governo da espada, do dinheiro, privilégios ou monopólios (...)

Expõe como seria a visão dos republicanos,

Não é o governo do povo pelo povo que se pretende fundar com a República; é a restauração do governo sem povo, dos funestos e vergonhosos tempos da escravidão. Se os coronéis e barões que até ontem tinham escravos, pudessem tê-los ainda hoje, seriam tão monarquistas como outrora. Perderam os negros, querem indenizar-se com os cargos da república (...).Cumpre-nos recordar que a pirataria quando entrou em África, para recrutar escravos, chamou a escravidão – resgate e a cobiça – amor ao evangelho. Agora, a mesma pirataria, para seduzir o povo a trabalhar para o seu bem estar, chama a oligarquia – República e o medo e o ódio contra o cruzado civilizador da Regência – amor pela dignidade humana.

Emílio Rouède, sob o pseudônimo de Ômega, passara a assinar uma coluna, na *Cidade do Rio*, chamada *Das Torrinhas*. No primeiro número, pergunta aos republicanos com qual povo pretendem fazer a revolução, porque o único disponível está ainda confraternizando com o poder. Na seqüência, cria dois argumentos-chaves que serão usados sempre pelos monarquistas e abolicionistas. Primeiro, os republicanistas propunham uma república oportunista, a “república de 14 de maio”. Segundo, “o Brasil de hoje, antes de fazer uma república, deve começar por criar republicanos” <sup>594</sup>.

Patrocínio é mais contundente em relação ao partido Republicano Paulista, “**este partido que acaba de formar caixa para comprar armas e subvencionar jornais que combatam o terceiro reinado (...)**” <sup>595</sup> (Grifo meu). Ainda Rouède, num texto satírico, hipoteticamente dirigido ao ministro da Guerra, procura minimizar a ameaça republicana. Para combatê-los, bastaria utilizar uma fração de tropa do Corpo de Bombeiros, jogando água e nada mais. “E, ao invés de gritar, soldados, fogo! Daria a

<sup>593</sup> *Idem*, 1º/06/1888. “*Falemos Claro*”. As citações até o item 20 pertencem a esta matéria.

<sup>594</sup> *Cidade do Rio*, 29/05/1888

<sup>595</sup> *Idem*, abril de 1888

voz de bombeiros, água! E zás, zás uma chuva revigorante e benéfica apagará o fogo revolucionário desses senhores (...).<sup>596</sup>

Paralelamente, volta a questão das indenizações à lavoura, sob a liderança de Cotegipe. O assunto será discutido no próximo sub-capítulo, mas importa aqui registrar a intervenção de Patrocínio, acusando-o de tentar perturbar o início do terceiro reinado, em nome da escravidão.<sup>597</sup>

Patrocínio mais uma vez faz referências explícitas à continuidade do regime. Pouco tempo antes, no dia 10 de fevereiro, ele havia dito “pensamos que o Terceiro Reinado há de ser uma calamidade nacional (...).”<sup>598</sup>

Simultaneamente, há algumas questões econômicas em evidência, a do câmbio e do crédito à lavoura. Quanto à primeira, ele se posiciona contrário à fixação cambial, procurando mostrar que, desde a abolição, a produção aumentara, graças à contribuição do negro livre. Quanto à outra, o jornal procura mostrar as dificuldades processuais causadas pela falta de registros das hipotecas, mas principalmente pela “falta do concurso espontâneo (indispensável) da iniciativa particular das várias classes econômicas da sociedade (...)”<sup>599</sup>. Trata-se de uma fala relevante, evidenciando a importância conferida à parceria do Estado com a iniciativa privada. Nessa linha, o jornal publicará, logo em seguida, algumas críticas sobre a lentidão com que o governo vinha tratado a questão dos bancos de emissão de moeda, que se arrastava desde 1860. Fala também do tímido apoio governamental à construção de uma usina metalúrgica, em Minas Gerais. E defende com intransigência o incentivo a um grupo de engenheiros que visava a construir uma extração de carvão mineral em Angra dos Reis. O projeto sofrera restrições quanto à extensão de terras a serem cedidas.<sup>600</sup> A empresa abriria a possibilidade de emprego para “os nossos compatriotas que depois de cursarem cinco anos na Escola Politécnica e de Minas de Ouro Preto ficam por aí à mercê dos políticos do nosso governo”.<sup>601</sup> Reclama-se de maior incentivo à iniciativa com capitais privados, visando à industrialização. “Agora é hora de investir na indústria, para que o país não permaneça neste essencialmente agrícola com que o negro nos dotou”. Haveria três fatores atuando contra empresários e governo, a necessidade de adiantamento de capital, o frete, a comissão aos intermediários e a grande diferença de câmbio.

<sup>596</sup> *Idem*, 04/06/1888

<sup>597</sup> *Idem*, 11/06/1888. “*Semana Política*”.

<sup>598</sup> *Idem*, 10/02/1888.

<sup>599</sup> *Idem*, 16/06/1888

<sup>600</sup> *Cidade do Rio* 27/06/1888. “*Usina metalúrgica*”

<sup>601</sup> *Idem*

#### 4.2 - Indenização ou república, a questão da terra.

Certa vez, em resposta a uma provocação de republicanos, Patrocínio afirmou ser a questão da indenização a razão que o fizera voltar à cena, após a abolição. Para ele, seria a permanência do escravismo. Conforme recordaria em 1901, “o escravismo, na vitalidade de suas cem mil cabeças e cem mil tentáculos (...) não tardou que viesse de fato com a máscara da indenização, para que tivéssemos novamente que vencê-lo”.<sup>602</sup>

Após o treze de maio, a reclamação da lavoura tornara-se relevante e assumira a pauta política; ainda mais que tisonada pela adesão dos fazendeiros insatisfeitos ao republicanismo. Era indenização ou república.

Se como visto, o projeto social da abolição resvalara na trave dos interesses proprietários, a *bola* ainda estava em jogo, continuava a disputa entre a grande propriedade e a democracia rural. A questão da terra sempre estivera ligada à forma de organização do trabalho e o momento acentuava a luta dos fazendeiros pelos seus maiores bens de capital, mão de obra e terra. Era necessário indenizar a perda da primeira e garantir a posse permanente da segunda.

O *Novidades* publicava, “[a lavoura] agora pagando salários elevadíssimos e desproporcionados, sujeitando-se aos caprichos e exigências dos libertos, perdendo uma terça parte do que poderia obter (...)”. Simultaneamente, fala da penúria dos libertos, que estariam apelando até para o “infanticídio”, e da vida dissipada que estariam levando, entregando-se “a todos os vícios e crimes”. A vida do liberto dependeria do lavrador.<sup>603</sup>

O indenizismo voltava à baila. Ele tinha a memória do processo emancipatório ocorrido nas colônias inglesas do Caribe, onde o processo se fez pela ação parlamentar, acompanhado de indenização aos ex-proprietários. Outro marco, agora interno, tinha sido a intervenção de Eusébio de Queiroz, no Conselho de Estado, em 1867, defendendo pela primeira vez o ressarcimento dos proprietários.<sup>604</sup> Os abolicionistas, por sua vez, passam a falar da “república-indenizista”, numa alusão à adesão dos proprietários ao republicanismo. Cotegipe, apeado do poder por Isabel, volta à lide política como a principal liderança indenizista. Patrocínio, seu contumaz opositor, afirma que o propósito do ex-ministro era apenas perturbar o início do terceiro reinado,

<sup>602</sup> *Idem*, 28/09/1901. “*Quinze anos*”. A propósito do aniversário da *Cidade do Rio*.

<sup>603</sup> *Novidades*, 24/07/1888. O artigo defende a indenização e critica o projeto de João Alfredo, que será discutido adiante.

<sup>604</sup> SALLES, Ricardo. *E o Vale era Escr.*, p.90

em nome da escravidão.<sup>605</sup> Chama-o de “*Bendegó da indenização*”, em alusão ao meteorito gigante que caíra no sertão da Bahia já fazia um século, mas que naquele momento havia sido transportado para o Rio de Janeiro.

Quanto à participação de republicanos no pleito indenizista, a edição de 11 de junho de 1888, da *Cidade do Rio* transcrevera matéria da *Revista Ilustrada*, na qual, abaixo de uma alegoria onde a República repelia os neo-republicanos, lia-se:

Republicanos verdadeiros, se julgais oportuno acolher em vosso partido os que do interior acodem vertiginosamente, escrevei antes sobre a porta do templo da democracia, República sem indenização, e vereis que estes mesmos fazendeiros retrocederem aterrorizados ante aquele lema.

Nessa ocasião, a *Cidade do Rio* acusaria os indenizistas de pleitear uma república baseada no “socialismo parasitário, o socialismo dos vagabundos, dos desacreditados e dos incapazes”.

Contrário ao pleito indenizista, Patrocínio firmava seu compromisso com o projeto do governo de reorganizar a terra. Em 1888, dissera de forma direta, “a divisão de terras é uma necessidade palpitante”.<sup>606</sup> E afirmava que diante dos indenizistas, só havia dois caminhos, ou dar-lhes o poder, como em 1885, ou fazer uma campanha popular e esmagar esse feudalismo, o que contaria com apoio popular.<sup>607</sup>

Agora afirma, “Não terá a Coroa aliado mais leal, nem mais dedicado enquanto se comportar como até agora, que ainda malferida pelo combate à escravidão, se atira à campanha da terra e da autonomia local (...)”<sup>608</sup>

Era um momento em que se invertiam as posições, a discussão de direitos, antes centrada no escravo, era desviada para o proprietário. Ele passava, inclusive, a receber apoio político dos liberais.<sup>609</sup> Patrocínio denunciava essa oposição de liberais e de republicanos à proposta do governo de “reorganização territorial”. Aventando os riscos do projeto republicano, reitera seu compromisso,

(...) sou coerente perante a ciência política sustentando, em nome do amor à liberdade, a monarquia que nos promete a integridade e o progresso pela democracia rural, e opondo-se a esta república (...), e de que nos resultará a landocracia, a mais audaciosa e a oligarquia, a mais bestial.<sup>610</sup>

Em maio de 88, já se haviam apresentado dois projetos na Câmara, pleiteando a extinção das dívidas fiscais, provenientes da transmissão da propriedade de escravos e a

<sup>605</sup> *Cidade do Rio*, 11/06/1888. “*Semana Política*”.

<sup>606</sup> *Idem*, 26/05/1888. “*Interior*”

<sup>607</sup> *Idem*, 18/06/1888. “*Semana Política*”

<sup>608</sup> *Idem*, 18/05/1889. “*O Isabelismo*”

<sup>609</sup> **GEBARA**, Ademir. *Op. Cit.*, p.96

<sup>610</sup> *Cidade do Rio*, 18/05/1889. “*Isabelismo*”

indenização dos fazendeiros pela perda da propriedade. A fundamentação no direito de propriedade é questionada pelos abolicionistas, a constituição não contemplaria a propriedade de escravos, e o faria de forma intencional. A lei de 13 de maio se fundamentara no “princípio de limitação da propriedade extravagante, contra a moral e a razão. Não pode ter valor venal o que não é objeto de comércio”.<sup>611</sup> Rebouças, já em 1883, criara um bordão, “indústria imoral não tem direito à indenização”.<sup>612</sup>

Entre os abolicionistas, formara-se um consenso contrário à iniciativa. Para eles, os recursos seriam desviados para as mãos dos comissários de café ou da agiotagem. A crise financeira alegada pelos proprietários teria origem na malversação dos recursos e na imprevidência.

Hebe Matos mostra que, de fato, a lavoura foi surpreendida pela abolição nos termos como ela se deu. Naturalmente, os indícios da emancipação eram fortes, mas não de forma abrupta e sem indenização. O jornal *O Vassourense*, de 27 de maio de 1888, clamava por ações governamentais capazes de controlar a “angústia [da lavoura] pelo golpe subitâneo, que lhe foi atirado pela lei da abolição”.<sup>613</sup> Para Matos, a historiografia da abolição predominantemente relaciona o sentimento de surpresa da lavoura a uma estratégia de cinismo. A autora, seguindo uma visão contemporânea, que contempla a importância da ação dos escravos no processo, procura mostrar que as fugas em massa e o exemplo dos proprietários paulistas teriam precipitado a decisão legal.<sup>614</sup>

No Rio de Janeiro, o *Novidades* defendia o projeto de indenização como uma aspiração popular, lamentando o fato de ele já ter chegado derrotado ao Senado. A instituição se limitara a compor com a política autoritária da Regente e do gabinete. A monarquia estaria traíndo a classe agrícola e mostrava absoluto desdém pela propriedade.<sup>615</sup>

Do debate, a proposta de indenização saiu derrotada, mas a idéia de se promover o auxílio à lavoura estava longe de extinguir-se. Ela já vinha de décadas passadas, sofrendo inflexões com os diferentes momentos históricos e refletindo disputas entre a classe senhorial e o Estado brasileiro. Prova ser falso o reducionismo que coloca o Estado como uma dependência dos interesses dessa classe.<sup>616</sup> São exemplos as intensas

<sup>611</sup> *Idem*, 20/06/1888. “A indenização”

<sup>612</sup> **REBOUÇAS**, André. *Abolição Imediata e sem Indenização*. Panfleto nº1. Rio de Janeiro: Typographia Central, 1883, p.2. O autor usa essa frase como um bordão.

<sup>613</sup> *O Vassourense*, 27/05/1888

<sup>614</sup> **MATOS**, Hebe Maria. *Op. Cit.*, pp.206-7.

<sup>615</sup> *Novidades*, 10/07/1888; 17/07/1888; 19/07/1888

<sup>616</sup> **PIÑEIRO**, Théo Lobarinhas. Política e Crédito Agrícola no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro. In: América Latina en la Historia Económica, nº 6, julio-diciembre, 1996, p.41

disputas, com idas e vindas na introdução das carteiras hipotecárias em diversos bancos, as dificuldades com a Lei de Terras, a alta de juros e a cultura bancária que privilegiava o curto prazo e inviabilizava o empréstimo hipotecário.<sup>617</sup>

Da mesma forma, na Primeira República, não haverá um consenso entre os produtores. Segmentos diversos vão lutar entre si por acesso ao mercado. Conforme mostra Mendonça, com a queda dos preços internacionais, os complexos agrários não cafeeiros, buscavam a “reconversão produtiva para o mercado interno” em oposição aos interesses do segmento cafeicultor paulista.<sup>618</sup>

Havia uma alternância no privilegiamento dos interesses da lavoura e das áreas urbanas de circulação e indústria. Mas também entre os próprios segmentos da lavoura. A questão, portanto, não estava polarizada entre o urbano e o rural.

Em dezembro de 1888, Isabel escreveria não considerar a indenização justa ou exequível e repetia a justificativa dos abolicionistas da Corte,

(...) primeiro o país não poderia indenizar senão de uma maneira ilusória, essa mesma maneira teria que sair de impostos que recairiam sobre quem com isso nada tinha que ver, o fundo de emancipação a custo de impostos, único para tal fim, não seria aplicável, seria mais do que insuficiente e a quem iria socorrer? Aos que de seu modo próprio não libertassem seus escravos, iria somente pagar dívidas atrasadas sem aproveitar à lavoura para a qual melhor era empregá-lo em melhoramentos que desse em resultado o bem geral da lavoura, e mais justamente.<sup>619</sup>

Ainda em 1888, João Alfredo, baseando-se na idéia de uma crise estrutural da lavoura, cativa de capitais usurários, apresenta um plano para criar-se um sistema financeiro nacional, com bancos de auxílio, garantido pelo Banco do Brasil, com a finalidade de fornecer os necessários auxílios. Ao Tesouro caberia repassar quotas de recursos às novas instituições creditícias, a juro zero. Elas seriam responsáveis por emprestá-los em dobro, com juros de 6% a/a. O caráter vantajoso da operação atraiu uma elite financeira, que passou a investir na criação desses bancos de auxílio. Como

<sup>617</sup> **GUIMARÃES**, Carlos Gabriel. *O Império e os Bancos Comerciais do Rio de Janeiro na Segunda Metade do Século XIX: os casos do banco Mauá, MacGregor & Cia., do banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do banco Comercial e Agrícola*. Rio de Janeiro: Anais do Terceiro Congresso Brasileiro de História Econômica, 1999, p.21. Para obter-se uma cronologia consubstanciada dos eventos ligados à discussão sobre os auxílios à lavoura, ver **MELLO**, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império 1874-1889*(2ª ed.) São Paulo:Topbooks, 1999, pp-101-160.

<sup>618</sup> **MENDONÇA**, Sônia Regina de. *Grandes Propriedades, Grandes Proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-1930)*. In: **SZMRECSANYI**, Tamás & **SILVA**, Sérgio S. (org). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: EDUSP, 2002, p.171. A autora discute a existência de um projeto, do movimento ruralista, apoiado pela Sociedade Nacional de Agricultura, que visava a defender os interesses da lavoura nas disputas com a industrialização. Para ela, menos do que denunciar a urbanização, o movimento visava à defesa política e econômica dos segmentos menos prestigiados pela política agroexportadora.

<sup>619</sup> **AHMIP**. POB, M.199- Doc.9030. *Depoimento de Isabel sobre a Terceira Regência* .Escrito em dezembro de 1888 e endereçado aos filhos.



um grande número desses agentes era de donos de bancos comerciais, o que saía por uma mão voltava com a outra, porque a maioria dos fazendeiros tinha dívidas com os esses bancos comerciais. Conforme Levy, era apenas uma operação contábil.<sup>620</sup>

Apesar da resistência de outros abolicionistas, que via nesses créditos uma indenização disfarçada. Patrocínio saiu em defesa das propostas do gabinete, Para ele, não se tratava de indenização. Apontava o exemplo da iniciativa argentina de criar o Banco Hipotecário Argentino, que aliado às “venturosas bases do Socialismo de Estado”, seriam os responsáveis pelo sucesso daquele país.<sup>621</sup>

Em 13 de julho, na *Cidade do Rio*, um editorial anunciava um progressivo desanuiamento do horizonte em torno do projeto, porque “nem servida pelo espírito genial de Nabuco e pelo saber do Sr. Correia de Albuquerque, a oposição não consegue demonstrar a possibilidade de prescindir do crédito do estado para a reorganização do crédito da indústria agrícola”.

Para o articulista, o projeto do governo seria a alternativa cabível. Conforme demonstrado pela história, em todos os locais, o primeiro impulso sempre teria sido do Estado. Para exemplificar, cita a Alemanha, “onde a experiência foi a emancipação dos rendeiros do domínio absoluto dos nobres (...) A terra libertou-se da escravidão a que estava condenada e converteu-se em valor facilmente negociável pelo poderoso meio da letra hipotecária”.

Em sua opinião, o crédito real, apesar de sofrer a oposição de alguns espíritos adiantados, cita o caso de Thiers, na França, sempre teria obtido sucesso nos locais onde foi aplicado. Antevê o mesmo êxito na iniciativa brasileira, porque ela estaria cercada de garantias. Os riscos apontados pela oposição não resistiriam ao fato de que a produção, exportação e consumo se manteriam agora em ritmo aumentado. A lavoura também não teria outra forma de obter crédito, se não apresentando um avalista idôneo. Era enfático, se não houver crença no crescimento do país em produção e consumo, capaz de garantir o ciclo dos recursos empregados, “é melhor, desde já, pedir a um povo digno a liquidação da nossa pátria”.<sup>622</sup>

<sup>620</sup> LEVY, Maria Bárbara. República S.A., a economia que derrubou o Império. Rio de Janeiro. In: Ciência Hoje, vol.10, nº.59, novembro de 1989, pp.39-41

<sup>621</sup> *Cidade do Rio*, 09/07/1888. “*Homenagem à República Argentina*”: Neste artigo, Patrocínio elogia o sucesso da República Argentina. Compara-a com o Brasil, dizendo que a luta contra o militarismo na Argentina é igual à luta abolicionista no Brasil. Num manifesto ao conselheiro Paulino, publicado no Vassourense, de 03/06/1888, representantes da lavoura do sul fluminense pediam recursos sob a garantia da produção, com juros baixos, defendendo a instalação de bancos regionais. Justificam as medidas, baseando-se no sucesso que elas teriam obtido na Itália e na Dinamarca.

<sup>622</sup> *Idem*, 13/07/1888

Na mesma edição, outro comentário otimista corrobora essa opinião. Citam-se números, para justificar o sucesso econômico obtido após a abolição. Fala-se da “extraordinária exportação de café”, do “câmbio inalterado”, contestando a tese da inação dos libertos, “os negros não desapareceram, estão em crisálida, estão fazendo a evolução sublime da escravidão para a liberdade”.<sup>623</sup>

Em 6 de julho, Patrocínio apontava para o aumento do processo produtivo ocorrido após a abolição. Estabelecia como parâmetros o “índice de consumo” e o número de casamentos:

(...) a roupa feita, os chapéus, os sapatos e chinelos, os morins e algodão vendem-se vertiginosamente, o que quer dizer que os novos cidadãos têm feito os enxovais da liberdade. O número de casamentos é prodigioso. Os corações que se imobilizavam no cativo começam a bater e aninhar-se.

Hebe Matos confirma isso para o sudeste. Conforme sua pesquisa, nessa região, o casamento seria um indicador de liberdade e de estabilidade, funcionando indiretamente como medida de produção.<sup>624</sup> Após a abolição, no vale do Paraíba, a necessidade de garantir mão de obra teria aumentado a capacidade de negociação dos libertos. A constituição de famílias passaria a ser um importante instrumento para fixação nas fazendas de origem.<sup>625</sup>

Patrocínio conclui que o momento seria favorável para fazer empréstimos à lavoura, e fala do Banco do Brasil, “(...) o fim do governo não é ter casa bancária, não é negociar em dinheiro, é aplicá-lo de modo útil ao Estado”. Alega que o empréstimo à lavoura teria feito crescer as ações do Banco.<sup>626</sup>

Ainda no mesmo mês, Patrocínio, em outro artigo, compara alguns políticos da oposição conservadora com figuras reconhecidamente populares, como D.Obá, por exemplo. Procurava com isso, mostrar que enquanto “grandes espíritos da Câmara vêm-se a braços com a maior dificuldade na questão do crédito agrícola e real”, aqueles quadros não possuíam a seriedade exigida pela situação. Critica Matoso Câmara por afirmar que o crédito atuava na razão inversa da garantia do credor, a concessão dos

<sup>623</sup> *Idem*, “*Gloriosa Abolição*”

<sup>624</sup> **MATOS**, Hebe Maria. *Op. Cit.*, p.58

<sup>625</sup> **RIOS**, Ana Maria & **MATOS**, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan.-jun., 2004, pp. 170-198. “A ilusão historiográfica da marginalização e “anomia” dos libertos se fez, em grande parte, porque a maioria deles conseguiu, em poucos anos, recursos sociais suficientes para não mais ser atingida pelo estigma da escravidão, seja negociando condições de trabalho que privilegiavam a utilização do trabalho familiar nas antigas fazendas ou nas novas áreas de expansão – contra as pretensões de manter uma organização coletivizada do trabalho no eito dos últimos senhores –, ou ainda procurando situar-se como produtores independentes em áreas de subsistência”

<sup>626</sup> *Cidade do Rio*, 06/07/1888: “*Semana Política*”

empréstimos em dinheiro e letras ao par não preveniria a degradação dos títulos. Acusava-o de tentar estagnar a vida nacional. O gabinete, a seu juízo, havia apresentado algo novo, “*uma atitude à altura de seu tempo*”. Novamente, compara com a Argentina, onde a razão do sucesso fora a compreensão da economia política, “deixando de lado as discussões banais de umas liberdades de papel (...) e tratar de preparar a pátria pela autonomia econômica do povo”.

Para ele, a proposta do governo, apesar de alguns defeitos, contornáveis, seria a única possibilidade de a lavoura obter crédito.

Analisando-se o conteúdo das matérias, percebem-se duas oposições, a dos que lutam pela indenização e a daqueles não apenas contrários à ela, mas também ao crédito real e à criação dos bancos. Nesta última, se insere Nabuco, que Patrocínio cita nominalmente no primeiro artigo e tangencialmente no segundo. E isso é importante para os rumos da questão.

Em 25 de julho, o Presidente do Conselho, João Alfredo, apresentava o projeto na Câmara, informando que conseguira ajustar com o Banco do Brasil, um empréstimo no valor de 6 mil contos para a lavoura. Houve intensa reação dos parlamentares, alegando terem sido ultrapassados pelo gabinete. No dia seguinte, lia-se no artigo de fundo da *Cidade do Rio*, “a oposição quis dar-se como exautorada e surpreendida quando, na verdade, o Sr. Presidente do Conselho frisou bem que se descobrisse um intermediário, daria **sob sua responsabilidade** auxílio à lavoura”. (Grifo meu) Para Patrocínio, tratava-se de uma oposição pela oposição e nada mais, “poucos se colocaram no ponto extremo e radical do Sr. Joaquim Nabuco e esses poucos explicaram bem o voto dado contra, para não envolver desconfiança ao gabinete”. Procurava retirar Nabuco do que lhe parecia ser uma manobra dos liberais para desestabilizar o gabinete.

627

Numa carta a um correligionário, o deputado pernambucano procura confirmar sua posição independente. Sua insurgência contra o projeto se dera não por motivos partidários, mas por defender a pequena propriedade,

Eu oponho-me aos Bancos porque quero a pequena propriedade, a dignidade do lavrador, do morador, do liberto (...) Não considero o interesse de nenhum partido, mas,

---

<sup>627</sup> *Cidade do Rio*, 26/07/1888. “*A Moção*”. O jornal *Novidades*, apesar de defender os interesses da lavoura, permanece em sua oposição sistemática ao governo. Denuncia também o *by-pass* do Congresso, falando de um autoritarismo de João Alfredo, que, paradoxalmente, compara a um “dono de engenho” no gabinete. O jornal fala de uma inocuidade das medidas e acrescenta já haver um precedente de descumprimento de acordo por parte do Banco do Brasil. A instituição se comprometera a emprestar 25 mil contos e só liberara 19 mil. O fato teria obrigado Andrade Figueira a se dirigir ao Conselho de Estado. Nenhuma providência teria sido tomada. Ver *Novidades*, 21/07/1888.

somente, o do povo que nada pode fazer por mim porque ainda nem sequer balbucia a linguagem dos seus direitos.<sup>628</sup>

Declara ser impossível manter o apoio que dera a João Alfredo, em nome da abolição, mas não concorreria para a queda do gabinete, porque poderia acontecer o pior, a ascensão de Paulino, representante da lavoura e líder da oposição ao Presidente do Conselho dentro do próprio partido Conservador.

Apesar da forma burilada como Patrocínio tratou a atitude de Nabuco, procurando negar uma intenção dirigida contra o gabinete, na *Cidade do Rio*, de 27 de julho, existe um comentário, “Joaquim Nabuco entendeu que o ministério está perdendo forças; não admira, perdeu o seu apoio, prometido tão silenciosamente”.<sup>629</sup>

Se ajuntarmos a esses fatos a atitude de Rebouças, que solidário a Nabuco, afastara-se do Presidente do Conselho, percebe-se certa tensão entre os abolicionistas.

Patrocínio cumpre o compromisso firmado nos pós-abolição imediato, “(...) se a Coroa, ainda enfraquecida pelos combates com a escravidão, continuar levando a campanha da terra e da autonomia local, como ela vem fazendo até agora, jamais encontrará aliado mais fiel (...)”<sup>630</sup>. Na *Semana Política*, sua coluna das segundas-feiras, denuncia uma aliança entre “abolicionistas e negreiros”, com a finalidade de boicotar a iniciativa do Presidente do Conselho. A manobra, a seu juízo, visaria de fato à derrubada do gabinete. Era impropriedade a atitude dos liberais de acusar o ministro de ter tomado uma atitude que representaria uma “punhalada no sistema representativo”. E, que pela urgência da matéria, o governo deveria tê-los estimulado à discussão.<sup>631</sup>

Patrocínio defende o empréstimo, procurando mostrar nem se tratar de indenização nem representar uma intromissão indevida do Estado. Para justificar, volta ao exemplo da Alemanha, procurando ressaltar os benefícios possíveis da intervenção do Estado,

A Alemanha faz mediante ela a libertação do pequeno lavrador, desfeudalizou com o emprego do sistema a propriedade que lá já chegou a adquirir o duplo movimento de desagregação, para condenar a população, de agregação, para lhes conservar o valor adquirido. E é preciso notar que o Estado, que prestou a sua garantia para libertar o pequeno proprietário é ainda o agente direto para impedir a desvalorização pelo fracionamento exagerado(...)

### A resistência liberal

<sup>628</sup> Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo Joaquim Nabuco. Cap 6, doc 101. Carta de Joaquim Nabuco para José Mariano Carneiro da Cunha, 23/07/1888

<sup>629</sup> *Cidade do Rio*, 26/07/1888. “*Campo Neutro*” era a coluna que Nabuco assinava em *O Paiz*

<sup>630</sup> *A Rua*, 18/05/1888

<sup>631</sup> *Cidade do Rio*, 30/07/1889. “*Semana Política*”. As citações até o item 61 pertencem a esta matéria.

Propusera-se o Sr. João Alfredo a tentar em nosso país igual obra e ver-se-ia que os liberais mais extremados eram os principais adversários, eram os mais encarniçados adversários. O liberalismo quer proteger o pequeno lavrador; o escravismo, o grande, mas um e outro estão dispostos a protegê-lo, entregando-o a seus próprios recursos (...)

### Faz a defesa da lavoura

Até ontem, nós, os abolicionistas, dizíamos que a escravidão havia empobrecido de tal forma o país, que ele não comportava nenhum progresso, por falta de economia realizada por particulares. Tornou-se popular a nossa frase: as ruas dos Beneditinos e Municipal são a cruz da lavoura. Se é verdadeira esta posição, como exigir que a lavoura marche desoprimida, inicie os aperfeiçoamentos agrícolas, substitua a rotina pela ciência, o trabalho braçal pouco inteligente pela máquina, condenando-a eternamente a carregar essa cruz que a exiciou (sic) por tanto tempo?

Onde há a lavoura de ir buscar crédito, senão nos intermediários ou comissários? Nos bancos? Quais são, excluindo, o Banco do Brasil, os bancos que se prestam a servir à lavoura, mediante o juro que ela comporta? Em bancos especialmente fundados para esse fim, responder-me-ão. Mas nestes casos voltamos ao princípio. Se a lavoura pode pagar o serviço do capital, de que carece por si só, sem endosso do estado, está claro que este é inteiramente nominal e desde que a garantia pública limita os lucros do estabelecimento, ele terá o cuidado de dispensá-la. Deve a lavoura ficar adstrita ao estado atual? Para quê? Para viver ou para morrer.

Responde, de forma genérica, às posições teóricas liberais, criticando a teorização excessiva,

O que é que nos dão os oposicionistas em troca da fonte de produção de que nos privam? Não se improvisa a economia de um povo como se improvisam discursos. Se fosse possível com um simples “surge et ambula” constituir a pequena propriedade, se fosse possível manter nos mercados o preço de nossos gêneros de exportação, em tal altura que desse sempre a remuneração correspondente do trabalho do produtor; se semeando no solo as idéias dos teóricos, elas se convertessem em instrumentos de trabalho, casa, salário, nada era mais simples do que operar sem nenhum ônus para o estado a transformação agrícola.

Infelizmente, porém, não grelavam na terra as palavras dos barbeiros contra o rei Midas e até hoje não se conseguiu fazer pegar de galho as teorias dos mais práticos reformadores.

O dinheiro é uma fatalidade, é impossível prescindir dele para qualquer obra humana. Para nascer, como para odiar; para ser poeta, como para ser milionário; ele é sempre necessário (...).

### Defende a intervenção estatal, o “socialismo de Estado”

O estado em que nos achamos é tal que não é só a lavoura que precisa de crédito do Estado, para constituir o próprio. Se houvesse um governo capaz de fechar os olhos a tudo, de prescindir de teorias e citações do estado contemporâneo do mundo, esse governo garantiria até juros aos capitais que se destinassem a favorecer os brasileiros, que fundassem casas de comércio, fábricas de grandes e pequenas indústrias. **O socialismo de Estado largo, franco, sem hesitações é o único meio de movimentar esta grande máquina enferrujada pela escravidão (...)** (Grifos meus)

### A Alemanha

(...)O segredo da força do governo alemão é este: ele compreendeu que o Estado deve ser o primeiro mestre econômico do povo, e não hesita em intervir sempre que essa intervenção é benéfica. E ali se trata de um país homogêneo, de um país onde se acumulam os saldos do trabalho; de um país onde o espírito de coletividade está profundamente desenvolvido, onde o espírito de Schubre fecunda a cooperação e a solidariedade (...)O que faria um governo daquele molde num país como o nosso, que além da imigração fatal de saldos, pelo fato de sermos vítimas da imigração nômade; ainda pela compra de todos os objetos necessários à vida, desde a camisa até a locomotiva, exportamos todo o capital de que carecemos para fundar a indústria nacional?

E conclui:

Fala-se nos 300 mil contos que o Estado vai dar, mas não se fala no prazo que vai decorrer. A perda é uma hipótese, o tempo é uma realidade. Contaram os opositoristas quais os lucros que podem provir desses 300 mil contos em mãos de particulares, ou melhor, em circulação durante o longo período de trinta anos?

Mas não é de projetos úteis ou ruinosos ao estado que a oposição trata. Os mesmos que votaram a lei de 13 de maio se opõem ao governo por tê-la decretado (...)

Obviamente existe uma disputa entre dois grupos, em nome de um mesmo projeto, de um lado Patrocínio, defendendo a necessidade de intervenção de auxílio com recursos públicos, de outro, Nabuco nega. Rebouças o acompanha.

Em princípio, poderia parecer uma discussão situada apenas entre a teoria e a prática política; aliás, a ver pela historiografia que trata de Patrocínio, ele aparece como um agente voltado essencialmente à ação contundente, valendo-se da teorização produzida por Nabuco e Rebouças. Apesar de o jornalista, por diversas vezes defender a necessidade de uma política prática, isso não esvazia a existência de uma fundamentação teórica independente. E mais importante, desconstrói uma aparente coesão entre os abolicionistas da Corte.

Para entender a questão, é importante discutir a Democracia Rural proposta por Rebouças e adotada como o mote principal pelos abolicionistas, inclusive pelo próprio Nabuco. Os escritos pioneiros do engenheiro são de 1867, e sua atividade abolicionista precede à do deputado pernambucano.

Conforme já visto, Rebouças viveu experiências diversas e enriquecedoras na Europa, nos Estados Unidos e, mesmo, no Brasil, onde estivera à frente de diversos empreendimentos de vulto, obrigado à captação de recursos, financiamentos e transações com o governo e com empresas privadas nacionais e estrangeiras. Sua visão era modernizadora, liberal, voltada à necessidade de inserir o país num outro patamar, diante das mudanças que ocorriam com a revolução industrial.

Pensou um modelo extensivo de desenvolvimento, articulado, interdependente, fundamentado na idéia jeffersoniana da pequena propriedade, do pequeno produtor, da livre iniciativa e do *self-made man*. Para isso, mais do que extinguir a escravidão, era necessário inserir o liberto como proprietário e não apenas transformá-lo num produtor assalariado, porque isso constituiria uma alternativa perversa, os proprietários extraíam *sobretabalho*, com a baixa remuneração. A mesma condição deveria ser aplicada ao imigrante. Compara a situação dos escravos do Vale do Paraíba com a dos “desgraçados” na Irlanda, cujos “frutos do trabalho” eram esbanjados em Londres, Paris

ou Mônaco, aproveitados por “viúvas eróticas e escandalosas nas cidades de prazer da Europa”.<sup>632</sup>

Para o controle do latifúndio improdutivo, propunha um imposto territorial progressivo. O cerne de seu modelo era acabar com a *landocracia*, a aristocracia da terra.

(...) é o monopólio territorial a célula progenitora do escravagismo e de todas as iniquidades que o acompanham. E ainda mais, a posse da terra produziu a maior parte das guerras e das revoluções (...) os motins, as sedições e as revoluções feitas pela plebe, para arrancar um pedaço de terra dos latifúndios, dos patrícios, dos barões feudais e de todos os outros monopolizadores da [lacerado] do nosso planeta.<sup>633</sup>

O modelo, amplo, envolvia uma infraestrutura logística e de meios de escoamento, prevendo a interiorização das linhas de transporte, desapropriando terras à sua volta, assim como aquelas situadas às margens dos rios navegáveis.

Cada latifúndio de légua aumenta a distância dos transportes em seis km de pura perda. Caminhos de ferro de cem km só servem a três ou quatro funcionários. Vai-se a centenas de léguas do litoral buscar produtos que podem ser obtidos a alguns km do Rio de Janeiro. Caminhos de ferro sem renda, e produtos agrícolas sobrecarregados de fretes (...) pelo hediondo monopólio territorial.<sup>634</sup>

Isso garantiria a organização de colônias agrícolas, que iriam se organizando em redes, drenando para pontos centrais nos quais haveria concentração de recursos tecnológicos, tais como um engenho central.

A rede ensejaria a formação de um centro financeiro comunitário, capaz de prover o financiamento exigível para o sistema, funcionando como bancos regionais agrícolas.

Há, contudo, nesse modelo idealizado, uma ponta solta. De onde viriam os recursos necessários para instituir o sistema e também garantir os financiamentos? O projeto não previa. Jucá é categórica, Rebouças não pensou o Estado, menos ainda os enfrentamentos gerados pela questão social e pelos interesses envolvidos.<sup>635</sup> Seu projeto seria triunfalista.

Anteriormente, ele já se havia pronunciado contra a intervenção estatal na agricultura, pelo risco de resultar em protecionismo, excesso de regulamentação, medidas centralizadoras e restritivas. Também a livre iniciativa, se associada ao Estado, corria riscos. Patrocínio, ao contrário, percebe as dificuldades e defende a necessidade da intervenção do governo não apenas na garantia de uma legislação emancipadora, mas

<sup>632</sup> *Cidade do Rio*, 09/07/1888. “Pequena Propriedade VIII”

<sup>633</sup> *Idem* 28/06/1888. “Pequena Propriedade”

<sup>634</sup> *Idem*, 11/07/1888. “Pequena Propriedade X”

<sup>635</sup> JUCÁ, Joselice. *And. Reb. ref. ut. Seg.Imp.* . p.7.

também no nível econômico. De nada adiantaria deixar morrer o paciente, para vê-lo melhorar. Era necessário não apenas construir a nação, mas o próprio Estado, “O estado em que nos achamos é tal que não é só a lavoura que precisa de crédito do Estado, para constituir o próprio (...) **O socialismo de Estado largo, franco, sem hesitações é o único meio de movimentar esta grande máquina enferrujada pela escravidão (...)**”. (Grifos meus)

Em relação ao modelo alemão, havia uma convergência entre Rebouças e Patrocínio, ambos defendiam a política de Bismark. O engenheiro também elogiava as iniciativas do marquês de Pombal, mas, na verdade, limitava-se àquilo que os “absolutismos” haviam proporcionado de liberação da terra e da emergência de uma massa de produtores.<sup>636</sup>

A rigor, embora colocada, essa oposição deve ser relativizada, o projeto de Rebouças, ainda conforme Jucá, previa para uma fase avançada, o financiamento do governo para a implantação dos engenhos, fazendas, fábricas centrais e silos. A medida teria um caráter exemplar, pedagógico, e, na prática, se destinaria ao aperfeiçoamento dos produtos.<sup>637</sup> Cláudia Santos aponta para um aspecto relevante, no projeto da Democracia Rural constava a implantação do Imposto Territorial. Rebouças dizia ter sido inspirado pelo Dr. Joaquim Melo Rego, de Recife, que se afirmava “um discípulo de Ricardo e de Proudhon”. Outra relevância seria Rebouças ter manifestado que “a questão é somente encontrar um ministro forte e devotado para fazer votar esse imposto por um senado e uma câmara superabundante de landlords, senhores de engenho, monopolizadores de latifúndio e exploradores de escravos”<sup>638</sup>

Rebouças, portanto, já mostrava, desde 1883, que a solução da “questão social” dependia de ação política governamental, ainda que nessa sua fala ela se restringisse à adoção do imposto territorial. Patrocínio, no entanto, é mais contundente, fala de intervenção econômica e defende diretamente o modelo do “socialismo de estado”.

Há outros elementos a serem pensados; primeiro, a própria inexistência de uma antinomia real entre o liberalismo e a intervenção do Estado. Conforme Gauchet, a dinâmica do liberalismo estaria sempre ligada à do fortalecimento do Estado.<sup>639</sup>

<sup>636</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Op. Cit.*, p.204

<sup>637</sup> *Idem*, p 97

<sup>638</sup> SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *Abolicionismo e Desigualdades Sociais*. In: MOURA, Ana Maria da Silva & LIMA, Carlos Alberto Medeiros (org). *Rio de Janeiro, tempo-espaco-trabalho*. Vassouras: LEDDS. A autora se utiliza da obra REBOUÇAS, André. *Abolição Imediata e sem Indenização*. Panfleto nº1. Rio de Janeiro: Typographia Central, 1883.

<sup>639</sup> GAUCHET, Michel. *La Dette du Sens et le Racines de l'Etat, politique de la religion primitive*. Paris: Payot, 1977. Apud CHÂTELET, François et alii. *Op. Cit.*, p.180



Segundo, o fato já comentado no sub-capítulo 1.1, de Rebouças ter-se mantido próximo a Patrocínio no pós-abolição, conforme relatou no seu diário.

Retomando a discussão do projeto de João Alfredo, em agosto de 1888, um aviso do Banco do Brasil confirma o acordo firmado com o governo, para a cessão de crédito-agrícola. O capital será de 12.000.000\$, pra ser emprestado às lavouras de RJ, MG, SP e ES,

empréstimos com a garantia da primeira hipoteca de bens rurais (...) ditos dito de penhora agrícola de fruto pendente ou colhido. Ditos dito de penhoras de títulos da dívida pública ou de ações de companhias garantidas pelos estados. Ditos por desconto de letras com duas firmas, pelo menos, de lavradores abonados ou de mutuários lavradores e de outra pessoa abonada(...).<sup>640</sup>

Em março de 89, crescem as pressões por recursos, a *Gazeta de Notícias*, antes contrária às indenizações, agora, em nome do comércio, defende auxílios, alegando a situação crítica da província do Rio de Janeiro. Patrocínio incrimina a própria lavoura pela situação e questiona se os fazendeiros fluminenses estariam em condições de garantir a solvabilidade dos capitais exigidos. Se assim não fosse, o empréstimo se constituiria numa indenização disfarçada. A urgência da lavoura e as pressões pela imprensa teriam por objetivo desestabilizar o governo. Uma questão de cinquenta anos não poderia ser resolvida assim, sem que o governo se cercasse de responsabilidades. Naturalmente, por trás, estavam em jogo interesses de bancos de emissão.<sup>641</sup>

Em fevereiro de 1889, morre Cotegipe, mas o indenizismo continua. A *Cidade do Rio*, usando da nosologia psiquiátrica, fala de “monomania da indenização”.<sup>642</sup> Coelho Bastos, num artigo de abril, refere-se à indenização como uma aspiração nacional e repudia o imposto territorial. Propõe a dissolução da Câmara e do gabinete e uma consulta popular sobre a indenização.<sup>643</sup> Em outra matéria, faz críticas à Isabel, que, a seu juízo, estaria exercendo de fato o poder Moderador. Acusa-a de querer dividir as terras.<sup>644</sup> Agiganta-se, na imprensa, a pressão por auxílios à lavoura.

Patrocínio em resposta a uma exigência da *Gazeta de Notícias* de que o governo cedesse 60 mil contos à lavoura sob a responsabilidade de bancos intermediários, pergunta “onde já se viu no mundo semelhante exigência; onde se disse a um governo: tu tens quatro meses para fazer um povo e uma necessidade completamente refundidos?” Volta a acusar a lavoura de imprevidência, por não ter solicitado braços e

<sup>640</sup> *Cidade do Rio*, 09/08/1888

<sup>641</sup> *Idem*, 24/03/1888

<sup>642</sup> *Idem*, 05/04/1889. “*Coerência de Oposição*”

<sup>643</sup> *Idem*

<sup>644</sup> *Idem*, 08/04/1889. “*A Lavoura e a Princesa*”

recursos, através de organizações idôneas. Ela, ao contrário da alegação da Gazeta, seria a responsável pela inflação no preço dos cereais, porque “se esquecer de plantá-los”.

645

A questão talvez estivesse estabilizada para Patrocínio, não fosse a queda do gabinete de 10 de março. Com seu retorno ao republicanismo, ele passa a negar apoio a qualquer iniciativa do novo gabinete. Embora, rareiem seus artigos sobre a questão dos auxílios à lavoura, a *Cidade do Rio* assume uma posição intransigente.

Ironiza uma possível iniciativa de Ouro Preto de escolher um banco para intermediar fundos para “fazendeiros em más condições”, para ela, seria “dar fôlego a um suicida”.<sup>646</sup> O título do artigo é “Indenização”. Mais adiante, polemiza com o jornal monarquista *Tribuna Liberal*, que defendia o auxílio. Defende a indenização também para os senhores urbanos. De forma irônica, propõe uma necessária isonomia entre uma viúva, que perdeu o escravo de ganho e o “grande senhor feudal do sertão”.<sup>647</sup>

Interessante observar não apenas a coerência de Patrocínio com a questão da indenização, mas sua fidelidade ao gabinete João Alfredo. Iniciativas de Ouro Preto são desqualificadas. Na verdade, no desencontro entre ele, Rebouças e Nabuco, a par de possíveis dissensões ideológicas, a questão da fidelidade a João Alfredo parece ter tido um peso importante.

Diante da crise institucional, a política do novo gabinete foi de apressar as reformas de cunho liberal que pudessem oxigenar a monarquia agonizante. Principalmente, o apoio à lavoura, endividada por seus financiadores, bancos, comissários de café e comércio. Ela apenas lhes repassava os recursos. Na nova política econômica de 1888, ancorada numa reforma monetária e na reorganização dos bancos emissores de papel-moeda, agora liderados por um grande banco emissor, foi proposta a introdução de bancos de auxílio à lavoura. O sistema seria garantido pelo Tesouro. Diferente do projeto de João Alfredo, a lavoura agora receberia recursos diretamente do governo, sob a forma de subsídios.<sup>648</sup>

A *Cidade do Rio* passa a opor-se sistematicamente, as medidas são denunciadas como especulativas. Uma das divergências é quanto ao número de bancos que deveriam

<sup>645</sup> *Idem*, 24/04/1889. “Coisas da Política”

<sup>646</sup> *Idem*, 21/06/1889. “Indenização”

<sup>647</sup> *Idem*

<sup>648</sup> LEVY, Maria Bárbara. *Op. Cit*, p. 36. Conforme Evaldo Melo, esse modelo, chamado de “bancos americanos”, ou seja, com empréstimos lastreados em títulos da dívida pública ou em ações de empresas, como sejam as de estradas de ferro, era totalmente rejeitado pela ortodoxia econômica. Só após a abolição, foram aceitos. Ver em MELLO, Evaldo Cabral de. (2ª ed.) *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p.102

ser habilitados, para prover o financiamento. Patrocínio é a favor do monopólio do Banco do Brasil, para evitar a especulação livre, enquanto o gabinete propõe um “pool” com mais cinco, além do Banco do Brasil.<sup>649</sup> Há no cenário de fundo, uma forte oposição de Patrocínio à política de emissões.

Rebouças, ao contrário, permanecia envolvido com seu projeto, colaborando, inclusive, com o novo gabinete, embora estivesse ligado diretamente ao Imperador. Um mês antes da proclamação da República, ainda apresentava propostas para a lei de Orçamento de 1890, regras para o Cadastro do Território Nacional e um panfleto com um programa educacional para os libertos.<sup>650</sup>

Feita a República, Patrocínio passa à defesa da lavoura, agora tomada como vítima de uma monarquia dependente *dos* “senhores feudais, os donos da terra (...) defensores naturais da instituição monárquica (...)”. Acusa o gabinete de especulação,

Vem Afonso Celso, já que não podemos tentar o proprietário com a desapropriação; já que o amor ao solo, ao lar, está tão radicado na massa do povo (...) E pois que é preciso criar a aristocracia da terra, sem o quê não se equilibra a Monarquia. Só há um meio de chegar a esse resultado: deslocar a propriedade territorial das mãos do povo (...) para a mão dos capitalistas (...) Igual ao usurário judeu, que aproveita a miséria ou a pressão da necessidade e o pânico das classes oprimidas, para se apoderar de valores enormes por quantias ínfimas, fingindo ainda generosidade e filantropia (...) os decretos de auxílio à lavoura colocariam a propriedade, em mais ou menos cinco anos, nas mãos dos bancos, pelas hipotecas (...).<sup>651</sup>

A discussão é sobre a implantação dos burgos agrícolas, uma forma de colonização, com núcleos populacionais destinados a nacionais e imigrantes, bancados por companhias privadas, que receberiam incentivo governamental da ordem de 400\$000. Para ele, as empresas especulariam com a situação, promovendo uma alta rotatividade nesses burgos, substituindo as famílias. “A lei dos burgos agrícolas há de figurar nos anais públicos como uma suprema vergonha (...) comparável, no sentido material, à extorsão criada pelos jesuítas (...)”.<sup>652</sup>

O indenizismo foi, pois, um movimento com características singulares, ditado por circunstâncias históricas bem marcadas, mas que se pode inscrever num plano geral de médio prazo nas disputas da lavoura com outros segmentos, por recursos. Patrocínio, inimigo declarado das indenizações e de suas lideranças, divergiu de Nabuco e

<sup>649</sup> *Cidade do Rio*, 26 /06/1889

<sup>650</sup> O aditivo à lei de 1890 visava a melhorar o registro das propriedades do Império. Para organizar o Cadastro, Rebouças indicou o barão de Teffê, o que foi imediatamente aprovado pelo Imperador; e o panfleto, a que chamou de Orphelinato Gonçalves de Araújo, era um programa educacional para o liberto, a ser implantado juntamente com o registro da propriedade. Para Rebouças, seria a “*abolição da miséria*”. Ver em JUCÁ, Joselice. *Op. Cit.*, p.133. As citações até o item 73 pertencem a este texto.

<sup>651</sup> *Cidade do Rio*, 23/11/1889. “*Questão agrícola*”:

<sup>652</sup> *Idem*, 06/07/1889. “*Burgos Agrícolas*”

Rebouças ao defender um plano proposto por João Alfredo, negando seu caráter indenizatório, alegado por seus pares abolicionistas.

### 4.3 - O pacto e o isabelismo

Em meados de 1888, Rebouças começou a publicar, na *Cidade do Rio*, a série *Republiquistas*, onde fez a defesa de seu projeto de Democracia Rural, juntando a proposição nabuqueana de instituir-se uma monarquia constitucional, contra a república, “a nossa república, a república ideal virá em devido tempo, quando não houver mais landlords”.<sup>653</sup>

Feita a abolição, para garantir o projeto abolicionista seria necessária uma monarquia constitucional, afastando as ameaças republicanas. O mote é de que as monarquias são menos plutocráticas, menos oligárquicas e mais democráticas do que as repúblicas.

Rebouças procura explicar o fato pela mecânica racional. Haveria um sistema com três forças em equilíbrio e destas, a fora de controle seria a força aristocrática, oligárquica e plutocrática. A homeostasia se faria pelo reforço da força democrática, mantendo-se normal a força dinástica, conforme, para ele, havia acontecido na abolição. Monta-se, com isso, mais um pilar, o de que o pior inimigo é a *aristocracia rural*. É ela que deve ser combatida.

É mais fácil democratizar-se um rei ou uma rainha do que um parlamento aristocrático, oligárquico e plutocrático (...) O socialismo de estado de Bismarck origina-se da mesma noção. Ele quer dar à monarquia germânica um largo e fundo alicerce na gratidão das classes operárias.<sup>654</sup>

Estão colocados os elementos principais da estratégia do grupo, mesmo mantidas algumas particularidades. A luta deverá ser pela centralização do poder, pelo apoio irrestrito ao gabinete João Alfredo, pela reverência à monarquia - na figura santificada da princesa Isabel - pelas reformas fundiárias; pela parceria estado-propriedade privada; e pela contenção do avanço republicano dos quatorzistas. A Regente é beatificada, louvando seu perfil humanitário e desprendido; afinal ela havia colocado a monarquia em risco, ao optar pela abolição imediata, sem indenização. A glorificação para na beatitude, não há qualquer menção elogiosa sobre uma possível qualificação intelectual e capacitação política para o cargo.

Embora não haja referências explícitas à participação de Isabel nesse pacto, recentemente a descoberta de uma carta dela, de agosto de 1889, para o Visconde de

<sup>653</sup> *Idem*, 19/06/1888. “*Republiquistas II*”

<sup>654</sup> *Cidade do Rio*, 23/06/1888. “*Republiquistas VI*”

Santa Vitória ajudou a iluminar a questão. A missivista agradece uma doação em dinheiro, fazendo referência a um projeto de auxílio a ex-escravos,

Fui informada por papai que me colocou a par da intenção e do envio dos fundos de seu Banco em forma de doação como indenização aos ex-escravos libertos em 13 de Maio do ano passado, e o sigilo que o Sr. Pediu ao presidente do gabinete para não provocar maior reação violenta dos escravocratas. Deus nos proteja se os escravocratas e os militares saibam desse nosso negócio, pois seria o fim do atual governo e mesmo do Império e da Casa de Bragança no Brasil. Nosso amigo Nabuco, além dos Srs. Rebouças, Patrocínio e Dantas, poderão dar auxílio a partir do dia 20 de novembro quando as Câmaras se reunirem para a posse da nova Legislatura. Com o apoio dos novos deputados e amigos fiéis de papai no Senado será possível realizar as mudanças que sonho para o Brasil!

Com os fundos doados pelo Sr. teremos oportunidade de colocar estes ex-escravos, agora livres, em terras suas próprias trabalhando na agricultura e na pecuária e delas tirando seus próprios proventos (...)

Lamenta a quebra do banco, que tinha Mauá como sócio, mas é otimista

(...) não fiquemos mais no passado, pois o futuro nos será promissor, se os republicanos e escravocratas nos permitirem sonhar mais um pouco. Pois as mudanças que tenho em mente como o senhor já sabe, vão além da liberação dos cativos. Quero agora dedicar-me a libertar as mulheres dos grillhões do cativo doméstico, e isto será possível através do *Sufrágio Feminino!* Se a mulher pode reinar também pode votar!

Agradeço vossa ajuda de todo o meu coração e que Deus o abençoe! <sup>655</sup> (Grifo no original)

O documento, bastante revelador das intenções do grupo, foi recentemente trazido ao conhecimento público. De início contestado por alguns especialistas, após ser submetido às necessárias análises internas e externas, nada se encontrou, até agora, que o invalidasse.

Especificamente em relação a Patrocínio, as discussões sobre sua adesão ao projeto monárquico, apesar de declarar-se republicano, passam pelo que se convencionou chamar de Isabelismo. Ele não teria aderido à monarquia, mas a um Isabelismo instrumental, estratégico, visando a garantir a consecução do grande projeto abolicionista e também garantir seu projeto político pessoal. A rigor, ele entra de forma marginal nesse projeto de terceiro reinado, porque sua proposta como já visto seria de colocar a então Regente à frente de uma ditadura, nos moldes da ditadura republicana proposta pelo Apostolado Positivista. Nesse projeto é apoiado por Pardal Mallet. Seria uma forma de composição com seus pares abolicionistas, com o próprio movimento e, ao mesmo tempo, garantir uma futura república, já que o projeto duraria apenas o tempo da imperante. O propósito de uma república era bastante nítido em Patrocínio

Com a Regência ou mesmo com o reinado da Princesa Redentora era possível **constituir-se, apesar das dificuldades do parlamentarismo, uma ditadura de fato**, progressiva e patriótica **limitada à vida do imperante** e capaz de **encaminhar** os verdadeiros elementos republicanos do país a **uma orientação real e científica** (...). <sup>656</sup>(Grifos meus)

<sup>655</sup> *Nossa História*, Ano 3/ nº 31, maio de 2006, pp. 69-72.

<sup>656</sup> *Cidade do Rio*, 27/08/1888

A possível existência de um projeto pessoal de Patrocínio não passa despercebida aos republicanos; eles o acusavam de ser um candidato potencial a cônsul ou a comendador da Rosa.<sup>657</sup> Nada disso ocorreu, assim como também não foi agraciado com o título de barão da Redenção, que segundo Afonso Celso, seria a intenção de Isabel.<sup>658</sup> Mesmo a medalha de bronze, comemorativa da lei de 13 de maio, recebido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ele a devolveu.<sup>659</sup>

Ao rememorar o Isabelismo, Patrocínio diria em 1890,

Chamaram a minha atitude coerente, apostasia. Eu já não era um republicano, mas um “Isabelista”, porque exaltava, como até hoje exalto, como exaltarei sempre, essa heroína da abnegação, que lembra o Codrus, o grego, suicidando para salvar a liberdade de Atenas (...) Eu não fui “Isabelista”, não porque não me julgasse com o direito de sê-lo, mas porque fazendo política experimental, não julguei o ato de 13 de maio, que eu já expliquei, uma prova suficiente para acreditar democraticamente no Império. Emprazei a minha consciência para julgar o Império na questão capital da indenização. Leal, estive ao lado do ministério João Alfredo, que presidido por um modelo de honra, soube viver e morrer abraçado à sua bandeira da não indenização (...)(Grifos do autor)

Fala do orleanismo,“(…) Uma vez no governo, eles fazem dos povos uma empresa e fecham os olhos a tudo que não sejam os dividendos da lista”.

Procurando legitimar sua posição, explica “como era “Isabelista” antes de 15 de novembro.

(…) A verdade é esta, se a Monarquia tivesse tido o braço forte de Luiz XI, para esmagar o feudalismo, eu conservar-me-ia ao seu lado, **procurando fazê-la evoluir para a mais completa democracia republicana** (...) Declaro ainda uma vez, não retiro uma só das palavras, nem renego um só dos atos que pratiquei durante o período que vai do 13 de maio até 15 de novembro de 1889(...).<sup>660</sup> (Grifos meus)

No texto, retirado de seu manifesto pela candidatura à Constituinte de 1890, ele, além de afiançar para o eleitorado sua posição republicana, procura exorcizar quaisquer possíveis simpatias para com a monarquia. Acentua o caráter estratégico dessa união, centralizada na figura de João Alfredo, a quem caberia conduzir as ações. Isabel reinaria, se assim se pode dizer numa composição singular como essa, mas não governaria.

Importante assinalar que, mesmo após a abolição, Patrocínio sempre guardou uma relação reverencial para com “o mais extraordinário coração que já bateu no peito

<sup>657</sup> *Idem*, 11/05/1888

<sup>658</sup> FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. *Oito anos de Parlamento*. Brasília: Senado Federal, 1998, p.125

<sup>659</sup> No ofício, onde consta também a medalha de Luiz de Andrade, a devolução é justificada de forma lacônica “por julgarem não lhes pertencerem e sim a outros de igual nome.” Cf. RIHGB, Rio de Janeiro, 52(80), 1989, p.445

<sup>660</sup> *Cidade do Rio*, 09/09/1890. “*Manifesto ao Eleitorado Fluminense*”.

brasileiro, o de Isabel, a Redentora”.<sup>661</sup> Gilberto Freire, apelando para uma visão psicanalítica, interpreta essa reverência como uma situação transferencial, a figura da Princesa seria uma representação da figura materna.<sup>662</sup>

Como visto, a reverência à Isabel fazia parte do repertório dos abolicionistas monarquistas ou, no caso de Patrocínio, de um republicano que aderira ao projeto de um terceiro reinado, mesmo de forma enviesada. Emílio Rouède cristalizou essa idolatria num paradigma moral a ser seguido necessariamente pelos libertos. Em 1889, em Barbacena, num comício republicano, um grupo de libertos havia manifestado publicamente seu apoio a Silva Jardim. Rouède atribuiu-lhes um desvio ético, haviam começado “bem mal” o direito de “homens livres”. Embora amparados pela lei, seriam condenados pelo tribunal da consciência.

“E a história brasileira, apresentando ao mundo civilizado homens de cor enforcados nas matas de Barbacena, escreverá: imitando Iscariotes, no ano de 1889, suicidaram-se no Brasil os Judas da raça negra”.<sup>663</sup>

#### 4.4 - Pedro II não morreu. E agora?

Ao final de agosto, o Imperador está de volta e, com isso, a terceira regência está extinta. O projeto abolicionista que se mantinha, esgrimindo com as situações e os inimigos que se sucediam, privilegiando aqui ou ali a questão da terra ou, mais intensamente, a pretensão de indenização, agora crescente nas discussões da imprensa e no Parlamento, encontra um obstáculo.

Pedro II, durante o tratamento na França, passara por momentos críticos, anunciadores da iminência do êxito letal. Mas sobrevivera, ainda que não tivesse havido um *restitutio ad integrum*. Um de seus acompanhantes, Nioac, em cartas para João Alfredo, após inúmeras comunicações sobre a evolução dos acontecimentos e alertas sobre a notória indisciplina do paciente, falava agora da necessidade de controlá-lo no Brasil, para evitar o agravamento da doença. Pede a João Alfredo que interfira junto à Isabel. No P.S., diz haver boatos de que o Imperador estaria “afetado do cérebro”. Mas atribui isso a comentários maldosos, visando a atingir o médico particular de Pedro II,

<sup>661</sup> *Idem*, 30/07/1896. “*Mais uma vez*”. Neste artigo Patrocínio responde às críticas do jornal monarquista *Liberdade* de que ele seria um tráfuga da monarquia. Diz não ter sido outra coisa que republicano e, mais uma vez, utiliza-se da estratégia de blindar Isabel em relação ao Império.

<sup>662</sup> FREIRE, Gilberto. *Sobr. e Muc.*, v.1, p.LXXXIX. Freire entende também ter havido uma oposição entre a visão paternal e familiar inspirada pela dinastia e a fraternal do republicanismo.

<sup>663</sup> *Cidade do Rio*, 02/05/1889. “*O Judas da Raça Negra*”

Motta Maia.<sup>664</sup> Também Isabel, na sua autobiografia, de 1908, relembria o estado crítico da saúde do Imperador àquela época.<sup>665</sup>

João Alfredo, Isabel e Mota Maia articulavam no sentido de conseguir do imperador que abdicasse do trono. Conforme Nioac teria escrito da França, ele estaria concordando. O mesmo Nioac teria contado a João Alfredo que, no dia anterior à chegada, ele dissera ao monarca, “amanhã será um grande dia. V. Majestade chegará no meio do seu povo e lá ficará como a providência do novo reinado, como anjo tutelar de sua filha”. Pedro II o teria interrompido, “sim, com a condição que me façam senador e conselheiro do estado”. No texto, pertencente ao arquivo Tobias Monteiro, em seguida a essa fala de Pedro II, há um comentário sem referência de autoria: “já não estava regulando bem”. Após isso, há outra referência, agora à participação de Motta Maia; ele, após parlamentar com o monarca, teria voltado com a notícia de que o paciente dissera não compreender porque teria que ficar como “Imperador honorário”. Diante disso, Isabel teria exultado, porque mostrava a determinação do pai em continuar, aliviando-a num momento de tanta responsabilidade.<sup>666</sup>

O episódio é confirmado em carta do conde D’Eu a seu pai, mas – ao contrário da opinião corrente – ele elogiava as condições de saúde do sogro.<sup>667</sup>

Em sua chegada, o Imperador é recebido com entusiasmo pelo povo, mas o império está em crise. Patrocínio percebe as contradições e vê na volta uma ameaça ao projeto político que se fazia com a anuência da princesa, ainda mais que Pedro II, ao voltar da Europa, se manifestara “se estivesse aqui, talvez não se fizesse o que fez”.<sup>668</sup> O povo agora é diferente, escreve ele em tom de advertência ao Imperador. E a política que lhe convém é outra, bem diferente daquela tradicional, que inevitavelmente se manteria, caso “o Imperador viesse a dispor dos mesmos homens e dos mesmos processos desmoralizados”. Com Pedro II poderiam voltar a inconstância e o jogo político derogatório, superados nas ocasiões em que Isabel estivera à frente do trono.

Contingenciado pela situação, Patrocínio publica na sua coluna “*Semana Política*”, de 27 de agosto, um diagnóstico alentado sobre a conjuntura política do país,

<sup>664</sup> Carta do conde de Nioac a João Alfredo, 26/07/1888. In: RIHGB, Rio de Janeiro, v.258,p.258,1963

<sup>665</sup> AHMIP. POL, M.199 - Doc.9030. *Depoimento de Isabel sobre a Terceira Regência*. Escrito em dezembro de 1888 e endereçado aos filhos.

<sup>666</sup> IHGB, Arquivo Wanderley de Pinho. DL 1593.2 “*Abdicação do Imperador Preparada por João Alfredo*”. Originais na Biblioteca Nacional (Arquivo Tobias Monteiro)

<sup>667</sup> AHMIP.AGP, XLII-3. Carta do conde d’Eu ao duque de Nemour, em 23/08/1888

<sup>668</sup> OLIVEIRA VIANNA, *Op. Cit.*, p.78



fala da necessidade de adesão do governo ao projeto e comenta sobre os riscos envolvidos no retorno do imperador.

Está terminada a Terceira Regência. A virtuosa senhora, que encheu de cantos e de sorrisos, de amor e de liberdade um desvão sombrio da consciência nacional, retirou-se já à vida modesta de filha, esposa e mãe. O Império volta às mãos que o manejaram há quarenta e oito anos, mas desta vez muito mais com o maquinismo, muito mais complicado, devendo ter como combustível o futuro da dinastia e como motor as esperanças da nação. Por algumas frases atribuídas ao Imperador, sabe-se que Sua Majestade concordou com o golpe decisivo e profundo desfechado na instituição negra, mas o que não se sabe ainda é se o soberano quer ou não continuar a política de emancipação do proletariado, que resultou da lei de 13 de maio, política tão patrioticamente iniciada pelo ministério, sendo seu órgão o Sr. Ferreira Vianna, em resposta à interpelação de Werneck (...).<sup>669</sup>

Comenta o esfriamento que sofrera o abolicionismo, em 1871, após o retorno do Imperador,

(...) Depois da lei de 28 de setembro de 1871, deu-se com a volta de sua majestade um contra-movimento emancipador no espírito do governo, o ministério Caxias foi sem aparato, mas sistematicamente reacionário, e entretanto naquela época a situação não era tão melindrosa como na atualidade(...)

Afirma que o 13 de maio fez mais descontentes do que o 28 de setembro de 1871.

(...) **O Império não havia sido varejado até os últimos recessos pela busca da opinião pública, encarnada na propaganda abolicionista**, que não considerava nada sagrado e tendo a necessidade de desagregar as instituições da escravidão, foi cortando todos os liames que lhes serviam de garantia à estabilidade(...)

Adverte sobre a nova conjuntura e os riscos sobre a continuidade,

(...) O trono que a princesa entregou ao Imperador não é o mesmo de outrora, é uma construção de ontem feito com o melhor da alma nacional, mas exposto à onda vária da popularidade, ainda que tendo como alicerces a justiça e a liberdade. A política que lhe convém é bem diversa de toda a tradicional e de toda a empregada contra ele neste momento e é bem difícil fazer a seleção(...)

Fala dos riscos representados pelo republicanismo crescente, potencialmente revolucionário, instrumento de uma burguesia usurária e colocado a serviço de uma lavoura feudal

A propaganda republicana atual é uma das mais atentatórias à dignidade popular, é certo, mas cumpre demonstrar ao povo que esta é a verdade. Ora, esta espécie de demonstração só é possível pelos fatos e daí o embaraço do Império, que a querer manter-se coerente com seu passado, só pode empregar os mesmos homens e os mesmos processos já muito conhecidos e na sua maior parte desmoralizados.

Em nome da ciência social que ela falsifica, a atual propaganda republicana aproveita-se de todos os elementos revolucionários, os mais poderosos, que são entretanto os elementos mais dissolventes da moralidade pública.

A exploração da burguesia, que não tem outro exemplo, que não seja o seu bem estar financeiro e político, espécie de corte de Luiz XIV, que não vê o povo senão como massa tributária, que

<sup>669</sup> *Cidade do Rio*, 27/08/1888. “*Semana Política*”. As citações encontradas até o item 96 pertencem a esta matéria.

deve alimentar-lhe os prazeres e os vícios foi o meio a que recorreu a atual propaganda republicana.

Não é preciso aprofundar muito a vista para descobrir a fermentação revolucionária que a lei de 13 de maio produziu na massa burguesa (...)

Reitera a idéia de uma perversa articulação lavoura-comércio, gerenciada pela usura.

(...) Ela, que solidária no erro, entendeu que a escravidão devia ser eterna, para garantir-lhe de um lado a perpetuação do [ilegível], do outro a eternidade da usura, acordou de súbito sacudida por essa força desconhecida que se impôs ao governo – o pudor do povo brasileiro e viu que era impossível lutar, porque a resistência seria respondida pela assolação. Este comércio que emprestou dinheiro à lavoura, para que ela o empregasse mal, este comércio que acoroçoado à cultura singular e só fez crédito ao latifúndio, vale bem aquela agricultura extensiva feudal, que na cegueira de seu orgulho não viu que a extensão territorial, afastando o mercado, onerava o produto com a dupla despesa improdutiva do frete pelo deserto e do comissário sem fiscalização imediata (...)

Num vezo nitidamente positivista, que progressivamente vai ficando explícito no texto, responsabiliza o parlamento, os partidos e a academia,

(...) O império tem pois que lutar antes de tudo, com essa força, que se impõe pelo parlamentarismo e reproduz o seu ódio pelas academias. Quem estuda a feição do nosso parlamento é que pode sentir bem as dificuldades que vão se acumulando. Os partidos desaparecem como agregação de idéias e se transformam em agregação de interesses. Cada representante da nação mede sua dedicação ao partido pela conveniência particular de seu eleitorado.

Este ministério que acaba de realizar a maior obra da pátria, não vale para a maioria de seus amigos a nomeação de um juiz municipal, hábil em manejos eleitorais.

A corporação escravista em torno da indenização,

(...) O escravismo conseguiu formar um núcleo forte, coeso pela indenização, o abolicionismo, porém, por isso mesmo que é uma idéia generosa, por isso mesmo que contem dentro de si o gérmen da formação da nossa nacionalidade, tem forças para agrupar em torno do governo a dedicação inteira, absoluta de que se faz credor. Pergunta-se ao Sr. Barão de Cotegipe o que ele quer e ele responde simplesmente, indenização (...)

No partido Liberal, vê-se na Câmara, como líder da oposição, o Sr. Afonso Pena e no Senado, o Sr. Cândido de Oliveira, um ex-ministro do gabinete Martinho Campos (...) outro advogado, por dinheiro, de todas as causas em que a absolvição é uma afronta à moral pública (...)

Partindo da ciência social positiva, fala do parlamentarismo e das academias como elementos dissolventes,

(...) Ora, toda a aspiração moderna de sociocracia é **consubstanciada em individualidades gerais** de modo a criar centros de irradiação sistemática das idéias impulsoras do movimento social. Desde que o parlamento escolhe para representá-lo entidades absolutamente negativas, porque representam a nação ou a falta de escrúpulos, é claro que o parlamentarismo desceu ao nível mais baixo a que pode chegar. Já de si originariamente um mal, o parlamentarismo nestas condições é o mais fecundo dos instrumentos revolucionários, pela carência de prestígio e sobretudo por ser o ponto visível de decadência moral da nação.

Quanto às academias, é sabido que nelas se formam, na sua maioria, os filhos da burguesia e produzem classes como os bacharéis em direito e os médicos, que vivem imediatamente do parasitismo da burguesia. Não é o proletariado que lhes fornece a clientela e a clínica rendosa e aí está a história, salvo honrosas exceções, para demonstrar durante a propaganda abolicionista o que podemos esperar deles (...)

Cogita sobre uma nova ameaça sentida pela “sociedade sã”, a ameaça revolucionária do proletariado insatisfeito,

(...) perder a esperança de ser emancipado do cativeiro agrícola e industrial (...) Não dissimulemos o perigo desta nova formação revolucionária. Vimos já nas ruas desta capital, e os telegramas do interior nos revelam, que, usando do direito de manifestação, a propaganda revolucionária procura trazer o alarme à população, pela exibição teatral do seu número, aumentado sempre pela curiosidade. Sabemos que os fazendeiros por um acordo geral taxaram o salário do trabalhador e procuram já pela ameaça das remessas de inválidos da escravidão, já pela ostentação dos seus sentimentos revolucionários, entibiaram o governo para obter dele a compreensão que indisporá o proletariado. A este respeito vem a pelo dizer que o emprego do recrutamento no interior será o melhor fator de desgosto (...) fica patente a dificuldade em que cito o Império. **Quererá o Imperador fazer a larga política de reconstrução de que precisamos?(...)** (Grifos meus)

A sugestão de uma ditadura nos moldes positivistas, contra a república parlamentar

(...) Não há dúvida de que uma república parlamentar, filha de tais elementos revolucionários, seria uma calamidade muito maior do que o Império com todos os seus defeitos inveterados, mas em todo caso, resta aos verdadeiros republicanos a esperança de se tornar possível uma **ditadura republicana** que se [ilegível] de poder, prepare o país para uma forma definitiva e regular de governo. Com a Regência ou **mesmo com o reinado da Princesa Redentora era possível constituir-se, apesar das dificuldades do parlamentarismo, uma ditadura de fato**, progressiva e patriótica **limitada à vida do imperante** e capaz de **encaminhar** os verdadeiros elementos republicanos do país a **uma orientação real e científica** (...)(Grifos meus)\_

Faz a defesa do bismarquismo, ressaltando o “defeito do militarismo”,

(...) **A ditadura de Bismarck** tem aproveitado mais à Alemanha do que o parlamentarismo republicano à França e das mãos do grande chanceler há de sair para a humanidade, apenas com o defeito do militarismo, que é redutível numa nação sociologicamente modelada (...)

O papel que seria destinado a João Alfredo,

(...) investido da missão ditatorial em nome do Império, o Sr. João Alfredo, por exemplo, S. Ex<sup>a</sup> que tem todas as qualidades de espírito e de caráter, poderia dar conta dessa preparação necessária para a nação reempossar-se da sua autonomia. Deve parecer descomunal esta proposição e inteiramente contraditória com o republicanismo hoje contestado, de quem a escreve, mas, entretanto, é ela a afirmação dos verdadeiros sentimentos humanitários.

A revolução excludente,

(...) Quem estuda os movimentos revolucionários de nosso país, vê que ele não quer se encarregar de incorporar o proletariado, mas de segregá-lo do governo da nação pela mais ferrenha compreensão, tal como a taxa de salário arbitrária e a negação sistemática de cargos elevados. Demais, aí está a origem: esta revolução é uma resposta à Abolição (...)

Prossegue afirmando que enquanto a Monarquia tergiversava com a sorte dos cativos, o republicanismo, agora em ação, “não se julgou obrigado a formar caixa, a comprar armamentos, a pagar oradores, a improvisar mártires, pelo contrário, agregou-

se aos seus companheiros na posse de escravos e engrossou a resistência ao abolicionismo (...)"

Acusa o Império de não ter lutado pelo proletariado, embora dependesse dele. Deveria seguir uma política ao estilo de Luiz XI, para "retemperar o seu prestígio e restaurar sua autoridade (...) Uma ditadura progressiva e humanitária era, pois, possível e havia sido esboçada por vários atos ministeriais (...)". Cita em apoio o empréstimo do Banco do Brasil, a assistência às crianças e aos loucos, o regulamento das estradas de ferro e a reintegração militar.

Mostra-se preocupado com a possível continuidade da política imprimida pelo monarca durante quarenta e oito anos. Questiona a capacidade de o Império enfrentar a "revolução" republicana, propondo que se instaure uma ditadura, a ser progressivamente transformada em republicana.

O Imperador entenderá, como nós, que a situação do país é esta e não outra? O seu estado de saúde permitir-lhe-á transformar a sua influência pessoal de outrora em ditadura patriótica e desinteressada? **Entenderá ele que não terá no parlamento quem mereça mais a sua confiança do que o gabinete atual?** (...) O parlamentarismo monárquico que temos atualmente não basta para impedir a revolução (...) O Império entendeu que devia viver da escravidão para a escravidão, e a Regência, quebrando esta tradição, prometeu-nos um governo de liberdade pela liberdade (...) pedimos sempre insistentemente fazer a revolução do alto, se não quereis que ela seja feita de baixo (...) O país precisa nessa transição parlamentar ter o voto desenfeudado, largo, popular; precisa ser governado para todos e não para algumas classes; precisa ser leigo e paisano; precisa de uma educação industrial e comercial, patriótica e científica; precisa de se tornar apto para bastar-se a si mesmo pela educação fabril, agrícola e pastoril; precisa de dar uma orientação científica à sua viação e precisa reproduzir menos as classes parasitárias das academias; precisa de [ilegível] universalmente a sua moeda, emancipar a sua produção do parasitismo dos intermediários; precisa de uma larga criação bancária; precisa de uma reforma radical do método de [lacerado], tornando-o profissional de [lacerado]. **Uma tal reforma não se pode fazer pelo processo unitário e absoluto do parlamentarismo banal, mas pela política experimental que exige, de par com a unidade e a permanência do governamental, a mais completa autonomia regional; e daí a urgência e a fatalidade da criação de uma ditadura patriótica e progressiva que devia ser republicana e que o será logo que a propaganda revolucionária se orientar cientificamente(...)** o que aí fica dito não deve agradar nem a gregos nem a troianos, mas contenta a nossa consciência e desabafa o nosso patriotismo. Quem escreve estas linhas considera-se hoje um morto que, alucinado pela ressurreição de 13 de maio, passeia a sua entrevisão da justiça indefectível no cemitério que lhe foi dado como menagem. A única satisfação que ele aspira é ver dentro de um futuro próximo, popularizadas e aceitas estas idéias que hoje hão de parecer um amontoado de frases sem sentido, ou melhor, o uniforme novo do soldado que desertou para o campo contrário. É pois dever afirmar que o jornalista de ontem é o mesmo de hoje e que ele não faz agora senão dizer compendiado o que sempre disse nos seus muitos arquivos(...)(Grifos meus)

Diz, por fim, que a decisão está com o Imperador ou com a sua filha, já imortal. Dois dias após, a *Cidade do Rio* publicaria matéria análoga, agora assinada por Pardal Mallet, na qual analisa a conjuntura e propõe também uma ditadura nos moldes positivistas,

(...) quando os partidos que fingiam significar alguma idéia fracionaram-se de fato e tornaram-se em pequenos centros planetários de interesses pessoais, arrastando inúmeros

satélites, mas sem guiar em torno de um sol, aos tempos em que finaliza uma Regência gloriosa e começa um governo problemático pelo estado de saúde de seu chefe e problemática pelo passado do mesmo; aos homens bem intencionados, não presos nas malhas convencionalistas de partidos sem crenças vem instintivamente a **reclamação de uma ditadura**(...) já foi o tempo dos empirismos e a metafísica já morreu. O grande princípio que regula a existência das sociedades é o da divisão do trabalho (...)

#### Fala do sufrágio e da soberania das maiorias

(...) economicamente, o sufrágio é uma perda de força e de vitalidade para a agricultura, para a indústria e para o comércio, não só porque obriga a parada ao trabalho no dia das eleições, como também porque determina o dever de acompanhar e de julgar os atos dos representantes, e, por conseguinte, dispersar as atenções que deveriam estar concentradas na especialidade de cada um (...) ele falseia o princípio da maioria. Demais, as minorias não oferecem segurança de boa conduta, de ilustração e de lógica (...)

Cita, como exemplo, a “imbecilidade das maiorias que negaram Galileu”. Para ele, a extensão do governo para o povo na ágora grega e no fórum romano se justificava à época de que a maior preocupação era a guerra, mas que Comte na sua lei dos três estados ensina que a atividade é inicialmente conquistadora, depois defensiva e depois industrial, e conclui com a idéia de Spencer da evolução para uma paz definitiva.

A política, no seu entendimento, também produzia curandeiros, daí haver a necessidade de uma base científica nela. Reclama o posicionamento dos intelectuais,

(...) a aristocracia do talento e da ilustração a serviço do proletariado e contra a burguesia, detentora do capital egoísta, que representa a exploração do homem pelo homem, quer ele se chame escravo, quer se chame assalariado, liberto ou imigrante (...) Defendo o princípio da cooperação e da divisão do trabalho (...).

#### Elogia os sucessos das idéias na Rússia,

(...) A hora em que principia para o Brasil o problema franco do proletariado, coincide com os primeiros triunfos da Rússia no mundo do pensar (...) Nestas terras do império eslavo, fecundadas pelos cadáveres dos homens que representam os extremos radicais do dilema político moderno – Alexandre II ou Bekonine - é preciso ir buscar o enxerto da futura árvore da liberdade. Em qualquer dos casos (...) é de urgência pregar um cartaz em cima das instituições [ilegível] o cartaz onde se leia: **Pede-se um ditador.**<sup>670</sup>

Critica os neo-republicanos ao dizer que “o futuro da pátria não pode estar com o republicanismo dos bandidos políticos (...) aqueles que falam em liberdade mas se ligam com as classes médias para continuar a opressão do trabalho em nome do capital(...)”.

### 4.5 - Patrocínio e os positivismos

<sup>670</sup> *Cidade do Rio*, 29/08/1888

Antes de prosseguir na análise dos acontecimentos no final da década de 80, julgo oportuno discutir a relação entre Patrocínio e as idéias positivistas, que, como visto, influenciaram demasiadamente o seu discurso político.

O positivismo nasceu na Europa do século XIX em meio ao surto de desenvolvimento científico e tecnológico da época. O reinado da Razão decretava a morte da metafísica e Comte chegaria a um paroxismo da razão, com suas idéias positivas. Tratava-se de uma filosofia abrangente, uma síntese não apenas diagnóstica, mas principalmente reformista, fundamentada na idéia de evolução. A humanidade passaria por degraus evolutivos até chegar ao estágio positivo. Com isso, não se limitava ao saber, mas também ao agir.

Metodologicamente, propunha para ciências humanas e sociais o mesmo nível de objetividade das ciências naturais, uma absoluta isenção do observador, ou seja, uma experimentação distanciada do objeto. A Ciência Política seria uma física particular, uma ciência experimental fundada na observação do desenvolvimento coletivo da humanidade. Ela se fundamentaria no passado, mas voltada às escolhas do futuro.<sup>671</sup> Serviria para modular as distorções presentes nessa evolução, que se fazia por ondas.

Naturalmente, a história seria o fundamento de tudo. Ela forneceria a visão dos fatos passados, tomados em relação com o antes e o depois, na busca de certas regularidades, ou seja, de leis de desenvolvimento que possibilitassem administrar o presente e cogitar do futuro. Este é tomado como um produto necessário do passado. Assim, os regimes políticos seriam adotados de acordo com as circunstâncias.

Ao final de sua vida, Comte, adicionou a essa filosofia objetiva reflexões um tanto místicas, pregando o amor à Humanidade, que seria o Grande Ser, objeto de adoração por um novo sistema de crenças, a religião positiva.

O positivismo, em seus aspectos práticos, influenciou pensadores em todo o mundo, notadamente na Inglaterra, Escócia e Itália. São exemplos, Stuart Mills, Bentham, Cattaneo e Spencer, com seu evolucionismo biologizante.

No Brasil, além das influências sobre o saber filosófico, o positivismo, por seu perfil cientificista iria influenciar a área tecnológica, encontrando solo fértil nas escolas militares e nas demais áreas tecnológicas, prestigiadas pelas matemáticas.

Apesar da diversidade das interpretações e correntes, de forma resumida, poder-se-iam apontar basicamente duas, uma seguidora apenas das idéias de fundamentação

---

<sup>671</sup> **COMTE**, Auguste. *Écrits de Jeunesse*, p.316. *Apud LACERDA NETO*, Arthur Virmond de. *A República Positivista: teoria e ação no pensamento de Augusto Comte*. Curitiba: Juruá, 2000,..33

científica e outra que a elas acrescentava a Religião da Humanidade. Esta última representada principalmente por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que, na França, haviam abjurado a liderança de Littré (Comte já morrera), tomando a linha de Pierre Laffitte, seguidor do ideal comteano ortodoxo. Paralelamente, em Recife, Tobias Barreto observa uma linha independente.

Em 1881, Miguel Lemos funda o Centro Positivista Brasileiro ou Igreja Positivista Brasileira, com o propósito de exercer a militância religiosa e política. Era necessário opor-se ao “republicanismo democrático” ou “metafísico”.<sup>672</sup> Obviamente, haveria um racha com o partido Republicano, incluindo negar apoio à candidatura de Quintino Bocaiúva. Ele teria sido dúbio em relação à proposta de abolição imediata e à questão da imigração chinesa. Apesar de abolicionistas por princípio, afinal – conforme Comte – o banimento da escravidão era uma necessidade evolutiva, eles defendiam o direito à propriedade. Pediam a “supressão imediata do regime escravocrata, adstrição do trabalhador escravo sob a direção de seus respectivos chefes (...)e a fixação de um salário para o trabalhador”.<sup>673</sup> No âmbito estrutural, propunham um regime centralizado, a ditadura republicana ou monocracia republicana, prevista por Comte em seu Sistema de Política Positiva. Seria um regime presidencialista centralizado, cuja sucessão, a que ele chamou “hereditariedade sociocrática”, se faria por escolha do presidente, podendo tocar a alguém da família ou não, conforme fora feito inúmeras vezes no Império Romano. O estado seria laico, porém com absoluta liberdade de cultos. O parlamento deveria ser extinto, por tratar-se de representação falsa e materialmente onerosa. As decisões emanadas do ditador, em comum com um colegiado, seriam auscultadas diretamente na opinião pública através de plebiscitos. O sufrágio seria abolido, por ser “a consagração da moléstia ocidental”. Comte dizia que os votos não se pesam, apenas se contam. “É decidir em sociologia sem saber matemática”.<sup>674</sup> Haveria, no entanto, a possibilidade de voto facultativo para a constituição de uma Câmara estritamente ligada ao controle dos recursos públicos. O regime iria se aprimorando por fases.

Estavam previstas também a extinção da propriedade intelectual, a liberdade de negociação entre patrões e empregados e de expressão na imprensa, desde que as matérias fossem identificadas com o nome, endereço, identidade e data do nascimento

<sup>672</sup> **PAIM**, Antônio. *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: UnB, 1981, p.6

<sup>673</sup> *Gazeta da Tarde*, 1880. “*Solução do Problema Social no Brasil*”

<sup>674</sup> **COMTE**, Auguste. *Apelo aos Conservadores*. Paris, 1855, p.XXVIII. Apud: **LACERDA NETO**, *Op.Cit.*, p.40

do articulista. Também as liberdades individuais estariam garantidas, no limite da liberdade do outro.

São necessárias algumas observações, para evitar anacronismos. A primeira é que o conceito ditadura não tinha o sentido de totalitarismo, a referência era o *dictatum* latino. O termo era empregado largamente à época para caracterizar um regime centralizado. Mas, na verdade, a figura do ditador era um tanto ambígua em Comte. Carvalho a coloca como uma forma de representação simbólica, mas com acentuada independência em relação aos representados.<sup>675</sup> A segunda é que o positivismo via na ditadura uma forma absoluta de liberdade humana. Conforme Teixeira Mendes, a ditadura republicana seria “o único governo capaz de garantir o mais vasto sistema de liberdades públicas a que jamais se pode aspirar”<sup>676</sup>. E, por fim, que as idéias positivistas, disseminaram-se pela América Latina, tendo prosperado de fato no Brasil, gerando forte influência. Mesmo na produção de coevos, não declaradamente positivistas, é comum o encontro do jargão próprio à doutrina. Rebouças, num arroubo de ecumenismo, chegou a dizer que a propaganda abolicionista, sempre de *forma evangélica e científica*, teria combatido nove anos “em nome da caridade de Jesus; da Religião da Humanidade, de Augusto Comte, da consangüinidade e da unidade atávica de todos os seres da família humana, segundo Charles Darwin”. E que, se não tivesse havido a interferência dos politicantes, a solução teria sido outra: “consentiríamos na evolução científica da escravidão para a servidão da gleba e dessa fase para a parceria e para o salaríato”<sup>677</sup>.

O positivismo que iria influenciar a República não foi, necessariamente, o do Apostolado. “Não nos cabe a mínima parcela de responsabilidade pela insurreição de 15 de novembro”, diria Teixeira Mendes. Benjamin Constant, liderança importante do movimento, embora positivista, rompera desde o início com o Apostolado. Conforme Ivan Lins, a agremiação da religião da humanidade era composta por uma minoria sectária, possuidora de uma visão estritamente teórica da obra de Comte, ignorando a flexibilidade que o filósofo aceitava na “passagem do concreto para o abstrato”.<sup>678</sup> Impunham-se exageros como o de se negar a qualquer cargo público, a colaborar na

<sup>675</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p.88

<sup>676</sup> MENDES, Teixeira. *Uma retificação: a ditadura republicana e o positivismo*. Rio de Janeiro, 1903. Apud: LACERDA NETO, Arthur Wirmond de. *Op. Cit.* p.35

<sup>677</sup> *Cidade do Rio* 22/06/1888. “*Republiquistas IV*”

<sup>678</sup> LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Cia.Ed.Nacional. Col. Brasileira, v.322, 1967, p.414



imprensa ou a exercer funções acadêmicas, condições não previstas por Comte. Por fim, os apóstolos criaram uma liturgia para a religião, que envolvia missa e uma semana santa em louvor da humanidade e de Clotilde de Vaux, a grande inspiradora de Comte.

<sup>679</sup> Em oposição a esta visão do Apostolado como um pacote mal amarrado de idéias esdrúxulas, Carvalho, percebe neles uma estratégia política determinada, chegando a compará-la com um bolchevismo *avant la lettre*. Os fins justificariam os meios. Representariam uma contra-elite intelectual e social jovem, responsável, em larga medida, pela separação entre os ideais de reforma social e de democracia representativa, que dominaria o ideário republicano brasileiro. <sup>680</sup>

Em outubro de 1888, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, respondendo a um questionamento de Nabuco sobre suas posições em relação à debandada de quadros para o republicanismo após a Abolição, propuseram como solução o imperante estabelecer uma ditadura republicana, apoiada no povo, sem o parlamentarismo, livre da burguesia escravista. Seria essa a maneira de conter a “agitação republicana”. Para eles, como faltasse à Isabel “a visão clara das necessidades do presente”, ele precisaria “de um primeiro-ministro como foi Pombal para D.José, José Bonifácio, para D.Pedro I.”<sup>681</sup>

Patrocínio acompanha esse ideário. Já em 1881, na *Gazeta de Notícias*, ao elencar algumas soluções para as questões nacionais, admitia as limitações, elas “não abrangem o vasto plano que uma ditadura inteligente há de brevemente fazer para diante do juízo do país e do mundo”. <sup>682</sup>

Indiscutivelmente as idéias positivistas influenciaram Patrocínio, mas seria ele reconhecido como um positivista pelo grupo? Não encontrei qualquer indício da sua participação no movimento, excetuando a cessão da *Gazeta da Tarde* para publicações do grupo. De resto, as referências a seu positivismo se restringem a uma observação feita por Mário Alencar em seu discurso de posse, na cadeira 21, da Academia Brasileira de Letras. Falando da atividade do jornalista na *Gazeta de Notícias*, comentou que “nessa época”, ele “cultivava o positivismo, de que foi, por algum tempo, aluno e

---

<sup>679</sup> *Idem*

<sup>680</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bord.*, pp.189/200

<sup>681</sup> MENDES, Raimundo Teixeira. Carta a S.Ex.<sup>a</sup> Sr. Dr. Joaquim Nabuco. A propósito da agitação republicana, em 1º/10/1888. Apud: PAIM, Antônio. *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: Ed.UnB, 1981, p.28-29. Rebouças, embora com objetivos diferentes, escreveu: “(...) A Monarquia Popular e Democrática de Joaquim Nabuco é o Omega atual da salutar evolução monárquica iniciada pelo Marquês de Pombal; e tudo pressagia que ele [Nabuco] será para Isabel I o que foi o maior dos portugueses para D. José”. *Cidade do Rio*, 12/07/1888. “*Pequena Propriedade XI*”

<sup>682</sup> *Gazeta de Notícias*, 30/05/1881. “*Semana Política*”.

*sectário*".<sup>683</sup> Ivan Lins, historiador do positivismo, é lacônico, Patrocínio "*se dizia positivista*".<sup>684</sup>

Após a defesa apaixonada da ditadura republicana, a *Cidade do Rio* voltará a manifestar-se na defesa de uma reforma em moldes positivistas, quando da proclamação da República,

separar a Igreja do Estado; liberdade de culto, preservada a moral; secularização dos cemitérios; casamento civil; liberdade civil, liberdade política e liberdade filosófica. Esta categoria de idéias é o postulado das indagações da filosofia positivista, de onde decorrem as seguintes conquistas: no grupo da liberdade filosófica, as liberdades de consciência, de ensino, de imprensa e de culto. **No grupo das liberdades políticas, a liberdade de eleição, de representação**, de reunião, de associação. No grupo das liberdades civis, a liberdade de propriedade, de indústria, de tráfico, de contrato.<sup>685</sup> (Grifos meus)

Percebe-se uma reorientação na folha, o apoio às idéias do Apostolado cederam ao ideário, em princípio vencedor, do positivismo do grupo majoritário. Já se admitia liberdade de sufrágio e de representação.

Em 1890, no manifesto de sua candidatura à constituinte, ao criticar o anteprojeto de Constituição apresentado, defende o direito de elegibilidade para sacerdotes e comandantes de corpos. Dialoga com o projeto apresentado,

Se o Estado é leigo, não pode conhecer da religião dos cidadãos e por isso mesmo não pode de nenhum modo limitar direitos, baseado na profissão religiosa deles. O Estado não é ateu, nem positivista como o preparador constitucional faz crer. O Estado é somente neutro em matéria de fé religiosa. Acresce que o Estado não é uma abstração, mas uma síntese da sua civilização e esse caráter tira ao legislador o direito de substituir as suas, às idéias da maioria da coletividade (...) Como poderá então a União impedir que um estado católico procure, por meio de seus representantes, influir para que as leis gerais tenham o cunho da filosofia social do catolicismo?(...)<sup>686</sup>

O positivista começa a ser colocado em discussão,

(...) Há, além disso, contradição entre o que prega o positivismo e o falso espírito positivista, que presidiu a preparação constitucional. Se o positivismo quer reorganizar por intermédio da ação eficaz de seu sacerdócio, reconhece que o sacerdócio tem sido sempre o fator mais poderoso das civilizações e que deve ser reconstituído pela escolha mental da humanidade; se ao sacerdócio quer ela incumbir a direção espiritual do governo, como pode negar ao sacerdócio existente o direito de influir na orientação social e sobretudo privar o crente de se fazer representar pelos homens reputados os mais competentes?

Começavam as controvérsias que iriam chegar à intolerância quando da revolução Federalista, em 1893, com a ascensão do castilhismo, apoiado por Floriano.

<sup>683</sup> ALENCAR, Mário. *Discurso de Recepção na ABL*. In: Discursos Acadêmicos (1879-1906). Rio de Janeiro: ABL, Coleção Brasileira, 1934, p.221.

<sup>684</sup> LINS, Ivan. Op. Cit., p.245/495

<sup>685</sup> *Cidade do Rio*, 23/11/1889. "*O 15 de novembro e as reformas necessárias*".

<sup>686</sup> *Idem*, 03/04/1893. "*Candidaturas*". As citações constantes do texto até o item 113 pertencem a esta matéria.

Apesar disso, procurava ainda salvar a ideologia positiva, culpando o tempo prolongado da experiência: “vasada a república no molde positivista e querendo-se dar um espécime do governo federal ou da ditadura republicana ao país, o governo provisório prolongou demasiado a sua estada no poder (...)”. Deve-se recordar que no projeto que propusera em 1888, a ditadura duraria o período de vida de Isabel, certamente muito maior.

No mesmo mês, a folha de Patrocínio critica o monopólio do poder na República, responsabiliza os positivistas por fazer uma seleção para governar idêntica a que faziam para doutrinar. Não estavam preparados para a República. “Não basta admirar uma locomotiva para dirigi-la”. Defende uma república verdadeira, a “República socialista desarmada e industrial (...)”.<sup>687</sup>

Em 1895, no governo de Prudente de Moraes, Patrocínio alerta para a relação da União com os estados. Enquanto a maioria era obrigada a submeter-se, no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, impunha uma constituição positivista, acintosa, que “fere o direito do povo e a própria constituição federal”.<sup>688</sup>

Existe também uma outra razão para a ruptura. Patrocínio fizera um retorno à religião e à cogitação metafísica, abrandando seu anticlericalismo. Em junho de 1895, cogitando sobre a “*sucessão de tiranos no poder*”, culpa o positivismo, responsável entre nós, pela “desumana tarefa”. Eles,

assumindo a direção dos negócios públicos, teriam convencido uma população composta de nove décimos de analfabetos julgou que Deus era uma ficção, como a monarquia constitucional, e que era tão natural não pensar nele, como [seria] não pensar no Imperador. Assim, como aceitou a República, aceitou o ateísmo, julgando-o tão necessário à sua liberdade espiritual, como a abolição da monarquia, à sua liberdade civil e política.

A conseqüência teria sido a perda do ideal para a vida e para a morte, com um grande vácuo dentro de si, deixado pela alma religiosa.

Em julho, fecha o caixão de sua relação com a doutrina, “subir a montanha íngreme daquela concepção neurótica fátiga”. Comte estaria atacado de “loucura racionante”, quando elaborou a doutrina, que acarretara no Brasil, “tributo de sangue e descrédito”.<sup>689</sup> A propaganda de suas idéias seria “um instrumento de desorganização sistemática, um meio para apoderar-se das nacionalidades, apagando toda a metafísica e teologia dos regimes anteriores”.

<sup>687</sup> *Idem*, 22/04/1893

<sup>688</sup> *Idem*, 27/05/1895. “*Semana Política*”

<sup>689</sup> *Idem*, 22/07/1895. As citações até o item 116 pertencem a esta matéria

A imprensa, sendo “uma das armas mais poderosas de defesa da estática mental do nosso século”, poderia exercer papel importante na resistência às idéias comtistas. Mas, como os alimentos, ela necessitaria de ter qualidade para ser assimilada,

precisa de coadunar-se com o organismo psíquico do povo, para nutrindo-o, desenvolver-lhe as faculdades, saneá-lo de preconceitos e preparar-lhe, assim, insensivelmente, mas constantemente, ininterruptamente a evolução social, política e religiosa. Por isso, Comte reconheceu nela o seu inimigo mais pertinaz, porque ela fala a todas as classes, de colocar as conquistas científicas ao alcance de todos, de rir à bochecha rota de todos os profetas de meia tigela e de todos os messias hemorroidários.

A doutrina de Comte seria risível, assim como também seriam a veneração à Clotilde e à casta sacerdotal. No Brasil, ela era um modismo capaz de ameaçar a República,

No Brasil não há positivismo generalizado. Uma parte da mocidade usa positivismo do mesmo modo que usa botinas amarelas e corrente de prender chaves pendentes da braguilha. Dá-lhe certo tom e justifica a preguiça mental repetir a geringonça sociológica, que uns tantos padremestres repetem semanalmente. Há políticos positivistas, uns sargaços intelectuais que a onda revolucionária trouxe à tona da administração brasileira. A pretexto de contestar, eles pregam e praticam tudo quanto os ditadores sul americanos têm praticado para perpetuar-se no poder – vilipendiam a república.

Inegavelmente, à época, a doutrina desgastava-se no meio intelectual e político, mormente devido à proposta de apaziguamento trazida pelo governo civil de Prudente, o afastamento dos militares da cena política e o arrefecimento do jacobinismo. Contemporâneos desse artigo de Patrocínio são obras literárias de vulto como *Quincas Borba*, de Machado de Assis, apontado pela crítica como uma caricatura de Comte, e *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, que ridiculariza os ideais jacobino-positivistas.<sup>690</sup>

Inaugurava-se um novo momento na vida de Patrocínio, seu jornal reabriu em maio de 95; ele recebera apoio para candidatar-se à deputação e virava o “herói da pacificação”, por defender a anistia aos revoltosos de 1893. Além disso, da mesma forma que Nabuco, fizera um retorno à religião.

A doutrina de Comte gerou uma pluralidade de teorias, até mesmo conflitantes. O modelo defendido por Patrocínio, na década de 80, diferia daquele adotado pela corrente majoritária. E, mesmo guardando a idéia comum da ditadura republicana, mostrava diferenças com o do Apostolado. Talvez ele estivesse mais próximo da flexibilidade prevista por Comte do que os demais. Mas importa é que, agora nos anos noventa, na fase da ruptura, sua crítica também envolve discrepâncias. O Apostolado não teve peso na instalação da República e, como visto, eximiu-se de qualquer

<sup>690</sup> LINS, Ivan. *Op. Cit.*, p.474/477

responsabilidade. Patrocínio não observa diferenças, partindo de um modelo genérico, dirige suas críticas indistintamente.

Se as teorias explicativas para a atitude política são escolhas circunstanciais dos próprios atores, torna-se evidente que as idéias positivistas foram adaptadas por Patrocínio como um repertório para a ação política.

Embora ele não faça maiores considerações, teria a república pretendida a forma de um presidencialismo sem parlamento? Essa escolha romperia com a tradição de Patrocínio na defesa da expansão do voto e da representação popular. Inclusive, no próprio texto em que defende a ditadura, ele comenta que “(...) o país precisa nessa transição parlamentar ter o voto desenfreado, largo, popular; precisa ser governado para todos e não para algumas classes (...). A coerência, portanto, não parece estar na ditadura, mas na necessidade da aplicação temporária de um sistema centralizado, mesmo que autoritário, visando a seus objetivos.

Agora, derrotado o projeto, seria necessário esvaziar as idéias, adicionando outras e construir o discurso de oposição a partir de um novo repertório também não necessariamente coerente, mas importante para a ação. Na matéria de 22 de abril, ele defende uma “república socialista, industrial”. Neste momento a utopia passava a ser uma arma contra a sujeição da imaginação pregada pelo positivismo.<sup>691</sup>

Na sexta feira da paixão, de 1896, a *Cidade do Rio* publicou um editorial com uma fervorosa pregação do cristianismo, onde denunciava o ateísmo como agente do martírio. Entrando na seara política, invoca Benjamin Constant. Nele, não haveria o ateísmo, mas um altruísmo “que o comtismo político pediu emprestado ao cristianismo para mascarar a sua ditadura explícita e anacrônica (...)”. Constant “não pertencia a esse positivismo alucinado e cru, micróbio fatal, cuja toxina mortífera envenenou o organismo tradicional do povo brasileiro”. E conclui, “felizmente, o eclipse positivista do espírito brasileiro já não resiste ao clarão vitorioso de sua fé (...)”. Também em Deodoro, os sentimentos cristãos é que lhe teriam permitido “sair da lei sem sair da humanidade”.<sup>692</sup>

Após o episódio do atentado a Prudente de Moraes, em novembro de 1897, que ocasionou a morte do ministro da Guerra, marechal Bittencourt, Patrocínio voltou à carga contra os positivistas, acusando-os de indiferença em relação à situação de Prudente e à morte do ministro, por não terem esboçado qualquer apoio. Escreveu dois

<sup>691</sup> CHATELET, François et alii. *Op. Cit.*, p.142. A utopia destruiria o sentido de subordinação necessária da imaginação.

<sup>692</sup> *Cidade do Rio*, 03/04/1896. “Jesus”

artigos bastante provocativos; o propósito era de atingir Glicério e outros membros do partido Republicano. Talvez pelo fato de o Rio de Janeiro estar em estado de sítio, a resposta veio de São Paulo. Teófilo Barbosa, pelo jornal *A Nação*, acusa Patrocínio de ser uma combinação de ignorância e servilismo. A tréplica veio desconcertante, atingindo os mais importantes ícones do credo,

somos ignorantes porque não somos positivistas, estamos fora da igreja que venera a dengosa Clotilde, viúva e virgem, mademoiselle perpétua como qualquer dessas que o trottoir parisiense cria e glorifica. Só é sábio quem decora o que está nos livros do Messias (...) Somos também servis e tanto que queríamos o escândalo capaz de fazer a De Vaux arrepanhar as saias e levar as mãos aos quadris! (...) <sup>693</sup>

#### 4.6 - Os inevitáveis conflitos, a Guarda Negra ou uma guarda de negros?

Ao final de 88, outras questões agitariam a cena política, a primeira delas era insistência de alguns segmentos com a importação de *chins*, em virtude dos problemas advindos com as políticas imigratórias em diversas regiões. O trabalhador chinês seria uma mão de obra barata e não ameaçava a integridade da propriedade. <sup>694</sup>O assunto, alvo de críticas dos abolicionistas desde seu surgimento, regurgitava no Parlamento, obrigando Patrocínio a utilizar-se da tribuna, em conferências organizadas pela Confederação Abolicionista. Simultaneamente, Taunay e Rebouças lançavam um manifesto, pela Sociedade Central de Imigração, repudiando esse tipo de imigração. Outras questões eram a radicalização da propaganda republicana, principalmente na figura de Silva Jardim e a ascensão dos libertos na cena política, muitas das vezes em posição conflituosa com os republicanos.

Na “*Crônica de ontem*”, de 9 de julho de 1888, a *Cidade do Rio* noticiava uma reunião de Emílio Rouède com os libertos Higino, Manoel Antônio, Jason, Aprígio, Gaspar e Teócrito, para fundar a *Guarda Negra da Redentora*, “(...) que se dedicasse em corpo e alma e em todos os terrenos à defesa do reinado da excelsa senhora que os fez cidadãos”. Caberia à organização “opor resistência material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o país”.

Os participantes estavam obrigados a obedecer a uma diretoria eleita por maioria absoluta e só seriam aceitos “os que consideram o ato memorável do dia 13 de maio um acontecimento digno de admiração geral e não motivo para declarar guerra à

<sup>693</sup> *Idem*, 24/12/1897. “*Com o Positivismo*”

<sup>694</sup> *Novidades*, 29 out 1888. “*Notas Políticas*”: “A maior necessidade da lavoura no momento é conseguir trabalho útil e barato”. Denuncia “a guerra ao chinês feita no parlamento”, afinal “(...) ele não é tão feio quanto parece (...) Está certo que o trabalhador chinês está muito longe de ter as qualidades morais do trabalhador europeu, mas não é pior do que o negro (...)”

humanitária princesa que o realizou”. E, finalmente, “aconselhar por todos os meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não jurarem guerrear o terceiro reinado”.

A idéia da criação é atribuída, por Magalhães Jr., a Manuel Maria de Beaurepaire, mas o autor não faz referência à fonte.<sup>695</sup> Um registro do arquivo de Rebouças confirma a paternidade: “Na *Cidade do Rio* aconselhando ao Manuel Maria de Beaurepaire Pinto Peixoto, organizador da Guarda Negra, evitar a violência e construir sociedades e clubes para educação, instrução e aperfeiçoamento da Raça Africana”.<sup>696</sup>

Em 28 de setembro de 1888, na redação da *Cidade do Rio*, ela era oficializada. Naquela data, Isabel recebia a Rosa de Ouro, enviada pelo papa Leão XII, como reconhecimento pela abolição e ainda comemorava-se o aniversário da lei de 1871. Para Bergstresser, a finalidade da organização seria a de espalhar-se pelo país, “construindo com seu trabalho e patriotismo uma muralha de corações unidos **em defesa da liberdade de todas as maneiras**, especialmente a representada por Isabel”.<sup>697</sup> (Grifo meu)

A ambiência de sua criação é de tensão entre o republicanismo crescente, o projeto abolicionista voltado à defesa do terceiro reinado, as ações populares também crescentes desde o início da década e as tentativas dos libertos de fugir da disciplinarização da liberdade. Daí, a criação de uma guarda formada por negros, viria a ser objeto permanente de discussões. Para Líbano, ela representaria a continuidade da utilização da capoeiragem em ações políticas, neste caso, pelo próprio Estado. A composição do grupo obedeceria a duas finalidades, a primeira seria aquela proposta pelos membros da Confederação, que objetivava homenagear e proteger a Princesa; a outra, tramada no gabinete 10 de março, seria a de formar uma milícia, na tradição da capoeiragem, uma prática que fora incrementada com a volta dos militares da guerra do Paraguai.<sup>698</sup>

<sup>695</sup> MAGALHÃES JR., Raimundo de. *Op. Cit.*, p.242

<sup>696</sup> Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo Antônio Rebouças, anotação de 05/01/1889

<sup>697</sup> BERGESTRESSER, Rebecca Baird. The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889. Stanford: Stanford University, p.62-63. Tese de Pós-doutorado. *Apud* SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Negregada Instituição, os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Secretaria municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e informação Cultural: Divisão de editoração, 1994, p.226

<sup>698</sup> SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Op. Cit.*, pp.232/236. Para Líbano, a ascensão do mestiço se devia em parte à visão de heroísmo decorrente de sua participação na guerra.

A interpretação, a meu juízo, peca pela idéia de continuidade. As circunstâncias agora são bastante diversas das anteriores, ainda que o tipo de ação se repita. Trata-se agora de momento crítico em que múltiplas e diferentes representações se fazem, ensejando a ação de novos atores. Conforme já discutido, as experiências libertárias dos ex-escravos e de seu entorno, foram importantes nos conflitos de rua e na ambiência ameaçadora. Concordo com a interpretação de Bergstresser, quando fala de um grupo multipotente, em “defesa da liberdade de qualquer maneira”, porém vejo a necessidade de depurá-la da idéia de dirigismo, de institucionalização. Lutava-se por tudo, até por Isabel. A definição formal é de que a guarda teria a finalidade de “opor resistência material a qualquer movimento revolucionário <sup>699</sup> que hostilize a instituição que acabou de libertar o país”, conforme colocado pela *Cidade do Rio*. Mas isso não garantiria seus limites de ação. Quanto às relações com o governo, a necessidade de uma logística para o grupo os aproximaria direta ou indiretamente dele.

Embora a entidade ficasse mais adstrita à Corte, Antônio Bento, líder dos caifazes em São Paulo, seria acusado de participação. Ele nega, “Qual Guarda Negra? Isso é coisa de Patrocínio que lá tem suas razões para defender o governo. Quanto a mim nada tenho com tal instituição e nem creio que ela se ramifique nesta província”.

<sup>700</sup>

Três meses depois de instituída a Guarda, no final de dezembro, um comício republicano, transformou-se numa batalha campal, com gente ferida por armas de fogo. As acusações choveram. Silva Jardim, protagonista do comício e alvo das ameaças, atribuiu a responsabilidade pelo incidente ao presidente do Conselho e “um quitandeiro assalariado que tem um jornal na rua do Ouvidor”.<sup>701</sup> Saldanha Marinho, em carta a um correligionário de Minas Gerais, denunciava que Ferreira Viana, ministro da Justiça, teria colocado sob o comando de Patrocínio “trinta pretos 13 de maio”, vindos de Santa Cruz, com o propósito de “massacrar os republicanos”. Mas responsabiliza também Silva Jardim, pela teimosia.<sup>702</sup> A imprensa republicana, principalmente a liderada por Rui Barbosa, na Corte, e por Rangel Pestana, em São Paulo, desancava a Guarda Negra.

<sup>699</sup> O termo “revolucionário”, nesse contexto, significava republicano. Isso pode ser visto em diversas matérias aqui citadas;

<sup>700</sup> SCHWARZ, Lilia Moritz. *Retr. Br. e Pr.*, p.240

<sup>701</sup> *Novidades*, 31/12/1888. “*O Conflito*”

<sup>702</sup> Correspondência de Saldanha Marinho. Carta, de 21/02/1889, a João Pinheiro, do partido republicano mineiro. Trata-se de resposta a uma carta, vinda de Minas, de 17 de fevereiro. Nela o prócer republicano mostra preocupação com os rumos da propaganda republicana, que teria fugido da sensatez. Marinho concorda e culpa Silva Jardim pelo aodamento e falta de disciplina, que visava a interesses pessoais. Diz que o partido republicano do Rio de Janeiro estava organizando a conferência, observando as necessárias cautelas, quando foram surpreendidos pela ação de Jardim. In: RIHGB. 263:236-246, abril-junho 1964.



Patrocínio a defendia, isentando-a de participação no ocorrido. O *Diário de Notícias*, empenhado numa campanha contra um possível terceiro reinado, critica a perpetuação do abolicionismo como elemento de discórdia. Propõe que ele assuma seu caráter evangelizador sobre a massa de libertos, afinal ela conteria os “mesmos perigos comum entre nós a todas as camadas populares: os perigos da ignorância e da inaptidão política”. Negava-lhe qualquer capacidade de ação, em virtude de sua própria inexperiência com a liberdade.<sup>703</sup> Interessante é que na mesma edição da folha, outra matéria, “*Homens de Cor*”, reporta a visita ao jornal de uma comissão de “*homens de cor*”, com a finalidade de agradecer o apoio em prol da raça negra e também avisar o adiamento de uma sessão pública, marcada para a aquela data, cujo propósito era discutir uma regulamentação da Câmara Municipal sobre a atividade de criados de servir. A folha reconhecia a ação política de libertos.

Em 24 de abril de 1889, aparecia no *Diário de Notícias* o manifesto de uma comissão de libertos de Paty, distrito de Vassouras, no Rio de Janeiro, datado do dia 19 do mesmo mês. O documento começava, notabilizando o redator-chefe da folha, “grande cidadão Rui Barbosa (...) dirigimo-nos à V.Ex<sup>a</sup>, verdadeiro defensor do povo e que dentre os jornalistas foi o único que assumiu posição definida e digna em face dos acontecimentos que vieram enlutar nossos corações de patriotas”. Solicitavam sua intervenção para obter do governo imperial a instrução para seus filhos, conforme assegurado pela lei de 28 de setembro de 1871. O governo continuava a cobrar os 5%, que deveriam ser dirigidos ao fundo de educação, sem, no entanto, cumprir a obrigação.

Assumindo uma liderança esclarecida em relação ao grupo, queixavam-se de que “após a abolição, querem os ministros da rainha fazer dos libertos nossos, inconscientes companheiros, base para o levantamento dos alicerces do terceiro reinado (...)”

Reafirmavam a ideologia do *Diário de Notícias*,

compreendemos que a libertação partiu do povo, que forçou a coroa e o parlamento a decretá-la e que em Cubatão foi assinada nossa liberdade, e por isso não levantamos nossas armas contra nossos irmãos, embora aconselhados pelos áulicos do Paço, outrora nossos maiores algozes

Terminam, coincidentemente, na mesma linha editorial da folha, justificando a necessidade de instrução, para que seus filhos jamais, “por ignorância levantem as mãos

<sup>703</sup> *Diário de Notícias*, 24/03/1889. “*Política de Paz*”. A partir da ocupação do cargo de redator geral por Rui Barbosa, em 07/03/1889, a folha começou uma campanha sistemática, virulenta, contra o gabinete conservador de 10 de março e também a um terceiro reinado, que fazia questão de dizer já estaria instalado desde o adoecimento do imperador, em fevereiro de 1887. O mote da campanha era de que a abolição teria sido arrancada pelas próprias mãos do povo, apoiado pelo Exército, negando qualquer importância à participação da Coroa.

contra os republicanos”. Repetem a idéia defendida por Rui de que a ignorância dos libertos seria o atestado da incapacidade política deles.

Assinavam o documento Quintilino Avelar (preto), Ambrósio Teixeira, João Gomes Batista, Francisco de Salles Avelar, José dos Santos Pereira, Ricardo Leopoldino Almeida e Sérgio Barboza dos Santos.<sup>704</sup>

Interessante é que, no dia seguinte, seria publicado na *Cidade do Rio*, outro manifesto, supostamente vindo de Paty, datado do mesmo dia e assinado pelos mesmos libertos, agora dirigido a José do Patrocínio. Agradeciam a liberdade, elogiando a participação dos abolicionistas e alertando sobre o perigo rondante, representado pelos chamados republicanos de 14 de maio,

a liberdade que obtiveram para nós e para nossos filhos(...)pedindo-vos o auxílio de vosso grande talento e de vossa autoridade de verdadeiro defensor do povo e dentre os jornalistas foi um dos que mais acentuadamente assumiu posição definida e digna, em face da propaganda negreira do barrete frígido para prevenirdes ao povo, e excepcionalmente, aos nossos companheiros vindos da escravidão, desses republicanos de 14 de maio, que não se deixem engasopar por tais mascates políticos que apenas procuram colocação rendosa e segura. Os libertos de Paty do Alferes (ou do tenente) por nós representados pedem a V.S<sup>a</sup> que proteste por eles contra o meio indecente de desprestigiar a nossa gratidão ao governo e à Princesa Regente, que unidos aos verdadeiros abolicionistas, dotaram este país com a lei de nossa verdadeira emancipação política.

Nós e nossos filhos não estamos dispostos a jazermos imersos nas profundas trevas das senzalas em que vegetamos por tão longos anos, azorragados por esses republicanos de 14 de maio. Agora que a lei Áurea, de 13 de maio, aboliu os esteios do trono da república agrícola, queremos desmascarar os que pretendem ser gente do terceiro reinado à custa da inconsciência dos libertos, que têm por dever defender a pessoa a quem compete ocupar a elevada posição de imperatriz (...).

Os jovens precisavam ser conclamados para não permitir que os 5% do imposto adicional, assim como outros recursos caíam nas mãos dos proprietários.

Comprendemos bem que a nossa libertação partiu do povo representado [ilegível] punhado de audazes patriotas, que quase no fim de sua gloriosa jornada tiveram o apoio eficaz e decisivo da excelsa Princesa e do Gabinete libertador, e por isso não levantaremos jamais as nossas armas contra os que nos fizeram cidadãos de uma pátria livre e grande.

Junto às assinaturas, colocaram as cores que se atribuíam, Ambrósio, preto; Quintiliano, branco; João Batista, pardo; Francisco Avelar, caboclo; Ricardo Almeida, pardo; e Sérgio B. dos Santos, dizia-se disfarçado.<sup>705</sup>

<sup>704</sup> *Diário de Notícias*, 24/04/1889. “*Manifestação de Libertos*”

<sup>705</sup> *Cidade do Rio*, 25/04/1889. Além da variedade, é interessante observar também no documento a preocupação dos signatários em adicionar ao documento as cores como se percebiam. Esse termo *mulato disfarçado* será utilizado pelo próprio Patrocínio, em 1896, ao responder a um artigo de Eduardo Prado. *Cidade do Rio*, 17/01/1896. Ivana Stolze Lima, estudando o período de 1831 a 1833, mostra que existe uma historicidade no emprego das designações de cor. E, ainda que existissem diferentes designações, os escravos não estavam incluídos. Cf. LIMA, Ivana Stolze de. *Cores, Marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p.32

A atitude aparentemente contraditória dá margem a inúmeras especulações, que talvez, infelizmente, não se consigam esclarecer. De concreto, apenas a existência do manuscrito enviado a Rui, que se encontra no arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa.<sup>706</sup> Quanto ao documento homólogo, enviado a Patrocínio, não se encontrou qualquer vestígio, o que, em princípio, não o invalida. Mesmo não havendo como atestar a sua veracidade, também não há como negá-la, afinal, se considerarmos a intensa polêmica que as duas folhas travavam na época, uma matéria como essa não lhes passaria despercebida. E nada se encontrou em nenhum dos dois jornais, que criticasse as publicações.

Considerando-as verdadeiras, é interessante observar como os signatários, de forma direta ou não, se davam conta das idéias em oposição e, na tentativa de negociar “seus direitos”, exploravam essas fraturas. Os documentos provariam o desejo dos libertos de participar na nova cena pública, reconhecendo e explorando a capacidade de mediação da imprensa, respeitadas suas dissidências.

A despeito de assumirem posições distintas em relação à Guarda Negra, Rui e Patrocínio, conforme citado por Gomes, estabelecem o limite das ações no respeito à ordem social. Daí, Rui acusá-la de romper a ordem e Patrocínio isentá-la de participação, alegando ter sido mera espectadora, em respeito à lei. A insurgência teria sido do povo.<sup>707</sup> Os fatos ocorridos confirmavam ambas as interpretações. Rebouças, ao contrário, é direto, registrando em seu diário, “selvagem conflito no Rio de Janeiro entre capoeiras e republicanos-escravocratas na conferência de Silva Jardim”.<sup>708</sup>

Como visto, vivia-se um momento crítico com a ascensão de diversos segmentos à cena política, incluindo os libertos. Em janeiro de 1889, Clarindo de Almeida, que se assinava como chefe da Guarda Negra, havia encaminhado uma carta à *Seção Alheia*, da *Cidade do Rio*, respondendo aos ataques que a instituição recebia pela imprensa. Se ela fosse uma criação republicana, teria apreço, dizia o missivista. Negava que houvesse uma disputa racializada e aproveitava para defender o acesso dos negros à possibilidade de intervir na vida política.

Assevero a meu país que não temos o fim que nos atribuem (...) Nosso fim não é levantar o homem de cor contra o branco, mas restituir ao homem de cor o direito que lhe foi

<sup>706</sup> Arquivo da FCRB, RB – RBCRUPJ- 1556/2. 19/04/1889. Em pesquisa no Centro de Documentação Histórica (CDH-USS) e no Arquivo Municipal de Vassouras não encontrei qualquer referência ao grupo.

<sup>707</sup> GOMES, Flávio dos Santos. No Meio das Águas Turvas: racismo e cidadania no alvorecer da República, a Guarda Negra na Corte 1888-1889. In: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/UCAM, n.21, dez.1991, p.77

<sup>708</sup> IHGB. Diários de André Rebouças, anotação de 30/12/1888. Interessante o fato de Rebouças referir-se a capoeiras e não à Guarda Negra. Parece solidarizar-se com a defesa que Patrocínio apresenta.

roubado de intervir nos negócios públicos. Não é por serem brancos os republicanos, mas por serem a vergonha da nação que nós os combatemos (...).<sup>709</sup>

Apesar das acusações de ter-se constituído como uma milícia, atrelada aos interesses de um projeto político, ela mostrava lutar por espaços de autonomia. A imagem de uma pretensa guarda negra, pretoriana, ainda que informal, transformava-se numa guarda de negros que demandavam espaços, na resistência à cooptação pelo projeto disciplinador.

Naturalmente, as discussões sobre a ação desses negros, tomados como ameaça à ordem pública, fez com que se gastassem muitas laudas na imprensa, contra e a favor. A defesa se fazia em cima da negação de ações deletérias, procurando emprestar-lhe um perfil de emprego racional da força. Rouède era taxativo, havia a necessidade de “defender *materialmente* a santa mulher” (grifo no original), ameaçada pelos neo-republicanos, “lá do lado de São Paulo ouvia-se um grasnido, que chamando às armas, gritava guerra em todos os todos os terrenos do terceiro reinado (...)”. Os libertos teriam todo o direito de se insurgir “contra quem lhes ofende a mãe”.<sup>710</sup>

As discussões envolviam a própria propaganda abolicionista, acusada de instrumento de dissolução social. João Clapp, a propósito de comentários sobre a Confederação, publicados na *Gazeta de Notícias*, procura reafirmar os princípios da propaganda abolicionista nos limites da legalidade e da ordem.

No meio da polêmica apaixonada que atualmente se observa entre as pessoas filiadas a vários grupos políticos, é preciso que a Confederação Abolicionista não seja confundida com os agrupamentos desordenados de momento, nem assimilada a outros que estão fora de seu programa, traçado nos moldes da áurea lei de 13 de maio, que igualam todos os cidadãos brasileiros em uma pátria livre e grande.

Entre os artigos anônimos e entrelinhados que a *Gazeta de Notícias* tem publicado, vimos algumas alusões à nossa profícua propaganda, que bem denotam a origem dos que escrevem e a inconveniência com que tais defensores comprometem quase sempre as coisas ou as pessoas que pretendem ofender. Assim é que em um dos citados artigos publicados no dia 3 deste mês, contra *O País* se dizia:

“A título de defender a Abolição, ela fez uma guerra ao governo, um meio de estender a circulação. Todas as causas más estavam no seu programa. Os distúrbios ocorridos em Campos, a questão militar, tanto do Exército quanto da Armada, as cenas anarquistas dos teatros, meetings turbulentos e provocadores, os ataques à mão armada à força policial, as correrias da rua do Ouvidor, o desrespeito e provocações da gente desocupada das galerias à majestade do Parlamento foram sempre objeto dos mais constantes desvelos e solícitude de *O País*. Aí tinham abrigo e eram cultivados todos os germens da dissolução social”

Ao passo que a 6 do mesmo mês, o mesmo articulista falando a nosso respeito escrevia:

É manifesto que nos pronunciamos contra os conferencistas a revólver, porquanto aqueles que por tanto tempo fizeram a propaganda abolicionista, confederando todas as adesões leais e pacíficas jamais saíram da legalidade que perpassou a grande vitória de maio”.

<sup>709</sup> *Cidade do Rio*, 03/01/1889. “*Seção Alheia*”

<sup>710</sup> *Cidade do Rio*, 26/04/1889. “*Os Libertos*”. Nesse artigo, Emílio Rouède, além de historiar e justificar a existência da Guarda Negra, propõe aos neo-republicanos que provem seu republicanismo, promovendo ações sociais como ele fazia. Com evidente paternalismo, fala da necessidade de educar os libertos, “esses seres que nunca tiveram quem lhes ensinasse outra coisa senão colher café e receber chicotadas”.

Não temos o propósito de embaraçar o governo na nobre missão de encaminhar na grande obra começada a 13 de maio [ilegível] propaganda do ódio e do despeito iniciada após esse patriótico ato. O que clamamos para nós é o lugar que de direito conquistamos a custa dos maiores sacrifícios e de grandes perigos. Ao generoso povo brasileiro, que sempre amparou-nos na campanha grandiosa da Abolição, precisamos dizer que o nosso posto é ainda aquele em que ficamos colocados por ele, ao lado da parte mais sã da comunidade brasileira, e dispostos a amparar e a defender a integridade da nossa pátria, do mesmo modo que a amparamos e defendemos contra (...).<sup>711</sup>

Alguns abolicionistas temiam uma organização de negros, o medo da ascensão dos libertos estava em todos os lugares, basta lembrar a fala preocupada de Rui, logo a 16 de maio, “eles adquiriram o direito de transitar por onde lhes aprouver (...)”. O articulista traduzia uma preocupação comum, o ganho de mobilidade pelos libertos era expressão de uma liberdade que ameaçava a ordem, haja vista, pela mistura, a perda de um importante instrumento de controle social: a cor.<sup>712</sup>

O temor era também o mote da acusação, que se associava à idéia da impossibilidade natural de os negros fazerem escolhas. A Guarda Negra assustava até libertos. Numa reunião de 200 deles, em Campinas, foi lida a seguinte mensagem:

Os libertos aqui reunidos vêm declarar que de modo algum concordam com a organização da chamada Guarda Negra (...) A emancipação foi feita pelo povo e pelo Exército brasileiro e nós devemos gratidão a todos os abolicionistas (...) somos gratos a todos e não queremos ódios de raças.<sup>713</sup>

Interessante observar que tanto o representante da guarda como o porta-voz dos libertos desse grupo de Campinas insistem em negar a racialização. Fica claro que ambos respondem a uma questão de fundo, o risco de um confronto de raças.

Na tentativa de mitigar o pânico nos seus próprios domínios, a *Cidade do Rio* publica matéria criticando a atitude de alguns abolicionistas,

que, sem dúvida, muito se dedicaram à causa dos cativos, mas que em compensação lucraram com ela a revivescência do prestígio e da glória, já muito estiolados pelas intempéries políticas, presumem-se em nome do passado, os sumos pontífices da religião do patriotismo (...). Eles teriam deixado de reconhecer os libertos como cidadãos com direito à opinião política (...) esses abolicionistas são de opinião que à semelhança dos tempos romanos, eles [os libertos] não devem passar do papel de gente de seus ex-donos (...)<sup>714</sup>

Assegura que a atitude dos negros seria uma defesa providencial de Isabel, ameaçada pelo republicanismo “(...) entender que a raça afetiva, os negros, ouvindo o clamor contra aquela que assumira governamentalmente a responsabilidade do direito que lhes foi restituído, organizaram-se em defesa (...)”

<sup>711</sup> *Idem*, 05/01/1889. “Confederação Abolicionista”

<sup>712</sup> MATOS, Hebe Maria. *Das Cor.do Sil.*, p.43

<sup>713</sup> *Provincia de São Paulo*, 20/02/1889. *Apud* SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.*, p.241

<sup>714</sup> *Cidade do Rio*, 19/03/1889. “*Elas por Elas*”. As citações constantes do texto até o item 142 pertencem a esta matéria

Importante também é a sua concepção da Guarda como uma sociedade política, um partido à semelhança dos demais, exceto pela maior respeitabilidade,

(...) Fundaram a Guarda Negra, **sociedade política** muito mais respeitável que as agremiações de políticos profissionais, peste social que está reclamando em França e entre nós o saneamento sistemático da opinião, pelos meios os mais radicais (...).(Grifo meu)

A intolerância dos ex-proprietários,

(...) o ex-senhor de escravos indignou-se ao sentir que o novo cidadão se empossava realmente de seu direito de cidadania e atiravam na balança da sociedade a sua opinião e a sua vontade (...) o atual republicanismo brasileiro é em tudo semelhante ao niilismo russo. Tem a mesma origem e está condenado à mesma impopularidade (...) já conseguiu assassinar um czar e basta para trazer o soberano em completo sítio (...)

Considera as elites republicanas como “(...) autocráticas, fidalgos arruinados, políticos sem carreira, jeunesse dorée, que se abebera de ambições nos cursos de São Petersburgo”.

Quatro meses após, quando das comemorações do centenário da Revolução Francesa, surgem novas escaramuças entre monarquistas e republicanos, se acusando mutuamente pelo uso da violência. A Guarda Negra, mais uma vez, é responsabilizada pela agressão aos republicanos. Só que àquela altura, Patrocínio já retomara sua militância republicana, iniciada quando da queda do gabinete João Alfredo, e as posições se invertem, ele também denuncia a entidade pelo emprego da violência. Ressalva, contudo, a responsabilidade de seus quadros, que estariam sendo manipulados, desviando a Guarda de seu “nobre e generoso fim”. A agremiação, criada para proteger Isabel, já não tinha mais razão de existir, mas absolve-a de responsabilidades, porque seus membros seriam presas fáceis de “todas as especulações políticas”, em virtude de sua ignorância, generosidade e isolamento.

(...) A massa de homens de cor instruídos, não tendo senão acidentalmente, contato com seus irmãos (...) a maioria fica à mercê das conspirações de interesses de indivíduos, que se dizem amigos dos negros e se aproveitam da coragem e abnegação deles (...) Só a mais infame especulação podia conseguir que partisse de homens de cor a perturbação.

Aproveita para exortar “todos os homens de cor mais instruídos [que] se consagrem à propaganda humanitária de esclarecer a seus irmãos, a quem o cativo roubou a noção de vida social (...)”<sup>715</sup>

O Patrocínio, em nome da garantia da nova ordem, adere ao discurso hegemônico, que tomava o negro como incapaz e carente de tutela. Esse movimento

---

<sup>715</sup> *Idem*, 15/07/1889

progressivo dele de subsumir a questão social à necessidade de confirmar a República será discutida no capítulo V.

#### 4.7 - Os algozes das reformas

Retornando aos eventos do final da década de 80, as disputas entre monarquistas e republicanos se acirram de forma acelerada. Em julho de 88, ele se justificava,

(...) nunca procurei magoar os velhos republicanos sinceros, os que pugnaram sempre pela verdadeira república. Tenho feito guerra aos especuladores da república, aos egoístas que procuram especular com a mais santa das idéias políticas. Não há uma palavra minha que não seja dirigida aos neo-republicanos da indenização e aos seus patronos.<sup>716</sup>

Ele se mantém louvando a república, mas perseguindo os republicanos, o que alimentará polêmicas. Acusa Bocaiúva de, “por não ter capacidade de dialogar [com ele]”, esconder-se atrás do jornal *Província de São Paulo*, a “velha cadela que viveu sempre das sobras do rancho dos piratas do barrete frígio (...)”.<sup>717</sup>

Troca ofensas também com Silva Jardim, que pelo *Diário Popular*, o chamara de alterego da princesa e responsável pela morte da monarquia.<sup>718</sup> Patrocínio, apelando para o achincalhe, chama-o de “feto barbudo”.<sup>719</sup> Mais adiante, a *Cidade do Rio* fazia uma clara alusão a Silva Jardim,

(...) Estamos de acordo em que o republicanismo chilro nos governe, mas com a condição de nos dar para o governo homens de talento (...) pedimos porém [para a nova propaganda] que nos dêem homens das proporções da República, gigantes; e não ridículos anões. A obra é para Hércules e não para Liliput.<sup>720</sup>

Suas questões com o tribuno republicano já vinham de antes. Em setembro de 88, Silva Jardim dissera “deixai que eu ria desses republicanos que (...) se ajoelharam aos pés da monarquia”. Patrocínio acusa-o de caluniador, ataca os republicanos pela omissão no abolicionismo e fala de si, “eu fui a ilha em que a fatalidade da história depositou o lixo das consciências”.<sup>721</sup>

Em 89, Nabuco sai do jornal *O Paiz*, fato que Patrocínio atribui a desinteligências com Quintino Bocaiúva. Para ele, Nabuco militava no “campo neutro” e Bocaiúva no “campo santo”, onde “havia sepultado as tradições do jornal”.<sup>722</sup> Os

<sup>716</sup> *Idem*, 31/07/1888. “*À Federação*”

<sup>717</sup> *Idem*, 04/01/1889. “*À Ponta da Pena*”

<sup>718</sup> *Diário Popular*. Ver em *Cidade do Rio*, 08/01/1888

<sup>719</sup> Patrocínio e Silva Jardim possuem características semelhantes. Ambos são combatentes destemidos e tribunos ousados. São também pragmáticos defensores da política concreta, de resultados, com forte inspiração centralizadora e autocrática. Cf. RODRIGUES, Ricardo Vélez. *A Propaganda Republicana*. Brasília: UnB. In: *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*, unidade III e IV, 1982, p.97

<sup>720</sup> *Cidade do Rio*, 24/01/1889. “*Precisa-se de gente*”

<sup>721</sup> *Idem*, 14/09/1888. “*Respondo*”

<sup>722</sup> *Idem*, 04/01/1889. Como já visto, *Campo Neutro* era o nome da coluna assinada por Nabuco.

republicanos são acusados de impedir as reformas, que estão “eternamente travancando a marcha evolutiva pela estrada do progresso” .<sup>723</sup>

No mês seguinte, artigo na *Cidade do Rio*, respondia às críticas republicanas sobre as defecções de Lopes Trovão e Patrocínio da propaganda republicana. Dizia-se que o lugar de Trovão fora ocupado por Silva Jardim enquanto Patrocínio apenas passeava pela rua do Ouvidor. Indagava-se também sobre o papel representado pela *Cidade do Rio*. O articulista, provavelmente Pardal Mallet, na defesa do diretor da folha, historia suas relações com o partido republicano,

(...) os nomes de Lopes Trovão e de José do Patrocínio eram intimamente associados numa mesma acusação de deserção (...) Já está mais do que justificada a posição do diretor desta folha. Só não a conhece quem julga sem consultar as peças do processo e quem tem interesse em encobrir a verdade. A sua divergência com o grosso do partido é histórica; começou no dia em que, rapaz ainda, quis alistar-se nele e encontrou a porta trancada, lá na tal comandita só entrava gente graúda. Prolongou-se, com pequenas interrupções de tentativas de paz, durante toda sua vida pública e dela encontram-se vestígios nos seus escritos publicados na Gazeta de Notícias e na Gazeta da Tarde. Não explodiu tão bruscamente quando os quatorzistas fizeram sua profissão de fé (...)

O articulista segue fazendo uma retrospectiva da vida de Patrocínio, dizendo-o indomável e intransigente, inspirado na luta do proletariado. Compara o abolicionismo ao fenianismo irlandês, ao niilismo russo e ao socialismo suíço. Quanto ao partido republicano,

(...) foi sempre conservador. Queria e quer derrubar o [lacerado] para substituir-se a ele; tem forças e capacidades para fundar uma república aristocrática e de privilégio como a França atual. Mas faltam-lhe elementos e disposição para fazer o bem-estar do povo, que não consiste simplesmente na palavra liberdade, escrita nos documentos oficiais e gravada nos estabelecimentos públicos. Daí essa divergência histórica, esse antagonismo irreconciliável que continua, que não principiou ontem e não terminará nunca, e no qual não existe a abdicação de algumas de suas crenças revolucionárias (...).<sup>724</sup>

Seriam, pois, posições inconciliáveis.

O clericalismo também é percebido como um dos algozes das reformas. Por não mais sofrer hostilidades, ele criava conflitos e estaria preparando uma reação à liberdade de culto e ao projeto de registro civil, “que como todas as reações irá além dos limites desejáveis (...) Por toda a parte, os padres têm posto a resistência passiva da má vontade à execução dessa lei, que não tem nada com a religião e que interessa à economia do país (...)”. A Igreja estaria manipulando a ignorância popular. Contra isso, apela para o cientificismo, ao dizer que o novo sistema é superior ao outro, desprovido de “fê

<sup>723</sup> *Idem*, 05/01/1889

<sup>724</sup> *Cidade do Rio*, 28/02/1889. “*Coisas do Dia*”



científica” Aos padres só deveriam caber as coisas da graça, todas as outras formalidades não podem deixar de parecer-lhes secundária.<sup>725</sup>

Os liberais, pela oposição sistemática ao gabinete de 10 de março, começam a entrar na linha de tiro de Patrocínio.

No gênero conchavo, ele [o partido republicano] representa o pior e a mais indecorosa de todas as transações, converte o voto do cidadão em objeto de mercancia, anula o argumento da falsa representação que o país tem no Parlamento. Continua o sistema de feudalismo eleitoral e ensina que o advento da República não implicará a verdade do sistema representativo (...) o partido Republicano não pode intervir na disputa entre os partidos constitucionais (...) não pode colher vantagens do triunfo de um outro (...).

Acusa-os de um jogo duplo, ao mesmo tempo em que bajulam o rei, se apresentam ao povo como revolucionários. Mas fazem “apenas do velho gamenho, atravancando a sala das cortesãs, que nem ele beija nem deixa os outros beijarem”.<sup>726</sup>

Em março de 89, num longo editorial, ele faz uma análise das tensões pós abolição, elenca uma série de razões, aponta soluções e critica as propostas liberais, que considera inexecutáveis,

Quando toda gente se deslumbrava com a reforma, que foi oficialmente chamada – a eleição dos capazes – nós protestávamos com todas as forças que essa reforma seria mais um desengano popular e mais uma arma de compressão; que era a aniquilação dos partidos e o advento triunfal do campanário, com todas as misérias da oligarquia sem talento e patriotismo (...) **o liberalismo voltou-se todo para o federalismo, como meio de curar o choque da abolição.** Acredita na sua simplicidade de doutrinário incorrigível, que bastará federalizar as províncias, para que entremos na idade do ouro.<sup>727</sup>

Diz que semelhante programa se nos afigura como gêmeo da moral de um pai, que nada tendo feito pelos filhos, julga que ao emancipá-los cumpriu sua missão.

(...) Federalizar a decadência, a ruína, o desânimo é um grande remédio num asilo de mendicidade, mas não melhora em coisa alguma o estado social. Certo, a divisão do trabalho é uma das primeiras leis de equilíbrio e progresso humanos, porém antes de tudo é preciso contar com agentes aptos para atuar sobre os dividendos. O nosso país não carece de reformas de molde, mas orgânicas, que vão até à célula e à fibra sociais.

#### Faz a defesa da monarquia

(...) O que nos mata não é diretamente a monarquia, que nunca tiranizou, mas a educação escravista que nos corrompeu (...) Num país em que se considerou traidor à pátria quem pediu o respeito dos tratados e em que se considerou caso de honra nacional a violação do bill Aberdeen, num país em que esta verdade era endossada pelos dois partidos constitucionais (...) o que havia de fazer a monarquia? Muito corajosa, benemérita mesmo foi ela, fortalecendo Euzébio de Queiroz e Rio Branco e, por último, entregando-se à opinião abolicionista encarnada no Gabinete de 10 de março”.

<sup>725</sup> *Idem*, 25/01/1889. “*Coisas do Dia*”

<sup>726</sup> *Idem*, 06/02/1889. “*Hibridismo*”. O artigo faz críticas à aliança republicano-liberal, no 4º distrito, para eleições em São Paulo. O fato já teria se dado anteriormente, no 8º distrito, com Campos Salles e Martin Francisco.

<sup>727</sup> *Idem*, 07/03/1889. As citações até o item 153 pertencem a esta matéria.

O federalismo como panacéia,

(...) de que precisamos não é desse federalismo de programa, panacéia que não tem nenhum efeito, quando os costumes públicos não têm órgãos para assimilá-la. A política de que precisamos urgentemente não é a de criação de partidos, mas de criação de indivíduos (...)

Voltar a pregar a necessidade da Democracia Rural e permanece na defesa da importância da intervenção do Estado na economia como elemento possibilitador do desenvolvimento,,

(...) Do que precisamos é de colocar trabalho ao alcance da nação (...) Dotar o país de estradas de ferro, de fábricas, de núcleos agrícolas, aplicar essa democracia rural de André Rebouças, ou por outra, **desenvolver pela ação do Estado, pela firmeza de seu crédito, a política de centralização dos capitais, que confederando esforços, restitui autonomias industriais e cívicas**; restaurar o indivíduo na sua personalidade pela fé no trabalho, com franco mercado e com esperança fundada de retribuição; dar alma ao trabalhador-máquina, levantar a família rebaixada pela suzerania, formar as localidades pela independência resultante do bem estar de seus membros; o município pela reunião dessas localidades prósperas; a província pela mutualidade e solidariedade desses municípios autônomos (...) É preciso reformar a pátria de baixo para cima.

Polemiza com Nabuco, ao esvaziar o valor do federalismo, que como o próprio político pernambucano já dissera, era o seu maior objetivo depois da abolição, a possibilidade de salvação do Império,

(...) Olhar pouco observador (...) acredita que basta remover o telhado para salvar o edifício (...) não se pode salvar o edifício sem ir aos alicerces (...) Conservar a monarquia para fazer federalismo, para que ela não educou, nem podia educar o povo; ou pela inversão, fazer federalismo para conservar a monarquia é política demasiado limitada para um povo americano (...).

Por fim, defende a necessidade de uma ação política pragmática, “*nada de ideologia, política prática*”. Ao Estado caberia retirar os óbices ao desenvolvimento, um processo capitaneado pela iniciativa privada, para o ingresso no mercado internacional como país industrializado,

(...) O que nós precisamos de pedir à monarquia é simplesmente isto: a restituição do crédito que lhe confiamos durante sessenta e seis anos de paz, de respeito, de ordem, de subordinação à lei. Porque ela pode afiançar-nos perante o mundo e endossar os saques que precisamos fazer já e já para nos estabelecermos como um povo industrioso e agrícola, capaz de eclipsar em um quarto de século todos os grandes povos do mundo. \_  
Somos por Bismarck, quando prepara a Alemanha para a concorrência industrial do mundo; somos pelo chanceler de bronze, quando fez do Estado um Schulze de milhões de cabeças, muito mais do que todos os libertadores, que se limitaram a ensinar o povo como se vota, quando o que ele quer é que lhe digam como é que pelo trabalho se constituem as grandes nações.

Ainda na crítica aos liberais, persevera na idéia da democracia como vocação inata do povo brasileiro e a disposição do Império em mantê-la. Exalta o trabalho que estaria sendo realizado para integrar os libertos. Procura desqualificar as reivindicações liberais, o federalismo, o voto dos capazes e a eleição direta. O republicanismo liberal

estaria na índole do povo, independentemente das soluções propostas pelos liberais. O Trono, ao fazer a abolição também já fizera a indenização, evitando que os fazendeiros fizessem um derramamento de sangue.

O Trono fez a economia do sangue e das pensões aos senhores (...) temos providencialmente organizado uma ditadura constitucional para operar a transição do regime de escravidão para a liberdade. Aproveitemo-nos dele e entremos pelo continente americano dentro e pela história (...) cantando a Marselhesa, com a mesma alegria em que cantamos vivas à Abolição (...) O que tem feito triunfar a democracia não é o alarido das paixões dos partidos e dos políticos de profissão (...).<sup>728</sup>

Perseguindo a questão democrática, alertava para o risco representado por um outro inatismo, a incapacidade de a raça latina lidar com a liberdade, “(...) quando manejada pela raça latina, a república perde na prática todas as suas excelências teóricas e pronto degenera em conflitos dissolventes e práticas antipatrióticas (...)” A questão agora não seria a de saber qual é a forma mais racional de governo, tratava-se de “(...) estudar o meio de transição mais seguro da oligarquia para a democracia (...) **de aclamar sem preconceitos, sem ódio e sem fanatismos sistemáticos o soberano que deve presidir a construção social da democracia brasileira**”. (Grifo meu)

Defende o governo, ao acusar a existência de uma aliança oposicionista formada por abolicionistas e negreiros, “esta revolução [republicana] feita à semelhança dos frutos do asfaltite, de bela casca democrática e polpa de cinza negreira”.<sup>729</sup>

A conjuntura econômica, as contradições do próprio regime, que se agravaram após a abolição, principalmente na lavoura e no âmbito da representação política, aliadas à sistemática oposição liberal e a falta de uma unidade entre os conservadores leva a um questionamento das estruturas. Percebem-se indisposições mesmo entre abolicionistas. Nabuco faz críticas contundentes à estrutura do Império, propondo o federalismo como a possível alternativa para sua sobrevivência. Fala-se de um colaboracionismo entre republicanos e abolicionistas no sul e avolumam-se críticas de correligionários à Guarda Negra, que se torna uma referência marcante na oposição ao gabinete.

Na *Cidade do Rio*, Patrocínio, João Clapp e Flag Jr. respondem de maneira genérica, insistindo no caráter suprapartidário do movimento abolicionista e na denúncia do republicanismo, que consideram oportunista. “O abolicionismo sabia que a

<sup>728</sup> *Idem*, 21/03/1889. “Noções Democráticas”

<sup>729</sup> *Idem*, 23/03/1889. “A Política do Palavrão”.

proclamação que sua obra realiza sobre a opinião havia de custar-lhe a coroa de espinhos, a cana verde, o poste e as vergastas com que flagelaram o Nazareno”.<sup>730</sup>

Os abolicionistas da Corte percebem o isolamento progressivo, mas reagem, assestando suas baterias para cima dos liberais. Acusam-nos de, num programa apresentado pela *Tribuna Liberal*, terem omitido as quatro maiores questões do momento: o imposto territorial, o equilíbrio do orçamento, a fixação do padrão monetário e a pluralidade ou unidade dos bancos de emissão. E que as propostas apresentadas para descentralização, alargamento do voto, imigração, casamento civil e crédito à lavoura nada representavam, porque havia, por trás, manobras em curso para derrubar o Gabinete.<sup>731</sup>

#### 4.8 - João Alfredo se despede do gabinete e Patrocínio da monarquia

O desgaste do governo era flagrante, João Alfredo tentara, por diversas vezes, demitir-se, mas não obtivera êxito. Em janeiro de 89, Antônio Prado sai do ministério, declarando questões de saúde, mas há certas evidências de que fora por desinteligências internas.<sup>732</sup> Conforme registrou Rebouças, “Visita-me o amigo Taunay [que] lembra justamente que Prado conspira hoje contra o presidente do conselho João Alfredo como em 1871, João Alfredo conspirou contra Paranhos, Visconde do Rio Branco!!!”<sup>733</sup>

Com a abertura das Câmaras, recrudescer a campanha pela desestabilização do gabinete. Já no final de fevereiro, aparecem acusações a Ferreira Vianna e João Alfredo. Ambos teriam nomeado parentes para cargos públicos. O filho de Viana, para o cargo de promotor, e um sobrinho de João Alfredo, para uma função subalterna nos Correios. A *Cidade do Rio* sai em defesa dos acusados, mas a oposição a João Alfredo não pára. Os reclamos incluem abolicionistas, para os quais, Patrocínio apela,

<sup>730</sup> *Idem*, 26/03/1889. “*Política de Mistificação*”.

<sup>731</sup> *Idem*, 1º/05/1889

<sup>732</sup> Conforme Graça Aranha, Antônio Prado teria participado de uma articulação com Cotegipe, para derrubar João Alfredo. **GRAÇA ARANHA**. A Vida Realista de Antônio Prado. In: **PRADO**, Nazareth. *Antônio Prado no Império e na República*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1929, p.35.

Paulino Soares, relatando um encontro que tivera com Prado, quando das tratativas para a constituição do gabinete de 10 de março, comenta que o político paulista lhe dissera que teria vindo apenas por cortesia a João Alfredo, mas que não concordaria em participar do gabinete, porque lhe parecia que o estado econômico de muitas províncias, entre elas o Rio de Janeiro, não permitia a realização das idéias pelas quais se comprometera, não querendo ficar aquém dos seus compromissos, nem tampouco arrastar o gabinete até o ponto em que se achava (...). Adiante revela que Prado, alegando razões confidenciais, lhe dissera que, feita a abolição, o gabinete teria que retirar-se de imediato e que não convinha que o partido conservador estivesse dividido diante de tantas dificuldades que surgiriam. IHGB. Arquivo Wanderley de Pinho. DL.1593.02. “*Notas do Conselheiro Paulino José Soares de Souza sobre a organização do ministério 10 de março de 1888*”

<sup>733</sup> Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo André Rebouças, anotação de 01/03/1889

Os abolicionistas (...) podem não estar contentes com a marcha do governo, é um direito deles, mas em nome de nosso passado comum, em nome do sacrifício de que damos testemunha, julgais que esse punhado de mártires e de homens de bem, não querem negar no panteão abolicionista lugar para a Princesa e seus ministros (...)<sup>734</sup>

O denunciamento contra João Alfredo acaba encontrando êxito na questão Loyo, ele teria prevaricado ao proteger o sogro de seu filho na intermediação de empréstimos feitos em Minas e de negócios no norte e nordeste.<sup>735</sup> Os liberais acusam o gabinete de corrupção e o responsabiliza pela difícil situação econômica do país. À frente delas está Rui Barbosa, em acirrada campanha contra o terceiro reinado. Rebouças escrevia em seu diário,

24/03/1889: Com os amigos Nabuco e José do Patrocínio discutindo o momento político atual e a direção dada ao Diário de Notícias pelo Rui Barbosa, em luta contra Patrocínio, que sustenta a Redentora contra o Fazenderismo escravocrata republicinizante..

Já no início de abril de 89, a *Cidade do Rio* mostrava preocupações com uma possível queda do gabinete. Já se contavam os votos de João Alfredo e de Paulino no Parlamento. A situação contaria com dois terços dos conservadores, mas não se podiam confiar nos números, “(...) nas coisas políticas não há que fiar, visto que elas mudam com uma facilidade extraordinária (...)”. Paulino, Belisário e Coelho Bastos estariam à frente de uma reação ao gabinete, na tentativa de defender “o de sempre”: doar recursos aos proprietários; introduzir chins, oprimir os “homens de cor”, obrigando-os a viver em colônias militares; impedir o casamento civil, visando a impedir a união com estrangeiros; reforçar o clericalismo; aumentar impostos sobre indústrias e profissões, isentando os proprietários rurais e de apólices; proteger o ingresso dos filhos dos amigos e dos nobres nas instituições de ensino público. Não haveria, pois, qualquer possibilidade de aliança com os liberais.<sup>736</sup> Afonso Celso é responsabilizado por dirigir a “matilha” da *Tribuna Liberal*, que, por cupidez do poder, atacava a honra de João Alfredo. O Presidente do Conselho estaria sendo usado por uma imprensa liberal,

Misero partido, incorrigível gente. Não há como convencê-los de que os tempos são outros e de que os homens políticos têm outras responsabilidades deles, a começar pelo Imperador, a quem se dará tudo pela democracia, mas a quem incumbe mais do que a ninguém, fazer política de estadista e não de jornalistas (...).<sup>737</sup>

<sup>734</sup> *Cidade do Rio*, 22/03/1889

<sup>735</sup> Também Cotegipe fora suspeito de envolvimento com um contrabando de popelines, mas o fato não ficara bem caracterizado. Ao contrário, Sinimbu parece ter tido de fato envolvimento com a falência fraudulenta do Banco Nacional, do qual era presidente até assumir o Gabinete. *Apud* HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Do Imp. à Rep.*, p.229

<sup>736</sup> *Cidade do Rio*, 09/04/1889. “*O Futuro*”

<sup>737</sup> *Cidade do Rio*, 16/04/1889

Nesse mesmo artigo, a *Cidade do Rio* acusa Afonso Celso de ter sido um obscuro advogado que enriquecera sem explicação. Acusa a *Tribuna* de se arvorar como paradigma da moralidade, mas seus limites seriam a seca do norte, onde vultosos recursos foram dissipados; o banco Nacional; a estradas de ferro Leopoldina e de Natividade; a negociação do café, os empréstimos a juros altos; o vintém, favorecendo os grupos interessados; o contrato do gás e outros.

No dia seguinte, mantem as críticas às tentativas de derrubada do gabinete conservador, protagonizadas por grupos diferentes, que se apressa em identificar,

Quem estuda a linguagem da nossa imprensa, descobre logo que vários de seus órgãos se atraem, como se quisessem formar uma liga revolucionária (...) em que entram os elementos mais disparatados, desdobram-se (...) para derrubar o ministério (...) No início, a estratégia era impedir o Imperador, havia campanha contra a Princesa e o conde D’Eu (...) Três grupos bem distintos: o partido da desforra, os liberais e os barretes frígios. O partido da desforra repousa no Novidades; os liberais epilepsiam na Tribuna Liberal e no Diário de Notícias, os gorros vermelhos beduinam de órgão em órgão. Identificam o aspecto financeiro com o ponto frágil do país. O povo não participa, alegam corrupção (...)”<sup>738</sup>

Diante da iminência da ascensão liberal e mesmo após isso, o jornal continua na defesa dos conservadores. Eles teriam patrocinado sempre a ascensão dos liberais ao poder, apesar da reformas de 1871 e 85. Faz um elogio de Pedro II por tê-los elevado em 1878, “os estadistas dignos desse nome se distinguem por essa elevação de vistas; leva a sacrificar o poder às necessidades de realização de idéias e medidas consideradas como pertencentes ao programa contrário, reclamado pela opinião pública (...)”

Mais uma vez recorrendo ao tribunal da história,

ela será severa para com o partido Liberal dessa época. Ela dirá que à generosidade e ao patriotismo de seus adversários, que o chamaram ao poder, depois de lhes haver traçado no campo de combate o programa de seus próprios princípios e a estrada gloriosa, ao término da qual os dois partidos podiam apertar-se as mãos, aquinhoando fraternalmente com a glória de ter tornado o país livre e próspero. Ela dirá que nessa época o partido Liberal mostrou que não tinha nenhum fato político (...)todas as faculdades deste partido se transformaram em ódio cego(...)”.<sup>739</sup>

A *Tribuna Liberal*, o *Novidades* e o *Diário de Notícias* denunciavam o medo crescente entre os membros da lavoura, em relação à Guarda Negra e o “assalariamento”, pelo Tesouro, de “escritores incumbidos de alimentar o ódio de raças, que nunca anteriormente existiu neste país”. Por fim, pedem que Deus dê ao Soberano a exata compreensão do momento atual, diante da afronta do governo aos agricultores, ameaçando “desapropriá-los de suas melhores terras”. As questões da terra e do ódio

<sup>738</sup> *Idem*, 17/04/1889

<sup>739</sup> *Idem*, 20/04/1889

racial entram com força no repertório não só da oposição ao governo, mas também ao regime.

Patrocínio percebe a crise, o confronto das representações e de suas práticas e a ânsia incontrolável por reformas. Responsabiliza também a própria conjuntura internacional, onde as mudanças tecnológicas se faziam com rapidez, criando novas expectativas. Em comemoração ao primeiro aniversário da abolição faz essa leitura do momento, assumindo um tom conciliador,

deslumbrados por esse ano que termina por um bem estar financeiro, como não temos há mais de um quarto de século; certos de que este fato não é passageiro, porque é a progressão ordem e fé. Não nos assustam as exigências do melhor, essa insaciabilidade de progresso e de bem estar que desorienta a imprensa e alucina o parlamento é natural (...). Essa ânsia de chegar instantaneamente está em todo o nosso século, que já não se contenta com o vapor e acha vulgares os milagres da eletricidade (...)

Pede cautela igual à da natureza, que não despreza o tradicional em nome do novo. Adverte para a necessidade de manter-se o mesmo trajeto pertinaz que levará à abolição, “o sereno quase imperceptível no ambiente [da natureza] leva a umidade mais longe do que a mais impetuosa torrente”.<sup>740</sup>

Com o agravamento da situação e diante da falta de apoio parlamentar, João Alfredo solicita a dissolução da Câmara. Embora o governo tivesse maioria, a seu juízo, ela seria insuficiente para garantir os trabalhos legislativos, porque mesmo sendo formada por três grupos essencialmente antagônicos, eles se uniam para embaraçar o ministério. O Imperador decidiu por ouvir o Conselho de Estado que se manifestou contrário, não restando alternativa que não a demissão do gabinete.<sup>741</sup>

Em 1º de junho, a *Cidade do Rio* comentava que “não se tratava da sorte de um Gabinete, mas da crise de um reinado (...)”. A crise excederia o governo, seria institucional.

O Imperador tenta formar uma coligação liberal-conservadora para ocupar o gabinete, mas a solução não foi possível. Na perspectiva da assunção de Saraiva, Patrocínio elogia a integridade do conselheiro, mas ele não possuiria condições mentais para o cargo. Além disso, ele continuaria a defender o voto dos capazes e a federação, que seria oferecida

como uma vida a um suicida; pratica uma deslealdade (...) Ou S.Exª tem certeza de que a federação salva a monarquia e neste caso trai o povo, fazendo da fórmula da sua liberdade

<sup>740</sup> *Idem*, 13/05/1889. “*Treze de maio*”

<sup>741</sup> IHGB, Arquivo Wanderley de Pinho. DL 1593.02. “*Ata da sessão do Conselho de Estado, em 31/05/1889*”. Originais na Biblioteca Nacional ( Arquivo Tobias Monteiro)

doação aos interesses dinásticos, ou trai a monarquia, obrigando-a a servir ao sistema de governo que a deve banir; ou trai o povo, adiando em proveito de uma família o advento da fórmula essencial ao seu progresso(...) <sup>742</sup>

Diante da recusa dos conservadores, a alternativa foi voltar aos liberais, agora representados pelo visconde de Ouro Preto.

Patrocínio percebe o fim das possibilidades do projeto abolicionista da Corte. O modelo alternativo estava extinto. Da mesma forma, seus projetos pessoais de chegar ao poder ou de manter-se nele encontravam um batente. O projeto federalista dos liberais impediria a centralização exigível para o projeto reformista abolicionista, além de trazer ao poder elementos considerados remanescentes do escravismo. Já se fora Isabel, agora João Alfredo e, pior, ascendera um seu algoz desde 1880, quando da revolta do Vintém. Aproveitou para dizer que Ouro Preto fora indicado porque na *revolta do vintém* mostrara “que não regateia o sangue necessário do povo para provar sua fidelidade à Coroa”. <sup>743</sup>

Conforme já observado no primeiro capítulo, trata-se de um momento limite na evolução política de Patrocínio. Um ponto de inflexão. Representaria o marco do seu descomprometimento com a monarquia. Num desabafo com “*sua pena*”, adverte que “é muito melhor não olhar para o lado da política”. E pergunta,

(...) minha pena amiga, acha você que eu deva continuar a ser mal julgado, insultado, odiado só para que o imperador e sua família recebam a lista civil, os senhores senadores e deputados os seus subsídios; os favoritos do palácio e do Gabinete os bons empregos e os contatos rendosos? Diante de minha consciência, justifico-me de haver defendido lealmente com todas as minhas fracas forças o ministério que dotou a pátria com a lei matriz de sua liberdade, mas só porque uma vez cometi o pecado de aproximar-me dos gastos partidos políticos desta terra, você quer, minha pena, que eu continue a tornar séria a mais ridícula das comédias? Não, minha amiga, no dia 13 de maio, fui o último negro que se vendeu; no dia 31 de maio, eu fui o primeiro cidadão que se libertou.” <sup>744</sup>

<sup>742</sup> *Cidade do Rio*, 06/06/1889. “*A Situação*”

<sup>743</sup> *Idem*, 08/06/1889

<sup>744</sup> *Idem*, 04/06/1889.



Há dois aspectos relevantes. O primeiro sua profissão de fé não na monarquia exatamente, mas numa estrutura, que poderíamos designar por um binômio Isabel - João Alfredo; e o segundo sua permanente indisposição com os partidos. Na realidade, fala da manobra dos Liberais articulada a uma inércia dos Conservadores. Acusa o Imperador de não ter reconhecido o feito do gabinete João Alfredo de tê-lo salvo da morte “pelo choque reconstituente da abolição”. Arremata, dizendo que todos supunham que o Imperador, após a lição de 13 de maio, “se quisesse recolher sob o olhar meigo e bom de sua filha”. Mas ele apenas se serviu da paz que sua filha havia criado e, ao sentir-se forte, “deixou de ter a melancolia das Ave-Marias de Luís XV, para continuar sua obra interrompida de demolição do futuro de uma nacionalidade”.<sup>745</sup> O poder pessoal dele “era ontem a submissão completa ao escravismo, hoje é ao medo da oligarquia do Senado”<sup>746</sup>.

Diante da possibilidade da volta de Saraiva, lembrou que “ele prometera voto livre, mas ao chegar ao governo, só votaram os capazes, isto é, os ricos, os diplomados e os funcionários”. E que dissera aos escravos “não cogito do seu voto.”

Em outro artigo, conclui veemente:

vende-se esta monarquia que passa de mão em mão, como um trambolho que se entrega hoje aos abolicionistas, quando está sacramentada e ungida, para em seguida ir convalescer na adulação [ilegível] ministério, que escora o sinal dos pontapés que leva e no dia seguinte se abraça com os que o afrontaram(...)<sup>747</sup>

Em 11 de junho, Patrocínio escreve um de seus mais polêmicos artigos, em resposta a uma provocação da *Gazeta de Notícias*, que lhe pedia notícias de Isabel. Ela estaria bem,

<sup>745</sup> *Idem*, 06/06/1889. Crítica ainda a defesa do federalismo, que é oferecida ao Imperador “como uma corda a um suicida”, porque se salva a monarquia, trai o povo, porque faz da fórmula de sua libertação um retorno dinástico ou trai a monarquia, obrigando-a a servir ao sistema de governo que a deve banir.

<sup>746</sup> *Idem*, 07/06/1889

<sup>747</sup> *Idem*, 10/06/1889

vive em coração(...) continuamos a vê-la através de nossa gratidão, heroicamente bela, mulher pelas lágrimas, soberana pela decisão (...) Tudo quanto a dedicação pessoal possa ter de mais melindroso e de mais arriscado, o nosso coração sequer discutirá em prol de tão ilustre brasileira. Mas entre Isabel – a Redentora e o nosso coração está a nossa Pátria, que é maior que ela e maior que nós

Declara jamais ter prometido apoio cego e obstinado, “*não prometemos o futuro da nação, que não é nosso, em holocausto ao dia 13 de maio*”. Mas surpreende, ao investir contra a Princesa, culpando-a por não ter apoiado a permanência do gabinete de 10 de março.

Se a Princesa tivesse o direito de se considerar inviolável, porque não reconhecer o Gabinete (...) Na nossa cartilha moral, a lealdade é recíproca. Os príncipes como os plebeus estão obrigados a mantê-la (...). Quem sacrificou a sua popularidade, quem viveu coberto de boldões, quem viu o amor do povo trocado em antipatia, quem não pestanejou diante das ameaças da morte, por amor de uma aliada que vendo insultados os seus companheiros (...) que, vendo abocanhada a honra de um governo que a tornou grande, cruza os braços (...) Apelamos serenamente para a história.<sup>748</sup>

Embora, não se tenha encontrado qualquer documento sobre a posição de Isabel em relação à manutenção ou não de João Alfredo, uma carta do conde D’Eu endereçada à condessa de Barral, traz um relato bastante expressivo. O príncipe-consorte teria procurado o Imperador, na véspera da reunião do Conselho de Estado, tentando convencê-lo da impropriedade da dissolução para aquele momento. Diz ter sido a primeira vez que Pedro II o ouviu a respeito da política e, assim mesmo, o fez com aspecto contrariado. Prometeu-lhe pensar a respeito, mas pediu-lhe para não comparecer à reunião. Segundo Gastão, Isabel deveria também participar da conversa com o pai, só não o fazendo porque chegara atrasada de um compromisso religioso.<sup>749</sup>

Em outra carta, dirigida ao conde de Namour, seu pai, o conde explicava:

Eu não compareci a essa sessão que teve lugar no dia 31, não tendo o hábito de fazê-lo quando se tratava de questões políticas tais como aquelas. **Mas eu julgava, como quase todo mundo, que o ministério não possuía a força moral necessária para presidir com sucesso as futuras eleições e velar por ela. Dia 30, dia da Ascensão, eu o disse ao imperador, de acordo com Isabel.** Eu havia insinuado algum tempo antes ao presidente do conselho, lhe dizendo que a medida da dissolução da câmara me parecia cheia de inconvenientes. (Grifo meu)<sup>750</sup>

As declarações sugerem haver consenso entre os herdeiros do trono de que a situação de João Alfredo era insustentável e as reformas seriam a alternativa para a salvaguarda do trono.

Para Patrocínio, não só suas articulações com a Coroa teriam encontrado o limite, mas a própria Coroa chegara ao limite: “Seria digno para a nação e para o

<sup>748</sup> *Idem*, 11/06/1889

<sup>749</sup> AHMIP. AGP, XLII-7. Carta do Conde d’Eu para a Condessa de Barral, em 28/05/1889

<sup>750</sup> AHMIP. AGP, XLII-3. Carta do Conde d’Eu para o pai, Duque de Nemours, em 13/06/1889

imperador trocaram o último beijo de despedida, como divergentes, mas amigos; ela lembrando-se que o acolheu órfão, ele que a teve por mãe.”<sup>751</sup>

#### 4.9 - Por que João Alfredo ?

João Alfredo era mais um daqueles bacharéis que ascendera por relações familiares, herdando poder político, primeiro do pai e, depois, pelo casamento. O pai e o sogro, que também era seu tio, eram chefes políticos conservadores, ricos e influentes e o colocaram na esteira do maioral do partido em Pernambuco, o visconde de Camaragibe. No mesmo ano de sua formatura, já era deputado provincial. Daí pra frente, foi eleito por diversas vezes deputado geral. Participou do gabinete São Vicente, sobrevivendo à sua queda, ocupando depois a pasta do Império com Rio Branco. Antes de assumir o gabinete, respondera pela presidência das províncias do Pará e de São Paulo<sup>752</sup>.

Antes de sua ascensão em 10 de março de 1888, os poucos registros de Patrocínio sobre ele, estão restritos ao final do ano de 87, quando das manobras para apressar a queda de Cotegipe. Não há surpresa nisso se considerar o perfil sinuoso assumido por João Alfredo em relação ao abolicionismo, desde seu “*debut*” no Parlamento, em 1860.

Mercadante chama-o de “político finório, homem dobradiço, que melhor podia refletir a incerteza do poder público” e invoca palavras de Rui, proferidas cinco anos antes, “na questão do elemento servil, o Sr. João Alfredo não se sabe o que quer, mas da noite pro dia é capaz de querer tudo”.<sup>753</sup>

Quando no gabinete São Vicente e depois, no de Rio Branco, viu-se instado a responder à questão colocada pelo Imperador de dar seqüência à resolução da questão servil. Ele fora o único ministro que permanecia após a queda de São Vicente. Com isso, mostrou-se grande articulador na Câmara para a aprovação da Lei de 1871, enfrentando as resistências liberais, interessadas em derrubar o gabinete para aproveitar-se do momento político.

João Alfredo todo o tempo tentou conciliar a solução da questão escrava com os interesses dos proprietários. Em 1885, no Senado, defendia ostensivamente a indenização e a adoção de soluções mediadas. Para ele, a falta de habilidade de Lincoln

<sup>751</sup> *Cidade do Rio*, 12/06/1889

<sup>752</sup> Os dados biográficos de João Alfredo podem ser encontrados em **ANDRADE**, Manoel Correia de. *Op. Cit.*, 1988.

<sup>753</sup> **MERCADANTE**, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks/Univercidade Ed., 2003, p.210

em negociar com o escravismo sulista, jogara os Estados Unidos numa guerra civil.<sup>754</sup> Sua proximidade com Antônio Prado, em São Paulo, reforçara seu gradualismo, a ponto de tentar de todas as maneiras trazer o político paulista para participar de seu gabinete.

<sup>755</sup> Em 1887, defendera um projeto de lei que previa a abolição para 1889, não obtendo apoio dos abolicionistas.

Conforme teria sido revelado por pessoas muito próximas a ele, a adesão de João Alfredo ao projeto de abolição imediata e sem indenização, se dera pela sua posição diante das forças políticas. Como não tinha o consenso do partido Conservador e sabia que os liberais só aceitariam a abolição sem restrições, a não aceitação poderia gerar uma forte oposição e a conseqüente queda de seu gabinete.<sup>756</sup>

João Clapp, numa carta a Nabuco, datada de 13 de dezembro de 1887, critica o que teria sido uma manifestação “pífia” feita pelos amigos de João Alfredo, pretendendo considerá-lo como um abolicionista, “essa múmia”.<sup>757</sup> Seu brilho também é contestado. Na edição de seu *Caricaturas Instantâneas*, dedicada a Patrocínio, Lúcio de Mendonça dizia que o talento do jornalista, “o mais vibrante do seu tempo” fora colocado “a serviço de um nulo, como o Sr. João Alfredo”.<sup>758</sup>

Paradoxalmente, foi a manifestação do dia 12 de dezembro, criticada por Clapp, que serviu à *Cidade do Rio* para um editorial, de três colunas, exaltando a figura do senador. A matéria fala da descoberta de uma grande personalidade e se desculpa por seu silêncio sobre ela. João Alfredo seria alguém que “rompe a linha comum, porque não tem o caráter essencialmente partidário (...) nenhum homem político exibiu-se entre nós mais venturoso, ainda que modestamente”. Não deixa, contudo, de lembrar sua ascensão ao gabinete São Vicente, feita mais “pela influência de suas relações políticas do que a provas de sua capacidade”. Mas ele salvara o gabinete e a si próprio. Fala de sua atuação durante as discussões da lei de 1871, “exortava aqui, ameaçava ali, encorajava acolá, com o êxito de uma estratégia que parecia impossível”.

Procura redimir-se do silêncio: por vezes, ao julgar pessoas, vemos tudo pequeno, mas à medida que vamos aprofundando, vê-se a grandeza delas. “Devemos

<sup>754</sup> ANDRADE, Manoel Correia de Andrade. *Op. Cit.*, p.151

<sup>755</sup> No Arquivo Wanderley de Pinho, no IHGB, há duas versões para a composição do gabinete 10 de março, uma do próprio João Alfredo e outra de Paulino José Soares.

<sup>756</sup> *Novidades*, 05/01/1889. “A política do Ano”.

<sup>757</sup> Fundação Joaquim Nabuco.CPp337, doc.6854, carta de João Clapp a Joaquim Nabuco, 13/12/1887

<sup>1</sup> *Gazeta de Notícias*, 13/09/1896.

<sup>1</sup> *Cidade do Rio*, 12/12/1887. “João Alfredo”

compreender que nos primeiros tempos de atuação conservadora, não compreendemos a orientação política de João Alfredo”. Dizia entender agora o auto-sacrifício que o político pernambucano se impusera, “a sua política silenciosa e de oportunidade está tão fora de nossos costumes”.

João Alfredo teria lançado no seu partido o “arrecife abolicionista que agitara as águas do ministério”. Dá-lhe, pois, *licença* para falar como uma liderança abolicionista. Justificava: Dantas também havia hesitado antes de aderir. O partido Conservador tinha em João Alfredo o chefe dos chefes e os abolicionistas querem proclamá-lo “o primeiro cidadão”.<sup>759</sup>

Diante disso, parece-me que a polarização de Patrocínio em torno de João Alfredo era instrumental, ele seria o núcleo da adesão do jornalista ao projeto monárquico, ficando Isabel apenas como um quadro formal, assim mesmo numa estrutura híbrida de ditadura positivista, mais interessada em desmontar o parlamentarismo e centralizar o poder.

Embora não haja como provar objetivamente, um dos possíveis interesses de Patrocínio poderia ser também participar do ministério. Ele mostrava notória preocupação com a área econômico-financeira, dedicando a ela grande o número de matérias, ainda que se tenha em conta que, na época, impregnada pela racionalidade e o cientificismo, política e economia se confundiam. Em algumas dessas matérias, procura aprofundar as discussões, apoiando-se em um discurso técnico. Em 1890, num desses artigos teóricos, no qual contesta o monopólio das emissões, faz críticas a Rui Barbosa, ministro da Fazenda, acusando-o de inexperiência em economia, além de possuir uma erudição estéril.<sup>760</sup>

Em julho de 88, comentava que

A política não é banquete de amigos, em que todos podem fazer brindes ao anfitrião; é uma das modalidades mais complexas de ciência, requer talento e estudo; coisas completamente estranhas aos gatos pingados (...) A República Argentina só se engrandeceu, porque seus partidos políticos entenderam que era preciso chegar à liberdade pelo caminho da economia política, pelo caminho da ciência de governar.<sup>761</sup>

Nas proximidades do 13 de maio, quando de uma crítica do *Jornal do Comércio* à abolição, onde eram suscitados os riscos econômicos para a lavoura, Patrocínio faz inúmeros cálculos matemáticos, a partir do número de libertos, o custo de aquisição, as projeções futuras, incluindo o custo de depreciação. Após esses cálculos, a conclusão é

<sup>759</sup>

<sup>760</sup> *Idem*, 04/07/1890. “*O Novo Monopólio*”

<sup>761</sup> *Idem*, 23/07/1888. “*Semana Política*”

de que “se considerado como capital perdido e não como capital deslocado, a perda do Estado seria de 33\$771”, o que seria irrelevante.<sup>762</sup>

Marcante seriam também suas intervenções em relação aos projetos de auxílio à lavoura no pós-abolição. Promove discussões alentadas sobre matéria econômica, opinando sobre investimentos, custos e sistemas financeiros.

Para ele, a política “é uma ciência séria, que deve ser tratada por quem tenha feito estudo prévio dela e de sua parente próxima, que é quase sua xará, a economia política (...).<sup>763</sup>

Outra explicação para essa aliança com João Alfredo poderia estar ligada a interesses práticos relacionados ao protecionismo em relação à *Cidade do Rio*. Viram-se aqui, em 1888, acusações nesse sentido; e elas voltam. São as tais denúncias de *verbas secretas*, que perseguem Patrocínio desde há muito. Defende-se, como das outras vezes, alegando tratar-se de verbas oficiais em pagamento de publicações.<sup>764</sup>

Entre os dois, havia de comum também o fato de serem maçons. João Alfredo havia sucedido o visconde de Rio Branco, como Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil. Mas isso, por si só, não afiançaria qualquer pacto. O número de quadros políticos adeptos da maçonaria era muito grande e com interesses bastante conflitantes. O próprio Oriente do Brasil sofrera um racha em 1873, apartando correligionários de Rio Branco e de Saldanha Marinho.<sup>765</sup>

Independente dos interesses de ocasião, a admiração de Patrocínio pelo Conselheiro era verdadeira, haja vista testemunhos de sua pena ao longo de toda a vida.

#### 4.10 - A busca de novos pousos

Patrocínio rompera com a monarquia, mas não com o projeto que defendera junto aos abolicionistas da Corte e o importante agora era procurar novos pousos. Voltava à lide republicana, e, de saída, perde seu redator-chefe, Bandeira Jr (Flag Jr.), fiel ao Império. No agradecimento ao colaborador, ele confirma a inflexão, o novo

<sup>762</sup> *Idem*, 17/04/1888

<sup>763</sup> *Idem*, 30/09/1890, “... e loisas”

<sup>764</sup> *Idem*, 16/06/1889. Em 14/11/1888, o *Novidades* publicou uma carta do representante do *Jornal de Recife*, na Corte, onde ele falava de valores pagos pelo gabinete pela publicação de conferências de Patrocínio defendendo a política governamental. Uma dessas publicações, quando ele sustentou críticas a Lafayette, teria custado 700\$000. O missivista chama Patrocínio de “paladino do gabinete João Alfredo” e acusa a existência de um golpe, capitaneado por João Alfredo, para afastar Pedro II do poder.

<sup>765</sup> Todo o ministério do governo republicano provisório, sem exceção, era composto de maçons, e, também sem exceção, algozes de Patrocínio. Sobre as relações maçônicas na política do Brasil, ver em: **MOREL**, Marco & **SOUZA**, Françoise Jean de Oliveira. *O Poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, passim.

momento, que relaciona à queda do gabinete de 10 de março, “a mutação política de 31 de maio veio impedir que as idéias do meu amigo [Flag Jr.] se pudessem enquadrar na orientação que atualmente tomou esses jornal (...)”.<sup>766</sup>

Nabuco, que não fora cogitado pelos liberais para compor o novo ministério, se afastava, saindo em viagem pelos países do Prata. Patrocínio elogia o líder abolicionista, ele seria “grande demais para caber nos partidos constitucionais, que não lhe perdoam a cristalina transparência da vida (...) sua musculatura moral quebra todos os quadros partidários (...)”. A viagem poderia mudar a perspectiva de Nabuco, ele entenderá que

não é possível continuar a sustentar instituições que se afastam dos homens bons, como leprosos, e cobrem os maus com as fardas do poder (...) Nos Estados Unidos, Nabuco aprendeu que a Abolição é, além do mais, um milagre econômico; dos Estados do sul, esperamos que S.Ex<sup>a</sup>. traga (...) o testemunho de que a república é um milagre social.

Já comprometido integralmente com a propaganda republicana, publica em 15 de julho um artigo em homenagem ao centenário da revolução francesa, *À Santa Revolução*, que trará conseqüências complicadas,

apenas queremos aproveitar da lição de incomparável acontecimento(...) Nós outros contávamos ter decretado hoje, com as armas nas mãos, a liberdade dos escravos brasileiros, confiscado pelo Imperador em proveito de seu trono.

Junto publica um retrato de Camille Desmoulins e a carta escrita ao pai, onde relatava as agruras da revolução. No dia seguinte, confusão nas ruas.<sup>767</sup>

Nesse entremeio, no dia 15 de julho, ocorre um incidente que seria apropriado por ambos os lados, de forma antagônica. Quando o Imperador saía do teatro Santana, um português, Adriano do Vale, atirou contra a comitiva. Preso, declararia, “se eu tivesse feito saltar os miolos de um desgraçado teria vergonha de mim mesmo, mas tentando contra a vida do monarca, sinto-me orgulhoso e não me arrependo.”<sup>768</sup> Passada a comoção inicial e a solidariedade geral imediata, inclusive de Patrocínio, a oposição começa a perceber que a coisa não tinha, na verdade, as proporções que o gabinete queria emprestar. Reportando o ocorrido, a *Cidade do Rio*, havia editado 3 mil folhas a mais. Entre 88 e 89, seria a primeira vez que aquele periódico adotaria um tom noticioso, inclusive acompanhado de gravura com o retrato do acusado. Houve um tratamento do tipo que hoje seria chamado de furo de reportagem.

<sup>766</sup> *Cidade do Rio*, 12/06/1889

<sup>767</sup> *Idem*, 13/06/1889

<sup>768</sup> *Idem*, 16/07/1889

Nessa época se inicia a tentativa de Patrocínio de dar um novo estilo ao jornal, tirando sua conotação essencialmente política. Parece querer acompanhar uma tendência da imprensa, que começa a procurar espaços fora do político, buscando a auto-sustentação.

No contexto das mudanças materiais do país (...) de olhos postos no cosmopolitismo europeu (...) Despontam jornais com intenções discursivas desvinculadas de um explícito compromisso partidário, atuando como agentes políticos singulares, não necessariamente instrumentalizados por partidos e grupos, com propostas textuais formal e tematicamente novas, diversificadas, definidas de uma perspectiva editorial interna à publicação.<sup>769</sup>

Há um propósito manifesto de fazer um jornal com intelectuais. Eles estariam liberados para emitir suas próprias opiniões, conforme os modelos do “*Le Monde* e do *Matin*”.<sup>770</sup> E, em 28 de setembro, aniversário do jornal, faz questão de confirmar a vocação de a folha ser “da república e não dos republicanos; advoga idéias e não personalidades”.<sup>771</sup>

É neste mesmo artigo que Patrocínio, conforme já mostrado no sub-capítulo 1.1, diz ser partidário do “oportunismo revolucionário”. Esta colocação é bastante importante, talvez a maior, porque vem ao encontro, conforme já visto em exemplos anteriores, de sua opção permanente pelo pragmatismo, pelas ações concretas, imediatas, perceptíveis, mobilizadoras, geradoras de efeito, em lugar do que ele próprio chama de política abstrata. Embora, procure justificar-se pela adoção de uma “praxis” revolucionária, da mão para a boca, ou melhor, da ação para a formação da consciência, o conceito de revolução precisa ser entendido naquele contexto, ainda fortemente inspirado pela revolução francesa, quando o que até então era reformista assumiu-se como revolucionário, passando o termo a fazer parte do discurso transformador da sociedade.<sup>772</sup>

É nessa estratégia oportunista revolucionária, seja de ação ou de palavra, que ancorei meu entendimento de sua flexibilidade. A meu juízo, portanto, não se trata de essencialismo psicológico. Os grandes projetos e ações pessoais não são necessariamente determinados a partir de psicologismos, estes ajudam a desenhá-los.

<sup>769</sup> **RIBEIRO**, Lavina Madeira. *Op. Cit.* A minha experiência pessoal com um jornal dessa categoria – o *Rio News* – mostra que, apesar de se tratar de um veículo cuja linha editorial é de negócios, ele tinha um propósito político muito bem definido, reformista e abolicionista, ainda que não ligado a partidos. A *Cidade do Rio* também não se ligava aos partidos existentes, já fazia assinaturas, mas era essencialmente política. Agora, procurava um estilo mais plural.

<sup>770</sup> *Cidade do Rio*, 27/07/1889. A proposta era ousada, haja vista, o que sucedera a Pardal Mallet, conforme vimos no sub-capítulo 2.2. “*A palavra escrita e a voz pública*”

<sup>771</sup> Idem, 28/09/1889

<sup>772</sup> **BOBBIO**, Norberto. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. São Paulo: Campus, 2000, pp.583-85



Não cabem, também, julgamentos éticos. Percebo-o – em sua determinação, mesmo caudalosa e expansiva - como capaz de reconhecer as facilitações, os fatores adversos, os antagonismos e saber conduzir-se estrategicamente, ainda que por vias tortuosas e inesperadas.

Finalmente, ainda neste artigo, um outro achado importante corrobora a existência de um projeto político pessoal: é quando fala sobre o futuro, “(...) o dia de amanhã é da república, então, como nos dias de abolição, temos certeza de que o povo nos reconhecerá como um dos filhos que mais tem procurado contribuir para sua liberdade e para o progresso”.

Com isso, pode-se perceber que sua ação também não pode ser rotulada como uma *organicidade* a serviço da abolição.

Em agosto, aproveitando-se de declarações inoportunas do conde d’Eu sobre política e eleições, escolhe-o como alvo. O Conde dissera, numa viagem, que a Coroa não criaria embaraços ao povo, se sua escolha fosse a república. Patrocínio transforma isso numa confissão de incapacidade e de caos do poder. Chama-o de “propagandista do paço” a alardear um terceiro reinado, que se avizinhava orleanista, com “mancheias de ouro a comprar adeptos e hinos à liberdade, entoados pelo príncipe, enquanto a polícia violenta o direito de manifestar o pensamento. É a tirania do cordão de seda (...)”<sup>773</sup>

No início de novembro, o jornal está empenhado em duas questões. Uma de caráter amplo, a política governamental de dispersão do Exército, cujo intuito seria esvaziar a influência política dos militares, conforme será visto no sub-capítulo 5.1, e uma outra, em âmbito mais restrito, relacionada ao fato de o Bispo do Rio de Janeiro, em desrespeito à legislação, ter negado a liturgia religiosa *post-mortem* ao Senador Vieira da Silva, por ele ter sido maçom. Da mesma forma como conseguira, no ano anterior, atrelar um fato episódico – a prisão de um oficial pela polícia – com a Questão Militar, agora ele coloca em discussão o clericalismo, fomentando uma discussão sobre a relação igreja-estado. Fala do Bispo: “(...) esse déspota que não cumpriu a determinação do Cristo, que lhe ordenou obediência ao poder civil! Não somos povo do Papa, somos povo brasileiro (...).”<sup>774</sup> O assunto rendeu politicamente e virou muitas páginas. Patrocínio, inclusive, procurara o apoio de Rebouças.<sup>775</sup> A posição do bispo era

<sup>773</sup> *Cidade do Rio*, 03/08/1889

<sup>774</sup> *Idem*, 12/11/1889

<sup>775</sup> Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo André Rebouças, anotação de 10/11/1889, “Visita-me José do Patrocínio, redator proprietário da Cidade do Rio para consultar sobre a propaganda Anti-teocrática, que ontem eclodiu, provocada pelo Bispo, que proibiu vigílias sobre o Visconde Vieira da Silva, Grão Mestre do Oriente Brasileiro e Ministro a 13 de Maio de 1888”. Rebouças, a ver por outros assentamentos em seu

entendida como um arbítrio, porque a norma pontifical, aplicada por ele, não tinha o necessário *placet*.<sup>776</sup>

Em meio a toda a crise, surge um boato de que Pedro II abdicaria em 2 de dezembro, Patrocínio faz um comentário irônico, o monarca jamais faria isso, porque reconhece que

a ameaça não é a república, esta não virá! Virá a república? Não, mas a possibilidade de entrar o herdeiro forçado do trono (...) O Imperador já mediu palmo a palmo, linha a linha(...) o partido republicano é fraco(...) e que o terceiro reinado, nas condições que é esperado, será uma infelicidade (...).

Aproveita ainda para alfinetar o partido republicano,

para muitos moços com a subsistência garantida,[ser republicano] é um meio de destacar-se, passeando na rua do Ouvidor com grande espalhafato de gestos e de barrete frígio(...) Que tem feito o partido Republicano?Onde está a imprensa, onde está a tribuna da república. O partido Republicano mirra-se na sua idéia como os que se uniram na prática dos prazeres solitários, faquiriza-se na contemplação dos seus méritos como os outros na contemplação de sua virilidade; torna-se inútil para sua propaganda, como as outras para sua reprodução(...). A república não virá com a abdicação.

O Imperador “não abdicará, porque certo de que o dia de sua morte será o ponto de partida de uma nova fase, prefere morrer para não assistir (...) o advento da república, nem a sagração do herdeiro forçado do trono”.

Importante neste artigo é Patrocínio ter voltado a tratar do terceiro reinado, mas agora com outras cores,

(...) O terceiro reinado será como se anuncia a continuação deste romantismo monárquico, sempre disposto a se deixar dominar exclusivamente pelo sentimento, capaz de fazer sonetos, de instituir academias de música, de desenvolver todas as belas artes e incapaz sobre as bases positivas assentar a sua soberania e de desenvolver a sua força e impulsionar a sua civilização, que afinal de contas não pode ser construída a golpes desordenados de sentimento, mas unicamente a golpes meditados de razão”.<sup>777</sup>

Obviamente, o alvo é Isabel, o ícone da redenção e da continuidade de um projeto que ele defendia, mesmo de forma enviezada, até há cinco meses atrás. Mas a Princesa agora seria um símbolo de frivolidade, não se coadunaria com as exigências racionais e científicas.

Naturalmente, um artigo tratando de uma possível abdicação do Imperador já mostrava a inquietação do momento, mas a ver pelas demais matérias da *Cidade do Rio*,

---

diário, era favorável ao estado laico. Por exemplo, em 23/11/8: “Conversação com o Conde d’Eu demonstrou o velho erro de considerar a Teocracia e o Militarismo defensores da Monarquia”.

Em relação a Vieira da Silva, ele se notabilizara diante de seus pares, pela defesa intransigente do estado laico, conforme pode ser visto em suas intervenções no Grande Oriente do Brasil (Lavradio), em 1874. Ver em: Boletim do Grande Oriente do Brasil, ano III, nº 6, jun 1874

<sup>776</sup> Placet era o assentimento jurídico necessário para que uma norma expedida por Roma fosse adotada. O beneplácito (placet) e o padroado foram concedidos pela Santa Sé em 1827

<sup>777</sup> *Cidade do Rio*, 14/11/1889. “*Semana Fluminense*”.

o dia 14 seguia rotineiro, apenas as críticas ao prelado e intrigas da sucessão dinástica. Algumas notícias corriqueiras, pequenas intrigas, as seções de sempre. Nada mesmo que fizesse supor o que se seguiria na madrugada.

Dia 15 de novembro, a manchete em destaque, *Viva o Exército Libertador*. Era a proclamação. O jornal traz a cronologia dos eventos: às 2:00h, reunião no Quartel General do Exército; 9:00h, o ministério se rende; às 11:00, Patrocínio propõe que se abra o Paço Municipal, para que o povo se recolha, caso necessário; às 12:00, o povo sai acompanhando a tropa, Silva Jardim discursa na sacada do *Diário de Notícias* e Patrocínio na da *Cidade do Rio*. Ele estava em Petrópolis e desceu correndo na madrugada. No dia 16, valendo-se de sua condição de vereador, fez com que o povo o acompanhasse ao Paço Municipal, munido de um documento a ser assinado pelas lideranças revolucionárias. “Invadimos a Câmara Municipal, **onde proclamei a república** e fiz hastear a bandeira (...)” (Grifo meu). Com isso, se auto-intitulou o “proclamador civil da república” e o gesto passou à historiografia como apenas um triunfalismo de Patrocínio.

Mesmo refreado em seu entusiasmo, ele teria coroadado o seu republicanismo, ao ajudar, na Câmara Municipal, a “batizar” a sedição militar, de proclamação da República e mais uma vez, tivera um papel destacado em momentos importantes para o país.

A proposta do próximo capítulo é examinar exatamente o confronto da personagem com esse novo regime, que defendeu e apadrinhou em meio à massa numa singela assembléia municipal. Como já visto, a memória construída a seu respeito concedeu-lhe o mérito da abolição, mas negou-lhe a República.

Margarida Neves, ao tratar desses períodos pré e pós Proclamação e do produto institucional instaurado, expõe o ponto de vista de que não poderia haver uma perspectiva lógica de futuro para os atores envolvidos, inclusive para os que ouviram da boca de Patrocínio a notícia.<sup>778</sup> A isso, eu acrescentaria que, principalmente, ele, o próprio *anjo revelador*, não poderia imaginar o apocalipse que viria.

---

<sup>778</sup> NEVES, Margarida. *Op. Cit.*, p.32

## CAPÍTULO 5

### UM REPUBLICANO DIANTE DA REPÚBLICA

**Quando se proclamou a República, eu era republicano, não moderado e evolucionista como durante o gabinete imortal de João Alfredo, mas preparado para o combate(...) Nunca neguei e não nego, ainda hoje, a minha gratidão profunda à Isabel, a Redentora. Eu entendia que ela tinha sido predestinada para organizar democraticamente o Brasil e, com certeza, se a inspiração que a levou a decretar o treze de maio, tivesse perdurado, eu com certeza preferiria a evolução, que os republicanos haviam adotado, sob Pedro II, à uma aventura de república, que não seria senão a desforra dos negreiros.**<sup>779</sup>

Nos capítulos anteriores, procurou-se mostrar a opção republicana de Patrocínio, desde os bancos universitários, e o seu compromisso abolicionista, motivo de sua cisão com o partido Republicano do Rio de Janeiro e do interregno isabelista. Discutiram-se as principais marcas de suas relações com a República, a adesão entusiástica ao governo provisório, a oposição ferrenha ao jacobinismo, a exaltação do governo civil de Prudente de Moraes e as relações ruidosas com Campos Salles. Neste capítulo, espera-se desenvolver certas questões que ajudem a interpretar momentos emblemáticos dessas relações.

O propósito é transitar por três temas. Dois deles representam permanências em Patrocínio; primeiro, a defesa de um regime presidencialista, centralizador, autoritário, porém civilista. O segundo, sua crença arraigada num modelo econômico ortodoxo, metalista, ancorado no câmbio. E finalmente, o que na realidade seria uma conseqüência do segundo, o abandono progressivo de sua preocupação central com a questão social, em nome da necessidade de ações para a consolidação da República. As questões serão discutidas a partir da atuação do jornalista no período.

#### 5.1 – Do barrete frígido à Proclamação

No ano 2000, num ciclo de debates com Norberto Bobbio, Viroli apontava a existência de uma tradição no republicanismo, que tornava a república distinta tanto do liberalismo quanto da democracia. Ela se caracterizaria pelo princípio da *liberdade política*, ou seja, da liberdade em relação à vontade arbitrária de outrem.<sup>780</sup> Bobbio, por sua vez, alegando falta de interesse sobre o estudo específico do republicanismo e da

<sup>779</sup> *Cidade do Rio*, 16/12/1901. “O Sr. Rui Barbosa”

<sup>780</sup> **BOBBIO**, Norberto & **VIROLI**, Maurizio. *Diálogo em Torno da República*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p.9

república, diz que para ele, república não rerepresentaria nada mais do que uma forma de governo. Baseado nessa idéia faz uma crítica bem engendrada sobre a idealização da república como expressão de virtude cidadã e de patriotismo. Entende que esses sentimentos, presentes entre os jacobinos, foram adicionados do *terror*. A república seria, pois, um ideal retórico, o “modelo moral”, de Montesquieu. Não existiriam Estados fundados sobre a virtude cidadã, sem o recurso a dispositivos de controle, “a política, seja monárquica ou republicana, é luta pelo poder”.<sup>781</sup>

Na continuidade da discussão, eles tratam de temas interessantes como sejam o amor à pátria, a liberdade, direitos e deveres, a questão do poder oculto, manifestado por sua representações e outros, mas que escapam aos propósitos deste trabalho. Gostaria, contudo, de citar uma frase de Viroli, a respeito da importância da participação popular, que me pareceu singular: “Os símbolos da democracia são a praça e os conselhos públicos, mesmo que alguns sustentem que o símbolo da democracia moderna é a cabine eleitoral”.<sup>782</sup>

Trazendo a questão para a ambiência desta pesquisa, no Brasil, durante a transição entre os séculos XIX e XX, a propaganda republicana conseguiu expressar a república como o produto natural de uma evolução histórica, que incorporaria o progresso, a liberdade e a democracia, e se constituiria numa aspiração natural do povo. Era necessário criar uma memória republicana, que sustentasse o argumento, e o caminho encontrado foi o de tentar provar a existência de uma continuidade e um aperfeiçoamento da teoria e da prática republicana ao longo do século XIX: o republicanismo como uma tradição na vida política brasileira, que inclusive se antecipara à independência.<sup>783</sup> São exemplos as teses de Felisbello Freire, 1894; Campos Sales, 1908, e de outros coevos.

Contrariamente, Basbaum, analisando o nível de popularidade das manifestações republicanas nos oitocentos, concluiu:

“(1º) de fato, não havia uma tradição republicana no Brasil como querem alguns autores. É um dos falsos mitos de que impregnaram a nossa história;

2º) a república não era uma **aspiração popular**”. (Grifo no original)

O autor fundamenta sua crítica na idéia da “ausência de participação popular”. Ela seria decorrente do afastamento entre o programa do partido Republicano e o

<sup>781</sup> *Idem*, p.14

<sup>782</sup> *Idem*, p.112

<sup>783</sup> WEHLING, Arno. *Op. Cit.*. In: CHNR, Rio de Janeiro, V.2,1989, p.272.

interesse popular. O projeto “não traduzia reivindicações de caráter econômico, não tocava no problema da terra, não se referia ao problema servil”.<sup>784</sup>

Da mesma forma, conforme já discutido no sub-capítulo 2.2, Carvalho nega a existência de uma aspiração popular espontânea e uma continuidade do processo. Mas, também para ele, faltou a participação do povo.

Contrariamente à idéia clássica de uma continuidade, chamada por Wehling de “lenda republicana”<sup>785</sup>, o republicanismo no Brasil possui uma historicidade, refletindo diferentes conjunturas durante os séculos XVIII e XIX, nas quais a aspiração de fazer-se uma república variou de uma proposta de meios, visando a interesses localizados e imediatos, a outra de tornar-se um fim em si mesma. A ascensão das idéias liberais, apesar de não contemplar a idéia de igualdade, se acompanhava de tendências republicanas, mas que – *ab initio* – ficaram subsumidas à possibilidade de uma monarquia constitucional, em nome da hegemonia. Apesar da afirmação de Sérgio Buarque de que até 1870, “republicano é todo aquele que se extremasse na crítica ao governo e ao império”<sup>786</sup>, é impossível negar a existência de republicanos nos primeiros movimentos, a diferença é que se tratava de um republicanismo instrumental, voltado a interesses regionais, em cenários absolutamente diversos.

Percebe-se nesses autores movimentos simultâneos, a desconstrução da falácia da naturalização e da continuidade do republicanismo e a geração de outra, a da não participação popular, da *bestialização* do povo ou, na máxima tolerância, de sua atitude *bilontra* em relação a uma política *tribofe* instituída pelo novo regime. Ela é marcada pela noção da ausência de cidadania.<sup>787</sup> Ao lado do mito do consenso, criou-se o da “indiferença da população”, conforme a crítica de Janotti.<sup>788</sup>

É na mão contrária, numa linha de ressaltar a importância do espaço público naquela conjuntura, que pretendo analisar a participação de Patrocínio na proclamação do novo regime, principalmente considerando sua atuação mediadora nas ruas.

Maria Thereza Mello foi taxativa,

<sup>784</sup> Basbaum faz essa conclusão apoiado também em Oliveira Viana, quando este diz que “o grupo republicano, por ocasião de 89, era uma minoria relativamente insignificante, disseminada pelo país, tendo como centro de maior atividade o Rio e São Paulo”. OLIVEIRA VIANA, *O Idealismo na Constituição*. In: *À Margem da História da República*, apud. BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República* (2ª ed.). São Paulo: LB, 1962, p. 319-20.

<sup>785</sup> WEHLING, Arno. *Op. Cit.*, p. 272

<sup>786</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*. In: *História Geral da Civilização Brasileira, Império*, v.5, São Paulo: Difel, 1972, p.259. Citado por WEHLING, Arno. *Op. Cit.*, p.273

<sup>787</sup> Esta discussão está no sub-capítulo 2.2

<sup>788</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.8

a historiografia que privilegia a versão do bestializado desvaloriza o que a década de 1880 valorizou: a rua. Ou melhor, desqualificar a proclamação da República é desqualificar a política feita na rua (...) <sup>789</sup>

Nada mais oportuno, portanto, do que começar, olhando microscopicamente os momentos que antecederam e sucederam a proclamação, pela ótica do próprio Patrocínio.

Em seu editorial de 14 de dezembro de 1889, rememorando os fatos, Patrocínio mais uma vez apela para a justiça da história e narra, a seu modo, a seqüência dos eventos, sua cumplicidade e a possível estratégia dos insurretos,

(...) Felizmente, estou convencido de que um pouco de história basta para salvar-me. No dia 12 de novembro, recebi por intermédio do secretário da Cidade do Rio, Emílio Rouède, um aviso do Sr. Dr. Benjamin Constant, atual ministro da Guerra. O imortal brasileiro ordenava que nos preparássemos porque a Revolução estava iminente. No dia 14, às 3:00 da tarde, o Sr. Chefe da Esquadra, Wandenkolk, honrou-me voluntariamente com igual aviso. Como eu estivesse residindo temporariamente em Petrópolis, perguntei ao intrépido marinheiro se ainda podia ter a liberdade de recolher-se essa noite a casa, o que me foi permitido. Ainda a esta hora ninguém previa que a precipitação dos acontecimentos obrigaria à solução instantânea do dia seguinte. Já está registrada na história a causa da subtaneidade do rompimento definitivo do Exército com o Império. O tenente-coronel Sólon e o capitão Mena Barreto, fazendo circular o boato da prisão do general Deodoro e do Dr. Benjamin Constant, na noite de 14 de novembro, puseram em armas a 2ª Brigada, que preferindo a morte à desonra do Exército, arrastou a solidariedade dos chefes a efetuar, na manhã de 15, o movimento civilizador, que hoje surpreende todos os povos. <sup>790</sup>

Justifica a sua ausência na vigília da véspera em razão de, à época, estar morando em Petrópolis, mas já na manhã seguinte começara sua participação. No relato, exalta a solidariedade de Bilac, que se dispondo a ficar na redação da *Cidade do Rio*, permitiu-lhe ir para o Campo da Aclamação juntar-se ao povo, “disposto a concorrer com a minha palavra e com a minha vida em prol da Revolução”. A entrada de Deodoro no Quartel General e a certeza de vê-lo sair vitorioso esvaziara a razão da vigília. Teria, então, voltado ao jornal, acompanhado de Rouède e Hortêncio Mello, de onde assistiu à invasão do povo entusiasmado.

Daí pra frente, passa a relatar com riqueza de detalhes a seqüência dos fatos que vieram a associá-lo diretamente ao movimento. Comenta que, por volta das quinze horas, começara a circular um boato de que a República ainda não havia sido proclamada de fato. Para ele, a “solidariedade militar”, fizera com que as forças presentes capitulassem, mas não havia ainda um consenso sobre a mudança do regime, essa idéia surpreendia os componentes das tropas. Apenas a 2ª Brigada saíra às ruas com o propósito explícito de derrubar a monarquia. <sup>791</sup> O próprio Deodoro, reunido com o major Sólon, no Arsenal de Marinha, resistia às tentativas de cooptação. Diante da indefinição, Aníbal Falcão

<sup>789</sup> MELLO, Maria Thereza Chaves de. *A Rep. Consent.*, p.231

<sup>790</sup> *Cidade do Rio*, 14/12/1889. “*Algumas Palavras*”. As citações até o item 13 pertencem a esta matéria.

sugeriu que se apelasse ao povo, “façamos um grande movimento popular”. Emílio Rouède, companheiro da *Cidade do Rio*, de pronto, sugeriu que “se assaltasse a Câmara dos Deputados e o Senado, para que o povo compreendesse, por atos eloqüentes que se investiu na soberania”.

Patrocínio conta que neste momento, interveio, ponderando ser “*mais regular*” exortar o povo a acompanhá-los à Câmara Municipal, “para aí proclamar, solenemente, pacificamente, mas decisivamente a República”.

Sua opinião foi acatada, tendo sido designados Pardal Mallet e Aníbal Falcão para redigir uma moção a ser levada pelo povo a Deodoro, Benjamin Constant e Wandenkolk. Por volta das três e meia, conforme seu relato, acompanhado pelo povo, “dirigi-me à Câmara Municipal, onde proclamei a República e fiz hastear a bandeira que simbolizava o faustoso acontecimento”. A bandeira havia sido cedida pelo Clube Lopes Trovão. Apesar de feroz opositor de Patrocínio, o jornal *Novidades* publicaria no dia seguinte a confirmação do fato. O jornalista negro estivera lá e da reunião, havia saído uma moção na qual o povo, ali representado, declarava consumado o ato que depusera a monarquia. O vereador mais moço proclamava “como nova forma de governo do Brasil a República”. Dizia ainda esperar que as patrióticas classes militares sancionassem a iniciativa popular.<sup>792</sup>

Voltando ao relato do próprio Patrocínio, ainda no dia 15, às 19:00 h, mais uma vez acompanhando o povo, que cantava a Marselhesa, ele teria parado à porta da casa de Deodoro, de onde lhe dirigiu palavras de exortação. A resposta veio de Benjamin Constant, agradecendo as manifestações populares de apreço às forças armadas, que “não tinham somente imposto a vontade de uma classe, mas quebrado a coice d’armas a mordaza que sufocava o País.” A outra fala atribuída a Constant encerra o elemento-chave, “por ora, só havia definitivamente assentada a organização de um governo provisório, incumbido de consultar a Nação, reunida em Constituinte, sob a forma de governo”. Patrocínio comenta,

todos conheciam as opiniões políticas do orador, mas falava ali em nome do Governo Provisório e este apenas se encarregava de manter a ordem, a liberdade, a propriedade e de garantir à Nação a livre manifestação de sua vontade soberana.

Continuando a narrativa, diz ter retomado a palavra, respondendo:

---

<sup>791</sup> Conforme Carvalho, nas Organizações Militares envolvidas na sedição havia nítido predomínio de uma oficialidade jovem, o que leva o autor a considerar o 15 de novembro como sendo o “primeiro tenentismo”. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro:Zahar, 2005, p.44

<sup>792</sup> O *Novidades*, 16/11/1889.



a Revolução estava feita e a monarquia moralmente deposta. **Adiar a proclamação da República seria tanto como expor nossa pátria à infecção que resultaria da decomposição das instituições mortas.** O povo estava ali para ouvir o Governo Provisório repetir com ele um viva à República Federal Brasileira (...)"(Grifo meu)

Finalmente, acompanhado de João Clapp, sobe ao sobrado e entrega a Deodoro a moção, que fora “assinada e subscrita pelo povo na Câmara Municipal”,

Na exposição de Patrocínio destacam-se alguns tópicos interessantes para mostrar a indefinição daquele momento, principalmente quando cita o trabalho de convencimento a Deodoro e a fala de Constant. Não foi à toa que após a cerimônia para adesão popular ao movimento, realizada na Câmara Municipal, Patrocínio dirigiu-se para a casa do marechal. Ainda que se possa creditar certo exagero do jornalista ao dizer que o povo cantava entusiasticamente a Marselhesa, que convenhamos, não deveria ser de tamanho domínio do público, o importante é analisar dois aspectos: a liderança de Patrocínio e sua preocupação em colocar na fala de Constant as propostas libertárias, que estavam expressas na moção.

Continuando sua descrição, fala de sua preocupação com o momento. Por isso, no dia seguinte, após a publicação do decreto do governo provisório em que a República era fundada **em caráter provisório**<sup>793</sup>, resolveu dirimir as discussões que se faziam na Câmara Municipal sobre seu ato da véspera. E, após conferenciar com o presidente daquela organização, decidiu escrever, em nome dela, uma carta a Benjamin Constant colocando-a à disposição para “receber oficialmente a palavra de honra do governo provisório, comprometendo-se a bem servir a população”. De positivo, Aristides Lobo, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Eduardo Wandenkolk, representantes do governo provisório, compareceram à Câmara para solenemente assinar um termo de compromisso de manter a paz e a liberdade pública, os direitos dos cidadãos, respeitar e fazer respeitar as obrigações da Nação, quer no interior, como no exterior.

Em 1890, quando de sua candidatura à Constituinte, Patrocínio rememora o fato,

É assim, senhores eleitores, falando-vos ao pórtico da história, com a cabeça erguida e a consciência tranqüila (...) Conduzindo o povo à Câmara Municipal, para proclamar a República e, no dia seguinte, obtendo do Sr. Benjamin Constant que o Governo Provisório fosse aquela única instituição popular sobrevivente para celebrar o pacto de bem servir à Nação, **eu quis deixar bem claro que para mim a Revolução de 15 de novembro deixaria de ser legítima se não quisesse respeitar a organização democrática de nosso país. Estes dois atos significavam o protesto prévio contra qualquer pretensão de trocas pelo militarismo e a Constituição civil do**

<sup>793</sup> No dia 16 de novembro, foi divulgada na imprensa uma Proclamação do Governo Provisório, onde constavam as alterações formais do novo governo e a notícia de um decreto, publicado naquela dia, no Diário Oficial, com a data de 15 de novembro. Nele, o governo provisório dos Estados Unidos do Brasil decretava: “artigo 1º- **Fica proclamada provisoriamente** e decretada como forma de governo da nação brasileira – a república federativa.” Cf Novidades, 16/11/1889. “Proclamação do Governo Provisório” (grifo meu).

**governo brasileiro.** Tornei mais claro o meu pensamento, quando contato pela imprensa o meu honrado amigo e ilustre ex-ministro da Agricultura, Sr. Demétrio Ribeiro, que preconizou oficialmente as excelências da ditadura. Quero a república como forma de progresso e não de para satisfação demagógica de ambições dos poderosos. (Grifos meus)

Embora com algumas discrepâncias, principalmente no que se refere à precedência na participação dos envolvidos nas tentativas de convencimento de Deodoro, outros relatos se aproximam bastante do de Patrocínio.<sup>794</sup> O episódio acabou interpretado como um momento pífilo de bazófia do jornalista negro, que, inclusive, se valera dele, para justificar o adesismo de última hora, e ainda considerar-se como o proclamador civil da República.<sup>795</sup>

Carvalho, ao tratar do enquadramento da memória, na construção de um panteão simbólico para a República, fala da disputa permanente entre os nomes de Deodoro, Constant, Bocaiúva e Floriano. A peleja, olhada com humor por Arthur Azevedo, rendeu uma poesia satírica:

*Retratos*

*O Nicromante, pelos modos,*

*Satisfazer procura a todos:*

*Traz Benjamin, que é o fundador,*

*Deodoro, que é o proclamador,*

*Floriano, o consolidador,*

*Prudente, o pacificador !*

*Isto é que é ser engrossador!*<sup>796</sup>

<sup>794</sup> Quintino Bocaiúva, em carta à viúva do general Sólon, datada de 31/07/1902, relatou que estava ao lado do militar, quando ele se dirigiu a Deodoro, alertando que só embanharia sua espada, quando a república estivesse proclamada. *Apud SILVA, Cyro. Quintino Bocaiúva, o patriarca da República.* São Paulo: Edaglit, 1962, p.107. Conforme Altino Arantes, Francisco Glicério foi dos primeiros a influenciar Deodoro, mas Quintino, que montava ao lado do marechal durante os eventos, deve tê-lo precedido. Conforme Lauro Sodré, Rui Barbosa ao se avistar com Deodoro no próprio dia 15, já teria encontrado adotada a forma republicana. Estes relatos estão em **CALMON, Pedro. Op. Cit.**, p.13.

<sup>795</sup> José Maria Belo viu no episódio da Câmara Municipal uma imitação do que ocorrera na França, quando da prisão de Napoleão, após o “desastre de Sedan”, em 1870. As esquerdas, ainda que lideradas por Gambetta, não ousavam proclamar a república. A massa popular é que teria compelido o líder e Jule Favre a proclamá-la no Hotel de Ville, “conforme a tradição revolucionária”. Para ele, o discurso de Benjamin Constant, na frente da casa de Deodoro, era apenas uma evasiva, a situação se resolveria na Câmara Municipal. Ver em: **BELO, José Maria A História da República, 1889-1954: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira.** (6ª ed.). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972, p.33.

Orico usa parcialmente a opinião de Belo, mas para reforçar sua idéia sobre a inconsistência do episódio. Seria apenas um adesismo de Patrocínio, na tentativa de apagar seu passado monarquista. Ver em: **ORICO, Osvaldo. Op. Cit.** p.264-267

<sup>796</sup> *O País*, 19/11/1895. Arthur Azevedo escreve sob o pseudônimo de Gavroche. *Apud: CARVALHO, José Murilo de. A Form. Almas*, p.37

Para Carvalho, “no dia 15, a participação dos civis fora apenas de figurantes, coadjuvantes e encarregados da pirotecnia. Seu momento de maior presença foi a breve e tumultuada cena na Câmara Municipal”.<sup>797</sup> Mas ao explicar a ausência de Patrocínio nesse panteão, apesar de sua participação no evento, começa afirmando que o episódio não fora decisivo para a proclamação e que “seu herói não era convincente”. Ele era um inimigo dos republicanos.<sup>798</sup> Das duas explicações, a da incompatibilidade de Patrocínio com alguns líderes republicanos influentes era pública e inquestionável. A outra, que trata da importância do evento, merece uma releitura.

Proponho algumas reflexões, que permitam emprestar importância não só ao episódio, mas ao próprio Patrocínio, na evolução dos fatos. Peter Burke em conferência no Rio de Janeiro, em outubro de 2008<sup>799</sup>, ao comparar a palavra escrita com a falada, citou a importância desta como um gatilho, uma sugestão imediata, uma ordem, capaz de mobilizar, exatamente por reduzir a possibilidade de uma reflexão crítica por parte do receptor. Patrocínio funcionava exatamente como um mediador entre o escrito e o falado, era um homem das redações, ao mesmo tempo em que era um “homem das ruas”, capaz de conduzir a massa. Sua palavra, num momento decisivo, como já acontecera na Revolta do Vintém e em vários encontros abolicionistas, foi capaz de conduzir as pessoas à Câmara Municipal, apoiando uma situação importante para os destinos do movimento, o que também ajuda a contestar a idéia da bestialização. Outra reflexão que cabe é sobre a representatividade de Patrocínio junto às lideranças revolucionárias. Um documento apresentado por ele, onde se exigiam garantias democráticas no novo regime, foi acatado pelos quadros diretamente envolvidos no movimento, na ambiência singela de uma câmara municipal.

O terceiro ponto a ser refletido é a repercussão do episódio na França, onde Patrocínio, conforme foi discutido no sub-capítulo 2.3, era considerado como o verdadeiro proclamador da República brasileira.

A meu juízo, o ponto mais agudo dessa reflexão é perceber que, apesar da preocupação de Patrocínio em que se garantisse a República, dado o que considerava uma indefinição do momento, esse não seria o ponto central. Existiu uma outra questão

---

<sup>797</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Form. Almas*, p.52

<sup>798</sup> *Idem.*

<sup>799</sup> BURKE, Peter. *Tensões e Articulações entre Comunicação e História: A Mídia como um Objeto Histórico*

Rio de Janeiro. Palestra realizada em 03/10/2008. Seminário Internacional: Comunicação e História - 1808-2008 ECO- UFRJ.

que não é contemplada pela historiografia, a sua preocupação, essa sim, original entre os quadros presentes naqueles momentos decisivos e perseguida tenazmente, a de conseguir das lideranças revolucionárias garantias escritas e testemunhadas de liberdade e de justiça no novo regime, conforme foi colocado no documento de compromisso. E também de dotar a República de uma feição civilista.

Essa disposição ficaria provada, em 1901, quando de um artigo em que ele, mais uma vez, polemizava com Rui Barbosa. Este, conforme já foi discutido no Capítulo II, numa sessão reservada durante o governo provisório, acusara-o de combater as novas medidas financeiras, por falta de escrúpulos. A ata, de 1889, só havia sido tornada pública agora, através da imprensa. No artigo, entre outras coisas, Patrocínio relata os fatos ocorridos antes, durante e após a Proclamação. Afirma que num encontro anterior ao dia 15 de novembro, Benjamin Constant lhe teria dito “você responde pelo povo”, ao que Lauro Muller teria acrescentado, “contamos com essa popularidade”. Conforme ele, a idéia era de, feito o movimento militar, “eu devia estar à frente do povo para arrastá-lo à proclamação da República”. O combinado seria de

movimento da tropa e deposição do ministério por ela e, em seguida, proclamação da República pelo povo (...) Assim se fez, mas no dia seguinte, o Diário Oficial dizia: **o Governo Provisório, organizado pelo Exército e pela Armada, em nome do povo**. Alarmado com esta fórmula, **que criara o militarismo no Brasil**, dirigi-me em carta ao Sr. Benjamin Constant, pedindo que obtivesse do Governo Provisório ir à Câmara Municipal prestar seu compromisso de bem servir à pátria. (Grifo meu)

E conclui, “estava tudo sanado para mim diante da história do meu país, onde tenho que comparecer”.<sup>800</sup>

## 5.2 - Do quepe à cartola

Apesar de oscilações decorrentes das próprias circunstâncias históricas, Patrocínio, mantinha com a classe armada uma relação cortês e respeitosa. Falava com entusiasmo de uma gloriosa campanha no Paraguai, louvando seus heróis, inclusive fizera campanha para a indicação de Deodoro ao Senado. Na *questão militar*, também defendeu as armas, principalmente por sua oposição a Cotegipe. Em artigo publicado em outubro de 1887, disse estar preocupado com os rumos do Império, porque mesmo diante da doença de Pedro II e da “incapacidade da Regente”, o ministério ainda teimava em reacender a “questão militar, que tem somente por cima a moderação militar, mas que continua a ser um brasido de dignidade de heróis, que não sabem

<sup>800</sup> *Cidade do Rio*, 05/02/1901. “O Sr. Rui Barbosa”

recuar”.<sup>801</sup> Também durante a luta abolicionista, exortou a participação de militares. Mas era, por princípio, um civilista, mesmo participando daquela cultura política de invocação do salvacionismo militar. A solução política dependeria da intervenção oportuna e circunstanciada das forças armadas. O Exército, diria, decepcionado, Cristiano Ottoni, “deveria ser simplesmente o agente imediato para a proclamação da República, chamado no último momento pelos civis que deveriam permanecer no controle”.<sup>802</sup>

Ao final de 1888, no longo editorial em que diagnostica e aponta as possíveis soluções para o país, no momento crítico da volta de Pedro II, louva o comportamento dos militares na causa abolicionista e na garantia do Império, contrapondo-o com o pensamento “burguês” das academias, presa fácil da propaganda republicana,

(...) Viu-se nesta grande luta patriótica que a Escola Militar em massa se dedicou desde o primeiro ao último dia à causa dos escravos”. Das outras academias apenas saíram valiosos, mas pequeníssimos contingentes para a grande e santa causa nacional. Nas academias, pois, a atual propaganda republicana encontrará o seu melhor viveiro revolucionário, com a grande vantagem do estreito sentimento burguês, opressivo e dissolvente, poder afivelar a máscara da utopia e do arrebatamento juvenil pelos ideais (...).

Mas, logo em seguida em seu texto, ao apoiar o modelo bismarquista, contrapõe, “a ditadura de Bismarck (...) há de sair para a humanidade, apenas com o defeito do militarismo, que é redutível numa nação sociologicamente modelada”. Concluindo, o país precisaria de um governo “leigo e paisano”.<sup>803</sup>

Em junho de 1889, a *Cidade do Rio* denunciava os riscos da politização e partidirização das forças armadas, em decorrência de uma manobra do conde D’Eu, que visava a angariar-lhes a simpatia. Tratava-se da indicação de quadros militares para preencher os ministérios da Guerra e da Armada. A justificativa seria a suspeição de uma “falta de energia do Gabinete de 10 de março, que estava favorecendo a propaganda republicana”. Para a folha, a medida era errada,

porque nenhum Presidente de Conselho tem a hombridade de ser neutro na escolha dos generais a quem confia os postos, daí a divisão do Exército em partidos militantes, transformando a corporação em política ativa e armada (...) As baionetas só podem corregar (sic) sem ferir a honra da pátria. Mas não acontece o mesmo com os partidos. O mais forte quer sempre ser o árbitro dos direitos. **O meio de disciplinar o Exército é ser neutro e justo**”.<sup>804</sup> (Grifo meu)

<sup>801</sup> *Idem*, 03/10/1887. “*Semana Política*”

<sup>802</sup> OTTONI, Cristiano Benedito. *O Advento da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1890, p.107.

<sup>803</sup> *Idem*, 27/08/1888. “*Semana Política*”

<sup>804</sup> *Idem*, 08/06/1889. “*O Ministério do Rei*”

Na mesma edição, outro artigo afirma a impossibilidade de o governo cooptar os militares, porque seria impossível remodelá-los à feição dos interesses governistas, “o cativo também quis a cumplicidade de heróis, mas a história brasileira, como uma de suas melhores páginas, guarda a da espontânea adesão do soldado à causa da liberdade”.

<sup>805</sup>

Patrocínio, quando já descomprometido com o projeto do terceiro reinado, enrijece a crítica; a Coroa teria “se fingido abolicionista, para se fazer garantir pelo abolicionismo, (...) finge-se agora [o governo] de respeitador dos direitos das classes militares, para se fazer apoiar por ela”. Os militares poderiam disputar o poder com a sociedade civil, “aproveitando-se do elemento dinástico para exercer o militarismo com aparência civil”. <sup>806</sup> Reiterava a necessidade de as forças armadas serem colocadas fora do jogo político.

Mais à frente, volta a instigar os militares, mobilizando o sentimento corporativo contra a Guarda Nacional. Faz dela o alvo da vez. Diz-se ameaçado em virtude das críticas que lhe fizera; e, procurando mobilizar a opinião pública, alardeia o risco de um possível recrutamento compulsório, de cunho partidário, que atingiria os membros das grandes famílias. Ou a Guarda é um instrumento governamental, uma reserva do Exército, “como se a reserva do Exército se constituísse pelos partidos de cidadãos pelas suas relações com as influências eleitorais”, ou ela seria um recenseamento partidário. “Escolham, ou confessam que precisam de um corpo partidário, de uma milícia escolhida a dedo para fins secretos (...) ou declaram que querem a Guarda apenas para justificar as patentes”. Conclama Deodoro a defender “as fardas velhas, sagradas, contra as novas da Guarda Nacional”. <sup>807</sup>

Em outra circunstância, assume uma posição inversa, coloca-se contrário à idéia de despolitizar os militares, denunciando uma manobra governista para enfraquecer o Exército. Organizações Militares estavam sendo transferidas insidiosamente para o interior. Paralelamente, o governo procurava prestigiar a Guarda Nacional. Patrocínio chamava-a agora de “milícia partidária” e de “exército do partido liberal”. Dizia: “o governo já não pode esconder o seu plano sinistro de anular o Exército pela dispersão (...) entende que o Exército só será disciplinado e patriótico, abdicando todas suas faculdades como cidadão (...)”. Defende abertamente a necessidade de que se aumentem os limites do espaço de autonomia para a tropa.

<sup>805</sup> *Idem*

<sup>806</sup> *Idem*, 10/06/1889

<sup>807</sup> *Idem*, 13/09/1889

O governo do Império contrariava a vertente do *soldado-cidadão*, defendida pelo republicanismo, e que visava à cooptação dos militares para a militância republicana <sup>808</sup>

No dia 15 de novembro, a *Cidade do Rio* traz em letras garrafais, “Viva o Exército Libertador!

Num espaço de apenas três meses, Patrocínio sai de uma posição para outra. Se antes pedia restrições à autonomia militar, considerada a tropa como elemento monárquico, agora – dadas as circunstâncias – advoga maior espaço de liberdade para ela. A república seria um objetivo comum.

Na continuidade da Proclamação, a partir de uma matéria publicada na *Gazeta Liberal* sobre papel dos militares na instauração do novo regime, a *Cidade do Rio* alerta,

(...) quanto a nós, a questão é líquida. A tropa foi vencida por uma dúzia de homens atilados, que se aproveitaram do momento para empolgar o poder. Os militares ainda foram codilhados pelos bacharéis (...) os fatos confirmam nosso acerto. Na formação do Governo Provisório, entre oito membros, contam-se três militares e cinco civis (...) os militares que expuseram a vida na praça pública hão de ser sempre preteridos pelos bacharéis (...) para isso (...) não valia à pena tanta matizada. Não foram unicamente vencidas as instituições, os militares foram vencidos também. <sup>809</sup>

Patrocínio, nessa ocasião, parecia preocupar-se não com o número de civis, mas, na verdade, de quem se tratava. Eram exatamente seus algozes da campanha abolicionista, mesmo considerando que quatro deles haviam comparecido à solenidade de assinatura da moção, na Câmara Municipal. Estrategicamente, mais uma vez tentava reacender uma indisposição dos militares para com os *casacas*. <sup>810</sup>

Daí pra diante, apesar dos apoios circunstanciais, mostrou-se um opositor ferrenho das tentativas militares, que se seguiram, de tutelar a República.

A discussão sobre a participação política das forças armadas está além do propósito desta pesquisa, mas esses reparos são importantes para discutir as posições de Patrocínio em relação a elas, principalmente naquela característica inaugurada na República, a que Carvalho chamou de “força armada deliberante”. <sup>811</sup>

<sup>808</sup> *Idem*, 13/11/1889. “*A dispersão do Exército*”. As ações executada pelo estado imperial em relação aos militares, ao final dos 80, foi chamada por Edmundo Campos Coelho de *Política de Erradicação*. A teoria polêmica está em **COELHO**, Edmundo Campos. *Em Busca da Identidade: o Exército e a Polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, passim. O termo *soldado-cidadão*, aparecido num manifesto de Deodoro e Pelotas ao parlamento, em 1887, surgira da pena de Quintino Bocaiúva e de Júlio de Castilhos e visava a cooptar os militares para o republicanismo militante. Cf. **CARVALHO**, José Murilo de. *F.A. Pol. Br.*, p. 38

<sup>809</sup> *Cidade do Rio*, 21/11/1889. “*Na capital da República*”

<sup>810</sup> Durante o Império, no jargão militar, os políticos eram apelidados de “*casacas*”, em virtude do uso protocolar das jaquetas bordadas.

<sup>811</sup> **CARVALHO**, José Murilo de. *F.A. Pol. Br.*, p. 133. O termo originalmente foi usado por Cotegipe, numa comunicação a Deodoro, como “*exército deliberante*”. Apud: **LIMA**, Oliveira. *Op. Cit.*, p.155

Em 1890, por ocasião do aniversário de Deodoro, Patrocínio saudou-o pelo feito de “ter confirmado a república que havia na consciência popular”, e aproveitando a ocasião, atribuiu-lhe a missão de “(...) tornar o militar completamente civil no exercício de cargos políticos e administrativos (...) não permitir que o militarismo, nem por incidente, ameaçasse o governo democrático (...)”.<sup>812</sup> No texto, reconhece o caráter ditatorial de Deodoro, mas tenta abrandá-lo. Seria um governo dito enérgico, prudente, porém sereno. Um governo civil, ainda que ditatorial.

No mês de novembro deste mesmo ano, Deodoro, em mensagem apresentada ao novo congresso, adota uma linguagem reformista em relação às classes armadas, falando da necessidade de qualificá-las para o exercício da “mais elevada e mais nobre missão pública que o cidadão é chamado a desempenhar”. Denunciava a subalternidade imposta pela monarquia, que desejava “trazê-las jungidas à ignorância, reduzi-las a instrumentos passivos, oprimi-las pelo sistema bárbaro do terror”.<sup>813</sup> A moção não teve maior repercussão.

Carvalho observa que na Primeira República, a oficialidade oriunda da Escola Militar defendia para si o mesmo bacharelismo dos alunos egressos das academias civis. A proposta do “doutor militar” alimentava aquela idéia do soldado-cidadão, participe da construção do progresso. Ela visava a dar relevância às forças armadas, retirando-as da subalternidade, cuja responsabilidade atribuíam à monarquia.<sup>814</sup> Para o monarquista Eduardo Prado, “muitos dos oficiais brasileiros são apenas bacharéis de espada”. Comparando-os a seus pares europeus, aproveitava para criticar-lhes a falta de profissionalismo militar, chegando à conclusão de que não fora extraordinário, que no 15 de novembro, alguns deles tenham praticado mais um ato de “ruidoso bacharelismo”.<sup>815</sup>

Nos momentos que se seguiram, foram inevitáveis os conflitos de poder, inclusive pela própria inexistência de consenso entre os militares. Exatamente por isso, a utilização do termo *militares* nesta pesquisa tem um sentido genérico, na verdade, as referências serão, na maioria das vezes, a alguns segmentos militares, majoritariamente a oficialidade jovem, sem excluir naturalmente, a possibilidade de escolhas pessoais.

<sup>812</sup> *Cidade do Rio*, 05/08/1890. “Aniversário de Deodoro”

<sup>813</sup> SODRÉ, Néelson Werneck. *História Militar Brasileira* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.162. Conforme o autor, não houve grande repercussão entre os parlamentares.

<sup>814</sup> CARVALHO, José Murilo de. *F.A. Pol. Br.*, pp.38-39

<sup>815</sup> PRADO, Eduardo. Ensino Militar. In: *\_\_\_\_\_ Eduardo Prado, trechos escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1959, p.104. O autor critica a monarquia pela desatenção com o ensino militar, o próprio imperador nada mais teria feito do que abacharelar o oficial. Faltou-lhes uma formação ligada à prática militar e cuidados de distinção. Essas ausências os desviaram de sua missão, causando o “falseamento do espírito militar”.



Não se pode pensar os militares como uma categoria uniforme.<sup>816</sup> A propósito, em julho de 1898, o jornalista Aníbal Mascarenhas, fala de um pretense monopólio do patriotismo pelos militares jovens; seriam, para ele, “jovens azougados que não têm a compreensão das necessidades de uma sociedade nova”.<sup>817</sup>

Ainda em 1890, quando de sua candidatura à constituinte, ao discutir a não elegibilidade de sacerdotes e de comandantes de corpos militares, propostas no projeto constitucional, Patrocínio defende a elegibilidade de comandantes militares, como um direito, exatamente no sentido de conter as ações conspiratórias,

A não elegibilidade dos comandantes de corpos é também questão de alta monta, porque entende diretamente com a paz pública e com a estabilidade das instituições. **Todo aquele que não tem o direito de representar, tem o de conspirar.** Além deste princípio irredutível, há a desigualdade de direção e a prevenção injustificável (...) (Grifo meu)

Preocupa-o, no entanto, a possibilidade do monopólio da representação política pelas armas, em decorrência de uma estrutura ditatorial capitaneada por um militar,

(...) A Constituição para ser lógica devia começar por impedir que o presidente da União fosse militar. Não se compreende porém que investindo de poderes ditatoriais o chefe do poder Executivo e permitindo que ele seja militar, não tenha receio que os comandantes de corpos monopolizem a representação nacional. **A vigência de semelhante artigo constitucional será a semente invasora do militarismo, por isso, que dá implicitamente ao Exército e à Armada o caráter de potência à potência diante do povo, que é aliás soberano e a quem a força armada deve obediência (...)**(Grifo meu)

Haveria uma condição necessária, para que isso ocorresse a própria deterioração do Estado,

(...) Os exércitos só podem derrubar instituições já condenadas pelo povo; não tem força para destruir aquelas que estão vivas na consciência nacional. **O soldado é cidadão ou inimigo. Se é inimigo, é preciso eliminá-lo, se é cidadão deve ter iguais direitos e deveres.** Para supor que a força armada pode ter, indevidamente, o monopólio da representação, é preciso pressupor que a nação está desfibrada e desbriada ao ponto de permitir que seus funcionários armados a desapropriem de seus direitos. Neste caso, não vai o paliativo da não elegibilidade, o despotismo se realizará por não encontrar resistência cívica<sup>818</sup>(Grifos meus)

A constituição de 1891 definiu, no parágrafo 14, que

as forças de terra e de mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, a seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.

A introdução no texto legal da observação de que a obediência militar se cingia aos *limites da lei* foi uma formulação de Rui, para conter o Executivo, mas,

<sup>816</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República, um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 10

<sup>817</sup> *Cidade do Rio*, 04/07/1898. “*Patriotas*”. O articulista, ao fazer referência a um episódio recente de insubordinação na Escola Militar, por ocasião do dia 29 de junho, analisa o comportamento habitual da oficialidade jovem.

<sup>818</sup> *Cidade do Rio*, 09/09/1890. “*Manifesto ao Eleitorado Fluminense*”

paradoxalmente, acabaria por ensejar aos militares o poder de julgar a legalidade das ações governamentais, justificando o intervencionismo.<sup>819</sup> A atribuição conferida de, paralelamente à defesa externa, manter a ordem no âmbito interno abria para um pretorianismo.

Ao final de 1891, Deodoro renuncia e Floriano, Vice-presidente, assume aumentando o radicalismo, com situações de confronto armado. A aliança militar-jacobina no poder acionou uma centralização autoritária, fundamentada num nacionalismo exacerbado e na idéia de um regime depurador, orientado a combater as oligarquias federalistas e os vícios que se atribuíam ao poder civil, assim como atender as classes mais desfavorecidas pela especulação financeira.<sup>820</sup> Em consequência, desenvolveu-se a militarização dos diversos segmentos. E à *manu militari*, em nome do legalismo, controlavam-se as questões políticas, principalmente depondo governadores e reprimindo com violência as oposições.

Deodoro caíra, mas o deodorismo, opositor de Floriano, se mantinha cooptando as resistências anti-governistas. Conforme visto em capítulo anterior, a própria legalidade da ascensão de Floriano, já dividira opiniões, tendo Patrocínio aderido ao grupo insurgente. Um manifesto de treze generais, questionando esse acesso e mais a “*indébita intervenção das forças armadas*” na deposição dos governadores, causou-lhes a passagem compulsória para a inatividade.<sup>821</sup> O florianismo insuflava os militares jovens e dividia a classe militar, principalmente a Armada, do Exército. E Patrocínio, assumidamente deodorista, opositor ferrenho do governo, hipotecou solidariedade aos generais compulsoriados. Em 1893, em outro manifesto ao eleitorado, ao denunciar a ditadura que se instalara, dizia que “o militar brioso vê borrar-se-lhe pela tinta do despotismo a fé de ofício escrita pela metralha”.<sup>822</sup>

No mês seguinte, a *Cidade do Rio*, vê as eleições presidenciais previstas para daí a onze meses, como sendo a inauguração do regime constitucional. Comenta sobre a difícil divisão entre os poderes militar e civil, mas acrescenta que negar poder ao militarismo seria uma “ingratidão”. Acusava o governo de, ao abusar de seu tempo de permanência, ter “desvirtuado” o Exército, delegando poderes discricionários e empregando as forças militares em sua defesa, seria “a tropa imiscuída na vida política”.

<sup>819</sup> CARVALHO, José Murilo de. *For. Arm. e Pol. Br.* Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 133

<sup>820</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. *Por que Somos Florianistas? Ensaio sobre o Florianismo e Jacobinismo.* Rio de Janeiro: E - papers, 2002, p. 20-25

<sup>821</sup> *O Combate*, 06/04/1892. “Manifesto dos Generais”

<sup>822</sup> *Cidade do Rio*, 02/03/1893. “Manifesto de José do Patrocínio ao Eleitorado da Capital”

<sup>823</sup> Na mesma edição, em outro artigo, Patrocínio, analisando um possível continuísmo de Floriano, fala dos riscos que seriam comuns às repúblicas sul americanas, de se deixarem dominar por militares jovens, enquanto o ditador permanecia indiferente, no cargo. <sup>824</sup>

A ideologia do soldado-cidadão, de início promissora, caminhava para diluir a classe militar na massa bacharelesca, fazendo com que a oficialidade jovem manobrasse para criar para ela uma situação de excepcionalidade, de prestígio.

Em 1895, a *Cidade do Rio*, ao louvar os heróis de 24 de maio na guerra do Paraguai, acrescentava, “hoje os irmãos que, outrora no Paraguai se batiam contra o estrangeiro, enforcam, fuzilam, garroteiam em território nacional (...)”<sup>825</sup> Fazia clara alusão ao “legalismo” jacobino e à guerra no sul.

Outra questão discutida nesse momento era a resistência dos militares em aceitar que os anistiados voltassem à ativa na mesma situação anterior, mantendo sua antiguidade. Não aceitavam uma situação de subalternidade em relação àqueles que, supostamente, haviam traído a República. A posição causava constrangimentos para a elaboração do projeto de anistia. Patrocínio defendia a conciliação, o esquecimento das querelas, uma anistia integral.<sup>826</sup> Mas não participava das acusações feitas aos militares de emperrar a política, ao contrário, procurava isentá-los de culpa, defendendo inclusive o seu direito de opinião, afinal eram eleitores. Culpava os segmentos jacobinos. <sup>827</sup>

Em julho desse ano, com a resistência da *Cidade do Rio* em dar destaque às homenagens póstumas a Floriano, um grupo de militares jacobinos invadiu as instalações do jornal, o que ajudou a agravar as relações entre Patrocínio e o jacobinismo. O jornalista recebeu apoio de toda a imprensa, mas as matérias que se seguiram não falavam especificamente de militares, mas da ação de jacobinos. Essa foi a tônica da intervenção da nossa personagem durante todo o período, ela se fazia contra o jacobinismo, com poucas referências ao militarismo. <sup>828</sup>

<sup>823</sup> Idem, 03/04/1893. “*Candidaturas*”

<sup>824</sup> Idem, 24/05/1895. “*Política*”

<sup>825</sup> Idem, 24/05/1895. “*Ontem e Hoje*”.

<sup>826</sup> Idem, 04/06/1895. “*Anistia*”

<sup>827</sup> Idem, 18/09/1896. “*Parecer*”. Patrocínio afirma existir um parecer na Câmara contrário à emenda de anistia irrestrita do Senado. Glicério e Arthur Rios seriam os responsáveis, sendo que o pivô era Custódio de Melo, acusado de sebastianismo.

<sup>828</sup> O conceito de jacobinismo, herdado da revolução Francesa, coloca em evidência traços que seriam comuns para um determinado grupo, como o nacionalismo, o republicanismo exagerado, o salvacionismo militarista e a intolerância para com a política, considerada exageradamente plástica, leniente e corrupta. Naturalmente, não se pode falar de um monolitismo. Havia matizes diversas, principalmente se considerada a própria falta de unidade entre os militares e as contradições dos diversos segmentos médios da sociedade, que aspiravam por representação ou apenas para a solução imediata de suas necessidades de sobrevivência. Para aprofundamento da questão, ver **QUEIROZ**, Suely Robles de. *Os Radicais da*

Em 1896, a *Cidade do Rio*, ao defender a República, diante de críticas de *O Comércio*, jornal monarquista paulista, admitia os horrores do florianismo, mas contrapunha uma atenuante, eles não excediam em barbárie o período de implantação da monarquia. Para Patrocínio, Floriano seria uma “triste herança” da monarquia, afinal sua indicação, por Ouro Preto, para Ajudante-General do Exército, certamente não ocorrera por julgá-lo “uma pomba sem fel”. De uma forma evolucionista, fala da necessidade de que “gerações se renovem”, para que o povo adquira “novo caráter”. E isso, a República não poderia fazer, de pronto.<sup>829</sup> Na sua *Semana Política* seguinte, ao comentar a criação de um centro monárquico, adverte sobre a inviabilidade do retorno à monarquia, disse esperar que “Ouro Preto não inventasse marechais de ferro, remanescentes do consórcio híbrido da monarquia com o espírito comunista (...)”. Conclui, “se foi possível desmilitarizar os estados, será possível melhorá-los mais”.<sup>830</sup>

No mesmo ano, com o agravamento das tensões entre as facções contra e a favor de Prudente de Moraes, um grupo de militares produziu um documento de natureza política, que acabou sendo apropriado por ambos os grupos. No jornal *O País*, Bocaiúva tomou-o como uma ameaça ao governo; e, com isso, defendia a adoção urgente de salvaguardas. Patrocínio viu nessa ameaça um oportunismo do antigo líder republicano, que estaria interessado em fragilizar o Presidente, acusando-o de não possuir energia, e, com isso, alimentar a crise política: “ou a moção das classes armadas é um bloqueio ao governo civil ou não passa de uma afirmação patriótica dos sentimentos republicanos dessas classes (...)”. A República não estaria ameaçada, apenas submetida a provas e não aceitaria de correligionários exaltados soluções coercitivas da liberdade.<sup>831</sup> Na República, a sua indisposição com Bocaiúva, que já datava da campanha abolicionista, geraria disputas permanentes. Eram diárias, na *Cidade do Rio*, matérias procurando associá-lo e a seu jornal, *O País*, com o jacobinismo. Daí, tornar-se compreensível a tolerância de Patrocínio para com um manifesto militar, inclusive procurando amenizar suas repercussões.

Apesar disso, mantem o alerta sobre a existência de uma corrente política que condicionava a sobrevivência da República à sua sujeição a uma coligação do jacobinismo com o militarismo. Nega, inclusive, a possibilidade de uma coalizão entre

---

*República. Jacobinismo: ideologia e ação (1893/1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986

<sup>829</sup> *Cidade do Rio*, 06/01/1896. Conforme Tobias Monteiro, Ouro Preto justificava a escolha de Floriano para Ajudante-General, alegando que o propósito era de conter o republicanismo e a indisciplina milita. E que jamais imaginara a sua traição. Ver em: **MONTEIRO**, Tobias. *O Presid. C. Sales na Eur.*, p.41

<sup>830</sup> *Idem*, 13/01/1896. “*Semana Política*”

<sup>831</sup> *Idem*, 30/03/1896. “*Semana Política*”

militares e civis nos destinos do governo, por maior que fosse a lealdade recíproca entre eles, haveria um momento de desequilíbrio, com inevitáveis insurgências.<sup>832</sup>

Nesse mesmo artigo, levanta questão colocada por Nabuco, onde realçava a importância da ação do militarismo para a conservação da República. Patrocínio aponta para os riscos representados por esse “militarismo temperado e constitucional de Nabuco”. Contrapõe-se ao antigo companheiro da lide abolicionista, seria ingenuidade acreditar em quem renegou a República, apesar de haver prometido aceitá-la, se federativa. A idéia seria apenas uma “isca para ser engolida pelo jacobinismo”, e o compromisso de todos deveria ser o de resistir ao jacobinismo. Também Nabuco, monarquista convicto, acabava no rol do jacobinismo inimigo.

Ainda em 1896, Patrocínio, mais uma vez criticando certa indefinição do ministério de Pudente de Moraes em lidar com os segmentos jacobinos, acusa o ministro da Guerra de julgar-se com o direito de ser “um companheiro dedicado do castilhismo” e “de fazer de sua pasta, meramente administrativa, um centro político para o partido Republicano Federal”.<sup>833</sup>

Ao final de 1899, com a proximidade de eleições e seguindo a linha do presidente Campos Sales de afastar a política do governo, o ministro da Guerra expediu um aviso, advertindo aos militares que a participação deles em “*perturbações eleitorais*” representava quebra de conduta. Embora fosse garantido seu direito de voto, ficavam os militares proibidos de intervir contra ou a favor de qualquer dos partidos concorrentes. Patrocínio coloca-se contrário à medida, invocando o artigo 83 da Constituição, que ao garantir a elegibilidade do militar, garantiria seu direito de manifestar-se. E também a resolução de 3 de novembro de 1886, que tratava da disciplina militar. Num artigo sintetiza sua visão sobre a relação dos militares com a política,

melhor é que o militar, nos comícios populares, se familiarize com a liberdade de opinião; com o direito de investigar o pró e o contra, do que permitir que ele saia dos seus bordados para a administração, **que é e que não pode deixar de ser política**, para ser títtere nas mãos de quem, politicamente, põe e dispõe de suas posições (...) A tribuna e a imprensa estão para o pensamento como a têmpera para a lâmina; é na familiaridade com eles que damos maleabilidade às nossas idéias, plasticidade às nossas paixões.<sup>834</sup> (Grifo meu)

Mais do que cuidar da liberdade para militares, que são tratados com certo paternalismo, considerados como presas ingênuas de políticos insinuantes, Patrocínio

<sup>832</sup> *Idem*, 27/04/1896. “*Semana Política*”

<sup>833</sup> *Idem*, 20/09/1896. “*Semana Política*”

<sup>834</sup> *Idem*, 28/11/1899. “*Direitos Políticos*”

procura reafirmar a importância que confere à liberdade de opinião e expressão na consecução da atividade política.

Em 1901, comenta o sucesso da República, que “realizou o grande milagre de implantar o regime civil através das conseqüências de seu advento militar”.<sup>835</sup> Usa os Estados Unidos como comparação. Lá, Lincoln teria tido a necessidade de um “militarismo transitório”, mas fora hábil em “recolher ao lar o milhão de homens por ele armado e mobilizado (...) sem prejuízo da menor parcela do poder civil”. Quanto a nós, “tivemos a república em virtude de um movimento militar, em seguida, tivemos o militarismo em ação de 1893 a 1895(...)”, uma situação só resolvida no governo Prudente de Moraes, “nada mais havendo a temer”.

Acompanhando esse rol de situações nas quais Patrocínio trata da participação política dos militares, percebem-se oscilações, que parecem traduzir estratégias dirigidas a diferentes circunstâncias históricas, fossem da Monarquia ou da República. Permanecem, contudo, dois objetivos defender o civilismo e os direitos cidadãos.

### 5.3 – Precisa-se de um consolidador

Apesar das oposições, Floriano chegara ao fim de seu mandato com a imagem de consolidador da República, principalmente porque vencera o risco da volta da monarquia. A ameaça do sebastianismo, grande arma ideológica de que se valera o florianismo, estaria afastada.

Prudente de Moraes, um político ligado ao partido Republicano Paulista, apoiado pelas oligarquias cafeeiras de seu estado, e, que já fora presidente da Constituinte de 1891, é candidato à sucessão presidencial, vence e assume em novembro de 1894, na primeira eleição por voto direto no país.

Patrocínio já possuía ligações com ele desde os tempos da propaganda republicana, fora inclusive obsequiado com a presença de Prudente, da mesma forma que com a de Campos Sales, na ala fúnebre que conduziu o féretro de sua mãe, a escrava Justina.

A indicação de Prudente não recebera o aval de Floriano, em virtude da proposta do candidato civil de promover o equilíbrio entre o executivo e o legislativo, o que poderia impactar o centralismo autoritário vigente. Moraes se elegia pelo novel Partido Republicano Federal, liderado por Francisco Glicério, uma liderança florianista e prestigiado articulador político republicano desde o Império, ministro no governo

<sup>835</sup> *Idem*, 11/05/1901. “Abolição e Revisão”

provisório e *líder da maioria*, de 1892 até 1897. Mas o apoio ao primeiro presidente civil era apenas nominal. Prudente, desde o início, enfrentava grupos republicanos colidentes.

É importante lembrar que a *Cidade do Rio* foi fechada em 1893, sob a acusação de estar publicando matérias consideradas simpáticas à Revolta da Armada, e só voltaria em maio de 1895, após a assunção de Prudente à presidência da República. No retorno, a folha permanece na defesa da conciliação entre o governo e os federalistas em guerra no sul. Pedia o apoio do Congresso, que acusa de ter “cruzado os braços” anteriormente, quando da decretação do estado de sítio. Manda um recado bastante direto a seus membros, a “República é nossa e não vossa”. O teor da matéria, publicada no segundo dia de edição da folha, já mostra a linha que será seguida. O alvo é o Congresso, especificamente, Glicério.

Prudente de Moraes assumia num clima de euforia e de apoio de grande parte da imprensa, mas num cenário de instabilidade econômico-financeira e de disputas regionais pelo domínio do poder, herdado dos períodos anteriores. A questão mais importante era a permanência das escaramuças no sul, agora sob o comando de Saldanha da Gama, que embora achasse viável a pacificação, negava-se a tomar a iniciativa. Caberia ao governo fazê-lo.<sup>836</sup>

Pouco após a posse, o Presidente enfrenta uma revolta dos alunos da Escola Militar, de inspiração florianista, prontamente sufocada por um contingente do Exército. Outras ações ocorreriam e Patrocínio passará a lutar pela consolidação do poder nas mãos de Prudente, exigindo uma política centralizadora, capaz de obstar as resistências estaduais, consideradas jacobinas, e a violência perpetrada por elas, em nome do “*legalismo*”. Por exemplo, o jornal faz referência ao fato de o coronel Moreira César, instado formalmente pelo Senado a responder se teria havido execuções de militares, em Santa Catarina, ter-se limitado a responder: “saúde e fraternidade”.<sup>837</sup> Patrocínio cobrava a necessidade de apuração dos crimes da “legalidade contra o país”, ao mesmo tempo em que exigia uma definição maior de Prudente em relação à situação.

As relações entre os estados e a União Federal não se faziam de forma harmônica. A autonomia estadual prevista na Constituição era mero formalismo, o Estado brasileiro saído da revolução tinha um nível muito baixo de institucionalização.

<sup>836</sup> BELO, José Maria. *Op. Cit.* 139

<sup>837</sup> *Cidade do Rio*, 11/05/1895. “*Saúde e Fraternidade*”. Conforme Witter, Santa Catarina não pertencia ao partido Republicano. Ver em: WITTER, José Sebastião. *Partido Republicano Federal (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 53

Criavam-se contradições como, no exemplo apontado por Lessa, em que o governo provisório pregava o federalismo, ao mesmo tempo em que propunha a centralização do poder.<sup>838</sup> Os governos estaduais, que, durante o governo de Floriano, haviam sido cometidos ao círculo mais radical, agora, passariam a confrontar-se com a União.

Patrocínio, mesmo no Império, conforme visto no início deste capítulo, não se alinhava com o federalismo. Não importava se o da pregação republicana, que desde o manifesto de 1870, colocava a nova organização como *pièce de resistance*, ou o de Nabuco e Rui Barbosa. Tinha-o como um escapismo dos liberais. Para ele, a consolidação da República exigia um presidencialismo radical, o que dependia da regulamentação do artigo 6º da Constituição, que tratava das relações entre os estados e a União.<sup>839</sup> Era necessário concentrar poder nas mãos de Prudente de Moraes, esvaziando as resistências. Mas não bastava isso, o momento exigia um pacto, uma trégua, que permitisse a governabilidade. A situação pedia firmeza e generosidade por parte do executivo.

Em 17 de maio, a *Cidade do Rio* dizia entusiasmada “o governo civil fez sua entrada solene na comunhão da República brasileira (...) governo de paz e amor (...) aureolado por patriotismo e ilustração”. Enquanto isso, “a claque da tirania (...) via o funeral de suas ambições”. Mas, se mostrava otimismo ao falar da assunção de um governo civil, criticava acidamente o programa apresentado. Teria sido um “gelo no entusiasmo”. O indulto oferecido nada mais seria do que uma estratégia, “porque se serve dos cogumelos políticos que têm crescido na podridão dos cadáveres”. Fala de um “poder do medo”, que estaria atormentando Prudente.

A crítica à tibieza de Prudente volta a aparecer na “*Semana Política*”, quando afirma que a lógica da administração se restringiria “à renovação do contrato da estrada Inglesa, em São Paulo, quando barateia juro para apaziguar restauradores ou promove a guerra no sul, para manter sua autoridade no mundo oficial”. Cobra do Congresso agilizar a regulamentação do artigo 6º da Constituição; era necessário liberar o poder da União, “manietado às usurpações estaduais”. Pergunta:

<sup>838</sup> LESSA, Renato. *Op. Cit.*, p.77. O autor, ao comentar a repercussão do decreto inaugural do novo regime, sob inspiração de Rui Barbosa, que apresentava República ao povo, fala de seu caráter legalista e federalista e aponta dois paradoxos de origem, primeiro o de contrariar a Lei de Tocqueville, para a qual o produto das revoluções era o fortalecimento do Estado e a centralização, que seria inexecutável para o caso brasileiro em função da dispersão dos poderes. O segundo seria como implantar o federalismo se o mote era o fortalecimento do poder central?

<sup>839</sup> De acordo com o artigo 6º, só poderia haver intervenção da União nos estados, quando solicitado pelo governo local, para a garantia da ordem e da estabilidade. Outras possibilidades seriam repelir invasões, garantir a execução de sentenças e de manutenção do regime. Para o jurista Agenor de Roure, citado por Lessa, era “obra de lunático”, dado seu grau de imprecisão. Ver em LESSA, Renato. *Op. Cit.*, p.98



como haver nos estados vida política se a vitória eleitoral pode ser sufocada pela fraude (...) que se impõe como poder legal e à proteção de tropas federais? A autonomia dos estados desaparece quando a soberania é palavra sem sentido e sacrifício inútil da oposição, sempre obrigada a capitular ante as duplas forças do usurpador local e da intervenção do poder central<sup>840</sup>

Na conclusão, lembra

aos organizadores do estado de sítio permanente, único, autônomo, desta confederação de interesses inconfessáveis que a antiga vida provincial, com todos os defeitos, oferecia maior segurança individual e maior garantia de vida que a estadual, pelo modelo da intervenção partidária do Presidente da República.<sup>841</sup>

Patrocínio vai manter essa linha de oposição à liderança de Glicério. Atribui-lhe uma oposição à política de apaziguamento do Presidente; estaria insuflando e protegendo Júlio de Castilho, que no Rio Grande do Sul, mantinha, ao arrepio da constituição federal, uma constituição positivista. Diz que a violência no país se faz para que “Castilho governe e Glicério administre”.<sup>842</sup> Existiria uma “maioria facciosa que, desde 1892, anarquiza e esteriliza a vida legislativa da República” e ela ainda não se fartara de obter vitórias que se **“traduzem na economia nacional em morticínio e ruína financeira”**. (Grifo meu)<sup>843</sup>

Além de Glicério, outro alvo era Vicente Machado, do Paraná. Patrocínio cita-o como exemplo de tirania, comparável a Moreira César, ambos teriam se criado no meio propício do positivismo. Cita Cícero ao dizer que as gerações nascidas da revolução são diferentes daquelas que a fizeram.<sup>844</sup>

Em franca hostilidade às resistências radicais, faz um necrológio de Saldanha da Gama, comparando sua morte à de Carnot, Presidente da França, alvo da homenagem de todos, independente de nacionalidade ou partido, porque representava a morte de um *brave homme*. Pede que o corpo seja entregue ao governo, seu verdadeiro dono, afinal “é ele quem paga a patriotada que degola, prostitui e entrega às chamas a propriedade do adversário”. A negação dessa entrega, mais que um ato de resistência, seria uma “evasiva de criminosos”.<sup>845</sup>

Quando Prudente autoriza homenagens póstumas a Saldanha, Patrocínio aplaude o gesto e aproveita para pregar a liberdade de reunião para os monarquistas, desde que não haja armas: “perseguir os monarquistas não é o melhor meio de consolidar a

<sup>840</sup> *Cidade do Rio*, 19/05/1895

<sup>841</sup> *Idem*

<sup>842</sup> *Idem*, 24/05/1895. “*Ontem e Hoje*”

<sup>843</sup> *Idem* 27/05/1895. A matéria já foi discutida no sub-capítulo 4.6

<sup>844</sup> *Idem*, 03/06/1895. “*Semana Política*”

<sup>845</sup> *Idem*, 1º/07/1895. “*Semana Política*”

República (...) A liberdade é a prova da consolidação”.<sup>846</sup> Esta frase sintetiza seu espírito à época, a liberdade tomada como medida do sucesso da República.

A cessação das hostilidades no sul é comemorada pela *Cidade do Rio* com um artigo cujo título era “*Honra a Prudente de Moraes, a grande vitória*”. Começa o texto de forma entusiástica, “Está consolidada a República (...) Está assegurada a paz”. Mantendo sua linha conciliatória, faz constar da matéria os retratos dos generais Inocêncio Galvão de Queiroz e Silva Tavares, responsáveis pelo armistício, aos quais se refere como sendo dois tipos simbólicos do valor brasileiro, ainda que sob credos diferentes.<sup>847</sup>

Imediatamente, organiza-se uma passeata para ir ao Itamarati agradecer ao Presidente, tendo Patrocínio discursado na ocasião. No dia seguinte, mais manifestações no palácio presidencial, uma comissão de imprensa, acompanhada de dez mil pessoas, banda de música e flores. Conforme a *Cidade do Rio*, Patrocínio também passa a ser alvo de manifestações.<sup>848</sup>

Daí pra frente, o jornalista procura capitalizar os louros da campanha, comparada pela *Cidade do Rio* com a da abolição. E, de imediato, aproveita para denunciar a existência de manobra orquestrada por Glicério, para silenciar os heróis da pacificação.<sup>849</sup> Patrocínio é chamado de “*Mártir da Pátria*” e seu jornal é considerado um “baluarte das públicas liberdades, da firmeza e aperfeiçoamento da democrática instituição republicana.”<sup>850</sup> Interessante é que isso constava de uma carta publicada na *Cidade do Rio*, o missivista repete exatamente a idéia de Patrocínio, a República estava consolidada!

Apesar do entusiasmo, a anistia ainda seria matéria de discussão por muito tempo; só viria em outubro, ainda que restrita. Em setembro, Patrocínio acusa o Congresso de adiá-la em função da resistência militar<sup>851</sup> e de haver manobras de alguns segmentos, que tentam manietar o Presidente, invocando o artigo 6º da constituição.<sup>852</sup> Aproveita para lembrar a Prudente, que Deodoro já fora engolido pelo Congresso.<sup>853</sup>

---

<sup>846</sup> *Idem*, 22/07/1895

<sup>847</sup> *Idem*, 24/08/1895. “*Honra a Prudente de Moraes, a grande vitória*”.

<sup>848</sup> *Idem*, 25/08/1895. “*A Paz*”

<sup>849</sup> *Idem*, 29/08/1895. “*O Pertubador*”

<sup>850</sup> *Idem*. Carta de Carlos Alberto de Moraes, 1º secretário da Associação de Socorros Mútuos Memória de Saldanha da Gama.

<sup>851</sup> *Idem*, 09/09/1896. “*Semana Política*”

<sup>852</sup> *Idem*, 15/09/1896. “*Semana Política*”

<sup>853</sup> *Idem*, 07/10/1896. “*Semana Política*”

O artigo constitucional tornara-se um ícone da resistência, exatamente por simbolizar a questão maior do conflito entre executivo e legislativo. Nesse período, o Supremo, pela primeira vez, concedeu um *habeas corpus* às vítimas da “legalidade”. Moura Brito, dono da *Gazeta da Tarde*, estaria preso há três meses e meio.<sup>854</sup>

Com a aproximação das eleições de 13 de outubro, Patrocínio lança outro manifesto ao eleitorado, apresentando sua candidatura à deputação pelo 2º distrito da capital. Não seria “um assomo de impaciência, mas a consequência lógica da atitude que assumira na imprensa contra o sindicato das posições políticas e administrativas, que se apossou da República e ameaça comprometê-la irremediavelmente (...)”<sup>855</sup>. Ela oferecia a possibilidade de “agrupar elementos em oposição às práticas do partido Republicano Federal”, cujo monopólio da soberania seria responsável pelas mazelas políticas, administrativas, legais, financeiras e “pelo ódio sanguinário e barbarização dos costumes”. Havia a necessidade do exercício cívico em contraposição aos desmandos, que acabavam por inviabilizar a via pacífica. Pregava a criação de um novo partido, capaz de facilitar o “*revezamento constitucional da opinião no poder*”. E defendia uma reforma constitucional, porque a Constituição de 1891 só tornara perpétuas a forma de governo e a organização do Estado, ficando o resto como matéria de discussão. Esse pleito será uma meta permanente de Patrocínio.

Na continuidade da mensagem, denuncia o presidencialismo de então, como um produto do “açodamento da constituição”, que precisava ser submetido a um “estudo mais detido quanto à sua assimilação pelo povo”. Embora não aprofunde a questão, principalmente, na referência à assimilação popular, percebe-se que a crítica ao presidencialismo está exatamente na sua percepção reiterada de que faltavam ao chefe do executivo instrumentos legais para enfrentar os poderes locais. Prudente de Moraes, apesar de ter “encarnado o espírito da liberdade”, não teria encontrado “no presidencialismo a elasticidade governamental necessária para levar a ação federativa a todos os pontos da União”. Viria a confirmar sua opinião em outro editorial, de 24 de fevereiro do ano seguinte, alusivo ao aniversário da Constituição. Nele, afirma,

tivéssemos nós uma constituição precisamente presidencialista e não esse parlamentarismo faccioso, que faz do Presidente prisioneiro do Congresso, designado pelos governadores; e, com certeza, o Sr. Presidente da República não teria tantas vezes de encontrar-se com a opinião irritada pelos caprichos e pela obsecação (sic) partidária de alguns de seus ministros(...)o que nós comemoramos hoje, sinceramente, é a eficácia do espírito republicano.

<sup>854</sup> *Idem*, 13/09/1896

<sup>855</sup> *Idem* 10/10/1896. “*A meus concidadãos*”. Todas as citações até o item 78 pertencem a esta matéria.

Basta que ele se corporifique em um só homem, para que seja propício a todo um povo e tenha poder de conjurar a crise tremenda<sup>856</sup>

Da mesma forma, como fizera com Deodoro, Patrocínio procura isolar Prudente, exaltando seu equilíbrio, que fizera da “pacificação dos espíritos um empenho nacional”, mesmo sem apoio dos governadores dos estados.<sup>857</sup> Sua crítica aos poderes locais está centrada na presunção de existir um controle do processo eleitoral pelos governadores, o abuso do “fanatismo partidário”. Em contraposição, cita o exemplo da Suíça, onde a federação intervinha sempre que houvesse suspeita de constrangimento do eleitorado.<sup>858</sup> Em outro artigo, a propósito de pregar a tolerância com os monarquistas, cita o exemplo da França. Lá, após o período convulso da Comuna de Paris, a República “não aceitou uma política de exceção e suspeição, ao contrário”. Os republicanos franceses teriam compreendido a importância das instituições e da participação dos demais partidos, “apesar dos monarquistas, legitimistas orleanistas e bonapartistas, os republicanos não saíram da lei. A República só pode engrandecer pela tolerância e concórdia”.<sup>859</sup> A república francesa seria a “maior obra política do nosso século”. Mesmo Lincoln, “uma culminância mental”, não teria conseguido ofuscar os fundadores franceses, principalmente Gambetta, que permaneceu sereno, reconhecendo na Comuna apenas a alucinação do patriotismo, frustrado pela derrota contra a Prússia. Prudente de Moraes seguia a linha do estadista francês, “não se deixando seduzir pelo jacobinismo”.<sup>860</sup>

Patrocínio vai permanecer nessa perspectiva, denunciando o “presidencialismo mitigado”. Os governos estaduais, amparados em suas constituições e reproduzidos por suas representações no Parlamento, formavam um bloco de interesses, que controlava o executivo central. Era necessário desmontar a elite de governadores, militares e funcionários públicos herdados da política de favoritismos do governo anterior. Mas também liberalizar a imprensa e, nas ruas, enfrentar as ações decorrentes das representações de Floriano nas camadas populares: o nacionalismo extremado, o controle da economia, o salvacionismo militar e o desprestígio da política. As

<sup>856</sup> *Idem*, 24/02/1896. “24 de fevereiro”

<sup>857</sup> *Idem*, 24/02/1896. “Semana Política”

<sup>858</sup> *Idem*. É importante lembrar que no Brasil, àquela época, os controles eleitorais eram atribuição do legislativo.

<sup>859</sup> *Idem*, 23/03/1896. “Semana Política”

<sup>860</sup> *Idem*, 06/04/1896. “Semana Política”

resistências não seriam insuperáveis, “os elementos que as mantêm, oriundos do estado de sítio, só podiam subsistir se a opinião continuasse morta (...)”.<sup>861</sup>

Prudente de Moraes é alvo permanente de elogios, “como um oleiro”, ele estaria “amassando a lama da ditadura e convertendo-a, nas suas mãos honradas, no mais perfeito e precioso aparelho constitucional”.<sup>862</sup>

Apesar da exaltação e mesmo de dizer-se valorizado pelo Presidente como “um dos operários de sua política de fraternidade”,<sup>863</sup> Patrocínio faz-lhe algumas críticas, que, a seu juízo, não seriam de “essência”, mas de “forma”. Queixa-se de indefinição na tomada das medidas.<sup>864</sup> Ao tratar de uma suposta predileção do Presidente pelo partido Republicano Federal, mais do que a crítica ligeira, demonstra inquietação

não queremos romper com o Sr. Prudente de Moraes, o que queremos é que ele mostre, se apesar da anistia, a nação ainda se divide entre vencidos e vencedores (...) e se o regime presidencial é uma gerência partidária da comandita legislativa, judiciária e administrativa ou é a válvula de segurança do sufrágio contra o excesso de pressão de paixões facciosas na caldeira política dos partidos em que se divide a Nação.<sup>865</sup>

Patrocínio procurava encarnar a resistência ao partido e assim ser reconhecido. Por ocasião de sua candidatura em 1893, numa carta publicada na *Cidade do Rio*, um leitor apontava-a como uma resistência à oligarquia partidária, contra o partido Republicano.<sup>866</sup> A *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Tarde* também o apoiaram, reconhecendo-o como acima dos partidos regulares, porque teria idéias próprias, sem olhar para o líder.<sup>867</sup> Patrocínio não foi eleito, mas prometeu permanecer na luta, porque “só houvera um derrotado, a lei”.<sup>868</sup> Agradecendo a seus eleitores, disse ter sido derrotado por um partido que se assemelhava a “uma lingüiça feita com as carnes mortas do fratricídio, saturadas pela salmoura do estado de sítio”.<sup>869</sup>

O partido, embora tivesse surgido com o propósito nominal de fortalecer uma República Presidencialista e de unificar as forças republicanas do país, era demonizado por conduzir a política nacional e tutelar o Presidente. Da reunião que lhe deu origem, em 8 de julho de 1893, no Rio de Janeiro, ainda sob o nome de partido Republicano Constitucional, participaram Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Manoel Vitorino, Júlio de Mesquita, Domingos de Moraes e Prudente de Moraes. Na

<sup>861</sup> *Idem*, 13/01/1896. “*Semana Política*”

<sup>862</sup> *Idem*

<sup>863</sup> *Idem*, 13/04/1896 “*Por demais*”

<sup>864</sup> *Idem*, 03/03/1896. “*Semana Política*”

<sup>865</sup> *Idem*, 08/06/1896. “*Semana Política*”

<sup>866</sup> *Idem*, 06/10/1896. “*Sessão Livre*”. Carta enviada pelo Dr.J.C de Lima Bastos.

<sup>867</sup> *Idem*, 10/10/1896

<sup>868</sup> *Idem*, 14/10/1893. “*Aos meus concidadãos*”

<sup>869</sup> *Idem*

ocasião, Aristides Lobo falou da necessidade de “dar ordem ao caos”.<sup>870</sup> O programa apresentado após a instalação definitiva incluía a defesa da constituição e do federalismo, aumentando os poderes locais, a disputa das eleições presidenciais para sucessão de Floriano, o controle das finanças e a educação.<sup>871</sup>

Longe da crítica de Patrocínio, de haver uma ação coordenada, o partido Republicano não possuía uma unidade. Não conseguira nem unir as siglas regionais, que permaneciam em disputa com o poder central e, nem mesmo, apaziguar suas dissensões internas, a despeito do preceito de Glicério de fazer dele um “partido rígido em disciplina e forte em unidade”.<sup>872</sup> Patrocínio, no entanto, apontava para a questão central, o núcleo duro do partido era formado por um florianismo resistente à política de Prudente. Seus quadros, mesmo em pequeno número no Parlamento, com o apoio dos poderes regionais, tornam-se suficientemente ativos frente às demais representações. O produto desse arranjo era o fortalecimento de um sistema que visava ao controle das eleições. Apesar disso, ressaltava que Glicério havia sido o único chefe político que tivera a coragem cívica de reclamar o cumprimento da constituição, quando das eleições gerais e para o poder executivo.<sup>873</sup>

Na *Semana* seguinte, Patrocínio dirige-se ao Presidente, aplicando-lhe um adágio que atribuiu a Salomão, “ao coxo não serve para nada ter as pernas bem torneadas”. Compara a compleição física robusta de Prudente com sua atitude “manca” em relação à política de favorecimentos ao partido Republicano. A partir daí, escasseiam os elogios ao chefe do executivo, as críticas virão diárias e contundentes. Já na semana seguinte, proclama Prudente como uma criação de Glicério.<sup>874</sup> Um outro fato irá contribuir para acentuar sua crítica à fragilidade do governo, a aparente leniência do Congresso e do ministério com a questão dos chamados Protocolos Italianos.<sup>875</sup> A situação provocou inúmeros desdobramentos e serviu a Patrocínio para continuar nas críticas ao ministério do Exterior, o que já vinha desde a questão da ilha Trindade, com a Inglaterra, e do Amapá, com a França; e também às medidas repressivas empregadas pelo governo para conter os protestos. Compara a nação à Penélope e Prudente a

<sup>870</sup> WITTER, José S. *Partido Republicano Federal (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.17. O partido, com seu nome definitivo, seria instalado em 30/07/1893, p.19

<sup>871</sup> *Idem*, p.17-24

<sup>872</sup> *Idem*, p.48. Witter faz uma apreciação laudatória de Glicério, elogia sua participação como líder da maioria, sem transgredir as regras do jogo político, o que o colocava em oposição ao radicalismo dos poderes locais, como no caso da anistia.

<sup>873</sup> *Cidade do Rio*, 03/08/1896. “*Semana Política*”

<sup>874</sup> *Idem*, 10/08/1896. “*Semana Política*”

<sup>875</sup> A Itália reivindicava indenização pelos prejuízos causados pela revolução Federalista. O governo cedeu às pressões, gerando descontentamento.

Ulisses. Na lenda, durante os vinte anos de ausência de Ulisses, a mãe usava de diversos estratégias para afastar os pretendentes à mão de Penélope. Também Prudente teria traído o amor do povo. Por ocasião do aniversário do Presidente, saúda-o, mas não deixa de assinalar suas divergências.<sup>876</sup>

Com a agudização da crise financeira, surge mais um elemento para reforçar a oposição ao governo, Glicério propõe a emissão de papel moeda, sem lastro. Os Bônus também seriam convertidos em bilhete ao portador. Para um *metalista* como Patrocínio seria absurdo.<sup>877</sup> Aproveita para relembrar sua campanha desde o Império contra a pluralidade das emissões, quando dizia que “Lafaiete, Ouro Preto e o visconde do Cruzeiro estavam cavando a desgraça de nossa pátria (...)”. Diz que “a República prestou-se a executar a lei fatal que agora a está desprestigiando”.<sup>878</sup> Também contesta O País, que acusa a falta de numerário nos bancos para alavancar os “negócios legítimos”. Patrocínio responde que dinheiro há, o que faltam são negócios legítimos; critica o monopólio e a especulação.<sup>879</sup>

Em outubro de 1896, outro fato ensombrece o panorama político, Prudente de Moraes, necessitava operar-se de um cálculo vesical, responsável por um quadro de infecção urinária aguda. Em seu lugar deveria assumir Manoel Vitorino, Vice-presidente, que se encontrava ausente. A pequena vacância ensejou uma crise, inclusive porque as relações do Vice com o partido Republicano Federal eram mais formais do que o desejável. A defesa de Vitorino contra uma presumida oposição do partido passará a ser matéria permanente da *Cidade do Rio*.

Voltando ao quadro clínico de Prudente de Moraes, os cuidados cirúrgicos ficaram a cargo do barão de Pedro Afonso, que indicou uma talha hipogástrica. Um procedimento singelo, que consiste apenas em fazer-se um acesso suprapúbico à bexiga, mas, considerado o “estado da arte” da medicina operatória à época, possuía considerável morbi-mortalidade. No caso em apreço, um outro complicador, a enorme transcendência, considerando tratar-se do primeiro mandatário da República. Patrocínio escreve um artigo, no qual, se utiliza de um boato de ameaça à vida de Prudente feita por um anarquista das ruas, para emendar em considerações sobre o procedimento cirúrgico a ser realizado, entrelinhando leve suspeição e exigindo uma discussão pública do caso: “Quem vai ficar sob o escalpelo (...) não é um doente qualquer é a própria

<sup>876</sup> *Cidade do Rio*, 04/10/1896.

<sup>877</sup> As questões entre *metalistas* e *papelistas* na condução da política financeira serão discutidas mais à frente.

<sup>878</sup> *Cidade do Rio*, 29/09 e 05/10/1896. “*Semana Política*”

<sup>879</sup> *Idem*, 29/09/1896. “*O próximo Crack*”

República, que também sofre muito, muito, muito e não obstante, espera resignada uma remissão constitucional da atual febre de onipotência partidária”.<sup>880</sup>

O médico, numa resposta concisa, pede ao jornalista que “suspenda a pena”, garante-lhe a segurança do ato cirúrgico e cogita de uma recuperação rápida, doze dias, sem maiores complicações.<sup>881</sup> Mas a situação, ao invés de acalmar-se, regurgita. Em 27 de outubro, o *Jornal do Comércio* fala de um boato sobre uma possível renúncia de Prudente. A *Cidade do Rio* transcreve a matéria e comenta sobre a situação do país, mantendo a linha alarmista sobre os riscos da cirurgia.<sup>882</sup>

Operado o paciente ilustre, Patrocínio volta à carga, agora acusando os cirurgiões de tê-lo feito “clandestinamente”. Insistia em dizer que não bastavam as opiniões médicas, a Nação deveria ser ouvida. E agora, se faz explícito, “da mesma forma que podem operá-lo, podem conspirar contra sua vida”.<sup>883</sup>

Diante disso, o barão cirurgião mandou para a *Cidade do Rio* um relatório extenso, que descrevia desde a história patológica progressiva do Presidente até o *follow up* pós-operatório, passando pela discussão da indicação cirúrgica, da técnica empregada, da anestesia por clorofórmio e das opiniões de outros profissionais que também assistiram o paciente.<sup>884</sup> Não bastou, Patrocínio, aproveitando-se do detalhamento colocado pelo médico, questionou quase tudo, do diagnóstico ao seguimento cirúrgico, principalmente porque o cirurgião falava de complicações advindas de pré-condições do paciente. Citou como fontes a literatura médica disponível e esticou a polêmica.<sup>885</sup> Outros cirurgiões famosos entraram na discussão, alguns disputando a primazia do método ou questionando as atitudes de Pedro Afonso. Apontavam também para a importância do paciente.

Em 15 de novembro, num artigo em comemoração à República, a *Cidade do Rio* fala do sentimento do povo em relação à vida de Prudente, principalmente por sua importância como o primeiro presidente civil. Se os dois anos de seu governo não tinham sido a “manhã esplendorosa do dia da fraternidade, foi, pelo menos, um luar carinhoso”<sup>886</sup>. O mandatário devia orgulhar-se de sua obra, porque a “charneca de

<sup>880</sup> *Idem*, 25/10/1896. “*O Atentado*”. O próprio título do artigo é sugestivo.

<sup>881</sup> *Idem*, 26/10/1896. “*A Moléstia do Presidente*”

<sup>882</sup> *Idem*, 27/10/1896. “*O Boato*”

<sup>883</sup> *Idem*, 30/10/1896. “*A Moléstia do Presidente*”

<sup>884</sup> *Idem*, 13/11/1896

<sup>885</sup> *Idem*, 14/11/1896

<sup>886</sup> *Idem*, 15/11/1896. “*15 de novembro*”. As citações até o item 108 pertencem a esta matéria.

Na véspera, Patrocínio dirigira uma carta aberta ao Barão de Pedro Afonso sobre a cirurgia que fora efetuada no Presidente. IHGB. Arquivo Prudente de Moraes, 1370 e 1371..



sangue e corrupção” que herdou era agora um “tapete de esperança”. A possibilidade da morte de Prudente, para ele, teria assustado a opinião pública, afinal “o que seria o dia de amanhã?”. Reforça a imagem do Presidente, ele não seria mais uma personalidade, mas “o exercício abstrato da função, a autoridade deixou de ser a força facciosa ou partidária, para ser uma transubstanciação parlamentar”. Não só derrubara a árvore da anarquia, como colocara-lhe “quatro faces: o direito à pátria, a segurança da vida, a liberdade da tribuna e a liberdade da imprensa”.

Durante a convalescença, esticada por muito mais do que doze dias, Patrocínio polemizava diariamente com o partido republicano, principalmente por causa de Manoel Vitorino. Alertava sobre a intenção do partido de também tutelá-lo, principalmente nas manobras para recompor o ministério, após a saída dos titulares das pastas militares, da Viação e da Fazenda. O Vice teria afirmado que iria consultar Prudente. Para Patrocínio, ele não devia satisfações ao presidente licenciado, afinal possuía a autoridade do cargo, conferida pela constituição. Aventa a existência de um plano do partido, não só para as demissões, mas também para a consulta, com o fito de expor Vitorino publicamente.<sup>887</sup> Ocorre que com a evolução dos fatos, Vitorino procurou alinhar-se com o partido, fazendo com que as críticas do jornalista se voltassem contra ele: havia deixado de ser o Vice-presidente constitucional, para ser um representante do “*diretório*”.<sup>888</sup>

Por fim, no dia 21 de novembro, são nomeados Bernardino Campos, para a Fazenda, e Joaquim Murtinho, para a Viação, Indústria e Obras Públicas.<sup>889</sup> Patrocínio faz elogios candentes aos dois, inclusive afirmando a importância de Murtinho ser médico, porque lidaria com seres humanos. Essa observação torna-se saliente, porque nos primeiros tempos do governo Campos Sales a imagem irá mudar.

À essa época, a *Cidade do Rio* publicava uma coluna diária, satírica, inclusive de humor ousado, com duplo sentido, chamada *Cidade Nova*. Na edição do dia 21 de novembro, aparece um pequeno texto, “Quem boa cadeira faz... nela senta-se o dono. A mobília da casa não é de quem a faz, mas de quem a merece. Marceneiros fazem mobílias e trastes para aqueles que a encomendam (a) Glicério”. Para que se entenda o

<sup>887</sup> *Idem*, 18/11/1896. “*Recomposição Ministerial*”

<sup>888</sup> *Idem*, 20/11/1896. “*A Crise*”

<sup>889</sup> *Idem*, 21/11/1896. “*Reorganização Ministerial*”. Joaquim Murtinho era engenheiro e médico homeopata. Eleito senador por seu estado natal, Mato Grosso, em 1890, operou intensamente para o fortalecimento de sua família no estado, obtendo concessões de estradas de ferro, bancos, assumindo latifúndios, inclusive de forma fraudulenta. Ver em: LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, col. Brasileira, v.360, 1976, p.136-7

sentido, é preciso explicar que Manoel Vitorino, apesar de médico e tribuno reconhecido, em sua juventude fora marceneiro, trabalhando na oficina de seu pai. Fica claro, agora, o espírito da coisa!

A relação de Patrocínio com o partido Republicano Federal é penosa. Até a volta de Prudente, ele se manterá criticando a agremiação, ou por causa de Vitorino, ou pela crise financeira. A sigla PRF é parodiada como partido da Ruína Financeira. Ao aproximar-se o final da segunda legislatura, denuncia a incapacidade do grupo parlamentar em garantir uma vida institucional, a “União ficara reduzida ao expediente de seus ministérios e diretórios” e o artigo 6º havia sido “esquartejado”.<sup>890</sup> Logo em seguida, em outro artigo, fala da decepção gerada pelo momento em que o país vivia e clama pela volta do Presidente, “para acabar com o diretório no poder”.<sup>891</sup>

A discussão sobre eleições municipais vai gerar grande quantidade de matérias na *Cidade do Rio*. Denunciam-se manobras para a vitória dos candidatos do partido Republicano, que havia formado uma chapa com gente absolutamente desconhecida. Na realidade, o P R Federal possuía ampla maioria na cidade, exatamente por sua influência no voto distrital, haja vista que dos 26 intendentes, só seis eram eleitos por toda a capital federal, os outros eram votos distritais. Conforme Freire, além da corrente republicana, concorriam outras duas forças, os monarquistas e os democratas. Estes se alinhavam no partido Democrata Federalista, onde estavam Bezerra de Menezes, Herédia de Sá e Patrocínio. Colocavam-se em oposição ao jacobinismo e ao florianismo.<sup>892</sup> Mas o partido Republicano Federal vence as eleições e Patrocínio, apesar da ironia dos comentários a respeito das circunstâncias que envolveram o pleito, diz reconhecer a soberania do povo e respeitar suas escolhas.<sup>893</sup>

O início do ano de 1897 é marcado pelo avultamento de uma situação surgida em meados de 1896, o enfrentamento militar com um movimento messiânico no interior da Bahia, que transbordara de uma questão local para tornar-se um problema nacional, entendido como uma ameaça à República. Prudente retorna e assume o governo num momento crítico de hostilidades jacobinas.

<sup>890</sup> *Idem*, 07/12/1896. “*Semana Política*”

<sup>891</sup> *Idem*, 09/12/1896. Foram comentários a uma carta aberta de Prudente de Moraes, em que ele agradecia publicamente o apoio e incentivo que recebera durante seu padecimento,

<sup>892</sup> **FREIRE**, Américo. *Op. Cit.*, p.24. Conforme Marcos Veneu, há, nesse momento, um grande número de agremiações partidárias de duração efêmera, com a finalidade imediata de apresentar quadros às eleições que se avizinhavam. A dispensa de filiação partidária para os candidatos aumentava as dissidências e a formação de grupos de pressão, oriundos de clubes ou de associações de bairros. Cf. **VENEU**, Marcos Guedes. *Enferrujando o Sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895*. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 30, n. 1, 1987, p. 45-72.

<sup>893</sup> *Idem*, 31/12/1896. “*Penitência*”

### 5.3.1 – O barrete frígio contra o chapéu de palha

**D. Sebastião já chegou  
E traz muito regimento  
Acabando com o civil  
E fazendo o casamento.**

**O anticristo nasceu  
Para o Brasil governar  
Mas ahi está o Conselheiro  
Para deles nos livrar!**

**Visita vem nos fazer  
Nosso rei D. Sebastião.  
Coitado daquele pobre  
Que estiver na lei do cão.**<sup>894</sup>

Conforme Jacqueline Herman, desde a década de 1870, já circulavam notícias sobre uma personagem que vagava pelo agreste baiano, aconselhando pessoas e restaurando igrejas. Um beato, que após ter sido absolvido da acusação de ter matado não só sua própria mãe, mas também a mulher, que o abandonara, acabou por fixar-se, em 1893, numa fazenda exangue, a Bel Monte.<sup>895</sup> Inicialmente conhecido como Antônio dos Mares, passara a ser Antônio Conselheiro e liderava, com inegável messianismo, uma comunidade de sertanejos tangidos pelas condições de pobreza.

Para Herman, o conselherismo se inseriu nos chamados movimentos messiânicos brasileiros. A Igreja, que se adaptara às limitações impostas pela República, conseguira readquirir prestígio e poder, mas perdera o controle sobre as manifestações populares, que se faziam contra a nova situação<sup>896</sup>.

Na década de 1880, começam a aparecer notícias na imprensa do Rio de Janeiro a respeito de um grupo de sertanejos, que se reuniam - sob a liderança desse Antônio Conselheiro - em uma região árida e desprovida de interesses econômicos, situada no interior da Bahia. De início, a situação era pensada como um ajuntamento de fanáticos religiosos liderados por um psicótico delirante. Analisando retrospectivamente o perfil do líder, o professor Nina Rodrigues, da Bahia, rotulou-o como um indivíduo acometido

<sup>894</sup> Quadrinhas populares recolhidas por Euclides da Cunha no teatro de operações em Canudos. Cf. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Porto: Lello & irmãos, 1983, v.1, p.212

<sup>895</sup> HERMANN, Jacqueline. Religião e Política no Alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. Cit.* p, 140

<sup>896</sup> *Idem*, p.125

de “psicose sistemática progressiva”. Uma afecção que teria sido precipitada por circunstâncias ambientais.<sup>897</sup>

A repercussão na imprensa era de inquietação, Machado de Assis, em 1894, com ironia, critica a glamourização romântica,

Telegrama da Bahia refere que o Conselheiro está em Canudos com dois mil homens perfeitamente armados. Que Conselheiro? O Conselheiro. Não lhe ponhas nome algum, que é sair da poesia e do mistério. É o Conselheiro, um homem, dizem que fanático, levando consigo a toda a parte aqueles dois mil legionários (...) Sim, meus amigos. Os dois mil homens do Conselheiro, que vão de vila em vila, assim como os clavinoteiros de Belmonte, que se metem pelo sertão, comendo o que arrebatam, acampando em vez de morar, levando moças naturalmente, moças cativas, chorosas e belas, são os piratas dos poetas de 1830(...) Crede-me, esse Conselheiro que está em Canudos com os seus dois mil homens, não é o que dizem telegramas e papéis públicos. Imaginai uma legião de aventureiros galantes, audazes, sem ofício nem benefício, que detestam o calendário, os relógios, os impostos, as reverências, tudo o que obriga, alinha e apruma. (...) Não, por Satanás! Os partidários do Conselheiro lembraram-se dos piratas românticos, sacudiram as sandálias à porta da civilização e saíram à vida livre(...) A vida livre, para evitar a morte igualmente livre, precisa comer, e daí alguns possíveis assaltos. Assim também o amor livre. Eles não irão às vilas pedir moças em casamento. Suponho que se casam a cavalo, levando as noivas à garupa, enquanto as mães ficam soluçando e gritando à porta das casas ou à beira dos rios. As esposas do Conselheiro, essas são raptadas em verso, naturalmente(...) Olhai que tudo cresce, que os exércitos de hoje não são já os dos tempos românticos, nem as armas, nem os legisladores, nem os contribuintes, nada. Quando tudo cresce, não se há de exigir que os aventureiros de Canudos, Alagoinhas e Belmonte contem ainda aquele exíguo número de piratas da cantiga: Dans la galère capitane, Nous étions quatre-vingts rameurs (...)<sup>898</sup>

Em 31 de janeiro, comenta no mesmo tom irônico,

Não trato, porém, de conselheiristas ou não-conselheiristas; trato do conselheirismo, e por causa dele é que protesto e torno a protestar contra a perseguição que se está fazendo à seita(...) A perseguição faz-nos perder isto; acabará por derribar o apóstolo, destruir a seita e matar os fanáticos. A paz tornará ao sertão, e com ela a monotonia (...)

Em dezembro de 1896, sua palavra, torna-se mais incisiva ; compara o líder sertanejo a uma epidemia

ANTÔNIO CONSELHEIRO é o homem do dia; faz-me lembrar o beribéri. (...) Acompanhei a moléstia; vi que se espalhava pouco a pouco, mas segura. Foi assim que chegou à Bahia, e anos depois estava no Rio de Janeiro, de onde passou ao Sul. Hoje é doença nacional. Quando deram por ela, tinha abrangido tudo. Ninguém advertiu na conveniência de sufocá-la nos primeiros focos. O mesmo sucedeu com Antônio Conselheiro. Este chefe de bando há muito tempo que anda pelo sertão da Bahia espalhando uma boa nova sua, e arrebanhando gente que a aceita e o segue. Eram vinte, foram cinqüenta, cem, quinhentos, mil, dois mil; as últimas notícias dão já três mil. Antes de tudo, tiremos o chapéu. Um homem que, só com uma palavra de fé, e a quietação das autoridades, congrega em torno de si três mil homens armados, é alguém. Certamente, não é digno de imitação; chego a achá-lo detestável; mas que é alguém, não há dúvida. (...) Como e de que vivem os sectários de Antônio Conselheiro?(...) Se não têm rendas, vivem naturalmente das do mato, caça e fruta, ou das dos outros, como os salteadores. A verdade é que vivem. A crença no chefe é grande; Antônio Conselheiro tem tal poder sobre os seus amigos, que fará deles o que quiser (...)

As escaramuças locais,

<sup>897</sup> RODRIGUES, Nina. A Loucura Epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e Jagunços. In: *As Coletividades Anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939, pp.50-77.

<sup>898</sup> *Gazeta de Notícias*, 22/07/1894

(...) Agora mesmo, no primeiro ataque da força pública, sabe-se que eles, baleados, vinham às fileiras dos soldados para cortá-los à facção, e morrer. Entretanto, eles têm amigos estabelecidos à sombra das leis. Um telegrama diz que de Alagoinhas mandaram pólvora e chumbo ao chefe. Apreenderam-se caixões com armas Comblaim e Chuchu. Dizem as notícias que não se pode destruir tal gente com menos de seis mil homens de tropa. Talvez mais; um fanático, certo de ressuscitar daí a quinze dias, como ele assegura, vale por três homens (...).

O risco para o regime,

**(...) Há um ponto novo nesta aventura baiana; está nos telegramas publicados anteontem. Dizem estes que Antônio Conselheiro bate-se para destruir as instituições republicanas.** Neste caso, estamos diante de um general Boulanger adaptado ao meio, isto é, operando no sertão, em vez de o fazer na capital da República e na câmara dos deputados, com eleições sucessivas e simultâneas. É muita cousa para tal homem; profeta de Deus, enviado de Jesus e cabo político, são muitos papéis juntos, conquanto não seja impossível reuni-los e desempenhá-los(...) (Grifos meus)

A ameaça golpista,

Entretanto, como a alma passa por estados diferentes, não é absurdo que o atual estado da do nosso patricio seja a ambição política. Pode ser que ele, desde que se viu com três mil homens armados e subordinados, tenha sentido brotar no espírito profético o espírito político, e pense em substituir-se a todas as Constituições (...)

A partir daí, a crônica assume sua característica satírica, falando da possibilidade de Antônio Conselheiro assumir o poder na rua do Ouvidor, contra o que seria a escolha do cronista,

(...) faria o contrário daquele fundador. Não viria aos centros povoados, onde a corrupção dos homens torna difícil qualquer organização sólida, e o espírito de rebelião vive latente, à espera de oportunidade. Não, meus amigos, era lá mesmo no sertão, onde os bichos ainda não jogam nem são jogados; era no mais fechado, áspero e deserto que eu levantaria a minha cidade e a minha igreja(...) <sup>899</sup>

Em 31 de janeiro de 1897, também a *Cidade do Rio* publicava notícias sobre escaramuças do grupo conselherista com a polícia baiana. A partir daí, as notas se tornarão mais freqüentes e consistentes, com transcrições de matérias produzidas pela imprensa baiana. É interessante a observação do jornal de Patrocínio sobre as dificuldades na obtenção de notícias. Em 12 de fevereiro, o *Correio de Notícias*, da Bahia, repercute a idéia da ameaça à República.

A diferença entre as duas notícias, também presente na crônica de Machado, revela o ponto crucial na evolução do olhar sobre a situação. De um movimento local de loucos e fanáticos, passava-se agora a tratar de uma ameaça ao regime republicano.

Apesar de o objetivo desta pesquisa não seja o de discutir as razões de Canudos, é importante reter algumas referências teóricas, que poderão ajudar a compreender,

<sup>899</sup> *Gazeta de Notícias*, 06/12/1896

juntamente com as circunstâncias políticas, um momento significativo também para a trajetória de Patrocínio, conforme será discutido adiante.

Canudos foi e ainda é um foco de atração para estudiosos, pelas dificuldades que oferece a uma síntese explicativa, inclusive pela escassez de fontes. Seguiremos aqui a discussão historiográfica apresentada por Herman, começando pela interpretação clássica de Euclides da Cunha. O escritor, à época trabalhando para o jornal o *Estado de São Paulo*, aderiu inicialmente à vaga que entendia o movimento como uma resistência restitutionista monárquica. Comparando a situação com a Revolução Francesa, chama Canudos de *Nossa Vendéia*, em alusão à *Vendée*, local da resistência encarniçada e longa dos *chouans*, os contra-revolucionários da Bretanha, que, insuflados pelos clérigos e nobres da região, lutaram até 1799 contra a república francesa.

Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ngênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do império. (...) O chouan fervorosamente crente ou o tabaréu fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam o pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados. (...) A Revolução Francesa que se aparelhava para lutar com a Europa, quase sentiu-se impotente para combater os adversários impalpáveis da Vendéia - heróis intangíveis que se escoando céleres através das charnechas prendiam as forças republicanas em inextricável rede de ciladas(...)Este paralelo será, porém, levado às últimas consequências. A República sairá triunfante desta última prova.<sup>900</sup>

Essa imagem será utilizada por Patrocínio, conforme mostrado adiante.

Designado correspondente da folha, Euclides, ainda em trânsito, clamava por uma intervenção exemplar, "que a nossa Vendéia se embuce num largo manto tenebroso de nuvens... Rompê-lo-á, breve, a fulguração da metralha, de envolta num cintilar vivíssimo de espadas". E conclui, dando vivas à República.<sup>901</sup> No entanto, a observação *in loco* mudaria o seu enfoque. A partir dela, assumiu uma postura explicativa ambivalente, em que valorizava e desvalorizava os participantes como produtos da dicotomia civilização/ atraso, da irracionalidade; e de uma miscigenação que os marginalizava e, ao mesmo tempo, fortalecia. Tratava-se de uma raça inferior, produto híbrido da miscigenação. Preocupava-se com a inviabilidade do projeto republicano positivista modernizador, se mantidos contrastes como aqueles. Pare ele, vivia-se ainda um estágio inferior na evolução das sociedades.

Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensaram no seu misticismo feroz e extravagante. Ele [Conselheiro] foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo da agitação de que surgiu.<sup>902</sup>

<sup>900</sup> *Estado de São Paulo*, 14/03/1897. "A Nossa Vendéia". Outro artigo de mesmo teor será publicado em julho.

<sup>901</sup> *Idem*, 22/08/1897. "Canudos, diário de uma expedição". O artigo foi escrito ainda a bordo do navio.

<sup>902</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, vol.II, 1966

Antônio Conselheiro, cujo destino deveria ser o da “solicitude dos médicos”, a o ser empurrado pelas circunstâncias a “bater de encontro à civilização”, acaba “indo para a história como poderia ter ido para o hospício”.<sup>903</sup>

Conforme Belo, Euclides chegara a “arbitrárias conclusões de etnógrafo e sociólogo”<sup>904</sup> Caíra num determinismo estrutural, onde não havia escolhas.

Essa veia explicativa foi majoritária até o aparecimento do trabalho de Rui Facó, *Cangaceiros e Fanáticos*, de 1963, que, expressando o pensamento crítico da época, minimizou o componente messiânico, valorizando o movimento como uma ação revolucionária camponesa pela posse da terra.

Outros cientistas sociais, como Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Messianismo no Brasil e no Mundo* e Duglas Monteiro, *Um Confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado*, ofereceram visões genéricas sobre o messianismo, que resguardadas suas singularidades, adotavam a concepção da “cultura rústica”, pensada por Antônio Cândido.<sup>905</sup> Tratava-se de explicações políticas.

Especificamente sobre Canudos, Herman ressalta dois trabalhos de historiadores, o de Marco Antônio Villa, *Canudos*, e o de Robert Levine, *O Sertão Prometido*. O primeiro insere o conselherismo numa luta política dos sertanejos no enfrentamento dos “*landlords*”. E o segundo o toma com mais um movimento milenarista. Para ambos os autores, as ações possuíam uma lógica política estruturada.<sup>906</sup>

Na resistência às ações desenvolvidas pelo grupo estavam a Igreja, que, motivada pela “romanização”, precisava controlar o heretismo e o governo baiano preocupado com aquele ajuntamento de pessoas extravagantes e, pior, insubmissas à fiscalidade municipal e à República.<sup>907</sup> A oportunidade de uma ação repressiva contundente parece ter surgido a partir de uma reação violenta dos conselheristas, em Juazeiro, quando deixaram de receber materiais adquiridos para a reconstrução de sua igreja. A partir daí, começam as hostilidades da polícia baiana.

<sup>903</sup> *Idem*, p.193

<sup>904</sup> BELO, José Maria. *Op.Cit*, p.146

<sup>905</sup> A cultura rústica seria um produto híbrido entre a tradição cultural autóctone em contato com culturas diversas. Seria um produto instável, marcada por redes elementares de sociabilidade, favorecendo o messianismo.

<sup>906</sup> HERMAN, Jacqueline. Canudos Destruído pela República, uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, nº 3,1996, p. 85

<sup>907</sup> Alguns autores descrevem uma reação dos sertanejos contra a cobrança de impostos municipais.

A *Cidade do Rio*, em 20 de fevereiro de 1897, retoma um fato comentado por Machado de Assis, na crônica de 1896, transcrita acima, a apreensão de armas que se destinariam ao grupo, dando maior dimensão aos riscos representados por eles.

Repercutindo nacionalmente, o que antes era apenas inquietação tornara-se insuportável, inclusive porque as duas primeiras investidas das forças militares e policiais sobre o arraial, foram rechaçadas. A segunda delas, sob o comando de um major do Exército, dispunha de armamento e logística compatíveis com a missão, porém parece ter enfrentado um complicador extra-combate, divergências na condução das ações entre o Exército, representado pelo general Sólon, comandante do distrito militar, e o governo da Bahia. Havia, pois, a necessidade de uma resposta definitiva, sob uma liderança militar tida e havida como desassombrada. Foi escolhido o coronel Moreira César, jacobino de todas as horas, responsável pela morte de inúmeras pessoas em Santa Catarina, sob o manto do legalismo. Mas, apesar de todo o aparato bélico, a tropa é derrotada e seu comandante é morto. Para a oposição jacobina, a República havia sido ultrajada por um bando de fanáticos andrajosos.

Como não poderia deixar de ser, culpavam os monarquistas, suspeitava-se de uma conspiração financiada por monarquias estrangeiras para inviabilizar a República nascente.

O presidente em exercício, Manoel Vitorino e o governador da Bahia, Luís Viana, trocavam acusações. O governador era inimigo político do Vice e aliado de Prudente de Moraes. Para ele, Vitorino, que era o governador do estado à época das primeiras escaramuças, teria desde então negligenciado a questão. A situação espelha exatamente a instabilidade institucional da República à época, a luta aberta pelo poder entre diversos grupos republicanos e o barulho jacobinista nas ruas. A morte de Moreira César foi o estopim do grupo jacobino-militarista, apoiado em larga extensão por segmentos da imprensa, que incluía a *Cidade do Rio*. Conforme Patrocínio, o jornal *A República*, o primeiro a dar a notícia, viu-se obrigado a retirar o exemplar que fora afixado à porta da redação, diante da comoção popular.<sup>908</sup>

Ainda na edição de 8 de março, a *Cidade do Rio* noticia os distúrbios acontecidos na rua do Ouvidor e adjacências, inclusive o empastelamento da *Gazeta da Tarde*, do *Apóstolo*, do *Liberdade* e a invasão da residência do coronel Gentil de Castro, monarquista, proprietário da *Gazeta* e gerente do *Liberdade*. O coronel seria morto em episódio posterior, quando embarcava no trem para Petrópolis. Republicanos subiam e

<sup>908</sup> *Cidade do Rio*, 08/03/1897. “Aos Heróis”



desciam a Ouvidor, freneticamente, estimulados pelos discursos exaltados de Patrocínio e outros jornalistas, ouvidos das sacadas das redações. Em meio a tantas matérias sobre as ações populares, a notícia da morte de Gentil de Castro foi lacônica.

O Presidente teria delegado ao ministro da Guerra decidir sobre as medidas adequadas para conter os distúrbios. No dia seguinte, as manifestações continuaram. Num “*meeting*”, no largo de São Francisco, João Clapp e outro republicanos apresentavam uma moção, solicitando ao governo que decretasse o estado de sítio. Em sua ordem do dia, o ajudante-general do Exército garantiu que a força agiria em estreita obediência às ordens emanadas pelo Presidente. E, ao comentar o enlutamento das armas e da família brasileira, lembrou à tropa que a calma, mesmo na adversidade, era uma virtude do soldado.<sup>909</sup>

Também em São Paulo houve comoção popular, “o sangue dos mártires avermelhou a aspiração popular com uma aurora de desforra”.<sup>910</sup> Uma questão local se transformara em nacional, exatamente como mote para acender o salvacionismo. A questão de Canudos era um *fake* das disputas republicanas; por isso, a necessária transformação do “outro” em inimigo inconciliável da civilização.

Patrocínio, num editorial, do dia 8 de março, pergunta se é possível condenar a massa convulsa, comandada pela “dor”. E justifica a indignação popular com a derrota da tropa: o Brasil perdera, “numa emboscada”, muitos dos mais brilhantes representantes militares. Faz a defesa exemplar da repressão, colocando Canudos como uma situação limite,

Não se trata de uma dissidência, mas a questão de vida ou morte para as instituições. **Tanto quanto é possível num governo revolucionário, a República tolerou a propaganda dos adversários, o caso de Canudos, porém, não pode ficar dentro da órbita da tolerância, que nós outros, muitas vezes, sincera e fraternalmente pedimos a todos (...)** (Grifos meus)<sup>911</sup>

Admite que Prudente de Moraes, que retornara ao governo disposto a arrasar o movimento, teria acertado ao dizer ao Congresso,

por trás do fanático de Canudos opera a política. Mas nós estamos preparados, tendo todos os meios para vencer, seja como for e contra quem for (...) a causa da legalidade e da civilização, em breve, vencerá a ignorância e o banditismo. (...) o Exército (...) destroçará os que ali estão envergonhando a civilização.<sup>912</sup>

<sup>909</sup> *Idem*, 09/03/1897. “*O Dia de Ontem*”

<sup>910</sup> *Idem*, 09/03/1897. “*Pela República*”

<sup>911</sup> *Idem*, 08/03/1897. “*Aos Heróis*”.

<sup>912</sup> *Mensagem Apresentada ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente Prudente de Moraes*. Apud: HERMANN, Jacqueline. *Can. Destr. Rep.*, p.95

Daí, parte para a pregação aberta da necessidade de afirmar mundialmente o regime republicano brasileiro, através de uma “política inflexível”. Era necessário mostrar que

o Brasil não é governado por instituições efêmeras, mas definitivas e indestrutíveis (...) convença que a República está feita e que a ele só pode suceder a fórmula para o progresso humano que venha a conquistar, venha a abolir absolutamente todos os privilégios e todos os preconceitos que até agora têm retardado a prática serena da liberdade(...) <sup>913</sup>

Adere à glorificação de Moreira César, “A *Cidade do Rio* sintetiza em Moreira César a homenagem que, entre lágrimas, tributa aos heróis imolados no altar da República, nas jornadas de 3 e 4 de março, em Canudos(...)”

Ao comentar sua proximidade com o morto, exalta o republicanismo do *herói*,

(...) Quem escreve estas linhas pode dar testemunho da sinceridade republicana de Moreira César. Nos tempos da propaganda, eram um só coração. Amavam-se como irmãos. Não houve segredo entre eles e gratos que eram, porque nasciam do mais entranhado amor à pátria (...)

Utilizando-se do mesmo recurso com que propalava sua própria singularidade, ou seja, estabelecendo o abolicionismo como passaporte para o heroísmo, inclui Moreira César no panteão dos heróis abolicionistas,

(...) durante a propaganda republicana era o Moreira César um dos supremos apelos para levar longe a esperança ao cativo. Com ele garantíamos a vida do propagandista, porque nossos adversários estavam convencidos que ele não sabia tergiversar e fazia de sua espada uma tara para que a lei pesasse ouro fio o direito da propaganda abolicionista (...).

Continua falando de suas relações com o homenageado, tratando de um momento importante da República,

(...) Proclamada a República, ambos fizeram um movimento que ninguém compreendeu a princípio. Ambos sinceros e leais a Deodoro, separaram-se de sua política. O militar e o jornalista encontravam-se, como sempre, num pensamento comum: é que a República não podia ser de uma individualidade, por mais gloriosa que ela fosse e, por isso mesmo, não poderiam velhos republicanos permitir que, para não melindrar um homem, se desnaturasse o seu ideal. O Sr, Prudente de Moraes deve lembrar-se de que no dia da eleição de Presidente e Vice- presidente pelo congresso constituinte, que escreve estas linhas saudou-o e ao então general Floriano com o mais sincero entusiasmo. O que ninguém sabia – exceção feita a alguns amigos – era que um punhado de brasileiros tinha entrado no Congresso, depois de haver celebrado um pacto, que dali sairia o Presidente, o Dr. Prudente de Moraes, se conseguisse maioria, ou então ficariam mortos lá dentro esse pugilo de republicanos, e um deles era Moreira César. Fatalidades que não podem ser explicadas separaram os dois amigos (...) Daí que o escritor destas linhas sente um grande orgulho de haver amado uma grande parte da vida de Moreira César, com a sinceridade com que hoje sufraga sua memória gloriosa(...) Nem todos os heróis políticos têm a fortuna de atravessar ávida por uma estrada de flores, muitos, a maior parte, chegam à imortalidade vadeando num mar de sangue(...)

<sup>913</sup> *Cidade do Rio*, 08/03/1897. “*Aos Heróis*”. Todas as referências até o item 135 pertencem a esta matéria.

Conta da preocupação do militar morto, que dissera pouco antes, “estamos numa situação melindrosíssima para a República, a nós outros só resta um dever: somos os seus soldados para impedir que as paixões a desnaturem”.

Continuando, comenta que ficava provado que o republicano morria, mas não perdia sua fé. A situação estimulava os jovens à defesa das instituições. A chave era Prudente, não seria necessário o Presidente

dar arras da sua calma e da intransigência de sua fé republicana. O que é preciso é que confiemos nele, que o cerquemos com lealdade e firmeza, para que possamos nesse transe dolorosíssimo vencer sem tirania, arraigar o nosso ideal sem que tenhamos de lamentar no dia seguinte os excessos de nossa justa indignação contra os que no-lo querem roubar. Glória aos mortos e fé na República

Apesar do tom revolucionário de seu artigo, que representa uma inflexão na sua trajetória conciliadora com as possíveis resistências à República, situação que será discutida mais adiante, observa-se que ao final Patrocínio já ilumina a necessidade da guarda das instituições e a canalização da indignação num rumo pragmático, em torno da figura do Presidente eleito, o que dependeria da unificação das forças republicanas.

Outra inflexão é a adesão de Patrocínio à visão conspiratória, que atribuía aos monarquistas a responsabilidade pelos feitos em Canudos. Até aqui, ele sempre defendera o direito de manifestação para os monarquistas, inclusive criticando Campos Sales pelo fechamento do Centro Monárquico de São Paulo, assim como o Supremo Tribunal Federal por considerar subversiva a propaganda monarquista. Agora, adotava um discurso confuso, onde falava de um monarquismo representado na concretude da ação local dos sertanejos, o “monarquismo do cajado e do burel”,<sup>914</sup> Mas completava, dizendo que o silêncio observado pelo monarquismo sobre o fato mostrava que ele não tinha coragem nem assumir a responsabilidade de tão monstruosa selvageria nem de abrir mão de seus possíveis frutos.<sup>915</sup> É óbvio que Patrocínio não dispunha de elementos concretos que provassem o envolvimento dos monarquistas e, por isso, usava de uma artimanha, para incriminá-los, lançando mão do próprio silêncio. Seria um atavismo monarquista, sem cara, que se encarnara naqueles amotinados. Se existe culpado é a monarquia, diria em outro artigo.<sup>916</sup> Rui Barbosa criticava, “ninguém logrou, até hoje, precisar o mais leve indício de mescla restauradora nos sucessos de Canudos”.<sup>917</sup> Mas,

<sup>914</sup> *Idem*, 10/03/1897. “*Pela Desafrenta*”

<sup>915</sup> *Idem*, 17/03/1897. “*Orientação Necessária*”

<sup>916</sup> *Idem*, 22/03/1897. “*O Governador da Bahia*”

<sup>917</sup> Discurso de Rui Barbosa no Politeama Baiano em 24/05/1897. In: **BARBOSA**, Rui. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: vol.XXIV, tomo 1, s/d, p.66

para o jornalista negro, o importante naquele momento era construir o inimigo, e nisso ele é pródigo.

Querem fazer de Canudos uma Vendéia, mas felizmente para nossa pátria, os que se têm batido contra os fanáticos, soldados leais, não se indisciplinam, apesar das amargas decepções que lhes têm surpreendidos, porque enviados para chamar à lei míseros campônios ignorantes, explorados pelo fanatismo, têm-se encontrado com tremendas forças amestradas para combater. Um combate desigual de um para vinte (...) <sup>918</sup>

Essa hipótese de uma construção movida pelas circunstâncias parece ficar provada, não só pela história pregressa do jornalista, mas por um texto publicado na *Cidade do Rio*, em primeiro de janeiro de 1898, onde alega que era “a especulação jacobina [que] apontava como um movimento monarquista”.

Continuando a matéria de 97, acrescenta que ninguém conhece ao certo o número de jagunços, “os sertões como que mitologicamente transformam pedras em combatentes”. É enfático, “Canudos é um volvo fétido do Império (...)” <sup>919</sup>. Lá,

um matricida destorce a fê cristã na esperança do ressurgimento do trono bragantino. Se ele vencesse, o bordão do Conselheiro se transformaria em cetro imperial, o seu burel em púrpura, o bacamarte de João Abade em armamento do exército imperial e os doze apóstolos em conselheiros do estado.

Não se trataria de um combate leal, dentro dos limites da civilização e, por isso, defende o extermínio dos insurretos,

Canudos não pode deixar de ser o destino final do monarquismo (...) não pode haver misericórdia do homem civilizado. **Deve-se marchar para lá como uma caçada de feras e não como num campo de batalha onde, de parte a parte os contendores servem a uma causa justificável perante a civilização.** (Grifo meu)

E fecha, “as legiões republicanas voltarão vitoriosas, Canudos é a última aula de ingenuidade e de desventura que vamos cursar”.

Retomando a questão da preservação da ordem, no dia 9 de março, o ministro do Interior, Amaro Cavalcanti, desencadeava uma série de ações contra a balbúrdia das ruas, prometendo apurar com rigor o empastelamento e o incêndio dos jornais, assim como o incidente com Gentil de Castro, que mesmo acompanhado de proteção policial fora assassinado. O ministro percorreu a rua do Ouvidor, em meio à massa, concitando o povo e oficiais do Exército a manter a continência nas suas atitudes, ameaçando-os com o uso da força. Teria dito, “é tempo de manter a ordem!”. <sup>920</sup> Conforme a *Cidade do Rio*, também Alcindo Guanabara, da sacada do jornal *A República*, aconselhou o povo ao comedimento, tendo aproveitado para comunicar que o ministro da Fazenda

<sup>918</sup> *Cidade do Rio*, 09/03/1897. “*Pela República*”. As citações até o item 141 pertencem a esta matéria.

<sup>919</sup> *Idem*, 12/03/1897. “*Ensaio de Parricídio*”. As citações até o item 142 pertencem a esta matéria.

<sup>920</sup> *Idem*, 10/03/1897. “*O Dia de Ontem*”

teria garantido a proteção do povo, ameaçado pelo “capricho de um doido como o Sr. ministro do Interior”<sup>921</sup>.

Na mesma data, na *Cidade do Rio* tomavam-se as ações populares como demonstração de “inteireza republicana”. No entanto, pondera,

mas a história nos ensina que em dadas circunstâncias, é preciso obedecer principalmente às forças morais que representam o espírito cívico, para que limpando a atmosfera política, preparem um ambiente de paz e segurança ao trabalho, à riqueza e à glória da Nação.

O governo teria aparecido para garantir as instituições, mas é necessário garantir a ordem, para que se pudessem tomar as decisões, “no momento atual, qualquer excesso de pundonor pode encarecer o sacrificio sagrado que a pátria vai fazer (...) não são os republicanos que negarão ao governo a serenidade (...)”<sup>922</sup>.

Em artigo de 11 de março, Patrocínio continua descendo o tom, e conclamando para o apoio popular em torno do governo. O momento já seria de calma e exigia uma reflexão. Como de hábito, usa a história da França como exemplo, falava da importância da austeridade de Thiers e da confiança popular. Lá, apesar de a luta partidária ter-se mantido acesa e ameaçadora, “os adversários não puderam explorar essas dimensões em proveito da causa”. Trazendo para a situação brasileira,

“em vão os especuladores procurarão agora pretextar que não temos a coesão política necessária para manter as instituições, que nenhum poder conseguirá destruir. Não há como negar que o povo e o governo sintetizam uma aspiração comum e ambos se sentem com a decisão e o bom senso necessários para compreender a situação e dominá-la”.

#### Exulta com a República,

(...) agora somos um povo, pensamos, queremos e agimos (...) Uma fórmula de governo que só tem sete anos de existência e que teve como única herança o pântano da escravidão para aterrar e sanear e, não obstante, uma vida de dissensões tremendas, pode dizer alto: eu tenho por mim a maioria do povo; pode levantar orgulhosa a cabeça e reptar os que secundam por interesseiros terrores da bolsa, os conspiradores infatigáveis: sede leais ou sereis castigados de modo, o mais severo.<sup>923</sup>

No dia 17, com a intenção de apoiar uma proposta de união dos republicanos, lançada pelo Jornal *A República*, adverte que “a desforra de Canudos não se fará por um tumulto partidário, mas pela ação consciente do governo”. E coloca explicitamente a idéia esboçada no artigo anterior,

O Sr. Prudente de Moraes tem a calma de Thiers. Não traduz sua fisionomia a tenacidade inquebrantável que é o fundo de seu caráter, mas a sua vida de propagandista, os

<sup>921</sup> *Idem*. O fato de Guanabara chamar o ministro de *doido* será por demais explorado pela *Cidade do Rio* quando do retorno do jornalista, após a prisão determinada pelo estado de sítio. Ele estará à frente de um novo jornal, a *Tribuna*, de oposição ao governo.

<sup>922</sup> *Idem*, 10/03/1897. “*Pela desafronta*”

<sup>923</sup> *Idem*, 11/03/1897. “*Refletindo*”

combates que deu para fazer vingar a pureza dos princípios republicanos respondem pela energia que S. Ex<sup>a</sup> saberá usar para vencer.

Conclui com a fórmula necessária para o êxito: “a dedicação do soldado, a sabedoria do governo e a confiança do povo”.<sup>924</sup>

No artigo publicado no dia 9, ainda no calor dos acontecimentos, ao comparar as ações populares causadas pela derrota em Canudos, com o que ocorrera na França, quando do assassinato de seu presidente Carnot, fala do impacto da morte de um homem em quem a França via encarnada a sua resistência à anarquia. Adverte:

o que se há que fazer agora é canalizar a onda republicana, aproveitar-lhe a corrente vertiginosa, para que sobre o tronco sagrado da constituição, o governo, forte como Peri, possa salvar a República, carregando-a em seus braços, como o índio apaixonado o corpo palpitante de sua bem amada.<sup>925</sup>

Há uma evidente inflexão em seu discurso. Ele, que até então clamava por condescendência em relação aos movimentos denunciados como desestabilizadores da República, como a Revolta da Armada, a Revolução Federalista e a própria propaganda republicana, tomara-se de revolta e intolerância por um movimento de sertanejos, acusados de sebastianistas. O que interessa, pois, neste momento, é justamente procurar uma lógica para essa mudança brusca, que o levou a incitar a massa nas ruas, de forma semelhante ao que ocorrera na Revolta do Vintém. E duas questões precisam ser levantadas. A primeira delas está relacionada a um possível fundamento monarquista do movimento. Isso, a par das razões mediatas ancoradas na *ameaça restauradora*, teve como causa imediata o próprio discurso religioso fundamentalista de Antônio Conselheiro, que responsabilizava a República pela perda de poder da Igreja. O líder, diferenciado de seus pares por uma formação mais intelectualizada, que incluía o latim, deixara um caderno, onde reunia prédicas, além de alguns discursos. Deles, apenas um tratava de política, cogitava sobre direito de continuidade da família imperial e a ação deletéria da República sobre a religião. Criticava, por exemplo, o casamento civil, ao mesmo tempo em que defendia a abolição e exaltava Isabel, que agora estaria sendo retaliada. Pregava que "todo poder legítimo é emanção da Onipotência eterna de Deus". A República, construída sobre “um princípio falso (...) ainda que trouxesse o bem para o país, por si só é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa à

<sup>924</sup> *Idem*, 17/03/1897. “*Orientação Necessária*”. Patrocínio trata o jornal *A República*, de Alcindo Guanabara, como porta-voz do partido Republicano Federal, representante do *diretório*.

<sup>925</sup> *Idem*, 09/03/1897. “*Pela República*”. Marie François Sadi Carnot foi o último presidente da 3ª República Francesa, de 1887 a 1894, quando foi assassinado por um anarquista de origem italiana, sob os gritos de “*Viva a anarquia!*”. Sua morte desencadeou graves reações populares, inclusive sobre emigrantes italianos, assim como intensa repressão ao anarquismo. O assassino, que alegou ter agido em vingança à morte de outros companheiros, acabou guilhotinado.

lei divina”.<sup>926</sup> Ela teria usurpado o poder divino e, conseqüentemente, não havia porque respeitar suas normas. Essa pregação, que serviu como espoleta para os segmentos radicais saírem em defesa de uma possível ameaça à República, assumiu estatutos de verdade após a morte de Moreira César. Conforme Rui, “idéias que só se entralha a imensa patetice da multidão superagitada nas convulsões da epilepsia coletiva (...)”<sup>927</sup> E Patrocínio, antes cioso crítico, adere à falácia industriada pelos inimigos do governo constituído, o *delenda Cartago!* Seria uma questão de etnocentrismo? Julgaria ele que a proposta monarquista produzida por aquela massa considerada anômica seria uma banalidade diante da veiculada pela imprensa e pelos círculos intelectuais? Pode ser, porque, apesar de agora dizer-se fora, ele é um produto da razão positivista, da crença no progresso e na civilização, e mostrara isso, durante a campanha abolicionista, quando propunha a necessidade da evolução intelectual dos negros, até mesmo como uma missão de outros negros, intelectualizados. Mas agora seu discurso tornara-se radical, intolerante e de extermínio. Patrocínio desconhecia a situação daquelas regiões? Não. É importante lembrar que em 1879, ele também fora ao nordeste, como representante da *Gazeta de Notícias*, para reportar a seca do Ceará, o que acabou dando origem a seu romance *Os Retirantes*. A obra, de caráter naturalista, tematizava a migração dos fugidos da seca para os centros urbanos, descrevendo as personagens em sua cultura de origem, simples, direta e conservadora. Procurava mostrar o choque daqueles “que tinham pela honra o culto fanático dos faquires a seus ídolos” diante dos vícios da civilização. A idéia prevalecente do autor era de que a necessidade de sobrevivência destruía os valores, levando aquela gente à degradação. Coloca na boca do personagem vigário Paula um anátema,

É que haveis de fugir de vossas moradas, como a caça acuada, tendo horror ao próprio som das vossas pisadas. A seca, porém, vos seguirá os passos como um cão destro, e para onde quer que fujais, lá encontrareis o desabrigo, a fome e a morte.<sup>928</sup>

Patrocínio via a desgraça desse povo como a desgraça da nação brasileira, gente vítima da intempérie, do descaso do Estado e da ignorância. Os retirantes perdiam suas relações de origem e ficavam diante da indefinição de uma nova cultura, que não consegue controlá-los. Poderíamos, com a devida tolerância, tratá-la como uma versão *avant la lettre* do *não lugar*.<sup>929</sup> Uma frase, no entanto, é emblemática, “a superstição

<sup>926</sup> NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos* (2ª ed.) São Paulo :Brasilianna, 1978, p.175

<sup>927</sup> BARBOSA, Rui. *Op. Cit.*, discurso no Politeama Baiano

<sup>928</sup> PATROCÍNIO, José do. *Os Retirantes*, cap.I, *Gazeta de Notícias*, 1879 (folhetim)

<sup>929</sup> O conceito de “não-lugar” foi criado Por Marc Augé, para designar um espaço de passagem, onde se torna impossível criar uma identidade. Ver em AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da modernidade*, Lisboa: Bertrand, 1994, passim. Esse conceito diz referência à

abriu as longas asas de corvo e pairou sobre os espíritos acovardados”<sup>930</sup>. O autor figurava a ignorância como que permissiva e explicadora do assalto sobre a razão. Patrocínio se mostrava condescendente, seu propósito à época era denunciar o Estado monárquico como ineficiente.

Concluindo, nem havia razão para imputar-se ao movimento de Canudos um caráter monarquista nem Patrocínio estava motivado pela ideologia da civilização. A hipótese que construo é de que o jornalista vê também no episódio a mesma oportunidade observada pelo florianismo, só que contra eles e a favor de Prudente de Moraes. O Presidente, considerado fraco e hesitante, conforme proclamado até pelo próprio jornalista, vivia uma fase de extrema impopularidade e agora, para agravar, era denunciado como um inimigo da República, porque teria se aliado aos monarquistas. Prudente, desde sua assunção ao governo reconhecia suas dificuldades, dizia-se constrangido pelos jacobinos, que se fortaleciam sob a animação dos chefes, os “generais Quintino e Glicério”, que não hesitariam em substituí-lo por “algum general que faça a política forte do marechal”.<sup>931</sup> A vitória sobre Canudos seria a vitória sobre o florianismo jacobinista.

Patrocínio percebe que é necessário ter cautela. Mesmo no editorial do dia 8 de março, apesar do tom vibrante, com que colocava Canudos como um limite para a tolerância do governo e também elogiava Moreira César, seu reconhecido algoz, conclama para a união em torno de Prudente, “para que se possa vencer sem tirania e sem arrependimento”. Conforme pode ser observado a partir de seus artigos posteriores, ele vai encaminhando a questão exatamente para esse propósito, o de roubar a indignação do povo para sua causa, transformando-a em apoio ao governo; e com isso, esvaziar o florianismo. Também valoriza os militares, mas no limite de sua sujeição ao poder civil. Prudente, argumentava Patrocínio, seria o nosso Thiers e a fórmula do êxito era a crença do povo, a sabedoria do governo e a obediência das armas. Diante dessa razão extremada, pouco importaria para ele o que estava ou poderia acontecer ao tal bando sujeito ao “matricida republicano e fanático”, uma gente à qual o momento político não permitia a mesma condescendência que tivera para com os retirantes da seca.

Em outubro de 1897, ele iria defender-se de envolvimento no episódio de março,

---

contemporaneidade, à globalização.

<sup>930</sup> PATROCÍNIO, José do. *Os Retirantes*, cap.I, *Gazeta de Notícias*, 1879 (folhetim)

<sup>931</sup> MOTTA FILHO, Cândido. *Uma Grande Vida*. São Paulo:s/e, 1931. Apud: SODRÉ, Nélson Werneck. *História Militar do Brasil* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.179



nós suspeitos à demagogia triunfante e impune, nos aviltávamos no silêncio e numa imobilidade de fazer inveja a escravos. Uma atonia profunda nos estatelava o pensamento diante dos acontecimentos, que pela sua subtaneidade, nos privava da coragem cívica indispensável para reagir de pronto, em nome da civilização, contra a turba vandélica, que deixava atrás de si pegadas de sangue<sup>932</sup>.

A partir daí, na *Cidade do Rio*, as notícias e comentários sobre Canudos vão escasseando, só retomando a importância quando da escalada final das tropas federais, comandadas pelo general Arthur Oscar. Mas um outro problema preocupa: a ascensão jacobina. Como que aprendizes de feiticeiro, os que insuflaram os militares, não conseguiram controlar o feitiço.

Em 26 de maio do mesmo ano, incensados com os acontecimentos recentes, mais uma vez, sublevam-se os alunos da Escola Militar, sob a alegação de que havia uma manobra do governo para desarmá-los, tomando-os como desleais. O governo havia determinado que armas e munições daquela Unidade fossem remetidas para o sul para o controle de conflitos. Prudente agiu prontamente, tropas cercaram a Escola, silenciando os revoltosos. Na *Cidade do Rio*, o artigo de fundo falava do impacto causado pela ação dos alunos e da “apreensão da República”. Afirma que, apesar dos boatos que já circulavam anteriormente sobre a deposição de Prudente, este permanecia impassível. Culpa os extremistas pela tentativa de sujeição do Presidente à liderança de Glicério e seus aliados, “em vez de ser a sagrada encarnação da lei fundamental da República”. Prudente, no entanto, preferira “doutrinar o povo, ao invés de exibir violência para impor-se pelo terror”. Por fim, acusa os extremistas de forçar o Presidente a “passar o governo ao leviano comparsa de todas as maquinações, esse Vice-presidente que é a vergonha da Bahia, mal de estadistas, célebres por sua inflexibilidade”.<sup>933</sup> Em face de sua animosidade com o partido Republicano, Vitorino deixava de ser um aliado de ocasião, para tornar-se um inimigo explícito, conspirador, uma liderança golpista. Na continuação, o artigo passa a tratar especificamente do levante da Escola Militar. Num jogo hábil de palavras, o articulista, procura desviar dos militares a responsabilidade sobre o ato:

queremos deixar registrado que não é uma súbita manifestação de militarismo da parte da Escola, mas unicamente um reflexo da política traiçoeira dos patronos das indenizações, do sindicato de empregos, dos rábulas da encampação em emissões e dos pastores das vacas gordas da emigração(...)

<sup>932</sup> *Cidade do Rio*, 25/10/1897. “Semana Política”

<sup>933</sup> *Idem*, 27/05/1897. “Honra à República”

Os alunos teriam feito um julgamento apressado, supondo que a retirada das armas corresponderia a uma falta de confiança do governo. Armas que, “numa emergência, lhes seriam importantes para secundar o poder executivo, pela República”. Procura minimizar a questão, “seria um excesso de zelo que a disciplina não comporta, mas que atenua perante a pátria a sua perigosa atitude de ontem (...)”.

Continua tecendo considerações sobre a ação dos extremistas e pontifica: “O que se queria saber é se há governo, há!” Finaliza, pedindo o apoio dos jovens militares, porque “a consolidação da República não é causa menos digna do concurso inteligente e patriótico da Escola (...)”<sup>934</sup>. Na mesma edição, um outro artigo, faz um relatório dos acontecimentos, procurando também esvaziar o ocorrido, porque a repercussão havia sido exagerada, “os noveleiros deram largas à imaginação (...)”<sup>935</sup> O governo foi implacável, ao final, 174 alunos desligados e oficiais presos.

No Congresso, inicialmente, o silêncio<sup>936</sup>; depois, a resistência de Glicério, contrário a que se aprovasse a moção Seabra, um documento elogiando o governo pelo controle da ordem.<sup>937</sup> No mesmo dia, o *Jornal do Comércio* publicava matéria, afirmando que Glicério já não representava mais o pensamento do governo.<sup>938</sup> O partido Republicano Federal estava rachado de fato, polarizado em duas tendências, os *republicanos*, seguidores de Glicério e os *concentrados*, prudentistas liderados por Arthur Rios. Na eleição para presidente da Câmara, vencem os prudentistas, apoiados majoritariamente pelas bancadas de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão e Rio de Janeiro. Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina se mantinham fiéis a Glicério. Para Patrocínio, havia vencido a opção pela “vida constitucional perfeita, harmônica, apoiada na disciplina da força armada e na comunhão política com todos os brasileiros”.<sup>939</sup>

Após o 8 de março, durante algumas semanas, a *Cidade do Rio* mudara sua característica. Já não havia mais artigos políticos, à exceção da *Semana Política*, de Patrocínio, que passara a ser esporádica. As matérias de capa alternavam crônicas, ensaios literários e outros assuntos. As poucas discussões se restringiam às eleições que

<sup>934</sup> *Idem*, 27/05/1897. “Honra à República”

<sup>935</sup> *Idem*, “Escola Militar”

<sup>936</sup> *Idem*, 29/05/1897. “Os Embuçados”

<sup>937</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O Processo Político - Partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1984, p.180. Para a autora, a moção do deputado J.J. Seabra, surgida nas hostes prudentistas, tinha o propósito de provocar o confronto com Glicério. A opinião é a mesma de José Maria Belo.

<sup>938</sup> *Idem*, p.181. Conforme Campello, a nota teria sido “inspirada pelo Presidente da República”.

<sup>939</sup> *Cidade do Rio*, 04/06/1897. “Despeito”

se avizinham, mantendo a crítica a Glicério e ao jacobinismo. Mas o episódio da Escola Militar marcou a retomada da discussão política no jornal. Glicério e a ala florianista voltaram a ser crucificados diariamente.

Em meados de julho, retornam matérias sobre Canudos, detalhando as adversidades de toda natureza enfrentadas pelos militares no sertão baiano, visando a esvaziar as críticas que se faziam sobre a precariedade do Exército. Ela era usada, pela oposição, como evidência do desprestígio da Força frente ao Presidente.<sup>940</sup> Em 13 de julho, a morte dos coronéis Thompson Flores e Tristão Sucupira, do capitão Gutierrez e de alguns soldados é publicada em nota singela, que, em nada, fazia lembrar a virulência daquela sobre Moreira César.

Um outro problema preocupa o governo, o general Oscar, florianista radical, se autonomizava no comando da tropa, ignorando a cadeia de comando. Comunicava-se diretamente com as autoridades ou simplesmente negava informações. Patrocínio, preocupado em cooptar as resistências militares, apressou-se em defendê-lo.<sup>941</sup> Prudente, no entanto, para esvaziar as lideranças dissidentes, agiu pelo alto, afastando o ministro da Guerra e nomeando o marechal Bittencourt, mandado imediatamente para Canudos. Conforme Euclides da Cunha, ele “vinha de molde a todas as dificuldades do momento”. Sem maiores inspirações ou arrebates, quase se limitou à operacionalização da logística.<sup>942</sup> Vivia-se já o fim das escaramuças, em breve cairia o arraial e morreria Antônio Conselheiro.

No parlamento, em 25 de outubro, decide-se finalmente permitir aos militares anistiados o retorno ao serviço ativo. A bandeira defendida por Patrocínio desde o início das discussões sobre a anistia estava garantida. Era mais uma vitória dos moderados.

A glória dos feitos militares em Canudos não modificou a visão dos radicais, Presidente continuava um inimigo do nacionalismo e um trãnsfuga da República. E, num rasgo incoseqüente, uma praça do Exército, Marcelino Bispo, em meio ao ambiente

<sup>940</sup> Uma das bandeiras da oposição diante dos revezes foi acusar o governo de desprestigiar o Exército, mantendo-o carente de recursos. É exemplo uma carta endereçada ao general Sólón, por um político do nordeste, onde ele compara Canudos com uns “óculos de longo alcance”, onde o Exército poderia enxergar seu futuro, mal armado e desprestigiado pelo governo Cf. IHGB. Arquivo Prudente de Moraes, lata 608, pasta 61. Carta do Dr. Joaquim dos Reis Magalhães ao general Sólón, em 25/04/1897. Sodré participa desse ponto de vista, de uma ação deliberada do governo de Prudente, que seria a representação dos interesses oligárquicos, antinacionais, contra o Exército. Cf. **SODRÉ**, Néelson Werneck. *Hist. Mil. Br*, p.182. Patrocínio em um de seus artigos, insinua que o sucateamento do Exército era uma ação deliberada do jacobinismo instalado no poder.

<sup>941</sup> Idem, 05/07/1897. “*Semana Política*”

<sup>942</sup> **CUNHA**, Euclides. *Os Sertões*. In: *Obras Compl.* pp. 418-19. Para o autor, Bittencourt seria um oficial inexpressivo, centrado no cumprimento de ordens e regulamentos. Ficaria “aquém do herói e além do pusilânime”. Mais afeito aos processos do que aos objetivos. Seria a peça necessária ao governo para esvaziar a bravura militar em nome da operacionalidade profissional.

festivo da recepção no Arsenal de Guerra a um contingente que voltava do teatro de operações, atentou contra a vida de Prudente de Moraes. Não logrou sucesso, mas acabou matando o próprio ministro, o marechal Bittencourt, que se interpusera na defesa da autoridade. Chegara-se ao limite. Tratava-se de um fato sem precedentes, “o crime político está enfim implantado nos costumes brasileiros”, escreveria Patrocínio.<sup>943</sup> Mas, no mesmo artigo, ele faz questão de, mais uma vez, absolver os militares, “o braço que o fez era um instrumento da facção da anarquia. A cabeça deve ser procurada na imprensa, no Congresso e nos meetings de agitação (...) A autoria é do partido de Glicério (...)”. Apresenta uma justificativa bastante improvável, mas curiosa, diz que se a praça tivesse agindo de moto próprio, ao deparar com o uniforme do marechal e do coronel que o acompanhava, recuaria de imediato, impactada.<sup>944</sup> No dia seguinte, retomando os comentários, lembrava de que há muito se repetiam ameaças ao *santo varão*, que embora parecessem boatos, mostravam haver, de fato, “um partido de assassinos políticos”. E, tratando do atentado, concluía: “Não foi uma sedição militar, usou-se um soldado para explorar a solidariedade do Exército”. Para condimentar a idéia de uma conspiração política, comentou que Manoel Vitorino teria sido bastante saudado no local por alguns manifestantes. Este fato viria a ser exaustivamente explorado no inquérito contra o vice-Presidente, acusado de conivência no atentado.

Ao falar à Nação, Prudente afiança que nada o demoverá do cumprimento de sua missão constitucional e que estaria fortalecido para manter a dignidade e desassombrar a autoridade de que está investido. O tempo irá mostrar que dizia a verdade, o Executivo, na pessoa dele, saíra fortalecido. Se antes, para alguns segmentos fora o palhaço, de agora para frente seria o dono do circo. E Patrocínio permaneceria na sua obstinação de ser o casaca - de - ferro do poder.

De imediato, aproveitando-se ainda do episódio, o jornalista inicia uma campanha de desagravo ao Presidente, “o povo está solidário com a política tolerante e constitucional do venerando Sr. Prudente de Moraes (...) júbilo pela miraculosa salvação do varão sem mancha que preside, com tanto sacrifício, os destinos da pátria”. Acrescenta, triunfante, “a lápide da sepultura do marechal de ouro tornou-se a pedra fundamental da verdadeira República”.<sup>945</sup> Na mesma edição, ao reportar o enterro de Bittencourt, fala de uma maciça participação popular, mais de 50 mil pessoas, além de

<sup>943</sup> *Cidade do Rio*, 05/11/1897. “*Tentativa de assassinato do Presidente da República, assassinato do Marechal Ministro da Guerra*”.

<sup>944</sup> *Idem*

<sup>945</sup> *Idem*, 07/11/1897. “*Desagravo*”

trezentas coroas, que formaram uma pilha de mais de três metros de altura. Também Prudente recebera uma apoteose.

O movimento agora é em defesa de uma excepcionalidade institucional, o estado de sítio, com a finalidade manifesta de salvaguardar as instituições. Já no dia 8, o povo invadia as galerias da Câmara, porque corra o boato de que seria discutida a matéria.<sup>946</sup> Quintino Bocaiúva, em *O País*, se manifesta contrário, não haveria justificativa. A *Cidade do Rio* começa uma nova onda de polêmicas com o jornal. Num editorial proclamava, *O País*, ao dizer que reina a calma, está, na verdade, defendendo um estado de sítio contra Prudente. Patrocínio, antes um contumaz inimigo dessas medidas e mesmo uma vítima delas, agora, apóia a proposta em nome do risco de desestabilização do governo<sup>947</sup> Daqui pra frente, até sua aprovação em 12 de novembro, sob o decreto de número 456, a defesa do estado de exceção será diária na *Cidade do Rio*, criticando a imprensa e a chamada oposição constitucional, contrárias a ele.

### 5.3.2 - A cartola imaculada

**Antes da história, julgou-o a morte, dando-lhe a ressurreição como prêmio do sacrifício sobre-humano do seu governo de mártir (...) A vida poupada fora o pão eucarístico do amor e da justiça para a comunhão pascal da Constituição**<sup>948</sup>

De fato, passara a haver um endeusamento de Prudente, por parte de Patrocínio, que o tratava como o *santo varão*, o *varão sem mancha* e outros qualificativos. Já não mais se encontravam quaisquer restrições à sua tibieza, como antes. Mas também no meio político, choveram apoios ao Presidente. Na sessão da Câmara de 8 de novembro, diversos parlamentares da oposição, ao assumir a tribuna, não apenas lhe hipotecaram solidariedade, como declararam estar passando para a situação.

Patrocínio centra o seu alvo na imprensa e na oposição, “o atentado contra o honrado Sr. Prudente de Moraes saiu da propaganda feita contra S.Ex<sup>a</sup> na imprensa política e prestigiada pelos chefes da oposição”. Daí, “consola-nos do sufrágio forçado a essa necessidade legal a certeza de que o misericordioso varão (...) é incapaz de servir-se do estado de sítio para desagravo pessoal ou para satisfação de vinganças de facção”.<sup>949</sup>

A verdade é que a situação mudara de fato; com o estado de exceção, políticos e jornalistas foram indiciados, alguns fugiram, outros foram presos, e o Clube Militar

<sup>946</sup> *Idem*, 08/11/1897. “Estado de Sítio”

<sup>947</sup> *Idem*, 09/11/1897. “Desmascarou-se”

<sup>948</sup> *Idem*, 04/10/1898. “Dr. Prudente de Moraes”

<sup>949</sup> *Idem*, 11/11/1897. “Estado de Sítio”

fechado.<sup>950</sup> Manoel Vitorino, acusado de ter recebido ovações de segmentos jacobinos, no Arsenal de Marinha, na hora do atentado, é agravado por Patrocínio. O jornalista chega a utilizar-se do fato de o Vice ser médico, para acusá-lo de omissão de socorro às vítimas. Da mesma forma, acusa-o de não ter externado qualquer apoio ao Presidente ou à família do marechal morto. São os irmãos de Vitorino, na Bahia, que vêm em defesa dele<sup>951</sup> e o processo se arrasta até o final de abril de 1898, quando é finalmente inocentado. Patrocínio disse da sentença, “ela não honra o juiz que a proferiu”.<sup>952</sup>

O poder que Prudente não conseguira do Congresso transformava-se agora em arbítrio, apoiado por Patrocínio, que denuncia a estratégia de obstrução utilizada pela oposição constitucional, visando a barrar as iniciativas do Executivo. O estado de sítio é prorrogado até 31 de janeiro de 1898, e depois até 23 de fevereiro, quando foi suspenso numa queda de braços entre o Supremo Tribunal Federal e o Executivo, acompanhadas pela palavra cortante da *Cidade do Rio*, defensora do estado de exceção. Permaneciam proibidas “reuniões e ajuntamentos nas ruas e praças, discussões, além de manifestações inconvenientes e sediciosas”.<sup>953</sup> Quanto às perseguições políticas, pouco ou quase nada, apenas notas satíricas na página humorística *Cidade Nova*, sobre as prisões de Barbosa Lima e Alcindo Guanabara. E, numa coluna secundária, em tipo bem reduzido, o anúncio da saída de Medeiros e Albuquerque do cargo de Diretor da Instrução Pública, assim como a vinda de Vicente Machado ao Rio, para explicar que nada tinha a ver com o 5 de novembro.

Quando dos pedidos de *Habeas Corpus* ao Supremo Tribunal, em favor dos acusados, a questão voltaria a tomar vulto na *Cidade do Rio*. Mais uma vez, Patrocínio sai em defesa do que seriam as salvaguardas nacionais, procurando justificar a manutenção das prisões, ainda que o sítio tivesse sido extinto. Acusa o STF de processualismo, em detrimento da questão maior, a defesa do país. Havia uma dubiedade na interpretação jurídica de qual seria o foro adequado para a discussão do alcance das medidas punitivas, se o Congresso ou a Justiça. Patrocínio alinha-se com a vertente que cometia a atribuição ao Congresso, o que tornava legal a manutenção das prisões, porque fora decisão do Parlamento.<sup>954</sup> Dirá adiante, “a demagogia quer embuçar-se na toga do

<sup>950</sup> Patrocínio apoiava o fechamento do Clube, alegando que ele não representava o pensamento militar. Quando foi solicitada sua abertura, defendeu que se a negasse, porque seria uma medida de excepcionalidade frente a outros segmentos e também porque o Exército não desejava fazer política discricionária. *Cidade do Rio*, 10/12/1897. “*A Última Exploração*”.

<sup>951</sup> *Idem*, 23/12/1897. “*Pela República*”

<sup>952</sup> *Idem*, 26/04/1898. “*Hipócrita*”

<sup>953</sup> *Idem*, 15/11/1897

<sup>954</sup> *Idem*, 09/03/1898. “*Observações*”

Supremo”.<sup>955</sup> Inúmeros outros artigos sobre o assunto foram publicados pela folha. Por fim, a questão levou-o a um desentendimento com Rui Barbosa. Este, de início, também apoiara o estado de sítio, mesmo contrariando as idéias que havia defendido numa publicação editada anteriormente. Mas, em 26 de março de 1898, diante da corte do Supremo Tribunal, o jurista baiano declarava-se arrependido do voto favorável que dera no Senado. A *Cidade do Rio*, ainda que de forma elegante, ponderou que poderia haver duas razões para o arrependimento, a primeira seria ele não acreditar na verdade do governo. Se foi assim, por que votou? A segunda, ter recebido uma solicitação irresistível. Pergunta, então: “quem exerce sobre a terra a missão do sumo sacerdote da justiça pode confessar que solicitado é capaz de ser incoerente e para ser justo, precisa ser solicitado?”.<sup>956</sup> Outra pendência jurídica que instrumentalizava a defesa dos presos era o fato de eles terem sido desterrados para Fernando de Noronha, que era considerado um presídio para crimes comuns, embora o governo de Pernambuco, desde 1895, já houvesse destinado metade do território da ilha para o governo federal usar como presídio.<sup>957</sup> Patrocínio aproveita-se para lembrar que, apesar de não nutrir desejos de retaliação, ele e outros haviam ido para as “margens paludosas do Rio Negro”, e , na época, Alcindo Guanabara e João Cordeiro, agora presos em Noronha, tinham ironizado, dizendo que os presos da Amazônia haviam retornado mais gordos. Seja por comparar com Cacuí ou não, Patrocínio gabava das instalações prisionais de Fernando de Noronha, que para ele, nem mesmo pareciam com uma penitenciária comum.<sup>958</sup>

Para reforçar a defesa do estado de sítio, ele procura colocá-lo para os leitores como apenas um recurso constitucional, que seria, na verdade, uma conquista popular, “foi coberta de flores a investidura serena da **ditadura fraternal**, que desde ontem, exerce o Sr. Prudente de Moraes (...) não é violência, não é arbítrio iníquo, mas unicamente um instrumento constitucional(...)”.<sup>959</sup> (Grifo meu)

Em relação à *Cidade do Rio*, ela que sempre se caracterizara por uma saúde financeira limite, necessitando de repetidos empréstimos e acordos, principalmente nos primeiros anos da década de 1890, parecia agora viver uma situação mais tranqüila. Em 17 de novembro, publica que o aumento da procura pela folha fizera aumentar a tiragem em mais de 10 mil exemplares, obrigando-a, inclusive, a introduzir melhoramentos para

<sup>955</sup> *Idem*, 29/03/1898. “*Habeas Corpus*”

<sup>956</sup> *Cidade do Rio*, 28/03/1898. “*Comentário*”

<sup>957</sup> Lei 124, de 28/06/1898, do governo de Pernambuco. In: *Cidade do Rio*, 02/04/1898. “*Habeas Corpus*”

<sup>958</sup> *Cidade do Rio*, 1º/04/1898. “*Fernando de Noronha*”

<sup>959</sup> *Idem*, 13/11/1897. “*Estado de Sítio*”

todo o público leitor. Parecia tratar-se de um interregno de prosperidade.<sup>960</sup> Interessante observar que no início deste ano de 1898, numa carta dirigida a Prudente, Patrocínio tratava da situação financeira da folha, considerada aflitiva. Preocupado, mandara um representante aos estados, começando por São Paulo, para conferir a possibilidade de dar à “*Cidade do Rio* uma circulação que a ponha ao abrigo das crises, que já tanto a tem depauperado”<sup>961</sup>. Pede a Prudente “mais uma fineza, mais um dos favores a que V. Ex<sup>a</sup> tão generosamente me habituou: cartas de recomendação para alguns chefes das cidades paulistas”. Em seguida, desculpa-se, “creio não me ter desmerecido aos olhos de V. Ex<sup>a</sup> pelo fato de não ter podido calar alguns protestos contra alguns atos do governo a quem não pretendo hostilizar sistematicamente e a quem apoiarei mesmo se V. Ex<sup>a</sup> assim me ordenar”. Conclui, afirmando seu apoio irrestrito,

a Cidade do Rio continua a ser , através de sua [ilegível] a amiga leal do venerável brasileiro que nos fez provar a doçura do ideal republicano e sente que, se deixando guiar por V.Ex<sup>a</sup>, está folhando o caminho da honra e do patriotismo. **Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> (...) não desapadrinhará no conceito paulista, mas ao contrário, pô-la-á sob o agasalho de seu maculado prestígio (...).** (Grifos meus)

A folha se manterá na defesa incontestada do Executivo, conclamando a oposição para abandonar a manobra de *obstrução*, principalmente para que se pudesse votar a reforma fiscal proposta pelo ministro Bernardino de Campos. O país já não mais poderia viver dos impostos de importação. Os ingressos escasseavam em função da política de substituição das importações, que visava a proteger a industrialização nacional. Além disso, passava a exigir maiores reservas em ouro, desequilibrando o câmbio. E levanta uma questão importante: com a finalidade de retaliar as medidas de restrição das importações, os países centrais haviam reduzido os recursos para a América do Sul.<sup>962</sup> A proposta do projeto de Bernardino era de introduzir-se o imposto de renda, promover o arrendamento de empresas, como a Estrada de Ferro Central do Brasil; e, apesar da grita da Associação Comercial, aumentar o encaixe em ouro, que Rui Barbosa introduzira durante o governo Deodoro, mas que fora abolida em 1892<sup>963</sup>. A *Cidade do Rio*, além das matérias convencionais em apoio das medidas, publica quadros com números demonstrativos da economia, também elogiando a participação de Bernardino de Campos à frente do ministério. Torna-se como que um porta-voz do governo. Mas as

<sup>960</sup> Sobre as pendências econômicas da folha, os empréstimos, acordos e citações judiciais, ver a alentada pesquisa de Ana Carolina Feracin da Silva, in: **SILVA**, Ana Carolina Feracin da. *De Papa Pec. a Tigr. da Abol*, pp- 181-186

<sup>961</sup> IHGB. Arquivo Prudente de Moraes. Carta de José do Patrocínio a Prudente de Moraes, 08/01/1898, lata 598, pasta 61. Todas as citações até o item 181 pertencem a esta carta.

<sup>962</sup> *Cidade do Rio*, 19/11/1897. “*Novos Impostos*”

<sup>963</sup> *Idem*, 26/11/1897. “*Direitos em Ouro*”



propostas não passam no Congresso e a alternativa é o empréstimo externo. Mesmo assim, Patrocínio via nos milhões de libras conseguidas a abertura de uma era de prosperidade nacional.<sup>964</sup>

Com a aproximação do final do governo, a questão sucessória vai tomando vulto, Campos Sales, que apoiara Prudente por diversas vezes, é escolhido como candidato, enquanto o núcleo glicerista, indicava Lauro Sodré, e o sul, Júlio de Castilho. Patrocínio toma partido da candidatura de Campos Sales, permanecendo naquela constante arenga com Glicério, que agora fugido, tinha como porta-voz o jornal *A Nação*, de São Paulo, dirigido por seu genro, Herculano. Glicério, no início do ano, escrevera um manifesto ao partido Republicano, pedindo união, porque percebia que se avizinhava uma congestão militar inevitável, causada pela anistia. Falava de uma “situação militar” que seria incontrolável. Patrocínio denuncia isso como uma manobra golpista dos radicais para impedir a posse de Campos Sales e recrudescer a campanha contra o político campineiro. Para ele, “Glicério é mentalmente um zero; só tem valor se colocado à direita do seu partido, e o seu partido à direita do governo”. Afirma bombasticamente, “o manifesto é a apoteose disfarçada do punhal de Marcelino”.<sup>965</sup> “o Sr. Prudente de Moraes governa; logo o Sr. Glicério conspira”.<sup>966</sup> Vitorino também publicara um manifesto político, interpretando do seu modo a evolução dos acontecimentos, a indisciplina partidária de Prudente e a cisão. Da mesma forma que Glicério, vai receber as rajadas da metralhadora infatigável de Patrocínio. Em meio a dezenas de artigos, que se repetiam diariamente contra o Vice, a *Cidade do Rio* usa uma suposta carta de Vitorino para um amigo em Paris, onde ele fala das provocações de Prudente, das suas possibilidades eleitorais e repudia o grupo que cerca o Presidente. Nela, ele admitia só haver duas possibilidades para o partido Republicano, indicar o seu nome ou o de Quintino Bocaiúva. Ainda assim, declinava da indicação.<sup>967</sup>

O partido republicano, que experimentara uma forte inflexão, quando da moção Seabra, agora se cindira inexoravelmente, apesar das tentativas de Campos Sales em reaproximar Prudente e Glicério. O “fazendeiro de Piracicaba”, como era chamado pelos jacobinos, havia se livrado e bem da tutela do “general de vinte uma brigadas”.

Em 17 de março, a *Cidade do Rio* divulga que está desmascarada a balela construída pela oposição de que Campos Sales procuraria reconciliar-se e governar com

<sup>964</sup> *Idem*, 29/11/1897.

<sup>965</sup> *Idem*, 05/01/1898. “*O Manifesto*”

<sup>966</sup> *Idem*, 06/01/1898. “*Insistência*”

<sup>967</sup> *Idem*, 13/01/1898. A carta é de agosto de 1897. Vitorino procura mostrar a falta de disciplina partidária de Prudente.

ela. A manobra só teria servido para aumentar as abstenções.<sup>968</sup> Em seguida, publica um artigo de página inteira, exaltando o novo Presidente, encimado por sua efigie em tamanho avantajado.<sup>969</sup> Nesse tempo, Sales viajava rumo à Europa, quando passaria por Londres, para negociar com financistas e banqueiros. Finalmente, no início de junho, consegue o acordo financeiro, o funding loan, que será discutido adiante.<sup>970</sup>

A situação financeira do país era precária, além dos déficits de ingressos de recursos alfandegários e de capitais estrangeiros, a produção de açúcar declinava e o preço do café caíra sensivelmente. Prudente havia mandado uma mensagem ao Congresso, pedindo, além da regulamentação do estado de sítio, ou seja, do silêncio dos opositores mais inconvenientes, mais duas outras ações, a regulamentação do artigo 6º, matéria com que se digladiava há três anos com o Legislativo, e o aceite das medidas fiscais propostas pelo ministério da Fazenda.<sup>971</sup> Mais polêmica entre a *Cidade do Rio* e *O País*, que criticava a proposição presidencial.

A par das permanentes querelas com a oposição, agora acrescida com o retorno de Alcindo Guanabara, no jornal *A Tribuna*, outra espinha irritativa era o Supremo Tribunal Federal, numa peleja que acabou, para Patrocínio, personalizada em Lúcio Mendonça, aquele mesmo que, no *Diário de Notícias*, fizera sua caricatura como o Guaiamu. Mendonça, membro do Supremo, foi o autor de uma moção contra Prudente, que rendeu páginas iradas na *Cidade do Rio*, nos meses de maio e junho. Ele é chamado de juiz partidário, acusado de privar com Alcindo Guanabara.<sup>972</sup> Em artigos seguintes, o jornal passa à irreverência, o ministro é tratado como Lúcio, o louco.<sup>973</sup>

Ao final de julho, outra questão molha a pena de Patrocínio, discutia-se a licença do Congresso para que parlamentares fossem julgados pelos atos de 5 de novembro. A casa resiste e recebe o apoio de jornais. A *Cidade do Rio* é implacável nas críticas.<sup>974</sup> Todos os dias, publicava um artigo louvando o autor de cada um dos votos favoráveis à licença. A situação acabou levando ao conflito direto e aberto com Rui Barbosa.<sup>975</sup> Era outro marco de dissensão no tumultuado relacionamento dos dois. Da mesma forma como o fizera quando da prisão de Patrocínio, em 92, Rui também solicitara um “habeas

<sup>968</sup> *Idem*, 17/03/1898. “*O Futuro Presidente*”

<sup>969</sup> *Idem*, 19/03/1898. “*O Futuro Presidente*”

<sup>970</sup> *Idem*, 16/06/1898. “*Campos Sales em Londres*”. Para um diagnóstico da situação econômico-financeira e da ambiência política, feita por um coevo, assim como o acompanhamento das gestões na Europa, ver: MONTEIRO, Tobias. *O Pres. C. Sales na Eur.*, Introdução.

<sup>971</sup> *Cidade do Rio*, 05/05/1898. “*A Mensagem*”.

<sup>972</sup> *Idem*, 04/06/1898. “*Pombos correios*”.

<sup>973</sup> *Idem*, 18/06/1898. “*Lúcio em cena*”. O epíteto de louco será repetido em outros pequenos artigos.

<sup>974</sup> *Idem*, 1º/07/1898. “*A Licença*”

<sup>975</sup> *Idem*, 02/08/1898. “*O Sr. Rui Barbosa ante o Sr. Rui Barbosa*”

corpus” em favor dos atuais presos políticos.<sup>976</sup> Patrocínio não o perdoava de ter-se negado a participar da acusação dos assassinos de 5 de novembro.<sup>977</sup> Do choque entre eles, surgiram inúmeros artigos polêmicos pelos jornais, que - pela qualidade do texto – acabaram por se transformar em páginas literárias, como foi o duelo entre Aretino, personagem a quem Rui comparava Patrocínio, e Tartufo, uma outra figura, de que se serviu como resposta o jornalista negro.<sup>978</sup> É oportuno comentar que num artigo de julho de 1899, Patrocínio atribui a resposta sobre Aretino a um “ilustre colega da redação”.<sup>979</sup> Ainda neste artigo, relaciona a oposição de Rui Barbosa a Prudente de Moraes com a negativa do Presidente em dar-lhe a concessão da estrada de ferro de Mariana a Ouro Preto. Rui estaria defendendo interesses de amigos e parentes, “eu sou Aretino e era o Sr. Rui Barbosa quem ia pedir, por minha boca, que o Sr. Prudente de Moraes desse empreitada de estrada de ferro(...)Por não apanhar a estrada de ferro de Ouro Preto a Mariana, quer, por isso mesmo, obstruir o caminho entre o crime e a casa de Correção”.

No plano internacional, a *Cidade do Rio*, ocupava-se da guerra entre Estados Unidos e Espanha e da continuidade da defesa da independência de Cuba, que já fazia desde o ano anterior e que mobilizara gente nas ruas. Patrocínio chegou a batizar um filho seu com o nome do líder cubano, Maceo.<sup>980</sup> Em o “*Porvir da América*”, artigo escrito em maio de 98, Aníbal Mascarenhas, da redação da folha, trata a Europa como “velha e decrépita (...) já incompatível conosco pelos destemperos de sua senilidade”. Ela estaria embotando a luz da liberdade conseguida pelos povos americanos, que até agora eram apenas “civilizações reflexas, banais, quase escravas”, ainda presas à

<sup>976</sup> Patrocínio, agora em litígio franco com Rui, ao comentar o pedido de *habeas corpus* em seu favor, em 1892, diz : “todos sabem que foi o marechal Floriano quem fez a grande glória republicana de Rui Barbosa, oferecendo-lhe os desterrados de abril, para *anima vili* do constitucionalismo e outras culturas jurídicas de S. Ex. Infelizmente, porém, enquanto o marechal viveu, a sua espada teve, quer no Congresso, quer no Supremo Tribunal Federal, mais brilho do que a sabedoria do oráculo que hoje exige que o Sr. Prudente de Moraes culto e obediência”. Cf *Cidade do Rio*, 23/09/1898. “*Coerência*”

<sup>977</sup> Rui, em carta à viúva havia se oferecido para a acusação, porém desistiu. Na missa de corpo presente do marechal fizera também um discurso memorável. Numa carta dirigida a ele, Patrocínio elogiava sua palavras e pedia permissão para publicá-las. ABL AA JP, Correspondência Ativa 376-C 07/11/1897. Em outra carta, da mesma data, Patrocínio comunica a Rui sua impossibilidade de comparecer a uma solenidade, porque alunos da Escola Militar e membros do Clube Militar ameaçavam invadir seu jornal. Numa terceira carta s/d agradece a intervenção de Rui junto às autoridades no sentido de proteger a *Cidade do Rio*.

<sup>978</sup> Aretino aparece no artigo “*A Difamação*”, publicado por Rui, na Imprensa, de 13/12/1898 e Tartufo, na *Cidade do Rio*, de 16/12/1898, “*A Hipocrisia*”

<sup>979</sup> *Cidade do Rio*, 20/07/1899. “*Por que da Defesa?*”. Dizia, “um dia, o Sr. Rui Barbosa permitiu-se o atrevimento de comparar-me a Aretino. Teve resposta, mas não minha; um ilustre colega de redação quis tomar a si este trabalho”. Neste mesmo artigo afirma que Rui foi seu advogado contra a sua vontade.

<sup>980</sup> Conforme Magalhães Jr., esse filho de Patrocínio, Maceo Carlos, nascido em 11 de julho de 1897, viveu até em 1947, de forma simples, funcionário da Sul América Capitalização.

“rabugice colonial”.<sup>981</sup> As matérias publicadas revelam a representação da guerra como um resgate da América, a cena final para a independência do continente.

Ao final do governo, a *Cidade do Rio* publicou um artigo em que justificava o apoio a Prudente e apontava as condições para que se mantivesse apoiando o novo governo. Relembra que a candidatura de Campos Sales nascera da “política libertadora e não podia deixar de ser sustentada por nós”, e que, apesar de haver divergências entre Campos Sales e Patrocínio, o momento seria de captar a confiança do novo dirigente sem sair do propósito de

fazer política de princípios, quaisquer que sejam os dissabores que a nossa intransigência com ele nos acarrete. A *Cidade do Rio* se não é mais expansiva na hora do triunfo, com certeza não será a que primeiro deserte o posto de combate, quando o seu dever político lhe o aponte (...) Seremos o que somos hoje enquanto o Sr. Campos Sales for o que é: o continuador da política de moderação, de probidade e de energia constitucional, mantida intransigentemente pelo venerando varão.<sup>982</sup>

No período de 15 a 18 de novembro, publica uma série chamada de Prudente de Moraes, para historiar o período governamental recém terminado. No último artigo, conclui,

foi o **sacerdote da pátria**, e pontificando a missão nova do governo civil, coube-lhe a missão sobre-humana de transubstanciar o sangue do mártir de 5 de novembro no verbo de liberdade e de justiça, de lealdade e de devotamento para a redenção do nosso passado e a glorificação do nosso futuro.<sup>983</sup> (Grifo no original)

Acabara o governo de Prudente e no dia 15 de novembro, Campos Sales assumia. Rememorando o período, Orico procurou caracterizar a relação de amizade de Patrocínio para com Prudente como uma louvação fanática. Mais uma vez, a personalidade de Patrocínio é invocada como elemento explicativo.<sup>984</sup> Cita, em apoio, uma carta de Prudente na qual ele sugere que o jornal ajude o governo a denunciar a atitude da Justiça Militar que havia absolvido, por unanimidade de votos, todos os envolvidos nos episódios de insubordinação militar.<sup>985</sup> Patrocínio seria o porta-voz do governo. A *Cidade do Rio* ao mesmo tempo em que é tratada, pelo biógrafo, como uma “coluna política do tempo”, é vista como uma extensão do Executivo; a pena de Patrocínio seria a pena vicariante do Presidente.<sup>986</sup>

<sup>981</sup> *Cidade do Rio*, 09/05/98. “O Porvir da América”

<sup>982</sup> *Idem*, 03/11/1898. “Como pensamos”.

<sup>983</sup> *Idem*, 18/11/1898. “Prudente de Moraes”.

<sup>984</sup> **ORICO**, Oswaldo. *Op. Cit.* p.249

<sup>985</sup> *Idem*, p.252 Carta de Prudente de Moraes para Patrocínio, datada de 15/07/1898. O Presidente diz-se revoltado com o fato de os juizes, advogados e acusados terem se abraçado efusivamente após o julgamento.

<sup>986</sup> *Idem*, p.251

É inegável que ele e Prudente mantinham relações de amizade e de interesses clientelares; o jornalista, inclusive, fez questão de acompanhar o ex-Presidente em seu retorno para Piracicaba.<sup>987</sup> Mas ainda que houvesse interesses profissionais e naturalmente havia, afinal as chamadas verbas secretas eram denunciadas a todo instante <sup>988</sup>, há um outro componente que não pode ser esquecido. Diz Orico que havia fortes laços de afeto, mas também de solidariedade política. Esse é o que ponto que deve ser ressaltado para aquele momento. Apesar de algumas diferenças, <sup>989</sup> Prudente, era a opção possível para o projeto político idealizado por Patrocínio. No jogo de correlação de forças entre as diversas correntes republicanas, era necessário salvar o modelo republicano centralizador, acentuadamente presidencialista e autoritário, porém – singularmente – civilista. Prudente, louvado como o primeiro Presidente civil, deveria encarnar esse *ideal-tipo* e, como o não fizera de início, encontrou a crítica acerba de Patrocínio, que se transformou em louvação à medida que foi capaz de vencer a batalha com o Legislativo.

Apesar do prestígio que alegava ter recebido de Prudente, o ano de 1898 representou um marco nas pretensões de Patrocínio quanto a uma carreira política. Ele, que por duas vezes fora vereador, que se apresentara inúmeras vezes como candidato à deputação, que mesmo derrotado em 1896, prometia manter-se na luta, agora encontrara seu limite. Percebera que não lhe sorria qualquer futuro político, e aprendera isso “pela mais dura experiência”. <sup>990</sup> Pela primeira vez, deixava de responsabilizar a lisura dos pleitos por suas derrotas. Parecia aceitar a máxima de Comte de que votos não se pesam, contam-se, “várias vezes, pedimos ao povo os seus sufrágios e ele no-los negou”. Diz, com aparente resignação, que nem a “abolição” ou a luta contra a “pluralidade das emissões” lhes haviam afiançado o sucesso, “(...) nunca vimos apreciado com justiça o nosso esforço”.

<sup>987</sup> A partir de 28/11/1898, a *Cidade do Rio*, publicou uma série, reportando a volta de Prudente, sua passagem pelas cidades paulistas, falando da aclamação feita aos dois em todos os locais.

<sup>988</sup> *Cidade do Rio*, 27/05/1898. “27 de maio”. O artigo faz alusão à determinação da folha em alinhar-se com Prudente, após o episódio da Escola Militar. Diz, em seguida, “somos hoje taxados de alugados da verba secreta (...)”

<sup>989</sup> Quando da prisão e extradição de Patrocínio, no governo Floriano, um grupo de políticos paulistas, encabeçado por Prudente, na época Vice-presidente do Senado, enviou uma mensagem telegráfica de apoio ao governo pelas medidas tomadas em nome da ordem. Entre eles estavam ainda Glicério e Bernardino de Campos. *Apud CUNHA*, Ciro Vieira da. *Op. Cit.* p. 69

<sup>990</sup> *Cidade do Rio*, 02/08/1898. “O Sr. Rui Barbosa”. As citações constantes do texto até o item 213 pertencem a esta matéria.

Weber, ao falar da “vocação política”, diz ser comovedora a atitude do ator político, que, guiado pela  tica da responsabilidade, num determinado momento, declara: “Não posso agir de outro modo, paro por aqui!”.<sup>991</sup>

Ao final deste período, é importante observar o que foi colocado na introdução a este capítulo, a perda progressiva da centralidade da questão social no pensamento político de Patrocínio. Como será visto, essa opção, embora matizada por uma forte oposição inicial às medidas que seriam tomadas no governo seguinte, acabarão prevalecendo em nome da estabilidade econômica.

### 5.3.3 - O chapéu na mão

O novo Presidente, como visto, encontrou um caos político e financeiro. Permaneciam as querelas regionais pelo poder e o país estava   beira de uma bancarrota. No jornal de Patrocínio apontava-se para o “riso amarelo”, que parecia uma “careta”, com que a oposição ao antigo governo recebia o novo.<sup>992</sup> Caberia agora a Sales sanear a situação financeira e, para ele, isso era importante como instrumento de estabilidade para o planejamento político. Conforme Belo, o caminho estava nas diretrizes que Joaquim Murtinho já colocara, quando ainda ministro de Viação no governo anterior.<sup>993</sup> A possibilidade encontrada foi o *funding loan*, contratado aos bancos ingleses, que nos emprestavam 10 milhões de libras esterlinas, exigindo como garantia os ingressos alfandegários; e, se necessárias, as receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro.<sup>994</sup>

Apoiado pelo Presidente, o novo ministro da Fazenda, crítico da política de emissões e do inflacionismo, adotou um esquema rígido, apoiado numa ortodoxia econômica, que praticamente retomava a política econômica do Império, visando ao

<sup>991</sup> WEBER, Max. *Op. Cit.*, p.123

<sup>992</sup> *Cidade do Rio*, 22/11/1989. “Riso Amarelo”. *Acusa o “bando federal”* de ainda se derreter em “zumbaias aos detentores do poder, com um riso que parece uma careta”.

<sup>993</sup> BELO, José Maria. *Op. Cit.*, p.162. Murtinho, ao sair do ministério da Viação, no governo Prudente, fez um relatório, onde fazia seu diagnóstico da situação econômico-financeira do país, apontando soluções ortodoxas.

<sup>994</sup> Conforme Szmrecsányi, o mentor intelectual do projeto foi Rodrigues Alves, um liberal que já fora por duas vezes ministro da Fazenda, também, por duas vezes presidente da Comissão de Finanças do Senado, fizera as articulações com os bancos europeus; e depois viria a suceder Campos Sales. As articulações, de fato, começaram durante o governo de Prudente de Moraes, inclusive com a obtenção de um empréstimo de emergência junto ao London & River Plate Bank. O autor se alinha com uma corrente que procura desmistificar a louvação que a historiografia faz da participação de Joaquim Murtinho. Cf. SZMRECSÁNYI, Tamás. *Origens e Conseq ncias do Funding Loan de 1898*. In: Revista Análise Econ mica. São Paulo: ano 20, n.38. O autor faz considerações sobre o caráter draconiano do acordo, que acabaria inviabilizando o pagamento.

Ainda numa visão de desconstrução do mito Murtinho. Cf. FARIA, Fernando Antônio. *Os Vícios da Re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993

saneamento do Tesouro. Previa para isso a deflação, a redução das despesas, o aumento de impostos, a contenção dos gastos públicos, inclusive pela paralisação de obras, o incentivo à iniciativa privada, afastando-se o Estado das atividades industriais.<sup>995</sup> Outro ponto importante de sua proposição era o desestímulo à industrialização, que deveria restringir-se apenas aos capitais disponíveis. Para ele, além da possibilidade de criar uma elite economicamente protegida e de comprometer o livre intercâmbio comercial, também faltaria ao brasileiro a superioridade do povo americano. O lema era “produzir barato aquilo que só podemos importar caro e importar barato o que só podemos produzir caro”.<sup>996</sup> Belo aponta para um aspecto importante, Murtinho possuía uma compreensão dissociada entre economia e finanças, ficando a primeira subsumida à segunda.<sup>997</sup> Na verdade, não apenas ele, mas - de certa forma - àquela época, o fundamento era a economia financeira.

Patrocínio, defensor do *metalismo*, afinava exatamente com essa política ortodoxa, por sinal, majoritária à época em todo o mundo. Fazia parte da corrente que defendia a necessidade do padrão ouro e da conversibilidade plena da moeda. E, principalmente, colocava a política monetária como subsidiária da política cambial. Sua razão última era o controle do câmbio.<sup>998</sup> Desde o final do Império, o grupo se debatia com a heterodoxia *papelista*, que defendia a emissão de moeda fiduciária (papel), priorizava o crescimento econômico e o controle da taxa de juros, de modo a agilizar a atividade econômica. De acordo com Lima, o crescimento econômico experimentado durante o século XIX, por conta do café, e também a expansão da economia internacional e dos mercados, já não mais comportava a ortodoxia metalista e monoemissora.<sup>999</sup>

<sup>995</sup> **BELO**, José Maria. *Op. Cit.* ,p.163. Manoel Vitorino escreveria em 1901, no *Correio da Manhã*, que Joaquim Murtinho teria dito que era necessário “republicanizar a República”. E que, para isso, era preciso reduzir ao mínimo a tutela e proteção do Estado, restringindo ao máximo sua função social. *Correio da Manhã*, 26/06/1901. “*Enquanto bem Servirem*”

<sup>996</sup> **LIMA**, Heitor Ferreira. *Op. Cit.*, p.138. Murtinho em seu liberalismo clássico, defendia o *laissez-faire*, o agrarismo, negando aos países periféricos o esforço de industrialização. Murtinho afirmava que a industrialização não podia ser feita à custa do sofrimento social. Na questão financeira Murtinho se aconselhava com o economista inglês J.P. Willeman, mas quanto à industrialização, superou-o. Cf. **PELAEZ**, Carlos Manuel & **SUZIGAN**, Wilson. *História Monetária do Brasil*. Brasília:UnB, 1976, p.144

<sup>997</sup> **BELO**, José Maria. *Op. Cit.* ,p.163

<sup>998</sup> A preocupação final com o controle cambial refletia as condições de uma economia preferencialmente agroexportadora. Cf. **FONSECA**, Paulo Cezar Dutra. *La Controversia entre “papelismo” y “metalismo” y la Génesis del Desarrollismo em Brasil. Comunicação apresentada no V Encuentro Ibérico de Historia del Pensamiento Económico*, Madrid, dezembro de 2007. In: [www.ucm.es/cont/news2/media/iberico.pdf](http://www.ucm.es/cont/news2/media/iberico.pdf). Consultado em novembro de 2008

<sup>999</sup> **LIMA**, Heitor Ferreira. *Op. Cit.*, p. 92-93. Conforme, Paul Hugon, a expansão da necessidade de trocas pressiona no sentido de criar formas monetárias capazes de operacionalizá-las. Cf. **HUGON**, Paul. *A Moeda, introdução à análise e às políticas monetárias e à moeda no Brasil*. (3ª ed.) São Paulo:

Para que se compreenda aquele momento, é necessário recuar ao tempo da reforma econômica de 1890, quando Rui Barbosa, declarado papalista, assumiu a pasta da Fazenda, no Governo Provisório. Em meio à intensa disputa entre as correntes metalista e papalista,<sup>1000</sup> optou-se pela continuidade da política do gabinete Ouro Preto, quando se voltara à pluralidade das emissões, capitaneadas pelo recém criado Banco Nacional do Brasil, associado a bancos europeus.<sup>1001</sup> Patrocínio, crítico do pluralismo, alertava que o banco seria “um privilégio (...) monstruoso que nos imporá cativo econômico durante meio século (...)”.<sup>1002</sup> A moeda já não era mais lastreada por fundos de reservas e sim por bônus emitidos pelo governo. Ocorre que a entrada de novos ativos muito atraentes acabou levando à especulação desenfreada, causada pela corrida aos negócios bolsistas, acarretando importante desequilíbrio financeiro. Em resposta, Rui desencadeou um novo plano econômico, a partir do decreto de 17 de janeiro de 1890.<sup>1003</sup> Sua filosofia era voltada mais ao desenvolvimento do que ao controle cambial e visava preferencialmente à industrialização. Para defender-se das críticas em relação à baixa do câmbio conseqüente às medidas, alegava que o desequilíbrio da economia não

---

Pioneira, 1973, p.47. Conforme Fonseca, as críticas à conversibilidade, defendida pelos metalistas, já fazia eco nos setores produtivos, fosse na lavoura “mesmo escravista” ou nos segmentos urbanos. Cf. **FONSECA**, Paulo Cezar Dutra, *Op.Cit.*. Os membros da Associação Comercial, em abril de 1889, publicaram, na *Gazeta de Notícias*, uma representação, solicitando a criação de um banco de emissão. No documento, diziam que o comércio e a indústria muito esperavam da nova lei de emissões. Cf. *Cidade do Rio*, 25/04/1889. “*Bancos de Emissão*”. Naturalmente, o jornal repudia a proposta, defendendo o monopólio das emissões. O governo deveria recorrer ao Banco do Brasil, como Sales Torres Homem já sugerira em 1857.

<sup>1000</sup> Conforme Fonseca, poder-se-ia resumir a disputa entre a discussão sobre a estabilidade cambial contra a preocupação com o nível de atividade econômica. Os metalistas, grosso modo, seguiam os economistas clássicos Adam Smith, Say e Ricardo. Os papelistas, sem um arcabouço teórico muito refinado, seguiam o empirismo, que apontava a importância da taxa de juros sobre a de câmbio. Ela refletiria o estado de ânimo da economia. Tratava-se de um fenômeno puramente monetário, na dependência pela relação entre a oferta e a demanda por moeda. O papelismo seria como que um Keynsianismo *avant la lettre*, que viria a prestigiar o investimento e o desenvolvimento econômico sobre a estabilidade financeira. Para aprofundamento dessas questões. Cf. **FONSECA**, Paulo Cezar Dutra. *Op. Cit.*

<sup>1001</sup> O Banco, de propriedade do visconde de Figueiredo, figura de fácil trânsito nos meandros do sistema financeiro internacional e no próprio governo, criou a expectativa para os investidores de possuir informações privilegiadas. Com isso, desencadeou uma corrida por seus títulos na bolsa, que se acompanhou da busca de outros ativos, gerando a especulação. Cf. **LEVY**, Maria Bárbara. *Op.Cit.*, pp.39-41

<sup>1002</sup> *Cidade do Rio*, 04/07/1890: “*O Novo Monopólio*”.

<sup>1003</sup> O país se ressentia de capitais disponíveis e de circulação monetária, inclusive para pagar o assalariamento dos libertos e da mão de obra imigrada. Cf. **HUGON**, Paul. *Op. Cit.*, p.153. O plano econômico, colocado em três decretos, de 17 de janeiro de 1890, contemplava modificações nas regras bancárias e monetárias, reformava a lei das sociedades anônimas e uma nova lei de hipotecas. A idéia era aumentar a oferta de recursos, para que baixassem os juros. Diferente da ortodoxia, baseada na teoria quantitativa da moeda, a questão não estaria na quantidade de moeda circulante, mas na situação da balança de pagamentos. Diagnosticava uma falta de recursos tanto na lavoura, como nos centros urbanos, inclusive pela baixa circularidade da moeda. Além da pluralidade de emissões, centralizadas em regiões, o incentivo liberal às sociedades anônimas fez com que suas ações se tornassem um ativo mais interessante do que os tradicionais títulos do governo. Com isso, afluíram capitais para um frenesi de novas S/A, um “boom” na bolsa e especulação desenfreada. Cf. **LEVY**, Maria Bárbara. *Op.Cit.*, pp.39-41



era gerado pela queda cambial, mas pelo déficit da balança. A convulsão no mercado, que já começara ao final do Império, gerou inquietações. Emílio Rouède, na *Cidade do Rio*, responde de forma satírica à preocupação de um leitor com a falta de garantias para os capitais em circulação. Propõe que se crie a Companhia Protetora e Beneficente dos Acionistas de Bancos e Companhias. Os incorporadores seriam o Banco do Brasil e o Corpo de Bombeiros.<sup>1004</sup>

Patrocínio era intransigente com as medidas, responsabilizando-as pelas mazelas econômicas da República. Menos de uma semana depois do decreto de Rui, dizia “pretendemos estudar profundamente, radicalmente, definitivamente as finanças do nosso país. Este dever nos é imposto pelo abalo que produziu em nossa praça o decreto do Sr. ministro da Fazenda(...)”<sup>1005</sup> Já em agosto, advertia para a “inevitável catástrofe”, que atingiria “todas as classes da nossa sociedade”, em virtude da política econômica de especulação em curso: “Existe um movimento febril, que agita a praça em busca dos imaginários milhões no cartear incessante desses títulos(...) a maior parte de resultados incertos ou efêmeros (...)”<sup>1006</sup> Censura a opção do ministério pelo que chama de

empresas imoderadas, concepções audazes **desses incorporadores por officio**, que longe de alcançarem (...) qualquer horizonte feliz e próspero para o comércio e indústria, **miram tão somente aproveitar-se do estado vertiginoso de uma praça cega pelo jogo e fascinada pela aventura das empresas (...)**<sup>1007</sup>(Grifos meus)

Em 1897, Patrocínio suscitava um fato que, hoje, ajuda a instrumentalizar o revisionismo histórico que procura reabilitar o encilhamento. Ao defender a proposta de reforma do ministro Bernardino de Campos, no governo Prudente, procurou mostrar a importância da conjuntura internacional, marcada por manobras de retaliação dos países centrais à redução das importações na periferia, contingenciando o envio de capitais. Cita, inclusive, o caso da Argentina.<sup>1008</sup>

Contemporaneamente, esse revisionismo procura demonstrar que aquele momento excedeu as críticas de ter sido apenas de especulação frenética, valoriza-o como decisivo para a formação do empresariado nacional. Mesmo a inflação do período teria sido superestimada por seus críticos.<sup>1009</sup> Havia uma política deliberada de captação

<sup>1004</sup> *Cidade do Rio*, 12/07/1890

<sup>1005</sup> *Idem*, 22/01/1890.

<sup>1006</sup> *Idem*, 29/08/1890. “A Praça”

<sup>1007</sup> *Idem*

<sup>1008</sup> *Idem*, 19/11/1897. “Novos Impostos”

<sup>1009</sup> **FISHLOW**, Albert. *Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil*. New York. In: *International Trade and Economic Development: essays in honor of Raul Prebisch*, 1972. Apud: **PELAEZ**, Carlos Manuel & **SUZIGAN**, Wilson. *Op. Cit.*, p.140. O autor também defende a importância do período para o desenvolvimento industrial.

de recursos privados, que agora passariam a não mais financiar o déficit público, mas sim a financiar empresas. O excesso de moeda circulante teria servido à capitalização da indústria nascente <sup>1010</sup>

Patrocínio, ortodoxo, irá exultar com o plano apresentado pelo governo Campos Sales. Num artigo publicado em 2 de dezembro, com o significativo título de “*Fé no Futuro*”, volta à crítica contumaz à heterodoxia da política econômica de Rui Barbosa. Dizia-se tranqüilo quanto à sua absolvição pela história, porque jamais pactuara. Ainda invocando a história, afirma que se Rui a conhecesse, teria visto as conseqüências desastrosas da pluralidade de emissões e teria aprendido com as crises de 1857, 58 e 1864. Aprenderia a “não acolher a ambição de alguns banqueiros na inviolabilidade ditatorial do governo provisório”. <sup>1011</sup> Mostra-se alinhado com as idéias em curso, ao mesmo tempo em que ressalta a importância de o Congresso ter aberto mão de suas atribuições, para dedicar-se quase exclusivamente ao saneamento financeiro. Mas o sucesso dependeria de:

desbravar o preconceito no espírito do povo, para que ele se contente com o que realmente deve ter e não faça questão de honra de superfluidades. Precisamos antes de tudo de perder a mania colonial de viver exclusivamente da alfândega e de ter bens, cujo custeio nos onera improficuamente o orçamento e (...) impossibilita a policultura (...)

Propõe a revogação da autorização para o arrendamento da Central, que objetivava disponibilizar recursos para o governo resgatar “a dívida externa e o papel-moeda em circulação”. Com relação às emissões, seria necessário “revogar a lei que autorizou a pluralidade” e permitir ao governo “criar um banco emissor com lastro metálico, emissão tripla e conversibilidade à vista, à vontade do portador (...)”. Também urgiria “decretar a garantia da União à letra hipotecária”. Os juros seriam compensados pelo “renascimento e prosperidade da lavoura”. Sintetiza,

**em uma palavra, o que urge é rebuscar no arquivo de nossas leis o que a obcecação do papel-moeda não permitiu que o Império pusesse em execução;** é viver vida nova, aparelhando o executivo com os meios para agir pronta e energicamente. O que nos está fazendo mal não é a licença da imprensa, não é o “bicho”; é a licença financeira, é esse rombo da pluralidade das emissões, que reduziu ao terço do valor o nosso trabalho e nos entrega à penúria, arrasta a nossa sociedade ao jogo e ao álcool (...) (Grifos meus)

Fica bastante clara a posição de Patrocínio mais próxima a um liberalismo conservador, embora fosse entusiasta da industrialização. Ele o demonstrara em 1890, quando elogiou a captação crescente de recursos, desde junho de 1889. Seria “o

<sup>1010</sup> LEVY, Maria Bárbara. *Op.Cit.* passim .

<sup>1011</sup> *Cidade do Rio*, 02/12/1898. “*Fé no Futuro*”. Todas as citações até o item 233 pertencem a esta matéria.

renascimento do espírito comercial e industrial do Brasil (...)”. Para ele, a vitalidade industrial do Brasil estaria provada.<sup>1012</sup>

Uma discussão a respeito da política sobre o ouro ilustra a posição de Patrocínio. Ao final de 1898, para equilibrar a crise econômica o governo ostensivamente lançava mão do aumento fiscal. A despeito disso, a câmara dos Deputados vota a favor da queda do imposto sobre a extração de ouro, porque feria o interesse das mineradoras. A *Cidade do Rio* censura a medida e coloca-se contra o monopólio privado do mineral, “que vai para o estrangeiro amoedar-se, para voltar como um tirano à nossa pátria”.<sup>1013</sup> Reiterando sua coerência metalista, defende a necessidade de uma legislação que impedisse o depauperamento do país “a ponto de não haver mais cambiais em circulação e deste modo a nossa produção vendida em ouro, seja reduzida a papel, não na equivalência da taxa, mas depreciada na própria moeda desvalorizada”. Ironiza o determinismo agrícola para o qual se volta a economia, “também para que se ocupar o nosso Congresso de cogitar uma lei para fazer entrar para o Tesouro o ouro que sai a barra, se a nossa Casa da Moeda é simplesmente uma fábrica de cenouras e repolhos? Cada um para o que nasce”.<sup>1014</sup>

E desabafa com preocupação,

entremos sempre no banquete da civilização, como agora, com a casaca do “funding”. O essencial é que tenhamos um talher à mesa dos povos cultos, embora os outros convivas riem-se da nossa fatuidade no parecer o que não somos. Que o ouro saia livre (...) e volte depois em belas libras, que no prazo de três anos, nos podem por a soberania no prego, se não nos fizermos em cambiais, custando elas a pele do povo. Impostos, quantos venham, desde que não afetem indústrias como a de extração de ouro. Do ouro, só precisamos para a boa fama de nosso subsolo; na vida, nos arranjam com o papel da pluralidade das emissões inversíveis(...)

Ao encerrar-se o ano, ainda escreve artigos insistindo na questão cambial e na necessidade de apoio do Congresso, mas uma outra preocupação começa a assaltá-lo, a fiscalidade, que já trazia inquietação para o povo e para o setor produtivo, conforme já comentado.

O artigo que Patrocínio escreve sobre o caso Dreifus, em 1889, ressalvado o evidente preconceito, serve para demonstrar sua preocupação com o possível avanço de uma civilização do capital. O texto não tratava do fato em si, mas da sua repercussão, que credita a uma campanha orquestrada pela imprensa francesa, financiada por judeus.

<sup>1012</sup> *Idem*, 10/07/1890. “*Brasil*”:

<sup>1013</sup> *Cidade do Rio*, 26/11/1898. “*Ouro para Inglês Extrair*”. Todas citações, até o item 235, pertencem a essa matéria.

<sup>1014</sup> Patrocínio denuncia resíduos do fisiocratismo, que ainda perduravam no pensamento econômico, vindo da tradição do liberalismo introduzido no início do século XIX no Brasil e que repercutia em Tavares Bastos, por exemplo. Combatia o agrarismo. Cf. LIMA, Heitor Ferreira. *Op. Cit.*, p.92

Estes seriam solidários apenas em seus interesses e desejosos de angariar a generosidade dos cristãos para sua causa, que, na verdade, seria a “dominação do mundo”. Qualificamos como “sedutores do dinheiro, **os responsáveis pela atual organização industrial do mundo, esse polvo sinistro que (...) explora o mundo inteiro, reduzindo desumanamente a vida humana a capital e juros (...)**”. O artigo aparece numa conjuntura de formação do sionismo e das transformações capitalistas.<sup>1015</sup> (Grifo meu). Patrocínio embarca no mito da existência de um complô internacional judaico, que vai recrudescendo paralelamente à consolidação do sionismo.<sup>1016</sup>

Em 30 de dezembro, a *Cidade do Rio* compara a situação atual das classes menos favorecidas com o passado. Anteriormente, na “civilização do empréstimo”, a preocupação estaria nas casas abastadas, enquanto que no lar humilde tudo se enchia de júbilo, tudo novo, ainda que simples; e “não se apagavam os fogões”. No momento atual, perdiam-se as garantias, em função do desemprego gerado pela pauperização do setor produtivo. Questiona se “podemos continuar a viver assim, limitando a função do Estado a só ter renda para pagar os que cobram impostos e se dão ao trabalho de ocupar os cargos parasitários do funcionalismo?”. Defende investimentos estatais para “estabelecimentos de crédito agrícola e hipotecário, para abrir novas estradas de ferro, para criar estaleiros, arsenais”. Os impostos só estavam servindo para “aumentar a miséria pública”. E finaliza, criticando “**essa inação mental, que se limita a cortar verbas e a não desenvolver as fontes de produção**”. (Grifo meu). Deseja um “triste ano bom para o mísero operário”.

No início de 1899, o que já era uma preocupação começa a se consolidar numa complexa realidade, iniciam-se demissões no setor calçadista, que reagia à antecipação do imposto sobre as vendas; agora, o produto era taxado na prateleira, com colocação

---

<sup>1015</sup> *Cidade do Rio*, 03/07/1899. “*O Judaísmo*”. Em 1894, Alfred Dreifus, um judeu assimilado, militar francês, foi acusado de traição, com fundamento em documentos falsos, não tendo obtido o necessário apoio do Exército francês. O fato comoveu a França e, talvez por envolver um judeu, granjeou antipatias e simpatias, que excediam a questão em si. Intelectuais se mobilizaram e a coisa repercutiu internacionalmente. Indicado como observador de um jornal, Theodor Herzl, percebendo o espectro do antisemitismo na Europa e também imbuído dos ideais da época, de construção de estados nacionais, entendeu que para os judeus de todo o mundo só havia a alternativa de viverem sob um estado nacional judeu. O sionismo como movimento toma corpo à essa época, mobilizando apoios e resistências à criação de uma nacionalidade e um estado judeu.

<sup>1016</sup> Conforme Cunha, a idéia de antisemitismo, no Brasil, é reforçada ao final do século XIX pela construção do paradigma judeu -cáften-positivista. Aos judeus é atribuída responsabilidade pela rede de prostituição das chamadas polacas. Essa associação seria um produto deliberado de uma política judaica de desagregação do mundo cristão, fragilizando-o diante dos interesses universalizantes. Mais à frente, esse paradigma irá modificar-se para outro, o de judeu-cáften-positivista-comunista. Cf. CUNHA, Getúlio Nascenentes da. Antisemitismo na República Velha .In: Anais do XXIII Simpósio da ANPUH. Londrina, 2005

do selo. Também em repartições do governo, como no Arsenal,<sup>1017</sup> previam-se mais de 700 exonerações; por sorte, foram apenas 98.<sup>1018</sup> Patrocínio começa a moderar o apoio às medidas, advertindo sobre a necessidade de Sales permanecer distante do partido Republicano Federal e de libertar-se do Congresso, exigindo-lhes apenas as garantias necessárias para a execução de sua política. E, mais importante, centralizar o programa de saneamento das finanças no controle do câmbio. Essas postulações estarão presentes em todos os artigos publicados pela *Cidade do Rio*. Seria ocioso transcrevê-las, porque são bastante semelhantes. Durante um período que vai do meio ao final de janeiro de 1899, o jornal promove um debate sobre a questão financeira, com matérias enviadas pelo público externo anonimamente. A de 23 de janeiro é singular, porque procura desviar o foco do cenário interno para o contexto internacional. Haveria uma crise global, envolvendo além da América do Sul, os países europeus. Os Estados Unidos estariam às voltas com a superprodução e a falta de meio circulante para crédito.<sup>1019</sup> Não se tratava de uma crise brasileira.

Outras matérias encontráveis na folha estarão relacionadas à discussão sobre as medidas propostas pelo *funding loan*, como seja o destino do papel-moeda resgatado, que o país estaria obrigado a depositar em bancos ingleses e alemães, cujos valores corresponderiam às emissões do *funding*. Eles poderiam ser incinerados ou serviriam para formar um fundo destinado à aquisição de ouro, para o pagamento da dívida externa. Conforme Szmrecsanyi, ela era constituída fundamentalmente pelos pagamentos de juros e pela amortização do principal de empréstimos tomados pelo governo brasileiro em anos anteriores, mais os pagamentos dos subsídios da garantia de juros mínimos destinados às empresas ferroviárias de propriedade estrangeira então operando no País.<sup>1020</sup>

o Todos esses pagamentos deviam ser feitos em ouro (ou em divisas conversíveis), daí porque era indispensável dispor-se de um considerável superávit nas transações comerciais com exterior - tanto nas que envolviam bens e serviços convencionais, como nas relativas aos fluxos dos metais preciosos (ou das divisas) que serviam de meios de pagamento”<sup>1021</sup>.

Conforme Belo, a Câmara determinou que o dinheiro fosse incinerado para evitar especulação, que poderia advir do aumento de disponibilidades de recursos

<sup>1017</sup> *Idem*, 03/01/1899. “*O Dia*”

<sup>1018</sup> *Idem*, 11/01/1899. “*Impostos*” e 16/01/1899. “*Novos Impostos*”

<sup>1019</sup> *Cidade do Rio*, 23/01/1899. “*Crise Universal*”

<sup>1020</sup> SZMRECSÁNYI, Tamás. *Orig. Cons. Fund..Loan de 1898*.

<sup>1021</sup> *Idem*

bancários. Outras questões seriam a formação do fundo de resgate, a ser fomentado por outros ingressos, como das estradas de ferro, por exemplo; e, finalmente, o ajuste fiscal.<sup>1022</sup> A *Cidade do Rio* discutia esses procedimentos, criticando a ação dos bancos estrangeiros, em relação ao destino do papel-moeda, denunciando-os como especuladores.<sup>1023</sup> Os meandros dessas discussões, por sua especificidade técnica, fogem ao escopo deste trabalho.

Nessa ocasião, começam a se acentuar os desencontros de Patrocínio com o governo. Num artigo, “*Os Operários*”, o jornal, com certa ironia, se exime da responsabilidade por “impopularizar o governo pelo seu empenho em conseguir, à força de economia, secundado pela arrecadação de renda, o equilíbrio real do orçamento”.<sup>1024</sup> Critica, contudo, a determinação do ministro da Marinha de que sejam demitidos os extranumerários do Arsenal. Percebe-se que apesar de não comungar com essas escolhas, já que sua opção é pelo controle do câmbio, a folha ainda procura manter-se ao lado do governo, criticando apenas o rigor das ações.

Quando da abertura da sessão das Câmaras, em 3 de maio, Campos Sales enviava-lhes uma Mensagem, onde apontava todas as questões concernentes a seu governo e propunha um programa resolutivo. Refletindo a filosofia que imprimirá a seu governo, trata a situação política de forma superficial, concentrando-se na questão financeira. As finanças deverão ser o ponto de harmonia entre o executivo e o legislativo, diz ele. Propõe a transferência para a iniciativa privada das vias férreas e terrestres sob as quais o governo tenha ingerência; a situação da E. Ferro Central do Brasil deverá ser individualizada, devido à sua importância como garante dos acordos. No tocante à moeda, defende a valorização do meio circulante, assinalando os riscos da baixa do câmbio, que havia excedido as expectativas mais desfavoráveis, causadas pela balança internacional ou as agitações internas. A situação cambial seria responsável pela desvalorização da moeda e da massa enorme de papel circulante. Também o ouro tinha deixado de ser um importante agente de circulação e virara mercadoria, passando a ser controlado também pelo papel-moeda inconvertível.<sup>1025</sup>

<sup>1022</sup> BELO, José Maria. *Op. Cit.*, p.168

<sup>1023</sup> *Cidade do Rio*, 09/03/1899. “*O Protesto*”; idem, 14/03/1899. “*Os Dois e Meio por cento*”; idem 20/03/1899. “*O Mal dos Depósitos*”; e idem 21/03/1899. “*Os Bancos Estrangeiros*”. A tônica será sempre a denúncia da especulação estrangeira sobre o Brasil.

<sup>1024</sup> *Cidade do Rio*, 29/03/1899. “*Os Operários*”

<sup>1025</sup> Mensagem Presidencial ao Congresso, de 03/05/1899

É interessante como, na essência, a política segue a ortodoxia defendida por Patrocínio, que num artigo, três dias após, elogia o projeto. A desinteligência estaria na sua operacionalização, como ele irá admitir mais à frente.

Uma dessas arestas é o imposto sobre consumo. A *Cidade do Rio*, mesmo timidamente, procura mostrar os problemas advindos com as novas regras fiscais.<sup>1026</sup> Mas já adverte que o governo atingira o limite de possibilidade de cortes. A solução pela restrição orçamentária e pelo aumento de impostos chegara ao batente.<sup>1027</sup> No mês seguinte, estoura a bolha de uma pretensa unidade, Patrocínio, alegando absoluta isenção, denuncia a inocuidade das medidas. Lembra que o Presidente teria sido o intérprete das mais altas aspirações nacionais, elogia o plano, mas o problema não estaria na sua concepção e sim na sua aplicação, “é julgar que **economizando, controlaria o déficit e que equilibrando o orçamento, equilibraria a economia**”.<sup>1028</sup> Critica a participação do Congresso e não poupa o ministro da Fazenda:

(...)S. Ex<sup>a</sup> **tinha escolhido mal, principalmente o ministro da Fazenda**, alma de todo o trabalho que deveria ser realizado. Homem de gabinete, sem nenhum estudo sério das condições do país, o Sr. Murtinho não provou por nenhuma medida, nas férias parlamentares, estar preparando um plano seguro para aproveitar à moratória do “funding loan”. Chegou e fez a baixa do câmbio, para aplicar sua teoria de que o governo não deve intervir no mercado (...). Resultado: deu logo à nação um prejuízo de dois dinheiros esterlinos de depreciação de papel-moeda (...) Nunca o deságio promoveu tanto a especulação (...) Em seis meses de governo, o Sr. ministro não teve tempo sequer de aprontar seu relatório(...) é prova de que não tinha uma idéia assentada(...). **A política financeira é isto, demitir operários, vender arsenais, organizar divisões de calhambeques, não consertar, não manter nada, desorganizar, vender tudo para fazer esse milagre de equilibrar o orçamento sem empréstimos e sem emissão, mas deixando de fora do orçamento o povo a morrer de fome, o comércio paralisado, as indústrias moribundas.**(Grifos meus)

Logo em seguida, retoma a questão, de forma mais contundente, Murtinho, o louvado ministro da Viação, de Prudente de Moraes, agora era acusado pela folha de Patrocínio de ser o “chefe da sedição em Mato Grosso”. E que “para secundá-lo o ministro da Justiça e da Guerra têm praticado atos de verdadeira intervenção eleitoral”. O governo é acusado de omissão sobre intervenções de governos estaduais nos municípios. Nesse período, Alberto Torres, governador do estado do Rio de Janeiro intervieria na Assembléia Legislativa de Campos.<sup>1029</sup> Patrocínio, mais uma vez, solicita

<sup>1026</sup> *Cidade do Rio*, 09/05/1899. “*Lei do Consumo*”

<sup>1027</sup> *Idem*, 26/05/1899. “*Funding Loan*”

<sup>1028</sup> *Idem*, 06/06/1899. “*O Momento*”

<sup>1029</sup> Conforme Marieta Ferreira, Alberto Torres já havia conseguido intervenção federal em Campos, em 1896. Mas à essa época tentara ficar isento nas disputas entre o grupo de Miracema (Paulino Soares) e o grupo campista. Premido pelo grupo miracemista, viu-se obrigado a intervir. Em março de 1899, Torres baixou o decreto 530, determinando que a câmara municipal, cujo mandato havia findado em 1897, reassumisse provisoriamente a direção do município. Era uma medida que atendia aos interesses da facção miracemista, todos os vereadores de 1894 pertenciam a ela. Do lado campista, Alberto Benzamat tentava implodir essa hegemonia, contando com o apoio de partidários e oposicionistas. Depois de

o auxílio de Prudente de Moraes. Em março de 1899, numa carta dirigida ao ex-Presidente agradecia o que chamou de “condecoração cívica da Cidade do Rio e de seu humilde redator”. Na mesma mensagem, passa a tratar da política fluminense, manifestando oposição ao presidente do estado. Repudia o que chama de atentado contra a autonomia de Campos, praticada por aquela autoridade. Por isso, teria abraçado a causa da Assembléia Legislativa Fluminense, ficando obrigado a defendê-la dos ataques da imprensa da capital, que interesseiramente canonizava Alberto Torres.<sup>1030</sup>

No plano político, a *Cidade do Rio* se manterá na denúncia de duas questões, primeiro da *concentração* no Congresso, ou seja, de uma unanimidade forçada em apoio às medidas do governo, aprovadas sem discussão e, depois, na defesa da autonomia dos estados, comprometida pela ação central. Estas matérias refletem a crítica ao projeto de Campos Sales de promover o esvaziamento político do governo, descomprometendo-se com os partidos e anulando-os. A política ficaria restrita aos estados. Conforme Lessa, o compromisso do novo presidente seria com um republicanismo histórico, abstrato. Mas, ao mesmo tempo, fortalecia o governo central, que deveria estar acima das paixões do Legislativo: “o parlamento não governa nem administra”. A idéia era de voltar-se ao ideal de uma república asséptica, operacionalizada por um executivo forte e técnico, centrado no controle das finanças. A rotinização que faltara aos governos anteriores se daria pela *política dos governadores*.<sup>1031</sup> Esta consistia num conjunto informal de normas e práticas políticas que alimentavam um complexo de relações clientelares do executivo com os poderes regionais, impedindo o acesso da oposição ao poder.<sup>1032</sup>

Diariamente, o jornal de Patrocínio reitera críticas às ações do governo no estado do Rio de Janeiro, já comentadas anteriormente, em Mato Grosso e no Ceará. É agora um órgão de oposição franca ao governo, que seria “a perseguição à autonomia dos estados, a guerra à indústria nacional e a decomposição do Congresso, pela **concentração**”.<sup>1033</sup> (Grifo meu)

---

sucessivas idas e vindas, nas quais se lutava pelo impeachment do governador, a situação acabou por gerar um profundo afastamento entre Torres e o partido Republicano Fluminense, que apoiava Porciúncula. Ver em: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *A República na Velha Província oligárquias e crise no estado do Rio de Janeiro, 1889-1930* Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p.98-99

<sup>1030</sup> IHGB, carta de José do Patrocínio a Prudente de Moraes, lata 598, pasta 61. 08/03/1899. Em maio, numa outra carta, volta ao assunto da Assembléia Fluminense, solicitando a interferência de Prudente de Moraes, para que o senador Porciúncula aceitasse participar da executiva do partido Republicano Fluminense. Com isso, seriam afastadas as críticas feitas ao partido de não ser o representante do elemento histórico republicano. Era necessário, naquele momento, “apoiar as iniciativas do partido”. Idem, 15/05/1899

<sup>1031</sup> LESSA, Renato. *Op. Cit.*, pp. 138

<sup>1032</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Op. Cit.*, p. 107

<sup>1033</sup> *Cidade do Rio*, 28/09/1899. “28 de setembro”



Em artigo, escrito a propósito do aniversário de seu jornal, Patrocínio assume um tom amargurado,

A República tem sido para a *Cidade do Rio* uma madrasta inexorável, porque no meio da **bestialização** geral, ela teve a coragem de combater Deodoro, de que aliás apreciava as inofuscáveis virtudes e de cuja amizade se honrava; porque combatera Floriano, quando aspirou à ditadura; porque combateu Glicério, quando este pensou pelo militarismo conquistar a presidência da República, à qual, diga-se a verdade, ninguém até então podia aspirar mais legitimamente, dada a organização do partido Republicano Federal (...) <sup>1034</sup> (Grifo no original)

E prossegue, “a *Cidade do Rio* está sendo acusada de criar uma atmosfera de hostilidades”. Diz que na realidade, cria-se um vácuo ao redor de seu jornal, acusando-o de ser financiado por todos aqueles que defende.

Importa é que Patrocínio passara à oposição sistemática ao governo, principalmente a Joaquim Murinho. No início de outubro de 1899, denuncia a situação vivida pelo país. Pelo lado político, ela se definiria pela indecisão; pelo financeiro, a perspectiva de ruína; e, pelo econômico, a fraqueza da produção. As propostas de solução seriam “*anódinas*”. <sup>1035</sup> As hostilidades anteriormente vividas pelos partidos, haviam se transformado em neutralidade suspeita, difícil de explicar. Do ponto de vista econômico, é uma indiferença absoluta, “os interessados que organizem a defesa do comércio do café nos mercados consumidores”. Há uma falta de interesse do Estado, que traduziria uma tentativa de fazer valer uma doutrina acima dos fatos concretos.

Uma questão econômica importante é repercutida pela imprensa, a crise do preço internacional do café brasileiro. O governo, da mesma forma que culpa a superabundância de papel-moeda pela crise financeira, culpa a superprodução do café pela queda dos preços. Murinho é adepto da seleção natural na economia, só os produtores mais bem aparelhados deveriam permanecer. Os ineficientes seriam os responsáveis pela superprodução e conseqüente declínio dos preços. <sup>1036</sup> Patrocínio faz outra leitura. Os preços baixos se deviam à especulação. Empresas estrangeiras de comércio de café haviam se estabelecido no Brasil, conseguindo comprar os grãos diretamente com os produtores, a preços aviltantes e, mais, exportavam-nos por conta própria. Com isso, reduziam significativamente seus custos, obrigando os comissários e exportadores brasileiros a aumentar seus preços. Da mesma forma, esses grupos se uniam a bancos estrangeiros, transformando os valores em papel-moeda sobre o qual

<sup>1034</sup> *Idem*

<sup>1035</sup> *Idem*, 09/10/1899. “*O Momento*”

<sup>1036</sup> PELAEZ, Carlos Manuel & SUZIGAN, Wilson. *Op. Cit.*, p.146. Sobre a filosofia da *seleção natural*, defendida por Murinho, ver em: Relatório do Ministro de Estado de Negócios da Fazenda, 1901. In: *Idéias Econômicas de Joaquim Murinho*. Brasília: Senado Federal/ Fundação Casa Rui Barbosa, 1980, pp.275-276

especulavam. Partindo desse raciocínio, a *Cidade do Rio* defende o monopólio do café, como na Holanda.<sup>1037</sup> Adiante, em outro artigo, defenderá também a criação de um banco destinado ao comércio do café.<sup>1038</sup> Ainda nesta matéria, escrita com o propósito de mais uma vez acusar a facilidade com que as medidas governamentais passam pelo Congresso, ou seja, “como um barco ao som das águas”, acusa Murinho de se considerar tão somente ministro do Tesouro, reduzindo sua tarefa ao equilíbrio orçamentário. A baixa do Câmbio e a depreciação do café não haviam sido equacionadas. Do orçamento aprovado, não havia resultado qualquer medida econômica. É interessante observar que Patrocínio, a essa altura, já percebia a impossibilidade de corrigir-se a economia, apenas saneando o Tesouro.

Com o propósito de criticar os atores políticos do governo, publica um editorial no aniversário da República, onde ratifica a idéia de um destino manifesto do regime republicano no povo brasileiro. Como poderia “o povo democraticamente preparado para viver de si para si, sentir-se mal dentro da forma de governo, secularmente preparada pelas suas tradições? (...) O nosso mal está nos homens, os diretores da política republicana é que estão abaixo da herança imperial (...)” A seu juízo, “o Império não teria sido democrático por índole, mas pela imposição da psicologia nacional”.<sup>1039</sup> Mas, na mesma pauta, defende Campos Sales, não haveria nele “mácula que o tornasse inconciliável com o espírito conservador e com a probidade do povo brasileiro. S.Ex<sup>a</sup>. é um progressista, pertence ao número dos que pensam que o passado não basta. Se cria, não perpetua o direito (...)”. O responsável pela impopularidade do Presidente era Murinho.

Dias após, na *Cidade do Rio*, retornam as acusações sobre o ministro da Fazenda. Se antes, como já visto, era o sedicioso de Mato Grosso, agora seria também “prevaricador e contrabandista”. O senador Aquilino Amaral conseguiu provas de que a empresa Mate Laranjeiras, de propriedade da família de Murinho, havia contrabandeado armas para Corumbá, Mato Grosso, com propósitos políticos.<sup>1040</sup> Essa

<sup>1037</sup> *Cidade do Rio*, 05/10/1899. “*Pés Amarrados, Marche*”. É importante observar que, a despeito de pregar a livre iniciativa, Patrocínio, em circunstâncias críticas, defende abertamente o monopólio. São exemplos a questão do ouro, dos bancos de emissão e, agora, do café.

<sup>1038</sup> *Idem*, 24/10/1899. “*De Entuviada*”

<sup>1039</sup> *Idem*, 14/11/1899. “*15 de novembro*”

<sup>1040</sup> *Cidade do Rio*, 20/11/1899. “*Prevaricador e Contrabandista*”. Os hervaes Laranjeira, conforme Heitor Lima, talvez se constituíssem no maior latifúndio do país. O concessionário era o comendador Laranjeira, sendo que a transferência para o patrimônio dos Murinho fora feita de maneira ilegal. O Banco pertencia ao irmão de Joaquim Murinho. Cf. LIRA, Heitor Ferreira. *Op. Cit.*, p.136. Ainda conforme esse autor, os hervaes, por sua extensão, em 1894, já pareciam constituir um estado dentro do estado.

acusação perdurará nas páginas da folha por um período considerável, não havendo relato de que Murtinho tivesse conseguido desembaraçar-se dela. Apenas responsabilizou e demitiu o comissário da Alfândega de Corumbá. A questão serviria para acusar Campos Sales de protecionismo em relação a seu ministro, como já o fizera em relação às desordens no estado.

Com a aproximação das eleições de 31 de dezembro, as disputas aumentam. A presidência determina ao Chefe de Polícia que não permita a intervenção de seus delegados no pleito. Patrocínio agradece a medida, mas não perde a ironia, “O Sr. Campos Sales lembra o médico, que tendo a certeza da morte do doente, dá-lhe nos últimos dias liberdade para comer de tudo(...) a eleição de 31 de dezembro está de antemão falsificada (...) não pode exprimir a vontade do povo”.<sup>1041</sup> Diz-se triste diante da passividade do povo diante do pleito <sup>1042</sup> e aponta o desinteresse do governo pela opinião pública.<sup>1043</sup>

Da chapa do governo, constam os nomes de Quintino Bocaiúva, Alberto Torres e Rangel Pestana, inimizadas históricas de Patrocínio. Quintino é eleito, ao mesmo tempo em que Glicério é derrotado. Para o jornalista, ambos teriam chegado às urnas pela politicagem. <sup>1044</sup>

Já no início de 1900, o antagonismo com Campos Sales explode. Num episódio já comentado no capítulo II, a *Cidade do Rio* deixa de ser convidada para acompanhar o Presidente numa visita a algumas fábricas. Foi o quanto bastou para que Patrocínio partisse para o lado pessoal, comparou-se intelectualmente com o Presidente, aludindo às homenagens que recebera de Vacquerie e de Victor Hugo. Fala da importância de si e da *Cidade do Rio*, procurando minimizar o esquecimento de seu nome. Mas importa é que existe algo insofismável, Patrocínio e seu jornal haviam perdido prestígio no governo, conforme ele próprio já se queixara por ocasião do aniversário da folha, em setembro. Limitava-se a comentários sobre matérias publicadas por *A Notícia*, *a Imprensa* e outros jornais mais próximos do poder. Neste período inicial do século XX, durante muitas edições tratou apenas de uma greve de cocheiros. <sup>1045</sup> Mais tarde dirá que

<sup>1041</sup> *Idem*, 1º/12/1899. “*Pilhéria*”

<sup>1042</sup> *Idem*, 11/12/1899. “*Triste*”

<sup>1043</sup> *Idem*, 16/12/1899. “*A Opinião e o Governo*”

<sup>1044</sup> *Idem*, 02/01/1900. “*Quanta Miséria*”

<sup>1045</sup> A greve dos cocheiros eclodiu em 1900 com o propósito manifesto de reivindicações da classe diante da nova regulamentação municipal. Havia, contudo pleitos também de caráter simbólico e manifestações em defesa da cidadania. Sobre isso, ver **TERRA**, Paulo Cruz. *Cidadania e Trabalhadores, a greve dos cocheiros no Rio de Janeiro, em 1900*. In: **RIBEIRO**, Gladys Sabina (org). *Brasileiros e Cidadãos, modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008, pp.257-272

é o único jornal que faz oposição, por isso, está sob os olhares da polícia.<sup>1046</sup> A referência à polícia é pertinente, a greve dos cocheiros teria uma repercussão insuspeita. O Chefe de Polícia Enéias Galvão teria descoberto por trás dela um golpe armado por monarquistas e militares descontentes, para depor o governo. Detidos os suspeitos, Domingos Andrade Figueira é apontado como financiador. Todos são julgados e absolvidos. Rui Barbosa defende Figueira e Patrocínio ataca, gerando mais polêmicas entre os dois. Em abril do ano vindouro, Patrocínio afirma que não se alinha com revoluções, que teria sido chamado, mas declinará, e que se o movimento ganhasse, ele passaria a opor-se a ele,

pior  
meu)

nunca fomos e não somos revolucionários. A incruenta vitória de treze de maio nos convenceu do poder das palavras e da eficácia das obras por ela realizadas. Somos oposicionistas, quase sempre; nunca fomos conspiradores, se bem tivéssemos tido momentos de impaciência contra certas medidas que nos revoltaram. Não conspiramos por dois motivos. O certo de que as revoluções se fazem por princípios e não por indivíduos para indivíduos. O dos governos é mais útil a qualquer país do que a melhor das revoluções, quando não se trata de uma profunda reforma social ou política. Segundo, **o direito que reconheço ao governo de empregar os meios, os mais enérgicos, para prevenir ou reprimir conspirações.**<sup>1047</sup> (Grifo meu)

Prossegue, falando da experiência de ter visto democratas transformarem-se em autocratas em situações de poder conseguidas através de insurgências. E aconselha, “precisamos esquecer os processos franceses da Grande Revolução, para seguir os da Terceira República, inspirados na política salvadora e criadora de Thiers e desse Gambetta, que fundaram a mais poderosa das escolas conservadoras contemporâneas”. Essa intervenção de Patrocínio se reveste de maior importância se for considerado o tempo em que ela se dá, ou seja, na fase em que o antagonismo marcado entre ele e o governo iria se atenuar, conforme será visto adiante.

De mais importante, a questão do arrendamento da Central. É contrário ao negócio, que já se discutia desde 1897, causando “*amargura à República*”. Responsabiliza o malogro do edital, na época, pela baixa do câmbio e o desenlace no “funding loan”.<sup>1048</sup> A transferência não traria benefícios financeiros. Ao contrário, haveria o risco de, da mesma forma que a Leopoldina, ao final, caber ao governo os prejuízos.<sup>1049</sup>

Em abril volta à carga contra a política dos governadores, que diz ser um produto da “concentração” e denuncia, por suposto aulicismo, a comissão responsável

<sup>1046</sup> *Idem*, 06/03/1900. “*Explicação*”

<sup>1047</sup> *Cidade do Rio*, 20/04/1901. “*Nossa Atitude*”

<sup>1048</sup> *Idem*, 07/02/1900. “*Arrendamento da Central*”

<sup>1049</sup> *Idem*, 08/02/1900. “*Central*”

pela verificação dos poderes, a que chama de “grupo dos cinco”. Neste artigo, ao tratar da filosofia política do governo, é taxativo, “O Sr. Campos Sales fez garbo em substituir a sua pessoa à organização partidária, que sustentara Prudente de Moraes”.<sup>1050</sup>

Voltando-se mais uma vez a Murtinho, alveja-o com outra acusação. Teria prevaricado, favorecendo uma empresa, por solicitação de uma mulher com que se relacionava intimamente. Pede a intervenção do Senado, como órgão moralizador, e exige de Campos Sales que tome uma providência contra a “luxúria do ministro”. Também acusa o candidato a senador por Mato Grosso, João Metello, protegido de Murtinho.<sup>1051</sup> A indiscrição causa-lhe uma tentativa de agressão por parte do filho do candidato, que se exime de responsabilidade, alegando que não convivia com o rapaz e não poderia responder por seus atos. Nenhuma providência foi tomada, considerado o fato de o agressor ser menor de idade. Patrocínio faz um alvoroço pelo jornal, dizendo-se em risco de vida e dramaticamente oferece sua vida em prol da liberdade, mas nada.<sup>1052</sup> Para piorar, Metello é eleito.

No mesmo mês, o Presidente apresenta uma mensagem historiando seu governo e os resultados obtidos. Patrocínio ironiza, principalmente, pelas mensagens de felicitação vindas de outros países. Eles saberiam tanto sobre o Brasil, quanto nós sobre a Pérsia, diria ele. Seriam “finanças para inglês ver”.<sup>1053</sup>

Neste último artigo, denuncia a propaganda enganosa do ministério sobre o sucesso das medidas, correlacionando-a com episódio semelhante que teria ocorrido no governo interino de Manoel Vitorino. Explica que o triunfalismo teria sido desmascarado por Rodrigues Alves, em seu livro “As Finanças do Manifesto”, que desfez a “fumaça turibulária de adoradores despejados”.

Apesar dos reclamos, o “pacote” financeiro continua. Na *Cidade do Rio* a análise da situação política se mantinha equilibrada, até a publicação de uma carta de Campos Sales, pelo *Correio Paulistano*, transcrita no Jornal do Comércio, que reacenderia as críticas. Nela, o Presidente procura mostrar ter traído o partido Republicano, apenas desejava governar com todos e se limitara a uma seleção de

---

<sup>1050</sup> *Idem*, 19/04/1900. “Os Cinco”. A reforma do regimento interno da Câmara, em novembro de 1899, modificou o processo de verificação dos poderes. Quando da instalação de nova legislatura, a presidência da comissão verificadora deixaria de pertencer ao deputado mais antigo, entre os supostamente elegíveis, mantendo-se o antigo presidente, que se acompanhava de um grupo de cinco deputados. Conforme Marieta Ferreira, a finalidade era garantir o pacto com o executivo. A reforma seria um instrumento importante para a *política dos governadores*. Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Op. Cit*, p.107

<sup>1051</sup> *Idem*, 02/05/1900. “Apelo ao Senado”

<sup>1052</sup> *Idem*, 04/05/1900

<sup>1053</sup> *Idem*, 06/05/1900. “Finanças para Inglês Ver” e 08/05/1900. “Poliantéia Econômica”

merecimento em seu governo. Dá como exemplo de sucesso a conquista do saldo orçamentário. Patrocínio contrapõe, as conseqüências da cisão de 1897 faziam prever que cada uma das facções procuraria, por todos os meios, implantar seu predomínio de influência no Congresso. Mas como fazê-lo? O natural, ele comenta, seria reconhecer a legitimidade do mandato conferido pela política dominante nos estados. Mas Sales, na carta, questionava isso: a justiça não poderia ser critério, porque cada um legislaria em causa própria, e, mais importante, era necessário afastar a ambição imoderada; o critério teria que ser ao mesmo tempo justo e pacífico. Em relação aos partidos, Sales escreve que “eles hão de vir a seu tempo, oportunamente, como produtos lógicos dos acontecimentos e da evolução”.

O objeto de discussão é o propósito deliberado de esvaziar a política, seja com as mudanças introduzidas na verificação dos poderes, seja com a neutralização dos partidos. O governo selecionava políticos, o que Patrocínio chama de “alucinação despótica”, concluindo que “para tal Congresso, tal Presidente”.<sup>1054</sup>

Entre críticas permanentes à “imoralíssima política dos governadores”<sup>1055</sup> e à persistência do ministro em passar ao largo da questão cambial<sup>1056</sup>, a folha aponta para uma questão importante, denuncia a existência de uma campanha contra o Vice-presidente Rosa e Silva, correligionário e amigo de Prudente de Moraes e objeto de permanentes elogios de Patrocínio. Ele, inclusive havia declinado de ocupar o governo, quando da expectativa de viagem de Campos Sales ao Rio da Prata.<sup>1057</sup>

Em setembro, nova crise, agora do setor bancário, conseqüente à contração econômica; mais da metade das instituições bancárias foram à falência, começando pelo banco da República. O pânico financeiro obrigou o governo a injetar 1 milhão de libras esterlinas no sistema. Patrocínio acusa Murtinho de ter favorecido os bancos estrangeiros, “bancos que não trouxeram nem mesmo o diminuto capital com que giram, estes são representados por uma soma equivalente em papel moeda, que sobe ou

<sup>1054</sup> *Idem*, 06/06/1900. “*Carta Avulsa*”. O teor da carta é criticado em mais três artigos da *Cidade do Rio*, “*A Nossa Insistência*”, de 08/06/1900; “*Intervenção Permanente*”, de 12/06/1900; e “*Carta Avulsa*”, de 18/06/1900.

<sup>1055</sup> *Idem*, 15/08/1900. “*Renuncie ou aplauda*”. Denuncia-se que ao governo não basta a asfixia, quer também o silêncio da oposição.

<sup>1056</sup> *Idem*, 26/07/1900. “*Governo de Imprevidência*”

<sup>1057</sup> *Idem*, 16/08/1900. “*Substituto do Presidente*”

desce arbitrariamente com a taxa de câmbio.”<sup>1058</sup> Defende o banco da República, que teria sido prejudicado por ter que absorver todo o lixo do encilhamento.<sup>1059</sup>

Em meados de outubro, Campos Sales finalmente viaja para a Argentina e, cumprindo-se a Constituição, Rosa e Silva o substitui, apesar dos rumores colocados por Patrocínio de que o governo ensaiava uma fórmula de o Presidente, mesmo licenciado, continuar exercendo o poder executivo.<sup>1060</sup> Mas o problema principal agora é que Campos Sales parecia ceder à sugestão argentina de o Brasil perdoar a dívida de guerra do Paraguai. Ele teria dito numa recepção, “quanto sangue derramado inutilmente”, referindo à guerra cisplatina. Patrocínio se insurge, afinal ninguém sofrera mais com a beligerância do que o Brasil, além das perdas humanas e materiais, ainda nem conseguira pagar os empréstimos tomados para fazer frente à guerra.<sup>1061</sup> Suas idéias são contestadas pela imprensa paraguaia, a medida é vista por ela como humanitária. Pelo fato de a solicitação ter partido da Argentina, Patrocínio coloca sob suspeição a relação entre os países. Poderia haver vínculos entre o Paraguai e nação platina que precisavam ser analisados, embora visse com bons olhos, a possibilidade de uma confederação envolvendo os dois países.<sup>1062</sup> Nos artigos que se seguem, a *Cidade do Rio* não abriria mão do pagamento da dívida.

Aproximando-se o fim do ano, surgem rumores sobre o quadro sucessório à presidência da República. A *Cidade do Rio*, ao comentar matéria publicada na *Gazeta de Notícias* a respeito, alega que o partido Republicano estaria desalojado em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Mato Grosso e Minas Gerais. E que Campos Sales contaria com a falta de escrúpulos desses governadores. Mata as elucubrações da *Gazeta*, afirmando “o candidato já está concebido, mas não pode vir à luz, senão quando houver sinais positivos de que a situação chegou ao termo da gestação. O Sr. Murinho é médico e sabe como se evitar abortos”.<sup>1063</sup>

Voltando às críticas diretas ao governo, a folha esboça uma síntese de sua oposição ao “governo absolutamente indigno”, o Congresso seria uma comissão do poder executivo e este uma comissão do ministério. Não haveria período presidencial, mas um quadriênio ministerial. Campos Sales seria apenas o editor responsável pelos

<sup>1058</sup> *Idem*, 21/09/1900. “*Casa Arrombada*”. Comenta também a proposta de Lauro Muller de que, a partir daquele momento, os depósitos serem limitados ao triplo do capital realizado pelo banco. Diz que agora a porta já estaria arrombada.

<sup>1059</sup> *Idem*, 26/09/1900. “*A Crise*”

<sup>1060</sup> *Idem*, 20/10/1900. “*A Substituição*”

<sup>1061</sup> *Idem*, 06/11/1900. “*Vem voltando*”

<sup>1062</sup> *Idem*, 13/12/1900. “*A Dívida do Paraguai*”

<sup>1063</sup> *Idem*, 10/12/1900. “*Candidaturas Presidenciais*”

decretos que publica. Organizou-se a “*concentração*”, uma síntese da política dos governadores, cujo resultado foi a anarquia legislativa. O Congresso não assume posições, foge delas. A imprensa, também omissa, “disputa com o Congresso a primazia na melhor compreensão das ordens recebidas”. O governo havia submetido o país à sua vontade.<sup>1064</sup>

Dois dias depois, em outro editorial, volta ao assunto, procurando historiar o dilema de um século, que começara com êxito e terminava de modo perverso,

entramos o século com esse Cairu e esse D. João VI que improvisaram de uma colônia uma nacionalidade, que em quatorze anos transformaram um vazadouro do tráfico africano em terra firme para os fundamentos constitucionais de um povo verdadeiramente livre e tão cioso de sua liberdade, que aplica o bico da bota, barra fora o rei, que como preço de sua colaboração na independência, pediu o confisco da soberania nacional. Acabamos o século com o Sr. Joaquim Murtinho e Campos Sales, cercados de eunucos legislativos, esmagados sob o peso da administração, lembrando o sapo lendário, de olhos esbugalhados, sob o casco do boi, que blasonava estar ali sustentando posição. Toda a fanfarronice de 1898 reduz-se a isto: uma entrada de leão no casco dos bancos estrangeiros, ou melhor, na especulação (...). Do Funding Loan, que sob a probidade de Prudente de Moraes deu logo o resultado da alta de três dinheiros, em seis meses. Só nos resta a obrigação de chorar mais de 10 milhões acrescidos à nossa dívida e a ameaça de vender-se a Estrada de Ferro Central do Brasil, como se aliena uma jóia da família para salvar a honra!<sup>1065</sup>

No novo ano, persistem as medidas econômicas e o governo anuncia o êxito de ter conseguido retirar de circulação um grande volume de papel-moeda, para queimar. Patrocínio mostra que a medida nada trouxera de benefícios concretos. “O Sr. Murtinho não se aconselha com a experiência, não admite finanças práticas, prefere as teóricas. **Não quer ser estadista, mas economista**”. (Grifo meu)<sup>1066</sup> O jornalista, apesar de o filiar-se à ortodoxia que via no excesso de moeda circulante um dos problemas financeiros, já percebe que não há como dissociar finanças de economia, a prática mostrara a inocuidade da medida.

Em março, uma circular da polícia sobre a repressão à mendicância recebe as críticas da folha. A matéria fala de mendigos brancos e de cor. Os primeiros seriam imigrantes, que em suas terras já eram desvalidos, mas que eram acrescentados ao plantel de estrangeiros contratados, com o propósito de fazer número apenas. Em relação aos de cor, responsabiliza a escravidão e a falta de apoios sociais aos escravos. Para ele, a sociedade se sentia agredida com a presença dos pedintes, e, quanto à atitude transgressora de alguns, de alugar crianças para esmolar, a fraude é que deveria

<sup>1064</sup> *Idem*, 17/12/1900. “*O Momento*”

<sup>1065</sup> *Idem* 19 /12/1900. “*Um dilema*”

<sup>1066</sup> *Idem*, 04/01/1901. “*Queima de Papel*”



ser reprimida e não a caridade pública. O jornalista deixava bem claro o malogro do programa de inclusão defendido pelos abolicionistas.<sup>1067</sup>

A partir dessa época, com a vizinhança das eleições e as evidências de intervenção do governo, indicando Rodrigues Alves e o governador de Minas, Silviano Brandão, para sucedê-lo, a *Cidade do Rio* apóia a candidatura do vice Rosa e Silva. Serão diárias matérias elogiosas ao político pernambucano e de críticas ao mineiro. Em 24 de abril, chega a comparar Silviano a Manuel Vitorino.<sup>1068</sup> É preciso lembrar que as relações políticas entre Rosa e Silva e Campos Sales não eram harmônicas. Embora de forma reservada, o Vice se opunha à plataforma presidencial, se não à totalidade da política dos governadores, pelo menos em relação a alguns. Alinhar-se com ele, seria, portanto, incentivar a oposição ao Presidente.<sup>1069</sup>

Ainda com o propósito manifesto de criticar a intromissão de Campos Sales no pleito, o jornal publica dois artigos que, de forma alarmista, advertem para os riscos de projeto expansionista do governo alemão, que intentava fundar a “Alemanha Antártica”, na esteira expansionista do Estado alemão. O Brasil, a seu juízo, seria o alvo preferencial, dada a desorganização política em que se encontrava, afinal “o governo só se preocupa em escolher seu sucessor e com a formação do núcleo de governadores (...), não tem tempo para empregar em sanear, pelo seu exemplo, o espírito do povo. Não tem nem armas nem alma nacional para resistir”. Seriam evidências desse processo as ações que já se faziam sobre a economia e a própria colonização alemã no sul.<sup>1070</sup>

Num dos artigos publicados em defesa de Rosa e Silva, a *Cidade do Rio* se manifesta a respeito de uma possível crítica que recebera por sua contradição. Afirma ser ela apenas aparente, porque

elogiamos ou acusamos o mesmo indivíduo com o mesmo ardor, conforme ele, a nosso modo de ver, concorre para o bem geral ou o sacrifício, estabelecendo precedentes que autorizam o despotismo político ou administrativo; que transformem em governo pessoal o regime de Constituição.<sup>1071</sup>

Se a observação parece desencontrada com o teor da matéria, ela caberá, conforme será visto, como uma luva para a fase que se inaugurava na folha.

<sup>1067</sup> *Idem*, 05/03/1901. “*Os Mendigos*”

<sup>1068</sup> *Idem*, 24/04/1901. A preocupação de Campos Sales em comandar a sucessão ligava-se ao objetivo de esvaziar da candidatura o conteúdo político em favor do administrativo.

<sup>1069</sup> Sobre as relações entre o Presidente e o Vice, Cf. **DEBES**, Célio. *Campos Sales, perfil de um estadista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves/MEC, 1978, vol.2, p.523-525

<sup>1070</sup> *Idem*, 08/04/1901. “*O Perigo Alemão*” e *Idem*, 09/04/1901.

<sup>1071</sup> *Idem*, 15/04/1901. “*A Campanha de Desprestígio*”

### 5.3.4 – A cartola salvadora

Em 27 de abril, num comentário a um artigo do *Jornal do Comércio*, que analisava com alento a situação financeira do país, Patrocínio elogia os efeitos da contenção do papel-moeda e do controle do Câmbio conseguidos pelo governo e coloca de forma entusiástica,

o resultado da política financeira que o Sr. Prudente de Moraes aconselhou e iniciou e o governo Campos Sales teve a fortuna de encaminhar, praticar e impor patrioticamente à Nação é hoje, um fato palpável, sensível, incontestável. Pode-se dizer com segurança que só uma loucura nos poderá fazer voltar atrás.<sup>1072</sup>

Três dias após, voltaria à carga, aproveitando-se de um discurso que Manoel Vitorino fizera na Associação dos Empregados do Comércio, onde havia criticado a política financeira de Murtinho e defendera o protecionismo aos interesses brasileiros. Patrocínio pergunta-lhe como instituir o protecionismo, tão desejado por todos, sem o saneamento da moeda e do crédito? Explica que para praticá-lo **“é preciso primeiro que o governo se defenda, para depois ser socialista”** (Grifo meu).<sup>1073</sup> Continua,

(...) o que precisamos é saber o que fazer pra nos emancipar do regime do Império, que foi somente escravidão, papel-moeda e empréstimo e no momento em que devia ser emancipado pelo Sr. João Alfredo, preferiu perseverar no erro com o Sr. visconde de Ouro Preto(...)

Faz considerações sobre as experiências de Rui Barbosa no governo provisório, que teriam sido funestas e

só agora começam a desaparecer graças à energia heróica do Sr. ministro da Fazenda, contra o qual o Sr. Manoel Vitorino ainda esgrima, apesar da **alta do Câmbio**, que não se precipitou para não retrogradar e assegura à pátria um ponto firme em que se apóie e de onde pode olhar para o passado como lição para desassombrar de todo a sua vista sobre o futuro (...) o que está feito não é tudo, mas já é bastante para que cada um de nós se reconforte com a esperança de ver a pátria restaurada no seu crédito e na confiança universal. Nosso dever é auxiliar. (Grifo meu)

Patrocínio se tornara um entusiasta do sucesso do plano de Murtinho do qual durante tanto tempo dissera horrores. Justificava com o sucesso do câmbio alto, obviamente relevante na sua concepção financeira. Mas às alterações cambiais que se seguirão, reagirá comedidamente, culpando setores internacionais e a especulação interna.<sup>1074</sup> Interessante é que, apesar do tom elogioso ao *pacote* financeiro de Campos Sales, haverá sempre uma observação sobre a precedência do *santo varão*. O próprio

<sup>1072</sup> *Idem*, 27/04/1901. “O que Nós Pagamos”

<sup>1073</sup> *Idem*, 30/04/1901. “Economia Política de Algibeira”

<sup>1074</sup> *Idem*, 22/05/1901. “A Baixa Artificial” e 25/05/1901. “Convem Ler”. No *Correio da Manhã* a explicação para a alta do câmbio é outra. O Sr. Peterson, indicado para sanear o banco da República, obtivera, para crédito, um milhão de libras em letras, no exterior. Ele, imediatamente, começara a vender esses ativos, em operações de interesse para alguns grupos, conseguindo elevar o câmbio. Quando os recursos se extinguíram, voltara a baixa. Portanto, não seria o recolhimento de papel-moeda circulante e o pagamento das dívidas em espécie que teriam promovido a alta cambial. Ver em: *Correio da Manhã*, 25/06/1901. “Banco e Câmbio”.

*funding loan* teria sido uma experiência amarga, mas que teria contribuído para o sucesso do plano.

Não se pode esquecer que a essa época a resistência da imprensa ao governo era bastante grande, ainda mais com a entrada em circulação do *Correio da Manhã*.<sup>1075</sup> E também bastante oportuno lembrar que o próprio Campos Sales admitiria, depois, o “financiamento de jornais”.<sup>1076</sup> Apesar do “sucesso cambial” e da iminência do pagamento do empréstimo inglês, este fator não pode deixar de ser considerado na apreciação de um julgamento tão entusiasmado, após tantas críticas.

Se Patrocínio tecia loas às finanças, em contrapartida, permanecia crítico ao projeto político do governo. Para ele, a debilidade constitucional é que teria possibilitado a política dos governadores, “o governo suprimiu a vontade dos estados pela vontade dos governadores”.<sup>1077</sup> Para ilustrar, reproduz uma adaptação do famoso sorites de Nabuco de Araújo, “o presidente escolhe o governador, este os deputados e senadores para a política do presidente; e os senadores e deputados, em convenção trienal, escolhem o sucessor que o presidente lhes indica”. O poder executivo seria fraco porque representaria apenas “um consenso entre indivíduos e para mantê-lo, é preciso sufocar a opinião”. Defendia a necessidade de uma reforma constitucional. “Somos pelo presidencialismo”, mas a Constituição não previa um executivo forte. “O executivo é o ponto de convergência de todas as forças governamentais; a lei e a sentença devem ser executadas por ele, ele é a ação dos demais poderes soberanos”, afirma, dizendo citar Sumner Maine.<sup>1078</sup> Propõe uma reforma constitucional, com novas regras fiscais e a

<sup>1075</sup> O *Correio da Manhã*, que se propunha inovador e impermeável ao oficialismo, fazia cerrada oposição a Campos Sales. Ver em: RUBEM, Iram. *O Cor. Man. , a Verd. Mis.*, p. 27-42

<sup>1076</sup> CAMPOS SALLES, *Da Propaganda à Presidência*. Brasília: UnB, 1983, p.178-179.

<sup>1077</sup> *Cidade do Rio*, 04/05/1901. “*A Mensagem*”. Todas as citações até o item 299 pertencem a esta matéria.

<sup>1078</sup> *Idem*, 04/05/1901. “*A Mensagem*”. Sumner Maine (1822-1888) jurista e historiador inglês, além de obras voltadas à questão do direito, foi também um pensador político. Em 1886, publicou “*O Governo Popular*”. Vivendo as dificuldades da implantação da democracia, que dizia ser apenas uma forma de governo, temia por sua sobrevivência, consideradas as contradições que lhes eram inerentes e a experiência de instabilidade vivida pelos países que haviam optado por ela. Reconhecia a vontade popular como uma singularidade democrática, mas questionava os limites da ação do povo, assim como a representação dessa vontade. Com isso, critica os riscos do parlamentarismo. Interessante, contudo, é que num comentário à obra de Maine, feito em 1888, Jayme de Magalhães Lima concluía, adaptando palavras do autor inglês, numa direção bem oposta à de Patrocínio “D’esta vez, iremos procurar o remedio a uma democracia, e á mais famosa, á que mais vezes é apontada como garantia da solidez dos governos populares-os Estados-Unidos. É a republica americana que nos diz, e um seculo de politica liberal confirma-o plenamente, que para manter a ordem é preciso que o poder executivo execute, que o poder legislativo legisle, que o poder judicial julgue. O contrario, a inversão e intervenção mutua d’estes tres poderes, é o enfraquecimento reciproco, d’onde resulta invariavelmente a anarchia na sociedade”. Cf. LIMA, Jayme Magalhães. *A Democracia, estudo sobre o governo representativo*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1888, p.71. Disponível em: [www.ebook.nl/store/ademocraciabyjaimedemagalheslima-p-8887.html](http://www.ebook.nl/store/ademocraciabyjaimedemagalheslima-p-8887.html) - 34k -

introdução de dispositivo para reeleição do presidente, conforme existia com sucesso nos Estados Unidos. Para ele, não haveria mais riscos porque o militarismo já teria sido modulado pelo poder civil.

Diz que, se no passado, a abolição havia sido defendida como a única glória possível para o Império, agora, para a República, a maior glória seria o combate à oligarquia, que está “matando a representação da vontade popular e a segurança do direito”.<sup>1079</sup>

Concluía, concitando o governo, “o sucesso financeiro, acompanhado de uma reforma constitucional seria uma apoteose”.

Outra bandeira seria a luta por auxílios do governo para a lavoura, além da defesa dos produtos de exportação, ainda em mãos de especuladores e monopolistas. Exalta o acordo final entre o banco da República e o banco Hipotecário, com o qual este recebera uma moratória de dois anos e meio para saldar suas dívidas, se comprometendo a reduzir em 30% as dívidas de seus credores, para conter a insolvência, tanto da lavoura, quanto da indústria. Outra razão apontada para o auxílio seriam os prejuízos causados aos produtores pelo encarecimento do frete. O transporte de trem se fazia em áreas despovoadas, sem ingressos tarifários. Finalmente, o cadastro da lei Torrens, garantiria que os recursos fossem para a lavoura e não para intermediários.

Uma situação emblemática da virada de suas relações com o governo e de suas próprias convicções ideológicas foi a dos distúrbios havidos, em junho de 1901, provocados pela insatisfação popular com as novas tarifas cobradas pelos bondes da linha São Cristóvão. Os protestos, inicialmente pacíficos, descambaram para a depredação dos veículos. A reação da polícia foi desmedida, utilizando baionetas e armas de fogo. O *Correio da Manhã*, historiando o fato e suas circunstâncias, procurava justificar a ação popular, como um direito, “quem não sabe defender seus direitos, não merece o respeito da pátria”. Ao povo caberia reagir ao isolamento político que o governo lhe impunha.<sup>1080</sup> No dia seguinte, na mesma folha, outro artigo fala da omissão daqueles que anteriormente eram oradores de rua, “idólatras da multidão, de voz estridente e gesto largo, pregando o evangelho da democracia e apontando a República como supremo remédio para o sofrimento do povo”.<sup>1081</sup> A matéria cita Lopes Trovão, mas não se pode esquecer que a referência é à revolta do Vintém, da qual Patrocínio

<sup>1079</sup> *Idem*, 11/05/1901. “Abolição e Revisão”

<sup>1080</sup> *Correio da Manhã*. 18/06/1901. “São Cristóvão”.

<sup>1081</sup> *Idem*, 19/06/1901. “Coisas da Época”

participara ativamente. Responsabiliza o “contubérnio imoral de uma empresa mercantil com a advocacia administrativa exercida pelo Conselho Municipal e pelo jornalismo afeto ao governo”. Na mesma edição, três outros artigos: o primeiro dizia da independência do *Correio*, que estaria fora dos “favores das verbas secretas”<sup>1082</sup>; o segundo afirmava que o Presidente teria dito que não negociava com revoltosos.<sup>1083</sup> Finalmente, o terceiro relatava um incidente que teria ocorrido quando um grupo de redatores de jornais, do qual fazia parte José do Patrocínio, estava conferenciando com Campos Sales, pedindo-lhe que disciplinasse as ações policiais. Nessa hora, um telefonema do ministro do Interior informava ao Presidente de que o povo enfrentava armado a força policial. Campos Sales teria reagido com indignação: “*para bala, bala!*”<sup>1084</sup>

Ainda na mesma edição, publica o discurso feito por Rui Barbosa na véspera, repudiando as ações violentas e promovendo um libelo contra o governo. Começou por ofender a polícia, dizendo-a o “vazadouro das fezes mais ruins (sic) da capital do país”, ao mesmo tempo em que se assume como réu confesso por ter defendido a República.

De imediato, Patrocínio assumiu a defesa do governo. Sem negar a responsabilidade das autoridades, procura diluí-la, atribuindo culpa a diversos segmentos, como a companhia de bondes, a administração municipal e o próprio povo. No episódio, todos estariam cobertos de razão, é certo, mas, também estariam fora da lei. Estaria fora da lei o povo que defendeu seu direito através da violência; a companhia, que se escudava na força para regular suas relações; e a polícia, que usara de violência indiscriminada. Explica que as irregularidades vinham desde a prefeitura de Ubaldino do Amaral, que, a despeito do parecer da Câmara Municipal – que já vinha desde o Império - prorrogara os prazos da Companhia, mesmo ameaçada de confisco de seus bens. A idéia da Câmara, fechada no governo provisório, era de não conceder a prorrogação, reunir todas as companhias numa só administração e destinar os recursos obtidos para o saneamento e embelezamento da cidade. A Cia. de São Cristóvão não conseguia enfrentar a concorrência da Vila Isabel, comprada por estrangeiros.

Procura desviar o foco para os riscos que o episódio podia criar para a estabilidade do câmbio. Proclama que

o grande e inestimável serviço prestado pela atual administração financeira ainda não foi assimilado pela consciência nacional e ainda é fácil à especulação (...) iludir o povo e fazê-lo

<sup>1082</sup> *Idem*, “*Por Hoje*”.

<sup>1083</sup> *Idem*, “*Vitória do Povo*”

<sup>1084</sup> *Idem*, “*Tópicos e Notícias*”

votar a antipatia que se deve aos tiranos ao governo que acaba de levantar bem alto a glória nacional(...)<sup>1085</sup>

No dia seguinte, responde às acusações do *Correio da Manhã*. De início, nega que Campos Sales tenha usado a frase “para bala, bala!”. Apresenta uma declaração assinada pelos jornalistas presentes, à exceção de Salamonde, que ainda não havia chegado ao encontro, desmentindo o fato.

É uma falsidade indigna de um homem de bem a de que se serviu hoje, um jornal da manhã, contra o Sr. Presidente da República. S.Ex<sup>a</sup>. não proferiu a frase (...), limitou-se a dizer que a rapidez dos acontecimentos o obrigava a proceder de modo a não permitir o desprestígio da autoridade. É também igualmente falso que o Sr. Presidente da República tenha dito que não tratava com revoltosos.<sup>1086</sup>

Existiria uma atitude deliberada de fomentar a indignação popular, “*exaltar o povo para trucidá-lo*”.

A este artigo seguir-se-ão vários outros que irão num crescendo de oposição a Edmundo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*, explorando também suas ligações com Rui Barbosa. Cria uma *dupla* que passará a ser seu alvo predileto. Dirá de Edmundo, “Desde o primeiro artigo do *Correio da Manhã*, vimos logo que não tínhamos de discutir com um cavalheiro, mas, ao contrário, com uma ressaca ambulante de inveja e difamação (...)”<sup>1087</sup>. Do jornal,

(...) sucessor de A Imprensa, o *Correio da Manhã* herdou-lhe as manhas e as traças e não é de admirar que afivele a máscara de inteireza e probidade com o mesmo desplante teatral. Ora, a filiação mesma do *Correio da Manhã* fê-lo acreditar que a imprensa não passa de um covil de tratantes (...).<sup>1088</sup>

Da dupla, “a folha tomou assim a sua verdadeira fisionomia. Já a mais bela e gloriosa operação de xifopagia demonstrou que é muito difícil salvar os dois. A sobrevivente continua como que atada à sombra da outra. Um empresta o nome ao outro (...)”

Escreve que Rui teria falseado a verdade no Senado ao chamar para si o pioneirismo nas críticas e alude à reunião de representantes da imprensa com Campos Sales, na antevéspera. Encontro a que o *Correio* havia se negado a participar e agora reportava coisas que não vira.

<sup>1085</sup> *Cidade do Rio*, 18/06/1901. “*Distúrbios*”. Para o *Correio da Manhã*, Campos Sales teria imposto ao prefeito, João Felipe, o contrato da Cia. de São Cristóvão, para atender aos interesses de seu ministro da Viação, Alfredo Maia, principal acionista da Empresa. *Correio da Manhã*, 23/06/1901. “*A Verdade*”.

<sup>1086</sup> *Idem*, 19/06/1901. “*Boatos Alarmantes*”

<sup>1087</sup> *Idem*, 20/06/1901. “*Os Caluniadores*”

<sup>1088</sup> *Idem*, 20/06/1901. “*Os Caluniadores*”. Edmundo Bittencourt, advogado gaúcho, que já militara no jornal *A Reforma*, de Silveira Martins. No Rio, havia secretariado *A Imprensa*, jornal de Rui Barbosa. Com o fechamento desta, adquiriu suas instalações para montar o *Correio da Manhã*.

Em continuidade, fala da repercussão do incitamento do povo. À noite, “uma massa anônima vozeou pelas ruas, a *Cidade do Rio comeu!* Seja: a Cidade do Rio comeu, mas está pronta a descomer em proveito de seus insultadores, a começar pelo Correio da Manhã”. (Grifo no original).

Patrocínio, da mesma forma que no período da militância antijacobina, percebia a hostilidade popular contra suas posições. O governo era bastante impopular, mas o jornalista tentava responsabilizar as lideranças oposicionistas. Deplora a fala de Rui, que estaria procurando transformar uma situação episódica em parte de um descontentamento geral com o governo.<sup>1089</sup> Volta a alertar sobre os riscos das insurgências sobre o câmbio: ainda nessa edição do jornal, uma charge mostra o diálogo entre um agitador e um cambista, propondo ações de interesse comum. Apesar de sua crítica contumaz, acaba por apoiar a visão liberal em curso que colocava a política a reboque da economia.<sup>1090</sup>

A folha coloca a estabilidade da República como objetivo maior, atrelado à necessidade de apoio ao governo, agora tão meritório.

Em 30 de junho, quando do resgate da primeira parcela do acordo de 1998, comemora o fato, predizendo que “o povo brasileiro há de render ao Sr. Campos Sales e ao Sr. Prudente de Moraes a homenagem devida(...) na execução do contrato de 15 de junho de 1898”.<sup>1091</sup> Mais adiante, sintetiza, “quaisquer que sejam os erros da política do governo, o dia 30 de junho os resgatou e ele adquiriu direito à mais profunda gratidão nacional”.<sup>1092</sup>

Volta a tratar do socialismo, quando comenta um discurso do ministro argentino Carlos Pellegrini, admitindo as dificuldades de seu governo diante da especulação internacional. Para Patrocínio,

“o que os monopolizadores do câmbio e do café fazem conosco é o mesmo que na Europa eles fazem, **roubando o operariado e criando a sociedade socialista e anarquista, que só vítima as liberdades humanas, o proletariado e seus defensores**” (Grifo meu).<sup>1093</sup>

Sua opinião agora está bem distante daquela de 1895, quando estimulava o povo a receber com tranqüilidade o novo regime.

<sup>1089</sup> *Cidade do Rio*, 22/06/1901. “*Bastidores da Questão dos Bondes*”

<sup>1090</sup> Essa questão da evolução do pensamento liberal economicista devo à prof<sup>a</sup>. Cláudia Regina dos Santos

<sup>1091</sup> *Cidade do Rio*, 30/06/1901. “*30 de junho*”. A segunda parcela deveria ser paga até o dia 31 de dezembro.

<sup>1092</sup> *Idem*, 1º/07/1901. “*Após o Funding*”

<sup>1093</sup> *Idem*, 06/07/1901. “*Finanças Sulamericanas*”

Entre matérias de natureza financeira, o jornal segue na arenga com a dupla Rui e Bittencourt. Este é caricaturado em charges diárias, sendo chamado de Quixotino Bittencourt, quando travestido de Dom Quixote, e de Epaminondas Bittencourt. O *Correio* é chamado de “*Novo Corsário*”, em alusão ao extinto pasquim de linguagem desabrida e insolente. Em contrapartida, a *Cidade do Rio* é chamada de *Cloaca de Aretino*, por Edmundo Bittencourt. À dupla, Patrocínio adiciona Carlos de Laet, também do *Correio*, que lhe fizera referências injuriosas, já vistas no capítulo II. Todos passam a ser personagens diárias nas charges de KListo. Numa delas, Rui ponderava com Edmundo “é boa, vocês comem e depois dizem que aprenderam comigo”. O motivo era a denúncia que Patrocínio fazia de que ambos estavam envolvidos em negócios excusos com firmas interessadas no monopólio do comércio da carne verde. Quanto a Laet, o motivo era sua pregação monarquista. Patrocínio num artigo irônico fala das boas lembranças da monarquia: o monopólio da carne verde, da manipulação do banco do Brasil pelos membros da alta cúpula, das dívidas de imposto territorial de senadores e membros do Conselho de Estado, dos negócios cambiais, das compras corrompidas para os arsenais, da corrupção na seca do Ceará. Acrescenta a escravidão, a inibição da representação política pelo censo alto, os crimes contra imprensa e a ação dos capoeiras na garantia da ordem pública durante o período Ouro Preto. Pede que se restitua a monarquia e as duas cadeiras que Laet tinha na “Câmara dos Defuntos, reunida em 02 de novembro de 1889”.<sup>1094</sup>

A disputa com Edmundo Bittencourt chega a um clímax, quando este o chama de “negro de ganho” da empresa de Carnes Verdes, pago “para pregar pelas esquinas cartazes que o povo e a mocidade das escolas arrancavam indignados (...) pensavam que pelo esgoto da boca de Aretino nos fariam desertar”.<sup>1095</sup> Patrocínio é também contundente na sua resposta. Para desqualificar o agressor, persevera numa estratégia de atribuir-lhe uma incontinência em relação ao álcool, “a minha pena será a camisola de força para suas alucinações alcoólicas ou o meu sangue há de afogá-lo”<sup>1096</sup>. Ao falar de si, declara ter pautado a vida pela “defesa de idéias e não de indivíduos”. E, por isso, estaria sempre sujeito ao vai-e-vem de opiniões, “um dia, carregado em triunfo, outro desterrado. É claro que as paixões contra mim são veementes, se bem que efêmeras (...)”. Reconhece que Edmundo “não é um especulador vulgar, que veio à imprensa

<sup>1094</sup> *Idem*, 13/07/1901. “*Deus não, um Rei, sim!*”

<sup>1095</sup> *Correio da Manhã*, 14/07/1901. “*Um Escândalo, como nos envenenam*”

<sup>1096</sup> *Cidade do Rio*, 15/07/1901. “*Amônia a um Bêbado*”. Todas as citações até o item 312 pertencem a esta matéria.



aproveitar-se de um estado anormal de espírito para servir-lhe o sadismo de sua ambição”. Reconhece também a hostilidade do público em relação ao apoio que dá a um governo com forte desprestígio, “Quando me insulta, conta com a claque das ruas”.

A propósito do caráter do proprietário do *Correio da Manhã*, relata um episódio que teria ocorrido na Pascoal. Edmundo lhe haveria confidenciado, após “repetidos cálices de conhaque”, que iria conseguir dinheiro de qualquer jeito para voltar à Europa. Diante da surpresa que causara, explicou “Sim, porque nesta terra o que nos resta é arranjar dinheiro e fugir!”. Chama-o de “Rocambole de Ferro”, em alusão ao famoso personagem de folhetim, acrescentando que “seria um desses refinadíssimos bilontras de que se fala com um leve assobio e três castanholas”.

Não poupa xingamentos a quem o tentara ofender, chama-o “sacripanta”, “vigiarista”, “graxeiro de fígados podres”,<sup>1097</sup> “mais vil que a vilania”, “mais torpe que a torpeza”. E, em sua defesa, escreve uma de suas páginas memoráveis,

sim, sou negro de ganho. Trabalho desde menino. Fiz-me à custa da minha perseverança, porque antes de tudo quis honrar os negros de que tenho orgulho de descender, porque a história deles é esta. Meus avós conquistaram sua liberdade pela sua honradez e minha mãe amou tanto o trabalho, que, ao chegar aqui e vendo que o escritório da redação tinha duas portas, pediu-me uma delas para continuar com a quitanda(...)

<sup>1097</sup> Edmundo, da mesma forma que Rui o fizera anteriormente, ainda sob contrato com a firma Salgado, Cardoso, Lemos & C., teria emitido um parecer favorável a um concorrente, prejudicando seus clientes. Rui Barbosa, quando denunciado, recorreu a vários juristas na tentativa de inocentar-se. Entre eles procurou seu amigo Edmundo. O bacharel escreveu, a propósito, que deixava de pronunciar-se porque Rui era indefensável. “*Era um grande homem ao mar*”.

Quando do seu envolvimento com o mesmo problema, Edmundo defendeu-se, procurando desqualificar a empresa. (O proprietário do *Correio* nega esses fatos em 15/07/1901, “*O Escândalo, os miseráveis*”) Falava da má qualidade de seus produtos e, para isso exibiu, publicamente, um fígado bovino, abecedado (o jornal fala em *pustemado*), acusando o fornecedor de tê-lo entregue a um cliente. A discussão se fazia em torno de tratar-se ou não de uma farsa. Ver em: *Cidade do Rio*, 15/07/1901. “*Amônia para um Bêbado*” e Cartas da Salgado, Cardoso, Lemos & C para a seção “*A Pedidos*”. O “*figado pustemado*” tornou-se uma das referências que a *Cidade do Rio* fazia a ele.

Edmundo Bittencourt começara a campanha contra a Prefeitura, denunciando interesses na manutenção do monopólio com aquela empresa, que, segundo ele, cobraria acima dos preços da concorrência. Além disso, funcionários seriam subornados para negligenciar a passagem de gado doente. A questão toma vulto e o prefeito Coelho Rodrigues teria mandado proceder a um inquérito, arquivado por ordem do governo. O *Correio da Manhã* publica notas diárias durante mais de um mês e acaba envolvendo a Empresa fornecedora. Por fim, Edmundo requer uma Justificativa, na 1ª Pretoria, mas a polêmica cessa ao final de julho de 1901. A quebra do monopólio leva à introdução de um comércio marginal, que embora fora do controle sanitário, interessava à população por causa dos preços baixos. Com a repressão oficial a essa comercialização fora das normas, ocorreram revoltas populares em 1902. Cf. SANTUCCI, Jane. *As Revoltas Populares no Rio de Janeiro no Início do Século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008, pp.71-93. A autora diz ter feito sua análise dos episódios a partir do noticiário dos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Comércio*, conforme consta no item 89. As explicações introdutórias, no entanto, contemplam majoritariamente as opiniões do *Correio da Manhã*, não havendo um diálogo com outros periódicos, como a *Cidade do Rio*. Com isso, as posições de Edmundo Bittencourt não são criticadas.

Neste ponto, fala de forma que pode parecer ambígua, mas que reflete a ideologia de uma imprensa opinativa, tradicional, ainda marcada por traços do Império, que passava a ser denunciada pelo novo paradigma que *Correio* dizia representar,

Sou negro de ganho, sim. Recebo o salário do meu trabalho honesto. Não vendo as causas que me confiam, bato-me por elas lealmente e daí sobra-me de minha economia moral forças e desinteresse para transportar gratuitamente fardos de alheios crimes. Quer provas? Pergunte ao Sr. Rui Barbosa quanto pagou para desaboná-lo do lamaçal das emissões? Pergunte também ao Sr. Custódio de Melo quanto custou-lhe o carreto de Buenos Aires para aqui, por meio da companhia de Pacificação e de Anistia. Sou negro de ganho, sim. Quem quiser meu trabalho, há de pagá-lo bem pago. Se um advogado estradeiro como o bacharel Edmundo, que estraga todas as causas com sua bebedeira, pode cobrar o preço de seu trabalho profissional, por que o jornalista há de ser excluído do direito de receber o valor do que fez? O que é preciso provar para enxovalhar-me é que eu já vendi minha pena nas grandes questões nacionais. É, se no cumprimento do meu dever cívico ou público, como se deu na minha vereança, durante a qual tive que administrar o Matadouro e melhorá-lo, faltei alguma vez ao direito em benefício da minha bolsa (...)

Afirmando que, no passado, havia recusado artigos e uma “versalhada ignóbil” de Edmundo na Cidade do Rio, diz que “fica assim provado que a Cidade do Rio não é cloaca. Se fosse, receberia não só os versos, como o próprio bacharel, que é digno de figurar numa sentina como numa ressaca (...)”. Mas desculpa-o “porque é a cachaça, e não ele, que escreve seus arengos”.

A polêmica com o jornal opositor ainda se manterá. Ao trio formado por Edmundo, Laet e Rui, agora ele incorporava Manuel Vitorino: seria o inspirador político. Em 14 de outubro, Patrocínio diria, “(...) o caluniador profissional é atraído pela calúnia *como o bêbedo por mais um copo*. Ora, Edmundo reúne as duas qualidades, é caluniador e bêbedo”. O jornal é chamado de *Corsário da Manhã*.<sup>1098</sup> O móvel desta nova contenda foi uma carta publicada no *Correio*, fazendo alusão a um possível ganho pecuniário de Patrocínio, ao defender a solução da pendência do banco Hipotecário com o da República. Edmundo ao comentar a tal denúncia, teria dito que Patrocínio recebera “uma leve apara no negócio do acordo”<sup>1099</sup>. Mais dois artigos manterão a disputa, até que, no dia 18, Edmundo, voltando a acusar a *Cidade do Rio* de oficialismo, procura atingir seu proprietário com a acusação de, na época da campanha abolicionista, ter restituído um escravo fugido ao dono, em troca de 10 contos de réis. Patrocínio ironiza, nem na campanha seus detratores teriam levantado semelhante aleivosia.

Voltando ao plano geral de defesa do governo, alerta mais uma vez para a fragilidade do câmbio, exortando todos os atores a um exercício de transigência em nome da estabilidade. Correlaciona a inflação dos gêneros alimentícios no período de 15

<sup>1098</sup> *Cidade do Rio*, 14/10/1901. “*Com o Bêbedo*”

<sup>1099</sup> *Idem*, 15/10/1901. “*Entre o Focinho e a Gamela*”

de junho a 16 de julho como as agitações, “perturbar a ordem não é fazer mal isolado ao governo, mas à sociedade em geral”.<sup>1100</sup> É importante comparar esse momento com outra fala sua, por ocasião de uma conferência pública, em maio de 1875

Hoje, nós outros, que na imprensa (...) advogamos (...) os verdadeiros princípios de gênese econômica e política de um povo, somos apontados como inimigos da lavoura, do comércio e da ordem pública (...) Acusou-se o ministério Dantas de haver produzido a baixa pavorosa do câmbio e festejou-se o Sr. Saraiva, porque, como S. Ex., subiu o câmbio. **É preciso desde logo notar este cresce-míngua econômico do câmbio (risos), o poder que ele tem de subir ou descer quando simpatiza com os ministros** (...) não há acusação mais injusta do que pintar-se a propaganda abolicionista, como inimiga do comércio (...) somos nós que propugnamos pelo desenvolvimento da importação e pela prosperidade do comércio.<sup>1101</sup> (Grifos meus)

O que era irrelevante tornara-se primordial. Patrocínio, agora, como visto na introdução a este capítulo, colocava o social e o político a reboque do econômico. Seu objetivo central deixara de ser a questão social, defendia medidas garantidoras da ordem, para a consolidação da República. Pregava a tolerância em nome da estabilidade. Equilibrava-se em uma gangorra instável, com o fito de apaziguar as dissidências, mesmo não reconhecendo uma ambiência política favorável.

Voltando ao pleito de uma reforma constitucional, Alberto Sales, no *Estado de São Paulo*, criticava o colaboracionismo de segmentos da imprensa com o governo, o que estaria inviabilizando o projeto.<sup>1102</sup> Patrocínio procura defender sua posição pessoal: já havia pedido ao Presidente uma reforma, que incluísse também as finanças e a economia. Argumenta que sua crítica à Constituição já vinha desde “a grande aventura praticada para a usurpação do triênio de 1891 e 1894, pelo marechal Floriano”,<sup>1103</sup> mas que, apesar disso, na França, fizera questão de defender o governo. Por intermédio de Vacquerie, teria usado o *Rappel* para explicar a solução encontrada pelo país à época, a opção do governo em não fazer eleições. Estaria, segundo ele, respondendo a críticas da imprensa alemã e da inglesa, que estava sendo instrumentada por Rebouças. “A nossa consciência não nos acusa de haver aprovado ou tolerado os

<sup>1100</sup> *Idem*, 18/07/1901. “*Pela Ordem*”. No artigo, pede ao governo que revise o Código de Ensino, para atender à proposta dos estudantes de extinguir a frequência obrigatória. Para ele, a obrigatoriedade de comparecimento seria um anacronismo.

<sup>1101</sup> Confederação abolicionista. Conferência pública do jornalista José do Patrocínio (feita no Teatro Polytheama – em sessão da Confederação... de 17 de maio de 1885). Rio de Janeiro: Typographia Central de Evaristo Rodrigues da Costa, 1875

<sup>1102</sup> *Estado de São Paulo*, 18/07/1901. “*Revisão Constitucional*”. O artigo de Alberto Sales foi publicado um dia após a derrota da facção “revisonista” na constituinte estadual, em São Paulo. O articulista defende a reforma constitucional ampla e denuncia que o presidencialismo no Brasil se transformara em ditadura, proponde uma formulação híbrida com um sistema parlamentarista.

<sup>1103</sup> *Cidade do Rio*, 22/07/1901. “*Revisão Constitucional*”

erros. A Cidade do Rio tem insistentemente combatido em prol da formação de partidos com o fito de levantar uma opinião em prol da revisão”. Afirmo que defende a reeleição, mas para o retorno de Prudente de Moraes. Quanto à tolerância em relação ao governo atual, seu jornal só teria interrompido a campanha oposicionista, de uns meses para cá, por um sentimento patriótico, “houve o pensamento de obter por uma conspiração o que nós queremos por uma evolução natural. A nossa opinião poderia favorecer ambições encobertas sob o manto do patriotismo”. Pede a Alberto Sales que apóie então a indicação de um sucessor para Campos Sales, porque agora tudo já estava feito.

Em 26 de julho, o *Correio da Manhã* passa a acusar o Presidente de ser contrabandista. Teria retirado materiais da alfândega sem pagar o imposto de importação.<sup>1104</sup> A *Cidade do Rio* acode Campos Sales, alegando já não mais haver limites para os abusos da imprensa. Tudo seria nivelado por baixo, igual à França revolucionária, onde a guilhotina não distinguiu cabeças, “porque a oposição se habituara a nivelar os homens, por maiores que fossem seus serviços, tomando como plano a imoralidade do tempo. O último dos bêbados e dos devassos se constituía tribunal”.<sup>1105</sup> Nos jornais, não interessava quem estava escrevendo, bastando que “o redator seja um atrevido, capaz de levar sua petulância a denegrir a tudo e todos”. As alusões apontam o destino das críticas. E termina numa proclamação “(...) o soberano da Nação é a pátria mesma corporificada na sua pessoa”.

Além das ameaças internas, Patrocínio teme as “correntes de pensamento revolucionário” trazidas por grupos de emigrantes, apontando, especialmente, para “uma grande parte das classes rurais populares na Itália”, portadoras de uma “indisciplina mental”, que havia atravessado os mares. Esse espírito rebelde crescia, segundo ele, nos países novos, contra o governo, por mais liberal e regular que este fosse.<sup>1106</sup>

Mantem-se, contudo, um crítico da condução da política, a opção pela “concentração” e o desmembramento dos partidos, que visava ao sucesso da política financeira. Mesmo aceitando que o resgate do acordo de 15 de novembro salvava a honra nacional, para ele, teria sido

muito mais útil(...) manter os partidos e forçá-los ao cumprimento do dever (...).É **que antevíamos o perigo do abandono da orientação política para concentrar todo o esforço na**

<sup>1104</sup> *Correio da Manhã*, 26/07/1901. “*A Carne e o Exército*”. Nesse artigo, o jornal diz que falta povo para indignar-se. O Presidente retirara presentes para o noivado de sua filha sem pagar os impostos que seriam cometidos a qualquer cidadão.

<sup>1105</sup> *Cidade do Rio*, 31/07/2008. “*Dilúvio de Lama*”.

<sup>1106</sup> *Idem*, 12/08/1901. “*Indisciplina Mental*”

**solução do acordo** (...) Nasceu da concentração a anarquia política a que estamos assistindo e que a experiência nos devia já ter habilitado a conjurar (...) devemos ainda observar que sendo a concentração um partido de governo e não o partido do governo, não assume nenhuma responsabilidade perante o país na escolha do sucessor presidencial (...) (Grifos meus)

Atribui a falta de política como causa da anarquia, e alerta para o conseqüente fortalecimento das oligarquias, “A República não pode continuar a ter governos prisioneiros do anarquismo ou dos corrilhos políticos que se empenham em simular dedicação ao governo da União, quando apenas visam a manter e fortalecer a oligarquia nos estados”.

Patrocínio reconhece o êxito das medidas financeiras, no saneamento do Tesouro e no resgate da dívida do acordo de 1898. O sucesso, mesmo que sob os influxos da instabilidade cambial, preenchia suas expectativas metalistas. Externará isso ao elogiar o relatório enviado por Joaquim Murinho à Presidência, como sendo um documento revelador dos dotes elevados do ministro: “um pensador calmo, servido por um concurso poderoso de conhecimentos vários, subordinados à concatenação do trabalho aturado, do estudo completo, da observação perspicaz”. Seria uma obra grandiosa de Murinho, revestida de patriotismo. <sup>1107</sup> Não bastante, ainda em outro artigo, continua a louvação, pede “que não morram os aplausos”, porque “o talento bafejado de gênio vence sempre, domina sempre. Mas a força maior é verdade (...) ainda hoje aplaudimos e todos os aplausos são poucos”. <sup>1108</sup>

O problema é que, apesar do entusiasmo de ambos, o sucesso financeiro não se acompanhou de um êxito econômico, a situação era crítica, impostos altos, desemprego, quebras continuadas de empresas, revoltas populares e forte oposição da imprensa.

Quanto a Campos Sales, mantem-se reticente. Ele seria apenas um continuador corajoso da obra de Prudente de Moraes, mas que sacrificara a política partidária, o legislativo e o debate político em nome do projeto econômico. Ao elogiar, procura distinguir o homem, do cargo e ao criticar, procura atenuar a responsabilidade do Presidente pela anomia política, invocando a necessidade de contemplar-se um horizonte maior, que seria a estabilidade da República. Há um aspecto relevante, embora reconheça a deterioração da representação política, ele tornara-se econômico no apoio às reivindicações populares. O que se via agora era o *Correio da Manhã* falar em nome do povo. <sup>1109</sup>

<sup>1107</sup> *Idem*, 16/09/1901. “O Relatório da Fazenda”

<sup>1108</sup> *Idem*, 18/09/1901. “Um Homem e um Governo”

<sup>1109</sup> No artigo do *Correio da Manhã*, de 18/07/1901, já citado, que tratava da revolta contra o aumento das tarifas de bonde, o redator fazia referência ao apoio de seu jornal à ação popular: “Nós que somos do povo (...) que importa que seja apenas a execução de uma lei?”. E justifica que o povo tinha sido tolhido

Não esconde sua fidelidade a Prudente, tratando-o com habilidade, mesmo quando este se coloca em oposição a Bernardino de Campos, indicado por Campos Sales ao partido Republicano, para a sucessão em São Paulo.<sup>1110</sup> “São Paulo”, diz ele, “é o Sinai político da República, mas Prudente de Moraes não é só o Moises de uma legislação restrita. É mais do que isto: é o Pedro, é a pedra angular da vida republicana (...)” Acrescentará, enfático, “urbi Petrus, ib ecclesia!”<sup>1111</sup> Proclamava não acreditar que o pensamento de Prudente fosse o de reduzir a política brasileira àquele estado, ainda mais ele, que fora vítima do glicerismo.<sup>1112</sup>

Para Patrocínio, conforme parecem revelar seus artigos, Campos Sales representaria um mal inevitável e efêmero. E agora que seu mandato expirava, mais do que criticá-lo e derrubá-lo, o que poderia acarretar instabilidade financeira e desordem, o importante era reconhecer o sucesso financeiro obtido e unir-se na escolha de um sucessor. E, para isso, seria necessário barrar as estratégias de continuísmo. Em nome dessa união em torno da ordem, dá realce à notícia do atentado sofrido pelo presidente americano, Mac Kinley, na capital do estado de Nova York. E o faz como um alerta, “uma lição do norte”, repercutindo a opinião de alguns jornais americanos de que a imprensa oposicionista daquele país havia criado as condições para que o crime ocorresse.<sup>1113</sup>

Continuam as manobras políticas em São Paulo e o Presidente consegue emplacar a candidatura de Rodrigues Alves, o que era aceito pelos correligionários, desde que ele se comprometesse a não reviver questões do passado. Alves não era egresso do republicanismo histórico, fora uma figura importante no Império, chegando a Conselheiro, por ordem de Isabel, quando na terceira regência.<sup>1114</sup>

Campos Sales, de fato, conseguira sucesso nas medidas saneadoras do Tesouro. Eliminara o déficit, conseguira saldar as parcelas do *funding* e reabilitar os papéis

---

no seu direito de representação.

<sup>1110</sup> À essa época, três possíveis nomes entravam para a disputa do governo de São Paulo, que vagaria com a possível ida de Rodrigues Alves para o Catete. Eram Cerqueira César, Bernardino de Campos e o próprio Prudente. Campos Sales ainda tentou uma conciliação, mas foi inexecutável. Em setembro de 1901, Júlio Mesquita lança um manifesto em nome do grupo dissidente e, em novembro, cria-se o partido. Ver em: **DABES**, Célio. *Op. Cit.*, p.534

<sup>1111</sup> *Cidade do Rio*, 06/09/1901. “*Política Federativa*”

<sup>1112</sup> Em novembro, a dissidência de São Paulo criou o partido Republicano Dissidente, sob a presidência de Prudente de Moraes, abrindo franca oposição a Campos Sales. Este, para minimizar os efeitos, manifestou a satisfação do partido Republicano com a saída de Prudente. Ver em: **DABES**, Célio. *Op. Cit.*, p.538-9

<sup>1113</sup> *Cidade do Rio*, 10/09/1901. “*A Lição do Norte*”

<sup>1114</sup> **BELO**, José Maria. *Op.Cit.*, p.172. Durante o gabinete Cotegipe, Rodrigues Alves foi indicado presidente da província de São Paulo, o que gerou uma certa suspeição sobre seu caráter abolicionista. Permaneceu até a queda de Cotegipe.No 13 de maio, votou favoravelmente à abolição.

brasileiros no mercado externo, valorizados agora em 35%. Os saldos do Tesouro haviam sido convertidos em ouro e, finalmente, conseguira reduzir a quantidade de papel-moeda em circulação.<sup>1115</sup> Conforme Pelaez & Suzigan, o plano, no entanto, não dava conta da profunda contração em que se encontrava o país.<sup>1116</sup> O governo havia tomado as medidas de valorização do câmbio, “para expulsar os produtores ineficientes do mercado” numa fase de queda de preços do café, tirando a possibilidade de compensação pelo aumento da exportação do produto. Não se levava em conta o nível de emprego e a taxa real do câmbio. As perdas do setor cafeeiro levaram à união de seus elementos, alterando o equilíbrio político.<sup>1117</sup>

O desequilíbrio econômico levou o governo à impopularidade e a adesão de Patrocínio custou-lhe muito em prestígio. A *Cidade do Rio* acompanhava Campos Sales para o abismo do ostracismo, acusada de ter-se degenerado com a venda da opinião, sob o peso das verbas secretas.<sup>1118</sup> Em resposta a mais uma das acusações do *Correio da Manhã*, que agora envolvia também o seu projeto de construção de um dirigível - o Santa Cruz – Patrocínio acusava os golpes,

prometo desde já abandonar a imprensa e mesmo a vida se o bacharel Bittenchuva demonstrar que sou indigno de meus compatriotas e que, neste momento mesmo não estou ocupado com um trabalho, o Aeróstato Santa Cruz, que em qualquer outra parte do mundo dar-me-ia, pelo menos, direito ao sossego espiritual, em nome da glória que dele pode resultar para minha pátria.<sup>1119</sup>

Fala de sua ausência após a morte dos cinco auxiliares, vitimados pela peste, e que a linguagem do jornal tem sido a mais cordata, “evitando discussões azedas e escandalosas”. Dois dias após, volta ao tema da animosidade contra ele,

com relação à minha pessoa, tem-se dito neste país tanta bem e tanto mal, que já não tenho o direito de apurar o juízo feito sobre a missão na imprensa. Durante a campanha abolicionista fui um santo e o último dos repobros. Em todos os jornais do Brasil se discute a minha personalidade (...).<sup>1120</sup>

<sup>1115</sup> DEBES, Célio. *Op. Cit.*, p.540

<sup>1116</sup> PELAEZ, Carlos Manuel & SUZIGAN, Wilson. *Op. Cit.*, p.146. Buesco, fazendo uma crítica do revisionismo sobre a política de Murinho, diz que esses autores não explicitam a natureza dessa contração. Além de críticas a outros autores, como Ferreira Lima, nos quais denuncia radicalismos, coloca Pelaez e Suzigan no rol das críticas anacrônicas, “por censurar em Murinho uma política contrária às suas próprias posições teóricas”. Cf. BUESCO, Mircea. *Um estadista controvertido Joaquim Murinho*. In: RIHGB. Rio de Janeiro, 150(365), out-dez, 1989, p.569

<sup>1117</sup> *Idem*, p.147-48

<sup>1118</sup> Apesar do empenho em apoiar Campos Sales, a memória que ficou para um cronista contemporâneo, bastante ligado ao Presidente, o jornalista Tobias Monteiro, foi de uma oposição hostil. Patrocínio teria sido um “agressor” de Sales, porque “da prática das objurgatórias [da abolição] ficara-lhe o fel na pena flamejante e para todos os demais debates trazia a ferocidade primitiva, que nas horas do arrependimento, transformava-se em humilhação, vestida de enternecedora poesia”. Cf. MONTEIRO, Tobias. *O Pres. C. Sales na Eur.*, p.71

<sup>1119</sup> *Cidade do Rio*, 17/10/1901. “Cão danado”

<sup>1120</sup> *Idem*, 19/10/1901. “Um Sapo por Dia”

Defende-se das acusações de ter roubado o projeto do aeróstato, explicando sua origem e os contratos celebrados com os financiadores. Conclui, tentando separar as coisas,

O Aeróstato Santa Cruz nada tem a ver com meu procedimento como jornalista e a propaganda abolicionista já produziu seus resultados. Se eu não fui durante as lutas da causa sagrada mais do que um vigarista, nem por isso minha infâmia prejudicou o êxito da campanha bendita. Se não sou o inventor (...), venham os herdeiros ou amigos tomar conta dele com todos os louros e proventos que eu tenho colhido. Tenho muito em que pensar e a minha moléstia crônica do fígado me impede de demorar-me junto a sítios paludosos.<sup>1121</sup>

Sem recursos, havia ficado sem a redação, passando a depender da gentileza do *Jornal do Comércio* que cedera suas oficinas.<sup>1122</sup> Além disso, sua saúde debilitava-se e o desprestígio incomodava. Havia perdido cinco colaboradores e em, 12 de dezembro, outra tragédia, o enorme hangar que construía em São Cristóvão, para o balão, ruína sob um violento temporal, matando e ferindo alguns empregados. A *Cidade do Rio* lamentando o “luto e a injustiça que se abateram sobre ela”, publicava no último dia do ano,

fomos nós que rompemos a oposição contra o quadriênio que entrou no seu último ano. Não o fizemos, porém, pelo propósito de especular com as paixões, de converte-las em fonte de renda e bem-estar pessoal. O nosso fito era, exclusivamente, aproveitar a força popular que robustecia o governo no seu início, para obter, além da gloriosa execução do “funding”, a reforma da lei e artigos constitucionais, que nos parecem opugnantes à boa marcha dos negócios públicos(...). Da oposição à conspiração há uma grande distância e nós a guardamos, arrostando os mais assombrosos sacrifícios (...) Nossa atitude, mal compreendida, nos imolou à ferocidade do espírito da anarquia. **O momento nos impôs este dilema: ou permanecemos governistas ou conspiradores. Ficamos governistas (...)**Sem nenhuma ambição pessoal, não aspirando a nenhum cargo, tendo feito declaração solene de que não pleiteávamos nenhuma candidatura, o redator da Cidade do Rio educou seu espírito cívico de modo a julgar os interesses reais da pátria, acima de todos os partidos e de todos os homens (...). Não nos compreenderam, um tribunal composto por elementos demagógicos proferiu uma sentença contra nossa atitude e nos **inflingiu a pena da impopularidade, a que mais dói a quem tem vivido do prestígio de opiniões (...)** (Grifo meu)

Se a Cidade do Rio viu crescer o número de seus desafetos, viu transbordar em generosidade o cavalheirismo de seus companheiros de trabalho (...). Tendo tal alicerce moral, ela espera vencer a campanha da má vontade que lhe movem”.<sup>1123</sup>

O ano de 1902 começava com a tentativa da *Cidade do Rio* de atenuar a oposição a que estava submetida. Conclama a imprensa a unir-se, o consenso deveria pairar acima das dissensões, “cada órgão mostrando-se livre e independente (...)”<sup>1124</sup>. Pede uma união em torno da reforma constitucional, “um pouco de calma e justiça bastariam para orientar a imprensa de modo a ser aproveitada a sua imensa força irreduzível, o seu prestígio efficacíssimo no espírito público”. Na mesma linha, em outro

<sup>1121</sup> *Idem*

<sup>1122</sup> *Idem*, 06/09/1901

<sup>1123</sup> *Idem*, 31/12/1901. “*A Cidade do Rio*”

<sup>1124</sup> *Idem*, 02/01/1902. “*Que Vamos Fazer?*”



artigo, relembra a França, em 1891, quando Vacquerie, falando em nome de toda a imprensa, mostrou que sua unidade poderia estar acima de suas oposições.<sup>1125</sup>

O jornal prossegue com vários artigos em prol da reforma constitucional, da reforma municipal, da defesa do Distrito Federal contra a União, solicitando mesmo a mudança da capital, e a discussão do projeto de Código Civil, que se transformara na última bandeira do governo. A *Cidade do Rio* manifesta-se contra a discussão do projeto, defende a prioridade de discutir-se a reforma do Distrito Federal, já sem recursos e sem previsão de orçamento, mesmo para o pagamento dos funcionários.<sup>1126</sup> Criticava o próprio projeto por não contemplar o divórcio, que Patrocínio dizia ser uma aspiração do povo brasileiro. Independente da importância que atribuía à matéria, percebe-se que, para ele, havia duas oposições a fazer, a primeira à intromissão da igreja num estado supostamente laico e a outra ao positivismo. O autor, Clóvis Bevilacqua era seguidor da escola de Recife, liderada por Sílvio Romero. Para o jornalista, “o Código não protegia uma sociedade desamparada”, ao contrário, “o sectarismo e os preconceitos do comtismo tirariam sua utilidade imediata no tocante à família”. Seria um “catecismo sectário” e não satisfazia qualquer reclamo nacional.<sup>1127</sup> Três dias após faz um *mea culpa* debochado, proclamando, com profunda ironia, a importância que teria o Código para resolver a questão da lavoura endividada e sem crédito, da inflação que assaltava o povo e da posse dos estados pelas oligarquias. “Um Código Civil e estaremos salvos. Temos um Código fresco e não temos divórcio”.<sup>1128</sup>

A falta do divórcio como elemento desqualificador para o Código tornara-se uma constante. Em outra matéria, Patrocínio começa por defendê-lo e depois envereda por uma discussão sobre a necessidade de incentivar a natalidade para povoar o território brasileiro, “criando uma raça forte, bastante para carregar a suprema responsabilidade de arraigar nas gerações futuras as tradições do povo brasileiro”.<sup>1129</sup> Preocupava-se em conter a imigração, para evitar os riscos de contaminação cultural. Essa idéia da natalidade no sentido do desenvolvimento, que fazia parte do ideário da

<sup>1125</sup> *Idem*, 11/01/1902. “Imprensa”

<sup>1126</sup> *Idem*, 13/09/1901. “O Momento Fluminense”. A essa época, os salários estavam atrasados em cinco meses. Uma das bandeiras de Patrocínio sempre fora a autonomia do Distrito Federal.

<sup>1127</sup> *Idem*, 05/02/1902. “Reforma Municipal”. A idéia de codificarem-se os direitos civis no Brasil já vinha do Império. Em sua fala do trono de 1888, Isabel prometia, “O Governo renovará esforços para dotar a nossa pátria com o Código Civil, fundado nas sólidas bases da justiça e da equidade”. Conforme Keyla Grinberg, as dificuldades para esta codificação se deviam às disputas em torno do próprio conceito de cidadania. Precisava-se responder quem eram os cidadãos. Ver em **GRINBERG**, Keyla. *Código Civil e Cidadania*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 10, 65

<sup>1128</sup> *Idem*, 08/02/1902. “Mea Culpa”

<sup>1129</sup> *Idem*, 25/02/1902. “O Código da Mentira”

República <sup>1130</sup>, dialogava com ideologias incipientes que defendiam a liberdade de contracepção, face à necessidade de atender aos novos papéis sociais assumidos pela mulher. Como exemplo, pode-se citar uma questão que rolava desde 1893. Um afamado médico do Rio de Janeiro, originário da Itália, Abel Parente, começara a alardear a invenção de um método contraceptivo, visando não somente às gestações de risco, mas também à prevenção de uma “*prole infeliz*”.<sup>1131</sup> Recebeu hostilidades das sociedades médicas, da polícia e de segmentos da imprensa. A *Cidade do Rio* notabilizou-se na acusação, além das acusações de caráter moral, tratou-o como um traidor da causa nacional.<sup>1132</sup>

No tocante a eleições, Rodrigues Alves está garantido, mas a folha defende a candidatura de Prudente de Moraes, que fora apresentada pelo Congresso Dissidente, embora ele próprio não a tenha aceito.<sup>1133</sup> Também Ubaldino do Amaral e Quintino Bocaiúva não emplacam, e a representatividade do candidato do governo é questionada, o verdadeiro prestígio seria de Prudente.<sup>1134</sup> Por fim, Rodrigues Alves é eleito

No início de maio, anuncia-se que o Presidente enviará uma mensagem ao Congresso dando conta de seu governo. Patrocínio comenta, “quem nos leu outrora sabe quão profunda foi a nossa divergência do processo presidencial. Só deixamos a oposição quando vimos que à sua sombra se organizava um revolução insensata, que agravaria muito mais a já misérrima situação(...)”

Criticava o continuísmo:

“(...) na hora do adeus legislativo à Nação, S.Ex<sup>a</sup>. deve ter feito um exame de consciência para julgar os fatos que praticou, os enganos que o comprometeram, as deslealdades que o exploraram, as injustiças que praticou, sobretudo na seleção de seus amigos, os depositários de sua confiança, enganos que o levaram até à escolha de seu sucessor e do respectivo substituto, escolha que escandalizou a Nação(...)”<sup>1135</sup>

Editado o documento, ele voltava a comentar, “no calvário da impopularidade do governo temos também a nossa cruz e não nos prestamos a representar o crucificado

<sup>1130</sup> Joana Pedro fala de um projeto nacional, no Império, de povoamento do território, com vertentes que dialogavam entre a imigração e a defesa da natalidade. Na República, veicula-se a idéia da criança como o futuro do país, herdeira do novo regime. Cf. PEDRO, Joana Maria (Org). *Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p.31. A questão da apropriação do corpo como elemento político foi discutida por Foucault ao estabelecer seus conceitos de biopolítica e biopoder. Ver em: FOUCAULT, Michel. *A Vontade de Saber*. In: \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, v.1, 2000, passim.

<sup>1131</sup> *Gazeta de Notícias*, 29/01/1893. Carta de Abel Parente na seção “*A Pedidos*”.

<sup>1132</sup> Sobre a evolução do caso, ver em RUBEM, Iram. “*Discursos sobre a Contracepção no Rio de Janeiro, no Século XIX*”. Comunicação apresentada à III Semana de História Política, Rio de Janeiro, UERJ, 17/06/2008

<sup>1133</sup> *Cidade do Rio*, 30/01/1902. “*Eleição Presidencial*”

<sup>1134</sup> *Idem*, 13/02/1902. “*Retiro Eleitoral*”

<sup>1135</sup> *Idem*, 1º/05/1902. “*A Mensagem*”

impertinente (...) muitos merecem do Sr. Campos Sales o perdão destinado aos que não sabem o que fazem”.<sup>1136</sup> Reconhecia os serviços relevantes prestados por ele à organização financeira, mas admitia que o apoio a essas medidas trouxera ao jornal muitas hostilidades. E que essa experiência lhe permitia a isenção para julgar o edito. Seu objetivo era rebater as críticas que Campos Sales fazia a Prudente de Moraes, como por exemplo dizer que “*as cifras não governam o mundo mas dizem como ele é governado*”. Patrocínio volta à discussão sobre a origem do plano e os méritos do governo anterior, inclusive de Murinho, que fizera parte daquele governo. Campos Sales propalava que os ministros tinham liberdade de ação, desde que não desaparecesse “atrás deles a autoridade legal do Presidente da República”. Patrocínio indagava, como falar em liberdade, se não havia sido capaz de apresentar Joaquim Murinho como candidato, preferindo Rodrigues Alves?

Dirige-se ao ministro da Fazenda, “console-se, porém, com esta certeza: o que fica deste quadriênio é a sua obra financeira”.<sup>1137</sup> Ao final de agosto, quando da demissão de Murinho, a *Cidade do Rio* admite ter sido a primeira a insultá-lo. Por isso, “penitencia-se diante de Deus e da pátria. Confessa que errou desastrosamente e há de procurar resgatar o seu erro (...) constituindo-se, enquanto viver, a pedra angular dessa política de nacionalização do Brasil, que Joaquim Murinho iniciou”.<sup>1138</sup>

Em junho de 1901, o *Correio da Manhã* havia publicado um pequeno artigo, falando de um balão, que estaria sendo construído nas oficinas da Companhia Edificadora, sob os auspícios do capitalista Casemiro Costa. Apesar de atribuir ao inventor o nome de João Auto de Magalhães Castro, as características da aeronave e de sua motorização, mostram que se tratava de uma alusão irônica ao invento de Patrocínio.<sup>1139</sup> Em princípio, poderia ser apenas mais um desses artigos jocosos, comuns à imprensa da época, não fossem as pessoas e situações envolvidas. Casemiro Costa, um comendador português, que recebera o apelido de “mãozinha”, não apenas por causa de um defeito físico, mas pela suspeição de seus negócios, fora um dos grandes especuladores no encilhamento e fizera negócios suspeitos na aquisição de um próprio nacional, a Quinta do Caju, alienada durante o governo provisório. Apesar de sua história pouco ortodoxa, privava da intimidade de Joaquim Murinho, com quem

<sup>1136</sup> *Idem*, 05/05/1902. “*A Mosca de Salomão*”

<sup>1137</sup> *Idem*, 07/05/1902. “*A Palavra dos Competentes*”

<sup>1138</sup> *Idem*, 29/08/1902. “*Ante Deus e a Pátria*”

<sup>1139</sup> *Correio da Manhã*, 18/06/1901, “*O Aeróstato Ornychtóide*”

mantinha relações de negócios, que acabaram levando a um escândalo em 1907.<sup>1140</sup> A companhia Edificadora, conforme Faria, seria apenas um “biombo para seu aventureirismo comercial”.<sup>1141</sup> A proposta do *Correio da Manhã* parecia ser a de associar o nome de Patrocínio ao empresário e a Murtinho, e obviamente ao governo, haja vista, que Casemiro não constava da relação oficial de patrocinadores do invento. De fato, em 1902, num bilhete ao comendador, Patrocínio pedia-lhe mil e duzentos contos, para “pagar minha gente do balão”, fazendo promessas de servi-lo para sempre.

<sup>1142</sup>

Se, por um lado, o episódio envolve Patrocínio com gente sob forte suspeição, o que inclusive poderia comprometê-lo com o governo Campos Sales, por outro, como será visto adiante, era pública sua cruzada para a obtenção de recursos para o invento, sob o argumento de que estaria acima de um interesse imediato de inventor, seria uma verdadeira redenção do espírito brasileiro. Compara o interesse dos governos europeus para com pesquisa de seus inventores, enquanto aqui a resposta era tibia. A solicitação a Casemiro coincide com a negação, por parte do Congresso, de recursos para o desenvolvimento de seu projeto.<sup>1143</sup>

Voltando à *Cidade do Rio*, daqui pra frente, ela praticamente se limitaria a questões gerais. Ao invés dos contundentes artigos de fundo, viam-se crônicas, páginas literárias, telegramas e notícias do Congresso. A linguagem aguda tornara-se romba, opaca, procurando conciliação. Já não havia também as necessárias provocações de outras folhas, que alimentavam seu ímpeto. Nada. Nem mesmo o governo levantava polêmicas. Em março de 1902, a folha comentava: “é moda política no Brasil dar por terminado o mandato presidencial no dia 1º de março”.<sup>1144</sup> Em 8 de maio, Patrocínio passa o bastão da redação política a Aníbal Mascarenhas<sup>1145</sup>, alegando a necessidade de dedicar-se a outra atividade, que seria a construção de seu dirigível, um projeto que

<sup>1140</sup> **FARIA**, Fernando Antônio. *Op. Cit.* p.51. O comendador tinha participação na Empresa Mate Laranjeira e no banco Rio Mato Grosso, da família de Murtinho. Envolveu-se ainda em questões com Soro, sendo que sua disputa pública com Murtinho foi em relação à Cia de Carris de Santa Tereza.

<sup>1141</sup> *Idem*

<sup>1142</sup> **MAGALHÃES JR**, Raimundo. *O Fabuloso Patrocínio Filho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, pp 24-25. O tal bilhete estaria no arquivo de autógrafos de Bastos Tigre.

<sup>1143</sup> *Cidade do Rio*, 26/11/1902. “*Os Balões*”. Em artigo de 1901, Patrocínio defendia a necessidade de recursos para seu invento, citava como exemplo os países europeus. *Cidade do Rio*, 1º/05/1901. “*Navegação Aérea*”. Outros artigos, do mesmo ano, relatam a constituição das comissões para obtenção de fundos, de imprensa e de construção. *Cidade do Rio*, 1º/07/1901 “*Aeróstato Santa Cruz*”; *idem*, 05/07/1901 “*Aeróstato Santa Cruz*”

<sup>1144</sup> *Idem*, 03/03/1902. “*Semana Legislativa*”

<sup>1145</sup> Aníbal Mascarenhas se demite em 31 de maio do mesmo ano, alegando “motivos que são indiferentes ao público”. *Cidade do Rio*, 31/05/1902. “*Declaração*”

dizia acalentar desde os tempos da faculdade, mas que só dera alento em 1893.<sup>1146</sup> A proposta era fazê-lo voar em 15 de novembro, deslocando-se até Santos, para homenagear Bartolomeu de Gusmão, que reputava como sendo o verdadeiro inventor dos balões, um título que teria sido usurpado por Montgolfier.<sup>1147</sup> Mais do que um invento, o balão seria, para ele, a desforra do Brasil diante da atitude francesa de usurpar o pioneirismo de Gusmão. “demonstrar mais uma vez ao mundo a seleção hereditária da mentalidade brasileira para a navegação aérea”. Santos Dumont estaria ajudando a “demonstrar mais uma vez ao mundo a seleção hereditária da mentalidade brasileira para a navegação aérea”<sup>1148</sup> Conforme seus companheiros de redação, respondendo a um jornal paulista, *A Platéia*, “O Santa Cruz é agora a sua abolição, a sua república e a pacificação do Rio Grande do Sul [por isso] não recuaria um passo pelo caminho da vitória que forçou”.<sup>1149</sup> Após visitar a aeronave em construção, Coelho Neto exercitou sua imaginação poética, “e eu sentia a força daquelas soberbas asas vingando o espaço, fugindo na vertigem de um vão desvairado, realizando o sonho do perseverante, conquistando a liberdade ideal”.<sup>1150</sup> Ao final de novembro, o golpe final, uma proposta de Nilo Peçanha ao Congresso, pedindo recursos para a construção do Santa Cruz e do Pax, de Augusto Severo, é rejeitada por inspiração de um seu opositor tradicional, Barbosa Lima. O inventor diria, “Se o Santa Cruz tem de vencer, Deus dar-me-á os recursos para o triunfo”. Aquilo seria apenas um incidente que a história discutiria mais tarde.<sup>1151</sup>

<sup>1146</sup> *Cidade do Rio*, 13/05/1901. “*O Aeróstato Santa Cruz*”. A matéria noticia a publicação do memorial descritivo da aeronave no Diário Oficial, de 1º/04/1901. O decreto 3286, de abril de 1901, concederia a Patrocínio “*privilégio sobre seu invento*”. Ver em: *Cidade do Rio*, 10/04/1901. “*O Aeróstato Santa Cruz*”. Quando ainda na *Gazeta da Tarde*, Patrocínio envolvia-se publicamente com o assunto da navegabilidade aérea. Em artigos publicados em 1885, defendia arduamente o inventor brasileiro Júlio César Ribeiro de Souza, cujo projeto teria sido usurpado pelos franceses Renard e Krebs, que eram patrocinados pelo governo francês. Ver *Gazeta da Tarde*, 24/07/1885. Patrocínio, durante sua fuga em 1893, ficara elaborando não apenas a solução aerodinâmica para o Santa Cruz, mas um modelo de motor que fosse revolucionário.

<sup>1147</sup> *Idem*, 24/10/1901. “*O Balão Santa Cruz*”

<sup>1148</sup> *Idem*, 1º/05/1901. “*Navegação Aérea*”. Em artigo de, 10/04/1901. “*O Aeróstato Santa Cruz*”. Procura demonstrar tecnicamente que a singularidade do projeto era de ser uma aeronave propositalmente mais pesada que ar, com a finalidade de vencer resistências. Para resolver a questão de ficar mais ou menos pesado que ar, ele utilizaria de uma dupla força ascensional com H<sub>2</sub> e ar quente, que proporcionaria alternar, conforme a necessidade.

<sup>1149</sup> *Idem*. A construção do dirigível mobilizou a opinião pública e autoridades. Campos Sales chegou a visitar oficialmente as instalações. Também o fizeram os alunos da Escola Militar, o então prefeito, Xavier da Silveira, e levas de curiosos.

<sup>1150</sup> *Idem*, “*O Santa Cruz*”

<sup>1151</sup> *Idem*, 26/11/1902. “*Os Balões*”. O Pax, de Augusto Severo, havia se acidentado, resultando a morte de seu inventor. Apesar de o projeto do Santa Cruz ter virado um assunto de intensa curiosidade e de inevitável pilhéria, passando para as gerações futuras como um devaneio, Patrocínio tinha-o com seriedade. Estudava com afinco, cercava-se de técnicos reconhecidos e introduzia tecnologias inovadoras à época. Tinha consciência das dificuldades, inclusive apontando para os problemas vividos por Santos

A contribuição de Patrocínio na *Cidade do Rio* passa a ser esparsa. Numa das poucas matérias que assina, trata ainda da questão do monopólio da carne verde. Em outra, defende seu filho, José Carlos, da pecha de monarquista, colocada pelo jornal *O Império*, motivada pelo fato de ter sido beijado por Isabel, quando tinha três anos, Atribui isso à inveja dos monarquistas, seus inimigos, em relação à pujança intelectual do filho, “supremo e inquestionável prêmio com que Deus recompensou meus serviços a minha adorada pátria”. E parece revelar sua pouca motivação para o combate de que tanto se orgulhava, “Grasnem as gralhas à vontade; não conseguirão aborrecer-me tanto que eu as tenha de condenar a mais do que o meu desprezo”.<sup>1152</sup> A partir de outubro, volta a assinar uma coluna semanal, com sua marca memorável: Proudhomme; mas já não havia grandes causas. Em setembro morria Silviano Brandão; em novembro, Manuel Vitorino; em dezembro, Prudente de Moraes e João Clapp. Parecia ruir seu panteão de heróis e anti-heróis. No aniversário da folha e no seu, nada mais daquele júbilo de outros tempos, dos grandes editoriais, das efígies de página inteira do libertador. Agora a homenagem era rasa, muito chã e sem brilho.

A *Cidade do Rio* caminhava melancolicamente para o fim. Acabaria junto com o ano de 1902. Em 1903, conforme já comentado anteriormente, Patrocínio passa a escrever para *A Notícia*, sob o pseudônimo de Justino Martins, e para o *País*. Sua saúde se agrava e as condições financeiras deterioram. Morre redigindo um artigo sobre a criação de uma Sociedade Protetora dos Animais.

O Santa Cruz, que tanto o consumira, acabaria reduzido a ferros e panos, cadáver insepulto, desfeito como sucata, testemunha vaga de um sonho memorável de liberdade.

---

Dumont, que só no sétimo experimento conseguira êxito. A simultaneidade de inventos e experimentos semelhantes no mundo todo à época, mostra a importância que a questão da navegação aérea representava naquele momento. Era um momento febril da tecnologia e, conseqüentemente, de invenções. Conforme Costa & Schwarcz, de 1870 a 1910, foram encaminhados ao governo, de acordo com a legislação vigente, mais de 9 mil pedidos de privilégios industriais, que incluíam diversos projetos de dirigíveis e balões. Ver em: COSTA, Ângela Marques da & SCHWARCZ, Lília Moritz. *1890-1914, no tempo das certezas*. Coleção Virando Séculos. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p.131.

Augusto Severo, que era parlamentar, fizera uma proposta em plenário de um incentivo financeiro a Santos Dumont, para que continuasse suas pesquisas em torno da dirigibilidade aérea, porque apesar do sucesso que alcançara, tecnicamente, a questão ainda não estaria resolvida. Na ocasião, citou o projeto em experimentação de Patrocínio como alternativa. Ver em: FERNANDES, Augusto. *O Pioneiro Esquecido: biografia de Augusto Severo*. Natal: Oficinas de Mousinho, 1965, cap.VII

A par disso, Patrocínio foi o proprietário do primeiro automóvel do Rio de Janeiro, que teve vida curta. Bilac destruiu-o num poste.

<sup>1152</sup> *Idem*, 13/10/1902. “*O Império*”

**“Se um dia, a bordo do Santa Cruz, pudesse ver terra e divulgar lá de cima os pequeninos seres que incomodam os que trabalham(...) terei a obrigação de não querer mal a essas insignificâncias que se têm atravessado no meu caminho”.<sup>1153</sup>**

**José Carlos do Patrocínio, 27 de dezembro de 1902**

## **6. CONCLUSÃO**

---

<sup>1153</sup> Idem, 27/11/1902. “*Os balões*”.

**“Aos vinte e oito de novembro de mil oitocentos e cinquenta e três, nesta matriz de São Salvador, o reverendo José Joaquim Pereira de Carvalho batizou e colocou os santos óleos ao inocente José, nascido aos nove dias do mês passado, filho natural de Justina Maria do Espírito Santo. Foram padrinhos o vigário Cesário Gomes Lyrio e Emerenciana Ribeiro do Espírito Santo, de que para constar, mandei fazer este assento, que assinei (...).”<sup>1154</sup>**

É comum dizer-se que de inqueritos e sindicâncias só se sabe o começo, uma máxima que é plenamente aplicável às pesquisas. Sabemos de onde partimos, objetivos e caminhos são construídos na medida em que se anda. Nesta pesquisa, trilhava um caminho e, diferentemente do poeta que encontrou a pedra inerte em sua perenidade indiferente, encontrei o mar caudaloso, de idas e vindas, mas sempre estrepitoso ao derramar-se na areia. Assim é Patrocínio, jamais poder-se-ia cobrar-lhe a placidez e a coerência da terra. Sua coerência era feita de incoerências, de incoerências vivas. Como o mar, tinha a fluidez necessária para se insinuar por todos os desvãos possíveis, tanto para romper como para pactuar com a fixidez das estruturas.

Mais do que explicado, foi amado e detestado por muitas cabeças coroadas ou não; também amou e detestou, foi capaz de tê-las e havê-las enquanto durasse o instante. Detinha o tempo, fazia a hora. Falou-se de sua situação fronteiriça, mas deixou-se de falar sobre as fronteiras das situações, que ajudou a arrastar, navegando com desenvoltura, escolhendo portos. Muito se falou de sua negritude, para o bem ou para o mal. Foi o negro esperto que se vendera, porém mais esperto ainda porque não se entregara. E acabou como um símbolo da cor, tomada como bandeira. Desta forma, foi uma paleta de tons, escolhidos a cada tempo da construção da memória: o mulato, da integração e o negro, da resistência.

Não há, contudo, como explicá-lo apenas pelos personalismos. O pragmatismo que lhe faltava na intimidade sobrava publicamente. Parecia saber bem o que queria, porque se inserira num projeto pela idéia e conduzia-se pela razão... lógico que a sua razão.

Aderiu aos *ismos* de seu tempo, alguns libertadores, outros que tentavam ancorar a realidade em privilégios e hierarquias. Criou-se no apadrinhamento e no mecenato

<sup>1154</sup> Certidão de Batismo expedida em 06/09/1920, por João Batista Sarmet. Tirada do livro 15 dos assentos de batizado, folhas 128 verso, sem número de ordem, sob a rubrica Monteiro. Matriz de São Salvador de Campos. Arquivo BR ABL AA JP



possível aos despossuídos, mas foi coerente em deixar a matéria médica pela matéria política.

Seu caminho foi a palavra. Viveu dela e para ela, fosse ela a rítmica e rimada, a escandida e seca, a caudalosa, a contagiante, a das loas e a dos epitáfios. Era o turíbulo ou o punhal. Por ela, foi o Nemo, o Notus Ferrão, o Zé do Pato, o Proudhomme, o Justino e outros. Mas foi também o Preto Cínico e o Aretino. Foi tantos, afinal, tão diferentes, mas todos reconhecíveis na utopia do verbo. Intelectual de seu tempo, guardava uma ideologia libertária, dizia-se republicano pela república, mas também guardava muito de uma centralização autoritária, pragmática, acima de tudo civilista, mas que visava a objetivos : pouco de teorias, prática!

Falou sobre tudo ou quase tudo. Fez amizades e inimizades, nascidas onde normalmente devem nascer - nos bares – e, talvez por isso, jamais definitivas.

Ao começar esta pesquisa, perguntava-me o porquê de sua sinuosidade. Mesmo não podendo responder satisfatoriamente, pude perceber uma outra questão por que Patrocínio? Era o deus ou o demônio? Por princípio, julgo, ele expressou as circunstâncias políticas de seu tempo. Sua sinuosidade revelou a própria perplexidade que envolvia o nó histórico da transição império-república, as contradições do pensamento e da práxis política com que se propunha modernizar o país e colocá-lo universalmente.

Parece ter sido o político que vivia um projeto de ascensão com todas as contradições cabíveis numa cultura clientelista, um caminho de esquinas e surpresas. Para isso, como um hábil mestre-sala, beijou e reverenciou bandeiras, com elegância e destreza, no ritmo que lhes impunham. Através dele, poderia ver-se a cultura política de um país em transição, que formara um Estado, mas ainda não definira sua identidade. Seria ela negra? Branca? Mestiça? Falaria a língua telúrica ou teria um sotaque europeu? A escravidão deixara marcas indeléveis em todo o arco da sociedade. Patrocínio adere à crença de que só rompendo com ela, poder-se-ia libertar os escravos, os brasileiros e o Brasil.

No seu ofício da palavra, ataca e defende os que eram reis, os que queriam e os que deixaram de ser. Como seus contemporâneos, colocou na missão um sentimento apostolar. Foi uma personagem, que circulou entre o herói e o anti-herói, impelido pela paixão de seus críticos. A abolição garantiu-lhe o panteão e satisfez sua pretensão de vencer no tribunal da história, que tanto o preocupava e a que tanto se referiu.

A República, aquela que ajudou a batizar numa prosaica Câmara Municipal, não o reconheceu nem com seu proclamador civil nem como um herói. Apareceram-lhe tantos “demônios”, para apenas um “santo varão”. Sua galeria de ídolos e algozes sucumbia quase diariamente, já não havia causas, já não havia jornal, sobravam-lhe dívidas e, o pior dos desencantos, o desencanto popular.

Suas pretensões políticas encontraram um limite intransponível, como ele insistia em justificar, distorciam-se os pleitos. Mas, numa catarse, admite resignado, negaram-lhe o principal, o voto; e, mais do que isso, a justiça.

Meu propósito ao compor a personagem foi fazer uma história política, numa perspectiva atual de descrevê-la em suas circunstâncias. Escolhi uma fonte que representasse sua voz e sua idéia, ainda que, por vezes, ele não se reconhecesse nela.

Encontrei uma história mambembe, com cenário roto e confuso, onde atores débeis recitavam um “script” antigo, diante de uma platéia que não se reconhecia na pantomima. Lutavam pelo lugar na fila, mas não eram capazes de denunciá-la. Como na Rosa Púrpura do Cairo, a platéia invadiu a cena, tentou reescrever o “script”. Reforma ou revolução? Não importa, porque apesar das mudanças, muitos estariam definitivamente banidos da cena.

Terminado este trabalho, percebo que, muito antes de divisar um destino, outros horizontes se sucedem, abrindo para novas pesquisas, principalmente as relacionadas ao embate entre as idéias políticas que invadem essa transição Império-República.

Patrocínio morre, exercendo sua arte e seu ministério. Escreve um preito de gratidão e justiça aos animais, mas à tinta juntam-se os borrões de sangue, que anunciavam o fim.

Do seu Santa Cruz, delírio idílico de um Ícaro um tanto mal-ajambrado, restaram os escombros e o sonho,

*“sim, meus amigos, são os meus ideais libertar os negros, dar-lhes o direito de vida, restituir-lhes o que lhes foi violentamente roubado, torná-los homens enfim. E libertar-me... depois subir... subir! Eu tenho um imenso programa que se resume numa palavra **liberdade**”.*<sup>1155</sup> (Grifo no original)

Na *Gazeta de Notícias*, em 12 março de 1974, por ocasião do traslado dos restos mortais de Patrocínio para Campos, alguém escreveu: *“nunca esqueço que sem ele não haveria nem Flamengo e nem Mangueira”*.

<sup>1155</sup> *Cidade do Rio*, “O Santa Cruz”. Artigo de Coelho Neto, originalmente escrito para o jornal *O Limeirense*.

Talvez se pudéssemos ouvi-lo, passando a vida a limpo, estivesse dizendo:  
*“um dia, carregado em triunfo, outro desterrado. É claro que as paixões contra mim são veementes, se bem que efêmeras (...)O povo só respeita os mortos e eu tenho feito inimigos no presente, com a certeza de que terei um amigo leal – posteridade!”.*<sup>1156</sup>

## 7 - FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1- Fontes

#### 1.1- Correspondência:

---

<sup>1156</sup> *Cidade do Rio*, 15/07/1901. “*Amônia a um Bêbado*”

**a. Academia Brasileira de Letras**

- ABL AA JP, Correspondência Ativa 376-C 07/11/1897. Carta de Patrocínio a Rui Barbosa

**b. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis**

- AHMIP, AGP-XLI (5). Carta de Isabel à condessa de Barral, 11/01/1888
- AHMIP, AGP-XLI (5). Carta da condessa de Barral à Isabel, 17/03/1888
- AHMIP, AGP - XLII-7, Carta do Conde d'Eu para a Condessa de Barral, 28/05/1889
- AHMIP, AGP-XLII-3. Carta do Conde d'Eu ao duque de Nemours , em 13/06/1889
- AHMIP, AGP - XLII-3. Carta do conde d'Eu ao duque de Nemour, em 23/08/1888
- AHMIP, programa Isis, I- DPP – 31.12.1882 – Raí e PP CE .Carta do barão de Guajará ao marquês de Paraná, em 31 /12/ 1882
- AHMIP, AGP - XLII (1) Carta do conde D'Eu a Pedro II, 14/04/1888
- AHMIP, POB -M 207, doc.9413M 207, doc.9413, Autobiografia da ex-princesa, condessa D'Eu.
- AHMIP, POB- M.199, doc.9030. Depoimento de Isabel sobre a Terceira Regência.

**c. Arquivo Nacional**

- Arquivo Prudente de Moraes, d.1370. Carta aberta de José do Patrocínio ao Barão de Pedro Afonso, em 14/11/1896
- Arquivo Prudente de Moraes, d.1371. Carta resposta do Barão de Pedro Afonso

**d. Fundação Joaquim Nabuco**

- Fundação Joaquim Nabuco . Arquivo Joaquim Nabuco Cap 6, doc 101. Carta de Joaquim Nabuco para José Mariano Carneiro da Cunha, 23/07/1888
- Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo Joaquim Nabuco .Cap 5 , doc 100. Carta de Nabuco ao liberal Costa Ribeiro, 17/07/1888
- Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo Joaquim Nabuco. CPp 337, doc.6854.Carta de João Clapp a Joaquim Nabuco, 13/12/1887
- Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo Joaquim Nabuco. CPp 25, doc a4, g4.Carta de Rebouças a Joaquim Nabuco, 07/01/1890

- Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo Joaquim Nabuco. CAP 62 doc 1226, a4, g3. Carta de Joaquim Nabuco a José Veríssimo, 25/11/1908, de Washington, USA

**e. Biblioteca Nacional**

- Biblioteca Nacional. I-S, 1,73. Carta de Joaquim Nabuco, de Londres, ao Dr. Domingos Jaguaribe, 16/11/1882

**f. Fundação Alexandre de Gusmão – Centro de História e Documentação Diplomática**

- Carta do jornalista Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo ao barão do Rio Branco, em 07/09/1888

**g. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

- IHGB. Arquivo Prudente de Moraes, lata 598, pasta 61. Carta de José do Patrocínio a Prudente de Moraes, 08/01/1898
- IHGB. Arquivo Prudente de Moraes, lata 608, pasta 61. Carta do Dr. Joaquim dos Reis Magalhães ao general Sólon, 25/04/1897
- IHGB. Arquivo Prudente de Moraes, lata 598, pasta 61. Carta de José do Patrocínio a Prudente de Moraes, em 08/03/1899.
- IHGB. Arquivo Prudente de Moraes, lata 598, pasta 61. Carta de José do Patrocínio a Prudente de Moraes, em 15/05/1899

**1.2 – Diversos**

**a. Academia Brasileira de Letras**

- Arquivo ABL AA JP. Transcrição do livro de número 15 dos assentos de batizado, folhas 128 verso, sem número de ordem, sob a rubrica Monteiro. Matriz de São Salvador de Campos.
- ABL, Coleção Brasileira, Discursos Acadêmicos (1879-1906). Rio de Janeiro: 1934. **ALENCAR**, Mário. *Discurso de Recepção na ABL*.

**b. Anpuh**

- **CUNHA**, Getúlio Nascentes da. *Antisemitismo na República Velha*. In: Anais do XXIII Simpósio da ANPUH. Londrina, 2005

**c. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis**

- AHMIP. Arquivo POBM.199- Doc.9030. *Depoimento de Isabel sobre a Terceira Regência*. Escrito em dezembro de 1888 e endereçado aos filhos.
- AHMIP. Arquivo POB, M 207, doc. 9413, Autobiografia de Isabel, condessa D'Eu. In: Tribuna de Petrópolis, Petrópolis, 15/05/1949

#### **d. Biblioteca Nacional**

- Biblioteca Nacional, Anais Rio de Janeiro, 116:7, 1966

#### **e. Fundação Casa Rui Barbosa**

- FCRB, RB – RBCRUPJ- 1556/2. 19/04/1889. Manifesto dos libertos de Paty

#### **f. Fundação Joaquim Nabuco**

- Fundação Joaquim Nabuco. Diários de André Rebouças de 1889

#### **g. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

- IHGB. Arquivo Wanderley de Pinho, DL 1593.02 “*Abdicação do Imperador Preparada por João Alfredo*”.
- IHGB, Arquivo Wanderley de Pinho, DL 1593.02 . Ata da sessão do Conselho de Estado, em 31/05/1889.
- IHGB. DL 464 Diário de André Rebouças, 1888 – 1/06/1888

#### **h. Universidade de Brasília**

- Curso de Introdução à Ciência Política, 1985

#### **i. Livros**

- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionista* . Londres: Typographia de Abraham Kingdom e Cia, 1883
- PATROCÍNIO, José do. *Mota Coqueiro ou a Pena de Morte*. Gazeta da Tarde, 1878
- \_\_\_\_\_ . *Os Retirantes*. São Paulo: Ed. Três, 1973
- \_\_\_\_\_ . *Pedro, o espanhol*. Gazeta da Tarde, 1884

## 2 – Teses, Dissertações e Monografias

- **BERGESTRESSER**, Rebecca Baird. *The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889*. Stanford: Stanford University, p.62-63. Tese de Pós-doutoramento
- **MONTEIRO**, Cláudio Antônio Santos. *France et Brésil: de l'empire a la republique (1850-1894)*. Tese de doutoramento apresentado à Université Robert Schuman. Strasbourg, 2005, mimeografado. Original disponível na Biblioteca do Mestrado da USS.
- **RIBEIRO**, Lavina Madeira. *Imprensa e Esfera Pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Tese de doutoramento para a Universidade de Campinas, 1988
- **SILVA**, Ana Carolina Feracin da. *De Papa-Pecúlios a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese de doutoramento apresentada à UNICAMP em 2006.
- \_\_\_\_\_ *Entre a Pena e a Espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. Dissertação de Mestrado apresentada à UNICAMP, 2001
- **REZENDE**, Gustavo Monteiro de. *Abolicionismo Popular na Corte do Rio de Janeiro (1879-1888)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGHIS-UERJ, jan.2009.

## 3- Jornais:

### 3.1- Biblioteca Nacional

- A Cidade do Rio, PR SPR 168 : 1887-1902
- A Gazeta de Notícias, PR SPR 2182 : mai 1878, mar-jun 1880, jan-jun 1881, mar-jun 1883, jun 1890, jan 1893, set-dez 1896
- A Gazeta da Tarde, PR SPR 569: 1880, jan- jun 1881 , mai –dez 1884, mai - out 1885, jul 1887, mai 1888
- A Imprensa, PR SPR 139
- A Notícia, PR SPR 2515: fev.1905
- A Rua, PR SPR 3765: mai 1888
- Boletim do Grande Oriente do Brasil, PR SOR 3745: jun 1874
- Diário de Notícias, PR SPR 3: mai 1888, mar-mai 1889
- Novidades, PR SPR 2485 : jul-ago-set 1888, nov 1889

- O Combate, PR SPR 170: 1892
- O Correio da Manhã: PR SPR 130: 1901, 1902
- O Corsário, PR SOR 3743: mai 1881.
- O Mequetrefe, PR SOR 2155: out1881
- O País, PR. SPR. 6 : set 1895, jan 1905
- Vida Fluminense, PR SOR 2820: 1875

### **3.2 – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

- 13 de maio, maio 1915

### **3.3 - Arquivo Municipal de Vassouras, Rio de Janeiro**

- O Vassourense, 1888

### **3.4 – Arquivo do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro**

- Diário Oficial, set.1883

## **4- Revistas:**

- América Latina en la Historia Económica, nº 6, julio-diciembre, 1996
- American Sociological Review, 1986, vol. 51, abril, 1986
- Anais do Terceiro Congresso Brasileiro de História Económica, 1999
- Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática, ano 3, nº 5, Brasília, DF:A Fundação, 2004. Carta do jornalista Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo ao barão do Rio Branco, em 07/09/1888
- Cadernos de Estudos Sociais. São Paulo, v.4, jul /dez, 1998
- Candelária. Revista do Instituto de Humanidades da UCAM, ano IV, jul-dez 2007
- CHNR, IHGB. Rio de Janeiro, v.2, 1989
- Ciência Hoje, vol.10, nº.59, novembro de 1989
- Cultura Política. Rio de Janeiro, n: 24, 1992
- Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 30: 1, 1987
- Estudos Afro-Asiáticos . Rio de Janeiro.1991. n 21
- Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2, n.4, 1989
- Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v2, n.3, 1989
- Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.19,1997



- Kosmos. Rio de Janeiro, fev.1905
- Psicologia, Reflexão e Crítica. Campinas, 18 (3), 2005
- Revista Brasileira de História. São Paulo, v.15, n.30, 1995
- Revista Informação sobre a Legislação. Brasília, 1988
- RIHGB. Rio de Janeiro, Tomo Especial, Congresso Internacional de História da América, 1922
- RIHGB, v2, 1984
- RIHGB, Rio de Janeiro, v.258, 1963
- RIHGB. 263:236-246, abril-junho 1964
- RIHGB. Rio de Janeiro, Tomo especial, Centenário da Abolição, 1988
- RIHGB. Rio de Janeiro, 52(80), 1989
- RIHGB. Rio de Janeiro, 150(365), 1989
- RIHGB, Rio de Janeiro, 168:437, out-dez 2007
- Nossa História, ano 3/nº 31, maio de 2006
- Tempo, Rio de Janeiro, v.2, nº 3,1996
- Topoi, março de 2003
- Topoi, jan.-jun., 2004
- Varia História. Belo Horizonte, n. 28, dezembro de 2002

## 5 - Bibliografia

- **ABREU**, Martha et alii (org). Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2007
- **ALENCAR**, José Almino de & **PESSOA**, Ana. *Joaquim Nabuco, o Dever da Política*. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2002, p.26
- **ALONSO**, Ângela. *Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- \_\_\_\_\_ . *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Cia das Letras, 2007
- **AMADO**, Gilberto. *Três Livros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963
- **AMADO**, Janaina & **FERREIRA**, Marieta de Moraes (org). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998

- **ANDRADE**, Manuel Correia de. *João Alfredo: o estadista da abolição*. Recife: Fund. Joaquim Nabuco/Massangana, 1988
- **BACZO**, Bronislaw. *A Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994, Vol.5
- **BARBOSA**, Rui. *A Imprensa e o Dever da Verdade*. São Paulo: Papagaio, 2004
- **BARBOSA**, Rui. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: FCRB, vol. XXIV, tomo 1, s/d, p.66
- **BARRETO**, Silva. *Patrocínio, o Espártaco de Bronze*. São Paulo: Scortecci, 1995
- **BARROS**, José D'Assumpção. *O Campo da História: especialidades e abordagens* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes, 2004
- **BASBAUM**, Leôncio. *História Sincera da República* (2ª ed.). São Paulo: LB, 1962
- **BASILE**, Marcelo Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2001
- **BELO**, José Maria. *A História da República, 1889-1954: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. (6ª ed.). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972
- **BERMAN**, Marshall. *Aventuras no Marxismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001
- **BOBBIO**, Norberto & **VIROLI**, Maurizio. *Diálogo em Torno da República*. Rio de Janeiro: Campus, 2002
- **BOBBIO**, Norberto & **PASQUINO**, Gianfranco. *Dicionário de Política* (5ª ed.). Brasília: Edunb, 1993
- **BOBBIO**, Norberto. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. São Paulo: Campus, 2000
- **BOEHERER**, George C.A. *Da Monarquia à República: história do partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: MEC, s/d, p.72.
- **BOURDIEU**, Pierre. *O Poder Simbólico* (10ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007
- **BRASILIANSE**, Américo. *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal / Fundação Casa Rui Barbosa, 1979
- **BURKE**, Peter. (org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992

- **CALMON**, Pedro. *História do Brasil: A República*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, vol. 1, 1956
- **CAMPOS SALLES**. *Da Propaganda à Presidência*. Brasília: UnB, 1983
- **CAPELATO**, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988
- **CARDOSO**, Ciro Flamarion (org). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p.39
- **CARDOSO**, Ciro Flamarion & **MALERBA**, Jurandir (org). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papyrus, 2000
- **CARVALHO**, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras. 1987
- \_\_\_\_\_ (org). *Campanha Abolicionista, coletânea de artigos de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996
- \_\_\_\_\_. *A Construção da Ordem e o Teatro de Sombras* (4ªed.). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003
- \_\_\_\_\_. *D. Pedro II*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007
- \_\_\_\_\_. *Pontos e Bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1988
- \_\_\_\_\_. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005
- **CARVALHO**, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 1998
- **CASTRO**, Celso. *Os Militares e a República, um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995
- **CHARLE**, Christophe. *Le Siècle de la Presse 1830-1939*. Paris: Ed. du Seuil, 2004
- **CHATELET**, François; **DUHAMEL**, Olivier & **PISIER-KOUCHNER**, Evelyne. *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000
- **COARACY**, Vivaldo. *Todos Contam sua Vida.: memórias de infância e adolescência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959
- **COELHO**, Edmundo Campos. *Em Busca da Identidade: o Exército e a Polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Forense, 1976

- **CONRAD**, Robert. *Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978
- **COSTA**, Ângela Marques da & **SCHWARCZ**, Lília Moritz. 1890-1914, no tempo das certezas. Coleção Virando Séculos. São Paulo: Cia. das Letras, 2000
- **COSTA**, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos* (8ª ed.). São Paulo: UNESP, 2007
- **COSTA**, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004
- **CUNHA**, Ciro Vieira da. *No Tempo de Patrocínio*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1960
- **CUNHA**, Euclides da. *Os Sertões*. Porto: Lello & Irmãos, 1983, v.1
- **CUNHA**, Euclides da. *Os Sertões*. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, vol. II, 1966
- **DARNTON**, Robert & **ROCHE**, Daniel (orgs). *Revolução Impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996
- **DEBES**, Célio. *Campos Sales, perfil de um estadista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves/MEC, 1978.
- **DUQUE ESTRADA**, Osório. *Abolição*. Brasília: Senado Federal, vol.39, 2005
- **FEBVRE**, Lucien. *O Problema da Incredulidade no Século XVI, a religião de Rabelais*. São Paulo: Cia das Letras, 2009
- **FERNANDES**, Augusto. *O Pioneiro Esquecido: biografia de Augusto Severo*. Natal: Oficinas de Mousinho, 1965
- **FERREIRA**, Jorge & **DELGADO**, Lucila de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006
- **FERREIRA**, Marieta de Moraes (org). *A República na Velha Província oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989
- \_\_\_\_\_ (org). *Rio de Janeiro, uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2000
- **FIGUEIREDO**, Afonso Celso de Assis. *Oito anos de Parlamento*. Brasília: Senado Federal, 1998

- **FOUCAULT, Michel.** *A Arqueologia do Saber* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- \_\_\_\_\_, *Estratégia, Poder-Saber*. Coleção Ditos e Escritos, vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003
- \_\_\_\_\_, *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, vol.1,2000
- \_\_\_\_\_, *Microfísica do Poder* (23ª ed.). Rio de Janeiro: Graal, 1979
- \_\_\_\_\_, *Truth and Juridical Forms*. In: *Michel Foucault the essencial works 3. Power*. London: Allen Lane The Penguin Press, 1994
- **FREYRE, Gilberto.** *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968
- **GERSON, Brasil.** *O Sistema Político do Império*. Salvador: Progresso, 1970
- **GRAHAM, Richard.** *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997
- **GUILHON, Orlando J.F.** *José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Ed.Três, 1974
- **HABERMAS, Jürgen.** *L'espace publique: archeologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1990
- **HERSCHAMNN, Micael M. & PEREIRA, A** *Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994
- **HOLANDA, Sérgio Buarque de.** *Do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil .In: *História Geral da Civilização Brasil*. t2, v5, 1995
- **HOLANDA, Sérgio Buarque de.** *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982
- **JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco.** *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- **JUCÁ, Joselice.** *André Rebouças, Reforma e Utopia no Contexto do Segundo Império: quem possui a terra, possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001
- **LACERDA NETO, Arthur Virmond de.** *A República Positivista : teoria e ação no pensamento de Auguste Comte*. Curitiba : Juruá, 2000
- **LINS, Ivan.** *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Cia.Ed.Nacional. Col. Brasileira, v.322, 1967

- **LE GOFF**, Jacques (org). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976
- **LESSA**, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999
- **LIMA**, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, col. Brasileira, v.360, 1976
- **LIMA**, Ivana Stolze de. *Cores, Marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003
- **LIMA**, Oliveira. *O Império Brasileiro, 1822-1890*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927
- **LIMA SOBRINHO**, Barbosa. *O Problema da Imprensa* (3ª ed.) São Paulo: EDUSP, 1997, p.111
- **LOPES**, Antônio Herculano (org). *Entre Europa e África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: FCRB/Topbooks, 2000
- **LUIS EDMUNDO**. *O Rio de Janeiro do meu Tempo* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Conquista, 1957
- **MACHADO**, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994
- **MAGALHÃES JR**, Raimundo. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. São Paulo: LISA; Rio de Janeiro: INL, 1972
- **MARTIN-BARBERO**, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003
- **MARTINS**, Roselene de Cássia Coelho. *Colonização e Política: debates no final da escravidão*. Rio de Janeiro: Ateliê, 2007
- **MARZANO**, Andréa. *Cidade em Cena: o ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892)*. Rio de Janeiro: Folha Seca/FAPERJ, 2008
- **MATOS**, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil-séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998
- **MATTOS**, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000
- **MELLO**, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império 1874-1889*(2ª ed.) Rio de Janeiro: Topbooks, 1999

- **MELLO**, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007
- **MERCADANTE**, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks/Univercidade Ed., 2003
- **MONTEIRO**, Tobias do Rego. *O Presidente Campos Sales na Europa*. Brasília: Senado Federal, 2005
- \_\_\_\_\_ . *Pesquisas e Depoimentos para a História*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1982
- **MORAIS**, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Brasília: UnB, 1986
- **MOTTA**, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999
- \_\_\_\_\_ . *Movimentos Partidários no Brasil: a estratégia da elite e dos militares*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.
- **MOREL**, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005
- **MOREL**, Marco & **BARROS**, Mariana Monteiro. *Palavra, Imagem e Poder*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003
- **MOREL**, Marco & **SOUZA**, Françoise Jean de Oliveira. *O Poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- **NABUCO**, Joaquim. *Cartas a Amigos, coligidas por Carolina Nabuco*. São Paulo: IPE, Obras Completas de Joaquim Nabuco, v.13, s/d.
- \_\_\_\_\_ . *Minha Formação*. São Paulo: Martin Claret, 2004
- **NETTO**, Coelho. *A Conquista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985
- **NEVES**, Lúcia Maria Bastos P., **MOREL**, Marco & **FERREIRA**, Tânia Maria Bessone da C. Ferreira (orgs) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006
- **NICOLAU**, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004
- **NOGUEIRA**, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos (2ª ed.)* São Paulo: Brasiliense, 1978

- **OLIVEIRA VIANNA**. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959
- **ORICO**, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ INL-MEC, 1977
- **PELAEZ**, Carlos Manuel & **SUZIGAN**, Wilson. *História Monetária do Brasil*. Brasília: UnB, 1976
- **PENNA**, Lincoln de Abreu. *Por que Somos Florianistas? Ensaio sobre o Florianismo e Jacobinismo*. Rio de Janeiro: E - papers, 2002
- **PINSKY**, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005
- **PRADO**, Eduardo. *Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1959
- **PRADO**, Nazareth. *Antônio Prado no Império e na República*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1929
- **PRADO**, Maria Emília. *Memorial das Desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil 1870-1902*. Rio de Janeiro: Revan, 2005
- **RAGO**, Margareth. *Pensar Diferentemente a História*. In: *Foucault, História e Anarquismo*. São Paulo: Achiamé, 2005
- **REIS FILHO**, Daniel Aarão (org). *Intelectuais, História e Política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000
- **REBOUÇAS**, André. *Abolição Imediata e sem Indenização*. Panfleto nº1. Rio de Janeiro: Typographia Central, 1883
- **RÉMOND**, René. *Por uma História Política* (2ª ed.). Rio de Janeiro: FGV, 2003
- **REVEL**, Jacques (org). *Jogos de Escala, a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998
- **RODRIGUES**, Nina. *As Coletividades Anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939
- **ROSANVALLON**, Pierre. *Le Sacre du Citoyen: histoire du suffrage universel en France*. Paris: Gallimard, 2001
- **SALLES**, Ricardo. *E o Vale era O Escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e Escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008
- \_\_\_\_\_ . *Joaquim Nabuco: Um Pensador do Império*. Rio de Janeiro: Top Books, 2002



- \_\_\_\_\_ . *Nostalgia Imperial, a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro:Topbooks, 1996
- **SANTOS**, Cláudia Regina Andrade dos (org). *Estudos*, vol.1. Curitiba: LEHP-USS, 2006
- **SANTUCCI**, Jane. *As Revoltas Populares no Rio de Janeiro no Início do Século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008
- **SCHWARCZ**, Lílían Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Cia das Letras, 1998
- \_\_\_\_\_ . *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*.São Paulo:Cia. das Letras, 2001
- **SENNA**, Ernesto. *Rascunhos e Perfis*. Brasília: UnB, 1983 (Coleção Temas Brasileiros, n.49)
- **SILVA**. Cyro.*Quintino Bocaiúva, o patriarca da República*.São Paulo: Edaglit, 1962
- **SODRÉ**, Nélon Werneck. *História Militar Brasileira* (5ª ed.).Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979
- \_\_\_\_\_ . *História da Imprensa no Brasil*.(4ªed.). Rio de Janeiro:Mauad, 1999
- **SOHIET**, Rachel et alii (org) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005
- **SZMRECSANYI**, Tamás & **SILVA**, Sérgio S. (org). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: EDUSP, 2002
- **SZMRECSANYI**, Tamás & **LAPA**, José Roberto Amaral (org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo:EDUSP/HUCITEC,2002
- **URICOECHEA**, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978
- **VEYNE**, Paul. *Como se Escreve a História e Foucault Revolucionou a História* (4ª ed.). Brasília: UnB, 1998
- **VELHO**, Gilberto & **KUSCHNIR**, Karina. *Mediação e Cultura Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001
- **VERÍSSIMO**, Ignácio José. *André Rebouças através de sua autobiografia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939

- **VIANA**, Larissa. *O Idioma da mestiçagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007
- **VIANA FILHO**, Luis. *A Vida de Joaquim Nabuco*. Porto:Lello & irmãos, 1985
- **WEBER**, Max. *Ciência e Política, duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002
- **WITTER**, José Sebastião. *Partido Político, Federalismo, República*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1994
- \_\_\_\_\_ . *Partido Republicano Federal (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1987

## 6 – Coletâneas:

- **SENADO FEDERAL/FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA**. *Idéias Econômicas de Joaquim Murtinho*. Brasília, 1980

## 7- Meio digital

### 7.1- Periódicos:

- Revista Virtual de História. Disponível em [www.klepsidra.com](http://www.klepsidra.com).
- Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, vol.3, jan-jun 1999. <http://www.coc.fiocruz.br/observatoriohistoria/verbetes/socfarbr.pdf>
- Diálogos. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, v.5. n1, 2001. Disponível em [www.dialogos.uem.br](http://www.dialogos.uem.br)
- Diálogos. Maringá:Universidade Estadual de Maringá, v.11, 2007. Disponível em [www.dialogos.uem.br](http://www.dialogos.uem.br)
- Revista de História da Biblioteca Nacional. Versão eletrônica: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810>

### 7.2- Bibliografia

- **LIMA BARRETO**. *Diário Íntimo*. [www2.uol.com.br/cultvox/livros\\_gratis/diario\\_intimo.pdf](http://www2.uol.com.br/cultvox/livros_gratis/diario_intimo.pdf).
- **LIMA**, Jayme Magalhães. *A Democracia, estudo sobre o governo representativo*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1888, p.71. Disponível em: [www.ebook.nl/store/ademocraciabyjaimedemagalheslima-p-8887.html](http://www.ebook.nl/store/ademocraciabyjaimedemagalheslima-p-8887.html) - 34k -

### 7.3 – Diversos

- **FONSECA**, Paulo Cezar Dutra. *La Controvérsia entre “papelismo” y “metalismo” y la Génesis del Desarrolismo em Brasil*. Comunicação apresentada no V Encuentro Ibérico de Historia del Pensamiento Económico, Madrid, dezembro de 2007. In: [www.ucm.es/cont/news2/media/iberico.pdf](http://www.ucm.es/cont/news2/media/iberico.pdf).
- **LIMA**, Silvio Cezar de Souza. *Os Filhos do Império Celeste: a imigração chinesa e sua incorporação à nacionalidade brasileira*. In: Biblioteca Nacional. Rede de Memória Virtual Brasileira <http://catalogos.bn.br/redememoria/chineses.html>
- **Instituto D. Isabel I**, [www.idisabel.org.br](http://www.idisabel.org.br)
- **Projeto para a primeira bandeira republicana**, <http://www.novomilenio.inf.br/festas/brasil25.htm>

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)